



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Tese de Doutorado

O PERCURSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE “É QUE”
um estudo pancrônico

João Bosco Figueiredo-Gomes
Autor

Prof^a. Dr^a. Márcia Teixeira Nogueira
Orientadora

Fortaleza-CE
2008

JOÃO BOSCO FIGUEIREDO-GOMES

O PERCURSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE “É QUE”
um estudo pancrônico

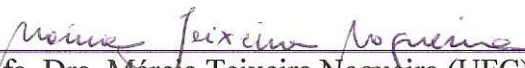
Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Ceará como requisito exigido para a obtenção do grau de Doutor em Lingüística.

Fortaleza-CE
2008

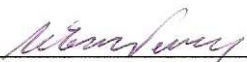
JOÃO BOSCO FIGUEIREDO-GOMES

O PERCURSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DE “É QUE”
um estudo pancrônico

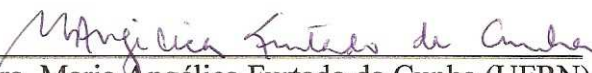
Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor em Linguística ao Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Letras Vernáculas, da Universidade Federal do Ceará, pela seguinte banca examinadora:



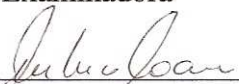
Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira (UFC)
Orientadora



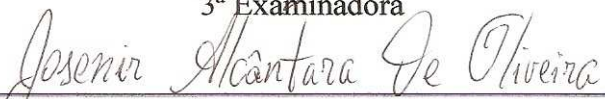
Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves (UNESP/Mackenzie)
1ª Examinadora



Profa. Dra. Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)
2ª Examinadora



Profa. Dra. Márluce Coan (UFC)
3ª Examinadora



Prof. Dr. Josenir Alcântara de Oliveira (UFC/UFPI)
4º Examinador

Fortaleza/CE, 16 de abril de 2008

Dedico a meu pai, portador de alzheimer, que me acompanhou e apoiou-me, com seu sorriso, apenas, ao me ver produzindo esta Tese, e que me inspirava sempre ao lembrar-me do que, em um momento de lucidez, desabafou escrevendo, numa folha de caderno: “*É preciso saber tentar manter a cabeça em ordem a fim de que o corpo não desabe.*” Assim **é que** conduzi e produzi a minha investigação.

AGRADEÇO

Àqueles que, nas suas diferentes funções, contribuíram, gradualmente, para a evolução do percurso desta investigação, como:

a Prof^ª. Márcia Teixeira Nogueira, por ter acreditado em mim e pela responsável e sábia orientação;

a Prof^ª. Inês Duarte, por sua pronta assistência e dedicação na orientação do estágio em Lisboa/PT;

o Prof. Luciano Pontes, por seguir minha trajetória acadêmica;

o Prof. Márcio Leitão, por sua interlocução inicial;

a Profa. Ana Cristina Pelosi, por ceder o programa SPSS;

a Profa. Evelina Verdelho, por sua presteza;

a Profa. Sanderléia Roberta Longhin-Tomazi, por disponibilizar sua tese;

o Zé Roberto, pelo apoio emocional e interlocução;

a Claudete Lima, pelo apoio operacional, bibliográfico e interlocução;

os doutorandos da FLUL: Ana Lúcia, Ana Luíza, Tjerk, Gaétan, Nélia Alexandre e Nuno, pelas discussões durante meu Estágio em Lisboa;

os colegas do Grupo de Estudos em Funcionalismo/GEF, pela interlocução;

a Capes, pelo apoio e oportunidade de estágio no exterior via PDEE;

a UERN, pelo apoio financeiro;

o Departamento de Letras/ Campus Açú/UERN, pela cumplicidade profissional;

as secretárias do PPLing/UFC, Antônia e Laura, pelo apoio amigo, além do documental;

o Almir de Castro, o meu “anjo da guarda” no Setor de Capacitação/UERN;

as amigas Nena, Lidu e Deusneide, pela torcida;

aos irmãos Cláudia, Poco e Figueredinho, pelo apoio operacional; e

a minha FAMÍLIA, pelo apoio, crença e amor dedicado.

LISTA DE ABREVIATURAS

Adv	– Advérbio
AH	– Alexandre Herculano
A.N.T.T.	– Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
Asp	– Aspecto
BN	– Biblioteca Nacional
C	– Curto
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	– Conjunção Integrante
Circ	– Circunstância
CLIV	– Clivada
COMTELPO	– Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa
conj	– conjunção
CP	– Complementador
CPC	– Sentença Copular Pseudo-clivada
d	– Lado direito da página
D	– Pronome Demonstrativo
Decl	– Declarativa
DEF	– Definicional
DP	– Sintagma definido
Dt	– Direita do pronome ou advérbio
e	– Lado esquerdo da página
E	– Esquerda de V
<i>e.g.</i>	– <i>exempli gratia</i> , por exemplo
ESP	– Especificacional
Ev	– Evocado
Excl	– Exclamativa
F	– Frase
Fdo	– Fundo
Ff	– Final de Frase
Fig	– Figura
FLUL	– Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Ft1	– Futuro do Presente
Ft2	– Futuro do Pretérito
GOA	– Gêneros da Ordem do Argumentar
GOE	– Gêneros da Ordem do Expor
GON	– Gêneros da Ordem do Narrar
GOP	– Gêneros da Ordem do Instruir ou Prescrever
GOR	– Gêneros da Ordem do Relatar
Gd	– Gerúndio
I	– Início
Id	– Indicativo
If	– Infinitivo
IME	– Instituto Militar de Engenharia
Inf	– Inferível
Int	– Interrogativa
IP	– Sintagma flexional
Ip	– Imperativo (a)
L	– Longo
L1	– Língua materna
L2	– Segunda língua
M	– Médio
MEC	– Ministério da Educação
Mod	– Modo
N	– Nome

NPC	– Sentença Não-copular Pseudo-clivada
Num	– Número
Nv	– Novo
O	– Original
Ob	– Objeto
OP	– Operador
P	– Pessoa
p.	– página
PA	– Português Antigo
Pa	– Particípio
PB	– Português Brasileiro
PC	– Português Clássico
PC	– Pseudo-clivada
PCI	– Pseudo-clivada invertida
PCE	– Pseudo-clivada Extraposta
PC-INV	– Pseudo-clivada Invertida
PDEE	– Programa de Doutorado com Estágio no Exterior
PE	– Português Europeu
Pf	– Perfectivo
PMd	– Português Médio
PM	– Português Moderno
PR	– Pronome Relativo
Pr	– Presente
Prd	– Pronome Demonstrativo
PRED	– Predicacional
Pred	– Predicado
Prp	– Pronome Pessoal
Pt1	– Pretérito Imperfeito
Pt2	– Pretérito Perfeito
Pt3	– Pretérito Mais-que-Perfeito
Q	– Pronomes interrogativos e relativos, advérbios e conjunções <i>que</i>
Sb	– Subjuntivo
Séc	– Século
SC	– Especificador
SCC	– Sentença Copular Comum
SPC	– Semipseudo-clivada
SPSS	– <i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
Su	– Sujeito
SV	– Sujeito-Verbo
SVO	– Sujeito-Verbo-Objeto
Temp	– Tempo
TV	– Televisão
USP	– Universidade de São Paulo
V	– Verbo
VP	– Sintagma Verbal
VS	– Verbo-Sujeito
vs	– <i>versus</i>

LISTAS DE SÍMBOLOS E FÓRMULAS

Símbolos

>	– “passa para”
*	– agramatical, inaceitável
≅	– aproximado
+	– e
=	– igual, significa
(*)	– início
(...)	– continuação
(+)	– final
<	– menor
?	– segmento interrogativo

Fórmulas

Adv + SER + QUE	= Advérbio + Ser + Que
Mod + SER + CI	= Modificador + Ser + Conjunção Integrante
(O) QUE(M) SER ...	= Construção da Pseudo-clivada
... QUE ...	= Construção da Pseudo-clivada Invertida <i>que</i>
<i>PRO pré-QUE</i>	= Pronome “o” antecedente de “que”
... SER	= Construção da Semi-pseudo-clivada
<i>Ser ... que</i>	= Construções Clivadas como um todo
SER ...QUE	= Construções afins do <i>é que</i>
SER + CI	= Ser + Conjunção Integrante
DEM + SER + SN + PR	= Demonstrativo + SER + Sintagma Nominal + Pronome Relativo
SER + D + PR	= Ser + Demonstrativo + Pronome Relativo
SER + D + PR?	= Ser + Demonstrativo + Pronome Relativo (interrogativo)
SER + o + PR	= Ser + Demonstrativo (o) + Pronome Relativo
SER + PR	= Ser + Pronome Relativo
SER + QUE	= Ser + Que (genérico)
SER + QUE inicial	= Ser + Que no início de frase

LISTAS DE TABELAS

- Tabela 1: Distribuição de interrogativas diretas de acordo com o período de tempo, ordem sentencial (VS vs. SV) e presença de *é que*.
- Tabela 2: Porcentagem e Peso relativo da ordem V-S segundo a presença do *é que*
- Tabela 3: Gramaticalização da ordem de palavras VO no inglês entre os anos 1000-1500
- Tabela 4: Volume textual da amostra extraída do COMTELPO
- Tabela 5: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no Português Antigo
- Tabela 6: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no Português Médio
- Tabela 7: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no Português Clássico
- Tabela 8: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no PEM do COMTELPO
- Tabela 9: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no PBM do COMTELPO
- Tabela 10: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático segundo o período do PEM
- Tabela 11: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático segundo o período do PBM
- Tabela 12: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 13: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 14: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XIX do PE
- Tabela 15: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XX do PE
- Tabela 16: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XIX do PB
- Tabela 17: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XX do PB
- Tabela 18: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 19: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 20: Modalidade de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 21: Modalidade de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 22: Frequência da modalidade de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 23: Frequência da modalidade de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 24: Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 25: Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 26: Frequência do estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 27: Frequência do estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 28: Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 29: Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 30: Frequência da referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 31: Frequência da referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 32: Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 33: Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 34: Frequência do estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 35: Frequência do estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 36: Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 37: Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 38: Frequência do estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 39: Frequência do estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 40: Contexto anterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 41: Contexto anterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 42: Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 43: Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PBM
- Tabela 44: Frequência do contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PEM
- Tabela 45: Frequência do contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

LISTA DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

QUADROS

- Quadro 01: Síntese geral das correlações sintático-discursivas das clivadas/Sincronia (Longhin (1999))
- Quadro 02: Relação entre Gramática e Discurso
- Quadro 03: Correspondência entre a metáfora e a classe de palavra (adaptado de Heine et alii, 1991, p. 27)
- Quadro 04: Desenvolvimento diacrônico do inglês referente a *while* (adaptado de Traugott, 1989, p. 31)
- Quadro 05: Trajetória de *olha/veja*
- Quadro 06: Correlação entre os fatores lingüísticos e os tipos de marcador de ênfase *é que*
- Quadro 07: Formas similares entre demonstrativo, complementadores e definidos em várias línguas (adaptado de Frajzinger, 1991, p. 236)
- Quadro 08: Gramaticalização da expressão *é que* segundo as funções da linguagem
- Quadro 09: Comparação dos fatores relativos à frase de ocorrência do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e PBM
- Quadro 10: Comparação dos fatores relativos ao escopo do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e PBM
- Quadro 11: Comparação dos fatores relativos ao contexto estrutural do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e PBM

FIGURAS

- Figura 1 – Estrutura e funcionamento da língua
- Figura 2 – Componentes integrados da gramática (uma proposta)
- Figura 3 – Representação da gramaticalização
- Figura 4 – Esquema do desenvolvimento do auxiliar de *be going to*
- Figura 5 – Transferência da função espacial para a textual
- Figura 6 – Etapas da Gramaticalização de *é que* inicial segundo os dados do COMTELPO
- Figura 7 – Etapas da Gramaticalização de *é que* medial segundo os dados do COMTELPO
- Figura 8 – Etapas da Gramaticalização de *é que* em Frases Interrogativas segundo os dados do COMTELPO

GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Desenvolvimento do Uso das Construções Afins conforme os dados do COMTELPO
- Gráfico 2 – Desenvolvimento do Uso do Demonstrativo conforme os dados do COMTELPO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	vi
LISTAS DE SÍMBOLOS E FÓRMULAS	viii
LISTAS DE TABELAS	ix
LISTAS DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS	x
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	01
PARTE I	
APRESENTANDO O FENÔMENO: O DITO “EXPLETIVO” É QUE	
O Problema	
CAPÍTULO I - Revisão dos estudos da expressão <i>é que</i>	
1. Caracterização geral	08
2. Estudos tradicionais da expressão <i>é que</i> – a partícula expletiva	10
2.1. Bueno de Sequeira (1954)	10
2.2. Said Ali ([1921] 2001)	12
2.3. Rocha Lima ([1957] 1992)	14
2.4. Bechara ([1961] 2001)	14
3. Estudos da expressão <i>é que</i> à luz da Linguística Moderna	16
3.1. Exemplos de estudos sobre a ordem nas interrogativas e o uso do <i>é que</i>	
a) Duarte (1992)	16
b) Lopes Rossi (1993).....	17
3.2. Visão de algumas gramáticas descritivas da língua portuguesa	19
3.3. Clivagem e Marcador de foco	20
3.3.1. Estudos sob a perspectiva gerativa	21
a) Casteleiro (1979)	21
b) Modesto (1995, 1996)	23
c) Costa e Duarte (2001)	25
3.3.2. Estudos sob a orientação funcionalista	27
a) Braga (1989)	28
b) Longhin (1999).....	30
4. Divergências sobre a emergência do <i>é que</i> - Objetivos e Hipóteses.....	36
4.1. Identificando divergências sobre a emergência do <i>é que</i>	36
4.2. Objetivos e Hipóteses	36
4.2.1. Objetivo Geral	36
4.2.2. Hipótese Geral	37
4.2.3. Correlação dos objetivos e hipóteses específicos	37

PARTE II
OPTANDO POR UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE GRAMÁTICA E
GRAMATICALIZAÇÃO
Fundamentação teórica

CAPÍTULO I – Perspectiva funcionalista

1. Perspectiva Funcionalista sobre Gramática e Gramaticalização	41
2. Relação entre Gramática e Discurso	42
3. Estrutura e Funcionamento da Língua	50

CAPÍTULO II - Gramaticalização

1. Mudança e Gramática(lização)	56
2. Princípios e efeitos da Gramaticalização	62
2.1. Hipótese do Princípio da Unidirecionalidade	63
2.2. Hipótese do Princípio da Iconicidade	72
2.3. Princípios de Hopper (1991)	74
3. Processos e Mecanismos Motivadores da Gramaticalização	78
3.1 Metáfora e Metonímia	78
3.2. Analogia e Reanálise	81
4. Funções da Linguagem na Gramaticalização	90
5. Desenvolvimento de Marcadores Semântico-Pragmáticos à luz da Gramaticalização.....	100
5.1. Operadores Argumentativos	100
5.2. Marcadores ditos “Discursivos”	104
6. Assumindo uma posição teórico-metodológica acerca da Gramaticalização	112

PARTE III

INVESTIGANDO O PERCURSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DO É QUE
Procedimentos Metodológicos

CAPÍTULO I – Constituição do *Corpus* e da Amostra

1. Constituição do <i>Corpus</i> COMTELPO	115
2. Constituição da Amostra	119

CAPÍTULO II – Abordagem, Fatores e Tratamento utilizados na Análise dos Dados

1. Abordagem.....	123
2. Fatores e Tratamento utilizados na Análise dos Dados	125
2.1 <u>Objeto</u> : a expressão <i>é que</i>	126
2.2. Em relação à frase da ocorrência da expressão <i>é que</i>	127
I. Tipo de frase	127
II. Função da frase	127
III. Modalidade da frase	128
2.3. Em relação ao escopo da expressão <i>é que</i>	129
I. Estatuto Informacional do referente do escopo	129
II. Referenciação do escopo	130
III. Estatuto sintático do escopo	131
IV. Estatuto morfológico do escopo	131
2.4. Em relação ao contexto estrutural da expressão <i>é que</i>	131
I. Contexto imediato anterior	132
II. Contexto imediato posterior	132

PARTE IV
CORRELACIONANDO OS ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E SOCIOCULTURAIS
MOTIVADORES DA GRAMATICALIZAÇÃO DO *É QUE*
Discussão dos Dados e Resultados

CAPÍTULO I – Busca da proto-construção do *é que* e seu percurso do Português Antigo ao Português Moderno

1. Português Antigo	137
1.1. Construções afins no Português Antigo	137
1.2. Século XII	140
1.3. Século XIII	141
1.4. Século XIV	149
1.5. Síntese do Português Antigo	155
2. Português Médio	156
2.1. Século XV	158
2.2. Século XVI	163
2.3. Síntese do Português Médio.....	170
3. Português Clássico	171
3.1. Século XVII	173
3.2. Século XVIII	181
3.3. Síntese do Português Clássico.....	186
4. Português Moderno	187
4.1. Construções afins da expressão <i>é que</i> no Português Moderno	189
4.2. Síntese do Português Moderno	195

CAPÍTULO II - Processos/mecanismos e propriedades motivadores da gramaticalização do *é que*

1. Origem e percurso de gramaticalização do <i>é que</i>	198
1.1. Tendência translingüística de gramaticalização do demonstrativo, da cópula e do <i>que</i>	201
1.2. Estágios de gramaticalização da expressão <i>é que</i>	212
2. Fatores pragmáticos motivadores da gramaticalização da expressão <i>é que</i>	217

CAPÍTULO III – A expressão *é que* no Português Moderno

1. Distribuição e valores do <i>é que</i> no Português Moderno	230
1.1. Correlação dos indícios lingüísticos com os três tipos de <i>é que</i>	231
1.1.1. Em relação à frase da ocorrência	231
I. Tipo de frase	231
II. Função da frase	235
III. Modalidade da frase	241
1.1.2. Em relação ao escopo da expressão <i>é que</i>	246
I. Estatuto Informacional do referente do escopo	246
II. Referenciação do escopo	251
III. Estatuto sintático do escopo	254
IV. Estatuto morfológico do escopo	260
1.1.3. Em relação ao contexto estrutural da expressão <i>é que</i>	265
I. Contexto imediato anterior	265
II. Contexto imediato posterior	268
1.2. Quadros sinópticos da distribuição e valores da expressão <i>é que</i>	271

CONCLUSÃO	
Sínteses e Rumos	274
REFERÊNCIAS	285
BIBLIOGRAFIA DO <i>CORPUS</i>	307
ANEXOS	
ANEXO A – AMOSTRA DO COMTELPO	315
ANEXO B – Oneway-ANOVA	327

RESUMO

É notório o uso crescente, tanto no português brasileiro quanto no português europeu, da expressão *é que* dita “expletiva”. Mas há divergências, entre os linguistas, em relação à origem, natureza e função dessa expressão. Este trabalho consiste num relato de uma investigação empírica do caráter multifuncional do *é que*, desenvolvida com o objetivo de descrever e explicar os diferentes usos, bem como suas origens, os processo(s)/mecanismos e propriedades formais e funcionais que caracterizam a emergência dessa expressão como relativos a um processo de gramaticalização. No paradigma funcionalista em que se abriga o estudo da gramaticalização, esta pesquisa analisa, pancronicamente, dados amostrais do *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa – COMTELPO*, que reúne textos portugueses do Século XII ao Século XVIII e textos das 1ª e 2ª metades do Século XIX e XX do português do Brasil e do português europeu, classificados segundo o gênero e o período da história do português. Utiliza o programa SPSS para o cálculo de frequência e correlação dos indícios. Os resultados empíricos parecem comprovar a hipótese de que, por meio de um processo de gramaticalização, o *é que* segue a trajetória *espaço > texto*, partindo de significados mais concretos para outros mais abstratos no texto, resultante da reanálise do uso original trecentista de *é o que* em *é que*. Quanto à emergência da expressão, registrou-se, nos dados da amostra relativa ao Século XVI, a primeira ocorrência do *é que* em posição inicial. Na posição medial, a expressão *é que* ocorre a partir do Século XVII, em frases declarativas e exclamativas, e somente na 1ª metade do Século XIX, em frases interrogativas. Estabelecido esse percurso, a análise dos dados referentes às sincronias dos Séculos XIX e XX revela que a expressão *é que* acumula as funções de *marcador de ênfase* e de *marcador epistêmico de asseveração*, e realiza-se por meio dos tipos denominados, neste trabalho, como: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*.

Palavras-chave: Gramaticalização; Marcador Discursivo; Ênfase; Modalidade; É que

ABSTRACT

The increasing use of the expression *é que*, considered “expletive,” both in Brazilian Portuguese and European Portuguese is conspicuous. Nevertheless, there are divergences among linguists in relation to its origin, nature, and function. This work is a report of an empirical investigation of the multifunctional feature of *é que*, aiming at describing and explaining its different uses, origins, processes and mechanisms, as well as the formal and functional properties that characterize the emergence of this expression as relative to a grammaticalization process. Within the functionalist paradigm, by which grammaticalization is sheltered, this research panchronically analyzes sample data of the *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa – COMTELPO*, that gathers Portuguese texts from the 12th to 18th centuries, and texts of the first and second halves of the 19th and 20th centuries in Brazilian and European Portuguese, which were classified according to genre and period of the Portuguese language. The SPSS program was used for frequency calculation and correlation of evidences. The empirical results seem to prove the hypothesis that through a process of grammaticalization, *é que* follows the path *space > text*, moving from more concrete meanings to more abstract ones within the text, resulting from the reanalysis of the original, 13th-century transition from *é o que* to *é que*. In relation to the emergence of the expression, the first occurrence of *é que* in initial position was registered in the data of the 16th-century sample. The expression *é que* starts to occur in middle position of declarative statements and exclamations in the 17th century, and only in the first half of the 19th century, it occurs in interrogative sentences. Once this pathway was established, the data analysis that refers to the synchronizations of the 19th and 20th centuries reveal that the expression *é que* accumulates the function of *emphasis marker* and *epistemic asseveration marker*, and occurs through the types termed in this work as: *emphatic-explicative marker*, *emphatic-contrastive marker*, and *emphatic-interrogative marker*.

Key words: Grammaticalization; Discourse Marker; Emphasis; Epistemic Modality; *É que*.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O estudo da expressão *é que* faz parte de uma atenção mais acurada que dedico, desde 1997, ao dito “verbo *ser*”, por ainda considerar vagas as propostas teóricas relativas a uma definição satisfatória da natureza e das funções deste verbo. É ainda mais preocupante a escassez de estudos que dêem conta de outros usos (que não os de “verbo existencial”, os de “verbo auxiliar” e os de “verbo de ligação”) em que o *ser*, em determinados contextos, deixa de ser verbo.

Com essa preocupação, fiz um estudo piloto (FIGUEIREDO, 1997), sob a perspectiva funcionalista, em que se inserem os estudos lingüísticos de gramaticalização, a fim de levantar os significados/funções do *ser* na fala do fortalezense, controlando os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos. Encontrei 17 (dezesete) significados/funções que distribuí em sete grupos: *SER sentido original* (= *existir*); *SER denotativo-referencial* (= *acontecer; ficar, situar-se; indicar tempo ou época; interessar; dizer respeito ou referir-se a, convir; consistir em; provir, pertencer; ter o cargo, a categoria, a profissão*); *SER cópula*; *SER auxiliar*; *SER afirmativo*; *SER enfático* e *SER preenchedor*. Dentre esses usos, foram mais freqüentes o *SER cópula* (= “verbo de ligação”); o *SER afirmativo* (*é* = “sim”); e o *SER enfático* (presente em construções “clivadas”). Dentre essas realizações, o *SER cópula* teve a maior freqüência, porém como já era bastante descrito nos manuais de gramáticas, escolhi a segunda maior ocorrência para estudar no Curso de Mestrado (cf. FIGUEIREDO, 1999), a do *SER afirmativo*. Defendi, com base em dados sincrônicos, que, nesse uso, *SER* tem a função de *marcador de retorno conversacional de afirmação*, resultante do processo de *gramaticalização* (mudança do item lingüístico do *léxico* para a *gramática*) e de *discursivização* (mudança do item lingüístico da *gramática* para o *discurso*) do *ser*. Nessa época, eu ainda concordava com a divisão entre gramaticalização e discursivização.

Interessou-me, no Curso de Doutorado, para um estudo mais específico, a terceira maior ocorrência, que inclui a expressão *é que*, presente no exemplo (01), tratada, tradicionalmente, como “partícula expletiva” ou “palavra denotativa”, que não exerce função gramatical, serve apenas para dar realce ou ênfase (cf. BECHARA, [1961] 2001; ROCHA LIMA, [1957]1992; CUNHA & CINTRA, 1985). Em estudos mais recentes à luz da Lingüística Moderna, a expressão é vista como uma “construção enfática”, descrita como um recurso formador de estruturas clivadas que servem para dar realce e funcionam como

marcador de foco, portanto tem função pragmático-discursiva (cf. CASTELEIRO, 1979; BRAGA, 1989; DUARTE *et al.*, [1989] 2003; LOPES-ROSSI, 1994; PERINI, 1995; MODESTO, 1995; KATO *et al.*, 1996; LONGHIN, 1999; e COSTA e DUARTE, 2001).

O exemplo (01), que se segue, ilustra o uso da expressão *é que*.

(01) Contexto: Promessa de retorno à vida terrena caso João Grilo faça uma pergunta a que Manuel (Jesus) não possa responder.

João Grilo – Então estou garantido. Eu me lembro de que uma vez, quando Padre João estava me ensinando catecismo, leu pedaço do Evangelho. Lá se dizia que ninguém sabe o dia e a hora em que o dia do Juízo será, nem homem, nem os anjos que estão no céu, nem o Filho. *Sòmente o Pai é que sabe*. Está escrito lá assim mesmo?

Manuel – Está. É no Evangelho de São Marcos, capítulo treze, versículo trinta e dois.

João Grilo – *Isso é que é conhecer a Bíblia!* O Senhor é protestante?

Manuel – Sou não, João, sou católico.

João Grilo – Pois na minha terra, quando a gente vê uma pessoa boa e que entende de Bíblia, vai ver é protestante. Bom, se o senhor não faz objeção, minha pergunta é esta. ...

(008.XX-2PB.0187.ADC- GON)¹

(009.XX-2PB.0187.ADC-GON)

Segundo o estudioso da analogia do português Bueno da Sequeira (1954) e o gramático Said Ali ([1921] 2001) e o *é que* trata-se de uma expressão recente na língua, datada do Século XIX ou fins do Século XVIII. Já segundo as lingüistas Duarte (1992), Lopes-Rossi (1993) e Kato (1996), a “partícula *é que*” emerge na segunda metade do Século XIX. Longhin (1999), que faz um estudo diacrônico das sentenças clivadas, afirma que, nos Séculos XIII a XV, já aparecem estruturas similares às clivadas atuais, inclusive com *é que*, mas que têm interpretação ambígua, segundo as características de clivagem traçadas pela autora.

Creio que esse desencontro quanto à emergência do *é que* se deva a essa expressão dita “expletiva” trazer arraigado o estigma de um uso lingüístico que deve ser evitado, segundo as prescrições defendidas, principalmente, por professores da língua portuguesa, associadas à preservação de uma norma dita “cultura” e “padrão”. Por ser crescente o uso da expressão *é que* tanto no Português Brasileiro (PB) quanto no Português Europeu (PE), nos dois últimos séculos, justifico esta investigação, que objetiva averiguar a origem e os processo(s)/mecanismos e propriedades formais e funcionais que caracterizam a emergência da expressão *é que* como relativos a um processo de gramaticalização. Esse objetivo se relaciona a perguntas específicas, as quais procurei responder: quando *é que* surgiu como

¹ Os três primeiros números se referem à ocorrência no texto; seguidos pelo século (nos Séculos XIX e XX: 1 – 1ª metade e 2 – 2ª metade, PB ou PE); os quatro números seguintes se referem à página; depois, vêm a sigla da obra do *corpus* e a abreviatura do agrupamento de gêneros). Ver as siglas e as abreviaturas no anexo A.

expressão e como **é que** foi o seu percurso? Que função(ões) **é que** essa expressão desempenha? Há instâncias de continuidade e estabilidade dessa(s) função(ões)?

Adotando uma perspectiva funcionalista que evidencia a noção de língua(gem) como resultante de um domínio funcional complexo, que envolve a interação de motivações cognitivas, comunicativas e estruturais, parti da hipótese de que a expressão *é que*, ao invés de “expletiva”, ou apenas de “marcador de foco”, tem um caráter multifuncional. Por assim ser, os usos da expressão *é que* são resultantes de um processo de gramaticalização, que partem diacronicamente de significados mais concretos para outros mais abstratos, atuando, na situação de interação comunicativa, para atender às necessidades expressivas e informativas dos interlocutores.

Para a realização desta pesquisa, utilizei o *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa – COMTELPO*, organizado por Figueiredo-Gomes e Pena-Ferreira (2006), que tem um volume de 687 textos, constantes de 4.216 páginas, com amostras de textos portugueses do Século XII ao Século XVIII e de textos das 1ª e 2ª metades dos Séculos XIX e XX do português do Brasil (PB) e do português europeu (PE). O COMTELPO está dividido em cinco agrupamentos de gêneros textuais: *gêneros da ordem do narrar – GON*, *gêneros da ordem do relatar – GOR*, *gêneros da ordem do argumentar – GOA*, *gêneros da ordem do expor – GOE*, e *gêneros da ordem do instruir ou do prescrever – GOP*. Na pesquisa desta tese, esses agrupamentos serviram apenas para a diversificação da amostra utilizada; ou seja, por não fazer parte do escopo da pesquisa, não foram formuladas hipóteses concernentes a possíveis condicionamentos genéricos sobre o uso da expressão.

Considerando os objetivos deste trabalho, compus uma amostra de 465 textos, cobrindo o total de 2.031 páginas, escritos do Século XII ao XX. Visando a uma análise mais compacta, levantei e agrupei os dados, por séculos, relativos ao: Português Antigo (Séculos XIII e XIV), Português Médio (Séculos XV e XVI), Português Clássico (Séculos XVII e XVIII), e Português Moderno (Séculos XIX e XX).

Esta Tese de Doutorado está organizada em cinco grandes partes, divididas em capítulos e seções mais específicos a cada conteúdo.

Na Parte, apresento a problemática relativa ao dito “expletivo” *é que*, expondo a visão dos estudos lingüísticos à luz tanto da Tradição quanto da Lingüística Moderna, e questionando a validade do período de emergência baseada em intuições, apresentadas pelos primeiros, bem como nos achados dos segundos. E, com base no que foi sugerido por esses estudos, apresento os objetivos e hipóteses norteadores desta investigação.

Na Parte II, fundamento o quadro teórico em que se insere esta pesquisa, cuja orientação segue uma linha essencialmente funcionalista, sobretudo aquela em que se inserem os estudos lingüísticos de gramaticalização, praticados por Givón (1979, 1991, 1995, 2001); Hopper (1987, 1991); Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991); Traugott & König (1991); Hopper & Traugott (1993, 2003); Bybee, Perkins & Pagliuca (1994); Traugott (1995/1997, 2001); Heine & Kuteva (2002); Brinton & Traugott (2005); entre outros, que dão suporte a hipóteses de Halliday (1967, 1985); Dik (1989, 1997); Prince (1981, 1992); Fraser (1996, 2005) e Schiffrin (1987, 2005).

Os procedimentos metodológicos estão desenhados na Parte III, a qual apresenta a constituição do *Corpus Mínimo de Textos Escritos da Língua Portuguesa – COMTELPO*, os fatores de ordem lingüística e sociocultural observados na análise sob uma perspectiva panorâmica, e, por fim, o tratamento dos dados de ordem qualitativa e quantitativa.

Na Parte IV, correlaciono os aspectos lingüísticos e socioculturais que motivaram a gramaticalização do *é que*. Primeiramente, busco a construção que originou a expressão *é que* e o seu percurso do Português Antigo ao Português Moderno. Com base nos dados, apresento uma tendência de desenvolvimento, os estágios e os fatores pragmáticos que motivaram a gramaticalização do *é que*. Depois, apresento e analiso as propriedades formais e funcionais da expressão *é que*, comparando a distribuição e os valores dessa expressão no Português Moderno, tanto no português europeu (PEM) como no português brasileiro (PBM), relativos aos Séculos XIX e XX.

Por fim, na conclusão, aponto as contribuições que julgo alcançadas por esta investigação e destaco alguns pontos que abrem perspectivas de exploração complementar em trabalhos futuros.

PARTE I

**APRESENTANDO O FENÔMENO: O DITO “EXPLETIVO” É QUE
O Problema**

CAPÍTULO I

Revisão dos estudos da expressão *é que*

1. Caracterização geral

É comum as gramáticas tradicionais considerarem o *é que* como expressão expletiva ou palavra denotativa que não exerce função gramatical (BECHARA, [1961]2001; ROCHA LIMA, [1957]1992; CUNHA & CINTRA, 1985), serve apenas para dar realce ou ênfase; e, como tal, é dedicada uma parca atenção aos estudos dela. Em gramáticas mais modernas, o *é que* é descrito, a par das construções *SER ... QUE*², como um recurso formador de estruturas clivadas que servem para dar realce e a expressão funciona como marcador de foco (MIRA MATEUS *et alii*, [1989] 2003; PERINI, 1995; AZEREDO, 1997; VILELA & KOCH, 2001)

As gramáticas tradicionais do português não analisam a clivagem. Mas estudos empíricos, à luz da Lingüística Moderna, procuram analisar esse fenômeno, descrevendo-o, sintaticamente, ou numa perspectiva estruturalista ou gerativista (CASTELEIRO, 1979; WHEELER, 1982; BRAGA, 1992; LOPES-ROSSI, 1994; MODESTO, 1995; KATO & RAPOSO, 1996; KATO *et alii*, 1996; COSTA & DUARTE, 2001; DUARTE, 2003). Mais recentemente, tem-se analisado a clivagem numa perspectiva funcional, observando-se tanto os aspectos sintáticos quanto os pragmáticos (BRAGA, 1989; BRAGA & SILVA, 1992; e LONGHIN, 1999).

Destaco, entre esses estudos, o de Casteleiro (1979), como um trabalho pioneiro que dedica atenção especial às construções enfáticas com *é que*, no português europeu, apesar de ele fazer parte de um estudo mais vasto sobre a sintaxe das construções com clivagem. Ele reconhece três variedades de *é que* como expressão de realce: “*é que* enfático propriamente dito”, como o tipo exemplificado em (1) e (2); “*é que* interrogativo”, a forma que aparece ligada aos pronomes e advérbios interrogativos, como a que ocorre em (3); “*é que* apresentador de frase”, como o encontrado em (4).

É que enfático propriamente dito

(02) Contexto: Riobaldo fala da necessidade de religião

Hem? Hem? O que penso, testo e explico: todo-o-mundo é louco. O senhor, eu, nós, as pessoas todas. Por isso **é que** se carece principalmente de religião: para endoidecer, desdoidar. **Reza é que** sara da loucura. No geral. **Isso é que** é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço!

(017.XX-2PB.0008.GSV-GON)

(018.XX-2PB.0008.GSV-GON)

(019.XX-2PB.0008.GSV-GON)

² A fórmula *ser (...) que* representa os diferentes usos, incluindo o *é que*; o *ser... que, quem/o que...ser, ...V ser...que...* das construções “ditas” clivadas como são conhecidas na literatura existente.

É que interrogativo

(03) Contexto: Sugestão de um novo médico para Olegário

Lídia – Ah, uma coisa, Olegário. *Por que é que você não chama outro médico?* Mamãe disse que tem um tão bom!

Olegário – Não interessa. Para que outro médico? Já não um?

Lídia – Mas esse que você tem – esse seu amigo – é tão esquisito!... Dizem até que bebe!...

Olegário – “Bebe!” *E que é que tem isso?* Pois olhe: êle é melhor do que muitos que andam por aí! E, além disso, minha filha, basta que eu tenha confiança nele! *Eu é que sou o doente, não é?*

Lídia – Está certo, Olegário, está certo. Mas você podia chamar outro, só para ver! Não custa!

(013.XX-1PB.0488.MJA-GON)

(014.XX-1PB.0488.MJA-GON)

É que inicial

(04) Contexto: Recado do chamado do Coronel Lula

- Mestre Zé, não tenho culpa de nada não, o homem mandou chamar o mestre, estou somente dando o recado.

- Eu sei, não estou dizendo nada demais. Falo, como falo com todo mundo. Eu não posso ver é pobre com chaleirismo, como esse Vitorino, cabra muito sem-vergonha, atrás dos grandes como cachorro sem dono. O Coronel Lula quer que eu vá consertar os arreios dele. Pois eu vou.

- Está tudo podre, mestre Zé. Não posso fazer força que se estoura tudo. Aquilo é coisa de muitos anos.

- *É que vocês não têm cuidado com as coisas dos outros.* Quebram tudo.

- Não é não, mestre Zé. *É que a coisa está mesmo nas últimas.*

- O Coronel Lula é homem de opinião. É um homem soberbo. Nunca vi senhor de engenho de tanto luxo.

(013.XX-1PB.0488.MJA-GON)

(014.XX-1PB.0488.MJA-GON)

Até onde se sabe, esse tipo de construção com *é que* não foi herdado do latim, pois, nele, era por meio da posição e da proeminência prosódica que se fazia a “ênfase”, ou seja, a marcação de foco. Segundo Cart *et al.* (1986), o “latim não traduz a forma *é que*, mas geralmente coloca no início da frase o termo que se quer sublinhar”, como pode ser visto nos exemplos *a* e *b* de (05) citados pelos autores:

(05) a. É nosso pai que trabalha para nós.

Pater nobis laborat,

b. É para nós que nosso pai trabalha.

Nobis pater laborat.

Na literatura, encontram-se algumas divergências sobre o período de emergência do *é que* as quais necessitam de mais pesquisa para confirmação quanto ao surgimento dessa expressão.

Dentre esses estudos citados, retenho-me, nas duas próximas seções, apenas àqueles que remetem à expressão *é que* ou aos que sugerem a sua emergência.

2. Estudos tradicionais da expressão *é que* – a partícula expletiva

Destaco entre os estudos tradicionais da língua portuguesa, ou por referirem a emergência da dita “partícula expletiva” *é que* ou por discorrerem um pouco mais sobre o comportamento desse meu objeto de estudo, o de Bueno de Sequeira (1954), que faz um estudo sobre a analogia no português, e do gramático Said Ali ([1921] 2001), que se situam no primeiro caso; e o dos gramáticos Rocha Lima ([1957] 1992) e Bechara ([1961] 2001), que figuram, cronologicamente, no segundo caso.

2.1. Bueno de Sequeira (1954)

Numa visão tradicional, Bueno da Sequeira (1954) cita que gramáticos mais antigos como João Ribeiro, Firmino Costa e Carlos Pereira e os “gramáticos contemporâneos ensinam que a expressão *é que* fica invariável no período” (p. 92) e que, para a análise, eles sugerem a colocação do “expletivo *é certo*”. Por exemplo: o período “eu *é que* não quero ir” seria analisável, se fosse substituído por “*é certo* que eu não quero ir”, ou ainda “*é que* eu não quero ir”.³ Porém, ele adverte que a fórmula “*é certo que*” não passa de um subterfúgio, pois a expressão idiomática *é que* é um modismo resultante de uma *generalização analógica* e é recente na língua; data do Século XIX ou fins do Século XVIII.

Segundo Bueno da Sequeira (1954), a expressão *é que* resulta de uma generalização analógica, porque começou a ser usada com um sujeito masculino do singular, como em (06) e, uma vez com o uso generalizado, passou para o feminino do singular, como em (07), e para o plural dos dois gêneros, como em (08). Depois, houve a supressão do demonstrativo, conservando-se a frase no singular, e a expressão se tornou fixa na forma masculina, como em (09), portanto, invariável:

- (06) “O homem **é o que** ofende a Deus.”⁴
- (07) “A mulher **é a que** deve obedecer.”
- (08) a. “Os homens **são os que** ofendem a Deus.”
b. “As mulheres **são as que** não querem obedecer.”
- (09) a. “Os rebanhos **é que** fazem a felicidade do campo.”
b. “As mulheres **é que** não querem obedecer.”

³ Exemplos citados por Bueno de Sequeira (1954, p. 92-5)

⁴ Os exemplos (06) a (12) são citados por Bueno da Sequeira (1954, p.92-5)

Para essa supressão e conseqüente fixação, o autor supõe que “deve ter influído a existência de três outros encontros de ‘é que’, nos quais a partícula *que*, não era pronome, mas conjunção” (ibid, p.93):

a) o *é que* das afirmações enfáticas:

- (10) a. “É daí **que** lhe vem toda a graça.” Vieira 2:15 “(Daí *é que*)”⁵
 b. “Agora **é que** tinham melhor lugar os desmaios da Esposa.” Vieira 7:46

b) o *é que* de uma “oração *integrante predicativa*”:⁶

- (11) “A maior circunstância que temos dele **é que** foi no lugar da Parada”. “*Que* foi no lugar da Parada é a maior circunstância.” Arcebispo, 2:114⁷

c) A locução explicativa *é que*, correspondente a “razão por que” em latim, *ratio quia*:

- (12) “Os carvalhos ... e as boninas não ousam erguê-la (a frente) para o céu. **É que** rugindo, a ventania cai da montanha...” Herc., *Lendas*, 2:106.

Creio poder mostrar, mais adiante, que essa mudança ocorreu não somente como uma generalização analógica, mas, numa perspectiva funcionalista, como um caso de gramaticalização, em que o surgimento da expressão *é que* não é recente e originou-se do uso, por pressões comunicativas, de construções já existentes.

Bueno da Sequeira (1954) também afirma que a expressão *é que* consiste em um idiotismo. Há uma concordância com essa posição, como se verá mais adiante, em Rocha Lima ([1957]1992) e em Mira Mateus *et alii* (1989; 2003). Se é um idiotismo, o que dizer do exemplo (13) do francês?⁸

- (13) *Qui est-ce qui a acheté une auto.* (Quem *é que* comprou um carro?)

Em (13), a tradução dos autores apresenta o uso do *é que* em português, mas também sugere existir, no francês, expressão equivalente. Isso pode ser algum indício de desenvolvimento dessas formas em negrito, que deve ser verificado empiricamente em outras regiões onde se fala o inglês e espanhol. Talvez seja apenas uma questão dialetal e/ou de desconhecimento dos defensores dessa singularidade da língua portuguesa.

⁵ O autor indica, ao lado do exemplo, a inversão. Bueno da Sequeira (1954, p. 93)

⁶ Grifo itálico do autor.

⁷ O autor inverte ao lado para comprovar que se trata de uma predicativa. (idem)

⁸ Exemplo encontrado em Brito & Matos (1974).

2.2. Said Ali ([1921] 2001)

Sobre a supressão do demonstrativo citada por Bueno de Sequeira, o gramático Said Ali ([1921]2001, p. 212), analisando a concordância de *ser* em *sou eu quem... / sou eu o que...*, já afirmava que era “digna de nota”, dada a abundância de exemplos em Vieira e Bernardes⁹, a construção paralela à sintaxe latina em “*nom is sum qui glorier*”, em que se considera o pronome demonstrativo apenas como intermediário.

Sobre isso, o gramático acrescenta que: a) “ao passo que o latim freqüentemente calava o pronome demonstrativo antecedente, a língua portuguesa usada até fins do século XVIII não se prevalecia desta liberdade”, período também em que é datado o desuso do demonstrativo nessa função por Bueno da Sequeira (1954), como em (14); b) a mesma concordância e a praxe de não se omitir o pronome demonstrativo se observava quando o sujeito do verbo *ser* fosse da 3ª pessoa, como em (15); c) o falar hodierno, embora continue a dar ao verbo da segunda oração as terminações de 1ª, 2ª e 3ª pessoas de acordo com o sujeito do verbo *ser*, difere da prática antiga em enunciar o relativo *que* prescindindo do antecedente *o, a, os, as*, como (16); e d) os *Cantos*, de Gonçalves Dias (1865) registram exemplos do poeta em relação à concordância do verbo da segunda oração com o sujeito do verbo *ser*, “não só quando antiga expressão *o que* era substituída por *que*, mas também quando usava em seu lugar o *quem*”. Segundo Said Ali, essa última equivalência, ou seja, o pronome *quem* equivalendo a *aquela que, o que*, remonta ao Século XVIII, ilustrado em (17), como trecho de um volume publicado em 1711.

(14) *Eu fui o que fiz* isso.

(Bernardes, *Luz e calor*, 1696, p.352)

(15) O juízo *he o que medita a boca* e a lingua *he a que fala*.

(Vieira, *Sermões*, 1679-1748, p.101)

(16) *Vós sois que doestaes os honrados burguezes desta leal cidade em minha pessoa.*

(Herculano, *Lendas e narrativas*, 1851-1859, p. 46)

(17) Não *sou eu aquella que* peca pela boca de Montano vomitey publicamente muytas palavras cheias de horrível Blasphemia? Não *sou eu quem*, tomando a Maximilla por instrumento, *obrei* por diversas e atrocíssimas maldades ...? Não *sou eu quem*, influindo em Ario, *invadi* a Alexandria e *alcancey* o triunfo de que affirmassem ser creatura o Filho de Deus vivo? *O que* por meyo de Manes, *semeey* e *propaguey* a heresia dos Manicheus e *persuadi* que me votassem jejuns e penitencias? *O que* por meyo de Donato, *assoley* toda a África? Eu,eu sou o mesmo.

(Bernardes, *Nova Floresta*, 1711)

⁹ O gramático se refere ao Padre Antônio Viera (1608-1697) e ao Padre Manuel Bernardes (1644-1710).

Anteriormente, em uma obra datada de 1908, intitulada *Dificuldades da língua portuguesa – estudos e observações* por Said Ali, encontrei referência ao *é que* nos estudos relativos aos “*Phenomenos de intonação*”. Versando sobre o fato de que costuma estar no fim do grupo fonético ou da frase a palavra de acentuação mais forte, observa que nem sempre se segue a risca tal costume, posto que a deslocação pode determinar a ênfase em um outro sentido. Ele vê a deslocação como uma anomalia, que, como tal, aguça a atenção do ouvinte, e justifica, afirmando que um termo fora do lugar habitual torna-se um recurso “da emphase, da linguagem emocional. O objecto, acusativo ou dativo, no começo da frase indica que lhe queremos dar relevo. É emphatico; tem accentuação forte.” (p.13)

Segundo o gramático, o efeito da ênfase em nome ou pronome no início da oração não é tão saliente devido à natural tendência de se acentuar com mais força o verbo. Porém, ele adverte que a língua portuguesa possui meios de pôr em destaque a palavra em questão, ilustrando com a comparação de “*eu disse*” com “*fui eu que disse*”; “*eu vou*” com “*eu é que vou*”.(Grifo meu) Afirma, pois, que nesse exemplo fica patente o efeito da lei do contraste “que se observa em varias linguas e muitas vezes se applica na metrificacão. (...) As duas combinações do verbo *ser* com a palavra *que*, **igualmente correctas**, salientam o sujeito, o complemento, o adverbio, o predicativo, collocados no começo da oração.” (p.13) (Grifo meu). Cita ainda vários exemplos, afirmando que eles são freqüentes tanto na linguagem literária como na familiar.

Said Ali (1908) adverte ainda que esse uso pode causar embaraço para quem queira elucidar a sintaxe dos elementos subsidiários de realce, pois a “expressão pospositiva *é que*, sempre invariavel, sempre indifferente ao numero do substantivo e impassível quer ao numero quer à pessoa do pronome a quem realça, furta-se inquestionavelmente ao escalpello do analysta.”(p.15). E continua dizendo que há fenômenos de linguagem que estão fora do domínio da gramática e a

manifesta argucia de pretender, por amor aos moldes da syntaxe, e desamor ao senso commum, descobrir dois pensamentos em algum dos tres termos dessa igualdade lógica *eu é que disse = fui eu que disse = eu disse*, obriga-nos a repellir aqui a debil craveira a que não raro nos é impossível aferir dificuldades.” (p.15)

Por fim, o gramático compara as expressões *é que* e *fui ... que* ao sombreado na pintura, na medida em que dão relevo à pronúncia do vocábulo a que se ajuntam. E conclui, afirmando que “afora esta função de realce, sua presença é supérflua. Inanalysaveis como orações, figuram entre as anomalias syntacticas.” (p.15)

2.3. Rocha Lima ([1957] 1992)

Assim como Said Ali (1908), Rocha Lima ([1957] 1992, p. 407) apresenta a “locução ‘é que’”, nos casos de concordância, como uma locução invariável, e que, por isso, não altera a concordância do verbo com o sujeito da frase em que ela se encontra, como no exemplo apresentado pelo gramático (18)

(18) “ – Você fura o pano, nada mais; *eu é que coso*, prendo um pedaço ao outro, ou dou feição aos babados...”
(Machado de Assis)

Classifica-a como um “elemento de realce” e afirma que se trata de um idiotismo português de grande poder expressivo, reforçando o que defende Bueno da Sequeira (1954).

Destaco, então, que o gramático Rocha Lima dá uma boa contribuição a este estudo, no sentido de que reforça a função de “ênfase”, e à natureza estrutural de locução que tem o *é que*.

2.4. Bechara ([1961] 2001)

O Autor reserva o estudo da expressão *é que* a um item dentre os oito “fenômenos de sintaxe mais importantes”, intitulados como “figuras de sintaxe”, constantes do “Apêndice”, da parte II – *Gramática descritiva e normativa: as unidades do enunciado*; quais sejam: *elipse, pleonasma, anacoluto, antecipação, braquiologia, haplologia sintática, contaminação sintática*, e, por último, *expressão expletiva ou de realce*.

Embora eu estranhe a qualificação de “mais importante” dada a esses “fenômenos de sintaxe”, posto que constam de um apêndice, é louvável a contribuição do gramático em, pelo menos, exemplificar a expressão expletiva ou de realce *é que*, definindo-a como aquela que não exerce função gramatical, apresentada pelo gramático em (19):

(19) Nós *é que* sabemos viver.

Faz a observação de que, quando há circunstâncias de lugar e de tempo, o elemento *que* é substituído por *onde* e *quando*, respectivamente; e exemplifica com (20 a e b):

(20) a. No Recife *é onde* fez o primário.
b. Durante a chuva *é quando* ocorrem mais acidentes de trânsito.

Adverte, porém, que é preciso distinguir o *é que* expletivo do *é que* analisado por ele como:

a) *é + que* (conjunção integrante)

(21) A verdade *é que* saíram.

b) *é* (verbo *vicário*¹⁰) + *que* (conjunção integrante)

(22) “Que quer dizer este nome? *É que* as almas ...[MBe *apud* JO.1] (*É que* = *quer dizer que*)

c) *é* (*vicário*) + *que* (conjunção causal)

(23) Por que veio? *É que* teve medo. (*é que* = *veio porque*)

d) *é + que* = *é o que*

(24) Este livro *é que* lemos ontem (= *é o que* lemos ontem)

e) “há um *é que* que difere dos demais pela forte pausa que separa os dois termos, dando a impressão de se tratar de um resquício de oração seguido de conj. integrante que introduz seu antigo sujeito (= *é verdade, é certo que*):” (BECHARA, [1961] 2001, p.598)

(25) ‘Ou *é que* o digesto não vale para os que estudarem? [AH.5, II, 35].’

A advertência de Bechara é válida, sobretudo, para ocorrência do tipo “a”, contudo questiono os tipos “b” e “c” em relação à interpretação subjetiva do verbo *ser* como “*vicário*”, e principalmente o tipo “c”, que deixa em aberto a classificação de que ele se trata ou não de uma locução, posto que não há paralelismo no tempo verbal da resposta com *É que*. Os tipos “d” e “e”, em nada, distinguem-se do (19) apresentado como partícula de realce; o “d”, além de não fazer a concordância temporal como o “c”, sugere, dada a equivalência, uma hipótese de derivação do *é o que* > *é que* ou mesmo um exemplo de uma *braquilogia*, outro fenômeno comentado no citado “Apêndice”, que se trata do emprego de uma expressão mais curta equivalente a outra mais ampla ou de estruturação mais complexa.

Diferentemente do gramático, que não fez um estudo exaustivo sobre a partícula *é que* dita “expletiva ou de realce”, vejo que ela é um fenômeno com pontos questionáveis que ainda requerem mais estudo para que sejam descritas e explicadas as funções em contextos específicos.

¹⁰ Entenda-se por “*vicário*” aquele termo que funciona na frase substituindo outro.

3. Estudos à luz da Lingüística Moderna

Encontram-se, à luz da Lingüística Moderna, estudos sincrônicos e diacrônicos que analisam o *é que*, por exemplo, como fator que interfere na ordem das construções interrogativas-Q no Português Brasileiro (PB), como os de Duarte (1992) e de Lopes Rossi (1993), que comento a seguir. Apresento, na seqüência, a visão de algumas gramáticas mais modernas acerca do *SER ... QUE* (incluindo o *é que*). Depois, apresento alguns estudos que envolvem o *é que*, no processo de clivagem, como marcador de foco tanto sob a perspectiva gerativista quanto sob a perspectiva funcionalista, destacando, sobretudo, os trabalhos de Casteleiro (1979) e o de Longhin (1999).

3.1. Exemplos de estudos sobre a ordem nas interrogativas e o uso do *é que*

a) Duarte (1992)

Duarte (1992), estudando, sincrônica e diacronicamente, a ordem nas construções interrogativas-Q no PB, hipotetiza que a partícula *é que* emerge no curso da mudança de Verbo-Sujeito (VS) para Sujeito-Verbo (SV) nas perguntas diretas. Para a autora, o aparecimento do “expletivo” *é que* se deu na segunda metade do séc. XIX. Observe-se, pois, a tabela 1, a seguir.

Ordem Tempo	VS		SV		Total
	- é que	+ é que	- é que	+ é que	
1734	30/100%	-	-	-	30
1845	27/96%	-	1/4%	-	28
1882	23/77%	1/3%	2/7%	4/13%	30
1918	26/81%	-	3/9,5%	3/9,5%	32
1937	17/37%	-	-	29/63%	46
1955	6/20%	-	7/23%	17/57%	30
1975	1/2%	3/8%	12/29%	25/61%	41
1989	-	2/6%	2/6%	30/88%	34

Tabela 1: Distribuição de interrogativas diretas de acordo com o período de tempo, ordem sentencial (VS vs. SV) e presença de *é que* (adaptada de Duarte, 1992, p. 42).

Segundo os dados da tabela 1, a implementação da ordem SV coincide com o surgimento da partícula *é que* em 1882, apesar de haver apenas um caso de VS com a partícula e dois casos de SV sem ela.

A Tabela 1 mostra também que, em 1937, essa instabilidade, fenômeno típico de mudança, cessa, pois todas as ocorrências de SV aparecem com a partícula *é que* e nenhuma na ordem VS. Segundo Tarallo (1996, p.98),

Ao tornar-se, pois, estabelecida no sistema a mudança de VS para SV, o próprio sistema luta pela nova ordem, aos poucos deixando de lado o uso da partícula *é que*, enquanto os casos de uso da partícula não mais podem ser explicados através de seu papel engatilhador à ordem SV, presente até então no sistema. E então o sistema, dependendo de sua configuração estrutural, encontrará seu próprio caminho para condicionar e restringir as formas em uso. A gramática e o uso lingüístico co-existem, pois, pacificamente, lado a lado, independente do estado do sistema no momento: se em fase de mudança ou não.

Sobre essa concepção de Tarallo, acredito que gramática e uso é uma via de mão dupla, um molda o outro, a serviço de uma interação verbal eficiente, como defendo na Parte II, mais adiante.

b) Lopes Rossi (1993)

Lopes Rossi (1993), procurando também uma explicação sintática para mudança de ordem nas interrogativas-Q do PB, faz um estudo diacrônico, com dados do Séc. XVI ao Séc. XX, e levanta a hipótese de que as construções onde o “expletivo” *é que* ocorre são derivadas das sentenças clivadas em que o elemento-Q incide sobre o item sob foco, conforme os exemplos da própria autora (26) e (27):

- (26) a. “Foi **você** que leu o livro.”
 b. “**Quem** foi que leu o livro?”
- (27) a. “É **na escola** que você vai.”
 b. “**Onde** é que você vai?”

Diferentemente de Duarte (1992), para quem o aparecimento do “expletivo” *é que* parece ter desencadeado o surgimento de estruturas interrogativas-Q sem inversão Verbo-Sujeito, para Lopes Rossi (1993) tanto a ordem VS quanto SV são possíveis com as construções *é que*, uma vez que, segundo ela, esse tipo de sentença deriva das estruturas clivadas.

De acordo com esse estudo, no período clássico (XVI-XVIII), aparece a interrogativa *Que é o que* duas vezes nos dados, ambas sem o sujeito preenchido, conforme os exemplos da autora, sob a numeração (28) e (29), retirados da peça *Judeu*, do Séc. XVIII:

- (28) Sobrinho desalmado, *que é o que* fizeste?
 (29) Tenha mão, senhor, *que é o que* quer?

Segundo a autora, esse tipo de interrogativa não ocorre no Português Moderno, nem europeu nem brasileiro, e, de acordo com os dados, há, tanto no português europeu quanto no português brasileiro, uma grande porcentagem de interrogativas do tipo *Qu é que SN V*. Ela percebe, numa primeira análise, que houve uma mudança com relação à frequência desse tipo de interrogativa e uma mudança em relação à forma. Quanto à frequência, por ser baixa no período clássico (apenas 1% em relação às interrogativas-Q dos Séculos XVI, XVII e XVIII), a autora tem como hipótese que era um tipo de interrogativa enfática, assim como o era no francês medieval com *(qu)'est-ce que* (= *que é que*) (cf. ROBERTS (1993).

Quanto à forma, Mattos e Silva (1989) afirma que já havia, no português arcaico, interrogativas do tipo *Que é o que* com sujeito preenchido em posição pré-verbal, como mostra o exemplo (30) apresentado pela autora.

(30) Que é o que eu figi?

Então, com base nos poucos dados desse tipo de interrogativa (tanto do Português Clássico quanto do Português Moderno: europeu e brasileiro), a autora tem como hipótese que ela é derivada de sentença clivada do tipo *it cleft sentence* (e.g. *It's LINGUISTICS he hates.*), apresentando, pois, uma sentença matriz e uma encaixada, e não uma só sentença. No Português Clássico, a sentença matriz é formada por *Que é* e, no Português Moderno europeu e brasileiro, é constituída por *Qu é*, uma vez que qualquer um dos elementos interrogativos pode ocorrer nesse tipo de interrogativa, como, por exemplo, (26b) e (27b). De acordo com a análise das características sintáticas tanto das interrogativas com *é o que* quanto com *é que*, a autora afirma que o verbo da sentença matriz (*é*) se move para complementador (CP) e o verbo da encaixada pode ser pré ou pós- verbal, posto que “em oração encaixada no português não há exigência de movimento do verbo.”(LOPES ROSSI, 1996, p.318)

Em um estudo mais recente sobre as construções-Q no Português Brasileiro falado, Lopes Rossi em conjunto com Kato *et alii* (1996) verificaram que uma análise estatística apontou a presença do *é que* como fator relevante para a construção das interrogativas, conforme pode ser visto na Tabela 2, a seguir.

EXPLETIVO “É QUE”	PORCENTAGEM V-S	PESO RELATIVO V-S
Ausência “ <i>é que</i> ”	70 % (54/77)	.71
Presença “ <i>é que</i> ”	25% (15/59)	.24

Tabela 2: Porcentagem e Peso Relativo da ordem V-S segundo a presença do *é que*
(adaptada de Kato *et alii* (1996, p. 353))

Segundo os dados da Tabela, a ordem V-S ocorre predominantemente sem o “expletivo *é que*” (70% dos dados com probabilidade de .71 ocorrência). Esses dados vão de encontro à hipótese anterior de Lopes Rossi, no que diz respeito à ordem e o uso do *é que*, uma vez que, segundo ela, ambas as ordens seriam igualmente possíveis com o uso do *é que*.

3.2. Visão de algumas gramáticas descritivas da língua portuguesa

Analisando gramáticas da língua portuguesa, que se inscrevem nos estudos da Linguística Moderna e de grande circulação no Brasil, encontram-se estudos, como o de Perini (1995), que descrevem o *ser que* como um recurso formador de estruturas clivadas que servem para dar realce. Azeredo (1997) afirma que *ser que* ou *ser ... que* funciona como *marcador de foco*. Acrescenta que, na variante *ser ... que*, o segmento focalizado (= realçado) posiciona-se entre *ser* e *que*, e que, nesta construção, o “ser é variável e está sujeito à regra de concordância” (p.125). Isso é corroborado por Koch (2001), ao estudar a estrutura temática (tema/rema) nos processos de construção textual. Ela verifica um alto grau de integração sintática em orações (na fala e na escrita), nas quais ocorrem partículas de realce (*ser...que*), ou construções gramaticais usando orações relativas que “desdobram” em duas partes a oração. Segundo a autora, essas orações são comumente denominadas de *clivadas*. Com grande circulação em Portugal, Brito & Duarte (2003) apresentam uma descrição mais detalhada do que chamam de “Construções de Clivagem” como construções aparentadas das orações relativas, incluindo nelas uma seção dedicada ao tipo “Pseudo-clivada Invertida de *é que*, que versa sobre meu objeto de estudo, dentro de uma perspectiva gerativa, e que endossa a versão apresentada mais adiante em Costa & Duarte (2001).

3.3. Clivagem e Marcador de foco

Como mostro na seção acima, é nas construções de *clivagem* que os estudiosos mais modernos referem a expressão *é que*.

Entendo a clivagem (*cleft*, no inglês) como a segmentação da frase em duas partes: uma não-focal e outra focal, separadas pelo acréscimo do verbo *ser* e/ou *que(m)*, a fim de marcar explicitamente os diferentes níveis de informação entre os elementos frasais. Ou seja, a clivagem é um processo pelo qual os falantes¹¹ de determinadas línguas (dentre elas, a língua portuguesa, inglesa, francesa, espanhola, italiana) põem em foco, ou seja, realçam as partes de informação que eles avaliam como mais importantes ou significativas de suas mensagens (o escopo), chamando, assim, à atenção do alocutário/ouvinte. Lembro que, além da clivagem, o falante pode optar por outros mecanismos de focalização (ou mesmo acumulá-los), por exemplo, a proeminência prosódica, a ordem dos elementos na frase, ou mesmo o uso de “partículas” como advérbios aditivos e restritivos. Tomando o exemplo (26a) de Lopes-Rossi (1993), que, a seguir, apresento em (31):

- (31) a. “Foi você *que* leu o livro.”
 b. Você leu o livro.
 c. Você *é que* leu o livro.

e comparando-o com (31b) e (31c), observe-se que é óbvia a divergência estrutural entre as três frases, embora cada uma tenha sintaticamente o mesmo sujeito, verbo e objeto direto. Entretanto, observando (31a), (31b) e (31c), é no nível pragmático que as diferenças se tornam mais notórias, posto que é em (31a) e (31c), e não em (31b), que o constituinte “você” está *em relevo*, *focalizado*, *realçado* no enunciado, cuja segmentação se dá por meio da construção *SER ... QUE* (“Foi ... *que*” e “*é que*”, nos exemplos). Os contextos em que a clivagem é empregada adequadamente são mais restritos do que aqueles de sua contrapartida não-clivada (31b). Por exemplo, (31b) pode funcionar como resposta às perguntas *Quem leu o livro?* ou *Você leu o quê?*, enquanto (31a) e (31c) só podem ser respostas à primeira pergunta.

Dada essa breve noção acerca do processo de clivagem, passo a apresentar as duas seções seguintes, que trazem alguns estudos que o têm como objeto, destacando, primeiramente, o de Casteleiro (1979), como um dos trabalhos pioneiros específicos à construção *é que* no Português Europeu; depois, apresento outros trabalhos tanto realizados sob a perspectiva gerativista, como feitos sob a orientação funcionalista, que se dedicam à

¹¹ Falante = termo utilizado no sentido da tradução de *speaker* (Dik, 1997), que não diz respeito apenas ao produtor de textos orais, mas também ao produtor de textos escritos.

investigação da clivagem como um todo, e que trazem uma particular contribuição para o estudo da expressão *é que*, objeto da presente pesquisa.

3.3.1. Estudos sob a perspectiva gerativa

Além do trabalho de Casteleiro (1979), destaco, nesta seção, os trabalhos de Modesto (1995,1996), relativos ao Português Brasileiro (PB), e o de Costa & Duarte (2001), em relação ao Português Europeu (PE).

a) Casteleiro (1979)

Ao analisar a natureza sintática e semântica de *é que*, Casteleiro (1979) encontrou três variedades da expressão como “realce”:

a) o *é que* enfático propriamente dito, como o que ocorre em (32)¹² e (33):

- (32) Estes livros **é que** são caros.
 (33) De laranjas **é que** o Miguel gosta.

b) *é que* interrogativo – a forma que aparece ligada aos pronomes e advérbios interrogativos, como a que ocorre em (34):

- (34) Onde **é que** apareceram esses discos?

c) *é que* apresentador de frase, como o que ocorre em (35):

- (35) O encontro não se realizou. **É que** surgiram dificuldades insuperáveis.

Sobre a variedade (a), o autor afirma que o *é que* tem um comportamento sintático e semântico idêntico aos advérbios modais *bem* e *depressa*, quando inseridos antes do verbo. Neste caso, o *é que* implica uma atitude modal do falante relativamente ao conteúdo da frase, de natureza enfático-contrastiva, isto é, valorativa (ou de apreço) da asserção nela contida. Casteleiro apresenta, como comprovação disso, o exemplo (36) em relação ao (37), em que, segundo ele, a atitude valorativa seria impossível numa frase de “modalidade negativa”. Isto é, o efeito contrastivo incide sobre o sintagma à esquerda de *é que*, mas a atitude valorativa abrange toda a asserção e não apenas parte dela.

- (36) Este livro (e não aquele) **é que** contém um valor incalculável.
 (37) *Este livro **é que** não contém um valor incalculável.

¹²Os exemplos (32) a (37) são de Casteleiro (1979)

Concordo com o autor quanto à expressão implicar uma atitude do falante em dar ênfase e contraste ao sintagma à esquerda, mas questiono a comprovação por meio da “modalidade negativa”, quando ela é possível em (38), ocorrência identificada em nosso *corpus*.

(38) Contexto: O segredo de Henriqueta

Carlötinha – Para que procuras esconder uma coisa que teus olhos estão dizendo? Tu choras!... Por que? É pelo que eu disse? Perdoa, não falo mais em semelhante coisa.

Henriqueta – Sim; eu te peço, Carlötinha. Se Soubesses o que eu sofro ...

Carlötinha – Como meu irmão é tão indigno de ti, Henriqueta, que te ofendes com um simples gracejo a seu respeito?

Henriqueta – *Eu é que não sou digna dêle*; não mereço, nem mesmo por tua causa, uma palavra de amizade!

Carlötinha – Que dizes! Mano eduardo te trata mal?

Henriqueta – Mal, não; mas com indiferença, com uma frieza! ... Às vêzes nem me olha.

(003.XIX-2PB.0011.ODF)

Sobre a variedade (b), Casteleiro afirma que o *é que* interrogativo e o *é que* enfático se aparentam semanticamente. Do ponto de vista sintático, ambos apresentam as mesmas propriedades formais. O *é que* interrogativo constitui um morfema não segmentável, posiciona-se à esquerda do sintagma verbal, e pode suprimir-se sem afetar a gramaticalidade das frases.

Sobre a variedade (c), o autor afirma que o *é que*, como apresentador de frase, semanticamente enfatiza, de certo modo, o conteúdo da frase à sua direita, e pode ser parafraseado por *acontece que*, *o fato é que*, sem se alterar o significado da frase. Formalmente, ele pode ser apagado sem alterar a gramaticalidade da frase; surge à “cabeça” da frase e não à esquerda do sintagma verbal, como no caso das outras duas variedades (a) e (b).

Analisando a distribuição do *é que* nas estruturas fráscas, o autor afirma que: a) a expressão não ocorre em frases imperativas (e.g.: **Vocês é que saiam imediatamente!*, p.109); b) aparece nas frases interrogativas parciais, à direita do pronome ou advérbio, quando estes ocupam uma posição à esquerda do verbo (e.g. *Quem é que decretou a greve? / *O sindicato decretou a greve quando é que?*, p.111); c) ocorre com algumas restrições em frases exclamativas, pois o *é que* não ocorre quando a frase contém pronomes ou advérbios de natureza exclamativa intensiva (e.g. *O Pedro é que apanhou cá um empurrão! / *Que cidade maravilhosa é que é Paris!*, p. 111); d) em frases declarativas simples ou subordinantes, o *é que* pode ocorrer à direita de qualquer sintagma, desde que este esteja colocado à esquerda do verbo; e) nas frases subordinadas, o *é que* não é compatível com o subjuntivo (e.g.: **Desde que eles é que se despachem, tudo se resolverá.*, p.114), podendo ainda ocorrer se estiver

entre a frase subordinada, precedendo a subordinante (e.g.: Desde que eles se despachem **é que** tudo se resolverá., p.115)

Além da descrição e explicação da expressão *é que*, Casteleiro (1979) também apresenta a sua hipótese de origem dessa construção. Admite, como estruturas de base de todas as construções com clivagem, as frases pseudo-clivadas¹³. O autor afirma que, em gramática transformacional, a clivagem “é um processo sintático que implica a formação de uma frase relativa, falsa”, como as (i) pseudo-clivadas: e.g.: “*O que* o Rui comeu ontem *foi* bolos”; ou verdadeira, como as (ii) clivadas: e.g.: “*Foi* bolos (*o*) *que* o Rui comeu ontem”. Apresenta também como “construções aparentadas” dessas duas as (iii) semipseudo-clivadas: e.g.: “O Rui comeu ontem *foi* bolos”, e as (iv) construções com *é que*: e.g.: Bolos *é que* o Rui comeu ontem.”. Segundo o autor (i) e (iii) são dois processos sintáticos que permitem assinalar o *focus* (a parte enfatizada) constituintes da frase à direita do verbo; já os processos (ii) e (iv) assinalam *focus* á esquerda do verbo. Segundo Casteleiro (1979), essa hipótese de derivação das construções com clivagem explica as relações de estrutura e de sinonímia entre tais construções, principalmente no que respeita ao *focus*. Como resultante dessa derivação, o autor caracteriza o *é que* como morfema único, fruto do apagamento na forma pronominal “o” (*PRO pré-QUE*), na estrutura: *é o que*, desde que o verbo esteja no tempo presente, do modo indicativo. (cf. CASTELEIRO, 1979, p. 144-60)

De modo particular, a descrição e explicação, de natureza sintático-semântica, de Casteleiro (1979), contribuiu bastante para alavancar uma maior reflexão acerca da expressão *é que*, objeto da presente pesquisa, principalmente, no que concerne à tipologia distribucional e à hipótese de derivação, como se pode ver ao longo deste relato de investigação.

b) Modesto (1995, 1996)

Sob a perspectiva teórica da Gramática Gerativa, na versão Princípios e Parâmetros de Chomsky (1981; 1986), Modesto (1995) tem como objetivo de redefinir a clivagem, e outras construções, considerando suas leituras semânticas, posto que as definições formais baseadas puramente na descrição de certas propriedades gramaticais pertinentes a um certo grupo de estruturas são inadequadas por ignorarem o componente semântico na análise sintática.

Segundo sua concepção de gramática, as estruturas sintáticas, derivadas através de

¹³ Segundo Akmajian (1970), estudo pioneiro das construções com clivagem, as frases clivadas em inglês derivam das frases pseudo-clivadas e Casteleiro (1979, p. 145) afirma que essa derivação “afigura-se como válida para o português”.

movimentos sintáticos, servem de material (*input*) para a análise do significado segundo a lógica formal. Argumenta que a definição da pseudo-clivada como “aquela que apresenta uma relativa livre na posição de sujeito ou complemento da cópula” obscurece a noção de que a clivagem é empregada para focalizar um elemento frasal (p. 13), e de que há movimentos prosodicamente motivados que geram leituras típicas de frases com foco marcado (cuja leitura focal é gerada por ênfase prosódica e/ou pela presença de um constituinte focal deslocado, geralmente referido como um operador afetivo). Vista desse modo, Modesto (1996) define que “construções clivadas são sentenças especificacionais¹⁴ em que um movimento A-barrado dispara leituras características de contraste, exclusividade e exaustividade.” (p.21)

Baseado nessa definição e nos dados do Português do Brasil, o autor inclui, por exemplo, a construção com *é que*, apresentada em (40e), no grupo das clivadas, como também outras nunca antes vistas como tal, e exclui outras que tradicionalmente são analisadas como exemplos de clivagem, como se pode ver em (39) e (40).

(39) Sentenças Copulares Comuns (SCC)

- | | |
|------------------------------------|--------------------------|
| a. A Mafalda é inteligente | (SCC-PRED) ¹⁵ |
| b. A Mafalda é minha vizinha | (SCC-ESP) |
| c. Quem roubou o banco foi esperto | (SCC-PRED) |
| d. A Suzanita é quem quer casar | (SCC-ESP) |

(40) Sentenças Clivadas

- | | |
|---------------------------------|----------------------|
| a. É a Suzanita que quer casar | (Clivada) |
| b. A Suzanita é que quer casar | (Clivada) |
| c. Inteligente é a Mafalda | (CPC) ¹⁶ |
| d. A conta pagou eu | (NCPC) ¹⁷ |
| e. Quem quer casar é a Suzanita | (Pseudo-clivada) |
| f. É a Suzanita quem quer casar | (PCE) ¹⁸ |

Com interesse particular, além do agrupamento do *é que* nas clivadas, questiono (39d) como uma copular comum, principalmente, por uma das justificativas do autor se centrar na ausência do movimento da relativa livre e numa leitura “que se aproxima das sentenças DEF

¹⁴ Na leitura ESP, um valor é especificado a uma variável. Os termos *variável* e *valor* são equivalentes a *sujeito* e *predicado* e à oposição *pressuposição/foco*, usada por Chomsky (1971).

¹⁵ As abreviações PRED e ESP significam respectivamente predicacional e especificacional. Na leitura PRED, não há especificação de um valor para uma variável, mas há predicação de uma propriedade.

¹⁶ CPC = sentença copular pseudo-clivada. Tipo de sentença que foge às definições comumente associadas à clivagem.

¹⁷ NCPC = sentença não-copular pseudo-clivada. Outro tipo de sentença que foge a definições tradicionais.

¹⁸ PCE = pseudo-clivada extraposta.

(= o sujeito é referencial e o predicado é definicional), quando comparada a “A Suzanita é a ‘casadoira’.” Ademais, isso traz à tona a discussão que considero solucionada pela visão de Said Ali ([1921] 2001) quanto à gramaticalização de *quem*, já flagrada no século XVIII, como já mostrei no capítulo II. Considero (39d), portanto, como uma construção típica de *é que*.

c) Costa & Duarte (2001)

Costa e Duarte (2001) rejeitam a hipótese de derivação de Casteleiro (1979). Propõem uma análise unificada das seis estratégias de clivagem, presentes em (41), defendendo que as clivadas são estruturas identificacionais com certas propriedades, listadas logo após as estratégias.

- (41)
- a. Clivada-Q: Foi o bolo o que João comeu.
 - b. Clivada: Foi o bolo que o João comeu.
 - c. Pseudo-clivada básica : O que João comeu foi o bolo.
 - d. Pseudo-clivada invertida: O bolo foi o que João comeu.
 - e. Pseudo-clivada invertida de *é que*: O bolo *é* que o João comeu.
 - f. Semipseudo-clivada: O João comeu foi o bolo.

As seis estratégias de clivagem apresentam as seguintes propriedades:

- a) A relação de identificação estabelece-se entre dois termos de uma oração pequena;
- b) o sujeito da oração pequena é uma oração relativa na qual se estabelece uma relação operador-variável ou é outro tipo de constituinte oracional contendo uma posição vazia legitimada por um operador;
- c) o nó funcional I (Sintagma flexional) pode ser lexicalizado pelo verbo *ser* ou pela expressão *é que*, resultante de um processo de reanálise, isto é, a incorporação de um complementador¹⁹ *que* na forma verbal *é*;
- d) As estruturas subjacentes de que deriva cada uma das construções estão presentes em (42):

- (42)
- a. [IP ser [SC [CP { o que/OP que } o João comeu] [DP o bolo]]]
 - b. [IP { ser/é que } ser [SC [CP OP o João comeu] [DP o bolo]]]

Ressalto o fato de os autores apresentarem como argumentos a favor da hipótese da reanálise de *é que*:

I – a inexistência de marcas de tempo e concordância, exemplificada em (43):

- (43) a. O bolo *é* que o João comeu.

¹⁹ Complementador é uma categoria sintática que se liga a um núcleo, formando um constituinte.

- b. *O bolo foi que o João comeu.
- c. * Os bolos foram que o João comeu.

II – a adjacência obrigatória entre a forma verbal e *que*, exemplificada em (44):

- (44)
- a. De fato, o bolo é que o João comeu.
 - b. O bolo, de fato, é que o João comeu.
 - c. O bolo é que, de fato, o João comeu.
 - d. *O bolo é, de fato, que o João comeu.

Segundo os autores, essa análise prediz que a expressão *é que* se restrinja a contextos em que o complementador seja nulo, conforme as representações em (42).

Da análise geral apresentada no artigo, questiono dois pontos: um referente às diferenças entre PE e PB, e outro em relação à derivação das semipseudo-clivadas.

No primeiro caso, os autores afirmam, baseados em Modesto (1995), que as estratégias de clivagem descritas para o PE, exemplificadas em (41), também ocorrem em PB; e que a única diferença reside no fato de a estrutura pseudo-clivada invertida ocorrer com “a forma *que* em vez de *é que*”, conforme ilustra o exemplo citado em (45a); acrescentam que não existe uma grande diferença estrutural entre as construções desse tipo e a pseudo-clivada invertida de *é que*, e observam que nas outras construções que envolvem *é que*, não ocorre a forma verbal em PB, também exemplificada em (45b). Dessa maneira, legitimam a suposição de que *é* a forma *é que* que lexicaliza o núcleo funcional em PE, sendo apenas o complementador *que*, sem a forma *é* antecedente, em PB.

- (45)
- a. O bolo que João comeu.
 - b. Quem que chegou?

Acredito que esse uso se trata de “mais” uma estratégia alternativa em PB, como está presente, com o rótulo de “construção que”, em Braga (1989) e acolhida por Longhim (1999), sem, contudo, excluir o uso do *é que*, como exemplifico mais adiante com os dados dessa pesquisa.

O outro ponto que questiono é o fato de Costa & Duarte (2001) defenderem que as semipseudo-clivadas não possam ser derivadas de pseudo-clivadas com o apagamento do pronome relativo, contrariando o que defendem Casteleiro (1977) e Kato & Raposo (1996), Costa & Duarte (2001) exemplificam essa impossibilidade por meio de (46):

- (46)
- a. (*O que) o João deu foi o livro à Maria.
 - b. *(O que) o João fez foi ler o livro.
 - c. *(Quem) leu o livro foi o João.

Os exemplos (46a) e (46b), como pseudo-clivadas e como semipseudo-clivadas, são perfeitamente possíveis no PB, posto que, na pseudo-clivada, há uma redundância envolvendo o *o que* da subordinada e a estrutura informacional presente na subordinante; então o falante opta por uma semipseudo-clivada, seguindo, portanto, a tendência de, na repetição²⁰, apagarem-se os elementos primeiramente à esquerda. Vale à pena ressaltar que o verbo *ser* ainda está flexionado em relação ao tempo, característica essa que tende a se estabilizar no presente do indicativo; estando, pois, em processo de gramaticalização. Quanto ao exemplo (c), os próprios autores afirmam que essa estratégia envolve o VP (sintagma verbal), portanto é realmente impossível com o sujeito; confirmando, assim, a assimetria sujeito-objeto observada por eles.

De acordo com os resultados, destaco as seguintes conclusões: a) a possibilidade de pseudo-clivadas básicas e invertidas deve-se ao fato de a estrutura subjacente conter uma relativa livre; b) a ocorrência de pseudo-clivadas invertidas de *é que* só é possível em línguas em que a reanálise do verbo mais o complementador tenha ocorrido; e c) a ocorrência de semipseudo-clivadas se restringir a línguas que admitam objeto nulo.

É digno de nota o fato de Costa & Duarte (2001), ao verificarem a existência das seis citadas estratégias de clivagem, no Catalão, Espanhol, Francês e Italiano, constataram que, sendo o *é que* resultante de um processo de reanálise específico do PE e do PB, não exista construção pseudo-clivada invertida de *é que* nas restantes línguas românicas.

3.3.2. Estudos sob a orientação funcionalista

Nesta seção, comento, com interesse particular, o trabalho de Braga (1989), e o de Longhin (1999), que tem o primeiro como referência. Tomo os dois como importantes referências, principalmente, por serem investigações com uma perspectiva funcionalista e por referirem as construções com *é que*, trazendo importantes contribuições, como se verá adiante.

²⁰Baseio-me, por extensão, no que diz Castilho (1997), ao afirmar que a repetição, como um dos recursos da sintatização, concorre para a formatação da estrutura sintagmática: ela recategoriza a classe do verbo (levando-o a alternar nos enunciados como verbo pleno e como auxiliar), e funciona no apagamento de constituintes, operando da esquerda para a direita, e no acréscimo de constituintes, da direita para a esquerda; e para a estrutura funcional da sentença: a repetição ordena as funções sentenciais segundo uma hierarquia previsível.

a) Braga (1989)

Numa perspectiva discursivo-funcional, Braga (1989) investiga as sentenças clivadas do português do Brasil, em amostras de fala, produzidas por falantes cariocas, material que faz parte do *Projeto Censo da Variação Lingüística*.

Com base em critérios formais, Braga (1989) distingue seis tipos de clivadas. Além da denominada “Construção É QUE”, tipo que é objeto do presente estudo e exemplificado em (47), a autora distingue a “clivada propriamente dita”, exemplificada, também por ela, em (48); “Pseudo-clivada”, em (49); “Ser Foco” (= semipseudo-clivada), em (50); “Que Foco”, em (51); e “Duplo Foco”, em (52):

(47) Construção É QUE (= É QUE) :

E: Mas você cozinha. E você deve ter algum prato que os seus fregueses gostam mais.

F: = =

E: Qual é?

F: Ah, eu cozinho não. *A minha tia é que cozinha.*

(JO 1154 B133)

(48) Clivada Propriamente Dita (=CLIV)

E: O que você quer?

F: O que eu quero? Eu quero continuar estudando, sabe? Se der pra me formar, tudo bem, n'ê? Se não der, eu ir arranjar uma coisa melhor pra mim viver minha vida, eu sozinha, sabe? Sem ta-- sem ter que morar na casa dos outros. *É isso que eu quero.*

(SU351 A145)

(49) Pseudo-Clivada (= PC)

F: O CCE também entra assim, pra sentar.

E: E entra com bandeira também?

F: Entra. O pelotão, o CCE não.

E: hum.

F: *Quem segura é o Sandro.* Ele segura, a gente segura a ponta da bandeira.

(RO/AP 317 A138)

(50) Ser Foco (= SER)

F: Eu acho isso é uma boa, mesmo. Uma boa! A mulher deve ser independente, nunca depender do marido.

E: Eh, mas às vezes os homens ficam muito ameaçados, os homens -- maridos...

F: Ah, eles ficam ameaçado nada. *Eles ficam eh...é enciumados.*

E: Pois é, nesse sentido.

F: *Eles ficam é com ciúmes*, porque tem mulher que ganha mais do que marido.

(MA 446 A235)

(51) Que Foco

F: Mas são pessoas que são convidadas, ou até elas se falam...quem até -- Até uma das garotas da nossa...do nosso pessoal é mãe da organizadora do desfile -- do desfile da Pluft. ***Ela que organiza os desfiles aqui.*** Então ela chama todo mundo.

(GU 1889 B439)

(52) Duplo Foco

...mas o caso é o seguinte: tu já viu país sendo governado por militar, rapaz? Qual o país que é bom? Qual? Nenhum. Tu não vê? Até o país lá de fora, sendo governado por militar, tu não vê que eles tão em uma boa. Eles estão tudo caindo. Mas comandado por civil, tu vê que ele tá bem. Porque acontece muito. O rombo é muito grande...O rombo tá muito grande. Então pa eles tentar fechar, quem sofre é a gente, rapaz! ***É a gente é que sofre.*** Gasolina subindo todo dia!

(JA 1547 B735)

Braga (1989) seleciona somente os tipos CLIV, É QUE, PC e SER e os analisa, verificando, principalmente, a classe de palavras e a função sintática do constituinte focal das frases clivadas; a relação entre as frases clivadas e o contexto precedente; e a correlação entre as frases clivadas e a estrutura de informação.

A autora mostra que esses quatro tipos se distinguem quanto à classe de palavras e função sintática do elemento com função de “foco”. Em relação à classe de palavras, observou que: a) os substantivos, os sintagmas preposicionais, os pronomes pessoais e os demonstrativos podem ocupar a posição de foco nos quatro tipos de frases clivadas; b) os advérbios e os pronomes pessoais são mais usados nas É QUE; c) os substantivos e os pronomes demonstrativos se distribuem de forma quase complementar nas PC e CLIV; e d) qualquer categoria pode ocorrer nas SER. Com relação à função sintática do constituinte focal, ela verificou que: a) as É QUE e as CLIV têm sujeitos, circunstanciais e objetos como foco; b) as PC focalizam somente sujeitos; e c) as SER podem focalizar constituintes de quaisquer funções sintáticas.

Verificando a relação entre as frases clivadas e o contexto precedente, a autora revela que as clivadas podem exprimir tanto relações lógico-semânticas quanto relações discursivo-argumentativas. Nas primeiras, estão incluídas as relações de *contraste*, *causa*, *seqüência*, *reiteração*, que, segundo a autora, têm em comum o fato de tenderem a se estabelecer entre dois enunciados usualmente contíguos e o âmbito de ação é local. Já nas relações discursivo-argumentativas, estão incluídas as relações de fecho, qualificação/identificação, justificação/razão. São relações em que “as sentenças clivadas, espécie de comentários metacomunicativos, permitiriam ao falante comentar/indicar como seu discurso deve ser entendido, de uma certa forma interrompendo o fluxo das idéias” (BRAGA, 1989, p. 27).

Veja-se um exemplo de justificação/razão com É QUE apresentado pela autora em (53):

(53) E: Mas você não acha que esses pontas agora que o Parreira botou, o Renato e o Éder vão dar mais movimentação ao time?

F: Dão...vão...vão...Para mim, o Renato, vá lá, mas o Éder, no outro jogo ele não foi grande destaque na Copa. Então, para mim, *o Renato é que eu ainda não sei*, porque eu não sei na ponta dele.

(ZR 601 A225)

Dentre todas as relações acima listadas, Braga (1989) privilegia o estudo da relação de *Contraste* e conclui que, embora os outros tipos de frases clivadas possam exprimir tal relação, as É QUE e SER são as construções preferidas.

Além das relações interfrásicas, a autora investiga a correlação entre a frase clivada e a estrutura de informação. Classificando os referentes focais em velhos, inferíveis e novos, Braga (1989) verificou que é possível traçar um perfil específico para cada tipo de frase clivada: a) as É QUE e as CLIV tendem a realçar primordialmente entidades velhas; b) as PC e as SER privilegiam entidades novas; e c) a construção SER intensifica mais a distância percentual entre os referentes novos e velhos.

Com base nos achados de Braga (1989), destaco, então, as seguintes características para o tipo de frase clivada com a construção com *é que*:

a) há a preferência pelo uso de advérbios e de pronomes pessoais como constituinte focal, se comparado ao de substantivos, ao de sintagmas preposicionais e ao de demonstrativos;

b) há mais ocorrência da construção clivada com *é que* nas relações de contraste com o contexto precedente; e

c) a construção clivada com *é que* focaliza mais referentes velhos, ou seja, realça mais informações já conhecidas na situação de interação comunicativa.

b) Longhin (1999)

Longhin (1999) faz um estudo diacrônico das construções *clivadas* e *pseudo-clivadas*, como construções de *foco*, visando a desvendar o processo que teria dado origem a essas construções no português, sua implementação nessa língua e suas propriedades.

A autora analisa um *corpus* constituído por textos do século XIII ao XX, e mais outros dois *corpora*: uma amostra de aquisição do português brasileiro como primeira língua (L1),

que compreende entrevistas com crianças de até cinco anos; e uma amostra de aquisição do português brasileiro como segunda língua (L2), que compreende o português de contato ou xinguano, um registro lingüístico com algumas características de língua *pidgin*²¹.

Para tanto, adota pressupostos teóricos da abordagem funcionalista, principalmente as propostas de Halliday (1967, 1985) e Dik (1980, 1989, 1997) e da teoria da variação sociolingüística (LABOV, 1972), e investiga as clivadas à luz de suas propriedades sintático-discursivas, observando:

- i) *status* informacional do constituinte com a função de foco: evocado, inferível e novo;
- ii) “classe gramatical” do constituinte com função de foco: sintagma nominal, sintagma verbal, sintagma preposicional, advérbio, oração etc;
- iii) função sintática do constituinte com função de foco: sujeito, objeto, circunstancial, etc;
- iv) dimensão (em número de sílabas) do constituinte focal: curto, médio, longo; e,
- v) contraste: explícito, implícito.

Longhin (1999) estuda cinco dos seis tipos de frases clivadas apresentadas por Braga (1989), quais sejam: “Clivada Propriamente Dita (CLIV)”; “Construção É QUE (É QUE)”; “Construção Que (QUE)”; “Construção Ser Foco (SER)”; e “Pseudo-Clivada (PC)”, e divide seu estudo em dois momentos: um, que busca a origem das construções clivadas; e outro que analisa as propriedades sintático-discursivas, verificando a correlação dos dados tanto sincrônica (Séc. XX) quanto diacronicamente (do Séc. XIII ao XX).

Em relação ao primeiro momento, Longhin (1999), com base nos dados coletados, descreve o percurso das sentenças clivadas desde o século XIII ao XX:

- a) nos séc. XIII a XV, aparecem estruturas similares às atuais (clivadas – CLIV; pseudo-clivadas – PC e com a construção É QUE), mas que têm interpretação ambígua, segundo os traços de clivagem estipulados para a análise;

(54) “...non **foi omen que** lhe visse as semelhas....” (Cantigas de Escárnio e de Maldizer, p. 237)

- b) no séc. XIV: há a primeira ocorrência de uma construção pseudo-clivada – PC:

(55) “**O que** Santa Maria mais despraz,/ é de quem ao seu fillo pesar faz.”
(Cantigas de Santa Maria, p.12);²²

²¹ A autora se apóia na hipótese de Givón (1979) segundo a qual o modo pragmático de comunicação pode ser observado nos primeiros estágios de aquisição de primeira língua, nos processos diacrônicos de constituição da estrutura da língua, na fala *pidgin* e no registro informal não-planejado.

²² Os exemplos (24) a (30) foram coletados por Longhin (1999).

c) no séc. XV: surge a Clivada Invertida - PC-INV²³:

- (56) “Mas o erro que fazeyz/ **he o que** me da payxam...”
(Cancioneiro Geral de Garcia Resende, p.32);

d) no séc. XVI: novas ocorrências de PC, que evidenciam a implementação dessa construção na língua portuguesa;

e) no séc. XVII: embora não apareçam nos dados, a autora acredita que as construções Clivadas – CLIV e as construções *É QUE* já fazem parte da língua portuguesa;

f) no séc. XVIII: são levantados dezenove casos de construção *É QUE*, presente em (57), e nove CLIV, em (58):

- (57) “Senhora, sendo vós a culpada, *eu é que* sou o delinqüente”.
(O Labirinto de Creta, p.16)

- (58) “*É Sacatrapo em pessoa, que* te vem trazer um recado de Jason”.
(Os encantos de Medeia, V.II, p.59).

Segundo a autora, as quatro formas de clivadas (PC, PC-INV, *É QUE* e CLIV) já existem, de modo embrionário, desde o séc. XIII, mas é no séc. XVII que elas fazem parte da língua.

g) no séc. XIX: surge a construção *QUE*, considerada por Longhin como uma variante foneticamente condicionada da construção *É QUE*:

- (59) “Estava, ha coisa de oito dias para te escrever, quando sobreveio o incidente, de que talvez tenhas notícia pelos jornaes de ter de ser padrinho de Camillo Castello Branco num duello que se não realisou, mas cujas negociações me tomaram completamente o tempo, e o que é mais a attenção, *por isso que o Camillo ha de ser sempre uma crença*”.

(Cartas de Antero de Quental)

h) no séc. XX: surge a construção *SER*, que, segundo Wheeler (1982) e Rocha Lima ([1957] 1992), tratam-se de PC reduzidas, resultado do apagamento de certos elementos.

- (60) Mas o principal assunto desta carta não é nada disso. *Eu queria era apresentar aos antropófagos o Dr. Artur Imbassy*, autor deste pedaço de prosa estampado no Jornal do Brasil de 28 de junho.
(Manuel Bandeira/Epistolário, p.1395)

Então, segundo os dados de Longhin (1999), as PC e PC-INV foram as primeiras alternantes clivadas a aparecer, seguidas das *É QUE* e CLIV. Já as *QUE* e *SER* são mais recentes, sendo que a última data do século XX. A autora sugere que as PC-INV podem ter dado origem às CLIV e *É QUE*, por meio de processos de mudança lingüística. Dado que

²³ O tipo PC-INV se refere à pseudo-clivada invertida com *é o que*, que consta apenas do levantamento diacrônico de Longhin (1999). A autora afirma que esse tipo requer uma atenção maior que não seria dispensada nesse seu estudo.

corroborar a intuição de Bueno da Sequeira (1954).

Acerca da construção QUE, Longhin (1999) tem a mesma opinião de Braga (1989), de que essa construção teria origem nas É QUE, como resultado de mudança foneticamente condicionada, e que, diferente da possível forma original (= CLIV), a clivada QUE se especializou em focalizar basicamente sujeitos pronominais. Já a construção SER seria resultado da necessidade de uma estratégia especializada na focalização de objetos novos, e não a considera uma PC reduzida. Dessa forma, a autora contraria ao que defende Casteleiro (1979) e Kato & Raposo (1996), e faz coro com Costa & Duarte (2001). Defende, pois, que, na PC, é possível o apagamento do relativo *o que*, mas, quando se trata do apagamento do relativo *quem*, por exemplo, na frase “*Quem comprou o carro foi ele*, surge uma frase que não é gramaticalmente boa: “*Comprou o carro foi ele*.”. (LONGHIN, 1999, p. 166)

O percurso traçado por Longhin e as formas similares encontradas, como (51): “...non **foi omen que** lhe visse as semelhas...” do séc. XIII, que interpreto como trazendo o sentido lexical primeiro de *ser* “*não existiu homem que...*”, bem como a forma embrionária do *é que* em PC-INV: “*Mas o erro que fazeyz/ he o que* me da payxam...”, sugerem que as construções *é que* e as “*alternantes*” têm a mesma fonte e que, por pressões comunicativas e pragmáticas, começam a ser empregadas de forma diferente. No caso, ter-se-ia um caso de divergência²⁴, como, por exemplo, em (61):

(61)

- **o que** me da payxam **he** *o erro que fazeyz* (PC);
- *o erro que fazeyz* **he (o) que** me da payxam. (É QUE);
- **he** *o erro que fazeyz* **que** me da payxam.(CLIV);
- *o erro que fazeyz* me da **he** payxam.(SER);
- *o erro que fazeyz* **que** me da payxam.(QUE).

Em relação às propriedades sintático-discursivas, as correlações dos grupos de fatores, feitas por Longhin (1999), evidenciaram que, no português, essas cinco formas têm funções sutilmente diferenciadas; ou seja, embora elas tenham em comum a função de pôr um elemento em foco, cada uma se especializa mais na focalização de um tipo particular de constituinte. Segundo a autora, é essa especificidade que determina o emprego de uma ou outra alternante clivada em certos contextos.

Por isso, a seguir, reproduzo o quadro 01, elaborado por Longhin (1999, p. 167), que resume as tendências mais frequentes ou não-marcadas de cada tipo, para que sirvam de

²⁴Divergência é um dos princípios de Hopper (1991) que atuam na mudança, que se refere à coexistência da forma fonte e da forma gramaticalizada.

comparação entre os dados relativos ao *É QUE* na fala do séc. XX e os da escrita do PB e PE, objeto deste estudo.

Fatores	CLIV	É QUE	PC	QUE	SER
Status Informacional	Evocado	Evocado	Novo	Nº insuficiente de dados	Nº insuficiente de dados
Classe Gramatical	Sint.preposicional Substantivo Pronome	Substantivo Sint.preposicional Pronome	Substantivo Oração	-	-
Função Sintática	Circunstancial Sujeito	Circunstancial Sujeito	Sujeito Objeto	-	-
Dimensão	Curto	Curto	Longo	-	-

Quadro 01: Síntese geral das correlações sintático-discursivas das clivadas/Sincronia - Longhin (1999)

Os resultados do estudo quantitativo de Longhin (1999) para o material sincrônico revelaram a seguinte situação para as frases clivadas:

Em relação à variável *status* informacional: a) as *É QUE* e as *CLIV* são mais usuais, quando se deseja focalizar referentes evocados, ao passo que as *PC* são mais usuais na focalização de elementos novos; esse resultado é semelhante ao obtido por Braga (1989) na fala coloquial do Rio de Janeiro. b) As alternantes *SER* e *QUE* foram deixadas de fora em razão da baixa freqüência.

Em relação à classe gramatical: a) os substantivos (próprios e comuns) são os mais freqüentes e estão correlacionados com todas as variantes clivadas, representando 45% do total de sintagmas nominais, contra 16% dos pronomes. b) Os pronomes pessoais e demonstrativos têm comportamento semelhante e aparecem, antepostos, principalmente no escopo de *É QUE* e *CLIV*, codificando sempre informação evocada, e sinalizando, na função de foco, uma relação discursiva do tipo **sumário**, na terminologia de Mann & Thompson (1986)²⁵. c) Os sintagmas preposicionais são focalizados preferencialmente por meio de *É QUE* e *CLIV*, o que parece, segundo a autora, decorrer de seu *status* evocado. E, finalmente, d) os advérbios, pouco focalizados na amostra sincrônica (fala), aparecem geralmente no início e são focalizados por *É QUE* e *CLIV*.

²⁵ Mann & Thompson (1986) analisam relações proposicionais, ou seja, relações que podem ser inferidas a partir da combinação entre duas porções textuais. Nos textos escritos do inglês, os autores sugerem que as principais relações são *evidência*, *reiteração*, *motivação*, *justificação*, *razão*, *elaboração*, *causa*, *seqüência*, *solução*, *circunstância*, *motivação*, *capacitação*, *condição*, *concessão*, *fundo*, *contraste*, *sumário* e *propósito*. Segundo os autores, a relação de *sumário* é observada toda vez que uma oração ou seqüência de orações funciona como um 'resumo' do que foi veiculado antes pela(s) oração(ões) precedente(s).

Segundo Longhin (1999), o levantamento da função sintática do elemento focal sugere contornos mais precisos e específicos para cada variante clivada: a) os circunstanciais são mais realçados pelas *É QUE* e *CLIV*, enquanto sujeitos e objetos são mais realçados pelas *PC*. b) as *É QUE* e *CLIV*, que parecem similares entre si, correlacionam-se mais com a focalização de sujeitos e de circunstanciais, do que de objeto. c) O processo de focalização está inter-relacionado com a ordem dos elementos, ou seja, algumas clivadas se caracterizam por colocar o elemento focalizado mais à esquerda – *É QUE*, *CLIV*, e *QUE*, e outras mais à direita na frase – *PC* e *SER*, e, dependendo da função sintática do elemento focal, haverá preservação ou não da ordem neutra *SVO*.

No tocante à dimensão estrutural: a) confirmando os resultados de Braga (1991), a análise quantitativa de Longhin (1999) mostra que há uma tendência em *É QUE* e *CLIV* serem mais usadas na focalização de constituintes menos extensos, enquanto as *PC*, contrariamente a essa tendência, mostram-se mais compatíveis com focalização de constituintes longos. E, b) as ocorrências de *SER* e *QUE* foram pequenas e, portanto, “não confiáveis”, para autora.

A variável que não consta do quadro é o *contraste*, cujo levantamento de Longhin (1999) mostra que, na maior parte dos casos (81%), caracteriza-se por ser implícito e, entre todas as variantes clivadas, a *PC* é a que parece favorecer mais o contraste explícito. A autora salienta que seus resultados não permitem afirmar que, conforme a análise de Braga (1989), as alternantes clivadas *É QUE* e *SER* são as que se envolvem mais frequentemente em relações contrastivas.

Observando as características das cinco clivadas, os dados de Longhin (1999) mostram uma tendência de similaridade das *É QUE* muito maior com as *CLIV* do que com as *PC*, o que me faz pôr em cheque, com base em dados sincrônicos, a hipótese de emergência de Casteleiro (1979) de a construção *é que* ser derivada de uma *PC*. Ressalto que os dados diacrônicos da autora mostram que as *PC* e as *PC-INV* (com *é o que*) foram as primeiras alternantes clivadas a aparecer, seguidas das *É QUE* e *CLIV*, sugerindo que as *PC-INV* possam ter dado origem às *É QUE* e às *CLIV*, por meio de processos de mudança lingüística. Já as clivadas *QUE* e *SER* são mais recentes, sendo que a última data do século XX.

Esses dados, se comparados com os da Aquisição de Linguagem no levantamento de Longhin (1999), não corroboram a hipótese de Givon (1979), no sentido de mostrar que as mesmas etapas observadas no processo diacrônico de constituição das clivadas também sejam observadas no processo de aquisição de linguagem, seja de primeira ou de segunda língua, pois, segundo a autora, tanto os falantes de L1 como os de L2 parecem adquirir primeiramente

a construção QUE.

4. Divergências sobre a emergência do *é que* – Objetivos e Hipóteses

4.1. Identificando divergências sobre a emergência do *é que*

Os estudos referentes à expressão *é que*, apresentados nas seções anteriores, mostram um certo desencontro quanto aos períodos de surgimento do *é que*, e requerem um estudo mais exaustivo que verifique a origem dessa expressão:

i) Segundo o gramático Said Ali ([1921] 2001) e Bueno da Sequeira (1954), o *é que* trata-se de uma expressão recente na língua, datada do Séc. XIX ou fins do Séc. XVIII.

ii) Segundo as lingüistas Duarte (1992) e Lopes-Rossi (1996), corroboradas por Kato (1996), a “partícula *é que*” emerge na segunda metade do Séc. XIX.

iii) Longhin (1999), que faz um estudo diacrônico das sentenças clivadas, afirma que, nos Séc. XIII a XV, já aparecem estruturas similares às clivadas atuais, inclusive com *é que*, mas têm interpretação ambígua, apresentando um ou outro traço de clivagem.

Destaco que todos os estudos aqui resenhados, que propuseram uma possível origem para o *é que*, seja numa perspectiva tradicional, estrutural, gerativista, ou mesmo funcional, baseiam-se tanto no étimo do *ser* e *que* quanto na analogia, na ordem (intercalação de elementos ou movimento frásico), na integração de frases em sentenças relativas, completivas ou interrogativas; e, principalmente, na função de dar *ênfase* ou marcar *foco*.

Sendo assim, há necessidade de se verificar, dentro da multifuncionalidade do *é que*, se todos esses elementos desfilam no trajeto dessa expressão, quando emergiram e em que contexto exercem suas funções.

4.2. Objetivos e Hipóteses

Nesta seção, exponho os objetivos e as hipóteses norteadores desta investigação.

4.2.1. Objetivo Geral

Proponho-me descrever e explicar os processo(s)/mecanismos e propriedades formais e funcionais que caracterizam a variação/mudança da expressão *é que* dita “expletiva” como relativos ao processo de gramaticalização, bem como buscar a origem dessa expressão, a

partir de amostras textuais de língua escrita em uso desde o Português Antigo do Séc. XII até o Português Moderno do Séc. XX.

4.2.2. Hipótese Geral

Por meio do processo de gramaticalização, a expressão *é que* dita “expletiva” segue a trajetória:

<i>é o que > é que,</i>

resultante de mecanismos metafóricos e metonímicos, que pode ser comprovada em uma pesquisa de natureza pancrônica.

4.2.3. Correlação dos objetivos e hipóteses específicos

Objetivo A:

Levantar fatores, em diferentes sincronias, aferidos qualitativa e quantitativamente, que evidenciem o possível percurso de gramaticalização que relacione os diferentes usos do *é que*.

Hipótese A:

O processo de gramaticalização do *é que* se insere nas trajetórias unidirecionais por que passa(ra)m alguns operadores argumentativos: *espaço > texto* que, por sua vez, podem ser associadas às funções da linguagem, seguindo a trajetória: *ideacional > interpessoal > textual*.

Objetivo B:

Verificar a emergência do *é que* nas sincronias do Português do Séc. XII ao Séc. XIX (1ª metade), a frequência e a(s) função(ões) que desempenha(va)(m).

Hipótese B:

O processo de mudança por que passou o *é que* não é recente na língua, e é resultante da reanálise do uso original de “...*é o que*...”.

Objetivo C:

Comparar a distribuição e os valores da expressão *é que* no Português Brasileiro e no Português Europeu nos séculos XIX e XX.

Hipótese C:

Os diferentes usos da expressão *é que* são pragmaticamente motivados. Ocorrem, sobretudo, para atender a pressões comunicativas diferenciadas.

Objetivo D:

Observar as instâncias de continuidade e estabilidade de alguns significados/funções do *é que* no percurso das diferentes sincronias.

Hipótese D:

O registro tardio de *é que* na escrita deve-se à obediência às normas prescritivas de intolerância com a dita partícula “expletiva”.

Objetivo E:

Verificar, empiricamente, a validade das intuições dos gramáticos tradicionais, bem como dos achados e hipóteses dos lingüistas modernos sobre o *é que*.

Hipótese E:

A expressão *é que* tem um caráter multifuncional, cujos usos assumem funções tanto textual-discursivas (*e.g.* focalização, encadeamento) como argumentativo-atitudeis (*e.g.* modalizador epistêmico de certeza).

PARTE II

OPTANDO POR UMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA SOBRE GRAMÁTICA E GRAMATICALIZAÇÃO

Fundamentação Teórica

CAPÍTULO I

Perspectiva funcionalista

1. Perspectiva Funcionalista sobre Gramática e Gramaticalização

Entendo o termo *funcionalismo*, no domínio da Lingüística, como uma abordagem que tenta explicar a forma da língua através do uso que se faz dela. Assim, a língua é usada para satisfazer necessidades comunicativas, e suas estruturas devem ser explicadas com base no uso real a que elas se prestam. Nesse sentido, a língua é tida como uma estrutura maleável, emergente, posto que está sujeita às pressões do uso, ou seja, a codificação lingüística é resultante do uso (da língua).

Segundo Bolinger (1977), cabe ao lingüista investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas, seus contextos de uso específico. Então, acredito que uma gramática funcional visa a explicar as regularidades da língua conforme as circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua, ou seja, a descrição e a explicação dos fenômenos lingüísticos precisam incluir referência ao falante, ao ouvinte, aos seus papéis e seu estatuto numa situação de interação determinada socioculturalmente.

Como se pode ver, parece que assim caracterizando o Funcionalismo, está-se unindo uma série de similaridades que marcam os diferentes modelos funcionalistas. Conforme Prideaux (1994), existem tantas versões do Funcionalismo quantos lingüistas que se chamam “funcionalistas”²⁶ – dentre estes estão desde os que apenas rejeitam o Formalismo até os que formulam uma teoria.

Isso me faz trazer à baila o debate, já quase debutante, entre forma e função na Lingüística²⁷, não para discutir a distinção entre as abordagens teóricas: formalismo (estruturalistas e gerativistas) x funcionalismo, mas extraindo, desse debate, a problemática maior que consiste na falta de coerência metateórica que se traduz na falta de uma concepção de linguagem e de língua, entre as ciências da linguagem, que sirva para delinear, num grande quadro teórico, as relações entre os fenômenos lingüísticos. (DILLINGER, 1991, p.405)

Nessa perspectiva, particularizo essa problemática dentro do próprio Funcionalismo Lingüístico contemporâneo, quando a falta de coerência parece envolver as noções forma e função, gramática e discurso; e, por extensão, o paradigma da gramaticalização, no sentido de discutir os domínios do léxico, da fonologia, da morfologia, da sintaxe, da semântica e da pragmática sem perder de vista essas noções. Na maioria das propostas funcionalistas, é comum se observar abordagens teóricas que procuram explicar os fatos da língua, tentando

²⁶ As diferentes versões geralmente são identificadas pelo proponente que as defende: Givón, Heine, Hopper, Dik, Halliday, etc.

²⁷ Cf. Dillinger, 1991.

relacionar esses domínios, afirmando serem interdependentes, numa perspectiva de uma teoria “global” de interação. Porém, o que se observa na prática, ou seja, operacionalmente, é que essa interdependência parece enfraquecer, dependendo da motivação do domínio mais saliente, ou mesmo da predileção metodológica do estudioso.²⁸

A relação entre gramática e pragmática, por exemplo, está presente em vários modelos, mas há diferenças quanto à concepção dessa relação. Essa preocupação pode ser encontrada em Neves (2004, p. 20), que elenca alguns modelos “com possibilidade de posições extremas ou posições relativizadas”. Há também uma preocupação com essa relação em Gorski *et al* (2004, p. 52), ao questionarem onde situar, ao longo de uma trajetória de mudança, os aspectos pragmáticos envolvidos em um fenômeno lingüístico em estudo, ou seja, questionam “como explicar, via gramaticalização, a passagem de elementos supostamente mais gramaticais para um âmbito mais discursivo”, isto é, mais pragmático?

Além disso, percebo muita confusão (ou mistura) entre o que seja estrutura gramatical, codificação morfossintática e conceito de gramática, bem como o conceito de gramática envolvendo o discurso, quando, na realidade, costumam denominar de gramatical apenas o que pertence à morfologia e à sintaxe. Parece haver ainda alguns laços muito fortes para permitir ao lingüista se libertar do Formalismo, e o nevoeiro que aí ainda se encontra lhe furta a visão da língua como um todo; não rompendo facilmente com a tradição, recuando diante de tantos estudos que avançaram, não querendo compreender o modo mais abrangente de se conceber a língua.

Então, para optar por propostas condizentes com a concepção funcionalista apresentada no início deste capítulo, passo a verificar, na próxima seção, a coerência e a operacionalidade de algumas delas, observando o posicionamento de alguns estudiosos sobre a relação entre discurso e gramática.

2. Relação entre Gramática e Discurso

Nesta seção, apresento alguns posicionamentos sobre a relação entre gramática e discurso apresentados por funcionalistas estrangeiros Dik (1978;1997) e Halliday (1973) e

²⁸ Não só variam as correntes de pesquisa, como também as funções propostas como objeto de estudo funcionalista. A maioria dos pesquisadores empregam o termo *função* em mais de um sentido ao mesmo tempo. Nichols (1984) identifica cinco sentidos de função que transparecem freqüentemente em estudos funcionalistas: função/interdependência, função/relação, função/contexto, função/significação e função/finalidade. Destaco as três últimas para esta investigação.

funcionalistas americanos como Givón (1979;1991; 1995), Du Bois (1985; 1993), Bybee *et al.* (1994) e Traugott (1995/1997), bem como funcionalistas brasileiros Martelotta *et alii* (1996) e Castilho (1997), para, com base na análise dessas abordagens, lançar uma proposta de integração entre as visões “diferentes” para uma maior compreensão da linguagem.

Os posicionamentos funcionalistas implicam um espaço de conflitos em que os estudiosos se posicionam de um modo ou de outro de acordo com o fenômeno ou com o contexto situacional, não estendendo aos autores, portanto, o rótulo de “conservador”, “radical”, “moderado”, etc.

Segundo Nichols (1984), há um funcionalismo conservador, um funcionalismo extremado e um funcionalismo moderado. Nessa discussão, não quero entrar nesse mérito, apenas apresento o exemplo de Givón, que, segundo VanValin (1990), é considerado “conservador”²⁹ em *On understanding grammar* (1979), que nega a validade da concepção saussuriana da linguagem como sistema estrutural, defende que a gramática pode ser reduzida ao discurso³⁰ e assume uma posição mais “moderada” em obras posteriores, por exemplo, quando acentua a natureza abstrata e formal da estrutura sintática.

Givón (1995, p. xv) afirma que todos os funcionalistas aceitam como fundamental o postulado da não-autonomia: uma língua (e a gramática) não pode ser descrita adequadamente como um sistema autônomo. Para se entender o que é gramática, como e por quê, tem-se que fazer referência a parâmetros naturais que moldam a linguagem e gramática como cognição e comunicação, cérebro e processamento da linguagem, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.

Observe-se, então, como alguns estudiosos concebem a relação entre gramática, cognição e comunicação.

Dik (1978, p.1) aponta que, “num paradigma funcional, a linguagem é concebida, em primeiro lugar, como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.” Assim, em qualquer estágio da interação verbal, o falante e o destinatário se apóiam em informação pragmática.

Na formulação do modelo de interação verbal, Dik (1989) equaciona a consideração funcionalista da expressão lingüística dentro da comunicação. A interação verbal, que é a interação social estabelecida por meio da linguagem, constitui uma atividade cooperativa (envolve, pelo menos, dois participantes para o alcance de seus objetivos) e estruturada

²⁹ Nessa obra, considerado Givón “extremado”.

³⁰ Neves, 1997

(governadas por regras, normas e convenções). Na interação verbal, os participantes utilizam como instrumentos as expressões lingüísticas, que constituem dois sistemas de regras com os quais a lingüística, segundo o autor, deve-se ocupar: i) regras que governam a constituição das expressões lingüísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e ii) regras que governam os padrões de interação verbal em que essas expressões lingüísticas são usadas (regras pragmáticas).

Nessa perspectiva, Dik (1989) fala em integração da gramática numa pragmática mais ampla da interação verbal. Propõe um modelo de gramática funcional em que a teoria da sintaxe e da semântica é desenvolvida dentro de uma teoria pragmática, i.é, dentro da interação verbal. Nela, as expressões lingüísticas são vistas como instrumentos que são usados pelo falante para evocar a interpretação desejada no destinatário; e a estrutura do predicado se organiza com a intervenção de três tipos de funções: as semânticas (e.g. agente, meta), as sintáticas (e.g. sujeito, objeto) e as pragmáticas (e.g. tópico e foco). Dik divide a informação pragmática, contida nos constituintes internos da frase, em: i) geral (referente ao mundo, seus traços naturais e culturais, e outros mundos possíveis e imaginários); ii) situacional (derivada da percepção e da experiência dos participantes da interação); e iii) contextual (derivada das expressões lingüísticas que ocorrem em qualquer ponto anterior ou posterior da interação verbal). Além dos constituintes da frase, existem constituintes pragmáticos extrafrasais, que não fazem parte dela propriamente dita, embora se associem de um modo mais frouxo a ela. Eles podem ser descritos adequadamente em termos de sua funcionalidade pragmática que geralmente dizem respeito a: i) o monitoramento da interação; ii) a comentários sobre o conteúdo da própria frase; iii) a organização do conteúdo da expressão relativamente ao contexto em que ela ocorre.

As funções dos constituintes extrafrasais de Dik equivalem às que Castilho (1997) atribui aos marcadores “conversacionais”, resultantes do processo de “discursivização”, que, segundo o autor, é “o uso discursivamente relevante de itens lexicais”. (p.60)

Para Halliday (1973, p. 364), a gramática é o mecanismo lingüístico que liga umas às outras seleções significativas que derivam das funções da linguagem, e realiza-as numa forma estrutural unificada. Ela, portanto, organiza as opções em alguns conjuntos dentro dos quais o falante faz seleções simultâneas, para qualquer uso que ele faça da língua.

Trata-se de um modelo de gramática sistêmica que se interpreta metafuncionalmente. Nela, as diferentes redes sistêmicas codificam diferentes espécies de significado que se ligam às diferentes funções da linguagem. No caso, há uma via de duas mãos na relação sistema <=> função. (cf. NEVES, 1997, p.61)

Assim, o sistema *transitividade*, que especifica os papéis dos elementos da oração (ator, meta, etc.), codifica a experiência do mundo, inclusive os mundos mentais, descrevendo situações e entidades envolvidas, e liga-se, portanto, com a função *ideacional* (a de referir ou denotar). O sistema *modo*, e, por extensão, o de *modalidade*, que especifica as funções (sujeito, complemento, finitude, etc.), diz respeito à troca, i.é., aos papéis da fala, no sentido de interagir com as outras pessoas, estabelecendo e mantendo contato com elas, seja para influenciá-las ou para expressar seus pontos de vista, e liga-se, portanto, com a função *interpessoal* (a de expressar papéis e atitudes dos participantes numa situação comunicativa). E o sistema *tema* e o de *informação*, que especificam as relações (dentro do enunciado; ou entre o enunciado e a situação), dizem respeito a organizar a mensagem, ajustando-a a outras mensagens e ao contexto mais amplo, i.é., à função lingüisticamente intrínseca, a função *textual* (a de atuar na organização do texto).

Neves (1997, p.75) destaca, no modelo proposto por Halliday, o estabelecimento de uma relação sistemática entre a análise lingüística e o contexto em que ocorrem os enunciados, principalmente no que toca a três variáveis situacionais de registro associadas aos três componentes metafuncionais do sistema lingüístico: i) o ‘campo’ do discurso (a atividade social implicada), ligada ao componente experiencial; ii) o ‘teor’ do discurso (a distância social entre os participantes), ligado ao componente interpessoal; e iii) o ‘modo’ do discurso (o canal entre os participantes), ligado ao componente textual.

Com isso, pode-se observar também em Halliday, a interação entre gramática e pragmática. Por sinal, existem vários estudos, baseados na proposta de Halliday, sobre gramaticalização que envolvem aspectos pragmáticos, como, por exemplo, os de Traugott (1989); Rost (2002); e Gorski *et alii* (2004).

Du Bois (1985, 1987) considera a gramática como um sistema adaptativo em que forças motivadoras dos fenômenos externos penetram no domínio da língua e passam a interagir com forças organizadoras internas, competindo e conciliando-se sistematicamente com elas. Deriva daí o fenômeno da gramaticalização, que pode ser visto como a evolução de construções relativamente livres no discurso, motivadas por necessidades comunicativas, para construções relativamente fixas na gramática. Pode-se perceber, então, nesse processo a idéia de *continuum* em que, num pólo, há construções mais frouxas e, no outro, construções mais fixas. O autor propõe uma visão de “motivações em competição”, e rejeita, pois, tanto o “estruturalismo autônomo”, por seu reducionismo formal, quanto o “funcionalismo transparente” por seu reducionismo comunicativo.

Para Du Bois (1993, p. 11), a relação entre discurso (ou uso, portanto pragmática) e gramática pode ser equacionada da seguinte maneira: i) a gramática molda o discurso e ii) o discurso molda a gramática. Pode-se ler ainda sobre essa via de duas mãos, que: “a gramática é feita à imagem do discurso”; porém, na verdade, na outra mão, “o discurso nunca é observado sem a roupagem da gramática.” Para Neves (2004, p.25), essa primeira afirmação demonstra radicalismo e é considerada “ousada”.

Dentro da visão de motivações em competição, Givón (1995, p. 9) elenca algumas premissas funcionalistas que devem ser circunscritas por princípios (em competição) que interagem e restringem sua aplicabilidade, a saber:

- a) a linguagem é uma atividade sócio-cultural (uso da língua na comunicação);
- b) a estrutura serve a uma função cognitiva (processamento mental) ou comunicativa (interação) – há uma relação, de duas mãos, forma e função;
- c) a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- d) a mudança e a variação estão sempre presentes;
- e) as categorias não são discretas (há um *continuum*, que sugere uma escalaridade);
- f) a estrutura é maleável, não rígida, modeladas por pressões externas (do contexto extralingüístico – sócio-cultural, situacional e discursivo) e por pressões internas (do co-texto, sistema propriamente lingüístico); e
- g) as gramáticas são emergentes (nunca se estabilizam).

Givón, então, parte do pressuposto de que a gramática é um fenômeno emergente, que surge de necessidades comunicativas, e que deve ser interpretada como: i) instruções de processamento mental – do falante para o ouvinte (1991, p.7), isto é, parte do complexo mapeamento entre pensamento e fala (1995, p. 305); ii) conjunto de estratégias empregadas para se produzir uma comunicação coerente; e iii) contexto discursivo (“no” texto).

Para o autor, a contribuição principal da gramática no processamento humano da informação se dá por meio das funções básicas da linguagem humana que residem na *representação* e na *comunicação* do conhecimento. A comunicação, então, dá-se através de dois sub-sistemas que envolvem níveis: o *sistema de representação cognitivo* e o *sistema de codificação comunicativo*.

O sistema de representação cognitivo envolve: i) o nível léxico conceptual (mapa cognitivo de nosso universo de experiências físicas, sócio-culturais e mentais – onde atua a memória semântica permanente); ii) o nível da informação proposicional (conceitos – palavras – são combinados em informação proposicional – orações – sobre estados ou eventos

dos quais participam – onde atua a memória episódica); e iii) discurso multiproposicional (combinações de orações num discurso coerente – onde atua a memória episódica).

Já o sistema de codificação comunicativo, cujos níveis correspondem, respectivamente, aos do sistema cognitivo, envolve: i) código sensório-motor periférico (domínio da fonética, fonologia e neurologia); e, ii e iii) o código gramatical que desempenha simultaneamente funções nos níveis oracional e discursivo.

Dessa forma, os dois sistemas interagem, funcionando com uma certa margem de competição entre os domínios. Nesse contexto, há a relação entre pragmática e sintaxe; no caso, o discurso molda a gramática e a gramática molda o discurso, como defende Du Bois (1993).

Bybee *et alii* (1994, p.298) também tendem a uma abordagem mais pragmática ao estudar a gramaticalização, salientando que a relação entre estrutura e função é mediada pela diacronia. Afirmam que a relação entre gramática e função é indireta, pois os processos, como a metáfora e a metonímia (inferência), que conduzem à gramaticalização, ocorrem na língua em uso e são impulsionados pela necessidade de se (re)interpretar itens no contexto (para eles, é o uso da língua que modela o significado dos morfemas gramaticais). Assim, a natureza sistemática do desenvolvimento da gramática pode ser atribuída à natureza sistemática dos processos mentais e comunicativos que governam o uso da língua.

Traugott (1995/1997) adota uma visão de gramática mais abrangente, posto que ela estrutura aspectos cognitivos e comunicativos da língua. Abrange não só fonologia, morfossintaxe e semântica como também inferências que nascem fora da forma lingüística – a pragmática lingüística, como, por exemplo, a topicalização, a dêixis, o foco. Sobre essa visão, a autora afirma que outros tipos de pragmática incluem conhecimento enciclopédico que não fazem parte da gramática, mas são importantes na negociação falante-ouvinte que motiva a mudança. Então, ela passou também a adotar o paradigma da gramaticalização, focalizando os aspectos semântico-pragmáticos da mudança. A autora localiza o componente pragmático nos estágios iniciais da gramaticalização, que pode ser fortalecido, especialmente, no que se refere ao acréscimo do envolvimento e da expressividade subjetiva do falante em termos de atitudes e crenças. Já Bybee *et alii* (1994) situam o componente pragmático, prioritariamente nos estágios mais avançados de gramaticalização.

Para Martelotta *et alii* (1996), a gramática é entendida como um sistema formado pelas regularidades resultantes das pressões de uso, que estão relacionadas a um complexo de interesses e necessidades discursivas/pragmáticas fundamentais que pode compreender: a) os propósitos comunicativos do falante em ser expressivo e informativo; b) ou o fenômeno da

existência de lacunas nos paradigmas gramaticais ou no universo de conceitos abstratos. Então, novas estruturas gramaticais se desenvolvem motivadas ou por necessidades comunicativas não preenchidas ou pela presença de conteúdos cognitivos para os quais não existem designações lingüísticas adequadas.

Nessa perspectiva, os autores associam à concepção de gramática como estrutura maleável, emergente, os conceitos “gramaticalização” e “discursivização”, que podem ser considerados como “processos especiais” de mudança lingüística. O primeiro leva itens lexicais e construções sintáticas a assumirem funções referentes à organização interna do discurso ou estratégias comunicativas. O segundo leva o item a assumir funções pragmáticas, relativas à interação entre os interlocutores, que geram marcadores discursivos, modalizando ou reorganizando a produção da fala, quando sua linearidade é momentaneamente perdida, ou servindo como preenchedor do vazio causado pela perda dessa linearidade (idibid., p.45)

Segundo os autores, a discursivização distingue-se da gramaticalização por abranger *elementos que funcionam em um campo de atuação mais vasto do que o da gramática*, marcando relações entre os participantes ou entre os participantes e seu discurso, sem estabelecer necessariamente relações entre os elementos da gramática³¹. Nessa distinção, percebo um possível distanciamento entre o entendimento dos autores sobre gramática e os dois processos de mudança associados a essa concepção. Diante disso, fica a interrogação: por que separar em dois processos de mudança, se eles advogam que, para os funcionalistas, “gramática e discurso não são conceitos separados, mas, ao contrário, constituem uma simbiose: a gramática molda o discurso e o discurso molda a gramática” (idibid., p.49)?

Percebo já nessa breve exposição que, dependendo da concepção que se tem de gramática, concebe-se diferentemente a gramaticalização. Sobre isso, Castilho (1997) argumenta que a literatura atual sobre a gramaticalização revela uma certa despreocupação de alguns autores em situarem-se claramente numa perspectiva teórica. Critica o fato de se encontrar “de tudo” no respeitante a uma teoria sobre a gramática: desde uma visão estrutural, passando por visão gerativista, chegando a uma visão funcionalista, “ainda pouco elaborada”; e o fato de, paralelamente, encontrar-se pouco no respeitante a uma teoria sobre a língua, sobre que se fundariam as teorias sobre a gramaticalização (p.25). Sugere que a gramaticalização, juntamente com a discursivização e a semantização, compõem um plano

³¹ Martelotta *et al.* (1996) usam o termo “gramatical” ora referindo-se à gramática como um todo ora ao que pertence apenas ao estritamente estrutural.

sistemático de investigações sobre esses processos de criação das expressões lingüísticas, no quadro de uma teoria modular³².

Quando Castilho encaminha ao debate uma teoria modular, questiono um outro grande problema: a autonomia dos módulos e a precedência genética entre eles e/ou maior domínio de um deles. (cf. FIGUEIREDO-GOMES, 1999). Então, pergunto: como explicar a interação entre os módulos se o falante, para ser expressivo e informativo, vale-se de um *domínio funcional complexo*, resultante da *interação* de motivações cognitivas, comunicativas, sociais e estruturais?

Como fechamento, apresento o Quadro 1 com a relação entre gramática e discurso, correlacionando-a com as noções forma e função, sistematizada a partir das propostas teóricas desenvolvidas pelos funcionalistas aqui apresentados.

RELAÇÃO PROPOSTA	FORMA	DIREÇÃO	FUNÇÃO
DIK (1989)	Expressão lingüística	↔	Interação verbal
HALLIDAY (1973)	(Sistema lingüístico) Transitividade, Modalidade, Tema, Informação	↔	(Contexto discursivo) Campo (Experencial), Teor (Interpessoal), Modo (Textual)
DU BOIS (1985)	Construções motivadas por forças internas e externas	↔	Necessidades comunicativas
GIVÓN (1995)	(Sistema) Estruturas modeladas por pressões externas e internas	↔	Representação e comunicação do conhecimento
BYBEE <i>et alii</i> (1994)	(Sistema) itens gramaticais	←	Uso
TRAUGOTT (1995)	Aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos e pragmáticos	←	Uso
MARTELOTTA <i>et alii</i> (1996)	(Sistema) pressões do uso	↔	Propósitos comunicativos

Quadro 02: Relação entre Gramática e Discurso

Os estudos funcionalistas, apontados no Quadro 1, dão abrigo a posicionamentos que propõem que as gramáticas sejam motivadas por pressões internas (do sistema lingüístico propriamente dito) e por pressões externas (do contexto extralingüístico – sócio-cultural, situacional e discursivo), que entram em competição. Considerar a existência de motivações externas implica reconhecer um componente pragmático que se integra aos demais componentes do sistema lingüístico (fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos) para organizar a interação. Enfim, abranger a sintaxe, a semântica e a pragmática como um todo

³² Morris (1938), postulando a teoria modular, estabelece os domínios da Sintaxe (= estudo da relação de signos entre si), da Semântica (= estudo da relação dos signos com seu referente) e da Pragmática (= estudo da relação dos signos com seus usuários).

integrado para a interação verbal é um objetivo presente nessas propostas teóricas funcionalistas.

Fica, então, o reclamo das questões aqui levantadas por um respaldo teórico que seja mais uniforme e mais coerente.

3. Estrutura e Funcionamento da Língua

Como se pôde ver, o que foi apresentado na seção anterior não é novidade, pois todos os aspectos pinçados sobre a interdependência entre gramática e discurso já são conhecidos (embora alguns sejam velados) nos modelos de orientação funcionalista.

Com base nisto, sem ter a intenção de fechar a questão ou apresentar uma proposta inédita de modelo de gramática (pois seria objeto de uma outra tese), apresento uma proposta de “rearranjo” na relação entre gramática e discurso, com base nos estudos já existentes, apenas para dar abrigo ao objeto desta pesquisa.

O que ora proponho é que haja uma integração dessas visões na busca de uma maior coerência daquilo que, como diz a voz popular da experiência: “está diante de nós e não queremos ver”. Sei que não é fácil tirar a venda. Há toda uma tradição que permanece, e, a cada passo que se avança com novos estudos, geralmente se dá primazia ao novo, mas sempre procurando uma coerência com o passado – por sinal, um apego tão grande que, desde a era clássica, há apenas 10 (dez) classes de palavras, que acompanham a evolução da linguagem, mesmo havendo novas descobertas, novos objetos, enfim, novas experiências de um mundo tão diferente daquele.

Sem detalhar muito, os estudos lingüísticos começaram com o estudo das “partes” do “discurso” e daí principiou também sua divisão na busca da análise de suas categorias. De modo bastante conciso, sua trajetória segue: primeiramente, o estudo das palavras, que são objeto de estudo do léxico, cujo lugar na gramática tem levado a Lingüística Moderna a diversas tentativas de precisá-lo. Das palavras vem o estudo da flexão, portanto morfológico, e o estudo delas nas frases – a sintaxe. Depois, começam as preocupações em correlacionar os estudos, consoante a percepção da falta de autonomia dos objetos em seus níveis, que precisam para dar conta dos fenômenos lingüísticos à relação; por exemplo, morfologia e sintaxe = morfossintaxe; fonologia e gramática = morfofonêmica; gramática e léxico = léxico-gramatical; gramática e semântica = sintático-semântico; e, mais recentemente, a relação

gramática e pragmática, que ora trago ao questionamento; retornando, portanto, *mutatis mutandis*, ao estudo do “discurso”, agora em sua relação com a “gramática”.

Segundo Neves (2004, p. 24-5), “incorporar a pragmática na gramática equivale a admitir determinações discursivas na sintaxe. E não é difícil encontrar [como se viu] nas obras de orientação funcionalista a assunção de que existe uma via de duas mãos a ligar discurso e gramática.”

Nessa perspectiva de mão dupla, Furtado da Cunha *et alii* (2003, p.50) afirmam que, “por um lado, o discurso é tomado como ponto de partida para a gramática; por outro, é também seu ponto de chegada”. Então, busco, nesses autores, o que se pode entender pelo termo *discurso*. Para eles, este termo está relacionado às estratégias criativas utilizadas pelo falante para organizar funcionalmente seu texto [no meu entender, a gramática em uso] para um determinado ouvinte em uma determinada situação comunicativa. Essa visão faz coro com Hopper (1987), para quem a gramática é moldada no discurso pela experiência passada dos falantes individuais e por sua avaliação do contexto presente; nesse contexto, incluem-se também os interlocutores, cujas experiências e avaliações podem diferenciar-se completamente. Dessa maneira, o discurso pode ser entendido como a organização em andamento de itens e construções lingüísticas em uso.

É também nessa perspectiva que Bybee & Hopper (2001, p. 07) entendem *gramática* como o “agregado maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso” – do discurso, das experiências acumuladas, por meio da interação lingüística, durante a vida.

Então, diante dessa concepção de gramática e discurso e das várias concepções que apresentei, uma proposta alternativa coerente de integração entre elas necessitaria rever a noção de *língua*. Para tanto, recorro ao princípio da iconicidade que, originalmente, prevê a correlação natural da língua de uma “forma” para uma “função”, e vice-versa (Bollinger, 1977), pois, baseado nessa relação, ainda que radical, acredito que, quando se fala em *gramática* e *discurso*, está-se falando da *estrutura* e *funcionamento* da língua, que são duas faces de uma mesma moeda³³:

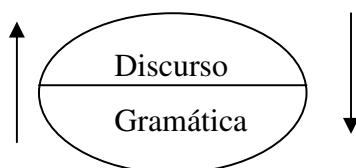


Figura 1 – Estrutura e funcionamento da língua

³³ *Mutatis mutantis*, utilizo a “idéia” da figura com que Saussure representou o signo lingüístico (CLG, p.80)

Com essa noção, creio que se dissiparia a maioria das confusões e incoerências teórico-metodológicas, que geralmente há, ao se intentar segmentar a língua em dois níveis, ou seja, estabelecer fronteiras naquilo que é unidade:

LÍNGUA = DISCURSO (função) ⇔ GRAMÁTICA (forma)

Nesse rearranjo, há o *discurso* como a macrofunção da língua, que é concretizada por meio da *gramática*. Em outras palavras, a língua é usada para satisfazer necessidades comunicativas, e suas estruturas devem ser explicadas com base no uso real a que elas se prestam. Nesse sentido, a língua é tida como uma estrutura maleável, emergente, posto que está sujeita às pressões do uso, ou seja, a codificação lingüística é resultante do uso (ou seja, do discurso).

Concordo com Possenti (1999, p.157) quando afirma que “o discurso não é uma camada” (embora seja uma afirmação na perspectiva da Análise do Discurso, mas, sem sectarismos, uma vez que é também um campo de estudo da lingüística), deve-se entender que o discurso ou as construções ou elementos ditos “discursivos” não deveriam ser entendidos como mais um nível lingüístico.

Marcelo Dascal (*apud* POSSENTI, 1999, p.157), por exemplo, chamou de “cebolar” a concepção segundo a qual as línguas são organizadas em camadas (sintaxe, semântica, pragmática/discurso), com a finalidade de explicar algumas características da construção das seqüências e sua interpretação. Segundo Possenti (1999), uma das suposições reside na interpretação de que “as camadas mais internas, além de terem prioridade, têm óbvia garantia proporcionada pelas regras da gramática”, isto é, haveria interpretações impostas ou limitadas pela gramática (principalmente, por seu núcleo duro). Então, o procedimento seria:

quando a sintaxe é suficiente para garantir a interpretação, fica-se na sintaxe. Apenas se a sintaxe falha é que se passa para a camada semântica. E o procedimento se repete: se a semântica não dá conta de uma interpretação, então, e só então, passa-se para a camada pragmático-discursiva. (POSSENTI, 1999 p.158)

A interpretação pragmático-discursiva se daria apenas caso se exigisse o apelo a fatores não-lingüísticos.

Sou contrário a essa concepção de discurso, que é bem corrente, ou seja, a de que o discurso recobre aquilo de que os fatores ditos “lingüísticos” não dão conta.

Acredito que esse rearranjo proposto não invada a seara de nenhum campo de estudo da linguagem, apenas defende uma inte(i)ração entre gramática e discurso e, nessa

cumplicidade, por extensão, defende não só a não-autonomia dos níveis (fonológico, morfológico, lexical, sintático, semântico e pragmático), apesar de cada um ter seu âmbito na gramática, como também a noção de *continuum* entre eles, atendendo ao desenvolvimento dos fenômenos lingüísticos consoante as necessidades comunicativas de seus usuários.

Uma proposta alternativa para representar a integração dos componentes gramaticais pode ser vista na Figura 2, que segue, pois, conforme a noção proposta de *estrutura e funcionamento da língua*, trata-se de uma tentativa de dar conta, ou mesmo superar obscuridades teóricas, por exemplo, da gramaticalização como um processo cíclico; da (uni)direcionalidade; do estágio inicial da gramaticalização de qualquer que seja o nível; das várias propostas de trajetórias; do *continuum*; dentre outras.

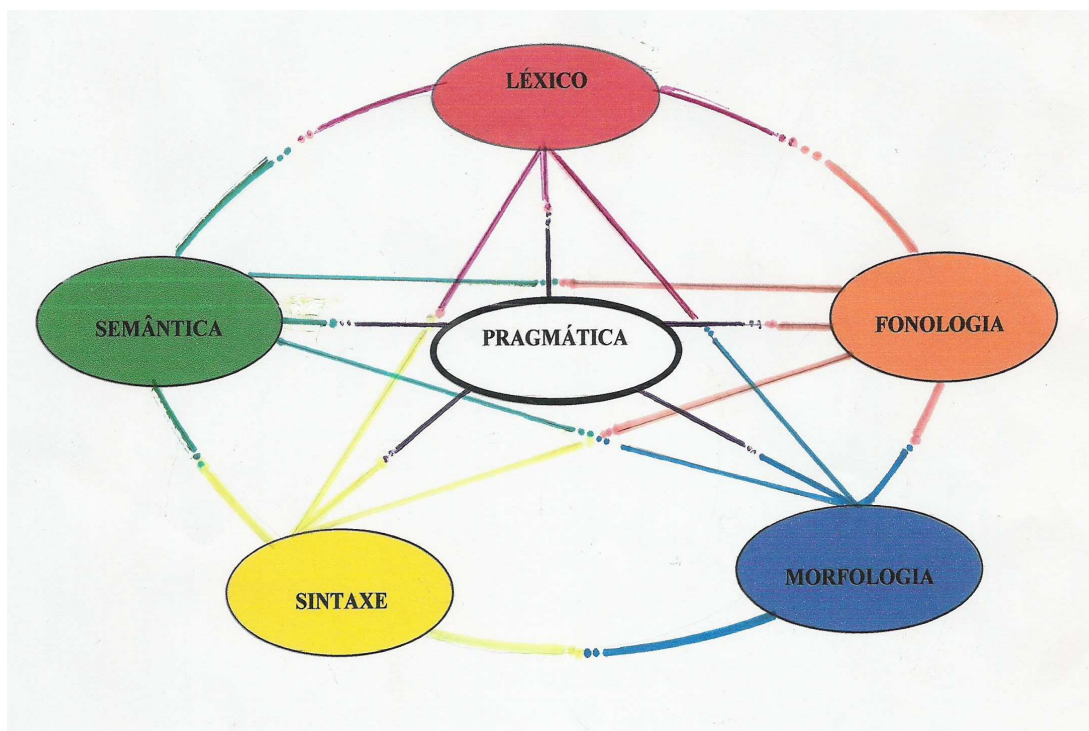


Figura 2 – Componentes Integrados da Gramática

Com a proposta dos componentes integrados da gramática, o “gramatical” deixa de ser o que é estritamente “estrutural”, numa visão tradicional, para favorecer as condições de codificação da estrutura em questão a serviço da necessidade do usuário para produzir o efeito pretendido em sua situação comunicativa. E, sendo assim, a gramática é entendida como um fenômeno emergente e fortemente suscetível a processos de mudança, ou seja, à *gramaticalização*.

Entendo a *gramaticalização* num sentido lato, que dá conta de todos os processos de mudança, como: *lexicalização, pragmatização, fonologização, semantização, morfologização e sintatização*. No sentido estreito, a *gramaticalização*”, propriamente dita, é um processo *unidirecional* de mudança pelo qual itens e construções lexicais são usados em certos contextos lingüísticos para servir pragmaticamente a funções gramaticais morfossintáticas, ou itens gramaticais desenvolvem novas funções. *Mutatis mutandis*, essa concepção baseia-se na definição de Traugott (2001). A novidade seria admitir que só há gramaticalização propriamente dita, quando o processo seguir a tendência que lhe é peculiar, desde os estudos de Meillet (1912), ou seja, conforme o princípio da unidirecionalidade. Esse princípio é comprovado por um enorme número de casos (cf. HASPELMATH, 1992; 2000, P.249; HEINE & KUTEVA, 2002), se comparado aos pouquíssimos casos contraditórios (cf. JOSEPH & JANDA, 1988; CAMPBELL, 1991; RAMAT, 1992, e especialmente, NEYMEYER, 1998). Sobre isso, discorro mais adiante no capítulo V.

Além disso, muitas questões polêmicas deixariam de existir como, por exemplo, a confusão entre “discurso” e “texto”, em que esse último seria a concretização, a materialização, a realização do discurso; ou o caso das unidades lingüísticas que se desenvolvem e, na migração de um nível a outro, ficam no *continuum*, podendo formar novas “classes” gramaticais, como, por exemplo, os “marcadores”.

Na literatura brasileira, já se encontra os “marcadores conversacionais”, em Marcuschi (1989, p.62), considerados como “classe de palavras ou expressões altamente estereotipadas”.

Com essa concepção, não haveria mais dois processos de mudança em dois níveis – gramaticalização (gramática) e discursivização (discurso), como defendem Martelelotta *et al.* (1996), mas sim a inclusão do componente discursivo no gramatical, e haveria, portanto, somente a gramaticalização. Sobre esse processo de mudança, discuto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO II

Gramaticalização

1. Mudança e Gramática(lização)

Como foi dito no capítulo anterior, a gramática não é algo distinto do discurso, ela toma parte em sua constituição na interação verbal. Segundo a proposta de gramática *emergente* de Hopper (1987), ela pode ser definida como um repertório de estratégias rotinizadas de construções discursivas. Essas estratégias são improvisadamente agrupadas sempre que interagimos, e pode resultar desse agrupamento diversificado o surgimento de novas estratégias lingüísticas candidatas à gramaticalização, caso se tornem habituais por aparecerem com frequência em um certo tipo de contexto.

Dessa maneira, a gramática é fortemente suscetível à mudança, posto que ela é intensamente afetada pelo uso que lhe é dado no dia-a-dia, quando as fórmulas gramaticais³⁴ rotinizadas são adaptáveis e negociáveis na interação face-a-face. Então, o interlocutor faz uso dessas fórmulas, a partir de suas experiências anteriores imediatas e de longa duração, inferindo, metaforizando, reanalizando, fazendo analogias, tentando, enfim, ajustar suas gramáticas, para se fazer entender e para tentar entender. Essa prática faz com que padrões gramaticais existentes, relativamente rotinizados ou fixos, sirvam de modelo para novos padrões comunicativos, novos modos de fazer discurso, que, se habitualizados, tornam-se construções gramaticais³⁵ – a gramaticalização.

Embora haja esse entendimento sobre a gramaticalização, não posso afirmar que os estudos sobre ela já constituam um paradigma explanatório definitivo, pois a própria denominação desse campo de saber co-ocorre com denominações alternativas, como: reanálise, enfraquecimento semântico, sintatização, redução, condensação, que, na realidade, constituem apenas certas características sintáticas ou semânticas da gramaticalização.

Aparecem também na literatura específica os termos *gramaticalização* e *gramaticização*. Estas duas terminologias, para Traugott & Heine (1991), correlacionar-se-iam, de certa forma, com a perspectiva a partir da qual os fenômenos lingüísticos são estudados: o primeiro seria adotado por aqueles que defendem uma abordagem diacrônica; o segundo se referiria ao enfoque sincrônico.

Omena e Braga (1996) afirmam que as discrepâncias entre os termos também atingem os elementos que podem ser gramaticalizados. Há alguns teóricos, como Kurylowicz (1964), que aderem a uma perspectiva mais estreita e concebem a gramaticalização como um

³⁴ Tavares (2003) chama de *fórmulas gramaticais* as unidades de processamento, armazenadas, acessadas e constantemente afetadas pela experiência, inclusive pela frequência, pois a representação cognitiva pode ser alterada pela exposição a repetidas instâncias de uso de uma construção inovadora.

³⁵ Doravante utilizo o termo gramática conforme a proposta apresentada no capítulo I.

processo que atinge apenas itens e construções lexicais; outros, porém, incluem padrões oracionais e discursivos, bem como a ordem das palavras, no âmbito da gramaticalização.

Para Hopper (1987), a gramática na ótica emergente abriga, além das palavras e construções tradicionalmente tidas como pertinentes ao âmbito gramatical (“núcleo duro”), quaisquer porções lingüísticas recorrentes, como expressões idiomáticas, clichês, provérbios, transições, aberturas, fechamentos. Além desses elementos, sujeitos a pressões contextuais, que tendem à rotinização e à fixação, incluem no âmbito gramatical itens ou construções conhecidos na literatura como “marcadores discursivos” (MDs), do tipo: requisitos de apoio discursivo (*sabe?, entende?, né?*), seqüenciadores (*e, aí, daí, então*), esclarecedores (*isto é, quer dizer*), modalizadores (*acho, parece*), dentre outros exemplos que não são considerados gramaticais.³⁶

Schiffrin (1987) e Traugott (1995, 2001), fazendo coro com Fraser (1988, 2005), concordam que, como as gramáticas gregas e romanas não tiveram um termo usual para os MDs, eles foram amplamente ignorados até pouco tempo, e que, sem dúvida, eles também preenchem uma lacuna sintática, impulsionando propriedades tanto sintáticas quanto entonacionais. Portanto, segundo Fraser (1988, p. 32), eles são “parte da gramática de uma língua”, mesmo que em função sejam “pragmáticos”. Volto a isso com mais fôlego no capítulo X, quando discorro sobre desenvolvimento dos MDs, “classe” que pode abrigar o objeto desse estudo em algumas de suas funções.

Uma variedade de termos, as confusões teóricas, níveis de abrangência, muitas discussões marcam o direcionamento das pesquisas sobre gramaticalização. Tais divergências e embaralhamentos se dão por conta da mudança de perspectiva e do maior aprofundamento teórico de cada autor, e o estudioso que se contrapõem não considera essas questões no momento de sua avaliação. Por exemplo, observando a trajetória de estudos de Traugott, há, pelo menos, quatro conceitos em que se alteram um ou outro ponto. Veja:

- (62) Processo histórico unidirecional e dinâmico pelo qual itens lexicais adquirem novos *status* como formas gramaticais morfossintáticas e passam a codificar relações não codificadas ou codificadas diferentemente. (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991)
- (63) Processo pelo qual itens e construções lexicais passam, em certos contextos lingüísticos, a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. (TRAUGOTT & HOPPER, 1993, p. xv)
- (64) É o processo pelo qual um item lexical, impulsionado por um certo contexto pragmático e morfossintático, torna-se gramatical. (TRAUGOTT, 1995, p. 1)

³⁶ Por exemplo, Martelotta, Votre & Cesário (1996, p.60) colocam os marcadores discursivos fora da gramática e pertencentes a “outro campo mais vasto – o discurso”. Segundo os autores, os marcadores surgiram por meio do processo de mudança especial denominado “discursivização”.

- (65) É a mudança pela qual itens e construções lexicais vêm em certos contextos lingüísticos servir a funções gramaticais, ou itens gramaticais desenvolvem novas funções. (TRAUGOTT, 2001, p.1)

Então, baseado nas definições (62) a (65) e nos comentários de Traugott (2001), pinço, a seguir, alguns pontos principais que geralmente são alvos de críticas nos estudos sobre gramaticalização, invocando, complementarmente, para a crítica a definição (66), que Newmeyer (1998, p.227) chama de “definição padrão”, para fins de análise de outro ponto.

- (66) gramaticalização é um processo que pode ser encontrado em todas as línguas e pode envolver qualquer tipo de função gramatical; ocorre quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou quando uma unidade gramatical assume uma função mais gramatical ainda. (HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991, p.21)

Tomando, primeiramente, suas conceituações, Traugott (2001) afirma que se faz necessário, para uma discussão mais extensiva, saber o que “item lexical³⁷”, “construção lexical” e “função gramatical” significam e apresenta sucintamente uma resposta que está presente em (67) para uma reflexão:

- (67)
- a. “itens lexicais” como unidades de línguas específicas que são tipicamente radicais e afixos (muitas vezes, mas nem sempre são unidades independentes, classes abertas de palavras, em seus estágios primitivos).
 - b. “construções” como unidades básicas de línguas específicas sem que sejam construídas cláusulas, incluindo tanto itens lexicais de classe aberta quanto formas gramaticais de classes fechadas como preposições e verbos auxiliares.
 - c. “funções gramaticais” como uma classe relativamente fechada de itens de línguas específicas tais como SUBJ, OBJ, ADJUNCT, C, T, M, pelos quais entendemos quem fez o que para quem, quando, que ato de fala é (pergunta, ordem, etc.), e que *status* informacional (definido, indefinido, etc.) está envolvido. (TRAUGOTT, 2001, p. 2)

Para a autora, a gramaticalização é uma hipótese sobre uma forte tendência, e, de um modo geral, é um subconjunto de mudanças translingüisticamente recorrentes, que envolve correlações através do tempo entre mudanças semânticas, morfossintáticas e, algumas vezes, fonológicas. Salienta que considera vários marcadores do discurso, incluindo os marcadores discursivos, como parte da gramática. Então, considerando essas correlações, Traugott

³⁷ Segundo Tavares (2003, cap.II), “a compreensão da estrutura como fluida e mutável acabou levando ao questionamento da separação rígida entre o léxico e a gramática. Contam como argumentos o fato de que palavras morfologicamente complexas ou mesmo seqüências de palavras podem ser armazenadas, além do fato de que existem regras gramaticais cuja operação é limitada por restrições lexicais, às vezes ao ponto de uma construção ser válida apenas para uma ou duas palavras específicas.” Segundo Ramat & Hopper (1998:7), os conceitos de léxico e gramática podem vir a ser sintetizados. “É importante notar que os nacos da língua, cuja organização variada resulta em discursos diversos, são ou lexicais ou gramaticais, se o léxico for considerado à parte da gramática. Se não, são apenas gramaticais, de diversas funções e graus de gramaticalização. Em ambos os casos, o uso cotidiano sujeita as fórmulas lingüísticas a recortes múltiplos, dos quais podem surgir construções gramaticais inovadoras.” (TAVARES, *op. cit.*)

hipotetiza que, se (65), sua concepção corrente, estiver correta, a gramaticalização pode ser apresentada como a Figura 2³⁸:

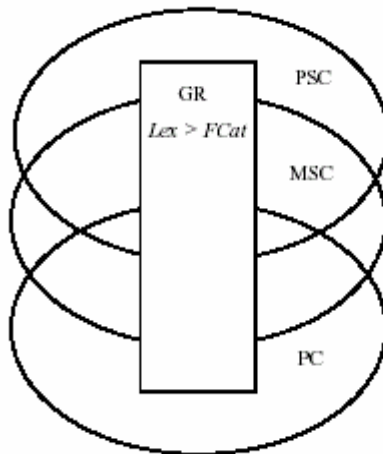


Figura 3 – Representação da gramaticalização³⁹

Observe que (65) não refere a unidirecionalidade presente em (62), justificada pela autora como uma forma de evitar alguma possível circularidade gerada pela definição. Contudo, Traugott ressalva que ela aparece em várias definições correntes, tais como (66). E questiona quando discute o que seria o “mais gramatical”. Ela mesmo responde, ilustrando que, para Kurylowicz (1976 [1964]), há mais de 40 anos, a resposta seria simples: a flexão é mais gramatical do que a derivação, mas observa que os fenômenos lingüísticos estudados, desde então, têm-se tornado mais complexos, como, por exemplo: um relativizador é mais ou menos gramatical do que um complementizador introduzindo um argumento?⁴⁰

Traugott (2001) também contrasta sua definição (65) com as demais, mostrando que (65) não apresenta a palavra “processo”. Defende que sua intenção, ao utilizar esse termo nas outras definições, era realçar, não a comparação entre camadas sincrônicas como o faz Lightfoot (1979), mas sim o fato de que a mudança é dinâmica, geralmente representada pela flecha (>), ou seja, mudanças menores podem levar a mudanças maiores. Mas o termo “processo” tem sido incompreendido como ficou evidenciado em comentários como os de Newmeyer (1998, p. 251) de que a gramaticalização “falha em demonstrar o mais importante traço distintivo de um processo bem definido – a exposição de seus componentes parte de

³⁸ A autora não explica a Figura 3, apenas faz referência. Deixa que o leitor a entenda só com a definição. Pode-se perceber, nela, a interação entre os níveis gramaticais e a gramaticalização léxico > Categoria funcional se estendendo por todos os níveis.

³⁹ Legendei: GR = gramaticalização; Lex > FCat = Léxico > Categoria Funcional; PSC = Componente Semântico-Pragmático; MSC = Componente Morfológico-Sintático; e PC = Componente Fonológico.

⁴⁰ Givón (1991) analisa o desenvolvimento de *asher* de relativizador para complementizador no Hebreu.

uma determinada seqüência em que um ponto da seqüência inevitavelmente gera a seqüência seguinte”. Mas Lass (1980) já havia apontado, há duas décadas, que, de nenhum nível, se pode “explicar” a mudança, se para “explicar”, é preciso um programa determinista que possa prever precisamente o que irá acontecer. Se assim for, Newmeyer não está dizendo nada de específico à gramaticalização.

Traugott (2001) defende que o termo “processo” não deveria ser abandonado tão facilmente, pois a linguagem é uma capacidade humana e social, e simplesmente não existe uma maneira exata pela qual se possa guiar, a fim de formular uma teoria tal qual faz um cientista para levar um foguete a Marte. Segundo a autora, “as mudanças não têm que ocorrer. Elas também não têm que chegar ao término; em outras palavras, elas não têm que fazer todo o percurso ao longo do aclave [uso o termo “cadeia”], ou mesmo prosseguir, uma vez que já tenham começado.” (p. 3)⁴¹

Um outro ponto controverso que a autora aponta está presente em (63) quando a definição implica o continuado desenvolvimento de funções, pressupondo uma gramaticalização anterior.⁴² Traugott (2001) adverte que isso pode ser um argumento muito forte, justificando, por meio do estudo de Los (1999) sobre o desenvolvimento do marcador de infinitivo *to*⁴³, que os desenvolvimentos precisam sempre ser considerados em termos da variedade de usos que um item particular pode ter, de modo que se esteja certo em seguir pistas de mudanças locais em contextos relevantes.

Com base no que expus, ressalto que, quando falo em gramaticalização, falo no sentido estreito, em que há apenas tendências e não o absoluto, principalmente, no que se refere à hipótese da unidirecionalidade.

Apesar de os estudos sobre gramaticalização serem considerados como um novo paradigma, a questão da origem e do desenvolvimento das categorias gramaticais é tão antiga quanto os estudos lingüísticos.

No séc. XX, Meillet foi considerado o fundador dos estudos modernos de gramaticalização. Ele definiu esse processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (MEILLET, 1948 [1912], p. 131). Essa autonomia se remete à palavra lexical como fonte primeira, e para o autor a transição sempre se dá numa espécie de *continuum*.

⁴¹ Grifo meu.

⁴² Givón (1991) chama de “gramaticalização secundária”.

⁴³ Los (1999) examina um contexto amplo, diferenciando *to* em várias construções, de modo que a história não seja sobre o *to* sozinho, mas sobre mudanças bem articuladas no contexto de diferentes classes de verbos, assim como em mudanças maiores em andamento no sistema gramatical. (cf. TRAUGOTT (2001, p. 10-2)

Depois de Meillet, os trabalhos de Sapir [1921], Kurylowicz (1964) e Benveniste (1968), entre outros, tratam a gramaticalização numa perspectiva diacrônica, investigando as fontes das formas gramaticais e os caminhos de mudanças que as afetaram.

Mas é a partir da década de 70 que há uma revivescência do estudo desse fenômeno, principalmente por Givón (1971), mas sob novo enfoque: além da análise dos processos históricos, a gramaticalização é vista como um parâmetro explanatório para a compreensão da gramática sincrônica.

Heine *et alii* (1991) defendem que é injustificável e impraticável uma separação rígida entre diacronia e sincronia, posto que uma não pode ser entendida independentemente da outra; assim, a gramaticalização pode ser descrita alternativamente como um fenômeno diacrônico ou sincrônico.

Hopper & Traugott (1993) caracterizam os estudos da gramaticalização nessas duas perspectivas e ressaltam que, sob um enfoque sincrônico, os estudos se voltam para ela como fenômeno pragmático-discursivo, primariamente sintático, que deve ser analisado sob o ponto de vista dos padrões fluidos do uso da língua.

Burridge (1993) fala de uma posição pancrônica, referindo-se a Lichtenberk (1991), que acentua a interdependência entre o sistema lingüístico e o uso, e entre a natureza fluida da gramática e a importância da história para a compreensão da gramática sincrônica.

Neste trabalho, proponho estudar a língua sob uma abordagem pancrônica, tendo como hipótese a unidirecionalidade da trajetória de mudança. Essa mudança deve ser entendida como um fenômeno tridimensional, reflexo do *tempo* (visão tradicional) e, sobretudo, da *cognição* e do *uso*.

Segundo Martelotta (2003, p.69):

Se tempo é fator necessário para que os processos de mudança se façam sentir, cognição e uso são de fundamental importância para uma teoria que interpreta as línguas humanas como reflexo do comportamento, no ato concreto da comunicação, das restrições cognitivas associadas à captação de dados da experiência, à sua compreensão e ao seu armazenamento na memória, assim como à capacidade de organização, acesso, utilização e transmissão adequada desses dados.

Nesse sentido, a mudança ocorre pela necessidade diferenciada da atuação de fatores cognitivos, de acordo com o contexto de cada distinta situação de comunicação.

Ferreira (2003), analisando três trabalhos de orientação pancrônica que comparam enunciados de diferentes sincronias da língua (OLIVEIRA, 1997; FERREIRA, 2000; e VOTRE, 2000), abre discussão sobre o princípio da unidirecionalidade *concreto > abstrato* na derivação, no curso do tempo, de novos sentidos e usos para os itens lingüísticos

(gramaticalização do *onde*; do *poder*; e de construções sintáticas complexas com *achar*, *pensar*, *saber e ver*, respectivamente). Afirma que a maioria das formas e dos sentidos examinados, mesmos os mais abstratos, já estavam disponíveis nas sincronias mais distantes do português e do latim, e não foram encontradas evidências de que os sentidos mais abstratos e genéricos são derivados, no curso do tempo, dos mais concretos e específicos.

Segundo a autora, as hipóteses de trajetórias unidirecionais de desenvolvimento semântico-sintático precisam ser enfraquecidas, na medida em que muitas vezes configurações semântico-sintáticas abstratas (supostamente “mais jovens”) são observadas na sincronia mais remota, e coexistem com configurações mais concretas, que, por sua vez, permanecem, desafiando todas as pressões históricas e culturais que poderiam ter levado ao seu desaparecimento ou mudança. Advoga, portanto, a estabilidade e continuidade semântica de diferentes usos e construções que os itens lingüísticos podem assumir.

Acredito que os casos estudados não sejam contra-exemplos de unidirecionalidade. São casos de estabilidade, sim, e o que precisa ser fortalecido é o cuidado que os lingüistas devem ter sobre os fenômenos e suas hipóteses sobre eles, pois, como afirma Traugott (2001, p.3), “as mudanças não têm que acontecer”. Por exemplo, o caso do instrumental russo e o desenvolvimento do *dare (to)* do inglês são citados como contra-exemplos não legítimos da unidirecionalidade, mas são apenas casos de estabilidade. (cf. TRAUGOTT, 2001; NICHOLS & TIMBERLIKE, 1991; e BETHS, 1999).

2. Princípios e efeitos da Gramaticalização

Como já disse anteriormente, não há um acordo, mesmo na perspectiva funcionalista, quanto a uma teoria unificada sobre a concepção de gramática, que já resulta da concepção diferenciada de língua. Conseqüentemente, não poderia ser diferente em relação aos fenômenos “ditos” de gramaticalização; ainda mais quando envolve a gramaticalização dos “ditos” marcadores discursivos.

Então, falar de princípios da gramaticalização seria tentar articular uma teoria que ainda não é consensual. O que se tem visto é uma mistura entre processos, mecanismos, estágios, parâmetros, critérios etc. sob o rótulo de “princípios de gramaticalização”, que, na verdade, não dão conta do fenômeno como um todo. Contudo, defendo o princípio de unidirecionalidade (*continuum* na mudança), por ser uma hipótese já amplamente comprovada empiricamente nas mais variadas línguas (ver mais adiante), e o princípio de iconicidade

(relação entre forma e função no *continuum* na mudança), por também ser uma forte hipótese associada à teoria da gramaticalização. Além do princípio da unidirecionalidade e da iconicidade, amparo-me, para esta investigação, nos princípios de Hopper (1991) que se aplicam à mudança lingüística como um todo e não somente à gramaticalização, pelo menos em sua concepção canônica.

2.1. Hipótese do princípio da unidirecionalidade

Como já disse, a unidirecionalidade tem sido uma forte hipótese associada à teoria da gramaticalização. Como uma boa hipótese, a unidirecionalidade tem sido usada como teste para avaliar se uma mudança X é ou não um caso de gramaticalização. Alguns pesquisadores excluem o desenvolvimento dos “marcadores discursivos” (MDs) da gramaticalização por eles não os considerarem componentes da gramática. E, também por ser uma hipótese central, a própria unidirecionalidade tem sido frequentemente contestada.

Traugott (1995/1997), uma das pesquisadoras bastante interessadas no assunto, defende que não existem apenas razões que forçam incluir o desenvolvimento dos MDs na teoria da gramaticalização, como também existem razões que forçam manter a hipótese da unidirecionalidade, embora seja uma hipótese mais rica e bastante diferente da hipótese padrão de gramaticalização.

A Unidirecionalidade⁴⁴ tem sido associada à gramaticalização desde há muito tempo; pode-se até dizer que ela faz parte de sua história. Há, pelo menos, três linhas de pensamento neste sentido: uma envolve os estágios de mudança da significação das formas gramaticais, hipotetizados por Humboldt (1822); outra envolve o esvaziamento (*bleaching*) – em 1891, von der Gabelentz discutiu “*Verblassung*” no processo de enfraquecimento morfofonológico; e a terceira linha é a mudança lexical para a mudança gramatical que Meillet (1912) sugeriu como única maneira de introduzir uma inovação real (estrutural) em uma língua, mas não a única maneira de que a gramaticalização pode proceder, ela pode, por exemplo, estender-se à ordem das palavras nas sentenças.

Antoine Meillet que pode ser considerado como o fundador dos estudos modernos de gramaticalização, pois foi o primeiro lingüista a: a) reconhecer a importância da gramaticalização como área central da teoria da mudança lingüística; b) usar o termo entre aspas “gramaticalização”; e c) dedicar um trabalho especial sobre ela.

⁴⁴ Vincent (2001, p. 20), buscando um termo mais neutro, chamou de “assimetria dimensional”.

Meillet usa o termo “gramaticalização” para designar o desenvolvimento dos morfemas gramaticais sem os antigos formativos lexicais. Ancorou também uma visão mais positivista, que acentuou uma regularidade na mudança lingüística e uma sistematicidade na descrição sincrônica, mostrando que o que estava em questão não era a origem das formas gramaticais, mas, sim, suas transformações. Ele, então, foi capaz de apresentar a noção de *criação* das formas gramaticais como um legítimo objeto de estudo para a lingüística.

Meillet, em seu artigo *L'évolution des formes grammaticales* (1912), descreve como novas formas gramaticais emergem por meio de dois processos. Um é *analogia*, pelo qual novos paradigmas originam-se por meio de semelhança formal de paradigmas já estabelecidos. O outro processo é a *gramaticalização*, “*le passage d'un mot autonome au rôle d'élément grammatical*” (a passagem de uma palavra autônoma ao papel de elemento gramatical) (MEILLET, 1912, p. 131).

Segundo o autor:

Estes dois processos, a inovação analógica e a atribuição do caráter gramatical a uma palavra autônoma, são apenas alguns pelos quais as novas formas gramaticais são constituídas. Os detalhes podem ser complexos em algum caso individual, mas os princípios são sempre os mesmos. (MEILLET, 1912, p. 131)

Um exemplo de analogia na língua inglesa recente seria a substituição do plural *shoen* > *shoes* por analogia ao uso de plurais já estabelecidos, como *e.g. stones*. E, para exemplificar a gramaticalização, Meillet propõe inicialmente a existência de três classes de palavras: as *palavras principais*, as *palavras acessórias* e as *palavras gramaticais*, indicando que entre elas há uma transição *gradual*. Ele exemplifica o resultado do processo sincrônico com o verbo Francês *être* (ser, estar), que varia o significado de sentido pleno existencial ontológico, como em *je suis celui qui suis* (eu *sou* o que *sou*), para um sentido um pouco menos pleno, como em *je suis chez moi* (eu *estou* em casa = verbo locativo), para um sentido quase redundante, como em *je suis malade* (eu *estou* doente), *je suis maudit* (eu *sou* maldito = verbo de ligação), e para uma função puramente gramatical como indicar tempo e aspecto auxiliar como em *je suis parti* (eu *estou* partindo), *je me suis promené* (eu *estou* passeando = verbo auxiliar).

Com base nessa exemplificação, a gramaticalização pode ser entendida tanto como um processo diacrônico, i.é, a derivação de usos *acessórios* e *gramaticais* de um uso *principal*, quanto um processo sincrônico, i. é, a convivência dos usos assim constituídos num mesmo recorte de tempo.

E, escrevendo sobre a transformação de palavras autônomas em papéis gramaticais, Meillet afirma:

A importância [disto] é realmente decisiva. Uma vez que a analogia pode renovar pormenorizadamente formas, usualmente deixando o plano global do sistema intocável, a gramaticalização de certas palavras cria novas formas e introduz categorias que não têm expressão lingüística. Muda o sistema como um todo. (MEILLET, 1912,p.133)

Assim, a gramaticalização é vista como um processo que afeta palavras individuais, mas evidentemente pode ser também um processo extensivo a frases. Com base nisso, destaco, consoante Hopper & Traugott (1993), alguns pontos importantes:

a) a combinação de palavras dentro de um conjunto de frases e sua eventual amalgamação é apresentada como um traço definidor do evento. No futuro da língua francesa, representado por *je vais faire* (“eu vou fazer”, literalmente = eu estou indo fazer”), *vais* não contém mais nenhum sentido perceptível de “ir”. Em *je ferai* (eu farei), a fusão foi ainda maior, não dando continuidade ao traço analítico da frase latina original *facere habeo* (eu tenho de fazer). Meillet sugere que isto é uma perda de expressividade. Uma nova maneira de se colocar palavras juntas, substituindo uma forma já existente, torna-se lugar comum. Em caso extremo, a frase deixa de ser analisável como contendo mais de uma palavra, e seus membros são fundidos como um único membro. Conseqüentemente, a gramaticalização tende a ser um processo de substituir categorias velhas por outras mais novas tendo o mesmo valor aproximado: futuros flexionados, como *ama-bo* (eu amarei), são substituídos pelos futuros perifrásticos, *amare habeo* (hei de amar), que, por sua vez, são fundidas *aimerai* (amarei). Nas línguas românicas, assim como as formas *Je chanterai* (fr.) e *cantarei* (port.), temos também *cantaré* (esp.) e *cantarò* (it.).⁴⁵

b) De interesse particular para este estudo, Meillet abriu uma possibilidade de que o domínio da gramaticalização podia ser estendido à ordem de palavras nas sentenças. Ele afirma que, no latim, o papel da ordem da palavra era “expressivo” (entende por “expressivo” algo como semântico ou pragmático), mas não gramatical; por exemplo, a sentença *Petrus Paulum caedit* (Pedro mata Paulo) poderia render *Paulum Petrus caedit*, *Caedit Petrus Paulum*. Segundo o autor, a mudança tem duas das marcas de gramaticalização: (i) ela envolve mudança do significado “expressivo” para o significado gramatical; (ii) ela cria novos instrumentos gramaticais para a língua, ao invés de simplesmente modificar os instrumentos já existentes. Assim, a fixação gramatical da ordem de palavras é um fenômeno da mesma ordem que a gramaticalização de palavras individuais:

... o valor expressivo da ordem de palavras que nós vemos no latim era substituído pelo valor gramatical. O fenômeno é da mesma ordem que a gramaticalização desta ou daquela palavra; em vez

⁴⁵ Para um estudo mais detalhado sobre as interconexões padronizadas da semântica, da sintaxe e da morfologia dessas construções nas línguas românicas, ver Fleischman (1982).

de uma simples palavra, usou com outras em um grupo e empregou a característica de um morfema pelo efeito de uso, nós temos antes um sentido de palavras agrupadas. ((MEILLET, 1912,148)

c) Meillet também vislumbrou um outro tema que ainda está em questão - a causa da gramaticalização⁴⁶. Ele atribui os processos de gramaticalização à perda de expressividade em colocações freqüentemente usadas, cujas funções podem ser rejuvenescidas através de novas colocações preenchendo mais ou menos o mesmo papel. Freqüentemente, a “perda da expressividade” parece insuficiente para captar o que acontece na gramaticalização.

d) Outro tema, acompanhando a referida “perda da expressividade”, é um suposto “desbotamento” da forma fonológica e do significado concreto. O exemplo de Meillet (1912, p. 145) é o desenvolvimento do tempo futuro grego moderno *tha*, cuja origem é uma velha construção *thelô ina* (“eu desejo que”). A mudança incluiu os seguintes estágios:

thelô ina > thelô na > thena > tha

e o desenvolvimento semântico é de “desejar” para o tempo futuro. É inegável que houve um “enfraquecimento” no processo fonológico, uma vez que houve uma redução, uma perda da substância fonológica. Mas não é tão óbvio que concomitante mudança semântica pudesse também ser vista da mesma maneira.

Concordo com Hopper e Traugott (1993, p.24), quando afirmam que os relatos de Meillet sobre gramaticalização geralmente são respaldados nos termos que sugerem *deficits* lingüísticos de vários tipos: perda, enfraquecimento, desgaste. Estas metáforas sugerem que, com toda sofisticação lingüística, existe ainda um ligeiro resíduo da atitude clássica para a língua na atitude do autor que equipara mudança com deterioração, ou seja, segue o modelo de desgaste, um modelo *sink* (pia) em que tudo se reduz a zero.⁴⁷

Durante o estruturalismo, o debate sobre a gramaticalização conheceu um certo refluxo⁴⁸, mas que foi rompido por Hodge (1970) e Givón (1971). Em seu *artigo The linguistic cycle*, Hodge (1970) simplifica um pouco o quadro de estágios de mudanças de Humboldt (1822) ao distinguir apenas dois estágios: 1) a sintaxe forte e a morfologia fraca (Sm), que rudemente abrange os estágios I e II de Humboldt; 2) sintaxe fraca e morfologia forte (sM), que corresponde aos estágios III e IV de Humboldt.⁴⁹ Sua relevância é essencialmente empírica: ele apresenta a história do egípcio como prova factual da hipótese

⁴⁶ E talvez continuará por bastante tempo, posto que não se pode, por enquanto, prevê-la, mas apenas apresentar tendências.

⁴⁷ Utilizo os termos “modelo *sink*” com base em Traugott (1995/97)

⁴⁸ Nesse ínterim, cito algumas contribuições, mas não tão diretas aos estudos da gramaticalização, dos trabalhos de Henri Frei (1929), de Meinhof (1936), de Jakobson (1959), de Zirmunskij (1966[1961]). Cito também, porém como importantes, os trabalhos dos indo-europeístas Sapir (1921), Waltkins (1964), Kurylowicz (1964,1965), e Benveniste (1968). (cf. Lehmann, 1995, p.5-7)

⁴⁹ Figueiredo (1999b) apresenta mais detalhes sobre os estágios de Humboldt (1822)

de que uma simples língua pode passar a um ciclo pleno: “sM > Sm > sM”. Ele criou o slogan “A morfologia do homem de hoje foi a sintaxe de ontem” (*That one man’s morphology was an earlier man’s syntax*).

Já nos quadros da Gramática Funcional, essa afirmação encontrou eco na formulação de Givón (1971, p. 413), anunciada num artigo intitulado *Historical Syntax and synchronic morphology: an archaeologist’s field trip*, com o slogan “A morfologia de hoje é a sintaxe de ontem” (*Today’s morphology is yesterday’s syntax*). Givón mostrou isso com evidência nas formas verbais de várias línguas africanas que se tornaram radicais com afixos que antes eram encontrados nas colocações de pronomes e verbos independentes.

Mas, em seu livro *On Understanding Grammar*, Givón (1979) colocou firmemente todo fenômeno lingüístico no quadro da *sintatização* e da *morfologização* (termos que Givón preferiu para gramaticalização) e enfatizou a função essencial de dependência das regras e categorias lingüísticas. Então, Givón reformulou o slogan para: “A sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem” (*Today’s syntax is yesterday’s pragmatic discourse*), propondo a cadeia que representa o início da onda cíclica para o desenrolar da gramaticalização:

Discurso > Sintaxe > Morfologia > Morfofonêmica > Zero

sobre a qual parece ter havido muita confusão.

Segundo Traugott (1995/97), essa cadeia foi articulada como parte de um programa que pesquisava a noção de estrutura como uma entidade autônoma pré-existente e que explorava o alcance da gramática de poder ser sempre “*emergent*”⁵⁰. Os exemplos de Givón foram esboçados para caracterizar cada fenômeno, como:

- cláusula tópico > cláusula relativa;
- cláusula finita > complementação não-finita;
- tópico > sujeito;
- verbos seriais > marcadores de caso;
- verbo lexical > auxiliar > flexão TAM (tempo-aspecto-modalidade).

Como pode ser observado, esse é um conjunto de fenômenos diverso, que operam em diferentes níveis de estrutura sintática.

Uma das confusões mais comuns sobre a cadeia geral é a sua diferença em relação à dos defensores do percurso de gramaticalização: *léxico > gramática*.

⁵⁰ Para um tratamento mais completo sobre Gramática Emergente, ver HOPPER (1987, 1988)

Sobre isso, Traugott e Heine (1991) comentam que não há inconsistência em se considerar que o discurso pressupõe o léxico, posto que o discurso usa itens lexicais de modo a dotá-los de significado pragmático. Assim, as “duas fórmulas ‘item lexical > morfema’ e ‘discurso > morfossintaxe’ podem ser combinadas como: item lexical usado no discurso > morfossintaxe” (p.05).

Considerando esse argumento, Tavares (1999, p.53) propõe um aclave⁵¹ (ou cadeia, trajetória, inclinação etc.) que salienta a passagem de um elemento, inicialmente lexical, para a função gramatical e desta, para a interação, podendo assumir a função de marcador discursivo:

(léxico-discurso) > gramaticalização (gramática) > discursivização (pragmática)

Concorda, então, com a hipótese de discursivização de Martelotta et al. (1996).

Na literatura referente à gramaticalização, pode-se observar, por meio dos exemplos, que as diversas trajetórias⁵² propostas resultam das observações de um dado objeto ligado ao interesse próprio do pesquisador que o formula, como pode ser visto em:

- Abraham (1991):

local > temporal > lógico > ilocutivo > discursivo

-Traugott e König (1991):

proposicional/ideacional > textual > interpessoal/expressivo

- Heine et al. (1991):

pessoa > objeto > espaço > tempo > qualidade

Fora das trajetórias gerais (mais canônicas), existe um conjunto de trajetórias mais específicas, mas todas igualmente regulares, que permitem explicar a passagem de um dado elemento de categoria gramatical a uma outra. Heine e Reh (1984) organizaram um índice detalhado de manifestações mais regulares de gramaticalização nas línguas africanas.

Na literatura brasileira, Martelotta, Votre & Cezario (1996, p.47-8) apresentam algumas trajetórias de gramaticalização, como:

a) A trajetória de elemento lingüístico do léxico à gramática, como na passagem de verbo pleno a verbo auxiliar, ou na do verbo *ir* (movimento) a *auxiliar* (designando futuro).

b) A trajetória de vocábulo a morfema, como a passagem de *hei de amar* > *amarei*.

⁵¹ Ver Tavares (2003).

⁵² Segundo Vincent, Votre e Laforest (1993), a idéia de trajetória ou de deslocamento funcional ou semântico está subjacente à maioria dos estudos filológicos, mas a idéia de que o sentido segue uma trajetória do mais concreto ao mais abstrato remete ao século XIX. Contudo, é Sapir ([1921]1970, p.99) quem lhe dá uma formulação mais exaustiva, ao estabelecer um *continuum* entre os diferentes tipos de conceitos lingüísticos como uma base para a sua tipologia sincrônica.

c) A trajetória de elemento lingüístico da condição de menos gramatical (menos regular) para mais gramatical (mais regular), como *menos > menos*.

d) A trajetória de elemento lingüístico de mais referencial a menos referencial, como a do operador argumentativo *logo* (valor de advérbio espacial - do latim *locu-*) a função argumentativa como *conjunção conclusiva*. Movimento caracterizado pela perda de significação de referentes extralingüísticos e aquisição de significados pragmáticos, no que se refere a estratégias comunicativas dos participantes, e, em dados textuais, no que se refere à organização interna dos argumentos no texto.

e) A trajetória que leva uma construção sintática a se especializar em uma função gramatical, como a construção verbo-sujeito, que funciona como introdutora de informação nova e de sujeito não-tópico.

f) A trajetória de construções negativas relativamente livres a mais fixas em função de estratégias discursivas determinadas, como os três tipos de negativas na fala de Natal/RN: a *negativa canônica não+SV* é a mais freqüente, seguida da *negativa dupla*, que se restringe a contextos que representam uma pausa temática e, por fim, a construção de *não final*, que é usada, preferencialmente, em contextos de respostas a perguntas diretas. (FURTADO DA CUNHA, 1996).

g) A trajetória dos processos de repetição do discurso, no âmbito da criação e da intenção, em direção à gramática, através de sua regularização e sistematização, como, por exemplo, os depoimentos de descrição de lugar que se regularizam por intermédio de repetição enumeradora, com a utilização preferencial de verbos como *ter* e *ser*. (OLIVEIRA, 1996).

Como se pode ver, todas essas propostas de trajetórias específicas emanam das constatações empíricas, mas, conforme os autores brasileiros, não se pode prevêê-las enquanto o elemento sob análise não entrou no processo. Também não se pode especular sobre o eventual desencadeamento de uma mudança, uma vez que o processo começou, ou seja, não se pode constatar que o elemento seguiu uma trajetória conforme as observações anteriores. Assim sendo, o mais conveniente seria analisar as trajetórias do ponto de chegada ao ponto de partida, posto que é difícil reconstituir todos os seus sentidos, indicando, apenas, pontos focais.

Então, como os exemplos já apresentados, desde os anos 90, vários outros exemplos em favor da hipótese da unidirecionalidade começaram a ser discutidos. Vários artigos em Traugott e Heine (1991) levantaram questões sobre se a gramaticalização é sempre unidirecional.

Nos últimos anos, a unidirecionalidade tem se tornado uma questão de debates calorosos. De um lado, há os contraditores, *e.g.* Newmeyer (1998); Lightfoot (1999); Beths (1999) Janda (1995, 2001); Joseph (2001), que, geralmente, questionam a unidirecionalidade e buscam evidências empíricas contra ela. Por outro lado, além dos autores, já citados na seção anterior, favoráveis à hipótese, existe uma publicação inteira de *Linguistics* (1995, editada por ANS van KEMENADE) que foi devotada ao entendimento de como categorias funcionais surgem de categorias lexicais, e para fazer a ponte entre as abordagens fundamentalmente funcionalistas e a fundamentalmente formalistas para a gramaticalização.

Traugott (2001), em seu artigo *Legitimate counterexamples to unidirectionality*, defende que, seja qual for a visão do estudioso sobre a tarefa da lingüística, é mister precisar o que é um bom *contra-exemplo* à unidirecionalidade, ou melhor, qual é a evidência de não-direcionalidade.

Segundo a autora, o número de contra-exemplos putativos é fruto do entusiasmo científico que a hipótese da gramaticalização ainda gera, mas há que se saber avaliá-los, pois muitos não se apóiam em um exame minucioso ao verificarem se uns são mais ou menos legítimos do que outros ou sobre que campo(s) o são.

Traugott (2001) faz algumas advertências sobre questões, que me interessam mais de perto, em relação à identificação, explicitação e avaliação de exemplos e de contra-exemplos e das afirmações em suas análises:

- Os desenvolvimentos precisam sempre ser considerados em termos da variedade de usos que um item particular pode ter, de modo que nós estamos certos em seguir pistas de mudanças locais em contextos relevantes.
- Os esquemas formais precisam ser lembrados como direções de organizar os dados em percursos idealizados, *e.g.* item ou construção lexical > categoria funcional; clítico > afixo, etc., com um esquema semântico, tais como: ESPAÇO > TEMPO, CONDICIONAL > CONCESSIVO. Em contraste, os contra-exemplos parecem não só violar o esquema formal direcional, mas também serem idiossincráticos em relação à semântica.
- Além de simplesmente invocar “motivações em competição”, “expressividade” (LEHMANN, 1995[1982]) ou mesmo enriquecimento pragmático (HOPPER e TRAUGOTT, 1993, cap. 4), pelo menos, nos primeiros estágios de gramaticalização, deve-se dar alguma atenção a outro tipo de mudança semântica mais geral: a tendência em recrutar significados para servirem a propósitos metatextuais. Segundo Traugott (2001), esta não é única para a gramaticalização, pois o desenvolvimento do

significado metatextual ocorre também no léxico (cf. *pay tribute to*), ou o desenvolvimento dos verbos de ato de fala (e.g. uso de *recognize*, *find* como ato de fala), e ainda verbos performativos.

- Há necessidade de maior compreensão sobre as relações entre gramaticalização e lexicalização.

Sobre essa relação entre gramaticalização e lexicalização, Brinton & Traugott (2005) traçam um paralelo entre os dois processos e, observando as mudanças na forma, na estrutura interna e no significado, tentam conciliar as diferenças e as similaridades. Verificam que, diacronicamente, ambos envolvem itens de um inventário e modificações de itens na estrutura do inventário, no que diz respeito a mudanças em relação à função, à produtividade, à fusão (perda de limites entre morfemas), à coalescência (perda de segmentos fonológicos), à composição (perda da composição semântica) e ao conteúdo. Além disso, afirmam que a mudança ocorre no contexto de uso da linguagem e envolve institucionalização. (ver BRINTON & TRAUGOTT, 2005, p.104-10)

Com base nisso e nas várias definições existentes, os autores propõem as seguintes definições:

Lexicalização é a mudança pela qual, em certos contextos lingüísticos, os falantes usam uma construção sintática ou uma formação de palavras como uma nova forma de conteúdo, com propriedades formais e semânticas, que não são completamente deriváveis ou previsíveis, de constituintes de construção ou formação de palavra padrões. No decorrer do tempo, pode haver uma nova perda da constituição interna e o item pode tornar-se mais lexical. (p. 96)

e

Gramaticalização é a mudança pela qual, em certo contextos lingüísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. No decorrer do tempo o item gramatical resultante pode tornar-se mais gramatical por adquirir mais funções gramaticais e estender sua classe. (p. 99)

e concluem que:

- a) tanto a gramaticalização quanto a lexicalização são processos gradientes que envolvem desmotivação semântica (composição) e coalescência;
- b) a lexicalização, conforme a definição acima, obrigatoriamente requer fusão, enquanto a gramaticalização a requer freqüentemente, mas nem sempre;
- c) ambos se caracterizam pela unidirecionalidade, embora, na gramaticalização (do mais lexical > mais gramatical), ela seja mais consistente do na lexicalização (do menos lexical > mais lexical);
- d) rejeitam a tentativa de equacionar a metáfora com gramaticalização e metonímia com lexicalização e defendem que a metáfora e a metonímia participam de ambos processos; e

e) somente a gramaticalização, envolve a descategorização (perda ou neutralização de marcas de uma categoria plena – nome, verbo ... – que assume atributos de categorias secundária (conjunção, preposição, advérbio ..., e.g.); *bleaching* (esvaziamento semântico); subjetividade (significado ancorado na asserção do falante em dada situação); aumento da frequência e, portanto, da produtividade; além da generalização tipológica (tendência translingüística que pode afetar todas as classes semânticas, e.g. verbo de movimento (ir) > futuridade).

Acredito que, baseado nessa explanação, fica clara a assunção da gramaticalização como um processo bem peculiar, embora não obrigatório, que requer seu status de direito àquele tipo de mudança unidirecional que parte do léxico para assumir funções gramaticais ou de funções gramaticais para outras mais gramaticais.

2.2. Hipótese do princípio da Iconicidade

O princípio de iconicidade está cognitivamente associado à transferência *metafórica* (e analogia) e à transferência *metonímica* (reanálise) e, por extensão, à gramaticalização.

Em sua versão forte, a iconicidade é definida, em Lingüística, como a correlação motivada entre forma (código lingüístico/expressão) e função (*designatum*/conteúdo), em situação oposta à arbitrariedade. Essa relação é assimétrica, uma vez que o conteúdo determina a forma, e não vice-versa. (GIVÓN, 1984, 1991; HOPPER & TRAUGOTT, 1993).

Segundo Croft (1990), os lingüistas funcionais advogam a idéia de que a estrutura da língua equipara-se à conceptualização humana do mundo. Sendo assim, a estrutura de uma construção gramatical reflete, de algum modo, a estrutura do conceito que ela expressa. Silva (2004) tenta exemplificar essa equiparação por meio do alongamento de certas construções lingüísticas, em que o falante deseja expressar o aspecto iterativo e/ou a intensidade da ação descrita, presente em (68), e a ratificação dessa tendência em Xipaya, língua indígena brasileira, para a intensificação de adjetivos, presente em (69):

(68) “... ele fugiu com a moça... daí fugiram... começaram a correr e o homem atrás deles...
correram... correram... correram... enquanto isso... o homem *correndo... correndo* atrás deles...” (*Corpus D&G/ Natal*, p. 411)

(69) kapi(n) (= branco) > *kapi(n) kapi(n)* (= inteiramente branco) (CÂMARA Jr., 1989, p.103)

Entretanto, estudos sobre os processos de variação e mudança lingüísticas, ao constatarem a existência de duas ou mais formas alternativas de dizer “a mesma coisa”, levaram à reformulação dessa versão forte.

Em sua formulação branda, a relação de *um-para-um* entre expressão/forma e conteúdo se insere num *continuum* entre os pólos transparência e opacidade; sendo esta última interpretada como decorrente da trajetória de gramaticalização (cf. GIVÓN, 1990).

O princípio de iconicidade só não se verifica em alguns contextos, que são opacos porque resultam de convencionalizações específicas, e nas fases iniciais e terminais dos processos de mudança. Nas fases iniciais, não se verifica tal princípio porque os falantes ainda não os gramaticalizaram, e negociam-nos variavelmente, em estratégias interativas de ensaio-e-erro; e nas terminais, porque as formas entram em processo de descategorização, liberando-se de suas restrições seletivas. Então, elas ganham nova transparência total, em que, no discurso, os falantes cunham novos conteúdos, com formas já disponíveis, por transferência metafórica e metonímica, numa relação de *um-para-um* (cf. VOTRE, 1994)

Segundo Heine *et alii* (1991, p. 217), existe um notável montante de iconicidade entre o modelo cognitivo e icônico. Para os autores, as categorias metafóricas são imediatamente refletidas na estrutura lexical, e há uma correspondência entre essas categorias e as classes de palavras, como mostram, no Quadro 03, algumas correspondências prototípicas:

Categoria Metafórica	Tipo de palavra
Pessoa	Nome humano
Objeto	Nome concreto
Atividade	Verbo dinâmico
Espaço	Advérbio locativo, adposição
Tempo	Advérbio temporal, adposição
Qualidade	Adjetivo, verbo estativo, advérbio

Quadro 03: Correspondência entre a metáfora e a classe de palavra
(adaptado de Heine *et alii*, 1991, p. 217)

Segundo os autores, uma vez que ocorre uma transferência de um conceito para outro, é também provável que o *status* do tipo de palavra usado para expressar aquele conceito seja afetado. Isto acontece quando um conceito dado é empregado como um veículo metafórico para um conceito pertencente a uma categoria “mais abstrata”. Por exemplo, quando uma entidade da categoria OBJETO serve para conceptualizar uma entidade da categoria ESPAÇO ou TEMPO, é provável que desencadeie um desenvolvimento lingüístico de uma palavra nominal para uma adverbial, cada um advérbio ou uma adposição. Mostram que a mudança de um nome como ‘*costas*’ > ‘*de trás*’ (adposição - nível morfossintático) pode ser vista como o resultado de uma atividade que objetiva devolver a iconicidade entre a estrutura cognitiva e a lingüística. Afirmam, ainda, que esse processo se dá paralelamente à reanálise, pela qual um sintagma nominal (e.g. ‘*costas da montanha*’) é reanalisado como um sintagma preposicional (‘*de trás da montanha*’), e, quando ocorre a reanálise, é possível, envolver a gramaticalização.

Quando acontece isso, tanto a gramaticalização quanto a reanálise são resultantes de idêntica estratégia, nomeadamente ao que objetiva a expressar conceitos mais “abstratos” em termos de um menos “abstrato”. (cf. Heine *et alii*, 1991, p. 217)

Segundo Givón (1990), três subprincípios são desdobrados da propriedade geral icônica, que se relacionam à quantidade de informação (quantidade), ao nível de proximidade entre os constituintes (integração) e à ordenação sequencial (linear) desses mesmos constituintes. Estes subprincípios se traduzem pelos seguintes postulados: o primeiro - quanto maior, mais imprevisível (mais nova) e saliente for uma informação a ser transmitida ao interlocutor, maior será a quantidade de forma a ser utilizada na codificação morfossintática dessa informação; o segundo - quanto mais próximos estiverem dois conteúdos, conceptual e cognitivamente, mais próximas também deverão estar as formas que os representam; e o terceiro - quanto mais importante, mais urgente, previsível e temático for um conteúdo, mais sua forma correspondente tenderá a ser colocada em primeiro lugar.

Acreditando que as “estruturas sintáticas não devem ser muito diferentes, na forma e na organização, das estruturas semântico-cognitivas subjacentes”, Furtado da Cunha *et al.* (2003, p. 34) advogam que, como opção teórica, o princípio da iconicidade, em sua versão branda, permite detalhar as condições que governam o uso dos recursos de codificação morfossintática da língua, pois há razões estritamente humanas de importância e complexidade que se refletem nos traços estruturais da língua, portanto ela não é um mapeamento arbitrário de idéias para enunciados.

2.3. Princípios de Hopper (1991)

Hopper (1991, p. 22-31) propõe cinco princípios: *estratificação* (camadas), *divergência*, *especialização*, *persistência* e *descategorização*. Esses princípios foram formulados com base no início dos processos de estabilização sintática e semântica das formas, a partir de sua entrada na “gramática”. Contudo, esta estabilização é relativa e aparente, posto que, como ele próprio defende, a gramática está sempre emergindo.

Além do princípio da unidirecionalidade, amparo-me, para esta investigação, nos princípios de Hopper (1991) que se aplicam à mudança lingüística como um todo e não somente à gramaticalização, pelo menos em sua concepção canônica. E, uma vez que são gerais, eles podem adaptar-se à abrangência das diferentes concepções, pois, segundo o autor, esses princípios:

- (i) auxiliam a identificar quais dentre as regularidades emergentes a cada período de tempo são candidatas a estarem na gramática da língua; e
- (ii) servem para diagnosticar diferentes graus de gramaticalização onde ela já é um processo reconhecido.

São eles:

a) Estratificação:

“Dentro de um domínio funcional, novas camadas estão continuamente emergindo. Quando isso acontece, as camadas antigas não são necessariamente descartadas, mas podem continuar coexistindo e interagindo com as novas camadas.”

(HOPPER, 1991, p. 22)

Por esse princípio, é possível dois ou mais itens lingüísticos competirem para desempenhar uma determinada função em algum ponto de sua trajetória. Isso decorre do fato de que, quando uma forma (ou mais) emerge, não substitui imediatamente as formas já existentes no mesmo domínio funcional, podendo conviver num mesmo corte sincrônico e, até mesmo, nunca substituí-lo.⁵³

Essa convivência de itens em um mesmo domínio funcional, como camadas mais velhas e mais novas, acaba levando à manifestação de um mecanismo cognitivo geral (não restrito ao âmbito lingüístico), representado pelo princípio da marcação, subjacente à interpretação de formas e contextos de uso como mais ou menos complexos.

Traugott (2001) comenta que Hopper (1991) identificou a sobreposição como um “princípio”⁵⁴ de gramaticalização, mas, segundo seu (da autora) conhecimento, somente Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991) tentaram defender que isso é peculiar à gramaticalização. Segundo a autora, a estratificação é importante para a gramaticalização, porque ela permite ao pesquisador: i) levar em conta a polissemia e não a homonímia nos estágios anteriores da mudança – (e Traugott se justifica dizendo que, mesmo que o *be going to* não seja mais polissêmico, parece ter sido assim na maior parte do período do *Early Modern English*); e ii) reconhecer que séries que têm diferentes funções em diferentes contextos podem ser historicamente relatadas.

Tavares (2003) cita como exemplo de estratificação *e, aí, daí e então*, que constituem as camadas mais freqüentes da seqüenciação retroativo-propulsora na fala de Florianópolis.

⁵³ Pode-se dizer que as camadas representam *variantes lingüísticas* no sentido de Labov (1972): duas ou mais formas de mesmo significado passíveis de serem empregadas no mesmo contexto. Segundo Traugott (2001, p.4-5), a estratificação é um fenômeno associado a toda mudança: fonológica, morfossintática, ou semântica. Para a autora, ela é simplesmente o princípio da variação; em semântica, ela é o princípio da polissemia.

⁵⁴ Aspás da autora.

b) Divergência:

“Quando uma forma lexical é gramaticalizada (...), a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns”.

(HOPPER, 1991, p. 22)

Segundo esse princípio, o uso fonte pode continuar coexistindo com o uso da forma gramaticalizada, podendo cada um seguir o seu próprio caminho, com reflexos divergentes de uma forma singular por muito tempo. No caso, há dois ou mais usos para uma mesma forma.⁵⁵

Por exemplo, *ir* é um verbo pleno com sentido de movimento físico, do latim *ire*; também é usado como “*vamos tomar Coca-Cola ali*” que distancia um pouco do uso original (movimento físico), com um sentido de deslocamento para um ponto no espaço, reforçado pelo advérbio *ali* (movimento espacial); exemplo que deve ter dado origem ao uso com deslocamento no tempo, como marca de futuridade.

c) Especialização:

“Dentro de um domínio funcional complexo, é possível haver, num estágio, uma variedade de formas com nuances semânticas diferentes; quando ocorre a gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais”.

(HOPPER, 1991, p. 22)

Esse princípio se refere à redução do número de formas passíveis de serem empregadas na expressão de uma certa noção gramatical; ou mesmo a extinção da competição – variação – entre elas. Se, dentre as formas possíveis, uma (ou mais) preponderar em uma dada função, esta forma pode especializar-se, vindo a adquirir um significado mais geral, o que pode acarretar a eliminação das formas que com ela competiam.

Tavares (1999) sugere uma subdivisão desse princípio; propõe, além da especialização por *generalização* proposta por Hopper, a possibilidade de especialização por *especificação*. Esse tipo de especialização se aplica quando formas adversárias adquirem significados mais específicos e/ou passam a ser empregadas em contextos semântico-pragmáticos e/ou morfossintáticos específicos, eliminando-se assim a competição. Assim, nenhuma forma seria excluída ou generalizada para cobrir todas as funções pertinentes a um domínio particular, porém cada uma seria empregada em certas funções e/ou contextos particulares pertinentes ao domínio.

⁵⁵ Deve-se ter o cuidado de não confundir com variação ligada à estratificação que consiste no uso de duas ou mais camadas (itens diferentes) para a mesma ou semelhante função.

Hopper (1991, p.26) exemplifica a especialização por meio caso do *pas* negativo em francês. Historicamente, a partícula negativa era *ne* e nomes como *pas* (“passo”) ligavam-se a verbos de movimento para enfatizar a negação, assim como nomes como *mie* (“migalha”) ligavam-se a verbos como “dar” e “comer”. No séc. XVI, somente *pas* e *point* (“ponto”) eram usados como enfatizadores de negação e, deles, somente *pas* se tornou uma verdadeira partícula negativa, estendendo seus usos para outros verbos, não somente os de movimento. Desse modo, *pas* foi selecionado, dentre outras formas possíveis, para especializar-se como partícula negativa e adquiriu um significado mais geral.

d) Persistência:

“Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, tanto quanto isso seja gramaticalmente viável, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela, e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos nas restrições de sua distribuição gramatical”.

(HOPPER, 1991, p. 22)

Segundo o princípio da persistência, itens ou construções gramaticais conservam, na evolução do material lingüístico, vestígios da sua história que são manifestados em sua forma e seu significado, em qualquer ponto sincrônico. Espera-se que um ou mais significados de uma forma reflitam traços de significados anteriores, capazes de interferir no modo como é utilizada pelos usuários atuais da língua.

Como exemplo, cito a tradicional fórmula introdutória de narrativas “*Era uma vez...*”, em que o verbo *ser* conserva ainda os vestígios do seu sentido existencial. (SAID ALI, 1966, p.197)

d) Descategorização:

“Ao sofrer gramaticalização, as formas tendem a perder ou neutralizar suas marcas morfológicas e propriedades sintáticas características das categorias plena nome e verbo, e a assumir atributos característicos de categorias secundárias como adjetivos, participípios, preposição, etc”.

(HOPPER, 1991, p. 22)

Esse princípio refere-se à mudança de estatuto categorial. Sobre isso, Tavares (2003) cuida que uma das conseqüências teóricas da adoção da perspectiva da gramaticalização para dar conta da gramática é relativização da noção de *categoria*. Considerando a possibilidade de decategorização, a distribuição de formas em categorias, aprioristicamente, não é determinável, nem envolve distinções claras. O que existe são graus de categorialidade que, além de escalares, estão sujeitos a alterações constantes.

Como exemplo, retomo o *pas*, do francês, que se recategorizou *nome* > *partícula negativa*, embora persista ainda o uso de *pas* como *nome*.

3. Processos e mecanismos motivadores da Gramaticalização

Adoto a concepção de que a língua é usada, sobretudo, para satisfazer as necessidades comunicativas. Ela resulta, portanto, da experiência acumulada dos falantes individuais, da sua avaliação do contexto presente, e, principalmente, da interação lingüística com seus interlocutores, cujas experiências e avaliações podem ser completamente diferentes.

Devido às assimetrias de suas experiências, falantes e ouvintes negociam e adaptam funções e formas para o sucesso da troca comunicativa, permitindo que a língua altere seus padrões discursivos e sua contraparte mental. Assim, essas negociações e adaptações geram mudanças que, por sua vez, são guiadas por processos e mecanismos que regularizam e fixam seus usos, dentre os quais destaco: a metáfora e a metonímia; e a analogia e a reanálise;

3.1. Metáfora e Metonímia

Faz mister o amparo em alguns postulados básicos e, por que não dizer, clássicos do modelo cognitivo do realismo experiencialista, defendidos por Lakoff (1987), Johnson (1987) e Sweetser (1990), para se verificar a motivação cognitiva de base metafórica da gramaticalização, principalmente, segundo Heine *et alli* (1991a,b).

Segundo Lakoff (1987), os sistemas de conceitos da língua emergem do contato físico-social dos falantes (interação), em sua inserção no mundo real, traduzido por intermédio de metáforas fundantes. Para Johnson (1987), esse sistema conceptual é revelado pela experiência sob forma da *metáfora*; portanto, é a própria base para a semântica da língua.

Johnson (1987) salienta o processo metafórico como estratégia fundamental para a totalidade da organização conceptual e lingüística. Dessa forma, o pensamento inicialmente trabalha com conceitos adquiridos através do contato com o mundo concreto. O sistema conceptual que emerge dessa experiência serve de base para a compreensão de uma realidade mais abstrata que constitui o mundo das idéias. É a metáfora que permite que as pessoas compreendam o mundo das idéias em função do mundo concreto, ou seja, elas compreendem uma coisa como sendo outra, sem confundirem as duas coisas.

As línguas, portanto, possuem um sistema cognitivo de base experiencial, que opera e determina as regularidades que podem ser observadas, na derivação de sentidos e na sua transferência, do domínio real para domínios dos mundos mais abstratos; ou seja, seguem o percurso *concreto > abstrato*.

Na perspectiva desse percurso, Sweetser (1990) constrói uma abordagem motivada das regularidades da gramática, de modo a dar conta, de forma unificada, de fatos e procedimentos semânticos diferentes, como a polissemia, mudança semântica lexical e ambigüidade pragmática. Para a autora, a transferência de domínios operada pela metáfora se dá de maneira estável, sistemática e motivada, cumprindo a trajetória unidirecional em três etapas: da fase concreta (realidade físico-social), passando para a abstrata (experiência) e chegando à discursiva. A passagem de uma etapa a outra se faz mediante a transferência metafórica, em que o significado mais abstrato é historicamente derivado do significado físico-social (interacional) imediatamente mais concreto.

A transferência metafórica, segundo Heine *et alii* (1991, p.43), é um dos principais mecanismos que subjazem ao processo de gramaticalização. Por meio da transferência metafórica, conceitos menos complexos (mais concretos) passam, num processo de abstratização crescente, a conceitos mais complexos (mais abstratos). Assim, conceitos que estão mais próximos da experiência humana são utilizados para expressar outros que são mais abstratos: experiência não-física é entendida em termos da experiência física, o tempo em termos de espaço, causa em termos de tempo, relações abstratas em termos de processos cinéticos/relações espaciais, etc.

Na perspectiva da unidirecionalidade, como exemplifiquei, é possível descrever o processo de gramaticalização por meio do arranjo de categorias conceptuais, distribuídas, segundo uma escala de abstração crescente, em que cada elemento conceptualiza um elemento à sua direita num movimento fonte \Rightarrow alvo, por meio de (>) “flecha(s)”, resultando no que os autores chamaram de “metáforas categoriais”:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade

Cada uma dessas categorias representa uma variedade de conceitos definidos perceptual e/ou lingüisticamente, compondo um domínio de conceptualização importante para a experiência humana. Por exemplo, o desenvolvimento do verbo *ir* pode ser representado por meio do esquema: *atividade > espaço > tempo*:

(70) A gente *foi* pra festa e.. tinha uma porção de amigos na festa (Daniel – D&G/RJ)⁵⁶

(71) eu falei...pela primeira vez que eu tô passando nessa rua ((riso)) mas era mentira aí ele pegou falou assim “não mas sabe é rapidinho *vamos ali tomar* uma Coca-Cola”... (Quely – D&G/RJ)

(72) Eu *vou ler* o texto (Érica – D&G/RJ)

⁵⁶ *Corpus* Discurso & Gramática/Sigla do Estado

Em (70) *ir* é um verbo pleno com sentido de movimento físico, do latim *ire*; portanto, [+ concreto]. O uso (71) distancia-se um pouco do uso original (movimento físico), com um sentido de deslocamento para um ponto no espaço, reforçado pelo advérbio *ali* (movimento espacial), exemplo que deve ter dado origem ao uso com deslocamento no tempo, no caso (72) que ilustra o futuro analítico.

É essa, pois, a trajetória de ressemantização do verbo *ir*, que ganhou uma função gramatical. Ao passar para a gramática, esse verbo, principalmente como em (71) e (72), teve sua frequência aumentada no português, segundo Cezário *et alii* (1996) ao estudar a intergração entre cláusulas e o processo de gramaticalização. O verbo *go* (ir), em inglês, passou pelos mesmos processos na construção *to be going to*, que também tem uso de marcador de tempo, como *e.g. The rain is going to come.* (literalmente, “A chuva vai vir”), significando metaforicamente futuridade.

O *ir* como verbo pleno tem seu sentido original no latim. Para Hopper (1991), as explicações sobre a relação entre uma forma lexical e sua contraparte gramaticalizada em termos de metáfora parecem valorizar um método etimológico que compara itens lingüísticos removidos do contexto. Cuida que a gramaticalização não deve ser vista do ângulo paradigmático como a substituição repentina de um significado presente no contexto por um ausente - a metáfora, mas, sim, sintagmaticamente, ao ser vista por meio da extensão do significado já implícito nos contextos de uso da forma - *metonímia*.

O papel da metonímia também tem seu destaque no percurso de gramaticalização, posto que se trata de um mecanismo de mudança cujas motivações estão no contexto lingüístico e pragmático de uso de uma dada forma: há uma associação conceitual entre entidades de algum modo contíguas, de forma que o item lingüístico que é usado em referência a uma delas passa a ser usado também para outra.

Segundo Traugott & König (1991, p.212), a metonímia envolve a especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto, i. é, representa uma transferência semântica por contigüidade.

À metonímia está ligado um mecanismo chamado por Traugott & König (op. cit., p.194) de *inferência por pressão de informatividade*, que designa o processo em que o item lingüístico passa a assumir um valor novo, inferido do original, devido à convencionalização de implicaturas conversacionais por meio de pressões do contexto de uso. Quando uma implicação comumente surge com forma lingüística, pode ser tomada como parte do significado desta, podendo até mesmo chegar a substituí-lo.

Aproveito os exemplos (70) a (72), com o verbo *ir*, para exemplificar também a extensão metonímica, pois, segundo Heine *et alii* (1991a, p.70), o processo cognitivo que envolve a gramaticalização deve ser observado sob duas perspectivas: uma discreta e outra contínua. A primeira é psicológica por natureza e sugere uma análise em termos de *metáfora*, como exemplifiquei; enquanto a segunda parece ser essencialmente pragmática, pois é altamente dependente do contexto e exhibe uma estrutura metonímica. Então, fazendo uma análise sob essa última perspectiva, as sentenças (70) a (72) sugerem um *continuum* entre o verbo pleno (70) e a marca de futuridade (72), com nuances conceituais minimamente diferenciadas, entre principalmente (70) e (72), por meio do contexto que ainda sugere movimento espacial.

Diferentemente de Heine (1991a e b), há teóricos que defendem tanto a transferência metafórica quanto a transferência metonímica como mecanismos que atuam em diferentes momentos do processo de gramaticalização (BYBEE *et alii*, 1994), ou vinculando-se a fenômenos distintos (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991), ou tomando partido por um deles (MORENO CABRERA, 1998). Apesar de existirem essas posições divergentes, há um ponto de concordância em relação aos resultados da atuação desses mecanismos, conjugados ou não, que é a previsão de um *percurso de abstração crescente*.

3.2. Analogia e Reanálise

A analogia e a reanálise são mecanismos ligados aos processos cognitivos da *metáfora* e da *metonímia*, respectivamente.

A *analogia* é um mecanismo que não causa propriamente a mudança lingüística, mas a expansão da mudança na língua. Ou seja, estende regras de generalização a itens, atraindo-os para construções já existentes, acarretando a disseminação da inovação para domínios diversos. Por exemplo, no Ewé, língua africana, a atração dos verbos de locução e de cognição para construções complementadoras. O verbo *bé* (dizer) ainda tem seu significado lexical em (73). Em (74), contudo, que tem quase o mesmo significado de (73), *bé* foi gramaticalizado para uma cláusula complementadora objetiva, e o significado lexical *dizer* está expresso pelo verbo sinônimo *gbl* . Em (75), o item *bé* faz parte da cláusula subordinada:

(73) *me-bé: mi-á-yi apé*
 Eu SG-dizer nós-SUBJUNTIVO-ir casa
 ‘Eu digo que nós devíamos ir para casa’

(74) *me- gbl* ⊃ *bé* *mi-á-yi* *apé*
 Eu SG-dizer dizer nós-SUBJUNTIVO-ir casa
 ‘Eu digo que nós devíamos ir para casa’

(75) *bé-ná* *wó-m-á-ga-tsí* *megbé o uti lá...*
 Dizer-HAB 3PL-NEG-FUT-REP-ficar atrás NEG FINAL SUB.....
 ‘A fim de que eles não ficassem atrás ...’

A analogia aproxima psicologicamente categorias em ausência, isto é, situadas no eixo paradigmático. Esse processo pode ser captado pela fórmula $A : B :: C : D$, em que D representa a forma surgida por analogia. Segundo Hopper & Traugott (2003, p. 64), a dificuldade com essa fórmula de proporção é que ela não dá conta do motivo da seleção do membro do par escolhido como o modelo. Desde Meillet, houve um grande alcance dos processos analógicos (cf. ANTILLA, 1977; KIPARSKY, 1992). Kurylowicz (1945-9) mostra algumas tendências de seleção considerada do modelo, eg., a tendência de substituir uma forma mais restrita por uma forma mais geral, mas não o inverso. Kiparsky (1968) procurou redefinir a analogia na mudança fonológica como extensão de regra, e conseguiu dar conta formalmente do fato de que a analogia não é fortuita na mudança lingüística, ou seja, ela é usada como uma generalização ou otimização de uma regra de um domínio relativamente limitado para um domínio mais amplo.

Em português, a analogia é usada, por exemplo, para explicar a nasalidade, em português do *sim* (< *sic*, latim), dada sua associação por antonímia com *nom*. Também estende outros níveis, tais como, no português, o pretérito atual de *estar*, *estive*, que é analógico ao pretérito arcaico de *ser*, *sive*. Os dois verbos eram usados como locativos, e isto permitiu o trânsito de formas de um para o outro, havendo o desaparecimento do pretérito etimológico arcaico *estede* (< *stedi*, latim), e o aparecimento do uso de *estive* por analogia a *sive*, segundo a fórmula: $ser : sive :: estar : esteve$. É, por exemplo, o que acontece com as tentativas de regularização das crianças ao dizerem *eu sabo* ao invés de *eu sei*, ou, mesmo nas regularidades de alguns usos como *menos/menas*, *seja/seje*. Trata-se, portanto, da extensão de um uso mais geral para substituir usos menos gerais.

É, nesse caso, que Bueno da Sequeira (1954, p.92) inclui o objeto de análise desta pesquisa, a expressão *é que*. Segundo esse estudioso da analogia do português, ela resulta de uma generalização analógica, porque começou a ser usada com um sujeito masculino do singular, como em (76), e, uma vez com o uso generalizado, passou para o feminino do singular, como em (77), e para o plural dos dois gêneros, como em (78). Depois, houve a

supressão do demonstrativo, conservando-se a frase no singular, e a expressão se tornou fixa na forma masculina, como em (79), portanto, invariável:

- (76) “O homem é o **que** ofende a Deus.”
 (77) “A mulher é a **que** deve obedecer.”
 (78) a. “Os homens são os **que** ofendem a Deus.”
 b. “As mulheres são as **que** não querem obedecer.”
 (79) a. “Os rebanhos é **que** fazem a felicidade do campo.”
 b. “As mulheres é **que** não querem obedecer.”

Dessa forma, o autor supõe que “deve ter influído a existência de três outros encontros de ‘é que’, nos quais a partícula *que*, não era pronome, mas conjunção” (ibid, p.93):

a) o *é que* das afirmações enfáticas:

- (80) a. “**É** daí **que** lhe vem toda a graça.” Vieira 2:15 “(Daí *é que*)”⁵⁷
 b. “Agora é **que** tinham melhor lugar os desmaios da Esposa.” Vieira 7:46

b) o *que* de uma “oração *integrante predicativa*”:⁵⁸

- (81) “A maior circunstância que temos dele é **que** foi no lugar da Parada”. “*Que* foi no lugar da Parada é a maior circunstância.” Arcebispo, 2:114⁵⁹

c) A locução explicativa *é que*, correspondente a “razão por que” em latim, *ratio quia*:

- (82) “Os carvalhos ... e as boninas não ousam erguê-la (a frente) para o céu. **É** **que** rugindo, a ventania cai da montanha...” Herc., *Lendas*, 2:106.

Os argumentos e exemplos de Bueno da Sequeira (1954)⁶⁰ reforçam a hipótese da analogia envolvida na mudança do *é que*, principalmente, com base nos exemplos (77) a (79) e, em relação aos exemplos (73) a (76). Defendo que, complementarmente, embora a analogia seja vista como uma generalização de uma regra ou construção, há a atuação da reanálise, já que somente ela pode criar novas estruturas gramaticais. Defendo a complementaridade na gramaticalização, por a analogia provocar a mudança por reanálise ou, em muitos casos, por a analogia ser a primeira evidência para os falantes de uma língua (e também para lingüistas como eu) que a mudança ocorreu. (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 2003, p. 64).

Hopper & Traugott (2003) afirmam que a analogia pode ser considerada sob duas dimensões: (i) da generalização dos tipos de estruturas lingüísticas, e (ii) da generalização por

⁵⁷ O autor indica, ao lado do exemplo, a inversão. Bueno da Sequeira (1954, p. 93)

⁵⁸ Grifo itálico do autor.

⁵⁹ O autor inverte ao lado para comprovar que se trata de uma predicativa. (idem)

⁶⁰ Vale a pena lembrar que os estudos gramaticais na época baseavam-se tradicionalmente em seguir modelos de exemplos de autores renomados ou de obras literárias, e.g. Vieira, Herculano, e Arcebispo.

meio do padrão de uso, que, por sua vez, é baseada na frequência com que as estruturas em questão podem ocorrer no tempo. Os autores citam o estudo de Fries (1940) sobre a mudança da ordem das palavras no inglês, em que o estabelecimento da ordem Verbo-Objeto (VO) foi pesquisado em textos contados no intervalo de cem anos, no período de 1000-1500, cuja estatística das ocorrências da posição do objeto acusativo pode ser vista na tabela que segue.

Ano	1000	1200	1300	1400	1500
Objeto acusativo antes do Verbo	52.5%	52.7%	40 + %	14.3%	1.87%
Objeto acusativo depois do Verbo	47.5%	46.3%	60 – %	85.7%	98.13%

Tabela 3: Gramaticalização da ordem de palavras VO no inglês entre os anos 1000-1500 (adaptada de Fries, 1940, p.201)

Fries utilizou o método de análise quantitativo, que pode ser feito tomando diversas variáveis para contar, como difusão na comunidade, ou estilos, ou gêneros. Segundo a Tabela 3, a análise dá conta apenas da variável do objeto acusativo antes do verbo *versus* objeto acusativo depois do verbo. O lingüista tomou uma amostra representativa de textos em intervalos regulares durante vários séculos e pesquisou o tipo de mudança caracterizada pela fórmula $A > A/B > B$, não do ponto de vista (i) tipo de construção (e.g., OV > VO; ou ainda futuro perifrástico > futuro afixal), mas do ponto de vista (ii) do uso – *tokens* (quantas vezes são usadas a ordem OV e VO no tempo, ou como no acréscimo do exemplo de (i): quantas vezes são usados o futuro perifrástico e o afixal no tempo?). Dessa maneira, o método quantitativo diacrônico capta a agregação progressiva dos casos da mais nova construção B à custa da mais velha construção A, ou seja, mostra a gradação da difusão das mudanças. No caso do estudo de Fries (1940) sobre a ordem das palavras no inglês antigo, a construção A é a ordem do verbo final e a construção B é a ordem verbo inicial, e o exemplo mostra que o estágio inicial já é um estágio de variação, e o estágio final pode ainda estar em variação.

Segundo ainda Hopper & Traugott (2003, p. 39), a reanálise e a analogia têm sido bastante reconhecida como significativa para a mudança em geral, e mais especialmente para a mudança morfossintática. Segundo os autores, a reanálise modifica as propriedades gramaticais – morfológicas e sintáticas – e as propriedades semânticas, que dizem respeito às mudanças na interpretação, na classificação sintática e no significado e implica mudança de regras. Já, a analogia, estritamente falando, modifica manifestações superficiais e não implica mudança de regra, embora o efeito da regra estenda-se ou no próprio sistema lingüístico ou na comunidade. Mas, afirmam que, inquestionavelmente, a reanálise é o mecanismo mais importante para a gramaticalização, como para toda mudança, por ser um pré-requisito para a implementação das mudanças por analogia.

Nessa perspectiva, a reanálise implica mudança em:

- a) grupo de constituintes (ver os exemplos do itens b-e)
- b) estrutura hierárquica. Ex.: a[lo lado] de; a reinterpretação do nome *lado* como parte uma locução prepositiva.
- c) rótulos das categorias. Ex.: *be going to*, do *be* verbo principal + aspecto progressivo + preposição de propósito > marcador de tempo (futuro)
- d) relações gramaticais: Ex.: Num quero não nenhuma coisa. (Negação múltipla, que segundo a norma não deve ser repetida) (cf. FURTADO DA CUNHA, 1996, 2000)
- e) coesão (tipo de fronteira). Ex.: em tanto > entanto; em boa hora > embora; *be going to* > *be gonna*; *lets us* > *let's* > *lets*. Nesses exemplos, morfemas formalmente separáveis fundiram-se.

Então, a reanálise é um mecanismo que consiste na reestruturação de itens ou construções, resultando em uma reinterpretação das relações entre eles. Envolve a reorganização e mudanças, freqüentemente locais (e.g. relações entre os constituintes, hierarquia, rótulos categoriais) situadas no eixo sintagmático, mas não implicando nenhuma modificação, intrínseca ou imediata, na manifestação superficial da construção reanalisada. Assim, os falantes mudam de percepção de como os constituintes de sua língua estão inter-relacionados e, por meio do tipo de raciocínio conhecido como *abdução*, apagam os limites entre esses constituintes, estabelecendo novos “cortes”. Como a reanálise não altera imediatamente a unidade sobre a qual se está operando, ela terá conseqüências futuras, mesmo no eixo sintagmático, posto que uma nova categoria estará surgindo.

Segundo Andersen (1973, p.775, *apud* HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.39-43), “a abdução provém de um resultado observado, invoca uma lei, e infere o que poderia ser o caso”. Por exemplo, considerando o fato de que Sócrates morreu, podemos correlacionar esse fato com a lei geral de que todos os homens são mortais, então supomos que Sócrates era um homem. Esse tipo de raciocínio se dá a partir de três proposições que constituem um silogismo: a lei (e.g., todos os homens são mortais); o caso (e.g., Sócrates é um homem); e o resultado (e.g., Sócrates é mortal). Adverte, porém, que, ainda que as premissas sejam falsas, a conclusão tem que ser verdadeira, pois uma premissa pode resultar em erro com uma lei. Por exemplo, se Sócrates não for um homem, mas um cachorro de estimação, haverá uma conclusão errada, embora seja compatível com as outras duas premissas. Assim, a lei pode ser uma verdade estabelecida ou uma tentativa de generalização. Quem primeiro identificou a abdução foi Peirce (1965[1931]). Embora ele a visse como uma forma fraca de raciocínio (inclusive, a abdução pode levar a uma falácia lógica), ele também a viu como a base da

percepção humana e como somente um tipo de raciocínio pelo qual novas idéias poderiam-se originar.

Heine *et alii* (1991, p.215) também afirmam que há inúmeros processos diferentes a serem observados na gramaticalização que podem ser referidos à reanálise. Os autores consideram como tal o que Heine e Reh (1984)⁶¹ chamam de reanálise do constituinte interno, a forma específica do processo mais geral da reanálise, que tem o efeito de redefinir fronteiras de constituinte.⁶² Este processo torna uma estrutura como (i) em uma nova estrutura (ii):

- (i) (A,B) C
- (ii) A (B,C)

Langacker (1977, p. 64) se refere à reanálise de constituinte interno como uma mudança de fronteira, ou seja, como uma forma de ressegmentação. Um exemplo de mudança de fronteira pode ser observado em várias línguas em que se gramaticalizou o discurso direto padrão para uma nova estrutura de discurso indireto. Acontece, geralmente, nos casos em que existe um marcador para introduzir o discurso direto e este marcador faz parte da cláusula matriz. Com a transição do discurso direto para o indireto, este marcador torna-se reanalisado (reinterpretado) como um mecanismo de subordinação que faz parte da cláusula do discurso indireto. Como mostra o exemplo (83), do inglês, que está gramaticalizado em (84):

(83) *John said that: the Bakers have left.*
John disse isto: os Bakers se foram.

(84) *John said that the Bakers have left*
John disse que os Bakers se foram.

(Heine *et alii* 1991, p. 216)

Segundo Hopper & Traugott (1993), Meillet também faz a comparação das ordens das palavras que sinalizam nuances de significado (que corresponde, hoje, aos significados pragmáticos), *e.g.*, as ordens de palavras alternativas no latim, com as ordens de palavras no campo gramatical que sinalizam os casos sintáticos – sujeito e objeto, no inglês atual. Dessa forma, Meillet incluiu as mudanças das ordens das palavras entre as instâncias de reanálise; atitude também seguida por Lightfoot (1979).

Com base nisso, Hopper & Traugott (1993, p.50) questionam se as mudanças de ordem das palavras que exemplificam um tipo de reanálise, também exemplificam a

⁶¹ Segundo Heine e Reh (1984, p. 104-5), um dos efeitos da gramaticalização é que ela torna constituintes regentes/núcleos em regidos/modificadores. Este processo pode desencadear um desenvolvimento oposto, no tempo, de constituinte regido em um regente. Ambos desenvolvimentos envolvem reanálise, mas somente o primeiro envolve gramaticalização.

⁶² Traugott (1980, p.49) afirma que “outra origem bem conhecida da gramaticalização é a reanálise ... em que fronteiras velhas são reinterpretadas.”

gramaticalização ou não. Eles acreditam que as mudanças de ordem das palavras podem ser o resultado da gramaticalização, não no seu sentido mais estreito, prototípico, unidirecional, qual seja o de um “processo pelo qual itens lexicais usados em certos contextos vem marcar relações gramaticais”; mas, sim, segundo uma definição mais ampla de gramaticalização como a organização do material gramatical, especialmente do material morfossintático, as mudanças da ordem das palavras, que não podem ser excluídas de consideração. Os autores afirmam que essa relação (e.g. a ordem VO núcleo-dependente) tornou-se regra no desenvolvimento das perífrases no inglês, realçam a interconexão da gramaticalização no sentido estreito com estratégias de organização do material lingüístico.

Um exemplo ilustrativo de gramaticalização, apresentado por Heine *et alii* (1991), que pode desencadear vários padrões de reanálise, ocorre no Teso (*Ateso*), uma língua do leste Nilótico da família Nilo-Sahara falada no oeste do Quênia e leste de Uganda. O Teso tem um sistema de gênero-sexo morfológico e uma sintaxe VSO. Contudo, no exemplo (85), o Teso apresenta a ordem das palavras SVO:

- (85) *mam petero e-koto ekiḡok*
 not Peter 3SG-querer cachorro
 ‘Peter não quer um cachorro’ (Heine *et alii* 1991, p. 218)

Historicamente, esta frase é derivada da frase complexa **e-mam petero e-koto ekiḡok* (= *Não é Peter (que) quer um cachorro*), consistindo de uma cláusula principal (*e-mam petero*) e uma cláusula subordinada (*e-koto ekiḡok*). A ordem SVO dessa frase se deve ao fato de que o verbo principal *-mam* (= não é) foi gramaticalizado para um marcador de negação. Este simples exemplo de gramaticalização desencadeou inúmeros casos de reanálise, a saber:

- a) a frase complexa foi reanalisada como uma sentença simples;
- b) a cláusula subordinada foi reanalisada como cláusula principal;
- c) devido à gramaticalização do verbo *-mam* (= não é) para um marcador de negação verbal *mam*, a primeira cláusula principal foi reanalisada como um marcador gramatical;
- d) o sujeito da cláusula principal anterior foi reanalisado como sujeito da nova sentença;
- e) a primeira estrutura VSO foi reanalisada como SVO, resultando na introdução de uma ordem de palavras SVO em cláusulas negativas no Teso;

Um exemplo desse tipo, em que uma instância de gramaticalização desencadeia uma série de reanálises no inglês, é discutido por Thompson e Mulac (1991). Trata-se do desenvolvimento de sintagmas envolvendo verbos de atitude proposicional como *I think*

(= eu acho) ou *I guess* (= eu suponho) dentro de parentéticos epistêmicos. Segundo os autores, no exemplo (86), *I think* forma o sujeito e o verbo da cláusula principal, e *that* (= que) inicia cláusula complemento; enquanto, em (87), o sujeito e o objeto da cláusula principal são encontrados no final da frase, e não existe mais um complementador (= houve apagamento do *that*). De acordo com esses autores, em (87), o sintagma *I think* foi gramaticalizado por um sintagma epistêmico, expressando o grau de comprometimento do falante, funcionando, a grosso modo, como advérbio epistêmico como *maybe* (= talvez) em relação à cláusula a que está associado.

(86) *I think that we're definitely moving toward being more technological.*

'Eu acho que nós definitivamente nos mudamos para sermos mais tecnológicos.' (= Eu acho)

(87) *It's just your point of view you know what you like to do in your spare time I think.*

'É apenas o seu ponto de vista que você sabe o que gosta de fazer no seu tempo vago, eu acho.' (= talvez)
(In Heine *et alii* 1991, p.218)

Thompson e Mulac (1991) atribuem estes casos a algo envolvendo uma nebulosidade na distinção entre cláusula principal e cláusula complemento. Segundo os autores, o processo envolvido pode ser interpretado como um padrão emergente de reanálise do seguinte tipo:

- a) existe uma mudança de categoria do sintagma sujeito-verbo > sintagma epistêmico;
- b) a cláusula principal (*I think...*) é reanalisada como uma partícula epistêmica, um elemento que funciona como um membro da categoria gramatical advérbio;
- c) a reanálise resulta numa cláusula complemento que se torna uma cláusula principal. A primeira cláusula principal termina como um constituinte adverbial dependente de uma nova cláusula principal. Nesse caso de reanálise, o resultado é que as relações de dependência existentes tornam-se invertidas; isto é, os constituintes regentes tornam-se constituintes dependentes, e vice-e-versa.

Heine *et alii* (1991, p. 219) advertem que há razão para assumir que, embora a gramaticalização e a reanálise pareçam ser gêmeas inseparáveis, elas devem ser mantidas estritamente separadas, particularmente:

- a) uma vez que a gramaticalização é essencialmente um processo unidirecional, a reanálise não o é, como demonstraram Heine e Reh (1984). Por exemplo, um dos muitos efeitos que a gramaticalização pode ter é que a cláusula principal volta para dentro da cláusula subordinada, como uma proposição do discurso direto > proposição de discurso indireto. A reanálise, por outro lado, mesmo quando é desencadeada por gramaticalização, pode ter o efeito oposto, como sugerem os exemplos apresentados, ou seja, a cláusula subordinada é reanalisada como uma cláusula principal.

b) A gramaticalização não precisa de ser acompanhada pela reanálise. No inglês, na gramaticalização do demonstrativo ou numeral, por exemplo, a reanálise não está envolvida: demonstrativo > artigo definido (Ex.: *this man* > *the man*); artigo definido > artigo não genérico; o numeral um > artigo indefinido (Ex.: *one man* > *a man*). Nesses casos, o *status* sintático de um sintagma determinado-núcleo continua inalterado.

Entretanto, embora não haja essa dependência, tanto a reanálise quanto a analogia interessam para a gramaticalização. A reanálise implica reorganização linear, sintagmática e, freqüentemente, local, e uma mudança de regra, que não é diretamente observável. Por outro lado, a analogia essencialmente implica organização paradigmática, mudança nos colocações de superfície e nos padrões de uso. A analogia faz as mudanças inobserváveis da reanálise observável.

Como fechamento, tomo novamente o verbo *go* (ir), no inglês, que se desenvolve do sintagma direcional à marca de futuro, para apresentar, esquematicamente, os estágios dessa mudança, que, segundo Hopper & Traugott (2003, p.69), ilustram a interação dos mecanismos de reanálise e da analogia:

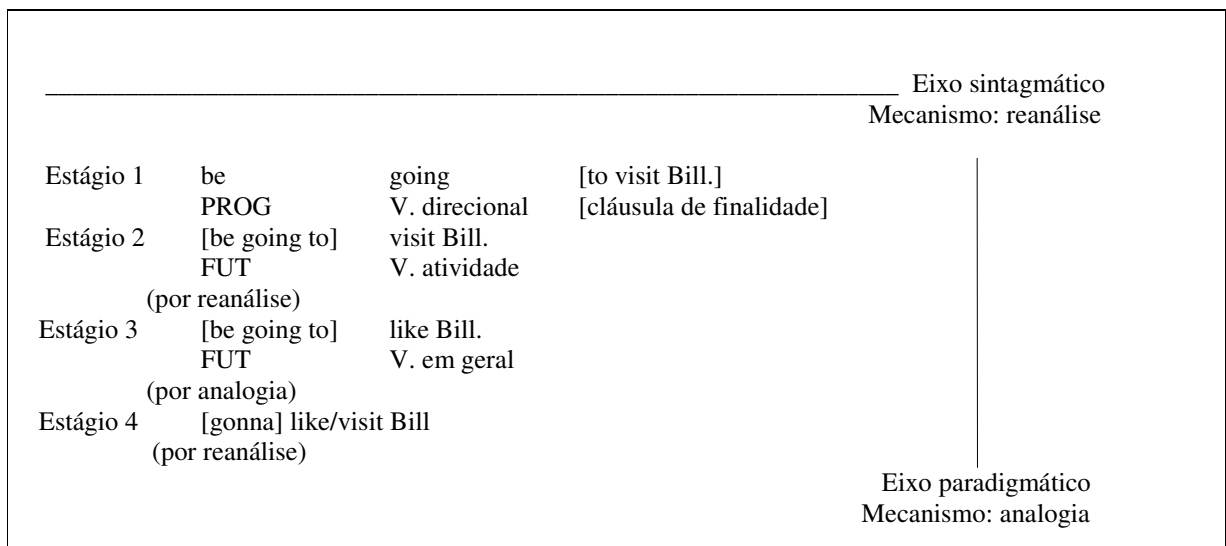


Figura 4: Esquema do desenvolvimento do auxiliar *be going to* (adaptado de Hopper & Traugott, 2003, p.69)

De acordo com a Figura 4, há, no estágio I, o aspecto progressivo do *be* (estar) com o verbo direcional, seguidos uma sentença de finalidade. No estágio II, há o auxiliar de futuro com um verbo de atividade, o que é resultado da reanálise. O estágio III é o da extensão, via analogia, da classe de verbos direcionais a todos os verbos, inclusive os estativos. E o estágio IV, por reanálise, transforma o auxiliar complexo em um simples morfema *gonna*.

Por fim, a reanálise e a analogia são mecanismos que estão presentes na mudança lingüística. Embora eles não definam a gramaticalização, nem sejam, conceitualmente, co-extensivos a ela, a gramaticalização não ocorre sem passar por essas etapas.

4. Funções da Linguagem na Gramaticalização

No entendimento de que a língua é usada para satisfazer necessidades comunicativas, e de que suas estruturas devem ser explicadas com base no uso real a que elas se prestam, faço coro com Bolinger (1977), para quem cabe ao lingüista investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas lingüísticas, seus contextos de uso específico. Então, acredito numa abordagem funcionalista que vise a explicar as regularidades lingüísticas conforme as circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua, ou seja, a descrição e a explicação dos fenômenos lingüísticos precisam incluir referência ao falante, ao ouvinte, aos seus papéis e seu estatuto numa situação de interação determinada socioculturalmente. Reside aí a importância de se tentar estudar os fenômenos lingüísticos, relacionando-os às suas funções, ou seja, às funções da linguagem.

Sendo assim, vou na esteira de Traugott (1982, 1989), Traugott & König (1991) e Heine *et alii* (1991), que apresentam propostas de estudos que relacionam as funções da linguagem com os percursos de mudança lingüística via gramaticalização.

Em 1934, Karl Bühler propôs uma classificação tripartite, distinguindo as funções da linguagem entre *Darstellung* (representação), *Ausdruck* (expressão), e *Appell* (conativa, vocativa). Depois disto, inúmeros estudos se devotaram a essa questão de como exatamente essa classificação relaciona o uso e a estrutura da linguagem. Um dos estudos mais difundidos sobre esta questão é o de Halliday (1970), cujo entendimento coloco, a seguir, entre aspas e complemento, sintetizando a contribuição dos outros autores supracitados, com o nosso entendimento.

Halliday (1970, p.143) propõe três funções, assim denominadas: “ideacional”, “interpessoal” e “textual”.

A função *ideacional* diz respeito à expressão da “experiência do falante no ‘mundo real’, incluindo o mundo interno de sua própria consciência”; é a que remete à expressão do conteúdo, a de referir ou denotar. Ou seja, é por meio dela que o falante e o ouvinte incorporam, na língua, suas experiências do mundo real (incluindo as noções de tempo e

espaço) e do mundo interno da própria consciência (suas reações, cognição, percepção, assim como seus atos lingüísticos de falar e de entender).

A função *interpessoal* serve para a “expressão e desenvolvimento da própria personalidade e capacita-o para interagir com outros”; é a que remete aos papéis e atitudes dos participantes numa situação comunicativa. É por meio dela que o falante expressa seu julgamento e suas atitudes (componente de orientação para o falante), bem como as relações que estabelece entre si próprio e o ouvinte, ou seja, estabelece e mantém relações comunicativas, sociais (componente de orientação para o ouvinte). Trata-se, portanto, de uma função interacional e pessoal, constituindo um componente lingüístico que serve para organizar e expressar tanto o mundo interno como o mundo externo do indivíduo.

A função *textual*, segundo a qual “a linguagem cuida de fazer as ligações entre si com as características da situação em que ela é usada”, diz respeito à “construção do texto”; é a que atua na criação do texto, ou seja, na organização do discurso. É por meio dela que a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, fazendo-as operar no co-texto (organizando a mensagem) e na situação (ajustando a mensagem a outras ou ao contexto mais amplo), ou seja, o discurso se torna possível porque o emissor tem a capacidade de produzir um texto e o ouvinte/leitor tem a de interpretá-lo.

Traugott (1982), diferentemente, utiliza uma versão modificada em que, em vez do termo “ideacional”, usa “proposicional”, e “expressivo” para as funções “textual” e “interpessoal” da terminologia de Halliday (1970)⁶³. Com base nos achados de um extenso *corpus* de dados, ela defende que uma mudança semântico-pragmática, nos estágios iniciais da gramaticalização se dá no sentido unidirecional, do componente proposicional via textual para o funcional expressivo:

Proposicional > ((Textual) > Expressivo)
--

Segundo Traugott (1982, p.256):

“se aí ocorre uma mudança de significado que, no processo de gramaticalização implica mudanças de um componente semântico-funcional para outro, então essa mudança é mais provável ser do proposicional por meio do textual para o expressivo do que a direção contrária”.

Ela argumenta, pois, que mudanças contrárias, ou seja, do expressivo por meio do textual para funções “proposicionais” são “altamente improváveis na história de um marcador gramatical” (TRAUGOTT, 1987, p.1).

⁶³ Em vez de “ideacional” ou “proposicional”, têm sido usados outros termos como “descritiva”, “cognitiva”, “referencial”, ou “designativa”. (LYONS 1977, p. 50-1)

Ela ilustra como exemplo paradigmático o desenvolvimento de *while* no inglês:

Proposicional >	Textual >	Expressiva
<i>þa hwile þe</i> 'at the time that' (no tempo em que)	<i>while</i> 'during' (durante)	<i>while</i> 'although' (enquanto)
Inglês antigo (<i>OE</i>)	Inglês médio (<i>ME</i>)	Inglês atual (<i>PDE</i>)

Quadro 04: Desenvolvimento diacrônico do inglês referente a *while*
(adaptado de Traugott, 1989, p. 31)

O início da gramaticalização se dá no *Old English* com “*hwile*” (= tempo) e refere-se a uma situação temporal vista como parte da descrição/estado de uma situação verificável, ou seja, de algo que exista no mundo, portanto um significado mais concreto que se situa na função “proposicional”. Já no ME, *while* significando “durante” (*during*) indica uma relação temporal coesiva não somente entre dois eventos, mas também entre duas cláusulas e tem tanto a função “textual” como a função “proposicional”. Na verdade, vejo aí um *continuum* cujas fronteiras não são tão demarcadas. E atualmente, no PDE, *while* significando “enquanto” (*although*), segundo a autora, é principalmente “expressiva”, pois esse sentido concessivo é uma expressão da atitude do falante, ou seja, trata-se da avaliação de contraste entre proposições.

Desde esse artigo de 1982, a autora diz que tem estendido seus estudos sobre a mudança semântica para outros domínios, tanto gramatical quanto lexical. Afirma que um conjunto de evidências é amplamente encontrado em processos translingüísticos de mudança semântica que são, geralmente, bastante regulares. Isso a ponto de ser possível desenvolver hipóteses que podem ser testadas junto a dados históricos. Segundo ela, são tão preditivos que se podem buscar polissemias sincrônicas de algum período em uma língua qualquer e projetar uma mudança voltando ao passado. Ou seja, é possível se fazer uma reconstrução semântico-pragmática interna. (cf. TRAUGOTT, 1986, 1987)

Nesse artigo de 1987, Traugott apresenta três tendências gerais de trajetórias possíveis de mudança semântica, rerepresenta-as em Traugott (1989) e, posteriormente, em co-autoria com König, a autora refina, deixando mais específica, essa trajetória de mudança semântico-pragmática, tanto lexical como gramatical. Mostro, a seguir, essas tendências, segundo Traugott & König (1991, p. 208-9):

TENDÊNCIA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA I:

*Significados baseados na descrição da situação externa > Significados baseados na situação interna*⁶⁴ (avalitiva/perceptual/cognitiva)

Segundo esta tendência, a maioria das mudanças parte de um domínio externo (sócio-físico), portanto identificável objetivamente por ser mais concreto, para um domínio interno (emocional e psicológico), portanto mais abstrato. Por exemplo, como as relações temporais têm poucos correlatos físicos, são consideradas “internas” e, geralmente recorrem a uma extensão metafórica, por exemplo, a preposição *after*, originalmente espacial, passa para preposição temporal *after* no OE. No caso, de um item espacial derivado das partes do corpo, como geralmente é o caso, (eg. BEHIND), a Tendência I pode operar duas vezes: uma vez do OBJETO para ESPAÇO, e, em seguida, outra vez do ESPAÇO para TEMPO. Nessa Tendência, o processo envolvido é a metáfora.

O processo metafórico também é identificado na Tendência II por Traugott (1989, p. 35).

TENDÊNCIA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA II:

Significados baseados na descrição da situação externa ou interna > Significados baseados na situação textual

Entendendo situação “textual” como a situação de construção do texto, nessa Tendência, os significados concernentes à situação externa ou interna vão mudando para significados na situação textual em termos coesivos. Ou seja, na Tendência II, há o desenvolvimento das formas lexicais e morfológicas para conectivos que codificam a coesão, como o exemplo de Traugott (1989), ilustrado no Quadro 04: *þa hwile þe* (codificando uma descrição de situação externa) > *during* (codificando uma situação textual). No caso, a metáfora poderia ser ESPAÇO-TEMPO > CONEXÃO TEXTUAL. Traugott (1989, p.35) faz um acréscimo no desenvolvimento desta Tendência: *Significados baseados na situação textual (e na situação metalingüística)*. Nesse caso, a situação metalingüística remete aos exemplos de mudança de verbo mental para um verbo de ato de fala (eg. o verbo mental *observe* (= observar) significando *perceive* (= perceber) nos anos de 1500 (codificando a

⁶⁴ Situação tal como percebida e entendida por um indivíduo, não necessariamente o falante. e.g. as relações temporais no sentido de terem poucos correlatos físicos.(TRAUGOTT & KÖNIG, 1991, p. 208)

descrição de situação interna) > o verbo de ato de fala significando *state that* (= afirmar que) em 1605 (codificando uma situação metalingüística).

Resumindo: nas tendências I e II, o processo metafórico transfere os seguintes domínios: OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > TEXTO (conector).

TENDÊNCIA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA III:

Significados tendem a tornar-se cada vez mais situados nas crenças/attitudes subjetivas do falante com respeito à situação

Essa terceira Tendência foi sugerida por Traugott & König (1991) na tentativa de dar conta do desenvolvimento das causais, concessivas e partículas negativas, que, para os autores, são expressões essencialmente da atitude do falante para a relação dos elementos dentro da proposição ou entre proposições. Os autores vêem no início da gramaticalização desses três casos como resultantes da pressão de informatividade e da convencionalização de inferências conversacionais regulando a interação falante-ouvinte. Ou seja, o processo envolvido nessa Tendência é a metonímia: a contigüidade se baseia no mundo discursivo e a indexação envolvida é o ponto de relevância comunicativa (eg. o fator surpresa) que a inferência conversacional sobre situações estereotípicas acarreta. A hipótese é a de que os significados tendem a tornar-se mais subjetivos (Cf. “*self-orientation*” de SEILER, 1983, e “*subjectification*” de LANGACKER, 1985). Como exemplo, voltando ao Quadro 04, é a mudança de *while* do VALOR TEMPORAL > CONCESSIVO. Nogueira (1999) apresenta essa tendência de subjetividade no desenvolvimento de “quer dizer”, com o estatuto de marcador discursivo no português.

Traugott (1989, p. 35) utiliza o termo “proposição” em vez de “situação” como usam Traugott & König (1991). Sobre as três Tendências, a autora afirma que elas dividem uma propriedade:

os significados mais recentes pressupõem um mundo não só dos objetos e estados de coisas, mas dos valores e das relações lingüísticas que não podem existir sem a linguagem. Em outras palavras, os significados mais recentes são permitidos pela função de linguagem.” (p.35)

Comparando os processos envolvidos nessas tendências, Traugott & König (1991, p.213) dizem que eles atuam como resolução de problemas: a metáfora, por sua vez, está correlacionada principalmente com a resolução de problemas relativa à representação, já a metonímia e o fortalecimento pragmático da convencionalização de significados

conversacionais estão associados com a resolução de problemas relativa à expressão de atitudes do falante, incluindo os significados metalingüísticos sobrepostos.

Diferentemente de Traugott & König (1991), os processos metafóricos envolvidos na gramaticalização são enfatizados por Heine *et alii* (1991). Segundo os autores, apoiados em Lyons (1977, p.672):

uma das metáforas elementares no desenvolvimento das categorias gramaticais se refere à transferência do mundo da experiência sensorio-motor, de objetos visíveis, perceptíveis, de processos cinéticos, e de relações espaciais e temporais para o mundo do discurso, do contexto de uma situação externa ao contexto criado por uma experiência intersubjetiva de um conhecimento compartilhado entre o falante e o ouvinte. (p. 179)

Semelhantemente citam a expressão da Traugott (1980, p.47) “a existência do mundo falado” à “organização do falante desse mundo no ato de fala”, e também de Frajzyngier (1991) que diz que se trata da transferência do domínio *de re* (“mundo real”) para o domínio *de dicto* (mundo do texto).

Segundo Heine *et alii* (1991, p. 179), vários trabalhos defendem que “os itens espaciais formam a principal ou única origem de conceitos gramaticais usado para estruturar textos.”

Dentre as principais metáforas que atuam no desenvolvimento de categorias gramaticais, os autores apontam o ESPAÇO-PARA-DISCURSO, posto que tem um amplo alcance das manifestações lingüísticas. Para eles, um efeito comum dessa metáfora é que, em muitas línguas, é possível expressar a referência definida por meio de demonstrativos espaciais. Além do inglês, em outras línguas como, por exemplo, latim, espanhol, francês, turco e alemão, a distinção entre um demonstrativo de proximidade *this* e um demonstrativo de distância *that* é transferida para o mundo do discurso, a fim de referir a distinção anafórica entre o que foi mencionado e o referente mencionado depois.

Além disso, Heine *et alii* (1991, p. 182) elencam algumas implicações prováveis que sugerem essa transferência do “mundo real” para o mundo do discurso implicações:

- a) distinções na referência espacial tendem a ser eliminadas uma vez que uma relevante unidade lexical ou gramatical assume a função textual;
- b) normalmente é um marcador de distância, ou um dos marcadores de distância, que é arrolado para esse propósito,
- c) como sempre é caso, no processo de transição de um domínio a outro, existe um estágio intermediário de ambigüidade, em que o marcador de referência pode referir ambos, isto é, ao “mundo real” e ao mundo do discurso.

Em Lyons (1977), está proposta a relação padrão entre uma referência espacial e uma discursiva, tal como se segue:

Dêixis espacial > Referência temporal > Dêixis textual
--

Heine *et alii* (1991) dizem que esta parece ser a linha principal da gramaticalização envolvida, mas advertem que não é a única, posto que a distância no discurso não pressupõe necessariamente distância temporal no domínio *de re*; e pode ser derivado imediatamente da dêixis espacial. E afirmam: “se o texto é concebido como um espaço unidimensional, então a noção de “distância relativa do centro dêítico” pode ser transferida imediatamente de referentes espaciais definidos para referentes definidos pelo discurso.” (p. 182).

Assim, a metáfora ESPAÇO–PARA–DISCURSO pode ser visualizada na figura 5:

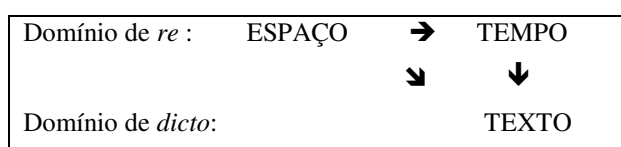


Figura 5: Transferência da função espacial para a textual

A Figura 5 ilustra como se dá a transição de conceitos concretos do mundo real (domínio de *re*) para o mundo do texto (domínio de *dicto*). Segundo os autores, existem duas propriedades, em particular, que o domínio *de re* e o domínio *de dicto* dividem: “ambos os mundos ocorrem no tempo e, entre eles, existe um centro dêítico. Conseqüentemente, a orientação temporal e a dêixis constituem áreas onde as transferências de um domínio para o outro são sobretudo comuns.” (HEINE *et alii* 1991, 182)

Heine *et alii* (1991, p. 190) dizem que essa distinção entre os dois mundos corresponde à distinção entre as noções de ideacional e textual de Halliday (1970). Admitem que o padrão de transferência na gramaticalização segue a direção: da função ideacional para a textual; e que essas observações coincidem com os achados de Traugott. Mas também admitem que a situação é mais complexa no caso da função interpessoal.

Então, Heine *et alii* (1991) postulam uma divisão da função interpessoal em dois componentes: um *orientado para o falante* e outro *orientado para o ouvinte*. O primeiro se refere ao que o falante em sua mente: suas atitudes, julgamentos, crenças, etc. e isso corresponde à função expressiva de Lyons; o segundo serve para estabelecer e manter relações sociais, e corresponde à “função social” de Lyons (cf. LYONS, 1977, p. 50-3). Advertem, porém, que a fronteira entre os dois nem sempre é muito clara, mas, por exemplo, avaliam a função interpessoal na hipótese de trajetória proposta por Traugott & König,

apresentada anteriormente, e contemplam o componente *orientado para o falante* para essa função, justificando, assim, o termo *expressiva* presente na trajetória.

Para Heine *et alii* (1991), a hipótese de Traugott (1989), ou seja, a trajetória Proposicional > ((Textual) > Expressiva), trata principalmente do componente orientado para o falante da função Interpessoal. E argumentam que as situações mais nítidas de interação com o ouvinte envolvem enunciados que “servem como direcionamentos de algumas obrigações impostas aos destinatários”, (LYONS, 1977, p.53), tais como, enunciados de perguntas e de comandos. Segundo os autores, tais enunciados também mostram claramente um “comportamento vis-à-vis de gramaticalização” (p.191), pois eles podem desenvolver-se, e frequentemente o fazem, em estruturas cuja principal função é construir texto, estabelecer relações coesivas, relações entre sentenças, conforme Halliday (1970b, p.143), além de, na maioria dos casos, introduzir cláusulas subordinadas.

Contra-pondo-se a Traugott (1989) no que se refere à direção Textual > Interpessoal, Heine *et alii* (1991) apontam como principal evidência para abalizar o desenvolvimento do componente *orientado para o ouvinte* da função interpessoal para a função textual vem de exemplos que envolvem a reanálise de estruturas com marcador de interrogação se gramaticalizando como marcador de subordinação como acontece em muitas línguas. Isso ocorre, inclusive, no português, com o desenvolvimento do pronome interrogativo *quem* (= Quem chegou?) para o subordinativo (Não sei quem chegou.). Há, nesse caso, nitidamente um componente interacional forte no primeiro emprego e um componente textual no segundo, ou seja, a trajetória Interpessoal > Textual.

Segundo os autores, há subjacente a essa transferência da função interpessoal para a função textual, uma estratégia de o falante estabelecer uma certa relação entre o ouvinte e o texto, por exemplo, chamando a atenção para uma determinada parte do texto ou despertando o interesse do ouvinte por aquela parte. Com o tempo, a reanálise e a gramaticalização vão fazendo que essa relação passe gradualmente a ser reinterpretada (reanalizada) como uma relação entre diferentes partes desse texto, evidenciando, pois, a função *textual*.

Com base nessas considerações, Heine *et alii* (1991, p.191) propõem, “pelo menos com referência ao componente *orientado para o ouvinte* da função interpessoal”, a seguinte trajetória de desenvolvimento das funções linguagem:

Função Ideacional > Função Interpessoal > Função Textual
--

Na literatura lingüística brasileira, há o trabalho de Gorski, Rost e Dal Mago (2004) sobre os itens *olha/veja* e *quer dizer*, observando os aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização, especialmente no que concerne aos componentes: orientado para o ouvinte (interacional/intersubjetivo) e orientado para o falante (expressivo/subjetivo) presentes na função interpessoal da linguagem. Como exemplo das autoras, cito a trajetória de *olha* e *veja*, que correlaciona esses marcadores discursivos às funções da linguagem, por meio do Quadro 05, que se segue:

IDEACIONAL		> > >	TEXTUAL	
Interpessoal		> > >	Interpessoal	> >
(+ intersubjetividade)		<i>OLHA / VEJA</i>		(- intersubjetividade)
Verbos plenos inseridos em contextos de comando	Mds inseridos em contexto de comandos, localizados em posição inicial de turno	Mds inseridos em contexto de comandos, localizados em posições relacionais		
Veiculam significados de percepção visual e ação mental	- Chamam a atenção do ouvinte - Veiculam sentido de atenção e compreensão	- Chamam a atenção do ouvinte - Veiculam sentido de atenção e compreensão - Assinalam relações textuais>>		

Quadro 05: Trajetória de *olha/veja* (adaptado de ROST 2002, p.136 e 140)

As autoras defendem que pode haver fortalecimento pragmático, principalmente, por inferências e implicaturas conversacionais decorrentes de pressões de informatividade, em diferentes instâncias de um processo de gramaticalização, dependendo dos contextos comunicativos de negociação entre falante e ouvinte. Por essa razão, sugerem que a função interpessoal não deve ser inserida no *continuum* de mudança correlacionado às funções da linguagem.

Baseadas nisso, Gorski *et alii* (2004) consideram que a mudança semântico-pragmática se dá na direção *ideacional/proposicional* > *textual*, podendo ser perpassada pela função interpessoal a qualquer ponto do percurso. As autoras também defendem que, dependendo dos itens analisados pode haver proeminência do componente orientado para o ouvinte ou para o falante. No âmbito da função interpessoal, elas têm como hipótese o desenvolvimento se dar na direção *interacional* > *expressivo* (e não o inverso).

As autoras constatam que a trajetória de mudança para:

- *OLHA/VEJA*:

‘fracamente orientado para o ouvinte > fracamente orientado para o ouvinte e para o texto’

- *QUER DIZER*:

- com valor de ratificação (= ou seja): envolve um componente fracamente orientado para o falante e para o texto⁶⁵;
- com valor de retificação (= alíás): envolve o um componente fracamente orientado para o ouvinte e para o texto.

E concluem que:

- i) a recorrência dos itens em contextos específicos pode levar a uma rotinização do uso intensificando-se sua função textual;
- ii) o uso dos MDs em novos contextos pode dar origem a novas funções.

Por fim, Gorski; Rost & Dal Mago (2004) verificam que o funcionamento de *quer dizer* é uma evidência de que os percursos de gramaticalização são unidirecionais, mas não necessariamente lineares.

Por fim, diante dessas três trajetórias apresentadas para as funções da linguagem, destaco, a seguir, alguns pontos de convergência e de divergência entre elas, embora eu não os assumo:

- PONTOS DE CONVERGÊNCIA:

- a) atuação dos aspectos pragmáticos na trajetória de mudança de itens/construções lingüísticos;
- b) os três percursos aceitam a coexistência das funções de linguagem na gramaticalização;
- c) a trajetória de mudança ocorre na direção: Ideacional (Proposicional) > Textual;
- d) a transferência metafórica acontece nos domínios conceptuais OBJETO/ESPAÇO > TEXTO;
- e) o contexto em que se dá o evento comunicativo é relevante (inferências e implicaturas na interação);
- f) o fenômeno da gramaticalização é unidirecional.

- PONTOS DE DIVERGÊNCIA:

- a) o fortalecimento pragmático ocorre nos estágios iniciais de gramaticalização (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT & KÖNIG, 1991);
- b) o desenvolvimento da função expressiva da linguagem ocorre posteriormente ao da função textual (TRAUGOTT, 1989; TRAUGOTT & KÖNIG, 1991);

⁶⁵ Parece estranho um marcador de reformulação ser “fracamente” orientado para o texto. Não encontrei as razões no referido artigo.

- c) a divisão da função Interpessoal em dois componentes: um orientado para o falante e outro orientado para o ouvinte (Heine *et alii* 1991);
- d) a função Expressiva de Traugott contempla apenas o componente orientado para o falante da função Interpessoal de Heine *et alii* (1991);
- e) a função Interpessoal não deve ser inserida no *continuum* de mudança correlacionado às funções da linguagem, pois ela pode ocorrer em qualquer ponto do percurso (GÖRSKI; ROST & DAL MAGO, 2004);
- f) os percursos de gramaticalização são unidirecionais, mas não necessariamente lineares (GÖRSKI; ROST & DAL MAGO, 2004);

Com base nesses pontos, coloco alguns questionamentos, a saber: a) como distribuir as três funções da linguagem no percurso de gramaticalização? Ou, mais especificamente, haveria uma escala diferenciada de acordo com a forma/construção lingüística envolvida? e b) como equacionar esses pontos de divergência?, na tentativa de buscar um denominador comum, para poder sugerir, a partir dos dados coletados nesta investigação, uma distribuição para as funções da linguagem conforme o percurso de gramaticalização de *é que*.

5. Desenvolvimento de Marcadores Semântico-Pragmáticos à luz da Gramaticalização

Nesta seção, apresento algumas hipóteses, teorias e discussões relativas ao desenvolvimento tanto de *operadores argumentativos* como dos *marcadores ditos “discursivos”* (MDs) via gramaticalização, dispostas nas duas seções que se seguem.

5.1. Operadores Argumentativos

Associando a gramaticalização à hipótese da unidirecionalidade, alicerçada por processos metafóricos e metonímicos, e às funções da linguagem, trago para discussão as possíveis trajetórias por que passaram os *operadores argumentativos*, defendidas por Martelotta (1996), com base nas propostas de Traugott e König (1991) e Heine *et alii* (1991). Além disso, apresento uma breve discussão sobre a tendência de surgimento de significados modais epistêmicos na trajetória desses operadores.

Martelotta (1996, p. 194) caracteriza os *operadores argumentativos* como aqueles elementos que, além de desempenharem funções de caráter basicamente gramatical, dão uma orientação argumentativa ao discurso. São, pois, elementos mais fixos na cláusula e têm a

função básica de “organizar internamente o uso da língua e não fazer referência a fatos do universo biossocial”. O autor defende que, mais especificamente, os operadores tendem a desempenhar as seguintes funções:

a) fazer alusão a dados do texto já mencionados ou por mencionar, funcionando como elementos anafóricos ou catafóricos, *e.g. assim, lá*;

b) ligar partes do texto, dando-lhes uma orientação lógica, *e.g. porque* (causa), *mas* (adversidade); e,

c) operar estratégias argumentativas, chamando a atenção do ouvinte para elas, *e.g. então* (retomando um assunto interrompido)

Como se verá, na próxima seção, algumas dessas características são citadas como pertencentes aos MDs, talvez por isso, Martelotta (1996) tenta distingui-los dos operadores argumentativos, mostrando que os MDs estão mais ligados ao processo de discursivização⁶⁶, posto que assumem funções mais voltadas para a orientação de interação. Invocando Rizzo, Silva e Urbano (1996), para quem todo elemento de função textual “cumprir sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente” (p.26), Martelotta assume que é “impossível estabelecer nítida distinção entre elementos de função eminentemente textual como operadores argumentativos e elementos basicamente interativos, como os marcadores discursivos.”(p.195)

Interpreto isso como o autor afirmar que os MDs, ao contrário dos operadores argumentativos, atuam fora do nível textual. Afirma ainda que os MDs assumem funções interativas, em que os interlocutores se valem dos “elementos lingüísticos para confirmar a recepção das informações”, por sua vez “os ouvintes os usam para indicar que estão acompanhando as informações que lhes são enviadas”. Já os falantes os utilizam ou “para organizar a linearidade do seu discurso⁶⁷” ou utilizam, num de seus pontos mais extremos de abstração, “como preenchedor de pausa”. (p.196)

Então, partindo do princípio de que os MDs “resultam de uma trajetória de discursivização, que leva o elemento, num processo de abstração crescente, a assumir funções interativas”, Martelotta parece dar-se por satisfeito, ao encerrar a discussão, diferenciando-os dos operadores argumentativos, que, segundo ele, “tendem a ser provenientes de

⁶⁶ Equivale a *post-grammaticalisation*, de Vincent, Votre e Laforest (1993).”Processo de mudança que leva determinados elementos lingüísticos a serem usados para reorganizar o discurso, quando suas restrições de linearidade se perdem em função da improvisação típica da fala, ou para preencher o vazio comunicativo causado por essa perda.” (p.277) (cf. FIGUEIREDO, 1999b)

⁶⁷ O autor considera o discurso um domínio fora da gramática.

circunstâncias espaciais e temporais por um processo de gramaticalização, em que ocorre uma passagem do léxico à gramática”. (p.197).

Essa diferenciação não é nada esclarecedora para quem admite os MDs serem resultantes de um processo unidirecional de gramaticalização, como apresento na próxima seção deste capítulo. (cf. TRAUGOTT , 1995/1997; FRASER (1988; GORSKI *et alii* 2004, entre outros)

Findos os esclarecimentos, Martellota (1996) analisa o funcionamento dos “operadores argumentativos” *então*, *quase* e, mais exhaustivamente, o *ainda*, associando-os à função interpessoal, admitindo que o componente de *orientação para o ouvinte* pode recobrir estruturas que tenham como função principal estabelecer relação coesiva entre as partes do texto, quando essa relação é decorrente da intenção do falante de interagir comunicativamente com as expectativas do ouvinte.

Essa noção de expectativa está baseada em Heine *et alii* (1991, p.192), que estuda os marcadores que possuem a função de indicar situações que se desviam das normas compartilhadas entre os interlocutores. Esses elementos são chamados de *marcadores de contra-expectativa*, cujo uso implica um contraste entre o que é dito e o que se espera, o que é familiar, ou o que se supõe, ou que se considera como norma.

Assumindo essa noção, Martelotta (1996) analisa o uso do *ainda* como *marcador de contra-expectativa*. Defende a hipótese de que ele resulta de um processo de gramaticalização: ESPAÇO > (TEMPO) > TEXTO, tendo sua origem na forma latina *inde*, que apresentava valores espaciais, depois passa a expressar a noção temporal e, em seguida se torna operador argumentativo via pressão de informatividade (cf. TRAUGOTT & KÖNIG, 1991), uma vez que o uso do valor temporal do elemento tende a expressar um posicionamento relativo às expectativas dos interlocutores a respeito do conteúdo do diálogo. Segundo o autor, a característica básica do operador *ainda* como marcador de contra-expectativa em relação ao ouvinte não é o contraste com o que foi dito, mas ao que o ouvinte espera. Esse uso obedece também à trajetória: função ideacional > função interpessoal > função textual, de acordo com Heine *et alii* (1991), pois ele resulta da intenção de o falante direcionar a interpretação do ouvinte.

Centro-me, agora, no domínio das funções da linguagem, para avaliar a modalização dos operadores argumentativos, posto que, em um ponto focal de sua trajetória, eles tendem a assumir funções interativas.

Apesar de, na modalização, todas as funções serem cumpridas, pois, tanto entender o ambiente (ideacional) como influir sobre os outros (interpessoal) são, igualmente, propósitos

do usuário da língua, operacionalizados pela função textual, creio que é de maior interesse, para a análise dela, a função interpessoal.

Concordando com Neves (2006, p. 2000), parece evidente que a *função interpessoal* da linguagem se cumpre na interação verbal, momento em que falante e ouvinte, tanto organizam a mensagem, definem seus papéis na interlocução, posicionando-se como doador ou solicitador, asseverador, perguntador, respondedor, ordenador, etc. (a modalização implícita), como escolhem marcar explicitamente seu enunciado – ou não – com valores modais das diversas categorias.

Com base nisso, pode-se também supor que, quanto mais marcadamente for o enunciado, mais marcada estará a função interpessoal, devido à evidente presença do falante e do ouvinte, “tanto no comprometimento epistêmico (que se liga a um papel semântico do tipo experimentador, ligado ao falante) como no envolvimento deôntico (que envolve as diversas pessoas do discurso, centrando-se no ouvinte).” (NEVES, 2006, p. 200) Pode-se acrescentar a ligação da modalidade com a evidencialidade, que é “uma categoria marcadamente interpessoal” (idem).

A autora afirma que, entrando no domínio epistêmico e avaliando a qualificação modal em relação à qualificação evidencial, quanto aos propósitos do falante, pode-se dizer que a ambos os propósitos – o *ideacional* e o *interpessoal* – serve o falante quando modaliza epistemicamente um enunciado e, a ambos ele serve também quando torna evidente a fonte do conhecimento. Acredita a autora que se possa aventar que haja: a) maior aderência da *modalização* propriamente dita ao primeiro dos propósitos, posto que “ela representa que o falante avalia, filtra, julga a ‘realidade’ do estado de coisas ou a ‘verdade’ da proposição, com ou sem opinião pessoal, e a partir daí fazer distinções na escala do possível” (idem); e b) maior aderência da *evidencialidade* ao segundo dos propósitos, uma vez que “ela representa que o falante assume uma relação com o mundo de outros falantes, trazendo-os ou não como ‘interlocutores’, como ‘parceiros’, na manifestação da avaliação epistêmica”.(idem)

No tocante à tendência de surgimento de significados *modais epistêmicos* na trajetória de *operadores argumentativos*, remeto aos desenvolvimentos de *in fact*, *indeed* e *beside*, que são considerados *marcadores discursivos* por Traugott (1995/97), mas que, em um dos pontos focais de suas mudanças, sugerem que a modalização propriamente dita está marcadamente presente na cadeia :

Item lexical pleno > sintagma adverbial (VADv)> advérbio sentencial (IP Adv) > marcador discursivo,

ou seja, todos os três MDs resultaram de advérbios sentenciais (IP Adv), e, basicamente, de sintagmas adverbiais (VAdv), com significados relativamente concretos ‘*action*’, ‘*side*’ (ação, lado). Em todos os casos que uma mudança de significado na cláusula-interna preposicionada era requerida antes, a forma poderia se tornar um advérbio sentencial (IPAdv). *Indeed* e *in fact* adquiriram significados modais evidencial/epistêmico, significados escalares e contrastivos. *Besides* adquiriu o significado de extensão numa direção não-central. Segundo Traugott (1995/97), eram pré-requisitos para facilitar (mas não para causar) a ocorrência das mudanças subseqüentes, ou seja, o significado que surgiu era útil ao restabelecimento de propósitos retóricos de contraste e poderia, finalmente, ocorrer a explicação anterior das mudanças morfossintáticas.

Esse exemplo mostra quão nebulosa é a diferença entre *operadores argumentativos* e *marcadores discursivos*. Acredito que ambos fazem parte de uma mesma “classe” ou, pelo menos, os primeiros estão presentes no *continuum* do desenvolvimento dos segundos, como sugere a trajetória de desenvolvimento de *in fact*, *indeed* e *beside*.

5.2. Marcadores ditos “discursivos”

A unidirecionalidade tem sido associada à gramaticalização desde há muito tempo; pode-se até dizer que ela faz parte de sua história. E, como uma hipótese forte, a unidirecionalidade tem sido usada como teste para avaliar quando atribuir uma mudança à gramaticalização, cujas definições, geralmente, se orientam no percurso geral: Unidade Lexical > Morfossintaxe. Alguns pesquisadores excluem o desenvolvimento dos “marcadores discursivos” (MDs) da gramaticalização ou por causa da unidirecionalidade ou por que eles não os consideram componentes da gramática. Por exemplo, Martelotta, Votre & Cesário (1996) colocam os marcadores discursivos fora da gramática e pertencentes a outro campo mais vasto – o “discurso”. Segundo os autores, os marcadores surgiram por meio do processo de mudança especial denominado “discursivização”.⁶⁸

Para Hopper (1987), a gramática, na ótica emergente, abriga, além das palavras e construções tradicionalmente tidas como pertinentes ao âmbito gramatical (“núcleo duro”), quaisquer porções lingüísticas recorrentes, como expressões idiomáticas, clichês, provérbios, transições, aberturas, fechamentos.

Sendo assim, além desses elementos, sujeitos a pressões contextuais, que tendem à rotinização e à fixação, podem ser incluídos no âmbito gramatical itens ou construções

⁶⁸ Em Figueiredo (1999b), defendi o processo de discursivização para o *ser* como marcador de afirmação.

conhecidos na literatura como “marcadores discursivos” (MDs), do tipo: requisitos de apoio discursivo (*sabe?, entende?, né?*), seqüenciadores (*e, aí, daí, então*), esclarecedores (*isto é, quer dizer*), modalizadores (*acho, parece*), dentre outros exemplos que não são considerados gramaticais.

Segundo Traugott (1995/97), a “mais recente” hipótese sobre gramaticalização e unidirecionalidade associada aos trabalhos de Bybee, Heine, Sweetser, ela (Traugott), e muitos outros, é que existe uma mudança semântica paralela do concreto ao abstrato (e.g. adposição locativa > marcador de tempo). Até então, muito da metalinguagem correlaciona a gramaticalização à perda ou desbotamento semântico.⁶⁹ Segundo a autora, hipóteses morfossintáticas e semântico-pragmáticas podem ser combinadas em uma antiga definição de Heine & Reh (1984, p. 15):

Com o termo ‘gramaticalização’, referimo-nos essencialmente a uma evolução pela qual as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, em significância pragmática, em liberdade sintática e em substância fonética.

Na última década, muitos argumentos têm sido contrários à perda de significação pragmática. Traugott⁷⁰ tem proposto que a força pragmática, não o enfraquecimento, ocorre nos primeiros estágios de gramaticalização. Como exemplo, particularmente útil para este estudo sobre o *é que*, Heine & Reh (1984, p.109) mencionam essa possibilidade: “Existe evidência para sugerir que ... estruturas sintáticas podem formar a entrada para estruturas pragmáticas [e.g.] o desenvolvimento do *marcador de foco completivo*⁷¹ em algumas línguas africanas”. Outro exemplo é o caso do verbo *ir* que se tornou marcador de futuro, mesmo que a semântica do movimento possa ser enfraquecida ou “desbotada”, as inferências e a implicaturas conversacionais de intenção e futuridade são reforçadas.⁷²

Argumentos que também têm avançado são os de que os significados tendem a mudar para uma melhor subjetividade, ou seja, tornaram-se cada vez mais associados à atitude do falante, especialmente à atitude metatextual⁷³ para o fluxo do discurso (e.g. TRAUGOTT,

⁶⁹ Uma forte afirmação estrutural é “A gramaticalização rompe com os traços lexicais até deixar apenas traços gramaticais”.

⁷⁰ Traugott, 1988; Traugott & König, 1991; Hopper & Traugott, 1993: Cap. 4; Ver também Sweetser, 1988

⁷¹ Grifo nosso.

⁷² Segundo Traugott (1995/97), o fortalecimento pragmático pode também ocorrer em estágios posteriores de gramaticalização. Parece ser uma característica necessária da gramaticalização em seus primeiros estágios; o que motiva ou enfraquece a motivação em seus estágios posteriores é um tópico para futuras pesquisas.

⁷³ Como foi indicado por Dancygier (1992), já que “metalingüística” é um termo tão empregado, “metatextual” é preferível em referência àquelas propriedades da língua que comentam sobre a interpretação do texto. Deixa o termo “metalingüística” para comentários sobre a forma do texto (TRAUGOTT, 1995).

1989, 1995). Aqueles⁷⁴ que estudam gramaticalização sob uma perspectiva semântico-pragmática parecem concordar amplamente que, nos primeiros estágios de gramaticalização, aumenta a significância pragmática e a expressividade subjetiva.

A perda da liberdade sintática é outro aspecto da definição de Heine & Reh que é bastante alegado como peculiar à gramaticalização, amparado, principalmente, nos parâmetros de Lehman (1995[1982]) em relação ao aumento no vínculo e à redução de escopo.

Entretanto, vários contra-exemplos já têm sido apresentados com respeito ao vínculo:

a) a descliticização dos clíticos relativos, indefinidos, interrogativos do indoeuropeu em palavras independentes, isoladas (JEFFERS & ZWICKY, 1980);

b) a descliticização, no estoniano, da partícula adverbial *ep* (*yes, indeed, just so, then*), e na partícula interrogativa *es* (CAMPBELL, 1991; HARRIS & CAMPBELL, 1995);

c) a reanálise, em Irlandês, do sufixo de primeira pessoa plural *-mid/-muid* como um pronome independente, citado por Bybee, Perkins & Pagliuca (1994, p.13-4).

Muitos exemplos do aumento sintático no escopo têm sido identificados na extensiva literatura sobre o desenvolvimento:

a) das preposições em complementadores (*e.g.* WIEGAND, 1987; DUBINSKY e WILLIAMS, 1995⁷⁵);

b) de verbos em complementadores (*e.g.* LORD, 1993),

c) de *like* (gostar), *go* (ir), *be all* (ser tudo), etc. em marcadores de citação indireta (*e.g.* ROMAINE e LANGE, 1991).

d) de verbos lexicais em auxiliares (ver ROBERTS, 1993).

O grande número de mudanças desse tipo sugere que o escopo sintático que aumenta deve ser levado em conta em uma teoria da gramaticalização. Pode-se perceber, com isso, que os parâmetros da Lehmann têm se mostrado fracos como argumento para a gramaticalização. Em relação à força do vínculo e do escopo, Traugott (1995/97) apresenta como exemplo as investigações de Onodera (1993,1995) que mostram que a mudança, envolvendo subordinadores de cláusula final > MDs da cláusula inicial, ocorreu várias vezes no japonês, *e.g.* *V-te mo* (*-te* ‘gerúndio’ + *mo* ‘mas’) > *demo*.

⁷⁴ Por exemplo: Heine, Claudi & Hünnemeyer, 1991; Andersen, 1993; Pagliuca, 1994.

⁷⁵ Dubinsky e Williams (1995) discutem um desenvolvimento relacionado, o das preposições temporais *after* (depois), *before* (antes), *while* (enquanto) em termos do desenvolvimento de um operador temporal. As mudanças resultantes com status de operador são típicas de gramaticalização. Por exemplo: “a gramaticalização produz formativos gramaticais ... isso significa que ela transforma operandos em operadores” (LEHMANN, 1993, p. 328)

Segundo Traugott, o desenvolvimento total do exemplo japonês ilustra que não só aumentou a liberdade estrutural, mas também a subjetivação de uma já fraca concessiva subjetiva > marcador interpessoal (orientado para o destinatário) > um marcador da atitude do falante para seu turno. Desafia, portanto, a força do vínculo e do escopo, posto que ele ilustra tanto a separação como também a relação com o aumento de complexidade dos constituintes – no estágio III, *demo* vai para a cláusula principal, adquirindo, assim, um escopo sintático maior que o estágio I ou II.

Refletindo sobre o desenvolvimento de *demo*, em japonês, analisado por Onodera (1993, 1995), como sendo um caso de gramaticalização, Traugott (1995/97) afirma que se faz necessário repensar não só os critérios de coalescência morfossintática e fixação, como também a natureza da gramática.

E é isso que a autora faz, quando adota uma visão de gramática, segundo a qual estrutura aspectos cognitivos e comunicativos da língua. Assim, adiciona o componente pragmático, ao formular a definição: “processo pelo qual um item, impulsionado por um certo contexto pragmático e morfossintático, torna-se gramatical” (p. 1).

Desde o livro básico de Schiffin (1987), os MDs compõem uma categoria altamente reconhecida. Essa obra serviu de impulso a um grande número de estudos sobre itens cuja função primária é “agrupar o discurso, isto é, marcar relações entre unidades seqüencialmente dependentes do discurso.” (TRAUGOTT, 1995/97)

Schiffin (1987) e Traugott (1995, 2001), fazendo coro com Fraser (1988, 2005), concordam que, como as gramáticas gregas e romanas não tiveram um termo usual para os MDs, eles foram amplamente ignorados até pouco, principalmente, por se tratarem de itens primariamente pragmáticos, ou pelo menos pseudo-funcionais. Segundo Traugott (1995/97), os MDs também preenchem uma lacuna sintática, e têm impulsionado propriedades tanto sintáticas quanto entonacionais. Eles são, portanto, “parte da gramática de uma língua”, como os inclui Fraser (1988, p. 32), mesmo que eles sejam pragmáticos em função.

Schiffin (1987, 2005) discute sobre um razoável número de itens como MDs. Traugott (1995/97) tem uma visão mais restritiva sobre os MDs, seguindo Fraser (1988 e 1990), e trata os MDs como um subconjunto do que Schiffin (1987, 1990) chama de “dêiticos discursivos”, cujo principal propósito é “sinalizar um comentário especificando o tipo de ligação da seqüência discursiva que realiza entre o enunciado corrente ... e o discurso anterior.” (FRASER, 1988, p. 21-2)⁷⁶ Este “enunciado corrente” pode ser mínimo – uma

⁷⁶ Schiffin usa a mesma linguagem, mas não inclui todos seus exemplos segundo essa definição, e.g. *Oh, y'know*.

unidade de fôlego (na fala) ou uma sentença (na língua escrita) – ou relativamente longo. O “discurso anterior” pode ser um enunciado atual ou um que possa ser reconstruído pelo contexto.

Um exemplo que Traugott (1995/97) é *so* (‘então’) em: “*So it is my privilege to introduce...*”, em que *so* é usado enunciando uma introdução de um colóquio; no caso, ele liga a fala à expectativa da audiência com uma introdução de um extenso contexto discursivo de um “colóquio”.

Concordando apenas parcialmente com as definições mais correntes, Fraser (1988, p.22) assevera que “a ausência do MD não torna a sentença agramatical e/ou ininteligível. Contudo, elimina um poderoso indício sobre o compromisso que o falante tem em relação à ligação entre o enunciado corrente e o discurso anterior”. Assim, os MDs desempenham uma tarefa metatextual, ou seja, permitem que os falantes mostrem suas avaliações não sobre o conteúdo que é dito, mas sim sobre o modo como ele é posto.

O desenvolvimento dos MDs é típico de muitos dos correlatos estruturais e pragmáticos unidirecionais que mudam normalmente e são associados à gramaticalização, e, como tal, Traugott (1995/97, p. 14) apresenta as seguintes características:

i) Descategorização: os nomes lexicais *deed* (ação), *fact* (feito ~ fato) e *side* (lado) tornaram-se fixos nos sintagmas preposicionais (PPs) vazios com *in* e *by*. Esse é um processo similar à conhecida descategorização de nomes lexicais locativos no desenvolvimento de caso.

ii) Vínculo dentro do sintagma: A fixação que acompanha a descategorização leva ao vínculo de *in* com *deed* e *fact*, de *by* com *side* (as ortografias *indeed* e *besides* rudemente refletem isso).

iii) Redução fonológica: Embora os MDs aconteçam sintaticamente disjuntos, e assim possam ser usados com especial acento, eles podem ser segmentalmente reduzidos (/ndid, nfækt, bsaidz/). Isto também é um processo típico de gramaticalização (cf. redução de *have to* > *hafta*).

iv) Generalização de significado: ⁽⁷⁷⁾. O significado generaliza-se no sentido de que, cada vez mais, os domínios (polissemias) tornam-se disponíveis para o sintagma adverbial, de maneira similar à generalização do progressivo ao aspecto imperfeito.

v) Aumento da função pragmática: *In deed*, *in fact* e *besides* adquirem significados pragmáticos, mas “desbotam” semanticamente. Em particular, eles mudam na cadeia que

⁷⁷ Ver Bybee, Perkins & Pagliuca, 1994.

parte de funções referenciais > não-referenciais, e ilustra um “movimento unidirecional distante da [suas] referência específica e concreta para referência cada vez mais, mais e mais geral e abstrata” (PAGLIUCA, 1994, p. ix) (e.g. ‘ação’ concreta > modal evidencial/epistêmico > elaborador metatextual). Então, eles originalmente “codificam elementos do evento referenciado independentemente do evento da fala”, e como MDs “codificam traços do evento da fala independentemente do evento referenciado” (DASHER, 1995, p. 266-71).⁷⁸ A esse respeito, novamente eles são tidos como marcadores de caso e auxiliares, como *be going to* (e também *ir*, no português), na sua mudança do verbo concreto de movimento em uma construção intencional para um mais abstrato marcador de tempo que pode ser realizado como *be gonna*. (TRAUGOTT, 1995/97, p.14).

vi) Subjetividade: Eles tornaram-se cada vez mais associados à atitude dos falante, nesse caso especialmente da atitude para o fluxo do discurso (cf. *be gonna* novamente, assim como o desenvolvimento dos modais em inglês).

Com base nisso, as únicas duas áreas em que o desenvolvimento dos MDs viola alguns dos critérios recentemente aceitos para a gramaticalização são o aumento sintático no escopo e na disjunção, como já comentei.

Na literatura brasileira, já existem estudiosos, como Gorski *et alii* (2004), que incluem os “chamados” marcadores discursivos no âmbito da gramática e vêem-nos como

os significados de certos itens lingüísticos migram para um maior envolvimento do falante, especialmente para uma atitude metatextual (sobreposição da avaliação do falante sobre o que é dito), com matizes pragmáticos (de comentários interpretativos de partes do texto ou da situação comunicativa, auxiliando na elaboração das idéias, na enumeração de argumentos, na chamada de atenção do ouvinte, no esclarecimento da intenção comunicativa, etc.), em relação ao fluxo do discurso. (p.51)

A visão dessas autoras é bem compatível com as de Traugott (1995/97) e de Fraser (1988).

Com a visão um tanto diferente a cerca do âmbito da gramática, destaco, a seguir, algumas características dos MDs, apresentadas por outros estudiosos brasileiros, obedecendo a ordem cronológica.

Castilho (1989) é um dos estudos pioneiros sobre os MDs, e que já faz a correspondência com as funções da linguagem segundo Halliday (1970). Afirma que os marcadores discursivos exercem uma *função textual*: organizar o texto. Essa função geral comporta duas funções mais específicas: a *função interpessoal*, a que correspondem os

⁷⁸ Segundo Traugott (1995/97, p. 14), Dasher (1995) discute a mudança do referencial > não-referencial com respeito ao desenvolvimento dos honoríficos predicado Japonês, e sugere que ela se dá unicamente pelo critério da gramaticalização. Na análise de Traugott, referencial > não-referencial é considerado como um dos vários critérios correlatos.

marcadores interpessoais que “servem para administrar os turnos conversacionais”; e a *função ideacional*, a que correspondem os marcadores ideacionais que “são acionados pelos falantes para a negociação do tema e seu desenvolvimento”. (p.273-4)

Para Marcuschi (1989,1991), os marcadores conversacionais operam de modo simultâneo como organizadores da interação, articuladores do texto e indicadores de força ilocutória, que podem ser subdivididos, quanto às suas funções específicas, em dois grandes grupos:

1) *funções conversacionais* - eles podem ser subdivididos de acordo com a fonte de produção: a) sinais do falante - aqueles que servem para sustentar o turno, preencher pausas, organizar o pensamento, monitorar o ouvinte, indicar o início e o final de uma asserção, dúvida ou indagação, corrigir-se, reorganizar e reorientar o discurso, etc.; e b) sinais do ouvinte - aqueles que, durante o turno do interlocutor e geralmente em sobreposição, servem para orientar o falante e monitorá-lo quanto à recepção: marcam a posição pessoal do ouvinte localmente, concordando, discordando, encorajando, solicitando esclarecimento, etc.; e

2) *funções sintáticas* - esses sinais podem ser responsáveis tanto pela sintaxe de interação como pela segmentação e pelo encadeamento de estruturas lingüísticas; marcam sintaticamente as unidades quando co-ocorrem com pausas, correções, anacolutos, reduplicações, elipses etc.

Quanto às *posições*, os sinais do falante podem vir no início, no meio e no final do turno, já os sinais do ouvinte são localizados, vêm geralmente no ponto de concordância ou discordância com o tópico (op. cit., p.71-2).

Silva e Macedo (1996, p.14) definem os marcadores conversacionais como elementos envolvidos em macrofunções discursivas: a organização interna do discurso (em início e final de tópico, início e final de parágrafo), a manutenção da interação dialógica (inclui a organização dos turnos), e o processamento da fala na memória. Propõem uma classificação dos marcadores discursivos, levando em conta o sentido, função e posição no discurso:

- 1) *iniciadores de turnos*, como *ah, bem, olha*;
- 2) *requisitos de apoio discursivos*, que são usados para se certificar da atenção do interlocutor, ocorrendo, geralmente, no final do enunciado, como *né? tá? viu?*;
- 3) *redutores*, que evitam uma postura assertiva ou autoritária do locutor, como *eu acho*;
- 4) *esclarecedores*, que tentam resumir ou retomar com maior clareza parte do discurso, como *quer dizer, isto é*;

5) *preenchedores de pausa*, que evitam o silêncio enquanto um novo trecho de fala está sendo preparado, como *assim, hãa, é...*;

6) *seqüenciadores*, que marcam seqüência no discurso, como *aí, então*;

7) *resumidores*, que encerram uma lista de itens e resumem o que se considera ser de conhecimento do interlocutor, como *e tal, e tudo*;

8) *argumentadores*, que iniciam argumentação, geralmente contrária ao discurso precedente, como *agora, é mas, sim mas*;

9) *finalizadores*, que dão um fecho ao turno de um falante, como *então tá, é isso aí, tudo bem*;

10) *anunciador de complementos*, que serve para marcar uma ruptura antes do início de um complemento, correspondendo a um processo de planejamento verbal, como *assim* em *Ele não tem **assim** um sotaque, não tem voz carregada*.

Por fim, apresento, como uma importante referência, os achados de Risso, Silva & Urbano (1996), que sentindo a necessidade de estabelecimento de traços básicos definidores do estatuto dos marcadores discursivos, até então desprovido de consenso entre os estudiosos, estabelecem alguns elementos esclarecedores da natureza e propriedades “desse importante conjunto de mecanismos de organização textual-interativa” (p. 55), assentados nos seguintes aspectos, por vezes intimamente correlacionados:

1) são mecanismos verbais da enunciação com funções normalmente distribuídas entre a projeção das relações interpessoais (interação) - quando o foco funcional não está no seqüenciamento de partes do texto - e a proeminência da articulação textual - quando o foco deixa de incidir no eixo da interação;

2) operam no plano da atividade enunciativa, então não integram o conteúdo proposicional dos enunciados em que ocorrem; ancoram pragmaticamente esse conteúdo, ao definirem, entre outros aspectos, a força ilocutória com que ele pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do elo seqüencial entre as entidades textuais;

3) tendem a ter transparência semântica parcial, ou opacidade total, no sentido de que se inclinam a ser usados fora do seu valor lexical ou gramatical básico;

4) são sintaticamente independentes no sentido de que não funcionam para organizar a estrutura interna da oração;

5) são usados com pauta prosódica demarcativa, no sentido de que se inclinam a ser demarcados por pausas por outros traços prosódicos, como rebaixamento do tom da voz ou

qualquer variação em relação aos segmentos anteriores ou posteriores. Essa demarcação prosódica é uma evidência a mais da dissociação sintática dos marcadores discursivos em relação à estrutura oracional em que se alocam;

6) são comunicativamente não-autônomos, isto é, não constituem por si sós enunciados proposicionais;

7) são formas de extensão reduzida a uma ou duas palavras, ou de massa fônica mais restrita a um limite de três sílabas;

8) de modo geral, destacam-se por terem alta frequência e recorrência no espaço textual;

9) formalmente, os marcadores discursivos são, em geral, formas mais ou menos fixas, pouco propensas a variações fonológicas (não é ~ né), flexionais específicas (é? ~ foi?) ou sintagmáticas (é ~ pois é), confirmando a tendência para a cristalização formal dos marcadores discursivos, e “para seu estatuto de fórmulas já prontas para serem usadas no discurso com certo grau de automatismo, sem passarem previamente por uma elaboração léxico-sintática mais palpável”(p.57).

6. Assumindo uma posição teórico-metodológica acerca da Gramaticalização

Fica colocado na base das reflexões acerca da gramaticalização, presentes nesta fundamentação teórica, um conjunto de assunções funcionalistas (HOPPER, 1987; TRAUGOTT, 1989, 1995/97, 2001; TRAUGOTT & KÖNIG, 1991; HEINE *et alii*, 1991; TRAUGOTT & HOPPER, 1993; GIVÓN, 1995; entre outros), das quais destaco:

- A estrutura serve a uma função cognitiva e a uma função comunicativa (GIVÓN, 1995).
- As gramáticas são emergentes (HOPPER, 1987).
- Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (DIK, 1978; GIVÓN, 1984; HENGEVELD, 1997).
- A unidirecionalidade tem sido associada à gramaticalização desde há muito tempo (MEILLET, 1912; TRAUGOTT, 2001).

- Gramaticalização é a mudança pela qual itens e construções lexicais vêm em certos contextos lingüísticos para servir a funções gramaticais ou itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais (TRAUGOTT, 2001)⁷⁹.
- A gramaticalização ocorre por meio de mecanismos de natureza metafórica e de natureza metonímica (HEINE *et al.* 1991; TRAUGOTT & KÖNIG, 1991).
- Os marcadores discursivos são parte da gramática de uma língua (FRASER, 1988).
- Os significados de certos itens lingüísticos migram para um maior envolvimento do falante, especialmente para uma atitude metatextual, com matizes pragmáticos, em relação ao fluxo do discurso. (GORSKI; ROST & DAL MAGO, 2004)

⁷⁹ O termo “gramatical” está sendo usado no sentido amplo, ou seja, numa visão dos componentes integrados da gramática.

PARTE III

INVESTIGANDO O PERCURSO DE GRAMATICALIZAÇÃO DO *É QUE*

Procedimentos Metodológicos

CAPÍTULO I

Constituição do *Corpus* e da Amostra

1. Constituição do *Corpus* COMTELPO

Esta seção apresenta a constituição do *corpus* utilizado para a investigação do percurso de gramaticalização da expressão *é que* em textos escritos da língua portuguesa das sincronias do Século XII ao XX.

O *Corpus mínimo de textos escritos da língua portuguesa – COMTELPO* – foi organizado, em 2006, por mim, com a colaboração da então também doutoranda Ediene Ferreira-Pena, em Lisboa, sob a orientação estrangeira da Professora Catedrática Doutora Inês Silva Duarte, do Departamento de Lingüística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e sob a orientação brasileira da Professora Adjunta Doutora Márcia Teixeira Nogueira, do Programa de Pós-graduação em Lingüística do Departamento de Letras da Universidade Federal do Ceará, como uma das atividades do Estágio de Doutorado no exterior, apoiado pelo PDEE/MEC/CAPES.

A constituição desse *corpus* alternativo se justificou devido aos *corpora* ora disponíveis, tanto no Brasil como em Lisboa, local do referido estágio, não satisfazerem, na totalidade, aos objetivos dessa Tese e aos critérios que eu priorizava, sobretudo, a originalidade, a representatividade, a homogeneidade, a exaustividade e a completude.

O COMTELPO compila um volume de 687 textos em 4.216 páginas. Divide-se, num primeiro momento, consoante aos objetivos da pesquisa, em duas partes: uma com amostras de textos portugueses do Século XII ao Século XVIII, posto que só há registro de textos genuinamente brasileiros a partir dos fins do Século XVIII, visando à busca da emergência da expressão *é que*; e outra com amostra de textos das 1ª e 2ª metades dos Séculos XIX e XX do português do Brasil e o português europeu, visando a uma análise comparativa da distribuição e dos valores dessa expressão.

O referido *corpus* se constitui de textos em suas variadas formas, hoje denominadas por vários autores de *gêneros*, no sentido de textos empíricos. Tal opção se justifica pelo fato de eu preferir não estudar os textos exclusivamente pela tipologia clássica (narração, descrição e dissertação)⁸⁰, posto que havia a necessidade de uma tipologia mais ampla que contemplasse tanto os textos literários como os não-literários.

Entendo a noção de *gênero*, conforme a definição de Bakhtin (2000, p. 279) de “gênero do discurso”, como um enunciado relativamente estável, historicamente determinado e disponível na cultura, fixando-se basicamente na conceituação de enunciado como forma,

⁸⁰ Cf. *Corpus Tycho Bhræ* (1998), do IME/USP, com textos dos Séculos XV ao XIX.

oral ou escrita, de utilização concreta e individual da língua por integrantes de uma ou outra esfera da atividade humana e caracterizado pela fusão de três elementos: a) o *conteúdo temático* – aquilo que pode ser dito em um dado gênero; b) a *construção composicional* – qual é a estrutura particular dos textos pertencentes ao gênero; e c) o *estilo* – que se refere à seleção de recursos disponibilizados pela língua, orientada pela posição enunciativa do produtor do texto. Acrescento ainda a esses elementos, seguindo a orientação de Duarte (2006), o *objetivo*, o qual se refere à finalidade do texto – o “para quê”, e o *destinatário* – “para quem” se produz.⁸¹

A heterogeneidade dos gêneros orais e escritos é um dos pontos a favor da adoção do conceito bakhtiniano, pois permite abranger *as formas de dizer que circulam socialmente*, como a carta (com suas variadas formas); a ordem real, militar ou religiosa padronizada; a conversa cotidiana; o relato familiar; as variadas formas de exposição científica; os romances, entre outras.

Os gêneros escolhidos para compor o *corpus* foram aqueles de uso mais freqüente na sociedade das diferentes épocas – em Portugal, desde o Século XII ao XX e, no Brasil, do Século XIX e XX. Então, considerando a *diversidade* e o domínio das *preferências* textuais de cada época, procurei organizar, de forma homogênea, a seleção de textos com base em Dolz e Schneuwly (1996), que propõem cinco agrupamentos diferentes para os gêneros, a saber:

a) gêneros da ordem do *narrar* – cujo domínio social é o da cultura literária ficcional; e a capacidade de linguagem dominante é voltada à recriação da realidade, por meio da montagem de uma intriga no domínio do verossímil. Exemplos⁸² deste gênero: fábula, conto de fada, lenda, conto, narrativa policial, narrativa de aventura, narrativa de ficção científica, crônica, romance, texto teatral, novela, e afins.

b) gêneros da ordem do *relatar* – cujo domínio social é o da memória e o da documentação das experiências humanas vivenciadas; e a capacidade de linguagem dominante é a de representação pelo discurso de experiências vividas e situadas no tempo. Exemplos desse gênero: diário, livro de linhagens (= nobiliários), crônicas historiográficas, documentos hagiográficos (= vida dos santos), documentos eclesiásticos, chamada jornalística, notícia, crônica jornalística, reportagem, relatório, e afins;

c) gêneros da ordem do *argumentar* – cujo domínio social é o da discussão de assuntos sociais controversos, visando a um entendimento e posicionamento perante eles, e as

⁸¹ Duarte sugeriu esse acréscimo numa sessão de orientação desta pesquisa, realizada em abril de 2006.

⁸² Os exemplos se referem apenas aos gêneros selecionados para o *corpus*.

capacidades de linguagem dominantes são as que envolvem a habilidade de sustentar, refutar e negociar posições. Exemplos desse gênero: carta do leitor, editorial, resenha crítica, artigo de opinião, oratória, entrevista, debate, publicidade, anúncio, texto acadêmico, e afins;

d) gêneros da ordem do *expor* – veiculam o conhecimento mais sistematizado transmitido culturalmente – conhecimento científico e afins, e a capacidade de linguagem dominante é a apresentação textual de diferentes formas de saberes. Exemplos desse gênero: conferência, palestra, ensaio/estudo, artigo científico, verbete, resenha, resumo, esquema, introdução, prefácio/prólogo, homenagem/tributo, apresentação, texto acadêmico, e afins;

e) gêneros da ordem do *instruir* ou do *prescrever* – englobam textos variados de instrução, regras e normas, e pretendem, em diferentes domínios, a prescrição ou regulamentação de ações. A capacidade de linguagem dominante é a regulação mútua de comportamentos. Exemplos desse gênero: bula, instruções de uso, regras de jogo, receita, leis, normas, normas de conduta, normas de uso da língua, cartas reguladoras, notícias comerciais, notícias jurídicas, testamentos, fintos (cobrança de impostos medievais), entre outros.

Até onde se sabe, a construção *é que* não foi herdada do latim⁸³. Era por meio da posição e da proeminência prosódica que se fazia a marcação de foco, de ênfase. Então, iniciei a organização do *corpus* a partir de amostras textuais do português do Século XII. Sou consciente da grande acessibilidade às “cantigas” dos cancioneiros medievais galego-portugueses, bem como às poesias clássicas e ao teatro do Século XV, mas, em se tratando de textos poéticos e, portanto, com licença poética para as rimas e metrificação, eu os evitei por considerar a *ordem* um possível indicador no processo de integração do *é que*.

Dessa forma, visando a investigar o percurso de gramaticalização do *é que* e a buscar a sua origem desde os textos mais antigos da Língua Portuguesa até os do Século XX, tentei reunir uma amostra textual escrita, em prosa, dada a falta de outra tecnologia que registrasse, a fala na época das diferentes sincronias.

Selecionei, então, como já disse, textos escritos (originais, fac-símiles ou transcrições com grafias preservadas ou editadas de manuscritos ou impressões originais) dos Séculos XII ao XVIII; e, com a colaboração de Ediene Pena-Ferreira, pesquisadora da gramaticalização do verbo “chegar”, coletamos textos dos séculos XIX e XX. Depositei uma atenção especial na tentativa de equiparar ou aproximar: a) os gêneros mais representativos e b) o mesmo volume para amostra de cada século, e agrupei-os, conforme os exemplos citados anteriormente, em:

⁸³ Cf. Cart *et al.* (1986).

- **GON** (gêneros da ordem do *narrar*);
- **GOR** (gêneros da ordem do *relatar*);
- **GOA** (gêneros da ordem do *argumentar*);
- **GOE** (gêneros da ordem do *expor*); e
- **GOP** (gêneros da ordem do *instruir* ou do *prescrever*).

Ademais, visando a facilitar futuras análises, devido à extensão do volume textual, fiz, num segundo momento, outra divisão, agrupando os séculos por períodos. Tentei conciliar os momentos históricos (motivações extralingüísticas de mudança) à história da língua portuguesa (motivações inerentes ao sistema lingüístico), e, para tanto, recorri à proposta de periodização da história do Português traçada por Esperança Cardeira (2006), que resultou numa adaptação do seguinte agrupamento:

- Séculos XII a XIV – **Português Antigo**
- Séculos XV e XVI – **Português Médio**
- Séculos XVII e XVIII – **Português Clássico**
- Séculos XIX e XX – **Português Moderno**

Creio que o *corpus*, tendo essa constituição, pode ser útil para inúmeras e diversificadas pesquisas da língua portuguesa escrita, considerando tanto as sincronias como os agrupamentos de gêneros.

2. Constituição da amostra

Considerando os objetivos deste trabalho, compus uma amostra de 465 textos, cobrindo o total de 2.031 páginas escritas no Século XII até o XX, do *Corpus mínimo de textos escritos da língua portuguesa – COMTELPO*, organizado por Figueiredo-Gomes & Ferreira-Pena (2006).

A seleção dos textos foi feita segundo o agrupamento de gêneros e o período da história do português. Saliento que o agrupamento de gêneros foi utilizado, nessa pesquisa,

apenas na seleção, como subsídio de diversificação dos textos, posto que, até então, eu não tinha hipótese para o uso da expressão *é que* segundo o gênero textual.

Conforme mostro na Tabela 4, selecionei 30 páginas de cada agrupamento de gêneros: GON (gêneros da ordem do *narrar*); GOR (gêneros da ordem do *relatar*); GOA (gêneros da ordem do *argumentar*); GOE (gêneros da ordem do *expor*); e GOP (gêneros da ordem do *instruir* ou do *prescrever*); consoante o período da história do português: Português Antigo (Séculos XII, XIII e XIV), Português Médio (Séculos XV e XVI), Português Clássico (Séculos XVII e XVIII), e Português Moderno (Séculos XIX e XX).

AGRUPAMENTO PERÍODO	GON	GOR	GOA	GOE	GOP	TOTAL
PA ⁸⁴	XII	-	-	-	09/11	09/11
	XIII	01	02/21	13/20	10/16	24/24
	XIV	03	03	05	10	30
PM	XV	01	04	03	02	12
	XVI	02	03	03	09	07
PC	XVII	01	03	02	03	08
	XVIII	02	02	03	03	03
PEM	1ª XIX	03	03	03	04	07
	2ª XIX	03	10	08	08	09
	1ª XX	03	08	08	06	07
	2ª XX	03	13	18	08	09
PBM	1ª XIX	04	09	06	04	06
	2ª XIX	03	08	08	08	07
	1ª XX	03	10	11	05	05
	2ª XX	03	08	14	09	07
TOTAL	35	86	105	89	150	465

Tabela 4: Volume textual da amostra extraída do COMTELPO

Conforme a Tabela 4, a amostra é composta de 465 textos. Considerando o número de células, a quantidade de páginas, que deveria totalizar 2.250, fechou apenas no total de 2.031. Essa diferença se deve, sobretudo, à carência, à disponibilidade ou à acessibilidade de textos dos Séculos XII e XIII. Apesar de uma aparente falta de homogeneidade, a diferença da quantidade de textos é compensada e justificada pelas características sincrônicas peculiares de documentos curtos, como, por exemplo, documentos oficiais, notícias e cartas; pela presença de ilustrações; pela apresentação das impressões dos manuscritos originais (em pergaminho ou em papel) e da escrita paleográfica juntas; pelo tamanho das letras e das páginas; pelo número de linhas por página; pela numeração única da página de duas colunas; pela presença de várias notas de rodapé; pela diagramação de jornais; além de outras características de obras e documentos fac-similados.

⁸⁴ Os números, que se encontram à direita da barra, indicam o total de páginas encontradas.

A amostra do Português Antigo ao Clássico difere, quantitativamente, do Português Moderno, devido ao primeiro destinar-se ao levantamento de dados diacrônicos e, ao segundo, objetivar a análise comparativa entre as sincronias relativas à 1ª e 2ª metades dos Séculos XIX e XX do português europeu e do português brasileiro.

Qualitativamente, a amostra, além de conter textos escritos (em sua maioria, cópia dos originais, fac-símilados, transcritos com grafias preservadas ou editadas de manuscritos, ou impressões originais dos Séculos XII ao XVIII), preza equiparar ou aproximar os gêneros mais representativos e o mesmo volume textual para cada sincronia, e, no caso do Português Moderno, para cada divisão de século, tanto do português europeu quanto do português brasileiro.

Considerando a quantidade de obras e de documentos, e preservando a textualidade da Tese, a amostra está apresentada no anexo A, sob forma de lista, com os títulos dispostos em ordem alfabética, segundo o século e o agrupamento de gêneros.

CAPÍTULO II

Abordagem, Fatores e Tratamento utilizados na Análise dos dados

1. Abordagem

Para o estudo do percurso de gramaticalização de *é que*, lancei mão de uma abordagem pancrônica. Segundo Li & Thompson (1976, *apud* HOPPER & TRAUGOTT, 1993, p.28): “Ao mesmo tempo que uma perspectiva diacrônica pode oferecer mais que um mero comentário de interesse histórico sobre fatos sincrônicos, os fatos sincrônicos não são distinguíveis dos diacrônicos e dos processos pragmáticos discursivos que os apreendem”.

Com base nisso, por razões metodológicas, dividi, inicialmente, a análise em dois momentos: análise diacrônica e análise sincrônica.

Na análise diacrônica, utilizei a amostra de textos escritos do Português Antigo ao Português Moderno (1ª metade do Século XX) do COMTELPO, caracterizado mais adiante, objetivando averiguar a origem e os processo(s)/mecanismos e propriedades formais e funcionais que caracterizam a emergência da expressão *é que* como relativos a um processo de gramaticalização.

Segundo Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), o empreendimento de uma abordagem diacrônica tem as seguintes vantagens: a) aumentar o poder explicativo da teoria lingüística; b) flagrar os fatores cognitivos e comunicativos motivadores da mudança lingüística sob investigação; c) dar conta da dinamicidade dos significados de uma forma gramatical; e d) permitir fazer generalizações a partir do trajeto de desenvolvimento dessa forma lingüística em comparação com o de outras línguas.

Na análise sincrônica, por meio da qual é possível compreender a gramaticalização como um fenômeno sintático e discursivo-pragmático, a partir dos contextos discursivos em que ocorre, utilizei a amostra de textos escritos nas 1ª e 2ª metades dos Séculos XIX e XX do português do Brasil e do português europeu, objetivando analisar as propriedades formais e funcionais da expressão *é que*, comparando a distribuição e os valores dessa expressão.

Por meio dessas duas perspectivas, tentei, numa abordagem pancrônica, apresentar o percurso de gramaticalização da expressão *é que* com base em dados da história da língua portuguesa, corroborados pelas evidências sincrônicas flagradas no *continuum* da gramaticalização dessa expressão.

Assim, desenvolvi uma análise essencialmente qualitativa com suporte quantitativo, evidenciador de tendências na língua. Enquanto qualitativa, mantive a análise no quadro das propostas funcionalistas de só estudar os fenômenos que co-ocorrem com o objeto em estudo.

Enquanto quantitativa, para corroborar a análise qualitativa, verifiquei a frequência (fator importante para a gramaticalização), a homogeneidade e o cruzamento dos fatores analisados.

Na análise diacrônica, busquei a frequência e analisei qualitativamente os fatores que apontavam para a possível origem da expressão *é que*, e que sugeririam o percurso de gramaticalização, referentes às construções de uso do Século XII ao Século XIX.

Visando a uma análise mais compacta, investiguei as *construções afins*⁸⁵, ou seja, as que tenho por hipótese como embrionárias, ou as que são defendidas por outros autores como tal, segundo os períodos da história do português: Português Antigo (Séculos XII, XIII e XIV), Português Médio (Séculos XV e XVI), Português Clássico (Séculos XVII e XVIII) e Português Moderno (1ª metade do Século XIX). Esse limite se deve à aparição da expressão de *é que* em frases interrogativas, que, segundo os achados de Duarte (1992) e Lopes Rossi (1993), só havia surgido na 2ª metade do Século XIX.

A seguir, apresento e exemplifico as construções afins.

a) Construção com *é que* – **É QUE**⁸⁶

Ex.: “Amigos, *assi é que* a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro ...” (005.XIII.0033.DSGr-GON)

b) Ser + Conjunção Integrante – **SER + CI**

Ex.: “outros *som que* uiuerom em castidade ...” (001.XIV.0046.GPCA-GON)

(Outros são que viveram em castidade...)

c) Estrutura similar a clivada: **DEM + SER + SN + QUE**

Ex.: “*Hec est* notitia de partiçon e de deuison *que* fazemos...” (002.XII.0193.AUP-GOP)

(Esta é a notícia de partilha e de divisão que fazemos...)

d) Ser + Demonstrativo + Pronome Relativo – **SER + D + PR**

Ex.: “*ca este é o que* ha-de dar cima aas aventuras do Santo Graal ...” (004.XIII.0030.DSGr-GON)

e) Interrogativa – Elemento-**Qu + SER + DEM + PR ...?**

Ex.: “- *Quaes são esses que* falecem?” (003.XIII.0029.DSGr-GON)

f) Construção da Pseudo-clivada – **(O) QUE(M) SER ...**

Ex.: “**Os que** foram em estas lides *som* estes, ...” (004.XIII.0280.LDL-GOR)

Ex.: “*mas quem* o arruinou *foram* as mulheres. (004.XIX. 0404.ODNM-GON)

(*Os que* estavam nestas lides *são* estes, ...)

g) Construção da Semi-pseudo-clivada – **... SER**

Ex.: “*Eu não me acostumo é com a soberba dele.*” (017.XX1PBM.0488-OMJA-GON)

⁸⁵ Utilizo o adjetivo *afim* significando “*que tem afinidade, analogia, semelhança ou relação com*”. Então, considero construções afins aquelas que envolvem o uso do *ser* e *que* contíguos ou estruturas tidas como fundantes na literatura.

⁸⁶ Há períodos em que o *é que* funciona de modo ambíguo.

h) Construção da Pseudo-clivada Invertida *que* – ... **QUE** ...

Ex.: “*por isto que este fez por sua filha,...*” (007.XVI.0015d.CHPE-GON)

(*por isto que este fez por sua filha, ...*)

Na análise do Português Moderno, investiguei a distribuição e os valores do *é que* no PEM e no PBM, à luz de alguns fatores, de ordem lingüística e sociocultural, que poderiam ajudar a explicar suas propriedades sintático-semânticas e pragmáticas.

2. Fatores e Tratamento utilizados na Análise dos Dados

Por meu desconhecimento de outros estudos sobre o objeto desta investigação – exceto o de Casteleiro (1979), sob a perspectiva gerativa, tomei como base estudos sobre construções de clivagem, sobretudo o de Braga (1989) e o de Longhin (1999), e selecionei os estatutos *informacional, sintático e morfológico* do escopo de *é que* como fatores de análise, os quais já tiveram sua importância atestada na grande maioria dos trabalhos sobre clivadas, seja no português, seja em outras línguas. Em relação ao escopo, incluí também a *referenciação*⁸⁷ como um fator a ser estudado.

Além desses fatores, optei, então, por investigar, em uma análise prévia, algumas características da frase da ocorrência e do contexto estrutural da expressão *é que*. Então, em relação à frase da ocorrência, analisei – *tipo, função, modalidade, ordem dos constituintes, organização tópica, contextos antecedente e posterior da frase, classificação semântica do verbo da frase da ocorrência, subclassificação do verbo* (e.g. de pressuposição, de implicação), *verbos operadores gramaticais* (e.g. modal, de volição), *modo verbal, tempo de verbo, flexão número-pessoal*. Em relação ao contexto estrutural, verifiquei o *contexto imediato anterior e posterior* da expressão, além da flexão da forma do *é que*. Percebendo o volume de propriedades a analisar, decidi, então, cruzar todos os fatores com os três tipos da expressão *é que*, encontrados no percurso diacrônico, a fim de verificar, por meio da análise de variância entre grupos e dentro do grupo de fatores, quais eram, estatisticamente, significantes para o estudo. Para tanto, utilizei o programa ANOVA do SPSS – *Statistic Package for the Social Sciences* e selecionei apenas os fatores que tinham um alto grau de significância estatística (ou seja, sig = 0,000). Conforme os resultados, que se encontram no

⁸⁷ O termo *referenciação* está sendo utilizado para dar conta do processo de referenciar na construção discursiva, na constituição textual, isto é, na formação da rede referencial discursiva. (cf. Neves, 2006, p.148)

Anexo B, estipulei, para afunilar o estudo, apenas oito grupos de fatores: em relação à frase da ocorrência, analisei – *tipo, função e modalidade*; em relação ao escopo da expressão *é que* – *estatuto informacional, estatuto sintático, estatuto morfológico e referência*; e, em relação ao contexto estrutural da expressão *é que* – *contexto imediato anterior e contexto imediato posterior*.

Passo, então, a apresentar os fatores que serviram de base para a análise da expressão *é que* em uso nos Séculos XIX e XX; sincronias limites, por questões metodológicas, para o estudo do percurso de gramaticalização dessa expressão.

2.1. Objeto: a expressão *é que*

Entendo a *expressão é que* como morfema único, invariável e estereotipado, resultante do processo de gramaticalização, observado na análise diacrônica, que cobriu o período do Século XII à 1ª metade do Século XIX. Conhecido um possível desenvolvimento da construção até chegar a esse grau de cristalização (reanálise), decidi, então, verificar as características dos tipos encontrados e as funções que eles parecem evidenciar.

Dentre as funções do *é que*, encontrei a de marcador de ênfase, entendendo *ênfase* como um sinalizador da atitude do falante de chamar a atenção para algum conteúdo (referencial ou atributivo). Então, baseado na tipologia de Dik (1989) sobre o foco e as finalidades comunicativas, fiz uma adaptação para uma proposta de tipologia de acordo com as funções de *marcador de ênfase*. Saliento que entendo *foco* como a informação salientada pelo falante, tida por ele, como essencial para o ouvinte; as *finalidades comunicativas* dizem respeito às razões pragmáticas que subjazem a atribuição de foco à informação salientada. Assim, a *ênfase* codificada pela expressão *é que* seria motivada pela novidade da pergunta (= *novo*, na tipologia de Dik) com o *marcador enfático-interrogativo*, pela completude da informação (\cong *completivo*, na tipologia de Dik) com o *marcador enfático-explicativo*; e pelo contraste da informação, que sinaliza diferenças ou semelhanças entre o conteúdo da informação salientada e outra informação disponível no contexto ou do conhecimento partilhado (= *contraste paralelo e contra-suposicional*, na tipologia de Dik), com o *marcador enfático-contrastivo*. Portanto, a expressão *é que* funciona como:

a) marcador enfático-interrogativo é que: operador que enfatiza a busca da certeza epistêmica do argumento como resposta à informação desconhecida.

Ex.: “O *que é que* terá sido mais espetacular?” (002.XX.PE2M.0028.MMQI-GOR)

b) marcador enfático-explicativo é que: operador que introduz e enfatiza um argumento relativo a enunciados anteriores, explicando-os ou esclarecendo-os.

Ex.: “**É que** a passadeira da escada tem um buraco, e não vá a menina cair... (001.XX.PE1M.0267.EIFP-GOE)

c) marcador enfático-contrastivo é que: operador que assinala (enfatiza) um argumento, dando uma certeza epistêmica a uma determinada conclusão, e contrastando-o com conteúdo(s) pressuposto(s).

Ex.: “**Isso é que é** conhecer a Bíblia!” (007.XX.PB2M.0187.AUTO-GON)

Todos os fatores, que apresento, a seguir, foram analisados em correlação com esses três tipos da expressão *é que*.

2.2. Em relação à frase da ocorrência da expressão *é que*

Em relação à frase da ocorrência, fiz a correlação do *tipo, da função e da modalidade* com os três tipos de *é que*, segundo o período do Português Europeu Moderno (PEM) e do Português Brasileiro Moderno (PBM).

I. Tipo de frase

Os *tipos de frase* foram levantados devido à grande ocorrência da expressão *é que* em frases interrogativas (perguntas cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [?]), então decidi verificar a frequência dos outros tipos: *Declarativa* (asserção cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [.] ponto final ou reticências [...]); *Imperativa* (ordem ou sugestão cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [.] ponto final ou reticências [...]); e *Exclamativa* (exaltação ou admiração cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [!]); e

Listo os tipos de frase observados:

1. Declarativa
2. Interrogativa
3. Imperativa
4. Exclamativa

II. Função da frase

Toda pessoa, ao falar ou escrever, tem o objetivo de comunicar algo com uma determinada intenção. Então, analisar as funções da frase se deve ao fato de identificar qual a

intenção que o falante está querendo comunicar e, para tanto, faz uso da expressão *é que* como marcador de ênfase.

Listo, a seguir, as funções da frase observadas:

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. aconselhar | 13. informar |
| 2. advertir | 14. instruir |
| 3. agradecer | 15. lamentar |
| 4. ameaçar | 16. ordenar |
| 5. concordar | 17. pedir explicação |
| 6. contrastar | 18. pedir informação |
| 7. convidar | 19. pedir permissão |
| 8. criticar | 20. persuadir |
| 9. desculpar-se | 21. prometer |
| 10. elogiar | 22. protestar |
| 11. explicar | 23. queixar-se |
| 12. expressar pesar | 24. reclamar |

III. Modalidade da frase

Analisei o fator *modalidade da frase* e os usos da expressão *é que*, segundo a tipologia de Givón (2001, p.301-2), que redefine a modalidade epistêmica, ou seja, faz uma interpretação comunicativo-pragmática dos quatro tipos de modalidade epistêmica: *pressuposição*, *asserção “realis”*, *asserção “irrealis”* e *asserção negativa*.

Segundo o autor, no tipo “pressuposição”, a proposição é pressuposta, socioculturalmente tomada como verdadeira, ou seja, “a proposição é aceita como verdadeira, ou por definição, resultante de um acordo prévio, de uma convenção socioculturalmente partilhada, por ser óbvia para todos os presentes à situação discursiva, ou por ter sido enunciada pelo falante e não contestada pelo ouvinte.” (Ex.: *She knew the dog* – ‘Ela conheceu o cachorro’). A asserção *realis* é aquela em que “a proposição é firmemente asseverada como verdadeira. Contudo a contestação do ouvinte é considerada apropriada, embora o falante tenha evidência ou fortes motivos para sustentar firmemente sua crença.” (Ex.: *She had the dog [for two years]* – ‘Ela teve o cachorro [por dois anos]’). Já a asserção *irrealis* é aquela em a proposição é fracamente asseverada, é dada como possível, eventual, “provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos avaliativos deônticos). O falante, porém, não está pronto para sustentar a asserção com evidência ou outros fortes motivos”; e a contestação do ouvinte é prontamente acolhida, esperada ou mesmo solicitada. (Ex.: *She wanted the dog [real bad]* – ‘Ela queria o cachorro [demais]’.) O quarto tipo é asserção *negativa* em que a proposição é fortemente asseverada como falsa, mais comumente em contradição com a crença explícita ou assumida do falante. Uma contestação do ouvinte é antecipada, e o falante tem evidência e firmes motivos para

sustentar sua forte crença.” (Ex.: *She refused the dog* – ‘Ela rejeitou o cachorro’) (GIVÓN, 2001, p. 301-2)⁸⁸

Os três tipos de marcador de ênfase *é que* foram correlacionados com os tipos de modalidade epistêmica:

1. Pressuposição
2. Asserção *realis*
3. Asserção *irrealis*
4. Asserção negativa.

Apresento exemplos de cada tipo, em Português e mais contextualizados no capítulo 3, da Parte IV. A modalidade epistêmica foi observada em frases, com ocorrência do marcador *é que*, em que havia a manifestação expressa: a) de *pressuposição*, por meio de: expressões definidas, expressões temporais, verbos factivos, verbos implicativos e iterativos; b) em asserção *realis*, por meio de fatos presentes ou passados (acabado); c) em asserção *irrealis*, por meio de: ação habitual, futura; modo subjuntivo; advérbios *irrealis* (e. g. *talvez, possivelmente, provavelmente, supostamente, presumivelmente, certamente, etc.*); e verbos inerentemente *irrealis* (e.g. *querer, desejar, gostaria, sonhar com, pensar em, crer em*); e d) em asserção negativa, por meio de: advérbios negativos, verbos implicativos negativos: (e.g. *esquecer-se de, recusar-se a, evitar, abster-se, deixar de*) e verbo implicativo causativo negativo: (e.g. *impedir, proibir dissuadir, desencorajar*).

2.3. Em relação ao escopo da expressão *é que*

Dik (1989) sugere que os mecanismos de focalização sejam analisados à luz do escopo. Considerando que, com a reanálise da construção de clivagem *É QUE*, a expressão *é que* teve um ganho pragmático, com as funções de marcador de ênfase, sigo a sugestão de Dik em relação ao escopo desse marcador já gramaticalizado. Para a análise do escopo, investigo a correlação de quatro fatores: o *estatuto informacional*, a *referenciação*, o *estatuto sintático* e o *estatuto morfológico* do escopo, com os três tipos de *é que*, segundo o período do PEM e do PBM.

I. Estatuto informacional do referente do escopo

O estatuto informacional é um dado que também foi significativo nos estudos de Braga (1989) e de Longhin (1999) sobre clivagem no português, e que tem um interesse

⁸⁸ Os exemplos foram retirados de Givón (2001, p. 304).

específico para esta investigação, no que ele diz respeito à distribuição da estrutura da informação do referente focal em “construções É QUE”. Como Braga e Longhin, eu utilizei os rótulos da classificação de Prince (1981), optei por não restringir o estudo do estatuto informacional aos dos sintagmas nominais⁸⁹. Considerando que a informação transcende limites construcionais, como o faz Halliday (1967/8, p.201), incluí, principalmente por exigência metodológica, porções maiores ou menores que a oração na análise, posto que o escopo da expressão *é que* como *marcador enfático-explicativo* recai sobre a justificativa ou esclarecimento, que, geralmente, não se restringe apenas aos sintagmas nominais.

Listo, a seguir, a distribuição informacional observada:

1. Novo
2. Evocado
3. Inferido

Para a análise informacional, mantive os rótulos de Prince (1981), que classifica os referentes em *evocados*, *inferíveis* e *novos*. Acatei a simplificação de Longhin (1999), e classifiquei-os da seguinte maneira: os referentes *evocados* (ou velhos, dados) são claramente recuperáveis no contexto prévio, tanto lingüístico como extralingüístico; os referentes *novos* são aqueles não-recuperáveis e também os que, embora recuperáveis, encontram-se em situações textuais/contextuais não óbvias; e os *inferíveis* (acessíveis, dedutíveis) são os referentes que são dedutíveis de outros, por meio de associação via raciocínio lógico ou informações inferíveis dentro do conteúdo comunicado.

II. Referenciação do escopo

Como Neves (2006), utilizo o termo *referenciação* para dar conta do processo de referenciar, de forma mais específica, na construção discursiva, na constituição textual, isto é, na formação da rede referencial discursiva. Então, objetivando verificar a relevância do argumento por meio dos referentes expressos pelo falante, analiso o escopo do marcador de ênfase *é que* quanto aos tipos de referenciação: *anafórica*, *catafórica* e *exofórica*. Tem-se a referenciação anafórica quando o item de referência retoma um elemento lingüístico já expresso no texto; a catáfora, sendo uma relação simétrica da anáfora, dá-se quando o item de referência antecipa um elemento lingüístico ainda não expresso no texto; e, diferentemente desses tipos de referenciação, a referência exofórica é aquela que se dá quando o elemento lingüístico é relacionado a um elemento extratextual.

Codifiquei a referenciação da seguinte maneira:

⁸⁹ A maioria das tipologias de estatuto informacional restringe-se a SNs.

1. Anáfora
2. Catáfora
3. Exofórica
4. nsa (não se aplica, ou seja, não há retomadas, antecipações ou inferências)

III. Estatuto sintático do escopo

O estatuto *sintático* é também um outro dado que foi significativo nos estudos de Braga (1989) e de Longhin (1999) sobre clivagem no português. Esse estatuto tem um interesse específico para esta investigação, no que diz respeito à função sintática do escopo dos três tipos de marcador de ênfase *é que*.

Codifiquei as seguintes funções:

1. Sujeito
2. Objeto direto
3. Objeto Indireto
4. Predicativo
5. Adjunto Adverbial
6. Oração

IV. Estatuto morfológico do escopo

Objetivando verificar a correlação *forma-função* que também foi feita tanto por Braga (1989) como por Longhin (1999), analisei o *estatuto morfológico* do escopo do marcador de ênfase *é que*.

Codifiquei as formas do escopo do seguinte modo:

1. Nome
2. Pronome pessoal
3. Pronome demonstrativo
4. Pronome interrogativo
5. Advérbio de negação
6. Advérbio de lugar
7. Advérbio de modo
8. Advérbio de tempo
9. SP Adverbial de lugar
10. SP Adverbial de modo
11. SP Adverbial de tempo
12. Adjetivo
13. Oração

2.4. Contexto estrutural de *é que*

Objetivando analisar os elementos lingüísticos que figuram no ambiente vicinal imediato do marcador de ênfase *é que*, além do seu escopo à esquerda, verifiquei o contexto posterior a ele.

I. Contexto imediato anterior

1. Início de oração
2. Antecedido de conjunção (*adversativa, aditiva, condicional, etc.*)
3. Antecedido de Advérbio de Negação

II. Contexto imediato posterior da expressão

1. SN + SV
2. SV
3. Neg + SV

Todos esses fatores foram verificados em 215 ocorrências da amostra do COMTELPO e codificados em uma planilha eletrônica do programa estatístico SPSS – *Statistic Package for the Social Sciences*. Optei por este pacote estatístico por não estar trabalhando com variação, e sim mudança, e por ele aceitar inúmeros dados.

Com base na análise prévia descrita anteriormente, passei, então, trabalhar, com os oito grupos de fatores. Utilizei a ferramenta *Frequencies* para o cálculo da frequência de cada grupo. Feito isto, utilizei a ferramenta *Crosstab* para cruzar cada um dos grupos com os três tipos da expressão *é que* e o teste “*V de Cramer*”, a fim de verificar os fatores estatisticamente relevantes. Esse teste é próprio para o cruzamento de fatores *nominais* e que têm dois ou mais sub-itens caracterizadores.

Os resultados estão detalhados no Quadro 6, na página seguinte, mas adianto, de forma simplificada, quais os cruzamentos de grupos, estatisticamente significativos, prováveis de ocorrer com os três tipos de marcador de ênfase *é que*. No Quadro 6, destaquei, com asterisco em negrito, os grupos que não são significativos, ou seja, os que têm o grau de significância maior que 0,5.

Obtiveram alto grau de significância os seguintes cruzamentos, em relação ao: a) *marcador enfático-interrogativo*: Estatuto informacional x Referenciação; Estatuto informacional x Estatuto sintático; Estatuto informacional x Estatuto Morfológico; Estatuto sintático x Referenciação; Estatuto sintático x Função da frase; Estatuto sintático x Estatuto morfológico; e b) *marcador enfático-contrastivo*: Estatuto informacional x Referenciação; Estatuto informacional x Estatuto Morfológico; Estatuto sintático x Estatuto morfológico; Tipo de Frase x Função da Frase; Contexto imediato anterior da expressão x Contexto imediato posterior da expressão. Já o *Marcador enfático-explicativo* não teve cruzamento com alto grau de significância. Aproximaram desse grau os cruzamentos em ordem crescente: Contexto imediato anterior da expressão x Contexto imediato posterior da expressão (ns: 0,004); Referenciação x Função da Frase (ns: 0,015); Estatuto sintático x Modalidade (ns: 0,078); e Estatuto sintático x Função da Frase (ns: 0,099).

Correlação	Fatores	Teste V de Cramer	
		Valor ⁹⁰	ns
Estatuto Informacional X Referenciação	Interrogativo	0,587	0,000
	Contrastivo	0,396	0,000
	Explicativo*	0,050	0,746
Estatuto Informacional X Tipo de frase	Interrogativo	0,212	0,428
	Contrastivo	0,320	0,010
	Explicativo*	0,062	0,688
Estatuto Informacional X Função da Frase	Interrogativo	0,599	0,009
	Contrastivo	0,485	0,017
	Explicativo	0,480	0,471
Estatuto Informacional X Estatuto Sintático	Interrogativo	0,547	0,000
	Contrastivo	0,267	0,165
	Explicativo*	0,125	0,720
Estatuto Informacional X Estatuto Morfológico	Interrogativo	0,654	0,000
	Contrastivo	0,756	0,000
	Explicativo*	0,133	0,946
Estatuto Informacional X Modalidade	Interrogativo*	0,183	0,728
	Contrastivo*	0,135	0,933
	Explicativo*	0,103	0,933
Estatuto Sintático X Referenciação	Interrogativo	0,447	0,000
	Contrastivo*	0,203	0,746
	Explicativo*	0,125	0,720
Estatuto Sintático X Tipo de Frase	Interrogativo*	0,138	0,882
	Contrastivo	0,347	0,038
	Explicativo*	0,167	0,558
Estatuto Sintático X Função da Frase	Interrogativo	0,669	0,000
	Contrastivo	0,477	0,004
	Explicativo	0,582	0,099
Estatuto Sintático X Estatuto Morfológico	Interrogativo	0,725	0,000
	Contrastivo	0,641	0,000
	Explicativo*	constante	constante
Estatuto Sintático X Modalidade	Interrogativo	0,327	0,075
	Contrastivo*	0,200	0,785
	Explicativo	0,322	0,078
Estatuto Morfológico X Modalidade	Interrogativo	0,408	0,294
	Contrastivo	0,427	0,435
	Explicativo	0,366	0,241
Modalidade X Referenciação	Interrogativo	0,350	0,008
	Contrastivo	0,264	0,302
	Explicativo	0,203	0,290
Modalidade X Função da Frase	Interrogativo	0,507	0,105
	Contrastivo*	0,464	0,549
	Explicativo*	0,671	0,717
Modalidade X Tipo de frase	Interrogativo*	0,158	0,804
	Contrastivo*	0,173	0,672
	Explicativo	0,220	0,209
Referenciação X Tipo de Frase	Interrogativo*	0,183	0,723
	Contrastivo	0,167	0,375
	Explicativo*	0,062	0,688
Referenciação X Função da Frase	Interrogativo	0,569	0,018
	Contrastivo	0,408	0,419
	Explicativo	0,723	0,015
Tipo de Frase X Função da Frase	Interrogativo	0,504	0,330
	Contrastivo	0,690	0,000
	Explicativo*	0,368	0,842
Contexto imediato anterior da expressão X Contexto imediato posterior da expressão	Interrogativo	0,469	0,002
	Contrastivo	0,532	0,000
	Explicativo	0,551	0,004

Quadro 6: Correlação entre os fatores lingüísticos e os tipos de marcador de ênfase é que

⁹⁰ Valor significa a força de correlação entre as variáveis.

Apesar de não ter priorizado os dados estatísticos para a análise da correlação entre os fatores e os tipos de marcador de ênfase *é que* nesta pesquisa, como se vê adiante, evidencio também a importância da análise quantitativa numa investigação lingüística, valendo-me de Givón (1984, p.10-11), para quem ela é a condição

“*sine qua non* para descobrir as condições comunicativas segundo as quais se dão várias estruturas sintáticas - ‘ou regras’. No primeiro momento, a análise de uma cláusula só diz ao lingüista que algumas estruturas são possíveis, podem ocorrer. Não diz, com efeito, nada acerca do contexto e do propósito de sua aparição, ou de quão freqüentemente essas estruturas aparecem em comparação com outras que aparentemente cumprem a ‘mesma’ ou semelhante função. Finalmente, o estudo sistemático e quantificado da sintaxe no discurso serve como uma transição necessária e natural para relacionar a língua e a comunicação com os processos cognitivos”.

Por fim, a freqüência de cada fator e a relevância estatística deram suporte à análise qualitativa que visava traçar o possível percurso do *é que*, observando as propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas estudadas, posto que, segundo Traugott & Heine (1991), quanto mais freqüente é a forma lingüística, mais probabilidade ela tem de se gramaticalizar.

PARTE IV

CORRELACIONANDO OS ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E SOCIOCULTURAIS MOTIVADORES DA GRAMATICALIZAÇÃO DO *É QUE*

Discussão dos Dados e Resultados

CAPÍTULO 1

Busca da proto-construção do *é que*: do Português Antigo ao Português Moderno

Neste capítulo, apresento a frequência e a análise dos dados que buscam indícios da origem e do percurso de gramaticalização da expressão *é que*, referentes às construções de uso do Século XII à primeira metade do Século XIX. Visando a uma análise mais compacta, verifico as construções que tenho por hipótese como embrionárias, ou as que são defendidas por outros autores como tal, segundo os períodos da história do português: Português Antigo (Séculos XII, XIII e XIV), Português Médio (Séculos XV e XVI), Português Clássico (Séculos XVII e XVIII) e Português Moderno (1ª metade do Século XIX)

1. Português Antigo

Segundo Cardeira (2006), até o fim do Século XII, a tradição escrita na Galiza e na Lusitânia era o latim. Essa língua gozava de um prestígio como modalidade escrita exclusiva das instituições eclesiásticas e oficiais, durando até o início do Século XIII.

Nesse período, segundo Martins (1999), há a notícia do primeiro documento histórico registrado em galego-português, a “*A Notícia de fiadores*” de Pelagio Romeu, do Mosteiro de São Cristóvão do Rio Tinto. Porém, no início do reinado de D. Dinis, no Século XIII, a Chancelaria régia adotou o português como a língua escrita dos diplomas reais e particulares e das leis gerais e locais. (cf. CARDEIRA, 2006)

Dentre a produção documental primitiva mais difundida na história da língua portuguesa, encontram-se os documentos que demonstravam as duas tradições: uma escrita que oscilava entre as formas latinas e romances, ilustrada na “Notícia de Torto”, documento do Mosteiro de São Salvador de Vairão, notário datado possivelmente de 1211(1216?); e a escrita de um português com escolhas e convenções mais niveladas, ilustrada no “Testamento de Afonso II”, da Chancelaria régia, datado de 1214.

Além desses documentos da história do português, destaco, no Português Antigo, como representantes raros da prosa escrita “A Demanda do Santo Graal”, do Século XIII, e os “Diálogos de São Gregório Magno”, do Século XIV.

1.1. Construções afins no Português Antigo

Como já citei, o “latim não traduz a forma *é que*” (CART *et alii*, 1986). Então, sendo assim, o sentido lexical dessa forma deve ser encontrado só no português.

Em trabalho anterior, Figueiredo-Gomes (2005), em estudo piloto que buscava a origem da expressão *é que* na língua portuguesa do Século XIII, encontra fortes indícios do início do percurso de gramaticalização, a partir do sentido lexical das formas “intercambiáveis” *ser* e *haver* com o sentido de “existir” associados ao *que* com função sintática específica na frase em que se encontra, presentes em (01)⁹¹:

(01) Contexto: Galaaz faz a vontade do escudeiro em torná-lo cavaleiro

Entan tornaram aa abadia, e os frades saírom contra ele e receberom-no mui bem, e preguntarom-no, o escudeiro, porque tornara alá; e el disse que tornava polo fazer cavaleiro e por veer a aventura **que i havia**. E Galaaz, tanto que deceu, preguntou se poderia veer a aventura **que ali era**.

(Então tornaram à abadia, e os frades saíram ao encontro dele e receberam-no muito bem, e perguntaram ao escudeiro por que tornara para lá; e ele disse que tornava para se fazer e para ver a aventura que ali havia. E Galaaz, quando ele deceu, perguntou se poderia ver a aventura que ali era. [= existia])

(DSGr, p.58)⁹²

Observa também, baseado em (02), que, estruturalmente, o comportamento de *haver*, no Século XIII, é o mesmo das estruturas com *seer*, e tal como as formas atuais com *ser* (...) *que* nas formas ditas “clivadas”, dada a mobilidade do verbo.

(02) a. - Esta **á** das grandes maravilhas **que** vimos peça há.

(- Esta é uma das grandes coisas admiráveis que há pedaço vimos.)⁹³

(DSGr, p.39)

b. (...) e Estor e Percival, que o já outra vez viram e queriam veer antre tam gram companhia como alá era asũda **se haveria** alguém **que** desse cima a aquela ventura.

*(e Estor e Percival, que já o viram outra vez e queriam ver ante tão grande companhia como para lá estava reunida **se haveria** alguém que desse fim àquela aventura.)*

(DSGr, p.25)

c. E por essa maravilha vierom i muitas vezes muitos homẽes bõos , e nunca i tal foi que se nam achasse mui mal, ca, tanto que ouvia a voz, nom havia poder de levar do lugar; e taes i **havia que** morriam; e taes que viviam, mas estes eram poucos.

(E por essas coisas inexplicáveis vieram aí, muitas vezes, muitos homens bons, e nunca lá foi tal [= esse] que não se achasse muito mal, porque, quando ouvia a voz, não havia poder de levar do lugar; e tais lá havia que morriam; e tais [= outros] que viviam, mas estes eram poucos.)

(DSGr p.58)

d. - Senhor, diz el, fazed-me cavaleiro, por Deus, ca vos digo lealmente, segundo Deus, nom já por me louvar, que, pela ajuda de Deus, que será em mim mui bem empregada cavalaria, segundo a força e o ardimento **que** em mim **há**.

(- Senhor, diz ele, fazei de mim um cavaleiro, por Deus, porque vos digo lealmente, segundo Deus, não já por me louvar, do que, pela ajuda de deus, que será em mim muito bem empregada cavalaria, segundo a força e o ardimento que em mim há.)

(DSGr, p. 58)

O exemplo (02a) apresenta o uso do verbo “*á*” (= há) que, funcionando como cópula, liga o sujeito “esta” (equivalendo, anaforicamente, a “esta maravilha”) a um atributo descritivo, no caso “das grandes maravilhas”, que, por sua vez, é seguido pelo *que*, como

⁹¹ A numeração dos exemplos da análise foi reiniciada.

⁹² Os exemplos (1) e (2) estão codificados diferentemente devido fazer parte de outra amostra.

⁹³ Tradução livre para as ocorrências cujo português difere do uso atual.

pronome relativo, o qual, semanticamente, é de natureza anafórica e, do ponto de vista sintático, exerce uma função específica na frase, integrando a frase seguinte “vimos [as grandes maravilhas] peça há” a anterior.

Já os exemplos (02 b, c e d) apresentam o uso do *haver*, nas formas “*haveria*”, “*havia*” e “*há*”, existencial⁹⁴, e o “*que*” como pronome relativo, funcionando sintaticamente como sujeito, em *b* e *c*, e objeto direto em *d*.

Destaco o exemplo (02c), cuja estrutura apresenta a mobilidade do verbo ao lado do pronome relativo na construção “*havia que*”; permitindo uma leitura possível da integração: *havia que* > *era que* > *é que* (expressão atual em estudo).

Feito esse preâmbulo, passo, então, a apresentar a frequência dos dados das, aqui denominadas, *construções afins* analisadas do Português Antigo, que envolvem: *O QUE ... SER* (PC); *SER O QUE* (PCI); *SER QUE* (o *que* como pronome relativo, como conjunção integrante; ou da construção *é que*).

A Tabela 1, a seguir, traz a frequência dos usos das construções em questão no Português Antigo, referentes aos Séculos XII, XIII e XIV, para uma visão panorâmica dos dados.

PERÍODO		SÉCULO XII	SÉCULO XIII	SÉCULO XIV	TOTAL
CONSTRUÇÕES					
DEM + SER + SN + QUE		02	18	11	31
SER + DEM + QUE	O (s)	-	05	05	10
	Outros	-	-	10	10
Q + SER + DEM + QUE ?		-	01	01	02
O QUE ... SER		-	04	04	08
SER QUE	“Fórmula”	-	04	02	06
	Ser + CI	-	03	02	05
	MOD + Ser + CI	-	-	03	03
TOTAL		02	35	38	75

Tabela 5: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no Português Antigo

Os dados da Tabela 5 estão analisados, a seguir e em seções separadas, conforme o século do agrupamento do Português Antigo.

⁹⁴Verbo existencial é aquele que expressa o desejo do falante de indicar a emergência ou existência positiva de uma entidade. (cf. PEZATTI, 1992) *Seer e haver*, no Século XIII, possuem valor etimológico de verbos existenciais, de posse, de permanência, funcionando também como *estar*, *ficar*, *andar* e *ter*, entre outros. (cf. MATOS E SILVA, 1989)

1.2. Século XII

Analisando frases que continham as *construções afins*, ou seja, aquelas construções mais comuns em que há o encontro do verbo *ser* e o elemento *que* presentes na expressão em estudo, encontrei, já na segunda metade do Século XII, dois exemplos que apresentavam esses elementos em uma construção que se aproximava do uso atual das frases ditas “clivadas”. Veja os exemplos (03) e (04):

(03) Contexto: Início da Notícia de herdades doadas por Pelagius Suerij
Hec est notitia de heritates **quaes** ego pelagius suerij cognomento romue dedi uxori mee sanchia anriquiz, pernomintas/ por suas arras. xij, casales e una quintana.
 (Esta é a notícia de herdades que eu, Pelagio Suerij, nome da família de Roma, dei a minha esposa Sanchia Anriquiz, a título de arras, doze casais e uma quinta.)

(001.XII.0519.NHE-GOP)

(04) Contexto: Início de uma Notícia de partilhas
In Christi nomine. Amen. Hec est notitia de partiçon e de devison **que** fazemos antre nos dos erdamentos e dos cout[os] e das onras e dos padroadigos das eigreijas que foron de nosso padre e de nossa madre em esta maneira:
 (Em nome de Cristo. Amém. Esta é a notícia de partilha e de divisão, que fazemos entre nós, das herdades e dos coutos e das honras e dos padroados das igrejas, que foram de nosso pai e de nossa mãe, nesta maneira:)

(002.XII.0193.AUP-GOP)

Como início de documentos notariais, a estrutura dos dois exemplos é a mesma. Eles têm a forma *hec*, que, em (1), vem abreviada no manuscrito por **h**, e que foi desenvolvida na transcrição com as letras em itálico *-ec*. Porém, em outros documentos, nesse início, vêm os demonstrativos latinos *hoc* (= este, isto) ou *hic* (= aqui, este, isto), que em latim eram também escritos *haec*. Faço lembrar que, na época, a língua de prestígio continuava a ser o latim, portanto creio que *hec* se trate de uma tentativa de simplificação do demonstrativo latino ou de uma aproximação do romance falado, para os documentos serem compreendidos pelos falantes portugueses. Desse modo, ele é seguido de um sintagma nominal e, este, pelo relativo *que*, diferenciando-se em (1) pela forma também desenvolvida **q[uaes]**. Então já seria possível existir a estrutura SER X QUE ..., própria das clivadas atuais, embora antecedida de demonstrativo com valor dêitico espacial, referindo-se, no caso, cataforicamente, ao texto documental (portanto, contexto físico) ora apresentado.

Ressalto que, em 138 linhas analisadas no total de 10 documentos, havia 26 ocorrências de frases relativas com a presença do elemento *que*. Ou seja, as relativas estavam presentes em 19% das linhas. Elas apareciam com *est* (= ser, estar – 02); *foron* (= pertenciam – 01); *ouuer* (= ter – 02); *habeo* (= havia – 02); e *auem* (= tem – 01), que, na época, eram verbos existenciais, portanto intercambiáveis com o *ser*.

1.3. Século XIII

Nos dados do Século XII, há a ocorrência de dois únicos usos envolvendo os elementos *ser* e *que* por meio da construção SER + SN + QUE, antecedida por um demonstrativo que é o núcleo do sintagma nominal sujeito. Já no Século XIII, mais da metade dos usos das construções afins (51,4%) apresentam esta estrutura, como nos exemplos (5) e (6). O demonstrativo também está presente em outras duas construções (17,9%), interpondo o *ser* e o *que*, como em (07) e (09). Essas três construções totalizam quase 70% das ocorrências, sugerindo, pois, pela alta frequência, uma tendência de contigüidade e uma possível convivência entre os três elementos envolvidos, fortes candidatos à gramaticalização da forma atual *é que*.

O exemplo (5), ilustrado pelos inícios de documentos religiosos e oficiais, registrados, geralmente, nos mosteiros, apresenta-os com a forma gráfica variada, dependente do escriba, para a concordância nominal dos demonstrativos com o sintagma nominal presente entre o *ser* e o *que*: *hec* (= esta), usada para o feminino em (5a) e em (5b); e outras formas *hoc* (= este) e *Jstas* (= Estas), usadas, respectivamente, para o masculino e para o plural feminino. O verbo *ser* na 3ª pessoa concorda em número com o demonstrativo presente na função sintática de sujeito, embora o pronome tenha o valor dêitico espacial, referindo-se cataforicamente ao texto como um todo. As formas *qi*, *quod* e *que*, registradas ao sabor do escriba ou diferenciadas na escrita diplomática ao preenchimento da forma **q̄**, presente nos manuscritos, representam o pronome relativo, *que*, sintático-semanticamente, refere-se anaforicamente ao sintagma nominal que o intercala com o *ser*, e o substitui na frase em que está, funcionando como complemento direto do verbo.

(05) a. Contexto: 'Notícia de manda' de Margarida Garcia

(*) *hec* **ee** nuntia di mada **qi** fiz margarida. garcia cū seu maridu. seu curpu e sa irdadi e cūiū a sabir cal. mād<a>u a taroucela

(Esta é a notícia de manda que fez Margarida Garcia com seu marido seu corpo e sua herança e convém saber qual mandou a Taroucela...)

(001.XIII.0520.ADEP-GOP)

b. Contexto: Testamento de Petrus Martinj

/ Hec **est** mada **quod** fecit Petrus martinj.

(Esta é a manda que fez Petrus Martinj.)

(004.XIII.0527.ADEP-GOP)

c. Contexto: 'Finto dos casais de Lijó' que são propriedade do mosteiro de Pedroso

(*) *Hoc* **est** fito de casales de / eiligoo **que** tenet / Alfōsus didaci de monasterio / de pedroso ...

(Este é o finto de casais de Lijó que tem Alfonso dado ao Mosteiro de Pedroso)

(002.XIII.0521.ADEP-GOP)

d. Contexto: Relação de dívidas de Petrus Martinj e sua mulher Sancia Martinj

Jstas **sunt** debitas **que** debet dare Petrus martinj cognamento pimentel que fecit ñ simul / cum meã mulier Sancia martinj. In primis ...

(Estas são as dívidas que deve dar Petrus Martinj sobrenome Pimentel que fez junto com sua mulher Sancia Martinj. Primeiramente....)

(005.XIII.0527.ADEP-GOP)

A construção DEM + SER + SN + QUE ocorre também em outros contextos não introdutórios de documentos, como em (6a), um excerto do Foro Real de Afonso X. Diferentemente, o demonstrativo é anafórico, recuperando, à guisa de resumo, informações⁹⁵ para a definição ou identificação do sintagma nominal, no caso “*a nossa fé catholica*”. Com função semelhante, a construção também aparece na novela de cavalaria “A Demanda de Santo Graal”, como nos exemplos (6b) e (6c). Neles, há as concordâncias nominal e verbal iguais a do português atual. Em (6b), o segundo uso da construção afim apresenta o demonstrativo posposto à cópula, não como um determinante do sintagma nominal vizinho – os “*três cavaleiros*”, mas o identificando anaforicamente com “*Os três touros*”. Essa posposição já indicia a possibilidade de uso do demonstrativo como referenciador, intercalando o *ser* e o *que*.

(06) a. Contexto: Da santa Trindade e da fé católica

Segundo natura que fillou, quis morrer, quanto carne, por nos saluar, e soffreu fame e sede e fryo e outros traballos muytos e recebeu morte na uera cruz e, dementre que a carne foy morta, a alma dele decêdeo aos infernos e sacou ende os sanctos e os fiees seus, e depoyos resucitou-se en carne e amostrou-se aos seus dicipulos e comeu com elles e leyxous confirmados en sa fe sancta catholica e subyo aos ceus en corpo, en dignidade e ende uerrá na cruz en este mundo dar juyzo aos boos e aos maos, e áquel juyzo uerremos todos en corpos en almas e receberemos ben os boos e galardõ de gloria de ben que fezermos por sempre cõ nostro Senhor Ihesu Christo, e os maus rêceberã pẽa cõ nos maos dyaboos por sêpre *unde* nõqua sayrà. *E esta é a nossa fé catholica, que firmemente teemos e cremos*. E cuida á fe guardar (e) a eygreya de Roma, que a manda guardar come sacrafiço de nostro Senhor Ihesu Christo, que se faz subello altar pello sacerdote que dereytamente é ordiãdo e como do baptismo e dosoutros sacramentos da sancta eygreya. (+)

(*E esta é a nossa fé católica que firmemente temos e cremos. ...*)

(001.XIII.0007.FRAX-GOÀ)

b. Contexto: Exposição do ermitão sobre os três touros da visão de Galvão

(...) O terceiro, u houvera já sinal de malha, este era Boorz, que peça havia que errara sua virgindade, mas depois o corregeo em guisa que tam bem guardou sua castidade que todo aquel erro foe perdoado. Os três touros eram liados polos corpos: *sam estes três cavaleiros que já sam assi liados de humildade* que já soberva nom pode a eles entrar. Os outros touros que diziam: << Vaamos buscar melhor pasto que este é >>, *estes sam os companheiros da Távola Redonda que disserom*, em dia de Pintecoste: << Vaamos aa demanda do Santo Graal e seremos avondados das honras no mundo e do manjar celestial que a graça do espírito Santo envia a aqueles que saem aa mesa do santo Graal. (...)

(...são estes três cavaleiros que já são assim ligados pela humildade que já a soberba não pode neles entrar... estes são os companheiros da Távola Redonda que disseram no dia de Pentecoste:)

(002.XIII.0126.DSGr-GOE)

(003.XIII.0126.DSGr-GOE)

c. Contexto: Galaaz recebeu o escudo que lhe enviaram e partiu

(...) Depois que foi armado e que subiu em seu cavalo e deitou seu escudo ao colo comendou os frades a Deus e foi-se. E Ivam o Bastardo, que estava já armado por sobir em seu cavalo, disse que lhe faria companhia. E el disse que lho guardecia muito, mas non queria que niũ fosse com ele senam o escudeiro e o irmitam. Sem falha o irmitam andava sempre após ele, quando longe e quando perto, e contava-lhe cada dia as vidas dos padres santos e as estórias antigas. E contou-lhe donde era e de qual linhagem e de quaes cavaleiros. E contou-lhes de Josep e

⁹⁵ Informação compreende o que é “dito/escrito, sejam fatos/eventos ou argumentos/idéias. Todas essas unidades seguem uma organização linear no discurso.” (TAVARES,2003, p.20)

de rei Mordaim e de Naciam e de quaes homẽes foram e de quaes cavaleiros e de qual amor Nosso Senhor os amara. *Esto era a cousa que el de grado mais do mundo que escuitava* e que o mais confortava, e tanto havia gram sabor de o ouvir que rem do mundo nom lhe prazia tanto. (+)

(*Isto era a coisa que ele com maior agrado do mundo que escutava e que mais o confortava, ...*)

(009.XIII.0054.DSGr-GON)

Ainda nesse tipo de construção, aparece, como em (6c), o demonstrativo invariável *Esto* (= isto), usado como referenciação anafórica. Também há a ocorrência de uma relativa com um núcleo nominal geral, do tipo “a cousa”. Segundo Dik (1997), esse tipo é um dos exemplos prototípicos de construções clivadas, como e.g.: “*John’s watch was the thing that Peter found in the garden.*”, cujo núcleo nominal é “*the thing*” (= a coisa) e trata-se, portanto de um nome geral. Para o autor, os núcleos nominais gerais e classificatórios, do tipo *thing*, *person*, *that*, *one*, etc., estão presentes na estrutura subjacente da oração.

Segundo Dik (1997), as clivadas prototípicas são por natureza construções identificadoras, em que uma entidade é identificada com outra. Em (6c), a entidade descrita por “*era a cousa que el de grado mais do mundo que escuitava*” é identificada como sendo a entidade descrita por “*Esto*” (= isto), um demonstrativo invariável que é usado como uma referência anafórica, que, por sua vez, remete às informações anteriores sobre a origem de Galaaz contadas pelo ermitão.

Surge, já no Século XIII, uma outra construção com o uso do demonstrativo, agora em posição intercalar, em frase interrogativa. O sintagma nominal da construção afim anterior é substituído por um demonstrativo: SER + DEM + QUE, como em (07):

(07) Contexto: Como os que procuravam as seedas (= cadeiras) as acharam.

E os que os contarom acharom todas CL seedas compridas fora duas e disseram-no a el-Rei. E el-Rei tendeu as mãos contra o céu, e disse:

- Jhesu Cristo, Padre, Senhor de todas as cousas, beento sejas tu que me leixaste tanto viver a Távola Redonda comprida, que nom falecessem ende fora dous.

Entam disse a aqueles que as seedas haviam de catar:

- *Quaes são esses que falecem?*

- Senhor, disserom eles, Tristam e a seeda perigosa, que nom é comprida.

(- *Quais são esses que faltam?*)

(003.XIII.0029.DSGr-GON)

Embora seja um único caso, merece ser comentado antes do outro mais freqüente por sugerir a evolução SN > DEM (*esse > o*). Comparando (07), mais especificamente, com (26) e (27) da Parte I, que retomo como exemplo (08), pergunto: não seria essa a proto-construção das atuais interrogativas com *é que*?

(08) a. “Foi **você** que leu o livro.” “**Quem** foi que leu o livro?”

b. “É **na escola** que você vai.” “**Onde** é que você vai?”

Vejo que o elemento interrogativo-Q simples (*Quaes*), que busca a informação desconhecida de (07), é reforçado por uma estrutura típica de clivagem – *SER ... QUE* – cuja cópula procura identificar a informação que é orientada enfaticamente pelo demonstrativo *esses*, que, por sua vez, retoma o que foi dito na frase anterior. Assim sendo, esse dado do Século XIII pode alimentar a hipótese de emergência da interrogativa com *é que* postulada por Lopes-Rossi (1993), embora com a ressalva de que já nesse século, havia clivagem na interrogativa, contudo sem o *é que*.

A terceira construção a que me refiro no início da seção trata-se do que Longhin (1999) e Costa e Duarte (2001) chamam de “pseudo-clivada invertida”, cuja estrutura é *SER + O + QUE*, como ilustro em (09):

(09) a. Contexto: Como Galaaz entrou no paço e acabou a seeda [= cadeira] perigosa.
 (...) - Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquei que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Baramatia, per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima.
 E desto que o homem bõ disse foi el-rei mui ledo. E disse:
 - Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, *ca este é o que há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal*. Nunca foe feito em esta casa tanta honra, como lhe nós faremos. E quem quer que ele seja, eu querria que lhe veese muito bem pois de tam alto linhagem vem como vós dizedes.

- Senhor, cedo o veredes em bõ começo. (...)
 (... *porque este é o que há de dar fim às aventuras do Santo Graal.*)

(004.XIII.0030.DSGr-GON)

b. Contexto: Como o rei iniciou o trebelho [= torneio]
 (...) Este trebelho desta justa durou atee hora de véspera. Entam mandou el-rei que se partissem ca se temia de viir a acima algũ eixeco. E disse-lhes que se fossem desarmar, e fez tolher o elmo a Galaaz e deu-o a Boorz de Gaunes que lho tevesse, *ca aquele era o em que ele havia fiúza mui grande*, que sempre fora em sua honra e em sua ajuda. (+)

(...*porque aquele era o em que ele tinha confiança muito grande, que sempre fora em sua honra e em sua ajuda.*)

(006.XIII.0034.DSGr-GON)

c. Contexto: Descendência de Dom Tello
 Este dom Tello foy casado com dona Maria filha do iffamte dom Affomssso de Portugall e de dona Viullante filha do iffamte dom Manuell e de dona Costança d’Aragom, e fez em ella dona Isabell. Esta dona Isabell se uê casada com dom Joham Affomssso o boo d’Albuquerque, e fez em ella dom Martinho. *Este dom Joham Affomssso foy o que trouuerom no ataúde os iffamtes suso ditos* e outros muitos boons como se mostra em este titullo parrafo XII hu está tall sinall. (+)

(*Este dom João Afonso foi o que trouxeram no ataúde os infantes antes ditos e outros muitos bons ...*)

(002.XIII.0279.LDL-GOR)

d. Contexto: Tomada de Tavira
 (...) delle. foi esta batalha r os moros mortos e Tavira ganhada aos moros aos onfe dias de junho por dia de faõ barnabe na era de ml e duzentons e quarenta e dois annos e tomada a villa a deichou ho mefre fegura e tornou com munta gente as antas honde jaziaõ os cavalleiros mortos e com grandes zemidos e dor os tirarão dante os moros que jaziaõ os corpos delles lançados no fangue com as elpadas nuas e troucheraõnos á Villa e fizeraõ na melquita mor Igreja de Santa Maria e mandou fazer um moymento em que poz sete efcudos com as vieiras do Senhor Santiago e alli foraõ fobterrados todos seis e o mercador com elles *os nomes dos quaes faõ os que se leguem* dom Pero Paes commendador mor Mem do Valle, Damião Vaz Alvaro Gracia Estevaõ Vaz Vallerio de Offa e o mercador Gracia Rodriguez cujos corpos foraõ despois tidos em grande reliquia e reverencia e devoção como a martyres que elpargeraõ feo fangue por honrra da fee de Jezus Chrito.

(...*e ali foram enterrados todos os seis e o mercador com eles os nomes dos quais são os que se seguem ...*)

(001.XIII.0092.CDPC-GOR)

Segundo Longhin (1999), as construções da pseudo-clivada invertida só surgem no Século XV, no Cancioneiro Geral de Garcia Resende; embora a autora afirme que as referidas formas já existam, de modo embrionário, desde o Século XIII⁹⁶.

O exemplo (09) apresenta, já no Século XIII, o período de surgimento da estrutura originária do *é que* como sendo fins do Século XVIII ou início do Século XIX, defendido pelo gramático Bueno de Sequeira (1954), para quem resultou da derivação *é o que > é que*. Há, no exemplo (09a), também a presença do demonstrativo “*este*”, na função de sujeito da frase explicativa, que se refere ao dito na frase anterior pelo falante, ou seja, “*o cavaleiro*”. Assim, numa estrutura identificacional⁹⁷, o elemento “*o*” remete anaforicamente ao termo “*este*”, que também é essencialmente anafórico; há, portanto, uma anáfora remetendo-se à anáfora, como uma estratégia de reforço, de esclarecimento, de ênfase ou mesmo de manutenção do tópico.

Lembro que Said Ali ([1921]2001, p. 212), analisando a concordância, corrobora essa emergência, ao afirmar que a construção paralela (*é o que*) da sintaxe latina considera o pronome demonstrativo apenas como intermediário, e que “o latim freqüentemente calava o pronome demonstrativo antecedente”; liberdade esta que, segundo o gramático, “a língua portuguesa usada até fins do século XVIII não se prevalecia”. Essa estrutura pode ser o mais forte indício da origem do *é que*.

Mais recentemente, já à luz da Lingüística, Lopes-Rossi (1993) explica que a estrutura *é o que* pode vir do fato de o sintagma complementador (CP) “encaixado das sentenças clivadas que focalizam o sujeito ou objeto poder ser ocupado pelo pronome relativo ‘o que’, já que a sentença adjacente ao constituinte focalizado, nesses casos, é reconhecida como uma sentença relativa” (p. 318). Observo que a autora apresenta os elementos *o + que* como o pronome relativo, corroborando o que afirma Said Ali ([1921] 2001), sobre a equivalência de *aquele que = o que = que*.

Sobre essa equivalência, Brito e Duarte (2003) comentam que tanto a tradição gramatical como os estudos lingüísticos admitem que *o que* pode constituir uma forma única como também há a possibilidade de cisão da seqüência por meio de uma preposição, como em (09b). Assim, *o e que* podem ou não sofrer um processo de reanálise: se houver, formam um complexo, um constituinte contínuo; se não sofrerem reanálise, uma preposição pode surgir entre eles.

⁹⁶A amostra de Longhin inclui textos poéticos (modalidade textual não incluída no COMTELPO). O exemplo da estrutura citada é: “Mas *o erro que fazeysl he o que* me da payxam...” (Cancioneiro Geral de Garcia Resende, p.32).

⁹⁷Termo usado por Dik (1997) e Costa e Duarte (2001).

Os exemplos (09c) e (09d) apresentam casos em que, como os outros registrados com essa construção, há a concordância do verbo *ser* com o sujeito, que geralmente é uma informação evocada, e com os demonstrativos que remetem a esses sujeitos. Eles ocorrem mais em porções de texto mais descritivas em relação às ações, aos eventos, à localização e à identificação dos participantes da narrativa ou, mesmo, dos comentários avaliativos nela presentes.

Assim como os dados de Longhin (1999) acusaram mais tardiamente o aparecimento da “pseudo-clivada invertida”, também o fizeram com as “pseudo-clivadas” (PC), dando conta da sua primeira ocorrência no Século XIV: “**O que** Santa Maria mais despraz,/ *é de quem ao seu fillo pesar faz.*” (Cantigas de Santa Maria, p.12). Diferentemente dos dados da autora, os dados da amostra do COMTELPO já apresentam, no Século XIII, usos das construções hoje denominadas “pseudo-clivadas”, dos quais destaco os presentes em (10):

- (10) a. Contexto: A descendência dos fidalgos que estiveram nas lides com Gomçallo Meemdez
 (*título resumo) *Os que foram em estas lides som estes*, e todos os fidalgos que ora há em Portugall e a mayor parte dos de Castella e de Galliza deçenderom delles : primeiramente dom Affomso Ermigit de Bayam que he no titullo XL de dom Arnalldo, dom Godinho Fafez o Velho que he no titullo XXXIX de Fafez Luz, (...) (*Os que estavam nestas lides são estes, e todos os fidalgos que ora há em Portugal e ...*)
 (004.XIII.0280.LDL-GOR)
- b. Contexto: Dos casamentos
 (*) Estabelecemos e mandamos que todos os casamentos se façam per aquellas parauoas que manda a sancta eygreya e *os que casarẽ seyã taes que possa casar sã peccado*, e todo casamento faça-sse conhoçudamẽte e no furto e diguisa que, se for mester, sse possa prouar por muytos. E quẽ a furto fezer casamento peyte c marauedis a elrrey ...
 (... e *os que casarem sejam tais que possa[m] casar sem peccado, e todo casamento faça-se conhecidamente ...*)
 (002.XIII.0009.FRAX-GOA)

Esses dois exemplos de pseudo-clivadas do Século XIII têm o foco informacional incidindo sobre o sujeito “*estes*” (10a) e “*taes*” (10b), que, morfologicamente, são demonstrativos. O elemento “*o*” remete à informação anterior e estabelece uma relação coesiva com a frase relativa que o seqüencia, predicando, por meio da cópula, o sujeito. Segundo a hipótese de Casteleiro (1979), a expressão *é que* deriva das PCs. Sendo assim, o percurso de gramaticalização da expressão *é que* já se iniciaria, segundo os dados da amostra do COMTELPO, no Século XIII, quando já se encontra esse tipo de construção.

Os dados amostrais desse século apresentam alguns usos da construção SER + QUE, presentes em (11) a (14), que merecem uma maior discussão.

Como o exemplo (6c), a palavra “*cousa*” também está presente em (11), como núcleo nominal genérico, a que se referem as relativas em questão.

(11) Contexto: Como o cavaleiro disse a Galaaz que ou o matasse ou ele o mataria.

Galaaz catou o cavaleiro que de tam gram coração lhe pedia, e nom sabia que responder porque cuidou que era gram cousa, e disse-lhe:

- Erguede-vos, cavaleiro: eu vos dou o que me pedistes, *se cousa é que possa eu dar ou deva*.

- Muitas mercees, disse o cavaleiro. Pois ora vos peço que me talhede a cabeça com esta espada que trago, que nom desejarei tanto cousa como de morrer per mão de tam bõõ cavaleiro como vós sodes, ca bem sei que tam bõõ cavaleiro como vós nom me poderá matar.

(- *Erguei-vos, cavaleiro: eu vos dou o que me pedistes, se coisa é que eu possa dar ou deva.*)

(007.XIII.0049.DSGr-GON)

Uma sentença como “*se cousa é que possa eu dar ou deva*” tem interpretação de clivada prototípica no inglês segundo Dik (1997). Ela pode ser comparada com as sentenças citadas por ele: a. *What I found is John’s watch*; b. *The thing I found is John’s watch.*, em que *thing* (= coisa) tem um *status* especial de nome genérico que sugere, segundo o autor, que (11) seja tratada como clivada prototípica. Além disso, (11) tem uma condicional, introduzida pelo conector *se*, que pede um verbo no modo subjuntivo, patrocinado pelo *que*. No caso, o *que* não é um relativo e está funcionando como um subordinante integrante; ou seja, não tem um traço semântico específico, apenas desempenha o papel semântico de conector de frase e, no exemplo, um complementador da frase predicativa, como também o é em (12). Nesse período, o *que* tem uma função apenas gramatical, que já pode ser um indício da trajetória do *que*: pronome relativo > conjunção integrante, da gramaticalização da construção *é que*.

(12) Contexto: Como o rei disse a Lancelot que tirasse a espada do padrom (= pedra tumular) e Lancelot não quis.

E el-rei disse a Lançarot:

- Dom Lançarot, filhade esta espada, ca ela é vossa, por testemunha de quantos aqui estam que vos teem por melhor cavaleiro do mundo.

E quando esto ouviu houve mui grande vergonha e respondeu:

- Senhor, estes me teem pelo melhor cavaleiro do mundo; *certas eu não som que esta espada devo haver*, ca mui melhor cavaleiro ca eu a haverá, e pesa-me que nom som atam bõõ como o que cuidades.

(... *certamente eu não sou que[m] esta espada devo haver, porque muito melhor cavaleiro do que eu a haverá...*)

(001.XIII.0026.DSGr-GON)

Sobre a construção de destaque em (12), Said Ali ([1921]2001, p.212), analisando a concordância verbal do *ser*, trata o *que* como pronome e prescreve: “funcionando o antecedente do pronome *que*, não já como sujeito ou objeto, e sim como predicado do verbo *ser*, faz-se a concordância com o sujeito deste verbo”. Acrescenta o gramático que esse uso já se faz presente “no português antigo, em linguagem quinhentista e seiscentista, e em parte também no português atual”. O exemplo (12) mostra, portanto, que se trata de uso anterior, ou seja, de linguagem trecentista.

Por fim, no Século XIII, é ainda encontrado um uso com o advérbio *assi* (< *ad sic*) que, equivalendo a *assim, nesta maneira, na mesma maneira*, aparece na construção “*assi é que*”, como nos exemplos presentes em (13a., b, c):

- (13) a. Contexto: Como rei Artur armou o trebelho (= torneio) no campo de Camaalot
Entam disse el-rei aos que estavam a cabo dele:
- Amigos, *assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós iredes i cedo*; e porque sei verdadeiramente que ja mais vos nom veerei assuados em minha casa. Assi como agora vejo, quero que aquel campo de Camaalot seja ora começado trebelho tal que depois da minha morte seja contado e onde hajam que retraer nossos herees.
(- Amigos, *assim é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós ireis lá cedo* ...)
(005.XIII.0033.DSGr-GON)
- b. Contexto: Como o escudeiro rogou a Galaaz que o fizesse cavaleiro.
- Ai, Senhor! Eu vos rogo, por amor daquele Senhor cujo sinal vós trazedes em vosso escudo e que em tal sinal prendeu morte, que vós me recebades por vosso escudeiro e que me façades cavaleiro.
- Amigo, disse Galaaz, se eu quisesse companhia de escudeiro nom recearia a vossa. *Mas assi é que eu parti de mim meus escudeiros* porque eu nom quero companhia de niũ, fora pola ventura se me achar assi com alguém que nom possa end'al fazer.
(*Mas assim é que eu parti de mim meus escudeiros, porque eu não quero companhia de nenhum* ...)
(008.XIII.0058.DSGr-GON)
- c. Contexto: Como Galaaz fez o rogo do escudeiro.
Galaaz catou em o escudeiro e vi-o chorar tam feramente como se visse o homem do mundo que mais amava morto ante si e filhou-o de gram doo. E por em lhe outorgou que o faria cavaleiro.
- Senhor, disse o escudeiro, *pois assi é que me outorgades que me faredes cavaleiro*, rogo-vos que me tornedes aa abadia, ca ali haverei cavalo e armas. E nom tornedes alá tanto por mim como por veer ãa aventura que i há, que vós terredes pola maior maravilha que nunca vistes; ...
(... *pois assim é que me outorgais que me fareis cavaleiro, rogo-vos que me torneis à abadia, porque lá* ...)
(009.XIII.0058.DSGr-GON)

Os três exemplos acima permitem uma leitura similar à que se faz do uso atual da expressão *é que*; considerando valores adicionais, tais como:

- a) a função seqüenciadora anafórica-catafórica⁹⁸ do elemento *assi*, ou seja, “ao mesmo tempo em que se volta para o enunciado passado como fonte de informações para o discurso subsequente, direciona a atenção para o enunciado que está por vir” (TAVARES, 2003, p.29);
- b) os valores de *assi* que não só o semântico de modo, como também outros que estão registrados no Glossário de Ramon Lorenzo (1975-77), a saber: *se, como, que*;
- c) o emprego do verbo *seer*, na época, como verbo existencial, de posse, de permanência, cópula, entre outros,
- é aconselhável ter cautela, posto que existem outros exemplos, na mesma obra, que permitem a inserção de termos, como em (14); característica esta que implica não ter havido ainda, nesta época, o processo de reanálise que se aplica à atual expressão *é que*.

⁹⁸Tavares (2003) denomina essa função como “seqüenciação retroativo-propulsora”.

(14) Contexto: O cavaleiro conta a Galaaz sobre a recordação deixada para o rei: um escudo com uma cruz feita do sangue do doador Josefes, filho de Josep Abaramatia, a ser entregue ao postumeiro da linhagem de Naciam.

- Pois *assi é*, disse el-rei, **que** tam bõa renembrancha aqui leixades de vós, dizede-me, se vos aprouver, u leixarei o escudo. Ca queria eu mui de graado que ele fosse posto em tal lugar u o achasse o bõo cavaleiro, quando viesse.

- Direi-vos como façades, disse Josefes. Aí u virdes que Naciam se mandará lançar a sua morte, ali leixade o escudo. E ali verá o bõo cavaleiro ao quinto dia que ordem de cavalaria receber.

- E ora *assi é*, disse o cavaleiro branco a Galaaz, **que** ao quinto dia que vós fostes cavaleiro veeste a este mosteiro u Naciam jaz, e achastes i o escudo.

(- *Pois assim é, disse o rei, que tão boa lembrança aqui deixais de vós ... – E agora assim é, disse o cavaleiro branco ao Galaaz, que, ao quinto dia que vó fostes cavaleiro, viestes a este mosteiro onde Naciam jaz, ...*)

(DSGr, p.57)⁹⁹

Mesmo assim, observando essa sua posição inicial, ou mesmo pospondo os conectivos como *se*, em (11), *mas*, em (13b) e *pois*, em (13c) – conectivos argumentativos por excelência, além dos constituintes “*cousa*” e “*assi*” estabelecendo relações textuais anafóricas/catafóricas, posso aventar a possibilidade de, já no Século XIII, existirem fortes indícios do começo da gramaticalização do *é que* em início de frases.

1.4. Século XIV

No Século XIV, as construções afins com o uso do demonstrativo continuam abundantes, com 69,3% de ocorrências segundo a Tabela 5. Embora a estrutura DEM + SER + SN + QUE tenha menos ocorrência do que o Século XIII, há um acréscimo do uso da estrutura SER + DEM + QUE, com mais de 42% das ocorrências, incluindo a frase interrogativa presente em (17b).

Em (15), os demonstrativos encontram-se na posição inicial de frase, funcionando sintaticamente como núcleo de sujeito e a cópula concordando com ele. Há também a concordância do demonstrativo, em gênero e em número, com o sintagma nominal que intercala a cópula e o pronome relativo.

(15) a. Contexto: Início da carta de venda de uma vinha no termo da Atouguia

Em nome de deus Amen

Esta **he** á Carta de vendiçom e da perduravel firimidõe **A qual** mandamos fazer Eu Martim martiinz E eu Tome martiins seu Jrmão filho de Martim annes de sima de vila A uos Martin simhões e á uossa molher Maria Dominguez de hũa vynha que nos Auemos em Termho dá átouguia (...)

(Esta é a carta de venda e da perdurável firimidão a qual mandamos fazer eu, Martim Martiniz e eu Tomé ...)

(002.XIV.0031.ADP-GOP)

⁹⁹ Codificado diferentemente por não constar dos exemplos da amostra levantada.

b. Contexto: Início da contemplação de São Bernardo

(*) *Esta he a contenplacom que fez o santo sam bernardo segundo as seis oras canonicas do dia. em renenbranca do padecimento do teu senhor ihesu christo que por ty quis padecer muitas cousas. E deues saber primeiramente que se quiseres aproveytar neesta abstinência. conuente de fazer asteença de comer π beuer desordenado. E conuem que te guardes de muito fallar π de alegria uaan. (...)*

(Esta é a contemplação que fez o santo São Bernardo, segundo as seis horas canônicas do dia ...).

(001.XIV.0102.CSB-GOR)

c. Contexto: Apresentação do homem bom que apareceu ao rei Mordaim

(...) E o homem bom lhe disse:

- Sam teu defemdedor por mamdado de Ihesu Christo; eu sam Salustes, aquele em cujo nome e em cuja omrra tu fizeste a rica ygreja na cidade de Sarrar, e vym-te confortar e acomselhar. E emvia-te dizer por mym ho anho, aquele que em tua visão te daua bõs manjares que o lobo te tolhia, que tu vemçeste ho lobo, e ysto foi por ho synall da cruz que tu fyzeste sobre ty, quando te viste halomgado da pena, e emtam te leixou ho lobo. *Este foi ho diabo, que antes te tolhia os bõs manjares que ho cordeiro te daua; estas sam as boas palavras que o omem bom da nave te dezia:* aquele homem bom era ho cordeiro que em tua visam te dava os bõs manjares. E sabe que ho anho de Deus, que por ha terreal lynhajem foy sacryfycado, que veo tam mamso acruz, como ho anho ha morte, este hé Ihesu Christo, filho da Vyrgem.

(Este foi o diabo que antes te tolhia os bons manjares que o cordeiro te dava; estas são as boas palavras que o homem bom da nave te dizia: aquele homem bom era o cordeiro que em tua visão te dava bons manjares. ...)

(003.XIV.0077.JACA-GON)

(004.XIV.0077.JACA-GON)

d. Contexto: Sessão contrária à compra de casas e heranças por fidalgos poderosos

E outros ssy per nos e que outro ssy ouuerom de nos nossa carta quando nos Deus pos em estado de Rey per que lhe confirmamos todos seus boons husos e foros e custumes e que ora nom enbargando todo esto alguuns fidalgos e molheres filhas dalgo e de grande logar e mestre dordees e freiras dellas fidalgos conprarom des huum anno dentro na dita cidade Casas eixidos pera fazer outras contra o ditouso e custume con que a dita cidade foy pobrada no que dizem que rrecebem muy grande agrauamento por que entendem que *esto he cousa que seeria em muy gram desfazimento sseu e de ssuas onrras e beens* por quanto ssom homens mercadores e que viuem per suas mercadorias e vam fora da terra husar dellas. (...)

(e costume com que a dita cidade foi povoada no que dizem que recebem muito grande agravamento por que entendem que isto é coisa que seria de muito grande desfazimento seu e de suas honras e bens por quanto são...)

(002.XIV.0144.LVP-GOE)

Em (15a) e (15b), o demonstrativo “*Esta*” está no feminino singular, concordando com “*a Carta de vendiçon...*” e “*a contemplação*”, e que, no plano semântico, refere-se cataforicamente aos sintagmas nominais, à guisa de apresentação do documento e do assunto, respectivamente. Apesar do uso do pronome relativo “*A qual*” em vez do *que*, a primeira apresentação segue o modelo já presente nos Séculos XII e XIII, caracterizando, assim, uma rotinização desse uso no Português Antigo, que parece generalizar-se, expandir-se do contexto físico para qualquer apresentação, com a função de situar o leitor no plano contedúístico, como mostram os exemplos (15b), (15c) e (15d). Nesses exemplos, a referência do demonstrativo ocorre tanto anaforicamente, como em (15c), “*Este*” se refere a “*ho lobo*”, que é uma informação evocada, quanto cataforicamente, identificando-a por meio do sintagma “*ho diabo*”, que é uma informação nova no texto; “*estas*” se refere ao dito antes no texto com a função de ‘resumo’ e identifica-a depois com o sintagma “*as boas palavras*”. Já em (15d), o demonstrativo “*esto*” (= isto), morfossintaticamente invariável, recupera o dito antes, definindo-o cataforicamente como o nome genérico “*cousa*”, que intercala a cópula “*he*” e o relativo “*que*”. Vejo, neste exemplo que repete a estrutura de (6c) do Século XIII, tanto o uso

de “*esto*” quanto de “*cousa*” como uma escolha, por meio da invariabilidade e generalização, que indicia uma maior abstração se comparados à estrutura identificacional concreta dos exemplos (15a), (15b) e (15c); há, portanto, uma forte candidatura à participação na gramaticalização do *é que* nessa passagem do mais concreto ao mais abstrato, já no Português Antigo.

Conforme a Tabela 5, há, nas estruturas SER + DEM + QUE, o acréscimo do uso de demonstrativos, intercalando o verbo *ser* e o pronome relativo. Embora permaneça constante a frequência da forma *o(s)* do Século XIII, registro, também, nessa posição, a ocorrência dos demonstrativos *aquel(l)*, *aquele*, *aquela*, *aquel(l)es*, *este* e *estas*, que ilustro em (16a) e (16b) do Século XIV.

(16) a. Contexto: Tentação para o bispo D. André sair da castidade.

(...) E pois o judeu que esperto jazia ouviu aquesto e jovesse tremendo con gram medo que avia, aquel spiritu maaos que de todos era senhor fez demandar *quen era aquel que fora ousado d'entrar* e jazer naquel templo en que eles estavam. E pois os spiritus maaos demandarom e viron que aquel que no templo jazia era assinaado e seelado do sinal da cruz, disseron:

- Confujon e vergonha! Confujon e vergonha! Vaso vazio e assinaado do sinal da cruz.

E pois estoo disserom, toda aquela companha dos spiritos * maaos desapareceu e o judeu que aquesto vira levantou-se agiã e veo-se logo pera o bispo e pois achoo-u na eigreja apartoou e perguntoo-u *que tentaçõn era aquela que avia*. E o bispo non lho quis dizer com vergonha.

(... *aquele espírito mau que de todos era senhor fez demandar quem era aquele que fora ousado de entrar e ... e o judeu que aquilo vira levantou-se depressa e veio-se logo para o bispo e pois o achou na igreja, apartou-o e perguntou-o que tentação era aquela que havia. E o bispo não o quis lhe dizer com vergonha.*)

(004.XIV.0103.DSG-GON)

(005.XIV.0103.DSG-GON)

b. Contexto: Apresentação do teor da carta de privilégios de D. Fernando dada a universidade do estudo

(...) *E o teor da dicta clausulla do dicto rey dom Fernando he este que adeante segue*. Outrossi que nos pedio que fosse mercee que mandasemos que todollos juizes que ora som em a dicta cidade de Lixbõa e aos que adeante forem e outrosy o nosso corregedor que ora he em a dicta cidade e que adeante for outrosy os regedores que ora som per nos em a dicta cidade ou que adeante forem ou cada huum destes sobredictos fezesem dar ao dicto estudo paadeyras e vinhateiros e pescadeyros (...)

(*E o teor da dita cláusula do dito rei Dom Fernando é este que adiante segue. Outrossim que nos pediu que ...*)

(003.XIV.0031.LMR-GOA)

c. Contexto: Leitura de uma exposição por Aparício Domingues em nome de D. Dinis sobre o procedimento da revolta do Infante D. Afonso

(...) E logo na hora o dito Appariço Dominguez per mim dito tabelliom fez leer huum rool scripto em papel do qual o tehor he. *Esto he o que agora Elrey faz saber aos seus filhos dalgo e aos seus naturaes e aos seus Conçelhos e aos seu poboos sobre la outras cousas* que lhys já fez saber em quaaes obras lhi andava o Inffante seu filho contra a honra e contra o stado delrrey e em abaxamento de todo se el podesse. (...)

(*Isto é o que agora o Rei faz saber as seus fidalgos e a seu filhos naturais e a seus Conselhos e a seus povos sobre as outras coisas que lhes já fez saber em quais obras andava o Infante...*)

(001.XIV.0136.LMR-GOA)

d. Contexto: Início do Prólogo do Livro das Linhagens do Conde D. Pedro

(*) Em nome de Deus que he fonte e padre damor, e por que este amor nom sofre nenhuuma cousa de mall porêm em seruillo de coração he carreya rreal, e nenhum melhor seruiço nom pode o homem fazer que amalo de todo seu sem, e seu proximo como ssi mesmo, *este preçepto he ho que Deus deu a Moysés na vedra ley*. Porêm eu conde dom Pedro filho do muy nobre rrey dom Denis ouve de catar por gram trabalho por muitas terras escripturas que fallauam dos linhageens.

(*Este preceito é o que Deus deu a Moisés na verdadeira Lei. ...*)

(001.XIV.0230.LLCP-GOE)

Em (16a), destaco duas ocorrências em que há os demonstrativos “*aquel*” e “*aquela*” como sintagmas nominais intercalares da construção afim. Na primeira, o demonstrativo “*aquel*” se refere anaforicamente a “*quen*” (= quem, sujeito pronominal da cópula) que, por sua vez, remete à procura da informação desconhecida/indefinida, constante do sintagma “*aquel spirito maa*” expresso anteriormente; ao mesmo tempo em que “*aquel*” é caracterizado pela informação da relativa que o segue, encabeçada por “*que*”. Na segunda ocorrência, o demonstrativo “*aquela*” encontra-se na interrogativa indireta “*e perguntoo-u que tentação era aquela que avia.*”, em que ele se refere anaforicamente ao sintagma nominal “*que tentação*” que, por sua vez, “funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto”, ou seja, houve a utilização do recurso coesivo chamado de *encapsulamento anafórico*. (cf. CONTE, 2003, p.177).

Em (16b), o demonstrativo “*este*” da construção afim, por seu intrínseco poder dêitico, apresenta a novidade do texto que se refere ao sintagma nominal sujeito “*o teor da dicta clausulla do dicto rey dom Fernando*”, indicando-o, cataforicamente, por meio da relativa “*que adiante segue*”. Já em (16c), há a apresentação do teor da exposição do tabelião, encapsulada anaforicamente pelo demonstrativo neutro “*Esto*” (= isto) e retomado pelo demonstrativo “*o*”, que também se remete à caracterização posposta presente na relativa, representada pela construção afim DEM + SER + SN (> DEM [O]) + QUE. No exemplo (16d), a construção SER + O + QUE é antecedida, não por um demonstrativo nuclear sujeito, mas por um sintagma nominal com uma determinação demonstrativa “*este preceito*”, que se refere anaforicamente à informação anterior, por meio da operação discursiva, denominada por Apothelóz e Chanet (2003, p.132) como “nomeação”, “que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição. Esta proposição recuperada pela nomeação, os autores a chamam de “informações-suporte” desta última.

Ainda em relação ao uso do demonstrativo, apresento exemplos de frases interrogativas, que apresentam, no Século XIV, as estruturas SER + SN + QUE (17a) e SER + DEM (O) + QUE (17b):

- (17) a. Contexto: Convite à Santa Escritura e à conversão a Deus
 (...)Viynde vós, folhos, e ouvide-mee ensinar-vos-hey, que cousa he o temor de Deus; correde, e trabalhade, em quanto haveades lume de vida, nem pella ventura a teebras da morte vos encalcem. E buscando o Nosso Senhor Deus na multidooê do seu poboo o seu obreyro, ao qual esta cousa braada, diz mays: *Qual he o homem, que quer vida perduravil, e cúbica, e quer veer boõs dias?* A qual cousa se a tu ouvires e responderes: Eu. Diz-te logo Deus: Se tu queres haver verdadeira vida e pera sempre, quita e guarda a tua língua de todo maao falar, e a tua boca non fale engano; parte de mal e faze ben, busca e demanda a paz e segui-a.
 (E buscando o Nosso Senhor Deus, na multidão de seu povo, o seu obreiro, ao qual esta coisa brada, diz mais: - qual é o homem que quer vida perdurável e cúbica e quer ver bons dias?...)

b. Contexto: O anjo e a alma em um lugar muito formoso

(...)E então começarão de sobir per elle e uirão outras tantas maravilhas que nõ ha coração que as podesse pensar. E aly uio as noue ordões dos angos e dos archangos e de uirtudes e potestades e de principados e dominações e de tronos e de cherubins e de serafims. E a alma disse:

- *Que cousas **som** estas **que** uejo, tam nobres e tam estranhas em bondade?*

E o anjo disse hũ uesso do psalteiro que diz asy: Ascuyta, filho, e ouue e non ajas cuidado da casa do teu padre, nõ do teu poboo, o Senhor cobijça mujto a tua fremosfera.

(*E ali viu as noue ordens dos anjos e dos arcanjos e de virtudes e potestades e de principados e dominações e de tronos e de querubins e de serafins. E a alma disse: - que coisas são estas que vejo, tão nobres e tão estranhas em bondade? E o anjo disse um verso do saltério que diz assim: ...*)

(003.XIV.0048.GPCA-GON)

O exemplo (17a) apresenta uma construção própria de clivagem na interrogativa, cujo sintagma nominal focalizado é “o homem”, que está intercalando a cópula “he” e o relativo “que”. Segundo o exemplo (17b), há, como no Século XIII, o uso da estrutura SER + DEM + PR, focalizando o interrogativo-Qu, agora acompanhado do elemento “*cousas*”, formando com ele um constituinte interrogativo complexo “Qu + N”. Nesse caso, a pergunta incide sobre as “informações-suporte” anteriores que são enfatizadas pelo demonstrativo co-referente “*estas*” que constituem o complemento do verbo “*vejo*”.

Assim como no Século XIII, o uso das construções hoje denominadas “pseudo-clivadas” continuam com a mesma frequência, ou seja, 04 (quatro) casos, que ilustro apenas com (18):

(18) Contexto: O amor e a amizade na descendência dos homens

(...) E por que nenhuma amizade nom pode ser tam pura segumdo natura come daquelles que desçemdem de huum sangue, por que estes mouemse mais ligeiro aas cousas por omde sse mantem, ouue de declarar este liuro per titollos e per allegações que cada huum fidallgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse amtre aquelles que a deuiam auer. *E o **que** me a esto moueo **forom** sete cousas*. A primeira pera sse cumprir e guardar este preçepo de que primeiro fallamos. A segunda he por saberem estes fidallgoas de quaes descenderam de padre a filho e das linhas trauessas. A terçeyra por seerem (...)

(*...e esta amizade fosse descuberta e não se perdesse entre aqueles que a deuiam haver. E o que me moveu a isto foram setes coisas. A primeira para se cumprir e guardar este preceito de que primeiro falamos. ...*)

(002.XIV.0230.LLCP-GOE)

No Século XIV, há 05 (cinco) ocorrências da construção afim *SER + CI*, embora apareça a novidade de 03 (três) casos cujo verbo *ser* se apresenta no infinitivo, em sua plenitude semântica de núcleo do sintagma verbal, modalizado pelo verbo auxiliar *poder*, como no exemplo (19):

(19) a. CONTEXTTO: Oração de Cristo ao Pai

(...) E depois pensa como e apartou o Senhor deus a ffazer sua oracom ao padre π disse. *Padre meu se podesse **seer que** trepassasse de my este calez desta morte*. enpero padre nom seia facta aa miha uoontade mais a tua seia conprida. E feita a oraçom pensa como disse aos apostollos. Por que dormídes π uellade π orade que nom entredes em tentacom. (...) π oremos. da-nos graça pera fazermos esso enpero a alma he aparelhada π a carne em ferma (*sic*) π priguçosa π toda chea de sono π de comer π de beuer π nom pode sofrer hũa ora de uellar

conpridamente contigo que nom caya em tentacom. Outrossy penssaraz como se tornou aa oracom a ssegunda uez e como te ensina a maneira do corpo π a palaura piadosa π humildosa deitandosse sobre sua face em terra π dizendo. *Padre meu se podesse **seer que** passasse de mym este calez desta morte pero nom seia como eu quero mas como tu quiseres. E aa terceira uez orou esto mesmo π (...)*

(Pai meu, se pudesse ser que trespassasse de mim este cálice desta morte, embora , pai, não seja feita a minha vontade, mas a tua seja cumprida. (...)) *Pai meu, se pudesse ser que passasse de mim este cálice desta morte, mas que não seja como eu quero mas como tu quiseres. ...)*

(002.XIV.0103.CSB-GOR)

(004.XIV.0103.CSB-GOR)

b. Contexto: São Saluste fala sobre a limpeza da nau

(...) Agora te falei já de tua visan, ora te quero falar desta nao e por que deytey por ela agoa, que esta naao foy do diabo, que tu por ho synall da cruz deytaste e, por que foy sua, *nom podia **ser que** algũa vez ha ela nom viesse*, senom fosse lympa, e agora sé lympaa por a agoa e por ho synal da cruz e por ho comjuramento da Samta Trymdade asy que nenhũ maaõ esprito nela emtrarã, (...)

(...porque deitei por ela água, porque esta nau foi do diabo, que tu pelo sinal da cruz deitaste e, porque foi sua, não podia ser que alguma vez a ela não viesse, se não estivesse limpa, e agora está limpa por água e pelo ...)

(006.XIV.0078.JACA-GON)

Em (19a), o verbo auxiliar modal antecedendo a construção afim SER + CI, em “*podesse seer que...*”, numa frase condicional, expressa a possibilidade relacionada ao desejo do falante de ir além do permitido e que o fosse pelo “padre” (= pai). Trata-se, portanto, de uma modalização deôntica (bulomaica) que implica que o ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para executá-lo. (cf. NEVES, 2006, p.160). Em (19b), há a negação da possibilidade de se permitir o retorno do “diabo”, dono da nau, em “*por que foy sua, nom ‘podia ser que’ algũa vez ha ela nom viesse, senom fosse lympa...*”; há também uma modalização deôntica, estabelecida pelo auxiliar modal que se agrega ao SER QUE.

Outros usos do SER + QUE no Século XIV, encontrados na amostra do COMTELPO, estão exemplificados em (20), cujo emprego assemelha-se mais ainda ao da atual expressão *é que*, embora haja a flexão da cópula em (20a):

(20) a. Contexto: O anjo e a alma em um lugar muito formoso

(...) E quando a alma uiõ tanta aligria, ouue tam grande sabor que lhe esqueeciã todollos outros sabores que hauia nistos e preguntou entõ ao angeo de quaes era aquella folgança? E o ango disse:

- He daqueles que receberõ marteiro por amor de Deus e por esso rrecebẽ tanta honra, como tu vees: *outros **som que** uiuerom em castidade.*

Entom olhou a alma a todas as partes e uiõ mujtos castellos e mujtas torres e mujtas tendas d’ouro e de seda e de púrpura e de cristall e de pedras preciosas, mui maravilhosamẽte obradas e cõpostas.

(- *É daqueles que receberam martírio por amor de Deus e por isso recebem tanta honra, como tu vês: outros são que viveram em castidade. ...)*

(001.XIV.0046.GPCA-GON)

b. Contexto: Conversa de São Gregório com o seu clérigo Dom Pedro sobre as palavras danosas segundo Isaías

(...) E muito tornamos a çaga e caemos do estado de grandes merecimentos pelas falas continuadas que avemos com os homens do segre a que nos todo o dia juntamos. E esto deu a entender Isaías quando disse que era homen que havia os beijos lixosos e logo mostrou rason porque os seus beijos eran lixosos, ca certamente mui cara cousa he ca disse: “Eu moro em meio do poboo que há beijos lixosos.”

*Ca certamente mui cara cousa per **he que** a lengua dos segraes con que vive non luxe a mente daquel que tange.* Ca, como quer que os santos homens primeiramente venhan a falar con eles, tanto he o prazer que hi

receben que se non poden partir de sas falas. E assi de palavras ociosas a palavras de maldizer e de palavras leves a palavras graves vêẽ muito ameudi polo costume que an daqueles con que falan.

(... porque seus beijos eram lixosos [= imundos], pois certamente muito cara coisa é porque disse: - “Eu moro no meio do povo que tem beijos lixosos.” Pois certamente muito cara coisa per¹⁰⁰ [= muito] é que a língua dos séculos com que o homem vive não suje a mente daquele que atinge...)

(001.XIV.0120.DSG-GOA)

Em (20a), o falante, que é o “angeo”, em sua resposta, chama à atenção do ouvinte, a “alma maravilhada com “aquella folgança”, dando ênfase à informação “outros”, de forma a realçar aquilo que é mais importante em sua mensagem. Há, portanto, na frase dois níveis de informação marcados explicitamente pelo acréscimo do SER QUE: um nível focal e um não-focal. Caracteriza-se, assim, uma construção de clivagem, embora não seja com ainda com a fórmula *é que*, posto que a cópula ainda atende às restrições de concordância verbal. Em (20b), a parte focalizada “*mui cara cousa*”, intensificada pela partícula “*per*”, também está marcada pela presença do SER QUE, à guisa de uma explicação ao que foi dito antes, recuperada pela avaliação, em foco, do falante.

1.5. Síntese do Português Antigo

Dentre as ocorrências de estruturas que concorrem para a emergência da expressão *é que* no Português Antigo, destaco que, nos dados do COMTELPO:

- a) no Século XII, há a estrutura: DEM + SER + SN + QUE, como construção afim que se aproxima do uso das frases ditas “clivadas”. Ex.(04): “*Hec est notitia de partiçon e de devisa **que** fazemos...*”;
- b) o valor dêitico dos demonstrativos passa de espacial (contexto físico), como em (04) para textual, como em (07) e (09a), a seguir;
- c) nos Séculos XIII e XIV, ocorrem frases interrogativas com a estrutura: Elemento-Qu + SER + DEM + PR ...? Ex.(07) “- *Quaes são esses **que** falecem?*”;
- d) nos Séculos XIII e XIV, há o uso abundante do demonstrativo inclusive “o”, intercalando o verbo *ser* e o pronome relativo: *é o que*; portanto já há, nesse período, a estrutura da atualmente denominada “pseudo-clivada invertida” (PCI). Ex. (09a): “... *ca este é o **que** há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal.*”;
- e) já no Século XIII, ocorre a construção atualmente denominada de frase “pseudo-clivada”. Ex. (10b): “... *e os **que** casarẽ seyã taes que possa casar sã peccado,...*”;

¹⁰⁰ Segundo o glossário constante de Nunes ([1906] 1970, p. 441), *per* é uma partícula reforçativa do Português Arcaico, equivalente a *muito* na atualidade.

- f) no Século XIII, há o uso das construções “*cousa é que*”, “*assi é que*” e “*assi é ... que*”, cujos elementos iniciais estabelecem relações textuais anafóricas/catafóricas. Devido a essa função e à possibilidade de contigüidade entre o *ser* e o *que*, existem, nesse uso, fortes indícios do começo da gramaticalização do *é que* em início de frase. Ex. (11): “... *se cousa é que possa eu dar ou deva.*”;(13a) “- Amigos, *assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro...*”;
- g) esses usos do *é que* em (11) e (13a), nos quais “*que*” tem uma função apenas gramatical, indiciam o percurso de gramaticalização do “*que*”: pronome relativo > conjunção integrante;
- h) no Século XIV, há três ocorrências da construção SER + CI, em que o *ser* é o verbo principal, modalizado deonticamente pelo verbo *poder*. Ex.: “*Padre meu se podesse seer que trepassasse de my este calez desta morte...*”(19a).

2. Português Médio

O Português Médio abrange a língua dos Séculos XV e XVI, fase pela qual, segundo Cardeira (2006), há profundas transformações sócio-históricas e lingüísticas; resultando em um afastamento do galego e o encaminhamento de um modelo padrão baseado na língua literária.

Segundo a autora, inicia-se uma nova dinastia, que valoriza a cultura. Mudam as classes que detêm o poder. O país consolida-se dentro e fora da Península Ibérica. A imprensa permite uma maior divulgação e, com ela, a produção literária em português aumenta, de modo bem mais acessível. Surgem as primeiras gramáticas, como a de Fernão de Oliveira e a de João de Barros, que inauguram uma reflexão lingüística com informações valiosas que abrem caminho à normalização e ao ensino da língua portuguesa.

Cardeira (2006, p.59) afirma ainda que a evolução da língua não poderia deixar de acompanhar todas essas transformações. Concretizam-se as mudanças lingüísticas iniciadas no período anterior, começando, assim, a fixação de uma norma.

É nesse período em que as necessidades econômicas, de afirmação nacional e da consolidação da nova monarquia impelem os portugueses para os descobrimentos e conquistas de novos senhorios, de riquezas, de escravos e de novas relações comerciais. Esse processo dos descobrimentos e conquistas dos portugueses foi acompanhado tanto por um movimento de evangelização quanto pela fixação do português na Ásia, na África e na América. Nesta última, encontra-se o que veio a ser a grande colônia portuguesa – o Brasil.

Essa ação evangelizadora e o intercuro comercial fazem com que o português se torne um símbolo de cultura cristã e a língua franca usada pelos marinheiros, mercadores, missionários, europeus e não-europeus. Transformada em empório comercial, Lisboa torna-se uma espécie de centro de difusão do vocabulário asiático, africano e americano – tanto importava produtos e seus termos “exóticos” designadores como os exportava. (cf. CARDEIRA, 2006).

Então, à valorização da língua enquanto fator de consolidação de um império alia-se o interesse pela codificação e a fixação de uma norma lingüística. Isso passa a ser um interesse dos gramáticos, que, sob um ideal nacionalista, unificador e expansionista, preocupam-se com o ensino da língua portuguesa, multiplicando as gramáticas, os vocabulários e as cartilhas (denominadas, na época, como “cartinhas”).

Além das gramáticas já referidas acima, destaco como obras/documentos importantes do Português Médio: a) no Século XV: *Vida do cativo monge confesso* (1419); *Crônica de Portugal de 1419*; *O espelho de Cristina*, de Pisan (1447-55); *O tratado de confissom* (1489); *O tratado de Tordesilhas* (1489); *O livro de Vita Christi*, de Cartusiano (1495); *O testamento de D. João II* (1495); e a *História do mui nobre Vespasiano, imperador de Roma* (1496); no Século XVI: *O Cathecismo Pequeno de Diogo Oriz Bispo de Viseu* (1504); *O espelho de Cristina*, de Christian Pisan (1518) *Vida de Dom Tello* (1555); *Tratado Notável de hũa pratica que hũ lavrador teve como hũ Rey que se chamava Arsano*, de Córdio Rufo (1560); *Diálogo Espiritual* (1568); *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, do Fr. Nicolau (1573) *Contos & Histórias de Proveito & Exemplo*, de Trancoso (1575).

Esse material mais os outros textos escritos que compõem a amostra do Português Médio fornecem também dados informantes que indiciam a emergência da expressão *é que*, como mostra a Tabela 6, a seguir, que traz a freqüência dos usos das construções afins referentes aos Séculos XV e XVI:

CONSTRUÇÕES		PERÍODO	SÉCULO XV	SÉCULO XVI	TOTAL
DEM + SER + SN + QUE			07	11	18
SER + DEM + QUE	O (s)		07	16	23
	Outros		06	07	13
Q + SER + DEM + QUE ?			01	-	01
PC	O QUE ...SER		01	05	06
SER QUE	“Fórmula”		-	02	02
	SER + CI		05	17	22
	MOD + SER + CI		05	05	10
	SER QUEM		-	03	03
	Outros		02	01	03
Construção QUE			-	01	01
TOTAL			34	67	102

Tabela 6: Freqüência dos usos das construções afins de *é que* no Português Médio

Os dados da Tabela 6 estão analisados, a seguir, em seções separadas, conforme o século do agrupamento do Português Médio.

2.1. Século XV

Segundo os dados da Tabela 6, o Século XV registra o mesmo uso abundante do demonstrativo do século anterior, envolvendo os elementos *ser* e *que* daquilo que chamamos construções afins, como exemplifico em (21). Surpreende que no Século XV, embora haja os mesmos usos das outras construções afins do Português Antigo, não haja nenhum caso que corresponda ao uso atual da expressão *é que*.

(21) a. Contexto: A misericórdia de Jafel após o Imperador tomar o castelo e mandar matar todos os judeus salvo dez

(...) E deftes dez judeus ouuerõ fe u cõfelho os fete antre fy ¶ pois de fame avia de morrer. mais vallia ¶ elles mefmos se mataffem huüs cõ os outros cõ os punhaes π logõ foy. E quãdo os jude⁹ se matarõ. jafel disse a fe u sobrinho π a fe u ¶mo. Amigos quãdo era fenhor deste castelo a my me tinham por sabedor homẽ. nõ he mefter ¶ nos aqẽça como aqueqẽço a estes. *E este he meu cõfelho ¶ saiamos daqy π* vaamos pedir merqẽe ao emperador. Que ¶ ventura quando foubet que aquy fomos o emperador nos tomaraa pa sua merqẽe. E em tãto o empador fez derrubar ocastelo π derrubarõ as cavas. π em tam veo jafel π os outros dous judeus. π poferrõ os juelhos ante o emperador π (...)

(E quando os judeus se mataram, Jafel disse a seu sobrinho e a seu primo: “Amigos, quando era senhor deste castelo a mim me tinham por sabedor homem. Não é mister que nos aqueça [= aconteça] como aqueceu a estes. E este he o meu conselho que saiamos daqui e vamos pedir mercê ao imperador, que, por ventura, quando souber que aqui estamos, tomará para sua mercê. E, em tanto, o imperador fez derrubar o castelo e derrubaram as cavas. E então veio Jafel e os outro dois judeus e puseram os joelhos ante o imperador e...)

(002.XV.0029.HMNV-GON)

b. Contexto: Introdução do Testamento de D. João II em 29 SET 1495

(*) Em nome do mais Alto Senhor Deus todo poderoso Padre filho e Spirito Sancto hum só Deos meu Senhor que humildosamente creio e simpresmente como fiel Catholico e verdadeiro Christaõ confesso e em Nome de Nossa Senhora Virgem Sancta Maria sua Madre, e em Nome e virtude de Sanct Miguel com todos os Angios e de São Johaõ Evangelista, Sanctiago, Sam Jorge Sam Christovaõ Sancto Antonio, Sam Bento meus Padroeiros speciaes e em Nome de todos os Santos do Reyno celestial Amẽ. *Este he o Testamento que eu Dom Johaõ o segundo per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor de Guiné, temendo o meu Senhor Deus e seu grande juizo faço com todo meu juizo e entendimento* por salvação de minha alma e bem destis meus Regnos e senhorios e sua governança e regimento e deffensaõ delles a que tenho muita obrigação e singular affeiçaõ e Amor. (...)

(Este é o testamento que eu, Dom João, o segundo, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e de além mar, na África, Senhor de Guiné, temendo o meu Senhor Deus e seu grande juízo, faço, com todo o meu juízo e entendimento ...)

(001.XV.0258.TDJ-GOP)

c. Contexto: A vida de Cristo

(...) Esta vida he vida boõa π agoa ¶ alimpa π renoua os peccadore¶ ¶ fe aelle cheguãr π faze os cidadaõs dos fctõs π domesticos ð ðs. muyto he amauel π doçe pa cõuerfar π nõ tẽ amargura nõ pefar alguũ. mas prazer π allegria he dilleitosa π blãda. E todoll⁹ exerci⁹ onde esta nõ for auorreçerã ¶ndo for ameude tragida no coraçõ. *Esta he a ¶ farta π cria*: por ¶ fegũdo diz fctõ ambrosio aq̃lle ¶ na sua camara ð dentro reçebe xpo farto he ð muy grãdes dilleit⁹. (p. 10)

Esta vida é vida boa e água que alimpa e renova os pecadores que se a ele chegam, e faze-os cidadaõs dos santos e domésticos de Deus. Muito amável e doce pera conversar e nom tem amargura nem pesar alguũ, mas prazer e alegria; é deleitosa e branda, e tãdolos exercícius onde esta nom fõr ameude trazida no coraçom. *Esta é a que farta e cria*, porque, segundo diz Santo Ambrósio, aquel que na sua câmara de dentro recebe Cristo, farto é de mui grandes deleitos.

(Esta é a que farta e cria, porque, segundo Santo Ambrósio, aquele que na sua câmara de dentro recebe Cristo...)

(001.XV.0011.LVC-GOE)¹⁰¹

d. Contexto: Os pescadores seguidores e discípulos de Jesus Cristo

(...) Em estas coufas he dada forma a todos os q qre seguir ao senhor jhefu xpo . onde diz este meefmo doutor q tres coufas **fom as q** deuẽ leyxar aqlles que veẽ a xpo . os actos carnaaes q se entẽdem p as redes de pefcar . π a substancia π riqueza do mudo q se entẽde p naue . π os parentes q se entẽde p opadre. Estes leixarõ anaue por ferẽ feitos governadores da naue . da ygreja . leixarõ as redes por nõ leuarem per es aacidade terreal: mas leuarẽ homeẽs aacidade dos ceos . leixarõ huũ padre por seerẽ padres spuaaes de todos. Estas coufas crisostomo. (p.342)

(...) Em estas cousas é dada forma a todos os que querem seguir o Senhor Jesu Cristo. Onde diz este meesmo doctor que “*três cousas som as que deve leixar aquêle que vêm a Cristo*, os actos carnaaes, que se entendem per as rês de pescar: e sustãncia e riqueza do mundo, que se entende per a nave; e os parentes, que se entendem per o padre dẽstes. Leixarom a nave por seerem factos governadores da nave da Igreja. Leixarom as rês por nom levarem pexes aa cidade terreal, mas levarem homeẽs aa cidade dos ceos; leixarom uũ padre por seerem padres spirituaes de todos”. Estas cousas Crisóstomo.

(Onde diz este mesmo doutor que “*três coisas são as que devem deixar aqueles que vêm a Cristo: os atos...*”)

(001.XV.0373.LVC-GOA)

e. Contexto: Limpeza do corpo e alma segundo a vida de Cristo

(...) Ondẽ diz gre. **q he elto q** ael polã nõ chama lua amada aamirra. mas ao moolho da mirra nõ he outra coufa faluo **q** qndo afancta voõtade cõlijra ð toda parte avida de xpo apanha contra todollos vicios virtudes repugnãtes aelles das qaes aparta pa fyhũa manada cõ aq̃l alimpe π barra da sua carne apodridom pera semp duradoyra. (p.16)

(...) Onde diz Gregório: “*Que é êsto, que a espõsa nom chama seu amado mirra, mas moolho de mirra?* Nom é outra cousa, salvo que, quando a santa voontade cosiira de tũa parte a vida de Cristo, apanha contra tũdollos vícios virtudes repugnantes a êles, das aquaaes aparta pera si uã manada, com a qual alimpe e varra da sua carne a podridom pera sempre duradoira”.

(Onde diz Gregório: “*Que é isto que a esposa não chama seu amado [de] mirra, mas molho de mirra?...*”)

(005.XV.0017.LVC-GOE)

Os exemplos (21a), (21b) e (21c) trazem o uso da construção DEM + SER + SN + QUE no Século XV, sendo que, à guisa do primeiro, a maioria dos casos envolve demonstrativos com valor dêitico textual, ou seja, indicando relações tanto anafóricas como catafóricas. Segundo os dados do COMTELPO, há um decréscimo de uso do demonstrativo inicial, com valor dêitico espacial, referindo-se, cataforicamente, ao texto documental, como ocorre o único caso na introdução do Testamento de D. João II, transcrito em (21b): “*Este he o Testamento que eu... faço, com todo o meu juizo e entendimento...*”. O exemplo (21c) mostra a passagem do SN para um uso mais gramatical por meio do demonstrativo “a”: “*Esta he a q farta π ...*”. Há o uso do demonstrativo inicial feminino “Esta”, que se refere anafóricamente ao SN “Esta vida”. Por sua vez, é retomado pelo demonstrativo “a” que intercala o *ser* e o *que*, remetendo enfaticamente ao argumento que o segue.

Em (21d), há um exemplo das ocorrências da estrutura SER + DEM + QUE, no Século XV, que, apesar de ter quase o mesmo número de usos do século anterior, diferencia-se deste por equivaler à quantidade de usos do demonstrativo “o” e flexões com os outros, como “esta”, “este”(2), “aqllo”, “aaqllle” e “aquelas”. Como mostra o exemplo “*tres coufas fom as*

¹⁰¹ A primeira escrita reproduz a fac-símile do incunábulo de *Vita Christi* de 1495 – a versão portuguesa do original latino; a segunda reproduz a escrita do códice alcobacense.

“*deuẽ leixar...*”, nesse período, ainda não houve a reanálise da construção *é o que*, posto que, além de não ser a expressão preferencial, a cópula encontra-se no plural, concordando com o sujeito plural, e o demonstrativo, em correferência, está no plural e no feminino, referindo-se também, agora enfaticamente, ao argumento posterior, quando lista as “*tres coufas*”.

Por fim, no exemplo (21e), há o uso do demonstrativo, a exemplo dos séculos anteriores, na estrutura interrogativa: elemento-Qu + SER + DEM + QUE...? em “*he esto he ...?*”, cujo demonstrativo neutro e invariável “*esto*” (= isto) intercala a cópula e o pronome relativo.

Em (22), apresento o único caso da construção dita “pseudo-clivada”, demonstrando a baixíssima frequência, na época, da hipotética matriz embrionária da expressão *é que* segundo alguns autores gerativistas, como, por exemplo, Casteleiro (1979) e Kato e Raposo (1996).

(22) Contexto: A resposta do bispo ao rei dom Afonso

(...) A todo esto que el-rey dise respondeo o bispo dizendo asy: “Senhor, eu me alegro muyto de terdes tal entemção, mais **o que** vós dizês **he** tão geral resposta que se não pode por ela trautar nêhũa firmeza de paz nem vir a algũa fim bõa, e isto que vos eu requeiro, salvo se vós conçederdes algũa espiçial cousa dando alguns per vosa parte que tratem a dita paz”.

(...mas o que vós dizeis é tão geral resposta que se não pode por ela tratar nenhuma firmeza de paz ...)

(005.XV.0265.CDP-GOA)

No Século XV, há um aumento do uso da construção SER + QUE (CI), exemplificada em (23), inclusive competindo numericamente com a forma modalizada, exemplificada particularmente em (23d).

(23) a. Contexto: As razões apresentadas por D. João Manuel ao rei

(...) E que dom Yohão se enviara escusar mostrando os embarguos que lhe em elo punha, pelos quaes dezia que não era obrigado ao que sobre isto avia prometido. “E ora, senhor”, dise ele, “el-rey vos envia rogar pedir que, pois estes homens contra vós não fizeram cousa por que novamente deles ajais d-aver queixume, que seja vosa merçe de terdes com eles o modo que antes desto tinhes, **ca çerto he que** eles pasarom ora convosquo muito per outra maneira que pelo presente contra eles mostraes, temdo cada hum açertado convosquo sua postura pera de vós não receberem dapno.

(... que certo é que eles passaram agora convosco muito per[=muito] de outra maneira que pelo presente ...)

(002.XV.0245.CDP-GOA)

b. Contexto: O Evangelho como libertador do demo e dos pecados

(...) Sanctifica ergo π beenze atua alma π oteu corpo auendo esto fẽmpre em teu coraçom π lingua. Se a falla torpe ençuja π chama os demoões. **magnifisto he que** a liçom spũal sanctifica π arãca agrãça do spũ onde jaz foterrada. Entendamos ergo jrmaãos amados as scripturas . effe nemhuũa outra foubemos ao menos os euangelhos studemos de cabo acabo π estes ajamos per mãos abrindo afinha oliuro.(p.22)

(...) “Santifica, ergo, e beenze a tua alma e o teu corpo, havendo êsto sempre em teu coraçom e língua. Se a fala torpe ençuja e chama os demoões, **manifesto é que** a liçom spiritual santifica e arranca a graça do Spiritu onde jaz soterrada. Entendamos, ergo, irmãos amados, aas scripturas e, se nhũa outra soubemos , ao menos os Evangelhos studemos de cabo a cabo; êstes hajamos per mãos, abrindo asinha o livro.

(Se a fala torpe suja e chama os demõnios, **manifesto é que** a liçom espiritual santifica e arranca a graça do ...)

(011.XV.0023.LVC-GOE)

c. Contexto: Estrangeiros na feira franqueada na Vila de Bragança – Carta ao Duque D.Afonso V (1455)

(...) E vijndo os dictos estrangeiros pera a dicta feira per cada hũu dos outros portos de cada hũua das dictas comarcas de Nossos Reinos paguem dizima E sisa dos panos e cousas que trouerem nos portos per honde entrarem Segundo sse sempre Custumou posto que digam que veem pera dicta feira **por que nosa merçee he que nom aJam a dicta liberdade** ssalluo os que entrarem per cada hũu dos portos da dicta comarca de trellos (sic)

montes por sseer mais comujnhauell camjnho pera a dicta feira E Nom vendendo os dictos mercadores estrangeiros os dictos panos que asy meterom (...)
 (...posto que digam que vêm para a dita feira porque nossa mercê é que não hajam [sic] a dita liberdade salvo os que entrarem por cada um dos portos ...)

(002.XV.0169.FMP-GOP)

d. Contexto: Raia limite ao Poente das ilhas de Cabo Verde como domínio do rei de Portugal
 (...) ... aquello seia pera o dito senhor rey de Purtugal em a dita sua parte que e se algũa cousa acharem os ditos seus navios ante passar a dita raya como dito he que aquello seia pera o dito senhor rey de Purtugal e suas altezas lho aiam logo de mandar dar e entregar. *E por que podera ser que os navios e gentes dos ditos senhores rey e raynha de Castella e dAragam e etc. ou por sua parte aueram achado ataa vinte dias deste mes de Junho em que stamos da fectura desta capitulaçom algũas ilhas e terra firme dentro da dita raya* que se ha de fazer de polo a pollo por linha direita em fim das ditas trezentas e seta legoas contadas des as ditas ilhas do Cabo Verde ao Ponente como dito he, he concordado e asentado por tirar toda duuida que todallas ilhas e terra firme que seiam achadas e descubertas em qual quer maneira (...) sejam e fiquem pera o dito rey de Purtugal e dos Algarues e etc. e pera seus soccessores e regnos pera sempre ja mais.
 (... *E porque poderá ser que os navios e gentes dos ditos senhores rei e rainha de Castela e de Aragão e etc. ou por sua parte haveram achado, até vinte dias deste mês de junho em que estamos da feitaura desta capitulação, algumas ilhas e terra firme dentro da dita raia...*)

(003.XV.0253.TDT-GOE)

Destaco o exemplo (23a), que traz a o adjetivo “certo”, com função predicativa, antecedendo a cópula “he” e a frase subjetiva encabeçada por “que”, figurando em “certo he que...”. Essa construção mostra a antecipação do adjetivo como forma de dar ênfase, recurso característico da época, conforme Carneira (2006) ao referir a preferência pelo uso da próclise. Assim, essa mobilidade altera a estrutura do “é certo que”, que os gramáticos usavam como subterfúgio para conhecer a expressão *é que*. Pode ser que ela esteja subjacente à expressão pela modalização da estrutura hodiernamente fixa. Porém, como mostra (23b), a antecipação do adjetivo presente em “*magnifeto he que ...*”, parece ser mesmo a ênfase requerida pelo falante. Diferentemente, é o uso do SER + CI em (23c) que obedece a tendência SVO. Em (23d), há, como no século anterior, a modalização da cópula SER que se encontra em sua plenitude semântica, seguida da conjunção integrante: “*podera ser que ...*” .

Diferentemente do uso de “*he que*” em (23d), em que apenas o sublinhei para mostrar que, apesar de o *ser* e o *que* estarem juntos na frase, trata-se de uma locução verbal “*como dito he que aquello...*” (= como está dito que aquele...), destaco, para reflexão, dois casos inusitados, encontrados no Livro *Vita Christi*, envolvendo a estrutura DEM + SER + QUE, em (24):

(24) a. Contexto: Sobre as cousas da vida de Cristo que estão escritas
 (...) Nẽ creas q̄ todas as coufas q̄ podem⁹ penslar q̄ x̄po disse ou fez sejã scriptas. mas por fazerẽ mayor em̄ssom. eu tas reontarey segũdo acõteçerõ ou fe pode π deve creer q̄ acontecerã segũdo algũas rep̄fentações da jmaginaçõ as q̄aes ocoraçõ recebe p̄ desvairados modos: porq̄ acerca da divinal scriptura podemos pẽssar entẽder π expoer de muytas guilas segũdo creemos feer cõueniẽte cõ tanto q̄ nõ seja a verdade da vida ou da doctrina ou da justiça. *Elto he q̄ nõ seja contra affe π cõtra os boos cultumes Qualq̄ q̄ de ð afirma algũa coufa q̄ nõ he certa p̄ razõ natural ou p̄ffe ou p̄ afancta scriptura este p̄fume π peca.* (p.18)
 (...) Nem creas que tõdalas cousas que podemos pensar que Cristo disse ou fẽz sejam scriptas. Mas, por fazerem maior em̄ressom, eu tas reontarei segundo acontecerom ou se pode e deve creer que aconteceriam segundo algũas representações da imaginaçõm as quaaes o coraçõm recebe per desvairados modos; porque acẽra da divinal scriptura podemos pensar, entender e expoer de muitas guisas, segundo creemos seer conveniente,

contanto que nom seja contra a verdade da vida ou da doutrina ou da justiça, êsto é, que nom seja contra a fé e contra os boôs costumes. Qualquer que de Deus afirma algũa cousa que nom é cerca per razom natural, ou per fé ou per a Santa Scriptura, êste presume e peca.

(...contanto que não seja contra a verdade da vida ou da doutrina ou da justiça. Isto é que não seja contra a fé e contra os bons costumes.)

(007.XV.0019.LVC-GOE)

b. Contexto: Sobre as cousas da vida de Cristo que estão escritas

(...) Quãdo achares em este liuro ¶ eu cõto ofenhõr jefu disse ou fez tal coufa ou alguũs outr⁹ aquy cõtheudos. fe aqullo fe nõ pode puar ¶ scripur a nõ entẽdas ou tomas doutra guifa: saluo segũdo reque ameditaçõ devota. *êto he ¶ otomes ally* como fe eu disseffe. pẽfo ¶ a ally disse ou fez nõfõ fenhõr jefu xpo. π ally das outras coufas femelhãtes. (p.18)

(...) Quando achares, em êste livro, que eu conto: “o Senhor Jesu disse ou fêz tal cousa”, ou alguũs outros aqui conteũdos, se aquêlo se nom pode provar per scriptura, nom o entendas ou tomes de outra guisa, salvo segundo requiere a meditaçom devota, êsto é, que o tomes assim como eu dissesse: “Penso que assi disse ou fêz Nosso Senhor Jesu Cristo”, e assi das outras cousas semelhantes.

(... se aquilo se não pode provar pela escritura, não o entendas ou tomas de outra guisa: salvo segundo requer a meditação devota. Isto é que o tomes assim como se eu dissesse: “penso que assim disse ou fez Nosso Senhor...”)

(008.XV.0019.LVC-GOE)

Em um primeiro lance de vista, parece tratar-se de uma derivação da estrutura DEM + SER + SN (DEM) + QUE, em que ocorreu o apagamento: SN > DEM > Ø, resultando na construção DEM + SER + QUE, que poderia ser mais um ponto focal da derivação do *é que* inicial. Essa leitura é possível por, na época, não haver ainda uma padronização da pontuação, que pode ser constatada na diferença da escrita do incunábulo de 1495 com a segunda escrita, que é a dos códices alcobacenses. Nesta escrita, que está pontuada ao sabor da transcrição dos religiosos e/ou da reprodução de Augusto Magne, publicada em 1957, vejo a emergência do uso da expressão *isto é*. Nogueira (2001), em seu estudo sincrônico sobre as expressões “isto é”, “ou seja” e “quer dizer” sugere que essa expressão resulta do processo de gramaticalização do demonstrativo “a partir da Metáfora ESPAÇO-DISCURSO, que [consoante Heine *et al.* (1991)] consiste na transferência de conceitos espaciais para organizar relações no universo discursivo”(p.39). Conforme a autora, essa metáfora envolve, explicitamente, na expressão *isto é*, o emprego de conceitos demonstrativos que fazem referência a algo dito anteriormente e, a partir do significado lexical do verbo *ser*, “é estabelecida uma relação de equivalência entre o elemento discursivo anterior à expressão e o que será dito a seguir”. Estudos recentes sobre a aposição consideram a expressão *isto é* como um *marcador de aposição*, ao lado das expressões *ou seja* e *quer dizer*. (cf. QUIRK *et alii*, 1985; MEYER, 1992; NOGUEIRA, 1999)

No exemplo (24a), a expressão *isto é* estabelece uma relação de equivalência semântica entre o segmento “¶ nõ feja a verdade da vida ou da doutrina ou da justiça.” e o segmento “¶ nõ feja contra affe π cõtra os boos cultumes”, ou seja, o segundo segmento elabora, reformula o segmento anterior. Em (24b), a expressão *isto é* estabelece uma relação de equivalência referencial, ou seja, o segundo elemento retoma o que foi dito antes “que o

tomes assim ... jefu xpo.”, para esclarecer o primeiro segmento: “ fe aq̃llo fe nõ pode puar ꝑ ſcripur a nõ entẽdas ou tomas doutra guifa”, como uma formulação textual alternativa.

2.2. Século XVI

No Século XVI, praticamente, dobrou o uso das construções afins que contêm o demonstrativo. As estruturas do século anterior continuam e há as primeiras ocorrências da expressão *é que* inicial.

Segundo os dados da Tabela 6, houve um aumento considerável do uso da construção DEM + SER + SN + QUE. Uma das grandes novidades do século é a incidência do uso do sintagma nominal “(a +) *verdade*” intercalando o *ser* e o *que*, como está exemplificado em (25a), (25b) e (25c).

(25) a. Contexto: Guerras e conquistas de Portugal

(...) a Espanha teve ſempre badeyra nõca logetya a mouros Mas muytas vezes contrelles vitorioſa : como foy a do ſancto Abade dom Joam de Mõte mor: o qual confeſſão todos ꝑ corria a terra dos mouros como ð imigos π nõ como de ſenhores. *E eſta e a verdade ꝑ em Portugal ſempre ouue lugares π terras próprias dos chriſtãos porꝑ fe allí nam fora ꝑ na eſtremadura nõ ouuera lugares de chriſtãos nõ fe atreuera o abade Joam ꝑ era homẽ prudente a faya tras ſeus imigos por ſuas terras deſſes imigos por eſpaço de jornadas com pouca gente.*
(... *como foi a do ſanto abade dom João de Monte Mor: o qual, confeſſam todos, que corria a terra dos mouros como de inimigos e nõ como de ſenhores. E eſta é a verdade que em Portugal ſempre houve lugares e terras próprias dos criſtãos...*)

(004.XVI.0004e.GLP-GOP)

b. Contexto: O uso da letras nas vozes

(...) Tambem eſcrevemos .m. em fim das noſſas ſyllabas ou vozes mas nõ muyto aꝑertado.

¶Diſſe ꝑ eſta letra .m. nõ e ſemiuogal nem podẽ fenecer em ella as noſſas vozes: *porꝑ iſto e verdade ꝑ neſſes cabos* onde a eſcrevemos π tambẽ no meyo das dições em cabo de muitas ſyllabas *foa hũa letra muy branda ꝑ nem he .m. nem .n.* como nos eſcreuemos ora hũa dellas : ora imitando os latinos.
(*Disse que esta letra “m” nõ é semivogal nem podem fenecer nela as noſſas vozes: porque iſto é verdade que neſſes cabos onde a eſcrevemos e tambẽ no meio das dicções ...*)

(010.XVI.0007d.GLP-GOP)

c. Contexto: Melodia e vozes da nossa lingua

(*) Examinemos a melodia da noſſa lĩgua π eſta guardenmos como fezerão outras gẽtes : π iſto deſdas mais peq̃nas partes tomando todas as vozes π cada hũa por ſi π vendo em ellas quantos diuerſos mouimentos faz aboca cõ tambẽ diuerſidade do ſom π em ꝑ parte da boca ſe faz cada mouimento porq̃ niſto ſe pode diſcutir mais deſtintamente o próprio de cada lingua. *E aſſi e verdade que os gregos com os latinos:π os ebraycos cõ os arabigos : π nos com os caſtelhanos ꝑ ſomos mais vezinhos cõcorremos muitas vezes em hũas meſmas vozes π letras : cõtudo nõ tanto ꝑ nõ fique algũa particularidade a cada hũ por ſi hũa fo voz π com as meſmas letras e a nos π aos caſtelhanos guerra π papel (...)*
(... *em que parte da boca ſe faz cada movimento porque niſto ſe pode diſcutir mais diſtintamente o próprio de cada lingua. E aſſim é verdade que os gregos como os latinos, e os hebraicos com os árabes, e nós com os caſtelhanos, que ſomos mais vizinhos, concorrems muitas vezes em umas meſmas vozes e letras ...*)

(008.XVI.0007e.GLP-GOP)

d. Contexto: Início da gramática

(*) A lingoagem e figura do entendimento: π aſſi e verdade ꝑ a boca diz q̃nto lhe manda o coração π nõ outra coufa: antes nõ devia a natureza criar outro mais diſforme monſtro do *ꝑ ſão aq̃lles que falão o ꝑ prova do homẽ.* Como diz a fuma verdade Jeſu xpo noſſo ðs: π as palavras ſão ymagem das obras: (...)

(A linguagem é figura do entendimento, e assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração e não outra coisa; antes não devia a natureza criar outro mais disforme monstro do que são aqueles que falam o que prova do homem. Como diz a suma verdade Jesus Cristo Nosso Senhor Deus; e as ...)

(001.XVI.0003e.GLP-GOP)

(002.XVI.0003e.GLP-GOP)

Em (25a), há o uso do sujeito demonstrativo feminino “esta”, que se remete ao segmento anterior e identifica-o, por meio da cópula “e”, com o atributo presente no predicativo, que também está no feminino singular “a verdade”. Indica, portanto, as relações textuais de referência anafórica e catafórica. Em (25b), o sujeito já é um demonstrativo neutro “isto”, que é invariável, exercendo a mesma função, embora de maneira mais abstrata. Há também a ausência do artigo definido que revela uma generalização. O mesmo ocorre com os exemplos (25c) e (25d), em que a função dêitica é indicada pelo sintagma “*assim*”, que, além dessa função, tem um caráter resumitivo. Considerando essas características, é possível presumir que a expressão “*é verdade que*” tenha-se cristalizado (caráter de fórmula) pela rotinização dessa construção afim. Um dado que me leva a refletir sobre isso é o posicionamento de Bechara ([1961] 2001, p. 598) sobre o uso do *é que* inicial. Segundo o autor, dá a “impressão de se tratar de um resquício de oração seguido de conjunção integrante que introduz seu antigo sujeito (= *é verdade que, é certo que*)”. Se assim for, visualizo a construção DEM + SER + SN + QUE como embrionária tanto do *é que* inicial, como no exemplo (30) adiante, quanto da expressão “*é verdade que*”, considerada, em estudos recentes, como um operador argumentativo de modalidade. (cf. KOCH, 1987)

Em (25d), há também uma ocorrência da construção afim SER + DEM + QUE, cujo demonstrativo é “*aqlles*”. Apesar de permanecer o uso dos demonstrativos “*aqlle(s), aquella, esta, este, essa*”, que continua abundante, há, no Século XVI, a preferência pelo demonstrativo “*o*”, que se flexiona de acordo com o verbo *ser* e o seu referente, como, por exemplo, em (26a) e (26b).

(26) a. Contexto: As possíveis tentações de vingança das grandes senhoras

(...) Senhor deos há no mudo mais grande senhora que tu hes nem mays outorizada. de que deue fazer conta. nom yras tu primeyro e as outras pofto que ellas fejam caçadas com grandes senhores: nem le deuem cõparar a ty. Tu hes mays ryca π de mayos linhagem: ou mais preçada por teus fylhos. π mays nomeada polla pollãça de teu marido. **Quem seria o que** te oulaffe fazer desprazer. E nom tomarias tu vingança. certo hy no ha tam grãde pessõa que tu bem nom podesses trazer affym. Effè algũa pessõa prefuntuofa foberba: te quiffesse offender. tu aueras avyngança loguo per tal poder π per tal ajuda e tu has. (...)

(...Tu és mais rica e de maior linhagem; ou mais prezada por teus filhos e mais nomeada pela possança de seu marido. **Quem seria o que** te ousasse fazer desprazer. E não tomarias tu vingança. ...)

(001.XVI.0002.EDC-GOA)

b. Contexto: O modo de viver do lavrador

(...) Eu mui pouco tenho que temer as tuas leis, porque em mim são conservados de maneira que aquelles que os teus tributos de mim recebem nada lhes devo. Se sam bem levados ou nam: a conta do que tens recebido tu ha daras . **porque hũas são as que** fazes: e outras por omde te hão de julguar: e a medida toda ha de ser hũa . que se a meu pareçer ho deixasses aos filhos e aa molher e aquelles que aos trabalhos ajudão mais pertemçiam. (...)

(...Se são bem levados ou não: a conta do que tens recebido tu a darás, porque são as que fazes; e outras por onde te hão de julgar, e a medida há de ser uma, que se, a meu parecer, o deixasses aos filhos e à mulher e ...)

(001.XVI.0061.TNLR-GOE)

c. Contexto: Colóquio entre o Religioso(R) e o Peregrino (P) sobre a prática do bem e do mal

(...) E allí aprendi a não ter conta cō a fortuna mas defarmala das armas e a nolla imprudência lhe deu. E allí entendo claramēte e ella não tem jurdição algũa nas coufas humans, nẽ hay fortuna boa nem maa. E as coufas e os imprudētes lhe agardecem , eu as refiro a vōtade de Deos, cō a qual estou tão foldado, e não quero nem defeio senão o e Deos quer π manda e eu queria. *E isto he o e deuo a Deos* conformarme sempre com sua vontade. A qual como feia rezão, π iuftiça (e em deos todas as coufas faõ hũa mefma e elle) não pode querer nẽ ordenar coufa e não seia muyto iufta.

(... E as coisas que os imprudentes lhe guardam, eu as refiro a vontade de Deus, com a qual estou tão soldado, que não quero nem desejo senão o que Deus quer e manda que eu queira. E isto é o que devo a Deus, conformar-me sempre com sua vontade. A qual como seja razão e justiça...)

(005.XVI.0010e.DIAE-GOA)

Em (26c), ocorre o uso da mesma estrutura do Século XIV, apresentada em (16c). Há o teor da dívida do peregrino, encapsulado anaforicamente pelo demonstrativo neutro “isto” e retomado pelo demonstrativo “o”, que também remete à dívida que está presente na relativa que o pospõe. Este uso está representado pela construção afim DEM + SER + SN (> DEM [O]) + QUE e trata-se de um uso mais gramatical, embora com funções bem mais textuais, amarrando o segmento anterior ao argumento presente na frase relativa que pospõe o demonstrativo “o”.

O uso da construção afim SER + QUE (CI) triplicou, no Século XVI, em relação aos séculos anteriores. Passou a ser um uso mais rotinizado do “que” integrante que funciona como um complementador da cópula “ser” encabeçando ora uma frase subjetiva, como em (27a), ora uma frase predicativa, como em (27b). Em (27a), ocorre a anteposição do adjetivo “*çerto*”; e, em (27b), o sujeito é o sintagma nominal “*verdade*”. Trata-se de dois núcleos de expressões hoje cristalizadas já comentadas nos exemplos (23), do século anterior, e (25), respectivamente.

(27) a. Contexto: Diálogo sobre a comparação das línguas

(...) (Filho) Pois muitos dizẽ que a lingua espanhol e defalecida de uocabulos : e que quanta uantage tem a italiana á castelhana, tão excede esta a protuguesa, e e seu respeito se póde chamar elegãte (Pay) *çerto e que* alimpa castelhana muito melhór e que o uasconfo de Biscaya, e o ceçar cigano de Seuilha: as quẽs nam se pódem escreuer. Mas quem ouuer de iulgár estas linguágẽes: á de saber dambas tanto, que entenda ao defeitos e perfeições de cada hũa. Que se póde defeiár na lingua portuguesa que ella tenha? conformidade com a latina? (...)

(... Pois muitos dizem que a língua espanhola é desfalecida de vocabulos, e que quanto vantagem tem a italiana à castelhana, tanto excede esta à portuguesa, e que em seu respeito se pode chamar elegante. (Pai) Certo é que a limpa castelhana muito melhor é que o vasconço de Biscaia, e o ceçar cigano de Sevilha: as que não se podem escrever....)

(003.XVI.0163.DLNL-GOA)

b. Contexto: A fé como a primeira das virtudes

(...) E ã todallas virtudes he neçessaria recte entençam, a qual he enderençada pella fee, e o conhecimento de Deos pr se anda diante do amor e affeição do beẽ que he neçessaria em toda virtude. ¶ *Verdade he que* algũas virtudes podem per acidente ser primeiras que a fe porque nos tira as cousas que nos aparta de creer, como a fortaleza tolhe o desordenado temor que faz torvaçam a creer, e a humildade tira a soberba que faz o entendimẽto nõ se someter aas verdades da fe, posto que podemos affirmar cō verdade que sem fee, e antes da fee, nõ há virtude verdadeira. (+)

(E em todas as virtudes é necessária reta intenção, a qual é endereçada pela fé, e o conhecimento de Deus por fé anda diante do amor e afeição de bem que é necessária em toda virtude. Verdade é que algumas virtudes podem, por acidente, ser primeiras que a fé, porque nos tira as coisas que nos aparta de crer ...)

(001.XVI.0136. CPDO-GOE)

c. Contexto: A fala do lavrador sobre o modo para a república ser bem regida

(...) O lavrador disse: *O modo que temos **he : que** se as coisas de lomge não provemos . quando vem os tempos que dellas temos neçessidade . com muito trabalho e moor guasto ho podemos remediar . E assi **fosse que** parte das fazendas e o corpo trabalhasse . e ho remedio de nossos erros ao tempo poderemos emmendar. Mui grande devia o tal de ter e da pena não devem ser apartados por quem os trabalhos passarão . e a emenda a outros em que se viram não deram : avendo de ser o direito a todos iguoall.*

(O lavrador disse: - o modo que temos é que se as coisas, de longe, não provemos, quando vêm os tempos que dellas temos neçessidades, como muito trabalho e maior gasto o podemos remediar. E assim fosse que parte das fazendas e o corpo trabalhasse, e o remédio de nossos erros ao tempo pudéssemos emendar. ...)

(005.XVI.0072.TNLR-GOE)

(006.XVI.0072.TNLR-GOE)

d. Contexto: Conclusões sobre a fé do cristão

(...) ¶ Do que ençima he dito naçem muitas cõclusões e, por brevidade, poeremos duas. A primeira, **que** quando Deos dá graça e caridade ao christão pecador, *nõ se perde* nẽ tira nẽ corrõpe a fe que primeiro tinha, antes aquella mesma fica, pero cõ perfeiçã, graça e acrescõtamento. E, quando (...) verdade. ¶ A segunda **he que** todo o que a fe nos ensyna he verdade e nõ pode ser falso. E que a fe nossa he mais çerta que o que per demonstraçã sabemos ou per olhos veemos, porque a nossa sancta fee se esforça e abraça cõ a primeira verdade em que nõ pode aver falsidade.

(Do que acima é dito, nascem muitas conclusões e, por brevidade, poremos duas. A primeira, que, quando Deus dá graça e caridade ao cristão pecador, não se perde nem tira nem corrompe a fé ... A segunda é que tudo o que a fé nos ensina é verdade e não pode ser falso. ...)

(003.XVI.0139.CPDO-GOE)

(004.XVI.0139.CPDO-GOE)

e. Contexto: Carta de Naceo ao partir com o príncipe

(*) Agora deixarei de vos importunar, pois me tão longe quereis ter de vós, e não pode **ser que** vos não faça piedade lembrar-vos que nunca a tivestes comigo, nem eu de escândalo. Vendo-me com tantos males vossos sem nenhũa esperança de sair deles, tudo ficará convosco, o que vos servi e o que me negastes. (...)

(004.XVI.0041.NAM.GON)

Em (27c), o primeiro exemplo encontra-se na ordem SVO, mas a pontuação da época, os dois pontos depois da cópula, marca uma pausa mais demorada na estrutura identificacional entre a cópula e o identificador do sujeito complexo “o modo que temos” e a frase predicativa encabeçada pela conjunção integrante “que”. O segundo exemplo apresenta uma estrutura semelhante à já comentada do Século XIII “*assi é que*”, presente no exemplo (13), embora venha flexionada, demonstrando que ainda não houve a reanálise da referida estrutura, posta em discussão naquele século. A construção afim *SER + QUE (CI)* é uma estrutura comum nas enumerações, como está presente em (27d). Na primeira enumeração, há uma particularidade que é a omissão da cópula, marcada pela vírgula – “A primeira, **que**... *nõ se perde*...”, resultando numa estrutura semelhante à da atual denominada “construção *QUE*”, embora ainda não seja o caso. Sobre essa construção, teço comentários adiante, ao descrever o exemplo (31). Voltando à construção *SER + CI*, permanece a mesma quantidade dos usos modalizados dessa construção, por meio do auxiliar modal *poder*, neste século, como na frase negativa “... *não pode ser que vos não faça piedade*”, presente em (27e).

Destaco os exemplos de (28) que apresentam o verbo *ser*, embora no pretérito imperfeito em (28a), mais o constituinte *quem*, elemento que fornece duas interpretações; que eu prefiro considerar como dois estágios de um processo em desenvolvimento.

(28) a. Contexto: Busca pela dona de um vestido
 (...) Mas a dōzella porque fuas roupas nam andassem pola villa dando occasiam de algũa sospeita lhe diffe. Senhora se quereis vender effe vestido eu o comprarey. A fãbia dona a entendeo, & lho veo a dar muito barato, & lho vestir, como logo o vestio, & ficou com elle contente. E a dona foy dizer ao fidalgo a cafa, & a pessoa que **era quem** lhe deixou o vestido, porque como ella andou com aquellas roupas a mór parte da villa, achou o alfaiate que as fez, & outros finaes verdadeiros, verdadeira proua, e aquelle vestido era daquella donzella, & (...)
 (... *E a dona foi dizer ao fidalgo a casa e a pessoa que era quem lhe deixou o vestido, porque como ela andou com aquelas roupas a maior parte da vila, achou o alfaiate que as fez, e outros sinais verdadeiros, ...*)
 (001.XVI.0007e.CHPE-GON)

b. Contexto: A necessidade de sempre crer
 (...) em a doutrina da fee há sentẽcia expressa, principio e artigoo primeiro explícito, que em sua virtude conteẽ implicitamente todollos artiigos e concrusões da fee, ho qual, explícita e expressamente, todos e em todo tempo foram e som obriguados a creer, scilicet: “Que Deos he e que teẽ providencia e cuydado da salvaçom dos homeẽs”. Assi ho escreve ho Apostolo aos hebreos, dizendo: “*Neçessario he quẽ se achegua pera Deos*, creer que he e que gualardoa os que ho buscã”. Em ho seer de Deos se encrudẽ e ençarra totalas cousas que creemos ser em Deos eternalmente, em que cõsiste nossa bẽ aventurança.
 (... “*Que Deus é e que tem providência e cuidado da salvação do homens*”. Assim o escreve o apóstolo aos hebreus, dizendo: “*Necessário é quem se achega para Deus, crer que é e que galardoa os que o buscam*”...)
 (009.XVI.0144.CPDO-GOE)

c. Contexto: A fé implícita e a fé explícita
 (...) ¶ Em a circumsisam perdoava Deos o pecado original e dava fee ao circucidado cõ todallas virtudes e, muyto mays copiosa e excellentemente, aos meninos e samdeu baptizados. E, assy, a todos estes abastava e abasta a fee implícita e habitual que Deos lhe dava e dá pello merecimẽto de Cristo. *Ca justa cousa he quem por pecado alheo estaa çujo, seja limpo per alheo merecimento*. Pero os adultos e grãdes que teẽ razã nũca se salvarõ nem podẽ salvar cõ sã fee íplícita, mais he necessário que tanham algũa fee explícita, scilicet, que actualmente cream de Deos algũa cousadeterminada, porque ao merecimẽto de Cristo ham de ajũtar seu próprio merecimẽto que cõsiste em os actos e obras das virtudes.
 (... *E assim a todos estes bastava e bastava a fé implícita e habitual que Deus lhe dava e dá pelo merecimento de Cristo. Porque justa cousa é, quem, por pecado alheio, está sujo seja limpo por merecimento alheio. Mas os ...*)
 (005.XVI.0142.CPDO-GOE)

Segundo Bechara ([1961] 2001, p. 468), alguns autores tratam os exemplos como um expediente de substantivação da “oração transposta adjetiva mediante o apagamento do antecedente dos relativos *quem* e *que* e a presença do artigo, se o antecedente, pela situação do discurso, é conhecido dos interlocutores ou se lhe quer dar certo ar de generalização”. Essa substantivação de frases originariamente adjetivas pode também ser a explicação da origem tanto das construções *SER +DEM[O] + PR[QUE]* quanto de *O QUE ... SER*, que está presente em (29), a seguir. Então, em se tratando de substantivação, o *quem* funciona como conector da subordinada (e não como pronome, portanto mais gramaticalizado), que, por sua vez, integra o predicado da frase anterior. Conforme também alude Bechara, outros autores preferem desdobrar o elemento *quem* em *aquela(a)(s) que* e considerar as unidades *o, a, os, as* como demonstrativos representados na frase adjetiva pelo pronome relativo *que*; não aceitando, portanto, a substantivação nesses casos. Analisariam a subordinada como adjetiva:

“ a pessoa era **quem** lhe deixou o vestido,...” = a pessoa era **a que** lhe deixou o vestido, em (28a); “*Neçessario **he quẽ** se achegua pera Deos, creer que he...*” = *Necessário é aquele que se chega a Deus creer que ele é*, em (28b); e “*Ca justa cousa **he quem** por pecado alheo estaa çujo, seja limpo...*” = *Porque justa coisa é aquele que, por pecado alheio, está sujo, seja limpo*, em (28c).

O exemplo (28c) pode sugerir a leitura de uma dita “pseudo-clivada”(PC) no segmento “*quem por pecado alheo estaa çujo, seja limpo...*” por ter a estrutura *quem[= o que] ... ser*. Alguns autores a consideram como uma construção de clivagem por se tratar, segundo Quirk *et al.* (1989), de sentenças bipartidas em duas orações, cada qual contendo seu verbo e, no caso da PC, sentenças da forma SVO contendo uma oração relativa nominal como sujeito ou complemento. Assim como os autores mencionados, Declerk (1988) afirma que segmentos como esse do exemplo são PCs, porque apresentam a propriedade de ter uma relativa livre (sem antecedente expresso) como um dos argumentos do verbo *ser*. Modesto (2001), apesar de também ser gerativista, não classifica assim, por se tratar de uma definição apenas descritiva, que não leva em conta o movimento de inversão que possibilita as leituras semânticas de contraste, exclusividade e exaustividade. Por este argumento de ordem semântica, concordo com Modesto e priorizo ver o referido segmento como uma mera frase copular: sujeito + cópula + adjetivo, que funciona como complemento do verbo *ser* da primeira frase: “*Ca justa cousa he ...*”, fazendo parte, portanto, de uma construção afim do tipo *SER QUEM* \simeq *SER + DEM + QUE*.

Mesmo que o exemplo (28c) não seja uma PC, há, no Século XVI, um aumento do uso das ditas “pseudo-clivadas básicas”, cujo exemplo está presente em (29), em relação ao século anterior e retornando à media dos Séculos XIII e XIV.

(29)Contexto: Carta de Naceo e resposta de Amperidónia

(...) Nãoome deis culpa se vos enfadam minhas importunações, que rezão tendes de me perdoar, pois sendo tanto meu mal que me não deixa viver, vos peço ainda perdão do que arreceo. Olhai se vo-lo mereço e acrescentai na mercê que muito me deveis, a fora tanto mais que não cabe em papel. *E o que, Senhora, vos peço, é que me segureis a vida* até ver algum bem vosso; e, se pera tanto não naci, que ma tireis logo.

Resposta de Amperidónia

Os requerimentos não-se de despachar segundo a sustância deles. E porque este era grande, de qualquer maneira que fosse o que pedis, ou se havia de aguardar muito tempo pola reposta, ou dar-se logo a sentença contra quem a não quisera dar. E nunca vi homem tão aguçoso, e tão asinha querer segurar a vida ou acabar o tempo; não no hajais por tão desaproveitado, (...)

(001.XVI.0037.NAM.GON)

Em (29), ocorre uma “pseudo-clivada básica”: “*E, o que, Senhora, vos peço, é que me segureis a vida...*”, cujo foco informacional incide sobre o sujeito “*que me segureis a vida...*”.

O elemento “o” se remete à informação anterior e estabelece uma relação coesiva com a frase relativa que o seqüencia, predicando, por meio da cópula, o sujeito.

Uma outra novidade encontrada no Século XVI é o *é que* inicial. Bueno da Sequeira (1954), ao enumerar os encontros de *é que*, os quais, por analogia, devem ter influenciado essa expressão, classifica o *é que* inicial como uma locução explicativa que corresponde a “razão por que” (em latim, *ratio quia*); e também na posição inicial, porém antecedido de um sintagma adverbial, como “o *é que* das afirmações enfáticas”.¹⁰² Os dois exemplos de (30) parecem funcionar parcialmente diferente.

(30) Contexto: Título do Conto V apresentando como as zombarias são más

(*) CONTO. V. AO PROPOSITO DO PASSADO, π *he que ja q as zombarias lam más*: na praça ou na barca lam piores. Trata do que aconteceu em hũa barca zombando, π hũa resposta fõtil.

A PROPOSITO do dito graue que fica a tras me lembrou hum cafo que aconteceu na barca Dalcacere, indo á feira de Beja: & *he, que leuãdo vento a popa, hia muita gente assentada no bordo da barca*, & da banda da vella estaua hũ homẽ de Viana quebrado, que tinha hũa grande corcoua nas coltas, & como sempre acontece, indo com bõ tempo pendia a barca hũ pouco à bãda da vella, & no outro bordo estava hũ mancebo de Beja que hia para sua cafa, o qual querendo zombar do corcouado lhe diffe. Gentil homem viray o rofto para o mar, que com o pefo da corcoua que tendes para fora fazeis pender a barca para la. (...)

(... Ao propõsito do passado, *é que*, já que as zombarias são más, na praça ou na barca são piores. Trata do que aconteceu em uma barca zombando, uma resposta sutil. A propõsito do dito grave que fica atrás me lembrou um caso que aconteceu na barca Dalcacere, indo à feira de Beja: e *é, que*, levando vento à popa, ia muita gente sentada no bordo da barca, e da banda da vela estave um home de Viana quebrado, que tinha uma grande ...)

(003.XVI.0009e.CHPE-GON)

(004.XVI.0009e.CHPE-GON)

O primeiro exemplo, constante do título do conto, é antecedido por um sintagma adverbial que situa a informação no tempo e não se trata de uma explicação genuína: seria redundante o uso de um *é que* explicativo, antecedendo uma outra locução conjuntiva explicativa *já que*. Porém, introduz a frase, de modo a esclarecer a informação presente no segmento anterior. No segundo exemplo, apesar de não haver uma normatização padrão para a ortografia e para a pontuação empregadas, o contexto sugere início de frase, além de já não existir paralelismo verbal no tocante ao tempo entre o *ser* no presente e os verbos das frases contíguas – anterior e posterior – no pretérito. Assim, esses dois exemplos de (30) sugerem que o *é que* inicial funciona como um organizador textual-pragmático, indicando o início, introduzindo e esclarecendo a informação, ou seja, um marcador típico de aberturas. Supor isso não invalida, por completo, a intuição do gramático, posto que a função de esclarecedor, num plano escalar, fica no *continuum* da explicação; além disso, os dois *é que* enfatizam a informação anteriormente conhecida e a que está por vir, orientando, portanto, o ouvinte/leitor.

¹⁰² Ver os exemplos (12) e (10) da Parte I, respectivamente.

A seguir, o exemplo (31) traz uma outra novidade que é uma estrutura similar ao exemplo que está sendo retomado em (32), apresentado por Longhin (1999), que, por sua vez, baseia-se em Braga (1989), ilustrando, como uma das variantes clivadas, a “Construção QUE”:

(31) Contexto: Exemplo maravilhoso do muito que as filhas devem aos pais
 (...) ¶ Ora, inda que nam passállemos a diante, aqui temos exemplo marauilhofo do muito que as filhas deuem aos pais, *por isto **que** este fez por lua filha*, pois por ella, pola cafar & dotar se audentou de sua terra, se fez cativo de gête barbara nação, & fora de nolla fee catholica ficando, como ficou, na estrebaria daquelle Rey, tendolhe carrego de mandar prouer & limpar os caualllos ¶ eram muitos, & (...)
 (Ora, ainda que não passássemos adiante, aqui temos exemplo maravilhoso do muito que as filhas devem aos pais, por isto que este fez por sua filha, pois por ela, para casar e dotar, se ausentou de sua terra, se fez ...)
 (007.XVI.0015d.CHPE-GON)

(32) FHC: Essa força o intelectual tem, quando está na política: ele pode ficar contra todos. Já o político normalmente não gosta de ficar contra - ele gosta de ir na maré, porque ficar contra é ficar sozinho, é se isolar. Mas esse isolamento tem uma vantagem mais adiante, porque permite a você romper. O intelectual, na política, rompe mais facilmente, *por isso **que** os outros desconfiam mais dele*. De mim, por exemplo, sempre se desconfia na política, muitas vezes até nem se sabe por quê.
 (Certas Palavras: Fernando Henrique Cardoso, p. 110)

Segundo os dados investigados por Longhin (1999), as construções QUE aparecem desde o início do século XIX. A autora acredita que, conforme sugeriu Braga (1989), é possível que a construção QUE seja uma variante foneticamente condicionada da construção *é que*, em razão de suas semelhanças estruturais e funcionais; portanto, ela adviria daí. Além disso, a autora conclui que, diferentemente da possível forma original (= CLIV), a clivada QUE se especializou em focalizar basicamente sujeitos pronominais, sendo, pois, essa uma justificativa possível para o seu aparecimento. Essa propriedade impede que (27d) se trate de uma construção QUE; o que houve foi apenas o apagamento de “*he*”, marcado pela presença da vírgula: “*a primeira, que ... não se perde...*”

A afirmação das autoras é discutível, posto que eu não poderia justificar, já no séc. XVI, o exemplo (31) como sendo uma variante de uma forma ainda não rotinizada, a julgar pelas primeiras ocorrências de (30) ou, diferentemente, abalizar a hipótese de já existirem, na época ou antes, formas com *é que*, não encontradas nos dados do COMTELPO.

2.3. Síntese do Português Médio

Dentre as ocorrências de estruturas que concorrem para a emergência da expressão *é que* no Português Médio, destaco que, nos dados do COMTELPO:

- a) continua abundante o uso de demonstrativos nas construções afins. Ex. (21c): “*Esta é a que farta e cria...*”;

- b) no Século XV, ocorre um exemplo de frase interrogativa com a estrutura Elemento-Qu + SER + DEM + QUE...?. Ex. (21e): *Que é êsto, que a espôsa nom chama seu amado mirra, mas moolho de mirra?*
- c) há indícios de que a construção afim DEM + SER + SN + QUE seja embrionária das expressões: i) *isto é*. Ex.(24a): “*Êsto he q̄ nō seja contra affe π...*”; ii) *é verdade que*. Ex.(25b): “*porq̄ isto e verdade q̄ nesses cabos onde a escrevemos π ...*”; e iii) *é que inicial*. Ex.(30): “*π he que ja q̄ as zombarias sam más: na praça ou na barca sam piores.*”;
- d) continua freqüente o uso da construção SER + DEM + QUE. Ex.(26^a): “*Quem seria o que te oufalle fazer delprazer.*”;
- e) aumenta o uso da construção afim SER + QUE(CI), inclusive antecédida pelo verbo auxiliar modal “*poder*”. Exs.(27b): “. ¶ *Verdade he que algũas virtudes podem per acidente ser primeiras que a fe, ...*”; (27e) “*e não pode ser que vos não faça piedade...*”;
- f) surge o uso da construção SER + QUEM (= O QUE). Ex.(28a): “*& a pelloa que era quem lhe deixou o vestido,...*”;
- g) aumenta o uso das construções ditas “pseudo-clivadas básicas”. Ex.(29): *E o que, Senhora, vos peço, é que me segureis a vida ...*”;
- h) há os primeiros registros da expressão *é que* inicial. Ex.(30): “*& he, que leuãdo vento a popa, hia muita gente assentada no bordo da barca, ...*”
- i) ocorre o primeiro exemplo da construção QUE. Ex.(31): “*por isto que este fez por sua filha,...*”.

3. Português Clássico

O Período Clássico abrange a língua dos Séculos XVII e XVIII e, segundo Cardeira (2006, p. 69-76), corresponde à fixação de um modelo lingüístico – a norma, e de uma instituição social – o idioma nacional.

Conforme a autora, nos finais do Século XVI e durante todo o Século XVII, a cultura volta ao domínio da Igreja, propiciando o desenvolvimento da literatura monástica, de uma poesia mística e da arte da oratória. A língua literária – rica em trocadilhos, antíteses, paralelismos, aliterações e hipérboles – retoma o modelo latino e, dele, imita a construção

frásica; os latinismos enriquecem o acervo lexical; e o Português Clássico é marcado pela abundância de subordinação.

No final do Século XVII, o português é uma língua em expansão, com um padrão lingüístico firmado pela literatura e por gramáticas, ortografias e dicionários. A norma é a do eixo Coimbra-Lisboa, a variedade da Estremadura, que define as diferenças dialetais por áreas: Centro e Sul (centro-meridional); Trás os Montes e Alto Minho (transmontano-alto-minhoto); e Baixo-minho, Douro e Beira Alta (baixo-minhoto-duriense-beirão).

Trabalhos sobre a língua portuguesa, como o *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney (1746), deram um impulso à implementação dos métodos experimentais no ensino, dando margem às reformas do Marquês de Pombal que impuseram não só o ensino do português como também o uso do português no ensino de latim. Dessas reformas, fazem parte, ainda: a criação do Colégio dos Nobres, dos Estudos Menores e da Academia Real das Ciências; a reforma da Universidade; o avanço da alfabetização, o crescimento do número de mestres de ler e escrever; e a fundação da Impressão Régia, como a tipografia oficial, que concentra a produção da Chancelaria imperial e trabalha para instituições ligadas ao ensino.

Enfim, é no Período Clássico que há o alargamento do ensino e da imprensa que acompanha o crescimento econômico e demográfico, resultando, naturalmente, em um crescente empenho no estudo da língua portuguesa e na fixação e divulgação da norma culta.

Nesse cenário, destaco como importantes obras do Período Clássico, constantes do COMTELPO: no Século XVII: *Ásia*, de João de Barros (1605-24); *Peregrinação*, de Fernão de Mendes Pinto (1614); *A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*, de Frei Luís de Sousa (1619); *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, de Frei Diogo das Chagas (1646-54); *Arte de furta*, de Padre Antônio Vieira (1652); *Epanaphoras de varia historia portugueza*, de D. Francisco Manuel de Melo (1660); e no Século XVIII: *Gazetas manuscritas da Biblioteca de Évora* (1729-31); *Verdadeiro método de estudar*, de Verney (1746); *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, de Matias Aires (1752); *Observaçoes sobre a língua e orthografia latina*, de Antonio Pereira de Figueiredo (1765); *Noticias historicas, e praticas acerca do modo de defender os edificios dos estragos dos raios*, de Dalla Bela (1773); *Vida do grande D. Quixote de la Mancha, e do gordo Sancho Pança*, de Antônio José da Silva (1773); *Memorias de litteratura portugueza*, da Academia Real das Sciencias (1792).

Esse material mais os outros textos escritos que compõem a amostra do Português Clássico do COMTELPO fornecem dados que indiciam e já mostram a emergência da expressão *é que*, como exhibe a Tabela 7, a seguir, que traz a frequência dos usos das construções afins referentes aos Séculos XVII e XVIII:

CONSTRUÇÕES		PERÍODO	SÉCULO XVII	SÉCULO XVIII	TOTAL
DEM + SER + SN + QUE			03	05	08
SER + DEM + QUE		O (s)	13	18	31
		Outros	-	01	01
PC	O QUE ...SER		04	06	10
SER QUE	“Fórmula”		04	10	14
	Ser + CI		12	09	21
	MOD + Ser + CI		04	02	06
	Ser quem		01	01	02
	Outros		01	-	01
TOTAL			42	52	94

Tabela 7: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no Português Clássico

Os dados da Tabela 7 estão analisados, a seguir em seções separadas, conforme o século do agrupamento do Português Médio.

3.1. Século XVII

Segundo os dados da Tabela 7, há, no Século XVII, uma forte diminuição da frequência da construção afim DEM + SER + SN + QUE, cujos três únicos exemplos estão em (33):

- (33) a. Contexto: Entre o conselho e a execução do plano de fuga
 (...) Seguiose ao conselho a execução. *Esta he uma arvore, que quer se recolham flores e frutos juntamente.* As fermosas razões são flores; frutos as obras a que nos persuadem; se o tempo se interpõem entre as flores e os frutos, digo entre o conselho e a execução, inutilmente se corrompe huma e outra novidade de flores e de frutos.
 (003.XVII.0218.EVHP-GON)
- b. Contexto: Preparação de Ana de Arfet para a fuga com o Amado
 (...) Ana, que se achava deliberada ao ultimo precipício, tratou de acomodalo de sorte, que lhe fosse menos penosa a falta de sua riqueza. Recolheo as mais preciosas joyas de seus contadores, em grande preço estimadas, de que em si mesmo fez tesouro; entre as quaes foi memoravel hum crucifixo de subido valor pela obra, que era ouro e diamantes. *Este lhes foy a mais fiel companhia, que Ana e Roberto acharão em tragedias futuras.* (MA)
 (004.XVII.0220.EVHP-GON)
- c. Contexto: Comentários sobre as razões alegadas pelo rei D. Filippe contra Dona Catharina
 (...) *Estas são as razoens, que por si allega o Rey de Castella,* para entrar na herança de Portugal. Nenhum Portuguez abafe com ellas, que logo lhas desfarey como sal na agua: mas primeiro quero responder ao candido Leitor, que me pergunta, que razão tive para mudar de estylo neste Manifesto, e fallar por outra linguagem differente da em que himos tirando á luz este tratado. A isso podera responder, que o Manifesto he de castella, e por isso o puz na sua lingua: mas ...
 (002.XVII.0127.ADFU-GOA)

Por essa diminuição, entendo um uso mais especializado. Em (33a), o demonstrativo sujeito “*Esta*” se remete à “fuga”, planejada, textualmente, no parágrafo anterior, e a identifica pela predicação como equivalente, semanticamente, com o sintagma nominal

“*arvore*”, a intercalar *ser... que*. Ocorre, portanto, uma referência anafórica no sujeito e a predicação impulsiona a construção da identidade do referente discursivo. Isso também acontece com (33b), o demonstrativo “*Este*” retoma o sintagma nominal “*crucifixo*” presente no enunciado anterior e o especifica como o sintagma “*a mais fiel companhia*”. Tanto (33b) como (33c) apresentam as marcas de tempo e de concordância, portanto se distanciam da invariabilidade do pretense *é que* inicial, que tenho por hipótese. Em (33c), o demonstrativo tem apenas referência catafórica, que, no texto, remete-se ao sintagma “*as razões*”, que intercala “*são ... que*”, de modo a apresentar e indicar para o leitor que “*as razões*” estão por vir no texto.

Diferentemente da construção anterior, a construção afim SER + DEM + QUE continua abundante, mas, agora, com o uso exclusivo do demonstrativo “o” e flexões. Esse uso está sendo crescente, em termos de frequência, desde o Português Antigo. A singularidade desse exemplo reside no fato de o demonstrativo, no séc. XVII, ainda estar sendo usado no feminino e no plural, como (34a), que, conforme defende Bueno da Sequeira¹⁰³ (1954), se encontra anterior ao processo da “generalização analógica” da expressão *é que*; apresentando marcas de concordância que seguem o processo, tal como exemplificado na seqüência (34a), (34b) e (34c):

(34) a. Contexto: Viagem para Arquico

(*) Daquy desta paragem nos partimos para Arquico, terra do Prestes Ioão, a dar hua carta que Antonio da Sylueira mandaua a hum Anrique Barbosa feitor seu, que là andaua auia tres annos por mandado do Governador Nuno da Cunha, o qual com quarenta homens trazia comsigo escapara do aleuantamento de Xael, onde cativaraõ dom Manoel de Meneses, com mais cento & sessenta Portugueses & tomarão quatrocentos mil cruzados, & seis naos Portuguesas, que **forão as que** Soleymão Baxá Visorrey do Cayro levou cos mantimentos & munições da sua armada, quando no anno de mil, quinhentos & trinta & oito veyo pór cerco á fortaleza de Diu, por lhas o Rey de Xael mandar ao Cayro com sessenta Portugueses de presente & dos mais fez esmola ao seu Mafamede, como cuydo que as histórias que tratão da gouernança de Nuno da Cunha diraõ largamente. (...)

(002.XVII.0020.PERE-GOR)

b. Contexto: A nobreza da arte de furtar segundo os três princípios da ciência

(...) E por todo estes tres principios he a arte de furtar muito nobre: porque o seu objecto, e materia, em que se emprega, he tudo o que tem nome de precioso: as suas regras, e preceitos são subtilissimos, e infalliveis: e os *sugeitos, e mestres*, que a professão, ainda mal que as mais das vezes **saõ, os que** se prezaõ de mais nobres, para que não digamos que são Senhorias, Illustres excelencias, Altezas, e Magestades.

(002.XVII.0065.ADFU-GOE)

c. Contexto: Resolução de Roberto em desagrar o amor perdido, o gosto e a honra

(...) Não ha em nos mais de huma só alma, contra o engano de aquelles que presumem he ella toda inteira aposento de aquella vaidade, que elles chamão conveniencia. *E pois he certo que hum só espirito nos anima*, lá nesse espirito tem sua morada o amor, lá o gosto, lá a vingança. Tão grandes hospedes trago em meu peito. O amor ferido da injuria, o gosto da perda. Sá a vingança se acha inteira e briosa, para tornar pelos agravos dos outros. Mas sem vós como será isto? Não afrontão os inimigos, quando ofendem; os amigos si, quando faltão em ajudar a emenda das ofensas dos inimigos. Aquelle que me deseparar de vós outros, *esse he o que me agrava*, não aquelle que me tem queixoso. Vêde qual de vós quererá fazer o mesmo que aborreceis, em todos os que estais aborrecendo. Nenhum excesso se desmancha, sem outro excesso. (...)

(001.XVII.0217.EVHP-GON)

¹⁰³Ver exemplos (07) e (08) da Parte I.

d. Contexto: A famosa arte de furtar

(...) E se he famosa a arte, que do centro da terra desentranha o ouro, que se defende com montes de dificuldades, não he menos admiravel a do ladraõ , que das entranhas de hum escritorio, que fechado a sete chaves se resguarda com mil artificios, desencova com outros mayores o thesouro, com que se melhora de fortuna. Nem se perde seu ser a arte pelo mal que causa, quando obra com ciladas segundo suas regras, que todas se fundão em estratagemas e enganõs, como os da Milícia : *e he o que dizia hum grande mestre desta profissão*: “con arte, y con engaño, vivo la mitad del año; y con engaño, y arte, vivo la outra parte”. E se os ladrões não tiverem arte, busquem outro officio; (...)

(001.XVII.0060.ADFU-GOE)

Obedecendo à seqüência do processo, (34c) apresenta, no Século XVII, um forte indício embrionário por meio de um exemplo de *contraste* explícito, função esta típica da atual expressão *é que* medial: “*Aquelle que me desemparrar de vós outros, esse he o que me agrava, não aquelle que tem queixoso*. O exemplo (34d) também ilustra um ponto focal na derivação do *é que*, na posição inicial, como resultante de uma possível trajetória final: *é o que > é que*. Volto ao exemplo (34c), onde sublinho a frase “pois *he certo que* hum só espírito nos anima...”, devido à alta freqüência, no séc. XVII, do uso do indicador de modalidade, “lexicalizado” sob a forma da expressão “cristalizada”, *é certo que*, em frases explicativas (05 ocorrências) e em uma frase temporal. Curioso é que Bueno da Sequeira (1954, p.91-2) registra (retomo o comentário da Parte I) que gramáticos mais antigos como “João Ribeiro (*Gramática*, 17^a ed., pag. 151), Firmino Costa (*Léxico*, pg. 264), Carlos Pereira (*Gramat. Expositiva*, pg. 227) e os gramáticos contemporâneos ensinam que a expressão *é que* fica invariável no período”, e que, para a análise, eles sugerem a colocação do “expletivo *é certo*”. Por exemplo: o período “eu *é que* não quero ir” seria analisável se fosse substituído por “*é certo* que eu não quero ir”, ou ainda “*é que* eu não quero ir”.¹⁰⁴ Porém Carlos Pereira adverte que a fórmula “*é certo que*” não passa de um subterfúgio, pois “... o nosso modismo nada mais é do que resultado de uma generalização analógica”. Sobre isso, sugiro um retorno ao comentário de Bechara ([1961] 2001) que fiz no exemplo (25), do Século XVI. Subterfúgio, resquício, ou o que quer que seja, é um caso que requer maior reflexão. Casteleiro (1979) também se refere ao comportamento semântico e sintático de *é que* como uma espécie de “advérbio modal”, que implica uma atitude “modal” do falante em relação ao conteúdo da frase. No caso, posso hipotetizar que o *é que* pode ser um indicador da atitude do falante diante do enunciado que produz, assumindo, portanto, uma função argumentativo- atitudinal.

¹⁰⁴ Exemplos citados por Bueno de Sequeira (1954, p. 92-5).

No Século XVII, permanece a mesma baixa frequência de uso das denominadas “pseudo-clivadas básicas” dos Séculos XV e XVI, com apenas quatro ocorrências, transcritas em (35):

(35) a. Contexto: Entre fábulas e ficções dissimuladoras da verdade
 (...) Aquelle Jupiter, agora em ouro, agora em cisne, agora em novilho disfarçado, que tantas vezes com seus artificios perverteo a honestidade das mais recatadas ninfas, nenhuma outra cousa quis ser, salvo aquelle cuidado, com poder e industria mais que humano (que por isso o fingirão Deus) que soe facilitar impossiveis, a fim de satisfazer suas desordens. Saiba pois quem tiver Ledas, Danaes e Europas em sua guarda, que he menos que hum Jupiter, que intenta sua ruina; como contra hum Jupiter se recate **O que antes forão ninfas, são agora mulheres**, e o que será das mulheres que querem ser ninfas? (...)

(005.XVII.0221.EVHP-GON)

b. Contexto: Carta do Conego Andre Cordeiro sobre como o rei Dom Pedro morreu de peçonha
 (...) fallecendo El Rey, não ha quem se atreua sahir da caza, posto que na morte de Dom Pedro Affonço, ouve a maior quietação que podia ser, comtudo pollos caminhos se cometem ordinariamente grandes insultos. Foi este bom Rey cheio de grandes desejos de uer e communicar a Vossa Illustrissima e desejava estranhamente de mandar uisitar a Vossa Senhoria o que não pode fazer tam breuemente como queria, por lhe não acudirem seus uassalos a tempo com certas cousas, que elle determinaua mandar, pera a qual uiagem me tinha pedido, a fim de a querer fazer, que eu aceitei com muito gosto; porem com condição que **o que mandasse auia ser da maneira que parecesse mandado de Rey**; e Domingo de Ramos me disse o que tinha junto, e eu lhe agradeçi, e lhe disse que com aquilo me poria ao caminho, aleuantando se as agoas que forão, e são as maiores que nunca se uirão.

(002.XVII.0101.ESCR-GOP)

c. Contexto: Dedicatória da obra sobre a vida do religioso
 (...) Com estes penhores da verdadeira devação se deu por obrigado nosso Padre Provincial a mandar ver com prontidão o estado dos escritos do Padre Cácegas. E parecendo que **o que estava sendo feito não era tanto história formada como materiais juntos** para se formar edificio de boa história, assentou e mandou que fosse eu o architecto e o alvener que de novo a traçasse e alevantasse. E havendo dous anos que ando com as mãos na obra, venho agora de seu mandado presenta-la a Vossas Mercês e juntamente reconhecer com as devidas graças que só a Vossas Mercês ficará devendo a nossa Religião em particular e o mundo em gèral todos os bens que desta lição nela e nele resultarem, (...)

(001.XVII.0004.VFBM-GOE)

d. Contexto: O sinal guardado em segredo
 (MA) **O que nós achamos de grande maravilha neste sinal e não menos louvor de quem o teve é que**, vivendo 76 anos, o guardou e encobriu com tanto recato, que, quando chegou a falecer, ùa só pessoa era sabedora dele, que foi um cónego de Braga, que fora seu criado e cubiculário e rezara com ele alguns tempos e podia com esta ocasião ver-lhe as mãos e notar o sinal.

(002.XVII.0014.VFBM-GOR)

Além da baixa frequência, as três primeiras ocorrências apresentam as marcas de tempo e de concordância: “o que ... são”, em (35a); “o que ... auia ser”, em (35b), sem a presença da preposição “de”, hoje usual; e “o que ... era”, em (35c). Em (35d), ocorre uma grande quantidade de material informacional entre *o que ... ser*, inclusive observa-se uma coordenação nessa clivagem, com os verbos no passado “achou” e “teve”, além de “guardou” na subordinada predicativa pós-cópula, em que o verbo *ser* está no presente, garantindo um caráter de fórmula, que talvez venha a justificar a hipótese de emergência do *é que* como advinda das “pseudo-clivadas”, conforme Casteleiro (1979).

Outra construção cuja frequência confirmada é alta é a dos usos SER + QUE (CI), confirmando a abundância de subordinadas nesse período conforme já descreve Cardeira (2006, p.71).

(36) a. Contexto: Palavras de um companheiro experimentado nos sucessos de amor e tempo ao inconformado Roberto

(...) O edificio melhor se conhece pelo alicerse, que se lhe abre, que pelo desenho que se lhe dibuxa; entre a pintura e a fabrica, se interpoem o conselho e a mudança. Obras e pensamentos correm sempre fraudulenta irmandade. Confesso que são irmãos; mas á maneira de aquelles antigos Castor e Pólux, que nunca vemos luzir conformemente. *Bom he, Roberto, que tu queiras hoje receber huma desesperada morte*, porque te não sahio prospero teu delicto! Que mais fizeras, se foras tu o juiz contra ti proprio?(...)

(009.XVII.0235.EVHP-GON)

b. Contexto: Palavras de um companheiro experimentado nos sucessos de amor e tempo ao inconformado Roberto

(...) Ouvirá o mundo esta historia, já a tempo que todos se compadeção; porque chegandolhes mais cedo a noticia da tragedia que a da liviandada, não haverá quem deixe de se lastimar da primeira, antes que se indigne da segunda. Tu procuras te deixemos acabar aqui, junto de aquelle teu amoroso espectáculo, os poucos dias que te restão de vida? *Como pode ser, ó Roberto, que tu queiras sobejar á razão de teu amor*, e aconselhasnos que falemos nós á de nossa amizade? Amizade e amor, tudo he o mesmo; mas se por ter melhores fins que o amor a amizade, queres que seja mais debil, isso he negarlhes todo o valor ás virtudes.(...)

(010.XVII.0237.EVHP-GON)

c. Contexto: Resposta da Dona Catharina contra as razões do rei D. Filippe

(*) I. *Reposta contra a primeira razão he, que não vem a proposito a herança da Senhora Dona Brites*: porque a nossa questaõ procede sobre descendentes delRey D. Manoel, e não sobre os DelRey D. Fernando, cujas duvidas se averiguarão nos campos de Algibarrota: além de que a Senhora Dona Brites não deixou filhos, e assim necessariamente havia tornar a Portugal o direito. II. *Reposta contra a segunda razão he, que deverão advertir, como na successão taõ prolongada D. Joaõ I de Castella*, oitavo neto do primeiro Rey de Portugal, *havia o mesmo defeito de illigitimidade em seu pay D. Henrique* que, além de outros avós: ... III. *Contra a terceira he que diz bem*, se todos os Oppositores foraõ filhos do mesmo pay, assim como eraõ netos do mesmo avô; porque então o mais velho seria o Morgado, Principe, e legitimo herdeiro: mas sendo filhos de differentes pays, como eraõ, devia-se o direito só áquelle, cujo pay tinha á Coroa: e como....

IV. *Reposta contra a quarta razão*. Admittimos o argumento contra os outros Oppositores, e negamo-lo contra a Senhora Dona Catharina por razão da melhor linha, em que se achava, com que vencia a Filippe, como fica explicado na reposta proxima contra a terceira razão. (...)

(004.XVII.0127.ADFU-GOA)

(005.XVII.0128.ADFU-GOA)

(006.XVII.0128.ADFU-GOA)

d. Contexto: Resposta da Carta de Gaspar de Faria feita ao Regedor da Relação de Lisboa, pedindo, em nome do rei, informação sobre privilégio e prerrogativas daquelle cargo

(*) Os documentos, que Sua Magestade, me manda apontar de mays dos que forão em reposta ao outro papel, que nelle não referi, pelo não alargar, e por me não parecer à materia de duvida. *São que no anno de 19. nos touros, que se fizerão à el Rey D. Phelippe 3º*, esteve o Regedor Manuel de Vasconcelos em sua presença no palanque da Relaçam debaxo do docel na sua cadeyra: e na mesma forma no Conselho Real de Castella, *que he só o, que tem docel está o Presidente*. (§)

(001.XVII.0259.ADP-GOP)

(002.XVII.0259.ADP-GOP)

e. Contexto: Sobre o movimento do cometa

(...) Perguntarmeha aquy ocuriozo Leytor, quem movia pello Ceo este Cometa e que otrazia por Circulos, e voltas taõ pouco uzadas? porque como esta lux não foy daquellas, que Deus Creou no principio do Mundo? Com Razaõ fe pode perguntar que Cauza Circularmente omovia? *A opiniaõ Commuã he que os Cometas leguem aquelle Astro, ou Planeta*, de que fegeraraõ Levados por huma Vertude magnetica, ou fymphathica. Esta opinião não tem lugar no novo Cometta; porque Concedendosse que este Cometta foy gerado de faturno, e do fol, pergunto de qual dos douz he levado e movido?

(001.XVII.0176.DEAS-GOE)

Nas construções SER + QUE (CI) de (36a) e (36b), há interrupção de vocativos entre “*he ... que*”, liberdade de que não goza a expressão *é que*. O uso do SER + QUE (CI) com o verbo modal *poder* continua constante nesse período, como se pode ver no exemplo (36b). A novidade, neste último, é o uso dessa construção numa frase interrogativa. A separação entre o *ser* e o *que* pelo vocativo permite a leitura de uma subordinada integrante, cujo verbo, aliás, está no modo subjuntivo. Entretanto, o uso do modal pode ser uma estratégia de ênfase do elemento-Q *Como?*, que requer o “modo, a maneira de”, no caso, ser possível a realização da informação desconhecida ou solicitada; e, talvez, numa situação de certeza, o exemplo pudesse ser usado assim: *Como é que tu queres, ó Roberto, sobejar à razão de teu amor?* Fica, então, a reflexão, para ser constatada mais adiante nos dados de interrogativas com *é que*. Como no exemplo (36c), o uso da construção afim em questão, na enumeração é comum, conforme já comentei no exemplo (27d) do Século XVI. Curiosa é a pontuação que marca uma pausa, por meio de vírgula, entre a cópula e a conjunção que encabeça a subordinada. Isso não acontece na terceira ocorrência “*Contra a terceira he que diz bem*”, cujas omissões possibilitam uma leitura ambígua com a expressão *é que*, como um operador argumentativo de contraste: *Contra a terceira he que diz bem* (e não contra as outras duas), inviabilizada apenas pelo contexto. Aliás, há uma atitude de avaliação do falante: “*diz bem*”, e não diretamente a especificação pós-cópula, como ocorre nas duas primeiras enumerações; na quarta, não há nenhuma das duas construções. Leitura ambígua também pode ocorrer em (36d), agora envolvendo o sujeito desinencial de “*São que...*”, presente explicitamente no início distante do enunciado anterior. No caso, seria um *é que* inicial ainda com as marcas de concordância. O exemplo (36e) mostra uma construção típica de SER + QUE (CI), sem inversões, pausas ou interrupções.

Retornando ao exemplo (36d), há uma outra ocorrência que é da construção SER + DEM + QUE, que ainda permite não apenas a intercalação do operador argumentativo “*só*”, como também a pausa marcada pela vírgula.

Registro também que, no Século XVII, há um único exemplo da construção afim SER + QUEM, apresentado em (37), cuja estrutura já foi comentada no exemplo (28), do século anterior. Então, no exemplo que segue, a construção “*era quem*” admite a leitura da frase: *como [era aquele que] as fez*.

(37) Contexto: Bispado do Frei George de Santiago em Angra, de 1552 a 1561
 (...) ... no anno de 1551 foi eleito Bispo deste Bispado aonde celebrou Synodo Episcopal na cidade de Angra polla festa de Pentecostes e foi o primeiro que este Bispado teue, e ate hoje se não celebrou outro por este se gouerna, e são suas constituições tam santas *como era quem as fez* na opinião dos homens. Tanto que uindo da India a Ilha Terceira o Patriarcha dom João Bernardes fallando nelle dizia, que não auiam [de] chamar Dom

Jorge. Feitas as constituições, e acabadas, o anno de 1559 se foi pera o reino a faze las imprimir e tornando com ellas impressas no de [1]561, (...)

(002.XVII.0248-ESCR-GOR)

O uso da expressão *é que* no Século XVII parece assumir seu caráter de fórmula que começa a ser mais usada tanto no início de frase, conforme registrei no século anterior, quanto na posição medial, que sugere que já está havendo a reanálise da referida expressão, a partir da expressão *é o que*.

(38) a. Contexto: Exemplos de furto feito pelos boticários

(...) Digamo-lo ao menos dos boticarios. Tem estes hum livrinho, não he mayor que huma cartilha, e nada tem de sua doutrina; porque se devia compor no Limbo: certo he que o não imprimio Galeno, que houvera de ser muito bom Christaõ, se não fora Gentio, porque tinha bom entendimento. A este livro chamaõ elles: “Qui pro quo”: quer dizer, “huma couza por outra”: e o titulo basta, para se entender, que contem mais mentiras, que verdades: antes só huma verdade contem, e *he que em tudo ensina a vender gato por lebre*, como agora: se lhe faltar na botica a agua de escorcioneira, que receita o Medico para o cordeal, que lhe podem botar agua de cevada cozida; e se não tiverem pedra de baazar, que pevides de cidra tanto montão: se não houver oleo de amendoas, que lhe ponhaõ o da candêa. E assim vay baralhado tudo, de maneira que não pode haver boticario, que deixe de ter quanto lhe pedem: e dahi pode ser que veyo o proverbio, com que declaramos a abundancia de huma casa rica, que tudo se acha nella como em botica. E já lhe eu perdoára tudo, se tudo tivera os mesmos ingredientes suppostos, que nada valem, como haviaõ de levar pelos verdadeiros, que valem muito.¹⁰⁵

(006.XVII.0073.ADFU-GOE)

b. Contexto: A necessidade do domínio da gramática na vida do cortesão

(...) Antes que servisseis para servir este reyno, já vos estaveis ensayando fóra delle em menino para as grandes representações que nelle vos esperavão ja homem. ... logo á disciplina do paço outros annos mais advertidos. He a cortesia a gramatica das pessoas illustres, porque as lingoagens da arte das cortes, nunca as entendeo bem aquelle que tarde veyo a estudallas; *se ja não he que*, porque os homens não fujão de seu perigo, *convem que desde moços lhe vão perdendo o receyo*, como os moradores das catadupas do Nilo tem por harmonia o estrondo, que aos estranhos estremece.(...)

(001.XVII.0002.EVHP-GOA)

c. Contexto: Resposta da Dona Catharina contra a quinta razão do rei D. Filippe

(...) Contra a quinta. Quer ElRey Filippe hum Santo para si, e outro para a outra gente, admittindo a representação para os vassallos, e negando-a para os Reys: se admite, que governaõ melhor aquelles com ella, deve admittir, que se governarãõ mal Reys, se a não admittirem em suas successoens: e *assim he, que* por fugirem esta calumnia, *a admittem quase todos os Reynos*, e Estados da Europa, e até mesmos Reys: e bastava terem-na admittido em Portugal ElRey D. Affonso I. nas Cortes de Lamego anno de 1141 e confirmada por ElRey D. Joaõ I. no seu testamento anno de 1436 e D.Affonso V. no anno de 1476. aprovando-o os três Estados, todos sem paixãõ, nem occasião de controversia, que lhes pudesse perturbar a razão: e sendo assim ley praticada neste Reyno, deve admitilla Filippe, em que lhe pèz. (...)

(007.XVII.0128.ADFU-GOA)

d. Contexto: A verdade a cargo do pai do Reverendo Padre Frei Matheus da Conceição

(...) E *porque sobretudo a informação e uerdade de Vossa Paternidade he que ha de realçar esta nossa abonação e credito*, pois Vossa Paternidade sabe tudo milhor que ninguem como quem tam particularmente em uida, e em morte assistio sempre ao Senhor Bispo, Peço muito a Vossa Paternidade nos queira fazer merce, e charidade querer declarar e dizer a uerdade do que se passa nesta materia (...)

(005.XVII.0104.ESCR-GOP)

A expressão *é que* inicial está presente tanto em (38a) como em (38b). No primeiro exemplo, a expressão “*he que*”, depois do conector aditivo “*e*”, funciona como um operador que visa a esclarecer o conteúdo anterior, ou seja, a verdade que o livro contém,

¹⁰⁵ As outras duas ocorrências de *SER QUE* em (38a) não foram comentadas, por não ilustrar o caso em questão, contudo foram computadas.

apresentando-o na frase que a expressão *é que* introduz: “*em tudo ensina a vender gato por lebre*”. O mesmo se dá em (38b) numa frase condicional negativa, cuja negação e o operador de introdução de conteúdo pressuposto “*ja*” que antecedem o “*he que*” não incidem sobre ele e sim sobre o verbo nuclear da frase que esta expressão introduz. A título de comprovação, posso movimentar a expressão para antes desses dois operadores, colocando-a na posição inicial depois do conectivo “*se*”: *se he que ja não convem*, não alterando, portanto, nem a função introdutora e esclarecedora da expressão “*he que*”, nem a função dos operadores que incidem sobre o verbo. Outra situação seria a impossibilidade da intercalação, nessas duas ocorrências, por exemplo, do operador argumentativo “*só*”, como ocorreu em (36d): * *e he só que em tudo ensina...*, em (38a); e * *se já não he só que convem...*, em (38b).

A expressão *é que*, na posição medial, apresenta-se já reanalisada no Século XVII. Isto é, houve uma reinterpretação da construção como uma forma fixa, inseparável, e que não admite marcas de tempo nem de concordância. Em (38c), ocorre o uso de “*assim he, que, ..., a admittem quase todos os Reynos*”, que repete o que já ocorria, apesar de escasso, no Século XIII, como foi discutido em (13); mas ainda sem ter havido o processo de reanálise que só é possível pela rotinização do uso. Isso vem corroborar o que afirma Longhin (1999), em seu estudo sobre as clivadas, sobre a presença, no Século XIII, de construções similares a três “alternantes” clivadas atuais: a clivada propriamente dita, a pseudo-clivada e É QUE, mas têm interpretação ambígua. Defendo que há a construção clivada com *é que*, ou, para uns, a “pseudo-clivada invertida de *é que*”, deste o Século XIII, o que parece não ter acontecido ainda é o processo de reanálise da expressão *é que*. Além disso, Longhin também afirma que, a partir do Século XVII, as “alternantes” pseudo-clivadas e É QUE já fazem parte da língua portuguesa. E, como tal, está em (38d) a expressão *é que*, não mais como clivagem, mas como um operador argumentativo de contraste em: “*a informação e uerdade de Vossa Paternidade he que ha [sic] de realçar esta nossa abonação e credito*”. Apesar de a locução verbal não estar concordando com o sujeito composto, ao contrário, segundo a concordância atual, ficaria notória a invariabilidade da expressão *é que*, destaco que ela não faz parte desse predicado como cópula e conjunção, mas sim como um operador compósito, de natureza modal. A expressão *é que*, sintática e semanticamente, vem antecedendo a locução verbal, núcleo da frase, enfatizando o sintagma à sua esquerda “*a informação e uerdade de Vossa Paternidade*”, produzindo um efeito de contraste. Defendo que o *é que* implica uma atitude de certeza do falante sobre o conteúdo da frase: *ha [sic] de realçar esta nossa abonação e credito*, que é realçada, no exemplo, pelo advérbio “sobretudo” modificador da frase que antecede o sintagma nominal em foco.

Por fim, no Século XVII, aparecem dois usos incomuns da construção SER + DEM + QUE e SER + QUE. Trata-se do uso da cópula no gerúndio, como em (39a) e (39b).

(39) a. Contexto: Solicitação de uma certidão sobre a verdade emitida a Pe. Frei Matheus da Conceição (...) ... e venha autentica, e reconhecida e por duas uias, porque nos he muito necessaria e entenda Vossa Paternidade que alem de nos fazer muita merce, he obra de grande misericordia, pois com ella ficara nossa honra limpa deste labéo e nossas pessoas toda a uida nesse reconhecimento, esperando que me mande largas nouas de sua saude e estado que *sendo o que desejo sempre o festejarei como pessoa tam obrigada as grandes mercês* que de Vossa Paternidade tenho recebido cuja Pessoa nosso Senhor guarde, ett^a. Em Lixboa a 10 de abril de 1626. Capelão de Vossa Paternidade o Cônego Andre Cordeiro.

(006.XVII.0108.ESCR-GOP)

b. Contexto: Sobre o envolvimento de Brás Correa na morte do Bispo (...) ...o Reysinho mui tomado me mandou sahir fora do Reino e me mandou tomar a melhor da minha fazenda prata, ouro, fato, e outras muitas couzas, e depois de assim roubado e deitado do Reino, detido pollos campos mais de tres mezes tolhendo me a agoa, e mais temporalidades com outros (*sic*) muitas brutalidades de barbaros, entrou em conselho com os dous clerigos, que la ficauam, e acordarão, de nos leuantar que nos matáramos o Senhor Bispo e buscarão hum criolhetes e negros que jurarão o que lhes mandarão *sendo que nem em vida, nem em morte uirão o Senhor Bispo com os olhos*.

Isto mandarão a Diogo Nabo, que ja esta na outra uida, aonde lhe auera pezado de quanto males e trapaças fez em perjuizo de seus proximos, e com isto nos mandarão aqui. (...)

(004.XVII.0104.ESCR-GOP)

No exemplo (39a), o uso do gerúndio é devido à manutenção da relação temporal com o verbo principal da frase anterior, cujo complemento “*largas nouas de sua saude e estado*” é o referente do demonstrativo “o” da construção afim, que, por sua vez, remete-se ao conteúdo da relativa que o segue “*que desejo sempre*”. Já em (39b), o uso do gerúndio na construção “*sendo que*” sugere a função de um conector concessivo, que, a exemplo da expressão *é que*, faz conexões também contrastivas, cujo significado básico é contrário à expectativa na relação falante-ouvinte. Essa noção concessiva se torna evidente ao compará-la com um enunciado adversativo: *embora [mas]nem em vida, nem em morte viram o Senhor bispo com os olhos*.

3.2. Século XVIII

Conforme os dados da Tabela 7, continua, no Século XVIII, a tendência de queda do uso da construção afim DEM + SER + SN + QUE, exemplificada em (40a) e em (40b), cujo SN, paulatinamente, está sendo substituído pelo demonstrativo “o”, como mostra, mais adiante, o exemplo (41d).

(40) a. Contexto: Carta sobre a Fortuna (...) Com o tempo perdi o amor, a vaidade, e a esperança, estou pois sem esperança, sem a vaidade, e sem amor. *Estes eram os fortes laços que me prendiam*, já se quebraram; não sei verdadeiramente o que me prende. Um resto de vida, debilíssima prisão, e de pouca duração; por isso vivendo retirado não sigo as bandeiras da fortuna, e já lhe disse adeus.

(008.XVIII.0198.RVH-GOA)

b. Contexto: O primeiro estado da Lusitânia

(...) *E esta he a primeira Scena que se nos representa no Terreno Lusitano*; hum campo de batalha continuada já com os Fenícios, já com os Carthaginezes, que depois de disputarem por largo tempo com estes Barbaros a forte das armas, os deixaõ ainda por domar aos Romanos quando lhes cedem a conquista do mundo.

(001.XVIII.0020-MLP-GOR)

Diferentemente da construção anterior, continua aumentando o uso de SER + O + QUE, mas ainda há o registro de um único uso de outro demonstrativo, no caso, “aquele”, presente no exemplo (41a). A seqüência dos seis exemplos, presentes em (41), mostra, numa mesma época e seguindo o princípio da estratificação de Hopper (1991), a tendência dos diferentes estágios por que passou a construção *é o que*, para derivar, segundo a hipótese que sustento, a expressão *é que*: [*é aquele(a)(s) que* > *és(sou) o que* > *é a(o)(s) que* > *isso he o que* > *SN (pl/sing) he o que (medial)* > *É o que (inicial)*] > *é que*.

(41) a. Contexto: Carta sobre a Fortuna

(...) A fortuna não é cega, com dizem, ela vê a quem escolhe, e mostra que vê bem, porque escolhe bem. Os que não são escolhidos, crêem ser cegueira da fortuna, o que é só cegueira sua. Julgam ser usurpação, a fortuna que a outros se comunica. Que injusto pensamento! A fortuna não se vende: (...) tem livre o seu arbítrio; e assim não devemos murmurar da ventura alheia, mas sim da nossa desventura; devemos conformar-nos, magoar-nos não porque mágoa é queixa, e virtude a conformidade. Quem se magoa reprova o que a fortuna fez; quem se conforma aprova o que ela faz; entre um e outro extremo, *o melhor partido é aquele, que a fortuna quer*, não aquele que nós queremos; porque nós enganomo-nos a nós mesmos, e a fortuna não se engana a si.

(006.XVIII.0197.RVH-GOA)

b. Contexto: Impedimento da entrada de Sancho Pança na casa de D.Quixote

(...) Ama, e sobrinha.- Não has de entrar Sancho Barrabás.

Sancho.- Eu por ventura dei-lhe a vossês palavra de casamento, para me porem impedimento?

Sobrinha.- *Tu és, o que lhe metes na cabeça essas cavallarias andantes.*

Sancho.- Máo agouro venha pelo diabo; essa é bonita! Com que eu sou acaso loucura, para me meter na cabeça de meu Amo? Coitado de mim, *que eu sou o que pago*; pois á conta de suas cavallarias andantes levo muitos couces.

D. Quixote.- Que é isso Sancho Pança? Sempre haveis de vir grunhindo?

Sancho.- Que ha de ser? A senhora Ama, e a senhora Sobrinha, que Deos guarde, não me quieram deixar fallar com vossa mercê, senhor meu amo, dizendo, que eu era a causa de vossa mercê querer ir segunda vez pelo mundo buscar a ventura. Veja vossa mercê, que maior testemunho, *quando eu sou, o que digo a vossa mercê*, que se havemos de ir amanhã, que vamos hoje.

D. Quixote.- Não façás caso de mulheres, que bem parece, que ignoram o genio dos cavalleiros andantes. (...)

(002.XVIII.0011.VDQM-GON)

(003.XVIII.0011.VDQM-GON)

(004.XVIII.0011.VDQM-GON)

c. Contexto: Reflexões sobre a vaidade e o ódio

(...) **34** Para nada ser permanente em nós, até o ódio se extingue: cansamo-nos de aborrecer: a nossa inclinação tem intervalos, em que fica isenta da sua maldade natural; não esquece porém o ódio, que teve por princípio a vaidade ofendida; assim como nunca o favor esquece quando se dirige, e tem por objecto a vaidade de quem recebe o benefício. *A nossa vaidade é a que julga tudo*: dá estimação ao favor, e regula os quilates à ofensa; faz muito do que é nada; dos accidentes faz substância; e sempre faz maior tudo o que diz respeito a si.

(006.XVIII.0056.RVH-GOE)

d. Contexto: Valorização do Latim falado e escrito pelos antigos Romanos

(...) ... nada do que os antigos Romanos de bom seculo praticarão na eſcritura da ſua lingua, ſe pode hoje dar por antiquado. Por que o fallar e eſcrever bem eſta lingua não he fallar e eſcrever, como hoje fallão e eſcrevem os modernos; mas fim he fallar e eſcrever, como antigamente fallaraõ e eſcreveraõ os Romanos. E como do que os Romanos fallaraõ e eſcreveraõ, não pode haver documentos mais certos e autorizados, que os Marmores, ou

Bronzes, ou Moedas de bom seculo : segue-fe, que o que se provar destes Marmores, ou Bronzes, ou Moedas, *isso he o que se deve seguir na lingua latina.*

(003.XVIII.xx.OLOL-GOE)

e. Contexto: Vícios e virtudes de guerra no primeiro estado da Lusitânia

(...) Mas ao justo motivo da defeza propria succedem depois outros, que facilmente põem as armas na mão a huns homens, a quem a falta do commercio, e de artes quasi não deixa meio de enriquecer, que a pilhagem; nome com que muitas das suas guerras são infamadas pelos Póvos mais polidos que elles. E o mesmo habito de pelejar lhes vai alimentando hum natural feroz, que já os não deixa accomodar com focego da paz, e que os faz bulcar inimigos dentro da casa, quando lhes faltaõ os de fóra.

Eltes vícios, e virtudes de guerra, he o que de principio nelles distinguem os Romanos, não os vendo fenaõ armados no campo; e de que não podem deixar de dar testemunho estes mesmos vaidosos desprezadores de tudo o que não he Romano.

(002.XVIII.0021.MLP-GOR)

f. Contexto: Reflexões sobre a vaidade e o sentimento

(...) **18** Há ocasiões, em que contraímos a obrigação connosco, de não admitirmos alívio nas mágoas, e nos armamos de rigor, e de aspereza contra tudo o que pode consolar-nos, como querendo, que a constância na pena nos justifique, e sirva de mostrar a injustiça da fortuna: parece-nos, que o ser firme a nossa dor, é prova de ser justa; esta ideia nos inspira a vaidade, menos cuidada no sossego do nosso ânimo, do que atenta em procurar a estimação dos homens. Uma grande pena admira-se, e respeita-se; *é o que basta* para que a vaidade nos faça persistir no sentimento.

(001.XVIII.0048.RVH-GOE)

Nessa fase clássica, o português registra o continuado uso da construção *O que...ser*, denominada “Pseudo-clivada”- PC, exemplificado em (42), em que destaque duas ocorrências.

(42) Contexto: Descrição da ilha a ser governada por Sancho Pança

(...) Filha.- Diga-me, senhor pai, e que tal é a ilha, de que vossa mercê ha de ser governador?

Sancho.- É a mais excellente do mundo: é mui grande, tem sete palmos de comprido, e dous de largo: tem muita arvore de espinho: *o que me gabam mais é um passeio*, que tem de ortigas, *que dizem é uma maravilha* : sobre tudo tem ao pé dos muros um canteiro de boninas, que cheiram, que tresandam : tem muito lega-cachorro: e é tão sadia, que todos os annos tem um ramo de peste: (...)

(005.XVIII.0015.VDQM-GON)

(006.XVIII.0015.VDQM-GON)

Chamo à atenção a ocorrência “...*que dizem é uma maravilha*”, que possibilita uma leitura ambígua, considerando o tipo de construção de clivagem. Uma primeira leitura seria a de que se trata de uma PC, estruturada apenas com o elemento *que* da típica construção *o que*. Uma outra seria admitir que, seguindo o paralelismo com a frase complexa, trata-se de uma relativa caracterizando o sintagma “*um passeio*” e nela ocorre uma construção SER (ou “Semipseudo-clivada” – SPC). Ou seria somente o uso da pontuação, que não isola os termos que marcam a atitude do falante no seu descomprometimento ao fazer o comentário parentético “..., *que dizem*,...”. Concentrando a reflexão na possibilidade das duas primeiras leituras, não residiria aí a hipótese de derivação: PC > SPC?

Costa e Duarte (2001) rejeitam tal hipótese pelo fato de ela não se aplicar à construção *QUEM...SER*. Isso, acredito, ainda não encerra a possibilidade de derivação, pois pode-se tratar apenas de uma restrição do identificador que poderia ser explicada pela mudança *quem*

> *que*, em certos contextos, referindo-se tanto à pessoa como a objetos. Mais uma vez, trata-se de uma reflexão a ser constatada em dados reais das “pseudo-clivadas” e das “semipseudo-clivadas”. Fica, então, o alerta, posto que essa discussão não faz parte dos objetivos desta investigação.

No Século XVIII, continua alto o uso de SER + QUE (CI), como em (43a), embora seja menos freqüente o uso dessa construção modalizada pelo auxiliar “poder”, como em (43b):

(43) a. Contexto: A segunda protesta de Verney aludindo aos neologismos de natureza filosófica
 (...) *A segunda coisa é que eu não cansarei em escrever Português elegante; mas me servirei das palavras de que comumente me sirvo no discurso familiar. Nas matérias de doutrina, por força devo servir-me de algumas palavras que não são portuguesas, o que também fazem os Latinos quando tratam semelhantes pontos, porque, no estado em que as coisas estão, não se servindo das ditas palavras, não é possível explicar bem as matérias.*

(002.XVIII.0024.VME-GOA)

b. Contexto: Sobre uma crônica inédita da Conquista de Algarve - Introdução
 (...) Que D. Brites fora requerer este Reyno para seu Marido, he facto, que ninguem atesta á exceção desta Chronica; convindo todos, que D. Diniz fora o agente da mercê, que se requereu, segundo vimos de dizer. *Porém póde ser que fosse acompanhado de sua Mãe, ou que fosse só esta; pois não he indisputavel a jornada de D. Diniz a Castella, para conseguir de seu Avô a mercê referida.*

(002.XVIII.0081.MLP-GOE)

A seguir, como no Século XVII, ocorre um único exemplo da construção afim SER + QUEM, ilustrado em (44):

(44) Contexto: Forma do governo dos antigos Lusitanos

(...) Vêm que este Terreno, que designaõ pelo nome de Lufitania, he habitado de Póvos differentes independentes huns dos outros, e governados cada hum por suas Leis, e costumes particulares; leis raras, e costumes singelos, ainda com a marca da natureza não contrafeita.

Como a segurança propria he quem só fórma estes corpos, não largaõ da liberdade que receberão da natureza, mais que o puramente preciso para conservar essa mesma segurança. A guerra (...) os obriga a criar hum Superior, a que juraõ fidelidade; mas conseguida a paz, expira o governo do General, e a obediencia dos soldados.

(003.XVIII.0023.MLP-GOR)

Da mesma forma da abundância de exemplos que segue em (45), é, no Século XVIII, que ocorre, em termos de uso, um aumento significativo da expressão *é que*, já reanalisada.

(45) a. Contexto: Valorização do Latim falado e escrito pelos antigos Romanos

(...) He preciso porém advertir aqui outra coisa igualmente importante, e **he : que** assim como nas linguas vivas da Europa *huns escrevem a mesma palavra de hum modo, outros de outro modo, e todos escrevem bem: [porque como estamos em caso de linguas vivas, o uso e autoridade dos Sabios Nacionaes pode muito bem cohonestar duas orthografias]* assim tambem quando ainda estava viva e florente a lingua latina, os mesmos Sabios se dividiaõ em escreverem huns assim, outros assim a mesma voz : e todos a respeito dos que hoje escrevemos a sua lingua, todos a escreviaõ bem, porque todos tinhaõ jurisdicção nella.

(004.XVIII.xx.OLOL-GOE)

b. Contexto: Início da Carta sobre a Fortuna

(*) Meu amigo e Senhor: agradeço a V. M. o desejo que me mostra de que eu tenha maior fortuna; não se preocupe tanto a meu favor, porque a fortuna que tenho, é a mesma que devo ter: *o merecimento é que faz a*

fortuna, e quem o não tem, que fortuna há-de esperar? Falo sinceramente e sem hipocrisia. No tempo que já passou por mim, tive esperanças, agora nem essas tenho, e isto porque conheço melhor, sei o que valho, e o que mereço, por isso sei que não devo esperar nada; esperem os outros, e vivam no tormento de esperar. Eu hoje só tenho por fortuna o não esperar a fortuna.

(002.XVIII.0193.RVH-GOA)

c. Contexto: Carta sobre a Fortuna

(...) A fortuna é como a luz que se espalha abundantemente, e aclara os espaços mais remotos: recebamos a luz ainda que seja alheia. *O Centro dela é que está de nós tão afastado* quanto vai do Sol à terra; devemos entender que há fortuna tal, que estando em um sujeito, é como se estivesse em todos; porque a todos se estende o seu influxo; e assim, se a comodidade é nossa devemos estimar, que o trabalho seja de outrem.

(007.XVIII.0197.RVH-GOA)

d. Contexto: Carta sobre a Fortuna

(...) A fortuna não é cega, com dizem, ela vê a quem escolhe, e mostra que vê bem, porque escolhe bem. Os que não são escolhidos, crêem ser cegueira da fortuna, o que é só cegueira sua. Julgam ser usurpação, a fortuna que a outros se comunica. Que injusto pensamento! A fortuna não se vende: *ela mesma é que se dá*; e para dar-se a si, tem livre o seu arbítrio; e assim não devemos murmurar da ventura alheia, mas sim da nossa desventura; devemos conformar-nos, magoar-nos não porque mágoa é queixa, e virtude a conformidade. Quem se magoa reprova o que a fortuna fez; quem se conforma aprova o que ela faz; entre um e outro extremo, o melhor partido é aquele, que a fortuna quer, não aquele que nós queremos; porque nós enganomo-nos a nós mesmos, e a fortuna não se engana a si.

(005.XVIII.0197.RVH-GOA)

e. Contexto: A religião dos antigos Lusitanos à semelhança dos Gregos

(...) Idolatras, como feus Maiores, nada confervaõ da Religiaõ pura que a Razaõ lhes mostrára, mais que o reconhecimento de que ha hum Ente maior que elles, a que devem dar culto: porém efragado este natural sentimento pela corrupção do coração, imaginaõ divindades indignas, a que honraõ com hum culto igualmente indigno. Se querem dar-lhes graças pelo feliz sucesso de huma batalha, as mãos direitas dos prizioneiros fãõ o triste troféo que lhes levantaõ. Se antes de qualquer acção procuraõ saber o seu bom ou máo exito, *dentro ás entranhas de hum inimigo he que vão buscar este fatal segredo*: se querem fazer religioso hum juramento, he preciso que as entranhas quentes de hum homem, e de hum cavallo lhes fivãõ de banho, em que depois de mettidas as mãos, as põem sobre o altar, junto ao qual se deve fazer esta ridícula cerimonia. Em fim he sempre fangue o que se applaca huns Deofes, que estes Idolatras guerreiros formavaõ á sua semelhança.

(005.XVIII.0027.MLP-GOR)

f. Contexto: Prefação

(...) ... comparando documento com documento, autoridade com autoridade, mais vale hum Marmore antigo, ou huma antiga Medalha, ainda que naõ exceda o século dos Antoninos, que todos ou quasi todos os Manuscritos juntos. E a razãõ he : porque esse Marmore, essa Medalha, ainda que naõ exceda o tempo dos Antoninos, he Monumento original, e Monumento aberto em tempo, em que a lingua latina estava ainda muito viva, muito florente: taõ florente, *que deste seculo he que saõ os Gellios, os Justinos, os Papinianos, os Ulpianos, os Paulos, e outros juriconsultos douitillimos e elegantillimos, a quem até agora ninguem negou autoridade Clássica*. Os Manuscritos porém por antigos que fejaõ, além de serem todos muito posteriores àquelle tempo, todos fãõ copias, e copias tiradas a tempo, que já essa lingua estava ou morta ou moribunda. E todos sabem quanto vay da copia ao original. (...)

(002.XVIII.xix.OLOL-GOE)

g. Contexto: Idéia de gramática e história dos estudos gramaticais

(...) Desde o século duodécimo até todo o século décimo sexto, reinou outra partícula ignorância sobre o método. Muito se applicaram às letras, mas muito mal: só reinavam as agudezas e estilo ridículo. *No século passado, é que ressuscitou este método de ensinar a Gramática da própria língua*.

E, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a Gramática da própria língua.

(003.XVIII.0032.VME-GOP)

O exemplo (45a) ilustra a expressão “*he que*”, sintaticamente, em posição de início de frase e, semanticamente, introduzindo e enfatizando o argumento que segue, de modo a esclarecer o conteúdo do enunciado anterior. Os exemplos (45b), (45c) e (45d) têm a expressão *é que* isolando os SN sujeitos, de modo a marcar, ou seja, salientar ou enfatizar na frase a informação nova no texto, como “*o merecimento*” em (45b); ou focalizar um elemento

de contraste para a proposição que a segue, como “*O centro dela*” em (45c) e “*ela mesma*” em (45d). Já nos outros três exemplos seguintes, a expressão *é que*, na mesma posição, focaliza os adjuntos adverbiais “*dentro ás entranhas de hum inimigo*” em (45e), “*deste seculo*” em (45f) e “*No século passado*” em (45g). Para comprovar que o processo de reanálise da expressão *é que* já ocorreu, esses três últimos exemplos têm os verbos, núcleos do predicado, flexionados, cujas marcas de concordância e de tempo não são seguidas pela referida expressão, que já tem o caráter de fórmula. Isso não quer dizer, contudo, que doravante não haja mais flexão dessa construção. Quando houver, trata-se apenas de uma clivagem, ou seja, um recurso alternativo para apresentar uma função que já se tornou peculiar da expressão *é que*.

3.3. Síntese do Português Clássico

Dentre as ocorrências de estruturas que concorrem e já indiciam a emergência da expressão *é que* no Português Clássico, destaco que, no COMTELPO:

- a) há uma tendência de queda do uso da construção afim DEM + SER + SN + QUE.
Ex. (33a): “*Esta **he** uma arvore, **que** quer se recolham flores e frutos juntamente.*”;
- b) continua aumentando o uso de SER + O + QUE. O uso conserva as marcas de concordância do demonstrativo. Ex. (41c): “*A nossa vaidade **é a que** julga tudo:*”;
- c) no Século XVII, há um forte indício da derivação *é o que* > *é que* por meio do *contraste* explícito, função esta típica da atual expressão *é que* medial, presente em: “*Aquelle que me desemparar de vós outros, esse **he o que** me agrava, não *aquelle que tem queixoso*. Além disso, há um outro indício de um ponto focal na derivação do *é que* na posição inicial. Ex. (34d): “*e **he o que** dizia hum grande mestre desta profissão*”;*
- d) permanece baixo o uso de “pseudo-clivadas”. Delas, há a possibilidade de derivação das “semipseudo-clivadas”(ou construções SER). Ex. (42): “***o que** me gabam mais *é um passeio*, que tem de ortigas, **que** dizem *é uma maravilha:*”;*
- e) continua alta a freqüência da construção afim SER + QUE(CI), porém com a diminuição de seu uso antecedido pelo verbo auxiliar modal “*poder*. Ex. (43b): “*Porém **póde **ser que**** fosse acompanhado de sua Mãe*”;
- f) há apenas dois usos da construção SER + QUEM (= O QUE). Ex. (44): “*Como a legurança propria **he quem** ló fórma estes corpos*”;

- g) no Século XVII, há os primeiros registros da expressão *é que* já reanalisada, na posição medial. Ex.: “*porque sobretudo a informação e uerdade de Vossa Paternidade **he que** ha de realçar esta nossa abonação e credito*”;
- h) no Século XVIII, o uso da expressão *é que* já é alto. Ex.: “*o merecimento **é que** faz a fortuna*”.

4. Português Moderno

Os Séculos XIX e XX caracterizam o período que delimitei, para este estudo, como Português Moderno, tanto no português europeu quanto no português brasileiro (doravante PEM e PBM, respectivamente). Segundo Cardeira (2006), quando se inicia esse período, Portugal encontra-se dividido não só entre Europa e Brasil, mas também entre um pensamento conservador e uma nova mentalidade. Na Europa, o conhecimento científico avançava, resultando em inovações tecnológicas; no Brasil, as riquezas agrícolas e minerais atraíam a imigração dos portugueses e “alimentavam, em Portugal, um trono absolutista e uma aristocracia nobiliária e clerical”. (CARDEIRA, 2006, p.75)

Assim, o Século XIX é caracterizado por perturbações políticas e sociais. Em 1807, devidos às invasões francesas, a Corte portuguesa instalava-se no Brasil, enquanto a Inglaterra lutava com os franceses em Portugal. Em 1820, houve, em Portugal, uma revolução liberal que objetivava colocar o centro de decisão política novamente em Lisboa e instituir um regime constitucional. Por causa dessa revolução, o entusiasmo dos intelectuais fez com que o exílio se transformasse numa fonte de difusão de uma literatura verdadeiramente portuguesa popular, nomeadamente por Almeida Garret e Alexandre Herculano. Depois dessa época, os jornais e os romances abrangeram um público cada vez maior, expandindo-se ao conhecimento de leitores da classe média; inclusive o interesse pela língua foi possibilitado pela criação de Liceus em todos os distritos em 1836. Na metade do Século XIX, os estudiosos portugueses da língua não abordavam apenas o ensino da língua, voltavam-se para compreender e descrever o funcionamento do Português. Ressalto as publicações de “*A Lingua Portuguesa*”, de Adolfo Coelho, em 1868, quando foi inaugurada a moderna filologia portuguesa, e da “*Revista Lusitana*”, que publicava estudos lingüísticos; entre outros, os de Epifânio da Silva Dias, de Leite de Vasconcelos, de Carolina Michaelis e de José Joaquim Nunes. No início do Século XX, o Governo determinou uma ortografia a ser usada nas publicações oficiais. A reforma ortográfica de 1911 sofreu posteriores ajustamentos, que

culminaram, em 1945, uma grande reforma, resultante do acordo entre Brasil e Portugal, que foi alterada em 1971, dando origem à ortografia oficial usada até os dias atuais.

Destaco, nesse período, algumas obras e documentos portugueses que constam do COMTELPO: *Frei Luís de Sousa*, de Almeida Garret (1844); *Carta I: 1852-1881 e Cartas II: 1881-1891*, de Antero de Quental, org. Martins (1989); *A Questão Coimbrã* (1865); *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (1859); *Falar e escrever*, de Candido de Figueiredo (1906); *Gazeta de Lisboa* (1831); *Diário do Governo* (1930); *O Barão*, de Branquinho da Fonseca (1932); *Páscoa Feliz*, de José Rodrigues de Miguéis (1932); *Crônicas de Antônio José de Saraiva*, de Saraiva (1943); *Diário de Miguel Torga II*, de Torga (1943); *Escritos íntimos, cartas e páginas autobiográficas de Fernando Pessoa – 1930-50*, org. Quadros (1987); *As aves da madrugada*, de Urbano Rodrigues (1959), *Felizmente há luar*, de Luís Sttau Monteiro (1971); *Memorial do Convento*, de José Saramago (1982); *Diário de Notícias* (1999); e o *Diário da República* (1999).

Já, no Brasil, a partir do Século XIX, alguns acontecimentos históricos vêm influenciar a evolução da língua. Em 1808, a Corte portuguesa chegou ao Brasil, fugindo das invasões holandesas. Com a Corte, vieram quinze mil novos habitantes portugueses que, tendo o prestígio da corte, não podiam deixar de influenciar a língua portuguesa colonial, aproximando-a da norma européia. Em 1822, o Brasil tornou-se independente, as cidades cresceram, tornando-se centros de irradiação cultural. Em 1888, com a abolição da escravidão, acabou o tráfico de negros africanos, que foram substituídos por imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, que temperaram a mestiçagem brasileira, sem, contudo, por em perigo a hegemonia da língua portuguesa. Esses fatores, aliados ao desenvolvimento da imprensa, fizeram com que a literatura buscasse afirmar, no plano da escrita, uma norma nacional que procurava diminuir o hiato que separava a variedade falada da escrita, sobretudo com a busca de uma identidade nacional. Essa busca deu-se, primeiramente, pelo Romantismo e, depois, no início do Século XX, pelo Modernismo, cuja orientação nacionalista materializou-se na afirmação de uma língua brasileira como parte integrante da língua portuguesa, embora com a especificidade de uma norma diversa da européia.

Destaco, nesse período, algumas obras e documentos brasileiros que constam do COMTELPO: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1820); *Correio Brasiliense* (1820); *Diário da enfermidade de José Bonifácio* (1838); *Amancia*, de Magalhaens (1838); *O moço loiro*, de Joaquim Manoel de Macedo (1845); *O novo domingueiro* (1847); *O demonio familiar*, de José de Alencar (1858); *O cacaulista*, de Inglês de Sousa (1875); *O Album* (1895), *O bom*

crioulo, de Adolfo Caminha (1895); *O Pão* (1895); *Grammatica elementar da língua portuguesa*, coord. Marques (1822); *O primeiro decreto do governo provisório* (1889); *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto (1918-1919)*; *Cartas políticas e literárias*, de Rui Barbosa (1919); *Fon-Fon!* (1922); *O besouro e a Rosa*, de Mário de Andrade (1923); *Constituição Brasileira dos Estados Unidos do Brasil* (1934); *Dom Casmurro* (1937) *Fogo morto*, de José Lins do Rego (1943); *A mulher sem pecado*, de Néelson Rodrigues (1941); *Teia*, de Autran Dourado (1947); *O auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (1955); *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa (1956); *Constituição do Brasil de 1967* (1967).

4.1. Construções afins da expressão *é que* no Português Moderno

Diferentemente das seções anteriores deste capítulo, referentes às construções afins, não detalharei, nesta seção, o uso de cada construção do Português Moderno. Deter-me-ei, mais efetivamente, no uso da expressão *é que* em frases interrogativas que emergiu, segundo os dados do COMTELPO, na 2ª metade do Século XIX, conforme apresento, a seguir, nas Tabelas 8 e 9.

CONSTRUÇÕES		PERÍODO		Século XIX		Século XX	
		1ªMetade	2ªMetade	1ªMetade	2ªMetade		
DEM + SER + SN + QUE		02	01	01	02		
SER + DEM + QUE	O (s)	12	09	11	05		
	Outros	02	-	01	04		
Q + SER + DEM + QUE ?		01	-	-	-		
PC	O QUE ...SER	04	05	13	13		
	QUEM ...SER	03	03	08	02		
SER QUE	“Fórmula”	<i>É que</i>	03	09	09	04	
		<i>...é que...</i>	06	22	09	12	
		<i>...é que...?</i>	01	06	07	25	
	Ser + CI	-	06	14	16		
Ser quem		-	01	-	-		
Construção QUE		-	03	01	02		
Construção SER		-	01	-	-		
TOTAL		34	64	74	85		

Tabela 8: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no PEM do COMTELPO

CONSTRUÇÕES		PERÍODO		Século XIX		Século XX	
		1ªMetade	2ªMetade	1ªMetade	2ªMetade		
DEM + SER + SN + QUE		02	-	01	01		
SER + DEM + QUE	O (s)	08	10	10	09		
	Outros	01	05	01	01		
Q + SER + DEM + QUE ?		-	-	-	-		
PC	O QUE ...SER	07	11	07	14		
	QUEM ...SER	01	03	03	03		
SER QUE	“Formula”	<i>É que</i>	01	10	04	05	
		<i>...é que...</i>	06	15	20	21	
		<i>...é que...?</i>	02	02	09	10	
	Ser + CI	03	08	03	09		
Ser quem		03	03	-	03		
Construção QUE		02	-	01	-		
Construção SER		-	-	02	04		
TOTAL		36	67	61	80		

Tabela 9: Frequência dos usos das construções afins de *é que* no PBM do COMTELPO

Além da emergência da expressão *é que* em frases interrogativas e do estabelecimento total da expressão *é que*, as Tabelas 8 e 9 mostram que a maioria das outras construções afins continua produtiva no Português Moderno. O uso da construção *é o que*, tanto no PEM quanto no PBM, continua bastante freqüente, conservando-se como uma construção de clivagem, apesar de essa construção ter mudado e ter-se reanalisado na expressão *é que* – segundo a hipótese aqui defendida. As outras construções de clivagem, como *O que ... ser*; *Quem ... ser* e *Construção QUE*, estão sendo mais usadas. A *Construção SER* surge, nesse período, conforme o COMTELPO, como um novo tipo de clivagem, como ilustram os exemplos (46) do PEM, datado da 2ª metade do Século XIX, e (47) do PBM, datado da 1ª metade do Século XX. Longhin (1999) acredita que a *Construção SER* pode ter surgido pelo apagamento do relativo *O que* na chamada “pseudoclivada”, como resultado da necessidade de uma estratégia especializada de objetos novos. Segundo os exemplos que se seguem, parece que essa necessidade se estende a outros constituintes, novos ou evocados.

- (46) Contexto: Os bêbados João do Couto e Joaquim Roixo vêem Manuel Baptista na estrada
 - Ele lá vai – disse o Roixo.
 - Já o vi; deixá-lo ir.
 - Tens-lhe medo a valer, ó João!
 - *Tenho medo mais é duma pinga a maior que me vai cá por dentro a queimar o coração. Eu não quero matá-lo, já to disse.*
 (009.XIX2PEM.0408.NMOD-GON)

- (47) Contexto: O não pagamento do foro do mestre Zé Amaro
 - Mas mestre Zé, o senhor não paga foro?
 - Meu pai não pagava. Estava nesta terra desde a vida do sogro do Coronel. Aqui fico. O Coronel Lula nunca me falou nisto. E eu lhe digo: não é mau homem. *Eu não me acostumo é com a soberba dele.* Para que tanta bondade, para que tanto luxo? A terra come a gente mesmo ... Pois diga ao Coronel que vou amanhã fazer o serviço dele.
 Quando o boleiro Pedro se foi, o mestre Zé Amaro com o Coronel Lula na cabeça
 (017.XX1PBM.0488-OMJA-GON)

Segundo os dados do COMTELPO, uma construção que reapareceu, em uma única vez, na 1ª metade do Século XIX, foi a interrogativa Q + SER + DEM + QUE?, que teve anteriores ocorrências nos Séculos XIII, XIV e XV, e está exemplificada em (48):

- (48) Contexto: A excomunicação da cidade pelo cardeal
 (...) O príncipe foi um dos que despertaram mais cedo. Os sinos harmoniosos da Sé costumavam acordá-lo tocando as ave-marias: mas naquele dia ficaram mudos: e, quando se ergueu, havia mais de uma hora que o Sol subia para o alto dos céus da banda do Oriente.
 - Misericórdia!, misericórdia! – gritavam devotadamente homens e mulheres à porta do alcácer, com o alarido infernal. O príncipe ouviu aquele ruído.
 - *Que vozes são estas que soam?* – perguntou ele a um pajem.
 O pajem respondeu-lhe chorando:
 - Senhor, o cardeal excomungou esta noite toda a cidade e partiu: as igrejas estão fechadas; os sinos já não há que os toque; os clérigos fecham-se em suas pousadas. A maldição do santo padre de Roma caiu sobre nossas cabeças.

(005.XIX.PE1M.0025.OBN-GON)

Essa construção vem corroborar, também em frases interrogativas, a hipótese de trajetória *é o que* > *é que*, hipótese esta também defendida pelas lingüistas Duarte (1992) e Lopes Rossi (1996). Para estas duas últimas pesquisadoras, a interrogativa *Que é o que* também aparece no intervalo entre os Séculos XVI e XVIII, mas o aparecimento do “expletivo” *é que* deu-se somente na segunda metade do Século XIX. Segundo os dados do COMTELPO, isso é apenas parcialmente verdade para o uso da expressão em frases interrogativas, além do que os usos do *é que* em início e em posição medial de frases declarativas e exclamativas se estabeleceram nos Séculos XVI e XVII, respectivamente.

Os dados do COMTELPO revelam as primeiras ocorrências da expressão *é que* em frases interrogativas ainda na 1ª metade no Século XIX, havendo uma única ocorrência no PEM e duas no PBM, presentes nos exemplos (49a), (49b) e (49c), respectivamente.

- (49) a. Contexto: Conversa do tio com o sobrinho sobre o domínio do latim pela nova geração
 SOB. (...) O pharisaísmo moderno, como não encontra Christo que sentencear, arvora cruz ao genio, e crucifica o porque não sabe latim.
 TIO. Faze-me o somno (*abre a bocca, e benze-a*) *Como é que* vossês tão lidos pelos modos, em bons *exemplares, são tão immoraes?*
 SOB. É porque o latim não moralisa... Vamos ao serio: em que está a nossa desmoralisação? Quer-me fallar do amor? da sêde do infinito? Desta sublime loucura da paixão d’anjos que nos preluzem os páramos da gloria, da luz infinda?
 TIO. Não entendi. Isso é Sêneca ou Cícero?
 SOB. Isto sou eu. (...)

(003.XIX.PE1M.CC3.TESB-GON)

- b. Contexto: Diálogo entre um livreiro velho (LV) e seu filhos, Ripanso (Rip.) e Ambrosio Lamella (Amb. Lam.)
 (...) LV – Jezus me valha! Meos filhos! E quando isso quizesse, era algum absurdo? Com esse genero de vida pude adquirir para viver com decencia, criarvos, educarvos, e alimentarvos, e a vossa falescida May (Ah! na Gloria esteja ella) e pude finalmente fazer casa, e darvos com que principiastes vossa vida, pude ...
 Rip – Basta, basta, basta! Por semelhante meio nada quizera: Vossa mercê algum dia foi Deputado? Membro, Secretario, ou Prezidente de Sociedades liberaes? Algumas vez (sic) foi a esplendidos Bailes? Já foi

corôado em sua vida? *Quando he que, como eu, levou um tiro?! Diz vossa mercê que fez, e aconteceu; mas de que modo? A força de nos fazer apertar a barriga, e sem passar vossa mercê d'hum xambre e d'hum barrete na cabeça tendo por grande honraria á penas hum Habito, aperreando nossa May com desgostos, que a levarão á sepultura... (...)*

(001.XIX.PB1M.0004.OGO-GOA)

c. Contexto: Sessão da Câmara do Deputados em 26 de maio de 1827

(...) O Sr. Batista Pereira: - Não posso aprovar este artigo nem as emendas; (*leu*) não pode haver obstáculo que impeça de conceder revistas sempre que haja no processo injustiça manifesta.

A parte litigante requer ao Supremo Tribunal de Justiça pedindo revista de um processo; o Tribunal vê os autos, e, se contém injustiça manifesta, *como é que se pode dizer que uma parte requer por princípio de capricho?* Este Tribunal é a quem compete examinar se há nulidade e injustiça manifesta.

A parte vai sempre com vistas de melhorar, e não se pode dizer que vai com intento de chicanar. E qual há de ser a razão por que há de ser necessário marcar uma alçada? (...)

(001.XIX.PB1M.0026.LOST-GOA)

Embora a expressão *é que* tenha-se estabelecido com uso efetivo dos seus três tipos no Português Moderno, o COMTELPO revela que ainda há, nesse período, resquícios de flexão do *SER QUE*: uma única ocorrência na 2ª metade do Século XX do PEM, presente no exemplo (50a); quatro, na 2ª metade do Século XIX do PBM, como em (50b); e seis, mais recentemente, na 2ª metade do Século XX do PBM, como em (50c). Ou seja, ainda há, nesse período, o uso da concordância entre a forma *SER* da construção e o verbo da frase em que ela se insere, caracterizando, assim, a clivagem – processo anterior à assunção do caráter formulaico (reanálise) da expressão *é que*.

(50) a. *Contexto: Evolução das classes rurais

(*) Ao soldado-lavrador romano – a esse que vencera o pastor do Viriato – veio a substituí-lo na cena da História o dinheiro acumulado pelo capitalista, a expansão imperialista do grande usuário. Graças ao dinheiro, encheram-se de bárbaros as coortes romanas; graças ao dinheiro, compram-se escravos na Ásia e na África, para labutarem nos campos de onde fugira o trigo, de onde a evolução económica expulsara o rendeiro, o pequeno agrícola, o lavrador-soldado. *Esse grande capitalismo, de onde foi que proveio?* – Do saque do mundo. As mais das conquistas que se levaram a cabo a seguir à crise das guerras púnicas afiguram-se-nos como negócios de larga escala, de banqueiros e de políticos associados. (...)

(001.XX.PE2M.0070.ENAS-GOE)

b. Contexto: A impressão de Araripe sobre José de Alencar

(...) José de Alencar viveu na minha alma, durante essa época [depois de 1860], com um vigor indizível; povoava-me inteiramente. A sua imagem absorvia-me, os seus livros roubavam-me as horas mais preciosas; e, pensamento que não viesse vazado pelos moldes que lhe eram peculiares, repelia-o meu espírito como ao amrgo a boca. *Era que o seu estilo fluente embriagavame como sutil veneno*; minha alma estava de todo saturada. (...) agrvaram seus incômodos de saúde, tendo, antes disto, imprimido em seu caráter de romancista direção desconhecida.

Com razão a poesia reconquistava-o; e a sua vingança exibiu-se solene, *porquanto, no remanso deste ócio, foi que êle compôs os livros de Sênio*.

Escrevia êle os *Sonhos d'Ouro* quando aí [no sítio da Tijuca] cheguei, romance que ia lendo à família, capítulo por capítulo, à proporção que os compunha.

(001.XIX.PB2M.0135.JAPL-GOE)

(002.XIX.PB2M.0135.JAPL-GOE)

c. Contexto: A busca da garrota com o cavalo bento

(...) Chicó – Você sabe que eu comecei a correr da ribeira do Taperoá, na Paraíba. Pois bem, na entrada da rua perguntei a um homem onde estava e êle me disse que era Própria, de Sergipe.

João Grilo – Sergipe, Chicó?

Chicó – Sergipe, João. Eu tinha corrido até lá no meu cavalo. Só sendo bento mesmo.

João Grilo – Mas Chicó, e o rio São Francisco?

Chicó – Lá vem você com sua mania de pergunta, João.

João Grilo – Claro, tenho que saber. *Como foi que você passou?*

Chicó – Não sei, só sei que foi assim. Só podia estar séc nesse tempo, porque não me lembro quando passei ... E nesse tempo todo o cavalo ali comigo, sem reclamar nada! (...)

(003.XX.PB2M.0029.AUTO-GON)

Uma nova tendência da expressão *é que*, presente no COMTELPO, está manifesta no exemplo (51), que se segue, em que há o uso de uma elisão que põe em questão não só a hipótese de Braga (1989), referente à construção QUE como resultante da expressão *é que*, como também a hipótese de Givón (1979), sobre a inter-relação entre diacronia e aquisição da linguagem.

(51) a. Contexto: O jantar depois de um passeio pelo casarão

(...) Até que viemos outra vez dar à sala de jantar. Parou encostado à mesa e disse que tinha fome. Encheu um copo de vinho tinto e bebeu dois golos, agarrou na campainha e tocou. Veio a criada com o seu ar altivo.

- Quero comer. E duas garrafas... daquele... Já sabes! *Qu'ê qu'estás aí parada?!!!*

Gritou, mas quando ela saiu começou a rir, a rir, e contou-me que a tinha conhecido há mais de vinte anos, que a roubara na Quinta das Palmas, «tenra como um grelhinho de alface».

(005.XX.PE1M.0041.OBAR-GON)

Por ser um exemplo do PEM, acredito que essa elisão (ou sinalefa), ao contrário do que ocorre no Brasil, seja resultante de uma tentativa de o autor representar, na escrita, o sotaque europeu, ou seja, uma variação foneticamente motivada da expressão *é que* usada em Portugal. Já, segundo Braga (1989), e corroborado por Longhin (1999), uma possível derivação da expressão *é que* seria a construção QUE, como resultado de uma mudança foneticamente condicionada, que se especializou em focalizar basicamente sujeitos pronominais, como em (52). Acredito que esse fato seja resultante de um processo de economia lingüística, posto que há a omissão da forma *é*, e se a construção fosse foneticamente condicionada, a elisão do exemplo do PEM seria preferível à forma *quê que* do exemplo do PBM.

(52) Contexto: A Rotina de Rosa

(...) Rosa saudava as vizinhas da outra casa. De longe em longe parava um minuto conversando com a Ricardina. Porém não tinha assunto, *quê que havia de fazer?* Partia depressa. Com essas despreocupações de viver e de gostar da vida como é que podia reparar na própria mocidade! não podia. Só quem pôs reparo nisso foi o João. (...)

(002.XX.PB1M.0041.BERO-GON)

Isso também me faz refletir sobre a validade da hipótese de Givón (1979) sobre a inter-relação entre diacronia e aquisição. O autor distingue o modo comunicativo em dois pólos: o *modo pragmático da comunicação* – forma embrionária de comunicação – e o *modo sintático*. Segundo Givón, os dois modos podem ser bem exemplificados no processo de

aquisição de primeira língua (ontogênese), no processo de aquisição de segunda língua (como nos *pidgins* e crioulos), nos processos diacrônicos de constituição da língua e no nível de registro (formal e informal). Os modos poderiam, assim, ser caracterizados: na aquisição da língua (ontogênese) = *modo pragmático precoce* \Rightarrow *modo sintático tardio*; nos *pidgins* e crioulos = *morfossintaxe reduzida* \Rightarrow uso “*elaborado*”¹⁰⁶ da *morfossintaxe*; diacronia = *parataxe frouxa* \Rightarrow *sintaxe enrijecida*; nível de registro = *fala informal não planejada* \Rightarrow *fala formal planejada*.

Centrado, principalmente, no desenvolvimento da linguagem na aquisição e na diacronia, volto à reflexão sobre a Construção QUE, que é tida na literatura como recente e, por hipótese das lingüistas acima citadas, como resultante da construção *é que*. Os dados do COMTELPO apresentam uma ocorrência da Construção QUE no Século XVI e as demais nos Séculos XIX e XX. Mostrei exemplos e defendo que, diacronicamente, a expressão *é que* seja resultante da mudança, fruto de uma especialização de *é o que*; assim, o percurso, com o decorrer do tempo, seria a trajetória *é o que* > *é que* > *que*.

Entretanto, observando: i) os exemplos (53) e (54) que ilustram a aquisição da linguagem por uma criança brasileira, que tomei emprestado de Longhin (1999); ii) os exemplos (55) e (56) que ilustram a aquisição da linguagem por uma criança portuguesa, emprestados de Santos (2006); e iii) os exemplos (57) e (58) de interrogativas do crioulo de Cabo Verde, variante de Santiago, mostrando a aquisição de uma segunda língua (*pidgin* > crioulo), emprestados de Alexandre (2006), constato que as etapas observadas diacronicamente, conforme os dados do COMTELPO, e as observadas nos exemplos¹⁰⁷ de aquisição da linguagem, seja de primeira seja segunda linguagem, não têm o mesmo desenvolvimento, como, de acordo com a hipótese de Givón (1979), deveria ocorrer.

- (53) RA: eu vou eu vou lá dentro.
 M.: vai lá dentro da onde?
 RA: aqui.
 M.: da caixa?
 RA: da caixa.
 M.: é o brinquedinho agora é aquela maletinha com quatro repartições.
 M.: quatro compartimentos de fechadura, não?
 RA: não cabe si.
 RA: só o só o só o gatinho *que* cabe.
 M.: só o gatinho que cabe?
 RA: é. (RA, 2 anos)
 (Longhin, 1999, p.118)

¹⁰⁶ Prefiro uso “efetivo” a uso “elaborado”, empregado por Givón (1979).

¹⁰⁷ Os grifos são meus, posto que o objeto de estudo das autoras difere do da presente pesquisa.

- (54) M: quem passou batom na boca das duas susi?
R: e e essa foi a Verrô que passou e essa foi a Dani
R: *ela que passou* (RA, três anos)
(Longhin, 1999, p.119)
- (55) *MAE: não ... no peixe não dá ... porque o macaco não papa peixe.
*TOM: o gato ... o ... o gato *é que* papa.(Tomás, 2 anos e três meses)
(Santos, 2006, p.321)
- (56) *MAE: conto eu ?
*TOM: não ... hoje não ... amanhã !
*MAE: então vá ... conta lá tu .
*MAE: oh ...i ... mas ama!.
*TOM: *manhã é que* contamos.(Tomás, 2 anos e 7 meses)
(Santos, 2006, p.321)
- (57) Kusé **ki** kaxtor kumé?
Coisa que cão comer?
'O que é que o cão comeu?' (sem dados do informante)
(Alexandre, 2005, Cap.3)¹⁰⁸
- (58) Undi **ki** sta bu libru?
Onde que estar (POSS – 2SG) libru?
'Onde é que está o teu livro?'
(Alexandre, 2005, Cap.3)

Assim, a construção QUE surgiria antes do que a expressão *é que*, como acontece no processo de aquisição do PB e no crioulo de Cabo Verde, embora a tradução, feita pela autora, de “ki” seja *é que*. Talvez, a hipótese de Braga (1989) se confirmasse no PE, uma vez que a expressão *é que* já faz parte do repertório de Tomás, uma criança de 2 anos, e, assim, a construção QUE seria resultante dessa expressão. Os desenvolvimentos vão de encontro aos dados achados no COMTELPO; ou seja, o surgimento das construções no referido *corpus* não equivale ao desenvolvimento da aquisição (ontogênese). Creio que, somente em parte, as citadas características do modo comunicativo, traçadas por Givón (1979), possam dar conta do desenvolvimento da linguagem; pelo menos, conforme o percurso da expressão *é que*, resultante dos dados do COMTELPO.

4.2. Síntese do Português Moderno

Sobre a emergência da expressão *é que* no Português Moderno, destaco que:

a) o uso da construção *é o que*, tanto no PEM quanto no PBM, continua bastante freqüente, conservando-se como uma construção de clivagem;

¹⁰⁸ Os exemplos de Alexandre (2006) foram traduzidos pela própria autora. A primeira linha é a da ocorrência; a segunda é a tradução literal; e a terceira é versão da variedade de Portugal. Justifico a falta de dados do informante devido à situação de 1ª versão da apresentação do capítulo que ainda ia ser discutido no seminário de orientação de Tese de Doutorado, em Lisboa.

b) reaparece, em uma única vez, na 1ª metade do Século XIX, a interrogativa Q + SER + DEM + QUE? que se registrou antes, nos Séculos XIII, XIV e XV, no PEM. Ex. (48): *Que vozes são estas que soam?* – perguntou ele a um pajem. Essa construção vem corroborar, também em frases interrogativas, a hipótese de trajetória *é o que > é que*;

c) os dados do COMTELPO revelam as primeiras ocorrências da expressão *é que* em frases interrogativas ainda na 1ª metade no Século XIX, no PEM. Ex. (49a): *Como é que vossês tão lidos pelos modos, em bons exemplares, são tão immoraes?*; e no PBM, em (49b): *Quando he que, como eu, levou um tiro?!*;

d) Embora a expressão *é que* tenha-se estabelecido com uso efetivo no Português Moderno, o COMTELPO revela que ainda há, no Século XIX e XX, resquícios de flexão do *SER QUE*, tanto no PEM quanto no PBM Ex. (50a): *Esse grande capitalismo, de onde foi que proveio?*.

CAPÍTULO II

**Processos/mecanismos e propriedades motivadores da gramaticalização do
*é que***

O Capítulo anterior, referente à busca da proto-construção de *é que*, apresenta vários e novos indícios sobre a emergência da expressão *é que*, possibilitando-me, baseado em dados reais da história da língua portuguesa relativos ao uso no período do Século XII ao XX, propor, neste Capítulo, uma emergência flagrada nesse período. Com isso, acredito ter encontrado pontos de convergência, em meio à divergência encontrada na literatura sobre o surgimento dessa expressão. Além disso, com base nas construções que são embrionárias por hipóteses de uns ou por intuições de outros, apresento uma tendência de desenvolvimento da gramaticalização do *é que*.

1. Origem e percurso de gramaticalização do *é que*

Como mostro na Parte 1, há algumas divergências sobre o período de emergência do *é que* na literatura. Segundo os gramáticos Said Ali ([1921] 2001) e Bueno da Sequeira (1954), essa expressão é recente na língua, datada do Século XIX ou fins do Século XVIII. Já segundo as lingüistas Duarte (1992) e Lopes-Rossi (1996), corroboradas por Kato (1996), a “partícula *é que*” emerge na segunda metade do séc. XIX. Longhin (1999), que faz um estudo diacrônico das sentenças clivadas, afirma que, nos Séculos XIII a XV, já aparecem estruturas similares às clivadas atuais, inclusive com *é que*, mas que têm interpretação ambígua,

Descartada a possibilidade de a construção com *é que* ser herdada do latim¹⁰⁹, concentrei minha atenção naquilo que chamo de *construções afins*, isto é, aquelas tidas como embrionárias tanto para os gramáticos como para os lingüistas que, de alguma forma, mostram interesse pela “partícula expletiva”, que vai da simples menção a estudos mais aprofundados, como o de Casteleiro (1979).

As construções afins podem ser agrupadas em dois tipos de estrutura: as construções de clivagem, que são empregadas para focalizar um elemento frasal e permitir uma leitura de contraste; e as estruturas especificacionais, em que um valor é atribuído a um elemento frasal; essas duas propriedades são embutidas no uso atual da expressão *é que*. As primeiras são construções que envolvem as frases ditas “clivadas” (Ser ... que); as “pseudo-clivadas básicas” (O que (quem) ... ser); as “pseudo-clivadas invertidas” (Ser o que); e as “pseudo-clivadas invertidas de *é que*” (Ser que(m)). As segundas envolvem as frases nominais que tenham, como constituintes, a cópula e a conjunção subordinativa integrante (Ser que).

¹⁰⁹ Cf. Cart *et al.* (1986).

Refinando esse agrupamento, ou seja, observando o que há de comum entre os grupos, são três os elementos constituintes que envolvem o uso dessas estruturas: a cópula *ser*, o demonstrativo “o”, e o “que” (pronome ou conjunção).

Além desses dois tipos de construção, já há, no Século XII, época do “nascimento da língua portuguesa”, a estrutura DEM + SER + SN + QUE, tal como no Ex.(03): “*Hec est notitia heritates q ego ... dedi uxori mee sanchia anriquez...*”, que tem a presença dos três elementos citados e aproxima-se do uso atual das frases ditas “clivadas”.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o desenvolvimento do uso das construções afins desde o Português Antigo (Século XII) ao Português Clássico (Século XVIII):

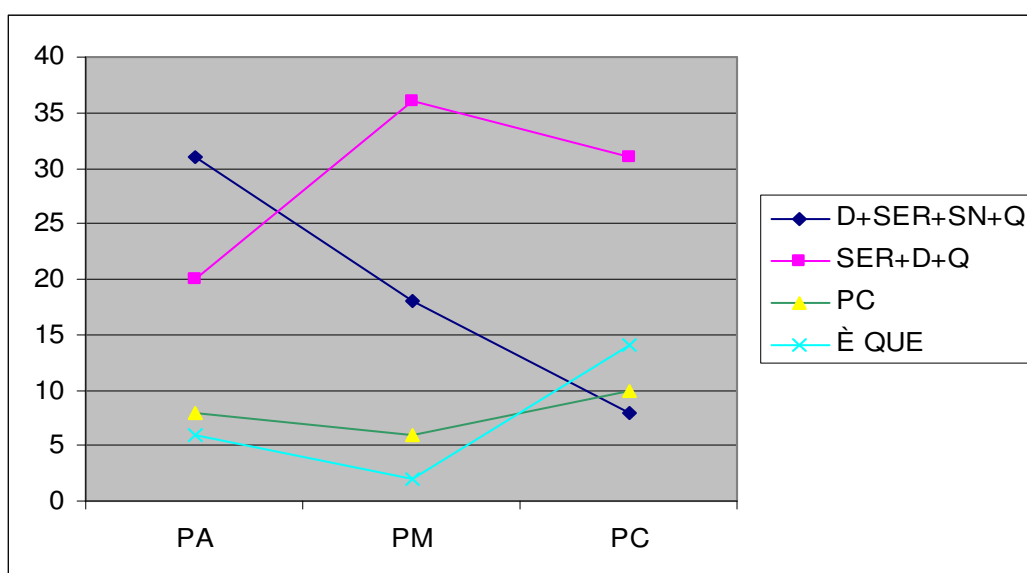


Gráfico 1: Desenvolvimento do Uso das Construções Afins conforme os dados do COMTELPO

Segundo o Gráfico 1, as quatro construções afins, depois de surgirem, persistiram por todos os três períodos verificados. Contudo, como dizem Traugott & Heine (1991), quanto mais freqüente é a forma lingüística, mais probabilidade ela tem de se gramaticalizar. Então, o Português Antigo apresenta a construção DEM + SER + SN + QUE como a mais freqüente, mas seu uso, como compete com as outras três construções, vai tornando-se mais restrito e mais especializado a cada período. A construção SER + DEM + QUE é a de segunda maior ocorrência no Português Antigo e diferentemente da anterior, revela um aumento em freqüência com o passar dos tempos. Há um ápice dessa construção no Português Médio, momento em que aparecem as primeiras ocorrências da expressão *é que* inicial, e um pequeno declínio, no Português Clássico, quando o uso da expressão *é que* medial já apresenta ascendência. As construções de clivagem “PC” e “È QUE”, apesar de também já figurarem

com baixa frequência, no Português Antigo, têm menor uso no Português Médio e retornam a ascender no Período Clássico, porém com ocorrência menor do que as outras duas construções no Português Antigo e no Português Médio.

Com base no desenvolvimento dessas construções, posso verificar uma tendência de progressão: DEM + SER + SN + QUE > SER + DEM + QUE, ou seja, há o apagamento do demonstrativo inicial ou a retomada de seu referente anafórico/catafórico para ocupar a sua posição e ocorre também a evolução do SN > DEM. O Gráfico 2 apresenta a evolução dessas duas construções, destacando o uso do demonstrativo que intercala a estrutura SER ... QUE.

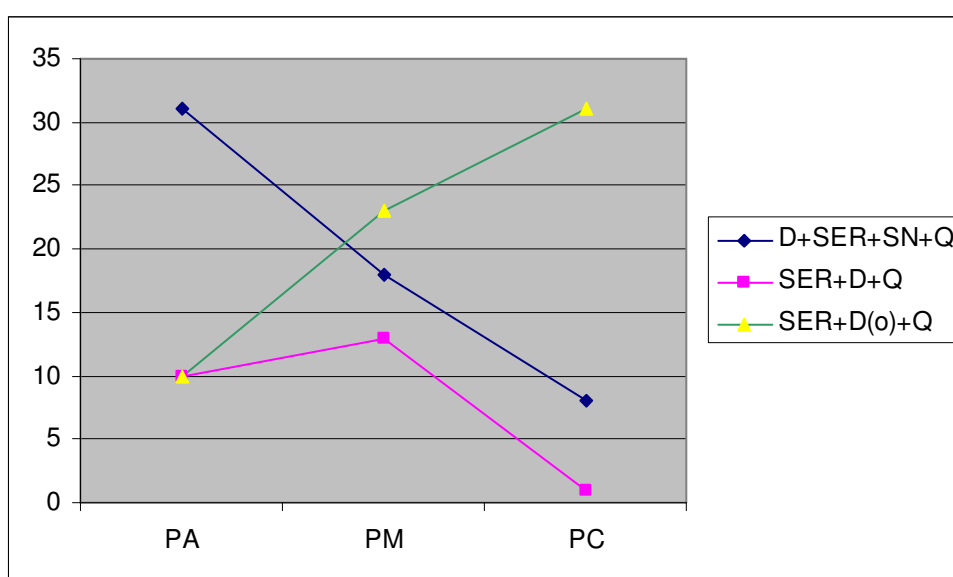


Gráfico 2: Desenvolvimento do Uso do Demonstrativo junto às Construções Afins no COMTELPO

Como foi comentado acima e apresentado no Gráfico 1, a construção DEM + SER + SN + QUE, rerepresentada no Gráfico 2, perde sua alta frequência do Português Antigo e tende a um uso mais restrito e mais especializado no decorrer dos períodos do Português Médio e Português Clássico. Já o uso da construção SER + DEM + QUE, em plena ascensão do Português Antigo ao Português Clássico, apresenta uma especialização do uso da construção SER + O + QUE, no Português Médio, em detrimento do uso dos outros demonstrativos que chega a um uso ínfimo no Português Clássico.

Com base nesses dados, há uma forte tendência de a expressão *é que* derivar da evolução do seguinte percurso:

DEM + SER + SN + QUE > SER + DEM + QUE > SER + O + QUE > SER QUE

Contudo, já que a expressão *é que* não vem do latim e, segundo Costa e Duarte (2001), é resultante de um processo de reanálise específico do Português Europeu e do Português Brasileiro, seria precipitação traçar uma trajetória, enfatizando mais os usos e dados estruturais da língua portuguesa, como fiz anteriormente, sem comparar com dados e processos/mecanismos de gramaticalização, pelo menos dos elementos constitutivos dessas construções, em outras línguas. A seguir, faço uma busca, em outras pesquisas sobre gramaticalização, da evolução do demonstrativo, da cópula SER e do QUE (pronome ou conjunção) em outras línguas, *pidgins* e crioulos, com efeito de referência para o português.

1.1. Tendência translingüística de gramaticalização do demonstrativo, da cópula e do *que*

A busca de dados translingüísticos é requerida para estabelecer se a gramaticalização da expressão *é que* trata-se de um fenômeno específico da língua portuguesa ou se representa um fenômeno mais geral. Para o objetivo aqui traçado, importam dados referentes aos usos dos demonstrativos, dos relativos e da cópula *ser* e sua evolução para desempenhar funções gramaticais.

Existem inúmeros trabalhos que envolvem a discussão sobre a evolução desses elementos em várias línguas, incluindo *pidgins* e crioulos. Nessa seção, apresento algumas trajetórias de gramaticalização em trabalhos apresentados e/ou citados por Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), por Frajzyngier (1991), por Heine e Kuteva (2002) e por Hopper e Traugott (2003).

Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Ger Reesink (1988, p. 17) propôs uma metáfora *espaço > discurso*, usada para estruturar o universo do discurso em termos de categorização espacial, ou seja – os conceitos espaciais são empregados para designar pontos e relações no discurso. Um caso paradigmático é mostrado pelos conceitos demonstrativos, cuja dêixis espacial é explorada para codificar “dêixis discursiva”.

Em inúmeras línguas, como o inglês, o latim, o espanhol, o francês, o turco e o alemão, a distinção espacial entre um demonstrativo de proximidade (‘este’) e o demonstrativo de distância (‘aquele’) é transferida para o mundo do texto, a fim de referir uma distinção anafórica entre o que foi mencionado (o primeiro) e o referente mencionado depois (o último) (cf. LYONS, 1977, p.669).

A – Trajetória **demonstrativo > anáfora proposicional** (FRAJZINGIER, 1991, p. 222-3)

Em inglês, o demonstrativo de distância ‘that’ desempenha a função de uma anáfora que se refere a uma proposição como um todo ao invés de só um dos componentes de uma proposição, como nos seguintes exemplos de (59). Igual trajetória pode ter motivado o surgimento, principalmente, da expressão *é que* inicial.

- (59) a. *‘We should have champagne and caviar at the party after CLS.*
 b. *‘That’s (*It’s) a good idea’.*
 c. *‘Fred doesn’t want to go, and that’s (it’s) the problem’*

Segundo Frajzingier (1991), o pronome ‘it’ pode ser usado como uma referência discursiva por meio de uma anáfora, referindo-se ao sintagma nominal previamente mencionado na fala, como em (60a). O demonstrativo de distância ‘that’ tem restrições que o colocam além do pronome ‘it’. Em (60b), o demonstrativo ‘that’ está restrito em seu uso na referência para um sintagma nominal na cláusula, mas não é tão restrito no seu uso como uma anáfora proposicional. Em (60c), o autor mostra que o demonstrativo de distância pode ser usado em referência ao mais próximo dos dois antecedentes possíveis.

- (60) a. *John bought a car last year. It proved to be a lemon.*
 b. *John bought a car last year. That proved to be a disaster.*
 **That proved to be a lemon.*
 c. *John bought a car last year and another car just last week. THAT proved to be a lemon.*

Segundo o autor, a mesma situação se obtém, potencialmente, em outras línguas Indo-europeias, em que o pronome neutro ao invés de um pronome não neutro é usado como anáfora proposicional, como em (61):

- (61) Francês: *Fred ne veut pas aller, mais ça ne me derange pas.*
 Russo: *Fred ne xočet idti, no éto (*étot/éta) menja ne volnuet.*
 NEG querer ir mas isso M/F me NEG incomodar
 Polonês: *Fred nie chce iść ale to (*ten/*ta) mnie nie martwi.*
 Inglês: *Fred doesn’t want to go, but that doesn’t bother me.*
 ‘Fred não quer ir, mas isso não me incomoda.’

B – Trajetória **demonstrativo > complementador** (HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991, p. 231-3)

Na literatura, o desenvolvimento de demonstrativos a marcadores de cláusulas relativas é considerado como um caso paradigmático de gramaticalização para as mais diferentes línguas do mundo, inclusive para a hipótese de gramaticalização da expressão *é que*: SER AQUELE QUE > SER O QUE > SER (O QUE) > SER QUE(M).

Durante o processo, o demonstrativo pode apresentar um estágio híbrido, ou seja, na transição de conceitos do “mundo real” para conceitos do mundo do texto, existe um estágio intermediário de ambigüidade, em que a expressão relevante refere simultaneamente a ambos os mundos. Traços de cada estágio imediato, ou forma “híbrida”, podem ser encontrados em várias línguas, mesmo aquelas que concluíram a transferência de dêixis espacial para dêixis discursiva. Essa forma híbrida pode ser descrita quando o item envolvido, de um lado, ainda retém uma função demonstrativa e pode ser interpretado como um constituinte da cláusula matriz e, por outro, serve como um marcador de subordinação, sendo parte de uma cláusula relativa.

A gramaticalização do demonstrativo alemão *der(m)/diu(f)/daɜ(n)* > *der/die/das*, respectivamente, ‘este(a), aquele(a)’, em um pronome relativo começou no alto velho alemão, e já, nesse tempo, apresentava característica de um ‘híbrido’, como pode ser visto em (62), em que *daɜ* pode ser interpretado alternativamente como um demonstrativo começando uma cláusula matriz ou como um pronome relativo:

- (62) *sê dine gungirum tuoant daɜ sie ni môzun*
 Eis que seus discípulos fazer DEM/REL eles não dever
tuoan in feratagum
 fazer no sabbath
 “eis que seus discípulos façam aquilo que não seja lícito fazer no dia de Sabbath”
 (LOCKWOOD, 1968, p.242)

Segundo os autores, por volta do Século XVI, a forma híbrida ainda era usada. Era empregada, por exemplo, por Lutero, como em (63a), em que ‘*den*’ pode ser interpretado variavelmente como um pronome objeto da cláusula matriz ou como um pronome relativo. Já no moderno alemão padrão, a separação entre o demonstrativo e o marcador de cláusula relativa foi concluída, como pode ser visto em (63b), que é uma tradução moderna de (62). Contudo, a forma ‘híbrida’ ainda sobrevive em certos contextos, particularmente quando o pronome está no nominativo, como em (64).

- (63) a. *habt ihr nicht gesehen den meine Seele liebet?*
 ter você.PL não visto DEM/REL minha alma ama
 ‘Tem vocês visto quem minha alma ama?’
 b. *habt ihr den nicht gesehen, den meine Seele liebet?*
 ter você .PL DEM não visto REL minha alma ama
 (LOCKWOOD, 1968, p. 242-3)
- (64) *der mir gefällt ist zu groß*
 DEM/REL para.mim agradar é muito importante
 ‘Aquele que apela para mim é muito importante’
 (LOCKWOOD, 1968, p. 244)

Segundo Frajzingier (1991), há uma sobreposição, parcial ou completa, de formas que funcionam como complementadores, marcadores definidos, e marcadores de cláusula relativa. Em muitas línguas, as formas destes marcadores são similares ao demonstrativo de distância ou pronomes neutros, como mostra o Quadro 07 que apresenta uma seleção de línguas de várias famílias:

Língua	Demonstrativo	Definido	Complementador	Relativo
Alemão	das/die/der	das/die/der	dass	das/die/der
Ídiche (Neerl)	-	-	vos	Vos
Inglês	that	the < that	that	that/wh
Guéze (Etióp)	za	∅	za	Za
Amárico(Etióp)	ya	u/w	ya/ala	Ya
Bedja (Afr. Ori)	ūn	ū/tū	∅	ū/tū
Mupum (Afr)	nə	nə	nə	də
Ewê(Nig- Cong)	si/sia	a/lá	be/béna	sì
Toba Batak	na	na	na	-
Yurok	-	ku/k'i	-	ku/k'i
K'ekchi	-	li	-	li
Drehu	la	la	la-ka	-

Quadro 07: Formas similares entre demonstrativo, complementadores e definidos em várias línguas, adaptado de Frajzingier, 1991, p. 236.

A explicação dada pelo autor para esta similaridade formal entre as três categorias gramaticais é uma possível conexão entre a formação de cláusula relativa em algumas línguas e o demonstrativo, o complementador e o definido. Para tanto, Frajzingier (1991) leva em conta que, em algumas línguas, as cláusulas relativas foram conceptualizadas como um comentário inserido dentro de outra proposição. Em relação à proposição que está inserida, a cláusula relativa é uma categoria discursiva. Portanto existe possibilidade de ter o mesmo marcador que é usado para o complementador ou o mesmo marcador que marca o definido. Caso se assuma que a cláusula relativa é marcada como uma proposição inserida em relação à sentença em que ela está cravada, os demonstrativos ocorrem predominantemente como marcadores de cláusulas relativas em cláusula relativas pós-nominais. Já em cláusulas relativas pré-nominais, a proposição principal normalmente começa depois que a cláusula relativa tenha acabado, portanto não existe inserção, e assim não há motivação para tratar nenhum elemento do enunciado como sendo mais distante, no texto, que o outro. Assim, nas línguas em que ocorrem cláusulas relativas tanto pré-nominais quanto pós-nominais, estas últimas devem ter o demonstrativo as precedendo, enquanto as cláusulas pré-nominais podem ou não ter o demonstrativo, como em (65).

- (65) a. *der Mann, der in seunnem Büro arbeitet*
 ART homem que em seu estudo trabalha
 'O homem que está trabalhando em seu estudo.'

- b. *der in seinem Büro arbeitende Mann*
ART
'O homem que está trabalhando em seu estudo.' (KEENAN, 1985, p.144)¹¹⁰
- c. *ein in seinem Büro arbeitender Mann*
ART (indef)
'Um homem que está trabalhando em seu estudo.'
- d. *poika joka tansii poyydalla oli sairas* (Finladês)
menino REL dançar na mesa estava doente
'O menino que dançou na mesa estava doente.'
- e. *poydalla tanssinut poika oli sairas*
'O menino que dançou na mesa estava doente.' (KARLSSON, 1972, p.106)

Frajzingier (1991) apresenta exemplos em Amárico [língua etíope], cujas cláusulas relativas que eram introduzidas pelo morfema *ya-* podem servir como uma contra-evidência para a falta de demonstrativos na relativa pré-nominal. O morfema *ya-*, pelo menos historicamente, é derivado de um demonstrativo que precede a cláusula relativa pré-nominal, como em (66a). E, uma vez que este morfema é também um marcador de construção genitiva, a cláusula relativa em Amárico pode ser vista como uma variante da construção genitiva, com a cláusula relativa sendo um equivalente sintático do sintagma de posse, como em (66b) e (66c).

- (66) a. *ya-matta saw*
REL vir homem
'Um/O homem que veio. (COHEN, 1936, p.115)
- b. *ya-šum baqlo*
chefe mula
'Uma/A mula do chefe.'
(COHEN, 1936, p. 78)
- c. *ya-baqlo əgər*
pata
'A pata da mula' (COHEN, 1936, p. 78)

O autor acrescenta que, em muitas línguas tibetanas, também há construções genitivas usadas para formar cláusulas relativas.

Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) apresentam outro exemplo da evolução *demonstrativo* > *complementador*, ilustrada por usos do *Faroese*, um dialeto escandinavo. O estágio inicial do desenvolvimento do demonstrativo para complementador é conservado em (67a), em que o demonstrativo *tadh* ainda é o objeto da cláusula principal. Em (67b), o demonstrativo tornou-se um complementador introduzindo uma cláusula subordinada:

¹¹⁰ Frajzingier comenta que, embora Keenan (1985) considere (65b) um exemplo de cláusula relativa, esta análise não é dividida por outros linguistas, como, por exemplo, Ulrike Claudi e Bernd Heine. E afirma que a força de seu argumento não depende do *status* desta sentença, mas do fato de que ela representa uma modificação, pré-nominal ao invés de pós-nominal, de um nome por uma cláusula.

- (67) a. *eg sigi tadh: hann kemur*
Eu digo isto: ele vem.
- b. *eg sigi at hann kemur*
Eu digo que ele vem.

Segundo os autores, o desenvolvimento do demonstrativo para cláusula subordinada teve, pelo menos, as duas implicações: a) ele passou pela reanálise da estrutura da sentença, mais particularmente para uma mudança de fronteira, desde a parte da cláusula principal que estava separada da cláusula subordinada; e b) ele passou pela erosão do outrora demonstrativo *tadh*, que perdeu sua consoante inicial na posição átona. (**tadh* > *at*).

Heine e Kuteva (2002, p.113-5) apresentam algumas trajetórias de gramaticalização do demonstrativo para pronome relativo, presentes nos exemplos (68) a (71).

Em canela-krahô, do macro-caribe, *ita* > pronome relativo, como em (68a) e (68b).

- (68) a. *rop ita*
cachorro este
'este cachorro'.
- b. *i- te hũmre te rop curan ita pupun*
eu PAS homem PAS cachorro matar DEM ver
'Eu vi o homem que matou o cachorro'

(POPJES & POPJES, 1986, p.171)

Em Baka, língua nígero-congolesa, *k`ε* 'este' (demonstrativo de proximidade) > marcador de cláusula relativa, como em (69a) e (69b).

- (69) a. *t`▷ peè nd`▷ k`ε!*
Dar:IMP DAT:1ªSG banana esta
'Dê-me esta banana!'
- b. *bo k`ε ma mũngi Γε ngili n`ε, ?á g▷ε.*
homem REL 1ªSG ver:PAS 3ªSG:OBJ ontem REL 3ªSG:NAR ir:PAS
'O homem que eu vi ontem foi-se'.

(BRISSE AND BOURSIER, 1979, p. 137)

Em ik, língua nilo-sahariana, *nà, nì* (PL) 'este', demonstrativo de proximidade > *na, ni*, marcador de cláusula relativa, como em (70a) e (70b).

- (70) a. *ceka na, PL cikámá ni*
mulher esta mulheres estas
'esta mulher' 'estas mulheres'
- b. *itél- ia ima ná nk`ák'a*
ver- 1ªSG criança:NOM REL:SG comer
'Eu vejo uma criança que está comendo.'

(HEINE, 1983, p.97)

Em *buang ken*, língua australiana, demonstrativo posposto > relativizador, como em (71a) e (71b).

- (71) a. *ke* *mdo* *byaŋ* *Ken*
 Eu morar casa esta
 ('Eu moro nesta casa.')
- b. *ke* *mdo* *byaŋ* *hen* *gu* *le* *vkev*
 Eu morar casa que você ver ontem
 ('Eu moro na casa que você viu ontem.')

(SANKOFF, 1979, p.35-6)

Diessel (1999b, p. 115) mostra que a trajetória particular que um demonstrativo segue é determinada pelo contexto sintático em que ele ocorre:

Os pronomes demonstrativos se desenvolvem para itens gramaticais que ainda são usados como pronomes (ou tem, pelo menos, alguma das propriedades de um pronome). Os demonstrativos adnominais dão origem a itens gramaticais que funcionam como operadores de verbo ou sintagmas verbais. E os demonstrativos identificacionais desenvolvem-se em marcadores gramaticais que interagem com constituintes nominais derivados de predicados nominais.

Segundo essa citação de Diessel (1991), o processo *demonstrativo > relativo* pode ser admitido como um exemplo de demonstrativo pronominal, e constitui o modo mais freqüente em que uma cláusula relativa se desenvolve. Esta gramaticalização pode ser interpretada como parte de um processo mais geral pelo qual os marcadores, tendo referência espacial, são gramaticalizados como marcadores textuais ou de referência discursiva.

C – Trajetória **Cópula > Foco** (HEINE & KUTEVA, 2002, p. 95-6)

As trajetórias *cópula > foco* nas línguas que estão citadas a seguir e exemplificadas em (72) a (76), retiradas de Heine e Kuteva (2002), sugere uma aproximação da função de foco desempenhada pela atual expressão *é que*.

Em Cora, língua asteca. *pĩrĩkĩ* 'ser' é resultante de um pronome ou demonstrativo no início de uma sentença > marcador de foco (CASAD, 1984, p.173).

Em Lamanh, língua afro-asiática, -à marcador associativo + cópula '*yá > -é*, marcador de foco (WOLFF, 1983, p.256-7; HEINE & REH, 1984, p. 157)

Em Rendille, língua afro-asiática, **aħi* 'ser' cópula > sufixo nominal *-é*, marcador de foco (HEINE & REH, 1984, p.165-8).

Do mesmo modo, a construção japonesa *kakari-Musubi* envolve a gramaticalização de uma construção clivada para uma construção de foco. Segundo Harris e Campbell (1995,

p.155), as partículas do Kakari podem ser remontadas às origens das formas do ‘ser’ ou a um verbo funcionando como ‘ser’.

Do francês *c’est* ‘isto é’ > *se*, marcador de foco do Haitiano – crioulo francês, como em (72).

- (72) *Se sou chen még yo wè pis*
 Foco Loc cão magro 3ª-PL ver pulga
 ‘É em um cão magro que as pulgas podem ser vistas’.
 (MUYSKEN & VEENSTRA, 1995)

Do Papiamentu, crioulo espanhol, *ta* cópula > marcador de foco, como em (73) e (74).

- (73) *Mi ta Pedro/grandi/na kas.*
 1ªSG COP Pedro grande na casa
 ‘Eu sou Pedro/grande/ na casa’.
 (KOUWENBERG & MUYSKEN 1995, p.220)

- (74) *Ta e buki m’-a duna-bu*
 FOC o livro 1ªSG-Pas dar – 2ªSG
 ‘Eu dei o livro.’
 (KOUWENBERG & MUYSKEN 1995, p.221)

A função de foco das cópulas em línguas crioulas tem também sido estendida às palavras interrogativas, como no exemplo (75), do Papiamentu, e no (76) do Saramaccan, crioulo inglês, do Suriname:

- (75) *Ta kiko Wan ta hasi?*
 É o que: coisa João TAM fazer
 ‘O que é que João está fazendo’
 (HOLM 1988, p.180)

- (76) *Na um-sé a bi wáka?*
 É qual: lado ele TAM ir
 ‘Onde é que ele foi?’
 (HOLM 1988, p.180)

Para Heine & Kuteva (2002), o que parece caracterizar essa evolução é que a cópula, tendo referência de 3ª pessoa do singular, funcionando como o predicado matriz da construção clivada, é reinterpretada como um marcador de informação nova. Em vez da cópula, se a construção envolver uma cláusula principal copular com mais de um tipo de cláusula relativa, pode também ocorrer que o marcador de cláusula relativa sobreviva e ele seja reinterpretado como um marcador de foco.

Segundo os autores, existem línguas em que o marcador de foco parece ser um demonstrativo; isto é, pode ser resultante da evolução: DEMONSTRATIVO > CÓPULA > FOCO (cf. BYRNE & WINFORD, 1993; e HENGEVELD, 1992). Citam também que, conforme a comunicação pessoal de Alain Peyraube, o *shi* chinês deve ter sofrido um desenvolvimento demonstrativo > cópula > marcador de foco.

D – Trajetória **Demonstrativo > Foco** (HEINE & KUTEVA, 2002, p.111-2)

Segundo Heine & Kuteva (2002), existe uma cadeia de gramaticalização translingüística – DEMONSTRATIVO > PRONOME PESSOAL > CÓPULA > FOCO – que pode ser responsável, com ou sem o estágio intermediário do pronome pessoal, pelo fato de os marcadores de foco poderem ser remontados às origens ou poderem ser polissêmicos com os demonstrativos.

Sem envolver um estágio intermediário, parece estar uma cadeia alternativa que segue direto, a partir do que Diessel (1999b, p.148-9) chama “demonstrativos identificacionais” para marcador de foco. Diessel argumenta que, nas línguas *Ambulas* e *Mokilese*, existe evidência de que os marcadores de foco podem desenvolver-se direto do demonstrativo identificacional, desde que o primeiro mostre uma relação não óbvia com as cópulas. Então, em *Ambulas*, o demonstrativo *wan* é freqüentemente usado como marcador de foco, como em (77).

- (77) *vete dé wak a wan méné kaapuk yéménén.*
 ver: e ele disse ah FOC você não você: foi
 ‘Ele o viu e disse, “Ah, então você não foi”.

(WILSON, 1980, p.157)

Já, no *Mokilese*, Diessel (1999b, p.149) defende que o marcador de foco *ioar*, como em (78), pode ser remontado às origens para a antiga forma dêitica que é cognata de um demonstrativo identificacional no *Ponapean*, uma língua oceânica estritamente ligada à *Mokilese*.

- (78) *ioar Wilson ma pwehng ih mehu.*
 FOC Wilson REL contou lhe isto
 ‘Foi Wilson quem lhe contou isto.’

Em *Cahuilla*, língua uto-asteca, o demonstrativo *?í?* ‘este’ parece funcionar como um marcador de foco (enfático) em certos contextos, como em (79).

- (82) *si:na:-mε*
 assento- aqui ser
 ‘Aqui é um assento’
 (KOELLE [1854] 1968, p.42)

Em inúmeras línguas *pidgins* e crioulas, os pronomes demonstrativos parecem ter dado origem às copulas. No crioulo árabe Nubi, *dé*, demonstrativo/artigo definido > cópula, como em (83). No inglês ‘*there*’ > Snaran, crioulo inglês, *de(e)*, *dε* ‘estar’ (algum lugar)’, ‘existir’, cópula existencial.

- (83) *taig mi, pε den dε*
 Contar me onde eles COP
 ‘Conte-me onde eles estão.’
 (BORETZKY 1988, p. 73)

Em Snaran, *da* (< *that* inglês > dati) ‘that’, ‘it’, artigo demonstrativo, pronome 3ª pessoa > *da, na, a* ‘it is’, equativo, cópula qualificadora, como em (84).

- (84) *da somma da wan boen somma*
 Aquela pessoa é uma boa pessoa
 ‘Aquela é uma boa pessoa.’
 (ARENDS 1986, p. 107)

Como esses exemplos sugerem, os demonstrativos em seus usos pronominais podem dar origem a várias funções copulares, como funções qualificadora, existencial e identificadora. Diessel (1999b, p. 145) afirma que as cópulas não verbais, derivadas de demonstrativos, têm demonstrativos identificacionais como suas origens, ao invés de demonstrativos pronominais. Assim, os demonstrativos podem desenvolver-se mais em pronome pessoal, que, por sua vez, podem dar origem a cópulas.

Para Heine & Kuteva (2002), essa evolução trata-se de uma gramaticalização mais extensiva – DEMONSTRATIVO > PRONOME PESSOAL > CÓPULA – ainda que o desenvolvimento de demonstrativo identificacional para cópula difira do que resulta de pronome pessoal para cópula, como Diessel (1999b, p. 145) convincentemente argumenta. Esse argumento contraria a posição de Li e Thompson (1977).

Embora essa tendência pareça não ocorrer para a gramaticalização da expressão *é que*, parece persistir, no pronome demonstrativo e na cópula, presentes na construção SER + O + QUE, a antiga característica de identificação ou de especificação quando focaliza o elemento frasal e atribui-lhe um valor.

1.2. Estágios de gramaticalização da expressão *é que*

Baseado na tendência do percurso de gramaticalização traçado, resultante da observação da frequência das construções afins e da evolução dos três elementos envolvidos nesse processo, quais sejam: a cópula *ser*, o demonstrativo e o “que”, tanto no Português quanto em outras línguas, sintetizo, a seguir, esses achados em quatro estágios por que julgo terem passado tais elementos até a gramaticalização da expressão *é que* na língua portuguesa.

Lembro que, nesse percurso, encontrei três possibilidades de uso da expressão: o *é que inicial*, que se desenvolveu no período do Português Médio (Século XVI); o *é que medial*, com desenvolvimento no Português Clássico (Século XVII); e o *é que interrogativo* que, apesar de achar suas formas embrionárias no decorrer dos Séculos XIII a XVIII, só se desenvolveu na 1ª metade do Século XIX.

Estágio 0: Elementos existentes no galego-português

O exemplo (85) mostra o uso dos elementos que, segundo os dados da amostra estudada, originaram a expressão *é que*. Trata-se de um momento que flagra, ainda no galego-português (portanto, Estágio 0), uma plenitude de significado do verbo *ser*, enquanto verbo existencial; do sintagma nominal intercalado que apresentava localmente o documento indicado pelo demonstrativo de proximidade “*Hec*” inicial; e do pronome relativo, enquanto conector subordinativo.

(85) Contexto: Início da Notícia de herdades doadas por Pelagius Suerij
Hec est notitia de heritates *quaes* ego pelagius suerij cognomento romue dedi uxori mee sanchia anriquiz, pernominatas/ por suas arras. xij, casales e una quintana.
 (Esta é a notícia de herdades *que* eu, Pelagio Suerij, nome da família de Roma, dei a minha esposa Sanchia Anriquiz, a título de arras, doze casais e uma quinta.)

(001.XII.0519.NHE-GOP)

Estágio 1: A proto-construção DEM + SER + SN + PR

O Estágio 1 flagra exemplos da proto-construção em frases complexas já em uso no Português Antigo, como em (86a), do movimento dos elementos na construção, como em (86b), e do sintagma nominal intercalado com significado mais genérico, que é indicado pelo demonstrativo inicial, que, por sua vez, refere-se, de um modo mais neutro, à porção textual anterior (uma anáfora proposicional), como em (86c).

(86) a. **Contexto:** Da santa Trindade e da fé católica

Segundo natura que fillou, quis morrer, quanto carne, por nos saluar, e soffreu fame e sede e fryo e outros traballos muytos e recebeu morte na uera cruz e, dementre que a carne foy morta, a alma dele decêdeo aos infernos e sacou ende os sanctos e os fiees seus, e depoyos resucitou-se en carne e amostrou-se aos seus dicipulos e comeu com elles e leyxous confirmados en sa fe sancta catholica e subyo aos ceus en corpo, en dignidade e ende uerrá na cruz en este mundo dar juyzo aos boos e aos maos, e áquel juyzo uerremos todos en corpos en almas e receberemos ben os boos e galardõ de gloria de ben que fezermos por sempre cõ nostro Senhor Ihesu Christo, e os maus rēceberã pēa cõ nos maos dyaboos por sēpre *unde* nūqua sayrã. *E esta é a nossa fé catholica, que firmemente temos e cremos.* E cuida á fe guardar (e) a eygreya de Roma, que a manda guardar come sacrafiço de nostro Senhor Ihesu Christo, que se faz subello altar pello sacerdote que dereytamente é ordiãdo e como do baptismo e dosoutros sacramentos da sancta eygreya. (+)

(*E esta é a nossa fé católica que firmemente temos e cremos. ...*)

(001.XIII.0007.FRAX-GOA)

b. **Contexto:** Exposição do ermitão sobre os três touros da visão de Galvão

(...) O terceiro, u houvera já sinal de malha, este era Boorz, que peça havia que errara sua virgindade, mas depois o corregeo em guisa que tam bem guardou sua castidade que todo aquel erro foe perdoado. Os três touros eram liados polos corpos: *sam estes três cavaleiros que já sam assi liados de humildade* que já soberva nom pode a eles entrar. Os outros touros que diziam: << Vaamos buscar milhor pasto que este é >>, *estes sam os companheiros da Távola Redonda que disserom, em dia de Pentecoste:* << Vaamos aa demanda do Santo Graal e seremos avondados das honras no mundo e do manjar celestial que a graça do espírito Santo envia a aqueles que saem aa mesa do santo Graal. (...)

(*...são estes três cavaleiros que já são assim ligados pela humildade que já a soberba não pode neles entrar... estes são os companheiros da Távola Redonda que disseram no dia de Pentecoste:*)

(002.XIII.0126.DSGr-GOE)

c. **Contexto:** Como o cavaleiro das armas brancas disse a Galaaz a verdade do escudo

(...) - Senhor, disse o escudeiro, ora contade a dom Galaaz o que dissestes que lhe contaríades ante mim.

- Muito me apraz, disse el, ca nom há no mundo homem niũũ a que o ante devesse a contar ca a el, ca el é ora o escolheito a que nom há par antre todos os cavaleiros que ora sam nem foram gram tempo há.

Entam disse a Galaaz:

- E sabedes que me demanda este escudeiro? Que eu lhe faça saber a verdade deste escudo e porque tantas maravilhas ende averom aaqueles que, per seu fol ardimento, sobre a defesa de Nosso Senhor o deitaram a seus colos, porque lhes aveem tantas maas andanças como sabem a esta terra. Todo esto me el rogou que lhe eu dissesse, ca nom é direito que o outrem saiba ante que vós. Mas pois vós aqui viestes, eu vo-lo contarei ante ele e ante este irmitam que anda com vosco e que vos contou já ende ãa peça.

- Senhor, disse Galaaz, certas, *esto é ãa cousa que eu desejei a saber.*

- Pois eu vo-lo direi, disse o cavaleiro, todo assi como aveeo.

Entam lhe começou a contar em tal guisa como vos depois contará o livro. (+)

(010.XIII. 0055.DSGr-GON)

Estágio 2: Construção clivada SER + DEM + PR

Nesse estágio, há a evolução do sintagma nominal intercalado para um pronome demonstrativo, que, por sua vez, concordando ainda em número e gênero com o sujeito do verbo *ser* na frase anterior (matriz), é o antecedente da frase subordinada relativa iniciada por “que”, como em (87a), (87b) e (87c). Além disso, o pronome demonstrativo ora é substituído por um sintagma nominal, como (87b), ora vem como um determinante demonstrativo, como em (87c), ou ainda conserva sua posição nuclear, tendo um referente anafórico, como em (87d), ou catafórico como no original exemplo (85). Em (87d), a construção *é o que* mostra um uso mais especializado e mais fixo do demonstrativo “o” numa construção típica do que, atualmente, denominam “pseudo-clivada invertida”. Trata-se, portanto, de uma construção de

clivagem, empregada para focalizar um elemento frasal, no caso “*este*” (uma informação dada, que se refere anaforicamente a “*cavaleiro*”), e permitir uma leitura de contraste: “*este*” (e não outro) *é o* (= aquele *cavaleiro*) *que* dará fim às aventuras do Santo Graal.

(87) a. Contexto: Como os que procuravam as seedas (= cadeiras) as acharam.

E os que os contaram acharam todas CL seedas compridas fora duas e disseram-no a el-Rei. E el-Rei tendeu as mãos contra o céu, e disse:

- Jhesu Cristo, Padre, Senhor de todas as cousas, beento sejas tu que me leixaste tanto viver a Távola Redonda comprida, que nom falecessem ende fora dous.

Entam disse a aqueles que as seedas haviam de catar:

- *Quaes são esses que falecem?*

- Senhor, disserom eles, Tristam e a seeda perigosa, que nom é comprida.

(- *Quais são esses que faltam?*)

(003.XIII.0029.DSGr-GON)

b. Contexto: Tomada de Tavira

(...) delle. foi esta batalha r os moros mortos e Tavira ganhada aos moros aos onfe dias de junho por dia de faõ barnabe na era de ml e duzentons e quarenta e dois annos e tomada a villa a deichou ho melfre segura e tornou com munta gente as antas honde jaziaõ os cavalleiros mortos e com grandes zemidos e dor os tirarão dante os moros que jaziaõ os corpos delles lançados no fangue com as elpadas nuas e troucheraõnos á Villa e fizeraõ na melquita mor Igreja de Santa Maria e mandou fazer um moymento em que poz fete elcudos com as vieiras do Senhor Santiago e alli foraõ fobterrados todos feis e o mercador com elles *os nomes dos quaes são os que se leguem* dom Pero Paes commendador mor Mem do Valle, Damião Vaz Alvaro Gracia Estevaõ Vaz Vallerio de Offa e o mercador Gracia Rodriguez cujos corpos foraõ despois tidos em grande reliquia e reverencia e devoção como a martyres que elpargeraõ feo fangue por honrra da fee de Jezus Chrito.

(...e ali foram enterrados todos os seis e o mercador com eles os nomes dos quais *são os que se seguem* ...)

(001.XIII.0092.CDPC-GOR)

c. Contexto: Descendência de Dom Tello

Este dom Tello foy casado com dona Maria filha do iffamte dom Affomssso de Portugall e de dona Viullamte filha do iffamte dom Manuell e de dona Costamça d' Aragom, e fez em ella dona Isabell. Esta dona Isabell se ue casada com dom Joham Affomssso o boõ d'Albuquerque, e fez em ella dom Martinho. *Este dom Joham Affomssso foy o que trouuerom no ataúde os iffamtes suso ditos* e outros muitos boons como se mostra em este titullo parrafo XII hu está tall sinall. (+)

(*Este dom João Afonso foi o que trouxeram no ataúde os infantes antes ditos e outros muitos bons ...*)

(002.XIII.0279.LDL-GOR)

d. Contexto: Como Galaaz entrou no paço e acabou a seeda [= cadeira] perigosa.

(...) - Rei Artur, eu te trago o cavaleiro desejado, aquei que vem do alto linhagem del-rei David e de Josep Baramatia, per que as maravilhas desta terra e das outras haverám cima.

E desto que o homem bõ disse foi el-rei mui ledõ. E disse:

- Se esto é verdade, vós sejades bem viindo. E bem seja veúdo o cavaleiro, *ca este é o que há-de dar cima aas aventuras do Santo Graal*. Nunca foe feito em esta casa tanta honra, como lhe nós faremos. E quem quer que ele seja, eu querria que lhe veese muito bem pois de tam alto linhagem vem como vós dizedes.

- Senhor, cedo o veredes em bõ começo. (...)

(... porque este *é o que* há de dar fim às aventuras do Santo Graal.)

(004.XIII.0030.DSGr-GON)

Estágio 3: Modalizador de ênfase com significação epistêmica

O Estágio 3 marca o estabelecimento da expressão *é que* com significação epistêmica abstrata relacionada à “realidade”, “verdade”. Enfatiza a atitude de certeza do falante para o ouvinte, buscando-a ou asseverando-a por meio de contraste. Não há a presença do

demonstrativo explicitamente, posto que houve a reanálise dele com o “que”. Seguem, então, contextos flagrantes deste estágio nos três tipos de marcadores a seguir.

a) Marcador enfático-explicativo (Século XVI)

Esse *é que* aparece estabelecido em meados do Século XVI. Vem em início de frase, às vezes, antecedido de adjunto adverbial, que retoma e situa a explicação de uma informação anterior (uma anáfora proposicional implícita). O exemplo (88a) é interessante, posto que a atitude de certeza da explicação do falante é reforçada por uma explicação adicional (“e porque sei verdadeiramente...”). Em (88b), na primeira ocorrência, a expressão *é que* é seguida imediatamente por outro operador explicativo “*já que*”, sugerindo, ao invés de uma leitura redundante, um escopo pragmático maior. A segunda ocorrência marca o início do caso a ser contado com uma explicação, que, ao mesmo tempo, evoca e enfatiza a informação tida como verdadeira pelo falante, e até sugere um contraste com alguma expectativa do falante.

(88) a. Contexto: Como rei Artur armou o trebelho (= torneio) no campo de Camaalot

Entam disse el-rei aos que estavam a cabo dele:

- Amigos, *assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós iredes i cedo*; e porque sei verdadeiramente que ja mais vos nom veerei assuados em minha casa. Assi como agora vejo, quero que aquel campo de Camaalot seja ora começado trebelho tal que depois da minha morte seja contado e onde hajam que retraer nossos herees.

(- Amigos, *assim é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro que vós ireis lá cedo ...*)

(005.XIII.0033.DSGr-GON)

b. Contexto: Título do Conto V apresentando como as zombarias são más

(*) CONTO. V. AO PROPOSITO DO PAlfado, *π he que ja q as zombarias lam más*: na praça ou na barca lam piores. Trata do que aconteceu em hũa barca zombando, *π hũa reposta fofil.*

A PROPOSITO do dito graue que fica a tras me lembrou hum cafo que aconteceu na barca Dalcacere, indo á feira de Beja: & *he, que leuãdo vento a popa, hia muita gente assentada no bordo da barca*, & da banda da vella estaua hũ homẽ de Viana quebrado, que tinha hũa grande corcoua nas coftas, & como sempre acontece, indo com bõ tempo pendia a barca hũ pouco à bãda da vella, & no outro bordo estava hũ mancebo de Beja que hia para sua cafa, o qual querendo zombar do corcouado lhe diffẽ. Gentil homem viray o rosto para o mar, que com o pelo da corcoua que tendes para fora fazeis pender a barca para la. (...)

(... Ao propósito do passado, *é que, já que as zombarias são más, na praça ou na barca são piores. Trata do que aconteceu em uma barca zombando, uma resposta sutil. A propósito do dito grave que fica atrás me lembrou um caso que aconteceu na barca Dalcacere, indo à feira de Beja: e é, que, levando vento à popa, ia muita gente sentada no bordo da barca, e da banda da vela estave um home de Viana quebrado, que tinha uma grande ...*)

(003.XVI.0009e.CHPE-GON)

(004.XVI.0009e.CHPE-GON)

Esses dados sugerem, portanto, a definição do *marcador enfático-explicativo* como um operador que introduz e enfatiza um argumento relativo a enunciados anteriores, explicando-os ou esclarecendo-os.

b) Marcador enfático-contrastivo (Século XVII)

O *é que* como marcador de ênfase vêm já desde os Séculos XIII e XIV, como em (89a), mas como uma construção de clivagem, cuja cópula ainda carrega a marca do tempo e concorda com o sujeito da frase matriz. O exemplo (89b) flagra uma forma híbrida do “*quem*” (= o que > que), quando permite uma leitura ora de relativo ora de conjunção integrante, mostrando, assim, uma passagem de função. Contudo, é nos meados do Século XVII que a expressão já aparece resultante de reanálise, ou seja, usado formulaicamente com o “verbo” *ser* fixo no tempo presente do indicativo, sem marcas de concordância, e com o *que* funcionando não mais como conector; os dois constituem um morfema não segmentável. Acontece em uma posição medial de uma só frase (não há mais uma bipartição), depois do elemento a ser enfatizado e antecedendo o verbo. Na época, já havia significação epistêmica abstrata, mostrando a atitude de certeza do falante sobre aquela informação defendida e não outra, sugerindo, assim, um contexto contrastivo, como em (89c).

(89) a. Contexto: O anjo e a alma em um lugar muito formoso

(...) E quando a alma uio tanta aligria, ouue tam grande sabor que lhe esqueeciã todollos outros sabores que hauia nistos e preguntou entõ ao ango de quaes era aquella folgança? E o ango disse:

- He daqueles que receberõ marteiro por amor de Deus e por esso rrecebẽ tanta honra, como tu vees:

outros som que uiuerom em castidade.

Entom olhou a alma a todas as partes e uio mujtos castellos e mujtas torres e mujtas tendas d'ouro e de seda e de púrpura e de cristall e de pedras preciosas, mui maravilhosamẽte obradas e cõpostas.

(- *É daqueles que receberam martírio por amor de Deus e por isso recebem tanta honra, como tu vês: outros são que viveram em castidade. ...*) (001.XIV.0046.GPCA-GON)

b. Contexto: Busca pela dona de um vestido

(...) Mas a dõzella porque suas roupas nam andassẽm pola villa dando occafiam de algũa sospeita lhe diffe. Senhora fe quereis vender effe vestido eu o comprarey. A fãbia dona a entendeo, & lho veo a dar muito barato, & lho vestir, como logo o vestio, & ficou com elle contente. E a dona foy dizer ao fidalgo a cafa, & a pelloa que **era quem** lhe deixou o vestido, porque como ella andou com aquellas roupas a mór parte da villa, achou o alfaiate que as fez, & outros finaes verdadeiros, verdadeira proua, e aquelle vestido era daquella donzella, & (...)

(... *E a dona foi dizer ao fidalgo a casa e a pessoa que era quem lhe deixou o vestido, porque como ela andou com aquelas roupas a maior parte da vila, achou o alfaiate que as fez, e outros sinais verdadeiros, ...*)

(001.XVI.0007e.CHPE-GON)

c. Contexto: A verdade a cargo do pai do Reverendo Padre Frei Matheus da Conceição

(...) E porque sobretudo a informação e uerdade de Vossa Paternidade **he que** ha de realçar esta nossa abonação e credito, pois Vossa Paternidade sabe tudo milhor que ninguem como quem tam particularmente em uida, e em morte assistio sempre ao Senhor Bispo, Peço muito a Vossa Paternidade nos queira fazer merce, e charidade querer declarar e dizer a uerdade do que se passa nesta materia (...)

(005.XVII.0104.ESCR-GOP)

Esses dados sugerem, portanto, a definição do *marcador enfático-contrastivo* como um operador que assinala (ênfatiza) um argumento, dando uma certeza epistêmica a uma determinada conclusão, e contrastando-o com conteúdo(s) pressuposto(s).

c) Marcador enfático-interrogativo (Século XIX)

Apesar de ter um desenvolvimento mais lento, posto que, desde o Século XIII, já havia interrogativas com SER + DEM + QUE, como em (87a) presente no Estágio 2, foi somente na 1ª metade do Século XIX que a expressão *é que* se estabeleceu nas interrogativas tanto do Português Europeu, como em (90a), como no Português Brasileiro, como em (90b). Essa expressão como *marcador enfático-interrogativo* trata-se de um operador que enfatiza a busca da certeza epistêmica do argumento como resposta à informação desconhecida/solicitada.

(90) a. Contexto: Conversa do tio com o sobrinho sobre o domínio do latim pela nova geração
 SOB. (...) O pharisaísmo moderno, como não encontra Christo que sentencear, arvora cruz ao genio, e crucifica o porque não sabe latim.
 TIO. Faze-me o somno (*abre a bocca, e benze-a*) *Como é que vossês tão lidos pelos modos, em bons exemplares, são tão immoraes?*
 SOB. É porque o latim não moralisa... Vamos ao serio: em que está a nossa desmoralisação? Quer-me fallar do amor? da sêde do infinito? Desta sublime loucura da paixão d'anjos que nos preluzem os páramos da gloria, da luz infinda?
 TIO. Não entendi. Isso é Sêneca ou Cícero?
 SOB. Isto sou eu. (...)

(003.XIX.PE1M.CC3.TESB-GON)

b. Contexto: Diálogo entre um livreiro velho (LV) e seu filhos, Ripanso (Rip.) e Ambrosio Lamella (Amb. Lam.)

(...) LV – Jezus me valha! Meos filhos! E quando isso quizesse, era algum absurdo? Com esse genero de vida pude adquirir para viver com decencia, criarvos, educarvos, e alimentarvos, e a vossa falescida May (Ah! na Gloria esteja ella) e pude finalmente fazer casa, e darvos com que principiassse vossa vida, pude ...

Rip – Basta, basta, basta! Por semelhante meio nada quizera: Vossa mercê algum dia foi Deputado? Membro, Secretario, ou Prezidente de Sociedades liberaes? Algumas vez (sic) foi a esplendidos Bailes? Já foi corôado em sua vida? *Quando he que, como eu, levou um tiro?!* Diz vossa mercê que fez, e aconteceu; mas de que modo? A força de nos fazer apertar a barriga, e sem passar vossa mercê d'hum xambre e d'hum barrete na cabeça tendo por grande honraria á penas hum Habito, aperreando nossa May com desgostos, que a levarão á sepultura... (...)

(001.XIX.PB1M.0004.OGO-GOA)

Então, cumprido esse percurso, os quatro estágios (0-3) sugerem a tendência de uma cadeia do tipo: Construção lexical plena > Construção morfossintática (de clivagem) > Marcador discursivo, trajetória esta que analisarei na próxima seção, ao apresentar os fatores pragmáticos que julgo terem motivado a gramaticalização da expressão *é que*.

2. Fatores pragmáticos motivadores da gramaticalização da expressão *é que*

À guisa do que argumentam Hopper & Traugott (2003), prefiro falar de motivações, tendências e de fatores permissivos/motivadores da mudança lingüística, considerando que é possível descrevê-la em termos de mecanismos/processos por que passa, mas nunca tentar

apresentar “causas” ou “explicações” no sentido de “predições”. Os fenômenos que dão origem à mudança são tão complexos que, até então, é impossível precisar por que uma mudança específica ocorreu no passado ou prever se ou quando ela ocorrerá (cf. LASS, 1980). Afinal, as mudanças não têm que ocorrer. Contudo, baseio-me em fatores potenciais e estatisticamente preferidos.

Dentre as motivações para a mudança, existem, nos últimos anos, três focos maiores de discussão: para a Linguística Gerativa, interessa o papel da aquisição da linguagem, especialmente a aquisição da linguagem pela criança; para a Sociolinguística, interessa o papel das comunidades e diferentes tipos de contatos entre elas; e para aqueles que investigam a gramaticalização, principalmente alguns funcionalistas (entre os quais me enquadro), interessa o papel dos falantes e ouvintes negociando significados em situações comunicativas. (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 2003, p. 71)

Segundo Hopper & Traugott (2003), vários estudos sobre gramaticalização têm se desenvolvido sobre as motivações em competição que levam à mudança. Mas, como em toda discussão científica, os pesquisadores acabam por tomarem diferentes caminhos. Uns focalizam a tendência da reanálise abdução dos ouvintes, correlacionando-a com trabalhos sobre mudanças morfossintáticas em gramaticalização (e.g., LANGACKER, 1977). Outro foco reside no uso expressivo da língua dos falantes, correlacionando-o com trabalhos sobre as origens lexicais da gramaticalização, especialmente sobre o enriquecimento pragmático de itens lexicais nos estágios iniciais de gramaticalização (e.g., HEINE, CLAUDI & HÜNNEMEYER, 1991 a,b; e TRAUGOTT & KÖNIG, 1991). Um terceiro foco reside na tendência de economia dos falantes, correlacionando-a com o trabalho sobre rotinização e frequência (e.g. GIVÓN, 1979, 1991b; HOPPER, 1987; KRUG, 1998, 2001; BYBEE & SCHIBMAN, 1999; BYBEE, 2002). Enfim, independentemente da ênfase que se dê em uma ou em outra abordagem, as motivações como economia, eficiência, clareza, expressividade e rotinização, dentre outras, são questões de uso e de propósitos do falante e do ouvinte, portanto podem ser chamadas de “pragmáticas”. E, assim, elas relacionam, naturalmente, a língua com o contexto de uso, incluindo especialmente os significados que resultam desse relacionamento (cf. LEVINSON, 1983, 2000).

Como já discuti no início deste trabalho, na relação entre gramática e pragmática, não há consenso sobre o lugar onde a pragmática se situa e, sobretudo, onde atua, posto que ela trata de significados fora da estrutura, então as abordagens variam de acordo com as tendências seguidas pelo pesquisador. Sem voltar ou entrar em discussões, muitos trabalhos sobre gramaticalização, desde os anos 1980, têm focalizado os tipos de mudanças envolvidos

na gramaticalização e as motivações cognitivas que lhe dão suporte. Para uns, as mudanças de significado são consideradas “semânticas”. Por exemplo, Bybee & Pagliuca (1985) dizem que a “mudança semântica leva ao desenvolvimento de significado gramatical” (p. 59). Para outros, trata-se de uma questão principalmente pragmática (TRAUGOTT & KÖNIG, 1991). Acredito no relacionamento entre a semântica e a pragmática apoiado, principalmente, na visão de Levinson (1983, 2000), Green (1989, 1996), Sperber & Wilson (1986, 1995), Hopper & Traugott (1993, 2003). Entendo que a semântica trata dos significados relativamente estáveis fora do contexto (arbitrários) e analisáveis em termos das condições lógicas sob as quais eles seriam verdadeiros; já a pragmática, por contraste, trata das crenças e das inferências sobre a natureza de uma suposição feita pelos participantes e os fins para os quais os enunciados são empregados no contexto de uso comunicativo da língua. É importante frisar que, nesses significados, a interpretação do participante-ouvinte tende a enriquecer o que foi dito, a fim de interpretar o que é relevante para o contexto do discurso (cf. HOPPER & TRAUGOTT, 2003, p. 76). Então, nessa visão integrada, semântico-pragmática, uns pensam as mudanças de significados serem motivadas, principalmente, por processo metafóricos, como Claudi & Heine, 1986 e Sweetser, 1990; outros pensam serem motivadas tanto por processos metafóricos quanto metonímicos, como, por exemplo, Traugott & König (1991) e Heine, Claudi & Hünemeyer (1991a). É na esteira desses últimos que me posiciono.

No tocante aos mecanismos que provocam a gramaticalização, destaco dois mais gerais: primeiramente, segundo os dados desta pesquisa, a *analogia*, e, secundariamente, a *reanálise*. Já sobre a motivação, destaco, como ligadas a esse processo, as motivações semântico-pragmáticas que levam por meio dos processos metafóricos e dos processos metonímicos. Quanto às trajetórias de mudanças, defendo a unidirecionalidade como princípio que norteia a passagem de itens ou construções lexicais para cumprirem, em certos contextos, funções gramaticais, ou itens gramaticais que desenvolvem novas funções gramaticais. (cf. TRAUGOTT, 2001).

Assim, observando os estágios por que a expressão *é que* passou desde o Português Antigo até o Português Moderno, advogo que a gramaticalização dessa expressão, nos seus estágios iniciais, teve uma motivação por meio da metáfora OBJETO/ESPAÇO > TEXTO. Conceitos espaciais, do “mundo real”, são empregados para designar pontos e relações textuais, ou seja, obedecem à tendência translingüística de transição de conceitos concretos para conceitos mais abstratos pertencentes ao mundo do texto.

No Estágio 1 (ver Figuras 8, 9 e 10, mais adiante), os exemplos mostram o uso de um *demonstrativo* por catáfora antecipando a referência, ou seja, o documento como objeto

concreto, para apresentar o texto e introduzir o conteúdo dele. A cópula *ser*, como verbo principal, tem a função de identificar ou especificar o sujeito por meio do sintagma nominal predicativo, que, por sua vez, era seguido de uma cláusula relativa, encabeçada pelo pronome *que*. Chamo esse primeiro estágio de “pragmático”¹¹¹, no sentido de Givón (1979, p.223), ou seja, significando “discurso” ou “uso da construção no discurso”. Devido à alta frequência, ou seja, à rotinização da construção, ocorre um fortalecimento pragmático e inicia-se seu percurso de mudança. Então, continuando o processo de mudança, a referência anafórica, ou mesmo catafórica, não se limita só ao OBJETO, mas ao ESPAÇO co-textual ou contextual; apresenta-se, pois, como um demonstrativo invariável, portanto mais abstrato, referindo-se à porção textual anterior (uma anáfora proposicional, não mais uma referência a um sintagma). Ressalto que todos esses três elementos tendem, em um bom número de línguas, a gramaticalizar-se.

Para dar sustentação a essa hipótese, evoco, novamente, de modo resumido, as tendências translingüísticas pelas quais esses três itens podem passar, quais sejam: a) **demonstrativo > anáfora proposicional**: segundo Frajzingier (1991), o demonstrativo de distância ‘*that*’ desempenha a função de uma anáfora que se refere a uma proposição como um todo; assim como ocorre no inglês, acontece também no francês, no russo, no polonês e, inludo, no português. b) **Demonstrativo > complementador**: Heine, Claudi & Hünemeyer (1991), que citam Frajzingier (1991) e Diessel (1999b), apresentam o desenvolvimento de demonstrativos a marcadores de cláusulas relativas, que acontece no alemão, no inglês, no guéze, no amárico, no bedja, no mupum, no ewê, no toba batak e no drehu; além desses, Heine & Kuteva (2002) apresentam exemplos no canela-krahô, no dogon, em baka, em ik e em buang Ken. Inludo o português, na formalização de *o que > que(m)*. c) **Demonstrativo > Foco**: esses mesmos autores apresentam exemplos dessa trajetória no ambulas, no mokilese e no cahuilla. Diessel (1999b) cita a construção clivada do francês com “*ce*”: *C’ est ... que*. Também no português, existe a construção de clivagem: *é o que*. d) **Demonstrativo > Cópula**: Heine & Kuteva (2002) mostram exemplos do egípcio, do vai, do nubi e do snaran. No português, essa trajetória de mudança não ocorre, contudo trata-se de uma tendência que não deve ser descartada completamente, pois julgo que, na reanálise de *é o que*, houve o apagamento do demonstrativo, resultando *é que*. e) **Cópula > Foco**: Heine & Kuteva (2002) apresentam exemplos em cora, em lamanh, em rendille, em kakari-Musubi, no crioulo haitiano, no papiamentu e no saramaccan. Defendo, aqui, que, no português, há o

¹¹¹ Corresponde, *mutatis mutandis*, ao primeiro estágio da “hipótese” de Humboldt (1825, apud HOPPER & TRAUGOTT, 2003, p. 20) sobre a mudança de significação das formas gramaticais.

desenvolvimento da cópula para marcador de foco: *é o que* > *é que* (construção não segmentável).

Então, não fugindo à gramaticalização que se evidencia numa análise translingüística, no Estágio 2, a categoria ESPAÇO é conceptualizada por uma referência demonstrativa, intercalando a cópula *ser* e o *que* marcador da cláusula relativa. Como resultado de inferências de implicaturas conversacionais e da pressão de informatividade, aparece a construção *é o que*, mostrando um uso mais especializado e mais fixo do demonstrativo “o”, que se refere ao sujeito da cláusula matriz, numa construção típica do que, atualmente, denominam “pseudo-clivada invertida”. Ao usar a construção *é o que* em uma situação comunicativa, o falante sente a necessidade de fazer remissão ao ESPAÇO textual já mencionado, com o uso da referência demonstrativa “o” (e não mais o OBJETO), de modo a intensificar a informação para a qual ele quer chamar a atenção do ouvinte.

Estruturalmente, trata-se de uma construção de clivagem, mais gramatical (semântico-sintaticamente), empregada para focalizar um elemento da cláusula matriz, a qual está bem mais integrada à cláusula relativa. Com base apenas nesse aspecto, a tendência translingüística de gramaticalização seria *Demonstrativo* > *Foco*, por meio da metáfora OBJETO > ESPAÇO > CONEXÃO TEXTUAL. Entretanto, **semântico-pragmaticamente**, a clivagem vem a serviço da ênfase que o falante imprime ao sinalizar o desejo de chamar a atenção do ouvinte para algo; e, para tanto, o falante *insere* um argumento (informação) em um argumento maior, objetivando economia e informatividade. Sendo assim, sugiro, para dar conta da gramaticalização do *é que*, uma trajetória que também dê conta desses aspectos semântico-pragmáticos.

Com esse objetivo, opto pela trajetória traçada por Traugott & König (1991, p. 208): Tendência I - *Significados baseados na descrição da situação externa* > *Significados baseados na situação interna*; Tendência II – *Significados baseados na descrição da situação externa ou interna* > *Significados baseados na situação textual*; Tendência III – *Significados tendem a tornar-se cada vez mais situados nas crenças/attitudes subjetivas do falante com respeito à situação*¹¹².

Para cobrir os Estágios 1 e 2, as Tendências semântico-pragmáticas I e II corresponderiam ao desenvolvimento da gramaticalização segundo as funções da linguagem *ideacional* > *textual*.

¹¹² Ver capítulo referente às funções da linguagem na gramaticalização na Parte II.

Com base nessa tendência, os dados do Português Antigo, do COMTELPO, parecem evidenciar a trajetória: *ideacional* (significado concreto) > *textual* (significado textual-discursivo) no início da gramaticalização de *é que*; ou seja, segue o percurso: *Hec est...q* (Estágio 0 e 1) > *é o que* (Estágio 2), como mostra o quadro 8, mais adiante.

Continuando o percurso, ainda como uma construção de clivagem, não mais do tipo “pseudo-clivada invertida”, a construção *é o que* passa por uma *reanálise*, ou seja, há uma reformulação sintático-semântica que, por meio do processo metonímico, transforma-a em *é que*. Há, portanto, a reanálise do demonstrativo com o relativo, ou seja, os dois passam a ser reinterpretados por um “*que*” complementador (conjunção integrante), portanto mais gramatical. Nesse caso, não se aplicaria a tendência translingüística de gramaticalização: **Demonstrativo > Foco**; seria mais viável a tendência **Demonstrativo > Complementador > Marcador de foco**. Mas a função de marcação de foco incorpora o *ser* reanalisado, o complementador vem sempre depois da cópula, a qual concorda em número-pessoa com o sujeito da cláusula matriz e atende às mesmas restrições de tempo da cláusula complementadora. É o caso da construção de clivagem chamada de “pseudo-clivada invertida de *é que*” (COSTA E DUARTE, 2001) ou “construção **É QUE**” (BRAGA, 1989; LONGHIN, 1999).

Essa construção ainda se encontra no Estágio 2, momento que corresponde a uma mudança das unidades lingüísticas relativa à função textual da linguagem. A mudança atua, então, na “construção do texto”, na organização do discurso, de modo a operar no co-texto (organizando a mensagem) e na situação (ajustando a mensagem a outras, ao ouvinte/leitor ou ao contexto mais amplo). Considerando a frequência da “construção **É QUE**” (de clivagem) no decorrer do tempo, a rotinização faz que ocorra uma generalização analógica por meio do padrão de uso (FRIES, 1940). Continuando seu fortalecimento pragmático, a pressão de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais fazem que a construção se torne mais contígua e assuma seu caráter de fórmula “*é que*”, invariável, como um morfema não segmentável, funcionando não mais como um *conector*, mas sim como um “*marcador de ênfase*” – presente em uma única cláusula.

Com base nessa tendência, sugiro, então, o segundo percurso traçado por Traugott & König (1991), para dar conta da gramaticalização da expressão *é que*, pois os dados do Português Antigo, do Português Médio e do Português Clássico, do COMTELPO, tendem a evidenciar a trajetória: *textual* (significado textual-discursivo) > *interpessoal* (significado pragmático-discursivo), ou seja, segue o percurso: *é o que* (Estágio 2) > *é que* (Estágio 3), como mostra o quadros 8, mais adiante.

O Estágio 3 corresponde à tendência semântico-pragmática III, de Traugott & König (1991, p. 209), segundo a qual, “os *significados tendem a tornar-se cada vez mais situados nas crenças/attitudes subjetivas do falante com respeito à situação*”. Esse estágio marca o estabelecimento da expressão *é que* com significação epistêmica relacionada à “realidade”, “verdade”. Esse significado epistêmico pode ser evidenciado, segundo o princípio de *persistência* (HOPPER, 1991), por meio do étimo do verbo *ser*. Segundo Vendryès (1921), a raiz proto-indo-européia *es* “ser”, que forneceu a cópula em data muito antiga, denota propriamente “a existência, a vida” e o demonstra através do particípio *sat*, que designa “um ser real” e o derivado *satyas*, “verdadeiro”, e mediante o grego *tà ónta*, “a realidade”. Então, a expressão *é que* enfatiza a atitude de certeza do falante para o ouvinte, buscando-a ou asseverando-a por meio de contraste.

Sintetizando, a mudança total para o marcador de ênfase *é que* se deu a partir da referência concreta para a expressão da avaliação do falante para marcar a relevância do que está sendo posto em saliência para uma avaliação do contraste pelo ouvinte. Demonstra, pois, uma mudança para uma construção mais abstrata e subjetiva do mundo em termos de linguagem, ou seja, a mudança sugere a tendência de uma cadeia do tipo: **Construção lexical plena > Construção morfossintática (de clivagem) > Marcador discursivo**

Veja, nas Figuras 6, 7 e 8 que se seguem, as etapas de gramaticalização da expressão *é que* inicial, medial e em frases interrogativas, segundo os processos e mecanismos complementares envolvidos na mudança semântico-pragmática.

		Eixo sintagmático Mecanismo: reanálise	
Estágio 0	<p><i>Hec est notitia heritates q ego ... dedi uxori mee sanchia</i> SN-DEM COP SN PR SN V SN Esta é a notícia de herança que eu dei a esposa minha Sanchia (001.XII.0519.NHe-GOP)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO)</p>		
Estágio 1	<p>A. <i>E esta é a nossa fe catholica, que firmemente teemos ...</i> CONJ SN-DEM COP SN PR ADV V (001.XIII.0007.FRAX-GOA)</p> <p>B. <i>sam estes três cavaleiros que já sam assi liados de humildade</i> COP SN-DEM SN PR SADV COP SADV SA (002.XIII.0126.DSGr-GOE)</p> <p>C. <i>esto é ãa cousa que eu desejei</i> SN-DEM COP SN PR SN V (010.XIII.0055.DSGr-GON)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO > ESPAÇO)</p>		
Estágio 2	<p>A. <i>Quaes são esses que falecem?</i> Pro COP DEM PR V ? Quais são esses que faltam? (003.XIII.0029.DSGr-GON)</p> <p>B. <i>os nomes dos quaes ão os que se leguem</i> SN COP SN-DEM PR V (001.XIII.0092.CDPC-GOR)</p> <p>C. <i>Este dom Johan Affomssso foy o que trouuerom...</i> SN (DEM+N) COP SN-DEM PR V Este Dom João Afonso foi o que trouxeram... (002.XIII.0279.LL-GOR)</p> <p>D. <i>ca este é o que ha-de dar cima aas aventuras do Santo Graal ...</i> Conj SN COP SN-DEM PR V SN SP Porque este é o que dará fim às aventuras do Santo Graal (004.XIII.0030.DSGr-GON)</p> <p>(por generalização analógica e por reanálise)</p>		
Estágio 3.	<p>A. <i>Amigos, assi é que a demanda do Santo Graal é sinal verdadeiro</i> SAdv COP+Q SN COP SN (005.XIII.0033.DSGr-GON)</p> <p>B. <i>Ao proposito do pallado, π he que ja e as zombarias fam más: na praça...fam piores.</i> SAdv EQ Conj SN COP SA F (003.XVI.0009e.CHPE-GON)</p> <p>C. <i>& he, que leuãdo vento a popa, hia muita gente affentada no bordo da barca,</i> EQ (...) V SN SAdv (004.XVI.0009e.CHPE-GON)</p>		
		Eixo paradigmático Mecanismo: analogia	

Figura 6: Etapas da Gramaticalização de *É QUE* inicial segundo os dados do COMTELPO

		Eixo sintagmático Mecanismo: reanálise	
Estágio 0	<p><i>Hec est notitia heritates q ego ... dedi uxori mee sanchia</i> SN-DEM COP SN PR SN V SN Esta é a notícia de herança que eu dei a esposa minha Sanchia (001.XII.0519.NHe-GOP)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO)</p>		
Estágio 1	<p>A. <i>E esta é a nossa fe catholica, que firmemente teemos ...</i> CONJ SN-DEM COP SN PR ADV V (001.XIII.0007.FRAX-GOA)</p> <p>B. <i>:sam estes três cavaleiros que já sam assi liados de humildade</i> COP SN-DEM SN PR SADV COP SADV SA (002.XIII.0126.DSGr-GOE)</p> <p>C. <i>esto é ãa cousa que eu desejei</i> SN-DEM COP SN PR SN V (010.XIII.0055.DSGr-GON)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO > ESPAÇO > TEXTO)</p>		
Estágio 2	<p>A. <i>Quaes são esses que falecem?</i> Pro COP DEM PR V ? Quais são esses que faltam? (003.XIII.0029.DSGr-GON)</p> <p>B. <i>os nomes dos quaes laõ os que fe leguem</i> SN COP SN-DEM PR V (001.XIII.0092.CDPC-GOR)</p> <p>C. <i>Este dom Johan Affomsso foy o que trouuerom...</i> SN (DEM+N) COP SN-DEM PR V Este Dom João Afonso foi o que trouxeram... (002.XIII.0279.LL-GOR)</p> <p>D. <i>ca este é o que ha-de dar cima aas aventuras do Santo Graal ...</i> Conj SN COP SN-DEM PR V SN SP Porque este é o que dará fim às aventuras do Santo Graal (004.XIII.0030.DSGr-GON)</p> <p>(por generalização analógica e por reanálise)</p>		
Estágio 3.	<p>A. <i>outros som que uiuerom em castidade</i> SN COP COMP V SAdv outros são que viveram em castidade (001.XIV.0046.GPCA-GON)</p> <p>B. <i>& a pelloa que era quem lhe deixou o vestido ...</i> SN PR COP Conj/PR Pro V SN (001.XVI.0007e.CHPE-GON)</p> <p>C. <i>... a informação e uerdade de Vossa parternidade he que ha de realçar...</i> SN EQ V (005.XVII.0104.ESCR-GOP)</p>		Eixo paradigmático Mecanismo: analogia

Figura 7: Etapas da Gramaticalização de *É QUE medial* segundo os dados do COMTELPO

		Eixo sintagmático Mecanismo: reanálise	
Estágio 0	<p><i>Hec est notitia heritates q ego ... dedi uxori mee sanchia</i> SN-DEM COP SN PR SN V SN Esta é a notícia de herança que eu dei a esposa minha Sanchia (001.XII.0519.NHe-GOP)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO)</p>		
Estágio 1	<p>A. <i>E esta é a nossa fe catholica, que firmemente teemos ...</i> CONJ SN-DEM COP SN PR ADV V (001.XIII.0007.FRAX-GOA)</p> <p>B. <i>:sam estes três cavaleiros que já sam assi liados de humildade</i> COP SN-DEM SN PR SADV COP SADV SA (002.XIII.0126.DSGr-GOE)</p> <p>C. <i>esto é ãa cousa que eu desejei</i> SN-DEM COP SN PR SN V (010.XIII.0055.DSGr-GON)</p> <p>(por analogia/metáfora OBJETO > ESPAÇO)</p>		
Estágio 2	<p>A. <i>Quaes são esses que falecem?</i> Pro COP DEM PR V ? Quais são esses que faltam? (003.XIII.0029.DSGr-GON)</p> <p>B. <i>Que é êsto, que a espôsa nom chama seu amado mirra, mas moolho de mirra?</i> Pro COP SN-DEM PR SN ? (005.XV.0017.LVC-GOE)</p> <p>C. <i>Que vezes são estas que soam?</i> Pro SN COP DEM PR V (005.XIX.PE1M.0025.OBN-GON)</p> <p>(por generalização analógica e por reanálise)</p>		
Estágio 3.	<p>A. <i>Como é que vossês tão lidos pelos modos, em bons exemplares, são tão immoraes?</i> Adv EQ SN V SA ? (003.XIX.PE1M.CC3.TESB-GON)</p> <p>B. <i>Quando he que, como eu, levou um tiro?!</i> Adv EQ (...) V SN...?! (001.XIX.PB1M.0004.OGO-GOA)</p>		
		Eixo paradigmático Mecanismo: analogia	

Figura 8: Etapas da Gramaticalização de É QUE em Frases Interrogativas segundo os dados do COMTELPO

Como mostram as Figuras 6, 7 e 8, a tendência de mudança envolve tanto o processo “metonímico” quanto o “metafórico”, pondo em cheque a afirmação de Hopper & Traugott (2003, p. 39) de que a reanálise “é um pré-requisito para a implementação da mudança por meio da analogia”, ou seja, a convencionalização das metonímias conceituais se origina no

fluxo sintagmático da fala que é a primeira motivação para a reanálise nos primeiros estágios (p. 93). Essa tendência pode ser específica ao desenvolvimento do *be going to*. Conforme o desenvolvimento da expressão *é que*, tanto a metáfora (e analogia) quanto a metonímia (e a reanálise) são processos e mecanismos complementares na gramaticalização.

De outro modo, apresento, no Quadro 8, a seguir, o percurso de mudança semântico-pragmática do marcador de ênfase *é que*, fazendo a correlação entre as funções da linguagem e as três tendências apontadas nos seus estágios de gramaticalização:

Ideacional >	Textual >	Interpessoal
<i>Hec est ... q</i> Português Antigo	(Isto) é o que Português Antigo	É que / ...é que... / ...é que...? Port. Médio / Clássico / Moderno
<i>Referência catafórica ao objeto</i> Significado concreto seguido de cláusula relativa	<i>Referência anafórica ao objeto</i> Significado textual-discursivo Relativo > Complementador de cláusula	<i>Referência reanalisada</i> (implícita) Significado epistêmico (pragmático- discursivo) presente em uma única cláusula Complementador > <i>Marcador de ênfase</i>

Quadro 8: Gramaticalização da expressão *é que* segundo as funções da linguagem

Como se trata de um percurso de mudança e não de uma ordenação hierárquica de componentes da gramática, esse percurso de gramaticalização da expressão *é que* segundo as funções da linguagem difere, então, da tendência proposta por Heine; Claudi & Hünemeyer (1991), no que se refere à direção das funções: interpessoal > textual.

Então, como mostra o Quadro 8, o falante marca a relevância da informação, por meio da expressão *é que*, (colocando-a em saliência para uma avaliação do ouvinte). Esse último movimento caracteriza a função *interpessoal* como componente *centrado* no falante, chamando a atenção do ouvinte para algo (“orientado para o ouvinte”), uma vez que, no processo interativo, entra em jogo a adequação do uso aos propósitos tanto do falante quanto do ouvinte. Essa relevância é, nesse estágio, marcada sem a referência demonstrativa, embora ela esteja implícita, para significar a crença/atitude do falante .

Por fim, o desenvolvimento do marcador de ênfase *é que* revela-se como o de muitos dos correlatos estruturais e pragmáticos unidirecionais que mudam normalmente associados à gramaticalização:

- a) descategorização: o verbo *ser*, o pronome demonstrativo e o pronome relativo são reanalisados: há o apagamento do demonstrativo e os outros dois tornaram-se fixos.
- b) vínculo dentro do sintagma: a fixação que acompanha a descategorização leva ao vínculo, ou seja, assume o caráter de fórmula “*é que*”, invariável, como um morfema não segmentável,

funcionando não mais como um *conector*, mas sim como um “*marcador de ênfase*” – presente em uma única cláusula.

c) generalização: Considerando a frequência da “construção É QUE” (de clivagem) no decorrer do tempo, a rotinização faz que ocorra uma generalização analógica por meio do padrão de uso. (cf. FRIES, 1940).

d) fortalecimento pragmático: a pressão de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais fazem que a construção se torne mais contígua: *Hec est* (SN) *q* (significado concreto) > *é o que* (significado textual-discursivo) > *é que* (significado pragmático-discursivo), ilustra, pois, o movimento unidirecional que parte da referência concreta para a expressão da avaliação do falante para marcar a relevância do que está sendo posto em saliência para uma avaliação do contraste pelo ouvinte, do concreto para o abstrato.

e) subjetividade: a correlação das quatro realizações da modalidade epistêmica, redefinidas por Givón (2001), fornece evidências para o uso da expressão *é que* como uma das manifestações do grau de certeza, positiva ou negativa. Ou seja, o marcador de ênfase *é que* também expressa uma atitude do falante em relação à proposição, que corrobora o caráter multifuncional da expressão *é que*: marcador de ênfase e marcador epistêmico de asseveração, que se realiza por meio dos tipos: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*.

CAPÍTULO III

A expressão *é que* no Português Moderno

3. A expressão *é que* no Português Moderno

Neste capítulo, analiso o uso da expressão *é que* no Português Moderno, tanto no português europeu quanto no português brasileiro (doravante PEM e PBM, respectivamente), segundo os dados referentes aos Séculos XIX e XX do COMTELPO. Para tanto, apresento a distribuição e valores do *é que* nessas duas normas, à luz de alguns fatores lingüísticos que ajudam a explicar suas propriedades sintático-semânticas e pragmáticas. Estipulei 08 (oito) grupos desses fatores: 03(três) em relação à frase da ocorrência – *tipo, função e modalidade*; 04 (quatro) em relação ao escopo da expressão *é que* – *estatuto informacional, estatuto sintático, estatuto morfológico e referencial*; e 02 (dois) em relação ao contexto estrutural da expressão *é que* – *contexto imediato anterior e contexto imediato posterior*. Os três estatutos do escopo já tiveram sua importância atestada na grande maioria dos trabalhos sobre clivadas, seja no português, seja em outras línguas. Os demais fatores, por meu desconhecimento de outros estudos sobre o objeto desta investigação – exceto o de Casteleiro (1979), sob a perspectiva gerativa – são resultantes do alto grau de significância estatística dentre vários outros fatores lingüísticos testados, que não mostraram correlação significativa com os três tipos da expressão *é que*, conforme apresentei na Parte 3.

Dediquei uma seção a cada grupo de fatores. A seqüência de apresentação de cada seção é uniforme. Inicialmente, apresento e analiso os dados que compõem o COMTELPO, *corpus* de referência. A seguir, faço uma discussão com base nos resultados obtidos na amostra. No final das seções, apresento uma sinopse da distribuição e valores da expressão *é que*.

1. Distribuição e valores do *é que* no Português Moderno

Apresento, a seguir, a distribuição e os valores do *é que* no PEM e no PBM, à luz de oito grupos de fatores lingüísticos acima mencionados, segundo os três tipos:

- a) marcador enfático-explicativo *é que*: operador que introduz e enfatiza um argumento relativo a enunciados anteriores, explicando-os ou esclarecendo-os.
- b) marcador enfático-contrastivo *é que*: operador que assinala (enfatiza) um argumento, dando uma certeza epistêmica a uma determinada conclusão, e contrastando-o com conteúdo(s) pressuposto(s).
- c) marcador enfático-interrogativo *é que*: operador que enfatiza a busca da certeza epistêmica do argumento como resposta à informação desconhecida.

Saliento que os fatores são resultantes do alto grau de significância estatística dentre vários outros fatores lingüísticos testados, que não mostraram correlação significativa com os três tipos da expressão *é que*.

1.1. Correlação dos fatores lingüísticos com os três tipos de *é que*

Esta seção está organizada com uma sub-seção para cada grupo de fatores. Inicialmente, apresento e analiso os dados que compõem o COMTELPO, em dois momentos: primeiramente, faço o cruzamento do fator com os três tipos da expressão *é que*, considerando o período de cada divisão dos Séculos XIX e XX, e destaco as ocorrências mais freqüentes, exemplificando-as; depois, analiso os resultados obtidos no referido cruzamento, comparando o PEM e o PBM. No final, apresento um quadro sinóptico, seguido de uma síntese das principais conclusões acerca da distribuição e dos valores da expressão *é que*.

1.1.1. Em relação à frase da ocorrência

Em relação à frase da ocorrência, apresento a correlação do *tipo, da função e da modalidade* com os três tipos de *é que*, segundo o período do PEM e do PBM.

I. Tipo de frase

Conforme apresentei na Parte 3, os *tipos de frase* levantados foram: *Declarativa* (asserção cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [.] ponto final ou reticências [...]); *Interrogativa* (pergunta cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [?]); *Exclamativa* (exaltação ou admiração cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [!]); e *Imperativa* (ordem ou sugestão cujo início é indicado pelo uso de letra maiúscula e final assinalado por [.] ponto final ou reticências [...]).

O levantamento dos *tipos de frase* está quantificado nas Tabelas 10 e 11, que se seguem.

Período	Tipo de frase		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Declarativa	-	07	02	09/8,2%
		Interrogativa	01	-	-	01/0,9%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	Declarativa	-	19	06	25/22,7%
Interrogativa		05	02	-	07/6,3%	
Exclamativa		-	02	-	02/1,8%	
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	Declarativa	-	08	08	16/14,5%
		Interrogativa	07	-	-	07/6,3%
		Exclamativa	-	01	01	02/1,8%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Declarativa	-	10	04	14/12,7%
		Interrogativa	25	-	-	25/22,7%
Exclamativa		-	02	-	02/1,8%	
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110	

Tabela 10: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático segundo o período do PEM

Período	Tipo de frase		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Declarativa	-	06	01	07/6,6%
		Interrogativa	02	-	-	02/1,8%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Declarativa	-	14	10	24/22,8%
Interrogativa		02	-	-	02/1,8%	
Exclamativa		-	01	-	01/0,9%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Declarativa	-	17	03	20/19%
		Interrogativa	11	-	-	11/10,4%
		Exclamativa	-	01	01	02/1,8%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Declarativa	-	19	05	24/22,8%
		Interrogativa	09	01	-	10/9,5%
Exclamativa		-	01	01	02/1,8%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105	

Tabela 11: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático segundo o período do PBM

Conforme os dados das Tabelas 10 e 11, é baixo o uso da expressão *é que* na 1ª metade do Século XIX, tanto do PEM quanto do PBM. Ainda mais baixo é esse uso nas *frases interrogativas*, época em que elas têm as primeiras ocorrências, como mostrei anteriormente. Porém, já na 2ª metade do mesmo século, as ocorrências triplicam e o uso da expressão *é que* continua crescente até o final do Século XX¹¹³, período limite do recorte da amostra.

As Tabelas 10 e 11 mostram que a maior ocorrência é do tipo *frases declarativas* em quase todos os períodos, como ilustra (91), com exceção das ocorrências da 2ª metade do

¹¹³ Tanto no PE como no PB, ainda é muito corrente o uso da expressão *é que* no dias atuais.

Século XX do PEM, época em que há maior ocorrência de *frases interrogativas*, como o exemplo (92):

(91) Contexto: Crônica Os jornais

(*) Meu amigo lança fora, alegremente o jornal que está lendo e diz:

- Chega! Houve um desastre de trem na França, um acidente de mina na Inglaterra, um surto de peste na Índia. Você acredita nisso que os jornais dizem? Será o mundo assim, uma bola confusa, onde acontecem unicamente desastres e desgraças? Não! *Os jornais é que falsificam a imagem do mundo*. Veja por exemplo aqui: em um subúrbio, um sapateiro matou a mulher que o traía. Eu não afirmo que isso seja mentira. Mas acontece que o jornal escolhe os factos que noticia. O jornal quer factos que sejam notícias, que tenham conteúdo jornalístico.

(001.XX.PB2M.0190.TROA-GOR)

(92) Contexto: Um antigo soldado conta a populares suas proezas militares

(...) Antigo soldado – Estas cantigas são inventadas

No regimento de Freire d'andrade

São cantadas com estilo

De lá ré ó liberdade.

1º Popular – Onde aprendeu vossemecê isso?

Antigo soldado – Em Campo d'Ourique – já lá vão mais de dez anos –, quando eu era soldado no regimento de Gomes Freira ...

Aqui onde me Vêem já andei nas guerras ...

Rita – Com o general?

Antigo soldado – Com o general, pois!

2º Popular – Conte lá, homem ...

3º Popular – *Em que guerra é que vossemecê andou?*

Uma velha – E foi na guerra que aprendeu a cantar?

(*O antigo soldado ri-se*) (...)

(001.XX.PE2M.0018.FELI-GON)

Embora a maior freqüência tenha sido do *é que enfático-interrogativo* na 2ª metade do Século XX do PEM, as *frases interrogativas*, que têm distribuição complementar com o tipo de marcador de ênfase, não são as mais recorrentes entre os três tipos de marcadores *é que*. Contudo, elas apresentam uma gradação crescente no decorrer de todo o período do PEM e também do PBM. O *é que enfático-contrastivo* conta com *frases declarativas* e *frases exclamativas*, tendo a maior ocorrência de *frases declarativas* na 2ª metade do Século XIX do PEM e na 2ª metade do Século XX do PBM, como exemplificado em (91). O mesmo ocorre com o *é que enfático-explicativo* que também conta os esses mesmos dois *tipos de frases*, embora as *frases declarativas* sejam mais freqüentes na 2ª metade do Século XIX do PBM, como exemplificado em (93), e na 1ª metade do Século XX do PEM.

(93) Contexto: O fundadores da Academia. Conselhos aos moços

(...) O escritor que chegou à madureza é, só por isso, o representante de um estado de espírito que preencheu o seu fim. Não há mocidade perpetua, o vosso privilegio está garantido ... Quando se fala de mocidade perpetua de um escriptor, como Molière, por exemplo, não se quer dizer que não envelheceu, mas o fundo de verdade humana que elle recolheu e exprimiu continúa a ser sempre verdadeiro. *Não é que o escritor ou a obra*

guardasse a sua deliciosa frescura; **é que** a humanidade sempre joven, se reconheceu a si mesma sob os traços de outra época e acha em vel-o o mesmo prazer, si não maior! – do que em sua imagem actual.

(001.XIX.PB2M.0005.TADA-GOA)

(002.XIX.PB2M.0005.TADA-GOA)

Os dados também mostram que não há ocorrência do tipo de *frase imperativa* nem no PEM nem PBM. Com baixíssima frequência, as frases exclamativas variam entre 01 e 02 ocorrências, tanto com o *é que enfático-contrastivo* quanto com o *é que enfático-explicativo*; não havendo nenhuma ocorrência de frases exclamativas na 1ª metade do Século XIX nas duas modalidades do português.

Uma vez conhecida a frequência da expressão *é que* em relação ao *tipo de frase* e ao período da amostra do COMTELPO, passo a apresentar, a seguir, nas Tabela 12 e 13, o cruzamento da frequência desse fator lingüístico com o uso da expressão *é que* nas funções de marcador de ênfase, relacionando os resultados do PEM com os do PBM da amostra.

É QUE	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
Tipo de Frase				
Declarativa	-	44/40%	20/18,1%	64/58,1%
Interrogativa	38/34,5%	02/1,8%	-	40/36,3%
Exclamativa	-	05/4,5%	01/0,9%	06/5,4%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 12: Tipo de frase em relação ao tipo de Marcador enfático do PEM

É QUE	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
Tipo de Frase				
Declarativa	-	56/53,3%	19/18,1%	75/71,4%
Interrogativa	24/22,8%	01/0,9%	-	25/23,8%
Exclamativa	-	03/2,8%	02/1,9%	05/4,7%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 13: Tipo de frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Em termos de números e percentuais, os dados das Tabela 12 e 13 mostram que a maior ocorrência é do tipo de frases *declarativas*, com a expressão *é que* como marcador enfático-contrastivo, como em (91), seguido do tipo de frases *interrogativas*, com o uso exclusivo do marcador enfático-interrogativo, como (92). Os percentuais do uso de *frases declarativas* com o marcador enfático-explicativo são iguais no PEM e PBM.

No exemplo (91), em que se lê: “*Os jornais é que falsificam a imagem do mundo[.]*”, a frase é veiculada sob o modo de *asserção*, que se manifesta pelo uso de marcas da linguagem escrita como o uso de maiúsculas no início da frase, como “*Os ...*”, e, no final, assinalado pelo ponto final [.]. Já em (92): “*Em que guerra é que vossemecê andou?*”, a frase ilustra o tipo *interrogativo*. Geralmente, nesse tipo, a expressão *é que* vem após pronomes ou advérbios

interrogativos. As frases são veiculadas sob o modo de *pergunta*, que se manifesta pelo uso de marcas da linguagem escrita como o uso de maiúsculas no início da frase como “*Em que ...*”, e, no final, assinalado por [?]. Registrei também os casos do *é que* como marcador enfático-contrastivo em interrogativas indiretas: duas ocorrências no PEM e uma no PBM. Já o tipo de frase *exclamativa* com a expressão *é que*, como em (94), teve pouca ocorrência e não houve nenhuma do tipo de frase *imperativa*.

- (94) Contexto: Conversa sobre uma passagem da Bíblia entre Manuel e João Grilo
 (...) João Grilo – (...) Eu me lembro de que uma vez, quando Padre João estava me ensinando catecismo, leu um pedaço do Evangelho. Lá se dizia que ninguém sabe o dia e a hora em que o dia do Juízo será, nem homem, nem os anjos que estão no céu, nem o Filho. (...) Está escrito lá assim mesmo?
 Manuel – Está. É no Evangelho de São Marcos, capítulo treze, versículo trinta e dois.
 João Grilo – *Isso é que é conhecer a Bíblia!* O Senhor é protestante?
 Manuel – Sou não, João, sou católico.
 João Grilo – Pois na minha terra, quando a gente vê uma pessoa boa e que entende de Bíblia, vai ver é protestante. (...)
- (007.XX.PB2M.0187.AUTO-GON)

A frase com o marcador enfático-contrastivo *é que*, presente em (94): *Isso é que é conhecer a Bíblia!*, é do tipo *exclamativo*. A admiração de João Grilo se manifesta na frase pelo uso de marcas da linguagem escrita como o uso de maiúsculas no início da frase como “*Isso*” e, no final, assinalado por [!]).

II. Função da frase

Ao falar ou escrever, toda pessoa tem o objetivo de comunicar algo com uma determinada intenção. Como apresentei nos procedimentos metodológicos, na Parte III, analisar as funções da frase se deve ao fato de identificar qual a intenção que o falante está querendo comunicar e, para tanto, faz uso da expressão *é que* como marcador de ênfase.

Embora algumas funções encontradas sejam muito próximas, tentei identificar a função que predominava como mais fiel ao conteúdo da frase. Então, considerando a diversidade de funções das frases em que ocorre a expressão *é que*, dividi as tabelas do PEM e do PBM por século, a fim de facilitar a observação dos dados.

As Tabelas 14 e 15, a seguir, apresentam os resultados relativos ao PEM.

Período	Função da frase		È QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Advertir	-	01	-	01/0,9%
		Informar	-	04	02	06/5,4%
		Pedir explicação	01	-	-	01/0,9%
		Persuadir	-	01	-	01/0,9%
		Avaliar	-	01	-	01/0,9%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	Aconselhar	-	01	-	01/0,9%
		Advertir	-	01	-	01/0,9%
		Criticar	-	05	01	06/5,4%
		Elogiar	-	02	01	03/2,7%
		Explicar	-	02	03	05/4,5%
		Informar	-	06	01	07/6,3%
		Pedir explicação	01	-	-	01/0,9%
		Pedir informação	03	-	-	03/2,7%
		Persuadir	-	01	-	01/0,9%
Queixar-se		-	02	-	02/0,9%	
Reclamar		01	-	-	01/0,9%	
Definir		-	01	-	01/0,9%	
Ironizar		-	01	-	01/0,9%	
Avaliar	-	01	-	01/0,9%		
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
Subtotal (de 110 ocorrências)			06/5,4%	30/27,2%	08/7,2%	44/40%

Tabela 14: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XIX do PE

Período	Função da frase		È QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XX	1ª Met	Advertir	-	-	03	03/2,7%
		Contrastar	-	-	01	01/0,9%
		Criticar	-	02	-	02/1,8%
		Explicar	-	01	02	03/2,7%
		Informar	-	04	01	05/4,5%
		Lamentar	-	-	01	01/0,9%
		Pedir explicação	04	-	-	04/3,6%
		Reclamar	01	-	-	01/0,9%
		Ironizar	01	01	-	02/1,8%
		Avaliar	01	01	01	03/2,7%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Advertir	-	01	-	01/0,9%
		Contrastar	01	-	-	01/0,9%
		Criticar	03	02	01	06/5,4%
		Elogiar	-	01	-	01/0,9%
Explicar		-	-	01	01/0,9%	
Informar		-	01	02	03/2,7%	
Lamentar		-	01	-	01/0,9%	
Pedir explicação		01	-	-	01/0,9%	
Pedir informação		11	-	-	11/10%	
Persuadir		-	02	-	02/1,8%	
Protestar	-	01	-	01/0,9%		
Queixar-se	-	01	-	01/0,9%		
Ironizar	02	-	-	02/1,8%		
Avaliar	07	02	-	09/8,2%		
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Subtotal (de 110 ocorrências)			32/29,1%	21/19,1%	13/11,8%	66/60%

Tabela 15: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XX do PE

Observando os dados do PEM, presentes nas Tabelas 14 e 15, a função *pedir informação* é a mais recorrente na 2ª metade do Século XX em frases com o marcador enfático-interrogativo *é que*, como em (95). Já o marcador *é que* enfático-contrastivo ocorre mais em frases com a função de *informar* em todo o Século XIX, como ilustra o exemplo (96) e na 1ª metade do Século XX. O marcador enfático-explicativo *é que* tem predominância de ocorrências, apesar de baixa frequência, nas funções *explicar*, na 2ª metade do Século XIX, e *advertir*, na 1ª do Século XX. As funções *informar*, *criticar* e *explicar* também são recorrentes nos demais períodos, variando entre um a dois usos.

(95) Contexto: Posição de Sousa Martins, Presidente da Associação dos Hotéis e Restaurantes do Centro, em defesa da gastronomia com patrimônio nacional

(...) - *Em termos práticos, como é **que** pensa traduzir esse discurso histórico em medidas de carácter económico e empresarial?*

Os empresários da zona Centro são dos que têm maior sensibilidade acerca da importância, para a sua actividade, de uma valorização da gastronomia, porque constitui o segundo factor de motivação das pessoas que nos visitam. (...)

(001.XX.PE2M.0005.GAPN-GOA)

(96) Contexto: Apresentação de credenciais de Núncio Apostólico de Sua Santidade ao Rei Dom Miguel I (...) Apresentada a Credencial e acabada a Audiência, retirou-se o Excelletíssimo Núncio fazendo as mesmas cortesias com que entrara; e só depois da segunda destas cortesias de despedida **he que** os Títulos e Officiaes da Casa Real se saudarão na retirada.

Escusado he dizer que os vestidos forão neste dia de grande gala; e que a Libré nesta Côrte não passou, como não costuma passar em semelhantes ocasiões, da Sala das Guardas.

(e só depois da segunda destas cortesias de despedida **é que** os Títulos e Officiais da Casa Real se saudaram na retirada.)

(001.XIX.PE1M.1069.GDL-GOR)

Em (95), a função *pedir informação* está presente em uma pergunta feita, numa entrevista jornalística, por um repórter que busca uma informação com credibilidade para ser divulgada. Utilizando o marcador *é que* depois do advérbio interrogativo “*como*” na pergunta, enfatiza-se, pois, a busca de uma *certeza epistêmica* para a informação desconhecida.

A função *informar*, que é recorrente em frases com o marcador enfático-contrastivo *é que*, está ilustrada em (96), que tem como escopo a circunstância de tempo “*só depois da segunda destas cortesias de despedida*”, ou seja, essa ênfase assevera o momento *certo* em que ocorreu o fato. Desse modo, contrasta com outro(s) momento(s) possível(is).

As Tabelas 16 e 17, a seguir, mostram os resultados referentes ao uso do marcador *é que* em relação à função das frases no PBM.

Período	Função da frase		È QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Ameaçar	-	02	-	02/1,9%
		Criticar	01	01	-	02/1,9%
		Explicar	-	01	-	01/0,9%
		Informar	-	01	-	01/0,9%
		Pedir informação	01	-	-	01/0,9%
		Queixar-se	-	01	-	01/0,9%
		Avaliar	-	-	01	01/0,9%
		Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%
	2ª Met	Advertir	-	-	01	01/0,9%
		Contrastar	-	02	-	02/1,9%
		Criticar	-	01	01	02/1,9%
		Elogiar	01	-	-	01/0,9%
		Explicar	-	03	03	06/5,7%
		Informar	-	03	04	07/6,6%
instruir		-	01	-	01/0,9%	
Pedir informação		01	-	-	01/0,9%	
Protestar		-	01	-	01/0,9%	
Reclamar		-	01	-	01/0,9%	
Definir	-	01	-	01/0,9%		
Ironizar	-	-	01	01/0,9%		
Avaliar	-	02	-	02/1,9%		
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
Subtotal (de 105 ocorrências)			04/3,8%	21/20%	11/10,4%	36/34,3%

Tabela 16: Função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XIX do PB

Período	Função da frase		È QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XX	1ª Met	Advertir	01	03	-	04/3,8%
		Contrastar	-	01	-	01/0,9%
		Criticar	-	02	01	03/2,8%
		Elogiar	-	02	-	02/1,9%
		Explicar	-	03	02	05/4,8%
		Informar	-	03	01	04/3,8%
		Instruir	-	01	-	01/0,9%
		Lamentar	01	-	-	01/0,9%
		Pedir explicação	03	-	-	03/2,8%
		Pedir informação	04	-	-	04/3,8%
		Persuadir	-	01	-	01/0,9%
		Queixar-se	01	-	-	01/0,9%
		Reclamar	01	-	-	01/0,9%
		Avaliar	-	02	-	02/1,9%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Contrastar	-	01	-	01/0,9%
		Criticar	-	03	01	04/3,8%
		Elogiar	-	01	-	01/0,9%
		Explicar	-	07	05	12/11,4%
Informar		-	06	-	06/5,7%	
Instruir		-	01	-	01/0,9%	
Pedir explicação		03	-	-	03/0,9%	
Pedir informação		04	-	-	04/3,8%	
Persuadir		-	01	-	01/0,9%	
Queixar-se		01	-	-	01/0,9%	
Avaliar	01	01	-	02/1,9%		
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Subtotal (de 105 ocorrências)			20/19%	39/38,2%	10/9,5%	69/65,7%

Tabela 17: Frequência da função da frase em relação ao tipo de marcador enfático no Século XX do PB

De acordo com os dados das Tabelas 16 e 17, referentes à função da frase com a expressão *é que* no PBM, variam entre uma e duas as ocorrências das funções, ou seja, não há predominância de uma função com um uso de um tipo de marcador de ênfase *é que* na 1ª metade do Século XIX. Na 2ª metade do Século XIX, as funções *informar* e *explicar* são mais recorrentes com o uso tanto do marcador enfático-contrastivo quanto do marcador enfático-explicativo. No Século XX, as funções *pedir informação* e *pedir explicação* predominam no uso do marcador enfático-interrogativo *é que*. Com os marcadores enfático-contrastivo e enfático-explicativo *é que*, há o predomínio de uso da função *explicar*. Seguem-se os exemplos (97) e (98), ilustrando as funções *pedir explicação* e *explicar*, respectivamente.

(97) Contexto: A história do filho mal de Pindó, Valtei, e as sovas para a cura
 (...) Arre, que agora, visível, o Pindó e sua mulher se habituaram de nele bater, de pouquinho em pouquim foram criando nisso um prazer feio de diversão – como regulam as sovas em horas certas confortáveis, até chamam gente para ver o exemplo bom. Acho que esse menino não dura, já está no blimbilim, não chega para a quaresma que vem... Uê-uê, então?! Não sendo como compadre meu Quelemém quer, *que explicação é que o senhor dava?* Aquele menino tinha sido homem. Devia, em balanço, terríveis perversidades. Alma dele estava no breu. Mostrava. E, agora, pagava. Ah, mas, acontece, quando está chorando e penando, ele sofre igual que fosse um menino bonzinho ... Ave, vi de tudo, neste mundo! Já vi até cavalo com soluço ... – o que é a coisa mais custosa que há.

(002.XX.PB2M.0007.GRSV-GON)

(98) Contexto: Preâmbulo sobre Jonas Bloch
 (...) Sua produção como artista plástico nesta nova fase, embora seja ainda pequena não nos permitindo pois uma análise mais detida de seus valores, mostra-nos, pelo menos, um homem atento aos problemas da arte de hoje, consciente de suas possibilidades de expressão. Atuando em dois campos distintos da arte, sua visão abrange uma área muito mais vasta, *e justamente por isso é que buscamos a sua opinião com respeito à relação teatro/artes plásticas*, que nos parece interessante levar a conhecimento do leitor. (...)

(001.XX.PB2M.0005.OPJB-GOA)

No exemplo (97), a busca da explicação é enfatizada pelo marcador *é que*, cujo escopo é o sintagma nominal, encabeçado pelo pronome interrogativo: “*que explicação ...?*”, contexto em que há a solicitação de uma justificativa certa.

Em (98), a ênfase do marcador *é que* recai sobre o sintagma “*por isso*”, ou seja, marca-se saliência na justificativa que o pronome demonstrativo encapsula do enunciado anterior.

Uma vez que as Tabelas 14 a 17 dão conta do uso diacrônico, as Tabelas 18 e 19, que se seguem, apresentam os dados conforme a frequência do uso, no PEM e no PBM, respectivamente, dos tipos de marcador *é que* em relação à função da frase. Para facilitar a visualização do predomínio das opções de uso com base nessa relação, as funções estão dispostas em ordem decrescente nas duas tabelas.

Função da frase	É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Informar	-	-	15/13,6%	06/5,4%	21/19%
Criticar	03/2,7%	-	09/8,2%	02/1,8%	14/12,7%
Avaliar	08/7,2%	-	05/4,5%	01/0,9%	14/12,7%
Pedir informação	14/12,7%	-	-	-	14/12,7%
Explicar	-	-	03/2,7%	06/5,4%	09/8,2%
Pedir explicação	07/6,3%	-	-	-	07/6,3%
Advertir	-	-	03/2,7%	03/2,7%	06/5,4%
Ironizar	03/2,7%	-	02/1,8%	-	05/4,5%
Elogiar	-	-	03/2,7%	01/0,9%	04/3,6%
Persuadir	-	-	04/3,6%	-	04/3,6%
Queixar-se	-	-	03/2,7%	-	03/2,7%
Reclamar	02/1,8%	-	-	-	02/1,8%
Lamentar	-	-	01/0,9%	01/0,9%	02/1,8%
Contrastar	01/0,9%	-	-	01/0,9%	02/1,8%
Protestar	-	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Aconselhar	-	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Definir	-	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 18: Frequência da função da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

Função da frase	É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Explicar	-	-	14/13,3%	10/9,5%	24/22,8%
Informar	-	-	13/12,3%	05/4,85	18/17,2%
Criticar	01/0,9%	-	07/6,6%	03/2,8%	11/10,4%
Pedir informação	10/9,5%	-	-	-	10/9,5%
Avaliar	01/0,9%	-	05/4,8%	01/0,9%	07/6,6%
Pedir explicação	06/5,7%	-	-	-	06/5,7%
Advertir	01/0,9%	-	03/2,8%	01/0,9%	05/4,8%
Elogiar	01/0,9%	-	03/2,8%	-	04/3,8%
Contrastar	-	-	04/3,8%	-	04/3,8%
Instruir	-	-	03/2,8%	-	03/2,8%
Queixar-se	02/1,9%	-	01/0,9%	-	03/2,8%
Reclamar	01/1,9%	-	01/0,9%	-	02/1,9%
Ameaçar	-	-	02/1,9%	-	02/1,9%
Persuadir	-	-	02/1,9%	-	02/1,9%
Lamentar	01/0,9%	-	-	-	01/0,9%
Protestar	-	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Definir	-	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Ironizar	-	-	-	01/0,9%	01/0,9%
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 19: Frequência da função da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Os dados das Tabelas 18 e 19 mostram uma tendência de uso da expressão *é que*, principalmente, quando a intenção do falante reside em *criticar* e *avaliar*, uma vez que estas funções se manifestam junto aos três tipos de marcador de ênfase, tanto no PEM como no PBM. Já os marcadores enfático-interrogativos *é que* têm a exclusividade de ocorrer em frases com as funções *pedir informação* e *pedir explicação*. Como marcadores enfático-contrastivos

e enfático-explicativos, a expressão *é que* ocorre, preferencialmente, em frases com a função de *explicar e advertir*.

Essas funções envolvem, principalmente, a determinação ou reconhecimento de uma valia, o julgamento pessoal, a informação a ser dada ou avisada e esses atos implicam uma atitude de conhecimento ou desconhecimento por parte do falante. Atitude essa que é asseverada pela ênfase dada por meio do uso do marcador *é que*; ou seja, marca-se a saliência da certeza, da precisão, ou, da não-certeza, da imprecisão, garantida pela credibilidade propiciada pelo marcador. E essa manifestação que marca no enunciado a atitude de crença, de conhecimento do falante é tratada pelos estudiosos como modalidade epistêmica. A seguir, mostro os resultados referentes ao uso dessa modalidade, manifestada com a asseveração do marcador de ênfase *é que*.

III. Modalidade da frase

Analiso, a seguir, o fator *modalidade da frase* e os usos da expressão *é que*, segundo a tipologia de Givón (2001, p.301-2), que redefine a modalidade epistêmica. Nas Tabelas 20 e 21, estão os resultados referentes ao uso do marcador segundo os quatro tipos de modalidade epistêmica: *pressuposição*, *asserção “realis”*, *asserção “irrealis”* e *asserção negativa*.

Período	Modalidade da frase		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Pressuposição	-	02	01	03/2,7%
		<i>Realis</i>	-	02	01	03/2,7%
		<i>Irrealis</i>	01	02	-	03/2,7%
		Negativa	-	01	-	01/0,9%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
XX	2ª Met	Pressuposição	-	07	02	09/8,2%
		<i>Realis</i>	01	08	03	12/10,9%
		<i>Irrealis</i>	04	04	01	09/8,2%
		Negativa	-	04	-	04/3,6%
	Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%
XX	1ª Met	Pressuposição	01	02	02	05/4,5%
		<i>Realis</i>	-	03	05	08/7,2%
		<i>Irrealis</i>	06	02	01	09/8,2%
		Negativa	-	02	01	03/2,7%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Pressuposição	-	05	01	06/5,4%
		<i>Realis</i>	-	01	02	03/2,7%
		<i>Irrealis</i>	25	04	01	30/27,3%
		Negativa	-	02	-	02/1,8%
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110	

Tabela 20: Modalidade da frase em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Período	Modalidade da frase		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	<i>Realis</i>	-	01	-	01/0,9%
		<i>Irrealis</i>	02	04	01	07/6,6%
		Negativa	-	01	-	01/0,9%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Pressuposição	01	04	01	06/5,7%
<i>Realis</i>		-	05	03	08/7,6%	
<i>Irrealis</i>		01	03	05	09/8,5%	
Negativa		-	03	01	04/3,8%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Pressuposição	02	12	01	15/14,2%
		<i>Realis</i>	-	02	02	04/3,8%
		<i>Irrealis</i>	09	04	01	14/13,3%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Pressuposição	01	09	04	14/13,3%
		<i>Realis</i>	-	08	-	08/7,6%
		<i>Irrealis</i>	08	02	-	10/9,5%
Negativa		-	02	02	04/3,8%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105	

Tabela 21: Modalidade da frase em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Os quatros tipos de modalidade epistêmica com o uso do marcador de ênfase *é que* estão presentes em todos os períodos do PEM. O mesmo não acontece no PBM, pois não há ocorrências do uso de *é que* em frases com *pressuposição* na 1ª metade do Século XIX, nem do uso de *é que* em asserções *negativas* na 1ª metade do Século XX, segundo os dados do COMTELPO.

No PEM, a maior ocorrência concentra-se no uso da expressão *é que* como marcador enfático-interrogativo, em asserções *irrealis*, exemplificadas em (99). O uso dessas asserções apresenta uma gradação ao longo dos períodos, tendo o “pico” de uso (25/22,8%)¹¹⁴ na 2ª metade do Século XX. As asserções *realis* têm maior ocorrência na 2ª metade do Século XIX, com o uso do marcador enfático-contrastivo *é que*, e na 1ª metade do Século XX, com o marcador enfático-explicativo *é que*. As frases com *pressuposição* apresentam maior ocorrência na 2ª metade do Século XIX, com o uso do marcador enfático-contrastivo *é que*. Nessa mesma época, as asserções *negativas*, apesar de serem a menor ocorrência entre os tipos de modalidade epistêmica, têm maior ocorrência com o *é que* enfático-contrastivo, como ilustra o exemplo (100).

Já no PBM, há maior abundância do uso de *é que* enfático-contrastivo em frases com *pressuposição* na 1ª metade do Século XX, como no exemplo (101). A segunda maior ocorrência é das asserções *irrealis* com o marcador enfático-interrogativo *é que* na 1ª metade do Século XX. Esse tipo de modalidade tem maior ocorrência do uso de *é que* enfático-

¹¹⁴ Significa (número de ocorrências/percentual).

explicativo na 2ª metade do Século XIX. Já as asserções *realis*, têm maior ocorrência com o *é que* enfático-contrastivo na 2ª metade do século XX, como (102). As asserções *negativas*, como no PEM, têm a menor ocorrência entre os tipos de modalidade epistêmica, embora tenha maior ocorrência com o *é que* enfático-contrastivo, na 2ª metade do Século XIX.

(99) Contexto: Acontecimentos da década dignos da mídia

(*) *O que é que* levará a que dois acontecimentos, muito diferentes em substância, sejam tratados com o mesmo exagero mediático? Sinceramente, não sei. Mas reconheço que há enormes diferenças entre o perfil e[u]desado de uma princesa Diana e o bigode pesado de Saddam Hussein. (...)

(001.XX.PE2M.0028.MMQI-GOR)

(100) Contexto: Explicações de Quental ao publico

(...) Na hora em que eu não pudesse confessar sem receio ou vergonha, a esse severo juiz que temos dentro, os motivos de uma opinião, de uma frase, de uma palavra sequer, proferida numa ocasião grave; na hora em que me visse obrigado a ocultar à consciência, que julga e sentencia, um só acto da inteligência, que pensa e determina – fosse embora aquela frase brilhante e aplaudida, fosse aquela determinação atrevida e admirada – *eu é que não poderia nessa hora sentir nos lábios as doçuras do triunfo*, mas só no coração todas as amarguras de uma consciência perturbada, o fel da baixaza e da injustiça própria.

(001.XIX.PE2M.0143.DLLO-GOA)

(101) Contexto: Homenagem póstumas ao maestro Carlos Gomes

(...) Adormeceu, porém, deixando para sempre o seu nome gravado no «*Panthéon das glórias universaes, e rolando na onda do tempo inexoravel, em caminho da valla comum, as mediocridades politicas que tanto damno e desgosto lhe causaram!*»

Tarde, já muito tarde, quando nada mais precisavas dos homens, *é que* souberam compreender quanto valias, ó soberbo vulto indiano, de altiva fronte bronzeada – *testa di leone* – coberta por longa e basta cabellera, floresta phantastica onde se escondia um mundo de inspirações!

Tarde, já muito tarde, é que se lembraram de garantir-te o futuro, e o de teus queridos filhos! a ti, que recusaste, por vezes, grandes distincções de outras nações civilizadas, e que te libertariam das luctas materiaes da existência, – só para não perderes os direito políticos brasileiros ... de que, entretanto, não farias uso algum!

(001.XX.PB1M.II.ARBR-GOE)

(002.XX.PB1M.II.ARBR-GOE)

(102) Contexto: Homenagem póstumas ao maestro Carlos Gomes

(...) – a CARLOS GOMES – não são demais as homenagens posthumas, de civismo; não são demais os actos de justiça, que levarão, para honra nossa, aos pósteros, á Mocidade Brasileira, o nome e os feitos, as glórias e os triunphos, conquistados pelo talento, a golpes fundos de muito trabalho e de muito soffrimento, no deslumbrante scenario do mundo das *Bellas-Artes*.

Por isso é que nutro o desejo, veemente, de render mais uma homenagem á memória do grande Artista.

Depois de publicada a minha obra – *A Bahia a Carlos Gomes* – depois de conseguir vêr, entre luctas titanicas, incessantes tropeços, e (...)

(003.XX.PB1M.IV.ARBR-GOE)

Para o comentário dos exemplos que ilustram a relação entre tipo de modalidade e o tipo de marcador de ênfase *é que*, utilizo a ordem decrescente de uso conforme a frequência apresentada nas Tabela 22 e 23, que se seguem.

É QUE Modalidade da frase	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
<i>Irrealis</i>	36/32,7%	12/10,9%	03/2,7%	51/46,4%
<i>Realis</i>	01/0,9%	14/12,7%	11/10%	26/23,6%
Pressuposição	01/0,9%	16/14,5%	06/5,4%	23/20,9%
Negativa	-	09/8,2%	01/0,9%	10/9%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 22: Freqüência da modalidade da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

É QUE Modalidade da frase	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
<i>Irrealis</i>	20/19%	13/12,3%	07/6,6%	40/38,1%
Pressuposição	04/3,8%	25/23,8%	06/5,7%	35/33,3%
<i>Realis</i>	-	16/15,2%	05/4,8%	21/20%
Negativa	-	06/5,7%	03/2,8%	09/8,5%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 23: Freqüência da modalidade da frase em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Segundo os dados do COMTELPO, as asserções *irrealis* têm maior ocorrência com o uso da expressão *é que* tanto no PEM quanto no PBM, impulsionada pelo uso abundante do marcador enfático-interrogativo. Já as frases com *pressuposição* são usadas preferencialmente com marcador enfático-contrastivo *é que* nas duas variedades. As asserções *realis* e as asserções *negativas* são usadas tanto com marcador enfático-contrastivo *é que* quanto marcador enfático-explicativo *é que*.

A asserção *irrealis* com o uso da expressão *é que*, ou seja, nos contextos em que a proposição é fracamente asseverada como verdadeira, dada como um fato possível, eventual. Ela está exemplificada em (99): “O que **é que** levará a que dois acontecimentos, muito diferentes em substância, sejam tratados com o mesmo exagero mediático?”, do PEM. Este exemplo mostra que o falante não está pronto para sustentar a asserção com evidência. Por meio da expressão *é que*, parece salientar seu incômodo com o desconhecimento de uma informação que solicita por meio de uma frase interrogativa. A ênfase é em um fato possível, reforçado pelo uso do verbo no futuro.

Também com uso abundante, apresenta-se a pressuposição, ou seja, aquela asserção cuja proposição é aceita como verdadeira, resultante de um acordo entre o falante e o ouvinte, ou do conhecimento das pessoas por meio de uma convenção socioculturalmente partilhada. Assim, nas duas ocorrências de (101): “Tarde, já muito tarde, quando nada mais precisavas dos homens, **é que** souberam compreender quanto valias, ...” e em “Tarde, já muito tarde, **é que** se lembraram de garantir-te o futuro, e o de teus queridos filhos!”, a pressuposição é manifestada pelos verbos factivos epistêmicos: “*souberam compreender*” e “*lembraram*”, e

pelas marcas temporais: “*Tarde, já muito tarde*”. Além disso, a pressuposição é asseverada pelo marcador enfático-contrastivo *é que*, sugerindo um contraste implícito.

O uso do marcador de ênfase *é que* também é bastante frequente, reforçando a modalidade epistêmica de asserções *realis*. Este tipo de asserção é caracterizado por uma proposição firmemente asseverada como verdadeira, pois o falante tem evidência ou motivos fortes para sustentar a sua crença. Isto está bem ilustrado no exemplo (102): “*Por isso é que nutro o desejo, veemente, de render mais uma homenagem á memória do grande Artista.*” O escopo do marcador de ênfase *é que* recai sobre o sintagma “*Por isso*”, que se refere aos motivos que justificam o conhecimento do falante ao fazer uso desse conteúdo proposicional da asserção, ou seja, o de nutrir o desejo de homenagem, porém de uma forma absoluta, manifestada pelo uso do adjetivo “*veemente*”.

Com menor ocorrência, segundo os dados do COMTELPO, é usado o marcador de ênfase *é que* em asserção negativa. A modalidade epistêmica em asserção negativa se manifesta por meio de uma proposição fortemente asseverada como falsa; geralmente em contradição com a crença explícita ou assumida do falante, baseada em evidências ou fortes motivos que sustentam essa crença. No exemplo (100): “*eu é que não poderia nessa hora sentir nos lábios as doçuras do triunfo,...*”, o escopo do marcador *é que* recai sobre o pronome pessoal “*eu*” na função de sujeito, para quem é negada, por meio do advérbio de negação, a possibilidade de um estado de coisas ocorrer, expressa pelo auxiliar modal *poder*. Com o marcador enfático-contrastivo *é que*, essa impossibilidade é intensificada, expressando também o contraste de que esse estado de coisas seria possível ocorrer ou com outrem ou em outra situação.

Então, esses resultados parecem evidenciar, para o português, a validação da tipologia apresentada em Givón (2001), em suas quatro realizações da modalidade epistêmica redefinidas, para o uso da expressão *é que* como uma das manifestações do grau de certeza, positiva ou negativa. Ou seja, o marcador de ênfase *é que* também expressa uma atitude do falante em relação à proposição. Isso vem a evidenciar o caráter multifuncional da expressão *é que*: marcador de ênfase e, com bases nesses resultados, marcador epistêmico de asseveração, que se realiza por meio dos tipos: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*.

1.1.2. Em relação ao escopo da expressão *é que*

Como mencionei na Parte II, Dik (1989) sugere que os mecanismos de focalização sejam analisados à luz do escopo. Considerando que, com a reanálise, a expressão *é que* teve um ganho pragmático, acumulando as funções de marcador de foco, de marcador de ênfase e, como defendi na seção anterior, de marcador epistêmico de asseveração, faço o mesmo em relação ao escopo desse marcador já gramaticalizado. Para a análise do escopo, investigo a correlação de quatro fatores: o *estatuto informacional*, a *referenciação*, o *estatuto sintático* e o *estatuto morfológico* do escopo, com os três tipos de *é que*, segundo o período do PEM e do PBM.

I. Estatuto informacional do referente do escopo

O estatuto informacional é um dado que também foi significativo nos estudos de Braga (1989) e de Longhin (1999) sobre clivagem no português, e que têm um interesse específico para esta investigação, no que eles dizem respeito à distribuição da estrutura da informação do referente focal em “construções É QUE”.

Segundo Braga (1989), as “construções É QUE”, utilizadas na fala coloquial do Rio de Janeiro, tendem a realçar primordialmente “entidades velhas”. Resultado semelhante, foi obtido por Longhin (1999), sobre a “construção É QUE” no *corpus* sincrônico, uma amostra de fala do programa radiofônico do Acervo *Certas Palavras*. Segundo Longhin (1999), os números e percentuais (36 do total de 43 ocorrências, equivalentes a 84%) mostram uma forte correlação entre a “construção É QUE” e a codificação da informação evocada; ou seja, essa construção é mais usual quando o falante quer focalizar referentes já conhecidos na situação comunicativa.

Embora eu utilize os rótulos da classificação de Prince (1981), como fizeram as pesquisadoras citadas, optei por não restringir o estudo do estatuto informacional aos dos sintagmas nominais¹¹⁵. Considerando que a informação transcende limites construcionais, como o faz Halliday (1967, p.201), incluí, principalmente por exigência metodológica, porções maiores ou menores que a oração na análise, posto que o escopo da expressão *é que* como marcador enfático-explicativo recai sobre a justificativa ou esclarecimento, que, geralmente, não se restringe apenas aos sintagmas nominais.

¹¹⁵ A maioria das tipologias de estatuto informacional restringe-se a SNs.

A seguir, as Tabelas 24 e 25 mostram os dados relativos à codificação da distribuição informacional do referente que é escopo dos três tipos de *é que* no PEM e no PBM, na amostra do COMTELPO.

Estatuto informacional			É QUE			Total
Período			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Novo	01	01	-	02/1,8%
		Evocado	-	04	02	06/5,4%
		Inferível	-	02	-	02/1,8%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	Novo	04	07	05	16/14,5%
Evocado		-	15	01	16/14,5%	
Inferível		01	01	-	02/1,8%	
Total		05/4,-5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	Novo	07	03	09	19/17,2%
		Evocado	-	06	-	06/5,4%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Novo	21	03	04	28/25,4%
		Evocado	02	09	-	11/10%
Inferível		02	-	-	02/1,8%	
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total			38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 24: Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Estatuto informacional			É QUE			Total
Período			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Novo	02	01	01	04/3,8%
		Evocado	-	04	-	04/3,8%
		Inferível	-	01	-	01/0,9%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Novo	02	05	09	16/15,2%
Evocado		-	10	01	11/10,4%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Novo	09	03	04	16/15,2%
		Evocado	02	15	-	17/16,2%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Novo	06	04	04	14/13,3%
		Evocado	03	16	02	21/20%
Inferível		-	01	-	01/0,9%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total			24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 25: Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Os resultados do levantamento do cruzamento entre o estatuto informacional e os três tipos do marcador *é que*, tanto no PEM quanto no PBM, mostram uma forte correlação da codificação da informação *evocada* com o tipo marcador enfático-contrastivo e, da informação *nova* com os marcadores enfático-interrogativos e com os marcadores enfático-explicativos.

No PEM, ocorre um aumento sucessivo da frequência da informação *nova* no escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*, como ilustra o exemplo (103), chegando a ter maior ocorrência na 2ª metade do Século XX. A informação *nova* também é bastante frequente com o marcador enfático-explicativo *é que*, como ilustram os exemplos (104) e (105).

Já no PBM, embora a informação *nova* tenha as maiores ocorrências nos mesmos tipos de marcadores de ênfase *é que*, destaco a gradação ascendente da frequência da informação *evocada* no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*, como exemplifica (106).

Às duas variedades, é comum a baixa frequência de informação *inferível* como escopo do marcador de ênfase *é que*, ilustrada no exemplo (107).

(103) (111) Contexto: Acontecimentos da década dignos da mídia
 (...) Para os grandes media, leia-se TV, o choradinho de uma morte que entristeceu meio mundo valeu tanto como a perfídia expansionista de Saddam Hussein, fundamentada num gesto (ou numa gesta) anti-sionista.
 Querem crer? *O que é que terá sido mais espetacular?* As imagens da jovem princesa desfeita no túnel d'Alma, em Paris, ou as torres de petróleo a arder no Koweit?
 Insisto em não responder a essa questão. (...)

(002.XX.PE2M.0028.MMQI-GOR)

(104) Contexto: A história do filho mal de Pindó, Valtei, e as sovas para a cura

(...) Arre, que agora, visível, o Pindó e sua mulher se habituaram de nele bater, de pouquinho em pouquim foram criando nisso um prazer feio de diversão – como regulam as sovas em horas certas confortáveis, até chamam gente para ver o exemplo bom. Acho que esse menino não dura, já está no blimbilim, não chega para a quaresma que vem... Uê-uê, então?! Não sendo como compadre meu Quelemém quer, *que explicação é que o senhor dava?* Aquele menino tinha sido homem. Devia, em balanço, terríveis perversidades. Alma dele estava no breu. Mostrava. E, agora, pagava. Ah, mas, acontece, quando está chorando e penando, ele sofre igual que fosse um menino bonzinho ... Ave, vi de tudo, neste mundo! Já vi até cavalo com soluço ... – o que é a coisa mais custosa que há.

(002.XX.PB2M.0007.GRSV-GON)

(105) Contexto: Depoimentos da namorada de Pessoa, ainda desconhecidos, sobre as tarefas do novo emprego
 (...) Passado três dias fui chamada.

Foi o próprio Fernando que me recebeu nesse dia. Já lá estava quando eu cheguei, estava mesmo à minha espera. Sentou-se numa cadeira, junto da minha secretária e destinou-me o trabalho: endereços pelo anuário comercial. A certa altura disse-me timidamente:

«- Sabe, queria prevenil-a duma coisa. *É que a passadeira da escada tem um buraco*, e não vá a menina cair ... » Depois calou-se e, passado um bocado, disse: «Há outra coisa de que queria prevenil-a; *é que o outro sócio, o Valadas, é um pouco rude*. Ele não é má pessoa, sabe, mas é da GNR e não vá a menina chocarse com qualquer coisa...»

(001.XX.PE1M.0267.EIFP-GOE)

(106) Contexto: Época da entrada de Oswaldo Cruz na Academia

(...) A fase industrial em que entramos e que transformará por completo este país, se criminosamente a não interromperem, essa atração de capitais e de gente, que estamos exercendo, esse espírito de iniciativa para que ora nosso país desperta, essas realizações em grande escala, que já começam a dar seus frutos, tôda essa era de trabalho, de confiança, de fé, ora encetada, apesar dos entraves que a maldita política ainda lhe põe, tudo isso seria impossível sem a obra inicial do saneamento do Rio. O Rio é a capital da República *e para êle é que o mundo inteiro volta os olhos quando se fala no Brasil*.

Dizia-se no começo que o Dr. Oswaldo Cruz tivera principalmente o mérito da felicidade, coincidindo com a sua obra a da transformação por que passara a *urbs* carioca.

(001.XX.PB1M.0442.ACAN-GOA)

(107) **Contexto:** Conversa de Magdalena e Telmo, amo da família, sobre Maria

(...) Telmo: (...) vedes-me aqui agora que lhe quero mais do que seu pae.

Magdalena (*surrindo*): Isso agora!...

Telmo: Do que vós.

Magdalena (*rindo*): Ora, meu Telmo!

Telmo: Mais. Muito mais. E veremos : tenho ca uma coisa que me diz que antes de muito *se hade ver quem é que quer mais á nossa menina n'esta casa.*

Magdalena (*assustada*): Está bom; não entremos com os teus agouros e prophecias do costume: são sempre de aterrar... Deixemo'-nos de futuros....

(001.XIX.PE1M.0032.FLS-GON)

Os dados da amostra do COMTELPO apresentam, em relação ao marcador de ênfase *é que*, a mesma tendência dos achados de Braga (1989) e de Longhin (1999) em relação à “construção *É QUE*”, ou seja, a preferência pelo uso da informação evocada (“entidade velha”) somente como escopo do marcador enfático-contrastivo. Esta tendência de uso se dá tanto no PEM quanto no PBM, como apresentam as Tabelas 26 e 27, que simplificam os dados conforme a frequência, a seguir.

É QUE Estatuto informacional	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Novo	33/30%	14/12,7%	18/16,3%	65/59,1%
Evocado	02/1,8%	34/30,9%	03/2,7%	39/35,5%
Inferível	03/2,7%	03/2,7%	-	06/5,4%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 26: Frequência do Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

É QUE Estatuto informacional	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Evocado	05/4,8%	45/42,9%	03/2,8%	53/50,4%
Novo	19/18%	13/12,3%	18/17,2%	50/47,6%
Inferível	-	02/1,9%	-	1,9%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 27: Frequência do Estatuto informacional em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Embora a correlação entre a informação *evocada* e o escopo do marcador enfático-contrastivo, presente nas Tabelas 26 e 27, confirme a tendência dos achados das duas autoras, a informação *nova* tende a ocorrer mais no escopo dos outros dois tipos de marcador de ênfase *é que*. Creio que essa constatação não tenha ocorrido nessas pesquisas por restringirem-se ao estatuto informacional dos sintagmas nominais como escopo; o que, prontamente, elimina a possibilidades de comparações como os resultados relativos ao escopo do marcador enfático-explicativo *é que*. Além disso, os dados das pesquisas parecem também não envolver os SNs interrogativos como escopo, ou, se o envolveram, os resultados não foram significativos, considerando que nada foi mencionado sobre isso.

Como mostram as Tabelas 26 e 27, a ênfase na informação *evocada* é mais usada com o marcador enfático-contrastivo *é que*, exemplificada em (106): “*e para êle é que o mundo inteiro volta os olhos quando se fala no Brasil.*”. Observe-se que o escopo do marcador de ênfase *é que* recai sobre o sintagma “*ele*”, que se refere a um sintagma nominal dito anteriormente, ou seja, já conhecido, no caso, “*O Rio*”.

Diferentemente, a informação *nova* é mais recorrente no escopo do marcador enfático-interrogativo, principalmente no PEM (33/30%), como em (103): “*O que é que terá sido mais espetacular?*”, em que o escopo do marcador de ênfase *é que* recai sobre o pronome interrogativo “*O que ...?*”, buscando uma informação certa acerca da comparação de dois fatos que ainda não foram apresentados na situação comunicativa, ou seja, uma novidade que, no caso, só aparece, sob forma de pergunta, posteriormente: “*As imagens da jovem princesa desfeita no túnel d’Alma, em Paris, ou as torres de petróleo a arder no Koweit?*”, em que o ouvinte deverá escolher, dando a resposta certa.

No exemplo (104) do PBM: “*... , que explicação é que o senhor dava?*”, o escopo do marcador de ênfase *é que* recai sobre o sintagma “*que explicação...?*”, em que se busca uma informação, ou seja, o motivo da perversidade do menino, que, no caso, está codificado pelo constituinte novo “*explicação*”. Nesse exemplo, o estatuto da informação nova do escopo do marcador enfático-interrogativo *é que* entra em desacordo com o princípio de distribuição funcional de informação segundo o qual, na ordem linear, o dado (evocado) tende a preceder o novo. Embora essa tendência seja predominante em relação ao escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*, a informação nova do escopo também é bastante freqüente antecedendo a informação evocada. Na análise do *estatuto sintático*, mais à frente, mostro que algumas funções sintáticas, como objetos, predicativos e adjuntos adverbiais, são codificadas na posição inicial como escopo tanto do marcador enfático-contrastivo, quanto do marcador enfático-interrogativo.

As Tabelas 26 e 27 mostram a baixíssima freqüência da colocação de referentes *inferíveis* como escopo do marcador de ênfase, como está exemplificado em (107). A preferência por codificar referentes dados ou novos como escopo a usar referentes *inferíveis* parece mostrar uma atitude de o falante pretender comprometer-se ao imprimir a certeza acerca de um conteúdo proposicional, ou mesmo de buscar asseverá-lo, ao utilizar tanto o marcador enfático-contrastivo quanto o marcador enfático-interrogativo.

II. Referenciação do escopo

A fim de verificar a relevância de um argumento por meio dos referentes expressos pelo falante, analiso o escopo do marcador de ênfase *é que* quanto aos tipos de referenciação: *anafórica, catafórica e exofórica*.

Tem-se a referenciação anafórica quando o item de referência retoma um elemento lingüístico já expresso no texto.

A catafóra, sendo uma relação simétrica da anáfora, dá-se quando o item de referência antecipa um elemento lingüístico ainda não expresso no texto.

Diferentemente desses tipos de referenciação, a referência exofórica é aquela que se dá quando o elemento lingüístico é relacionado a um elemento extratextual.

A seguir, nas Tabelas 28 e 29, apresento os resultados em relação ao escopo do marcador de ênfase *é que* quanto aos tipos de referenciação.

Período	Referenciação		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Anafórica	-	05	02	07/6,3%
		Catafórica	-	01	-	01/0,9%
		Exofórica	-	01	-	01/0,9%
		nsa	01	-	-	01/0,9%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
2ª Met	Anafórica	Anafórica	-	12	03	15/13,6%
		Catafórica	02	02	03	07/6,3%
		Exofórica	01	07	-	08/7,2%
		nsa	02	02	-	04/3,6%
	Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%
XX	1ª Met	Anafórica	-	05	01	06/5,4%
		Catafórica	04	02	04	10/9%
		Exofórica	01	02	03	06/5,4%
		nsa	02	-	01	03/2,7%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Anafórica	03	08	01	12/10,9%
		Catafórica	13	01	02	16/14,5%
Exofórica		06	02	01	09/8,2%	
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110	

Tabela 28: Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Período	Referenciação		É QUE			Total
			Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	
XIX	1ª Met	Anafórica	-	03	-	03/2,8%
		Exofórica	-	03	-	03/2,8%
		nsa	02	-	01	03/2,8%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Anafórica	-	10	04	14/13,3%
Catafórica		-	-	05	05/4,8%	
Exofórica		02	-	01	03/2,8%	
nsa		-	05	-	05/4,8%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Anafórica	01	13	01	15/14,2%
		Catafórica	05	-	02	07/6,6%
		Exofórica	01	04	-	05/4,8%
		nsa	04	01	01	06/5,7%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Anafórica	03	17	05	25/23,8%
		Catafórica	03	02	01	06/5,7%
Exofórica		-	01	-	01/0,9%	
Total		03	01	-	04/3,8%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105	

Tabela 29: Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Os dados das Tabelas 28 e 29 apontam que houve maior ocorrência de *anáfora* no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* na 2ª metade do Século XX do PBM, como está no exemplo (108). Já a *catáfora* ocorreu com maior frequência no escopo do marcador enfático-interrogativo *é que* na 2ª metade do Século XX do PEM, exemplificado em (109). Com baixa frequência, a referência exofórica ocorreu no escopo do marcador de ênfase *é que*, mas tem maior ocorrência, na 2ª metade do Século XX, como marcador enfático-interrogativo, como em (110). Os dados que constam como *nsa* (= não se aplica) contabilizam os escopos não fóricos (em relação à referência).

(108) Contexto: A tradição mítico-religiosa das diferentes tribos xinguanas, segundo Villas Boas, no livro Xingu, p.46.

(...) “ ..., a trama da grande história mítica dos xinguanos, na qual se encontram o fundo e a forma ritualística das suas crenças religiosas, passa-se, conforme a lenda, na confluência dos formadores do Xingu – o Morená, na língua dos índios. É a sua terra mística, envolta numa aura de mistério e sobrenaturalidade. Ali residia Mavutsinim (nome Kamaiurá), o personagem que criou a mãe dos heróis gêmeos – Sol e Lua – e que distribuiu, numa das praias do lugar, os vários tipos de armas que os homens hoje utilizam e os distinguem entre si”.

Assim *é que* muitas tribos que, outrora, não se encontravam certamente no Alto Xingu, foram se “naturalizando”, xinguanas (se podemos dizer assim), à medida em que se estabeleciam trocas (de produtos e de mulheres) e em que foram adotando os mesmos valores.

Fenômeno semelhante ocorreu no Alto Rio Negro. (...)

(001.XX.PB2M.0044.SERP-GOE)

(109) Contexto: Novo currículo escolar em estrutura de módulos

(...) Com efeito nestes últimos cinco nos, *o que é que* pode assinalar como significativo, em termos públicos, em face de uma organização curricular nova – no mínimo, no plano de intenções? Que as direcções pedagógicas das escolas profissionais confiam no seu modelo curricular híbrido disciplinar/modular? Que o

ensino recorrente, um elemento por onde se pode ver outra circunstância da estrutura modular, faliu? Que ao nível do sistema de aprendizagem a modularização já se tornou inevitável, com o Decreto-Lei nº 205/96, de 25 de Outubro? Ou seja, *onde é que podemos, hoje, encontrar algo de significativo no que respeita à idéia de estrutura modular?*

Antes de mais, e para delimitar o mais claramente possível os supostos aqui presentes, *o que é que se entende por significativo?* Basicamente o que, no capítulo das práticas curriculares, das salas de aula/sessões de formação às decisões de uma direcção institucional, contribui para a implementação e desenvolvimento de um currículo modular.

(001.XX.PE2M.0008.EMQD-GOA)

(002.XX.PE2M.0008.EMQD-GOA)

(003.XX.PE2M.0008.EMQD-GOA)

(110) **Contexto:** Chamada-destaque para a reportagem sobre os acontecimentos da década dignos da mídia

(...) A queda do Muro de Berlim será mesmo o símbolo desta década. *Mas quem é que tem a certeza?*

(003.XX.PE2M.0028.MMQI-GOR)

A seqüência dos exemplos (108) a (110) mostra a ordem de predomínio de uso do escopo do marcador de ênfase *é que* em relação à referenciação, tanto no PEM quanto no PBM, como apresentam, de modo simplificado, as Tabelas 30 e 31, a seguir.

Referenciação	É QUE	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
Anafórica		03/2,7%	30/27,3%	07/6,3%	40/36,4%
Catafórica		19/17,2%	06/5,4%	09/8,2%	34/30,9%
Exofórica		08/7,2%	12/10,9%	04/3,6%	24/21,8%
nsa		08/7,2%	03/2,7%	01/0,9%	12/10,9%
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 30: Freqüência da Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

Referenciação	É QUE	E-Interrogativo	E-Contrastivo	Explicativo	Total
Anafórica		04/3,8%	43/40,9%	10/9,5%	57/54,2%
Catafórica		08/7,6%	02/1,9%	08/7,6%	18/17,2%
Exofórica		03/2,8%	08/7,6%	01/0,9%	12/11,4%
nsa		09/9,5%	07/6,6%	02/1,9%	18/17,2%
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 31: Freqüência da Referenciação em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Os dados das Tabelas 30 e 31 revelam um predomínio de uso da relação anafórica, sobretudo no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* no PBM, como em (108), em que o advérbio “*Assim*” retoma a porção textual anterior (o modo como as tribos xinguanas se naturalizaram), fazendo um contraste implícito (com as outras tribos que não se naturalizaram como as xinguanas).

Já a referência catafórica está mais presente no escopo do marcador enfático-interrogativo *é que* no PEM, como em (109). No excerto (112), encontram-se várias

ocorrências desse uso e destaco a terceira: “*o que é que se entende por significativo?*”, em que o pronome interrogativo “*o que*”, enfatizado pelo marcador *é que*, antecipa o referente na busca da informação *certa*, cujos elementos referenciados estão na resposta que seqüência a pergunta (ou seja, no exemplo, as contribuições para a implementação do currículo modular é o “significativo” que responde ao “*o que?*” antecedente).

Segundo as Tabelas 30 e 31, a referência exófora teve maior ocorrência no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* no PEM. Entretanto, como já destaquei anteriormente o exemplo (110), ilustrando a maior ocorrência de exófora no período, retomo-o para análise. Em (110): “*Mas quem é que tem a certeza?*”, o pronome interrogativo “quem”, enfatizado pelo marcador *é que*, refere-se a um alguém (uma entidade) acessado extratextualmente; ou seja, buscado fora do texto e possível, embora recuperável nele, conforme o conhecimento dos participantes da situação comunicativa. Trata-se, portanto, de uma referência mais *cognitivo-discursiva* do que semântico-sintática, como as duas relações apresentadas anteriormente.

Assim, os dados mostram uma preferência do falante por codificar referentes *anafóricos* no escopo de marcadores enfático-contrastivos *é que* e referentes catafóricos no escopo de marcadores enfático-interrogativos. Já os marcadores enfático-explicativos parecem codificar, indistintamente, as duas referências no escopo. Esses resultados mostram uma correlação com a preferência de uso, no escopo, pelas informações *evocadas* e *novas*. Essa correlação tende a evidenciar uma atitude de comprometimento do falante ao imprimir certeza de um conteúdo proposicional, ou mesmo de buscar asseverá-lo, por meio dos marcadores de ênfase *é que*.

III. Estatuto sintático do escopo

O estatuto sintático se trata de um outro dado que foi significativo nos estudos de Braga (1989) e de Longhin (1999) sobre clivagem no português; e que também tem um interesse específico para esta investigação, no que eles dizem respeito à função sintática do constituinte focal em “construções É QUE”.

Braga (1989) verificou que as construções “É QUE” na fala carioca focalizam preferencialmente sujeitos, circunstanciais e objetos (diretos e indiretos). Os dados de Longhin (1999) confirmam os de Braga (1989), pois as funções mais freqüentes no total de 46 ocorrências do *corpus* sincrônico *Certas palavras* foram o sujeito (27/58%), seguido dos circunstanciais (17/37%) e dos objetos (02/4%).

Objetivando verificar o estatuto sintático escopo dos três tipos de marcador de ênfase *é que*, segundo o período da amostra do COMTELPO, apresento, primeiramente, a Tabela 32 e, em seguida, destaco as maiores frequências dos dados do PEM conforme o tipo de marcador de ênfase, ilustrando com exemplos. Depois, faço o mesmo com os dados PBM na Tabela 33.

Período		Estatuto sintático	É QUE			Total
			Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	
XIX	1ª Met	Sujeito	-	02	-	02/1,8%
		Objeto direto	-	01	-	01/0,9%
		Adjunto adverbial	01	04	-	05/4,5%
		Oração modal	-	-	01	01/0,9%
		Oração temporal	-	-	01	01/0,9%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	Sujeito	-	14	-	14/12,7%
		Objeto indireto	01	01	-	02/1,8%
		Adjunto adverbial	04	08	-	12/10,9%
		Oração nuclear ¹¹⁶	-	-	05	05/4,5%
Oração aditiva		-	-	01	01/0,9%	
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	Sujeito	01	05	-	06/5,4%
		Objeto direto	01	-	-	01/0,9%
		Objeto indireto	01	-	-	01/0,9%
		Predicativo	-	02	-	02/1,8%
		Adjunto adverbial	04	02	-	06/5,4%
		Oração nuclear	-	-	07	07/6,3%
		Oração aditiva	-	-	01	01/0,9%
		Oração adversativa	-	-	01	01/0,9%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Sujeito	10	07	-	17/15,4%
		Objeto direto	01	-	-	01/0,9%
		Objeto indireto	01	01	-	02/1,9%
		Predicativo	-	01	-	01/0,9%
		Adjunto adverbial	13	03	-	16/14,5%
		Oração nuclear	-	-	03	03/2,7%
Oração condicional		-	-	01	01/0,9%	
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110	

Tabela 32: Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Os dados relativos ao PEM, na Tabela 32, mostram que a função sintática *sujeito* foi mais usada como escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* na 2ª metade do Século XIX, como mostra o exemplo (111). Como escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*, houve mais ocorrência de *adjuntos adverbiais* na 2ª metade do Século XX, exemplificado em (112). Em relação ao estatuto sintático do escopo do marcador enfático explicativo *é que*, houve maior ocorrência de *orações nucleares* na 1ª metade do Século XX, como está exemplificado em (113).

¹¹⁶ Com esse termo, englobo o que é tradicionalmente classificado como “oração principal” das subordinadas, “oração absoluta ou independente” das coordenadas e também as “frases simples”.

(111) Contexto: Explicações de Quental ao publico

(...) Na hora em que eu não pudeste confessar sem receio ou vergonha, a esse severo juiz que temos dentro, os motivos de uma opinião, de uma frase, de uma palavra sequer, proferida numa ocasião grave; na hora em que me visse obrigado a ocultar à consciência, que julga e sentencia, um só acto da inteligência, que pensa e determina – fosse embora aquela frase brilhante e aplaudida, fosse aquela determinação atrevida e admirada – *eu é que não poderia nessa hora sentir nos lábios as doçuras do triunfo*, mas só no coração todas as amarguras de uma consciência perturbada, o fel da baixeza e da injustiça própria. (001.XIX.PE2M.0143.DLLO-GOA)

(112) Contexto: Vendas imobiliárias

(...) - *Como é que a subida das taxas de juros afectou o mercado?*

Foi uma subida pequena. Não se registraram grandes reflexos nas vendas.

- É verdade que ...? (...)

(001.XX.PE2M.0004.ENRV-GOA)

(113) Contexto: Depoimentos da namorada de Pessoa, ainda desconhecidos, sobre as tarefas do novo emprego

(...) Passado três dias fui chamada.

Foi o próprio Fernando que me recebeu nesse dia. Já lá estava quando eu cheguei, estava mesmo à minha espera. Sentou-se numa cadeira, junto da minha secretária e destinou-me o trabalho: endereços pelo anuário comercial. A certa altura disse-me timidamente:

«- Sabe, queria prevenil-a duma coisa. *É que a passadeira da escada tem um buraco*, e não vá a menina cair ... » Depois calou-se e, passado um bocado, disse: «Há outra coisa de que queria prevenil-a; *é que o outro sócio, o Valadas, é um pouco rude*. Ele não é má pessoa, sabe, mas é da GNR e não vá a menina chocarse com qualquer coisa...» (001 e 002.XX.PE1M.0267.EIFP-GOE)

A seguir, a Tabela 33 mostra os dados do PBM referentes ao *estatuto sintático* do escopo de *é que* três tipos de marcador de ênfase.

Período	Estatuto sintático		É QUE			Total
			Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	
XIX	1ª Met	Sujeito	-	03	-	03/2,8%
		Adjunto adverbial	02	03	-	05/4,8%
		Oração aditiva	-	-	01	01/0,9%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Sujeito	-	06	-	06/5,7%
Adjunto adverbial		02	09	-	11/10,4%	
Oração nuclear		-	-	07	07/6,6%	
Oração adversativa		-	-	01	01/0,9%	
Oração condicional		-	-	02	02/1,9%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Sujeito	02	07	-	09/8,5%
		Objeto direto	06	-	-	06/5,7%
		Objeto indireto	-	01	-	01/0,9%
		Predicativo	-	01	-	01/0,9%
		Adjunto adverbial	03	09	-	12/11,4%
		Oração nuclear	-	-	03	03/2,8%
		Oração adversativa	-	-	01	01/0,9%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Sujeito	-	10	-	10/9,5%
		Objeto direto	05	-	-	05/4,8%
		Objeto indireto	01	01	-	02/1,9%
		Adjunto adverbial	03	10	-	13/12,3%
		Oração nuclear	-	-	04	04/3,8%
Oração aditiva		-	-	01	01/0,9%	
Oração adversativa	-	-	01	01/0,9%		
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total		24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105	

Tabela 33: Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Diferentemente dos resultados do PEM, o estatuto sintático mais abundante foi o de *adjuntos adverbiais* como escopo do marcador de enfático-contrastivo *é que* na 2ª metade do Século XX do PBM, como, por exemplo, “*Nesta hora*”, sublinhado em (114). A segunda maior ocorrência é da função de *sujeito* também no escopo do marcador enfático-contrastivo. Registro, porém, a maior ocorrência de *orações nucleares* como estatuto sintático do escopo do marcador enfático-explicativo na 2ª metade do Século XIX do PBM, como a frase: “*é que mostra o que sofre*”, sublinhada em (115). Já a função de *objeto direto* teve maior frequência no escopo do marcador enfático-interrogativo tanto na 1ª quanto na 2ª metades do Século XX do PBM, como “*o que*”, exemplificado em (116).

Destaco a função de *objeto direto* como escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*, posto que, segundo a Hipótese da Estrutura Argumental Preferida (DU BOIS, 1987; PEZATTI, 1996), funções sintáticas como o *objeto direto* codificam a informação *nova* e, quando o *objeto direto* constitui escopo da expressão *é que* em contextos interrogativos, ele representa uma informação nova solicitada.

(114) Contexto: A relação teatro e artes plásticas segundo Jonas Bloch

(*) Espanto-me profundamente quando entro em uma galeria e sinto o clima ôco reinante aos enfadonhos quadros de Ouro Preto, naturezas mortas, vasos de flôres.

Pergunto-me: que visão da realidade teriam êsses indivíduos? Que pretendem ao pintar êsses quadros?

Nesta hora é que entendo a distinção que tão errônea e corriqueiramente se faz ao separar o Teatro das Artes Plásticas, já que o Teatro é uma arte plástica (a observação cabe por ter sido convidado a escrever sob o título “Teatro e Artes Plásticas”). (...)

(002.XX.PB2M.0005.OPJB-GOA)

(115) Contexto: A expressão do amor dos tolos

(...) Respeitoso até à timidez não ousa expressar o seu amor em palavras; exala-o por meio de uma não interrompida série de meigos cuidados, ternos respeitos e atenções delicadas. Como nada quer à custa de uma indignidade, não se conserva continuamente ao pé daquela que ama, não a persegue, não a fatiga com a sua presença. Para interessá-la em suas mágoas, não toma ares sombrios e tristes; pelo contrário, esforça-se pó ser sempre bom, afetuoso e alegre junto dela. Quando se retira da sua presença, é que mostra o que sofre, e derrama as suas lágrimas em segrêdo.

O tolo, porém, não tem dêsses escrúpulos.

(002.XIX.PB2M.0168.QMPT-GOR)

(116) Contexto: Comentário sobre o casamento arranjado na conversa de calçada

(...) Comentava-se no povoado que a Pitoca, casamenteira velha, estava arranjando o casamento da Teresa, filha do seu Norberto e da dona Adélia ... Nessa altura, Ataliba interrompeu a mulher, acusando-a de estar espichando demais o caso. Então, quem, no Passo, não sabia quem era a Teresa? Margarida retrucou na hora, dizendo-lhes que eles estavam mais curiosos que o vigário pela história. Enfim, falava-se que a Pitoca estava arranjando o casamento de Teresa, trintona, com o Brandino. E o que é que havia de estranho naquilo pra estarem cochichando, como se fosse uma cousa do outro mundo? Margarida replicou, enérgica. Ataliba estava se fazendo de bobo. Não, protestou Ataliba, ele não estava se fingindo de desentendido. Aquele rapaz era conhecido na vila como não sendo amigo do trabalho. (...) ele não lá era dado a mulheres e (...)

(003.XX.PB2M.0010.PRVI-GON)

Nas Tabelas 34 e 35, que se seguem, os dados estão reunidos por função sintática, simplificando a visualização para efeito comparativo.

É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Estatuto sintático				
Sujeito	11/10%	28/25,4%	-	39/35,4%
Adjunto adverbial	22/20%	17/15,4%	-	39/35,4%
Oração nuclear	-	-	15/13,6%	15/13,6%
Objeto indireto	03/2,7%	02/1,8%	-	05/4,5%
Objeto direto	02/1,8%	01/0,9%	-	03/2,7%
Predicativo	-	03/2,7%	-	03/2,7%
Oração aditiva	-	-	02/1,8%	02/1,8%
Oração adversativa	-	-	01/0,9%	01/0,9%
Oração condicional	-	-	01/0,9%	01/0,9%
Oração modal	-	-	01/0,9%	01/0,9%
Oração temporal	-	-	01/0,9%	01/0,9%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 34: Frequência do Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	Total
Estatuto sintático				
Adjunto adverbial	10/9,5%	31/29,5%	-	41/39%
Sujeito	02/1,9%	26/24,7%	-	28/26,6%
Oração nuclear	-	-	14/13,3%	14/13,3%
Objeto direto	11/10,4%	-	-	11/10,4%
Objeto indireto	01/0,9%	02/1,9%	-	03/2,8%
Oração adversativa	-	-	03/2,8%	03/2,8%
Oração aditiva	-	-	02/2,8%	02/1,9%
Oração condicional	-	-	02/2,8%	02/1,9%
Predicativo	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 35: Frequência do Estatuto sintático do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Os dados mostram que todas as funções sintáticas são exercidas pelo escopo do marcador de ênfase *é que* tanto PEM quanto PBM. Nas duas variedades, os escopos do marcador enfático-contrastivo que têm a função de *objeto indireto* têm frequências iguais (02/1,9%), como: “*Dos deveres e das proibições previstas no Estatuto dos Funcionários*”, em (117). No escopo desse mesmo tipo de marcador, tem percentual aproximado o *sujeito* (\cong 25%); mas o *predicativo* tem maior ocorrência no PEM, como o constituinte sublinhado em (118).

(117) Contexto: Deveres dos servidores públicos

(...) ..., o funcionário sujeita-se a cumprir um catálogo de deveres, que deve observar em todos os atos de sua vida funcional, e ainda, a não transgredir certas proibições também estatutárias, todos, deveres e proibições, criados para que se mantenha íntegra a estrutura estatal, que não sobreviveria, sem esse mínimo de condições de bom funcionamento.

Dos deveres e das proibições previstas no Estatuto dos Funcionários é que decorrem as sanções do poder disciplinar do Estado. O diploma básico do funcionalismo (Lei n.º 1.711) foi bastante minucioso em relação aos deveres dos servidores. Entretanto, em relação às proibições, tornou-se algo lacunoso e confuso.

(001.XX.PB2M.0085.DEVE-GOP)

- (118) Contexto: Defesa do general pelo antigo soldado
 (...) Antigo soldado – O Gomes Freira não é desses.
 Vicente – Não é desses ... Não é desses ... Então de quais é ele? Duns que não existem?
 É um santo, o teu general ...
 Antigo soldado – Não é um santo, é um homem como todos nós, mas ...
 Vicente – «Mas»? Não há «mas» nem meio «mas». O que há é homens e generais. Ou se é por uns, ou se é por todos.
 O teu general, então, é perfeito: nem sequer é português ...
 (*Muito excitado*)
 Estrangeirado: estrangeirado é que ele é!
 Manuel (*falando ao grupo*) – Estrangeirado ou não, é capaz de se bater com os senhores do Róssio ...
 Vicente – Mas não se bate! Vais ver que não se bate! E sabes porquê? (*Volta a falar para o grupo*) Porque está feito com eles, porque essa gente é toda igual ...
 (003.XX.PE2M.0023.FELI-GON)

A diferença maior, em termos percentuais entre o PEM e o PBM, está no uso de *adjuntos adverbiais*: há um predomínio no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* do PBM (29,5%) e no do marcador enfático-interrogativo *é que* do PEM (20%).

Passo, a seguir, a apresentar os dados referentes ao *Estatuto morfológico* do escopo do marcador de ênfase *é que*.

IV. Estatuto morfológico do escopo

Objetivando verificar a correlação *forma-função* que também foi feita tanto por Braga (1989) como por Longhin (1999), mostro, nas Tabelas 36 e 37, os dados referentes ao *Estatuto morfológico* do escopo do marcador de ênfase *é que* no PEM e no PBM, respectivamente, conforme o período.

Período	Estatuto morfológico		É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Pro demonstrativo	-	02	-	02/1,8%
		Pro relativo	-	01	-	01/0,9%
		Adv interrogativo	01	-	-	01/0,9%
		SP	-	02	-	02/1,8%
		SP Adv de lugar	-	01	-	01/0,9%
		SP Adv de tempo	-	01	-	01/0,9%
		Oração	-	-	02	02/1,8%
		Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%
	2ª Met	Nome	-	09	-	09/8,2%
		Pro pessoal	-	03	-	03/2,7%
		Pro demonstrativo	-	01	-	01/0,9%
		Pro interrogativo	01	-	-	01/0,9%
		Adv de modo	-	01	-	01/0,9%
		Adv interrogativo	04	-	-	04/3,6%
SP		-	04	-	04/3,6%	
SP Adv de modo		-	01	-	01/0,9%	
SP Adv de lugar		-	02	-	02/1,8%	
SP Adv de tempo		-	01	-	01/0,9%	
Oração	-	01	06	07/6,3%		
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	Nome	-	04	-	04/3,6%
		Pro demonstrativo	-	03	-	03/2,7%
		Pro interrogativo	02	-	-	02/1,8%
		Adv de lugar	-	01	-	01/0,9%
		Adv interrogativo	03	-	-	03/2,7%
		SP	02	01	-	03/2,7%
		Oração	-	-	09	09/8,2%
		Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%
	2ª Met	Nome	-	01	-	01/0,9%
		Pro pessoal	-	03	-	03/2,7%
		Pro demonstrativo	-	03	-	03/2,7%
		Pro interrogativo	09	-	-	09/8,2%
		Pro interrog + nome	02	-	-	02/1,8%
		Adv interrogativo	12	-	-	12/10,9%
Adv interrogativo		01	03	-	04/3,6%	
SP		01	-	-	01/0,9%	
SP Adv de lugar	-	01	-	01/0,9%		
Adjetivo	-	01	04	05/4,5%		
Oração	-	-	-	-		
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total		38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110	

Tabela 36: Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Período		Estatuto morfológico		É QUE			Total
				E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Nome	-	01	-	01/0,9%	
		Pro pessoal	-	02	-	02/1,9%	
		Adv interrogativo	02	-	-	02/1,9%	
		SP	-	01	-	01/0,9%	
		SP Adv de modo	-	02	-	02/1,9%	
		Oração	-	-	01	01/0,9%	
		Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Nome	-	03	-	03/2,8%	
		Pro pessoal	-	03	-	03/2,8%	
		Pro interrogativo	01	-	-	01/0,9%	
		Adv de tempo	01	-	-	01/0,9%	
		SP	-	02	-	02/1,9%	
		SP Adv de modo	-	03	-	03/2,8%	
		SP Adv de lugar	-	02	-	02/1,9%	
SP Adv de tempo		-	02	-	02/1,9%		
Oração	-	-	10	10/9,5%			
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%		
XX	1ª Met	Nome	-	02	-	02/1,9%	
		Pro pessoal	02	-	-	02/1,9%	
		Pro demonstrativo	-	05	-	05/4,8%	
		Pro interrogativo	06	-	-	06/5,7%	
		Adv de modo	-	02	-	02/1,9%	
		Adv de tempo	-	04	-	04/3,8%	
		Adv interrogativo	03	-	-	03/2,8%	
		SP	-	04	-	04/3,8%	
		Adjetivo	-	01	-	01/0,9%	
		Oração	-	-	04	04/3,8%	
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%	
	2ª Met	Nome	01	08	-	09/8,5%	
		Pro demonstrativo	-	01	-	01/0,9%	
		Pro interrogativo	03	-	-	03/2,8%	
		Pro interrog + nome	01	-	-	01/0,9%	
		Adv de modo	-	02	-	02/1,9%	
		Adv de tempo	03	-	-	03/2,8%	
		Adv interrogativo	01	09	-	10/9,5%	
SP		-	01	06	07/6,6%		
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%		
Total			24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105	

Tabela 37: Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Os dados das Tabelas 36 e 37 não mostram uma frequência expressiva devido ao fato de eu não ter feito uma generalização estrutural, como, por exemplo, classificar por “sintagmas”. Prefiro discriminar as categorias morfológicas para observá-las quanto à frequência (ou à ausência) referente à relação forma-função.

No PEM, os sintagmas nominais constituídos por *nomes* são mais frequentes, codificando o escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* na 2ª metade do Século XIX, como o nome do sintagma “*o despotismo*” em (119); e que os *advérbios interrogativos* têm a

predominância de uso no escopo do marcador enfático-interrogativo *é que* na 2ª metade do Século XX, como “*Quando*” em (120) e “*como*” em (121).

Em relação ao PBM, os dados acusam a predominância de *sintagmas preposicionados* no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* na 2ª metade do Século XX, como “*no subsolo*” em (121) e de *pronomes interrogativos* no escopo do marcador enfático-interrogativo na 1ª metade do Século XX, como “*o que*” e “*Que*” em (122).

(119) Contexto: Crítica aos defensores do absolutismo

(*) Vinde cá, defensores do absolutismo, quem vos deu o direito de falardes desta nobre terra de Portugal nos tempos em que era livre? *Em Portugal o despotismo é que é moderno*, e a liberdade antiga. Cerrai de todos os olhos, vós os que amai curvar-vos ante um senhor dos vossos bens e das vossas cabeças. Não vos deslumbre o brilho dos quatro primeiro séculos da monarquia!

(002.XIX.PE2M.0283.OCRE-GOE)

(120) Contexto: Compra e venda de imóveis para obtenção esperta de lucro fácil

(...) A nova legislação das escrituras provocou um quebra das vendas e deve ter servido de aviso aos promotores e a estes habilidosos.

- *Quando é que a «bomba» vai rebentar?*

Se não aparecer dentro de sete a oito meses é porque a situação se diluiu no tempo.

- A Associação ...? (...)

(002.XX.PE2M.0004.ENRV-GOA)

(121) Contexto: Comparação da riqueza americana com a brasileira

(...) A riqueza da América, portanto, era representada pelo que o americano foi pondo de parte, depois de satisfeitas as suas necessidades de subsistência.

Agora, a grande pergunta: *como é que o americano pode ganhar para a subsistência* e para pôr de lado tanta riqueza? Que faz êle para acumular tantas sobras? Trabalhar, todos povos trabalham. (...) Nós do Brasil também trabalhamos e somos uns eternos pobretões. Tão pobres somos que 70% da população do Brasil ainda anda de pés no chão e mergulhada em completo analfabetismo.

Por que é assim? Entreguei-me ao estudo do problema e breve tudo se me esclareceu. O segredo da América, bem como da Inglaterra, da Alemanha, da França e dos demais países rico em poder e cultura, vem do subsolo. *No subsolo é que estão entesourados os materiais enriquecedores do homem*. O solo, a superfície, apenas permite a subsistência. O enriquecimento vem debaixo. Vem do subsolo. Vem das substâncias minerais. (...)

(001.XX.PB2M.0017.UBER-GOA)

(002.XX.PB2M.0017.UBER-GOA)

(122) Contexto: Informações do chofer sobre o homem coxo

(...) Olegário – E é coxo? Como você nunca me falou dêle! Mas que espécie de sujeito?

Umberto – Anda mancando. Tem uma perna mais curta do que a outra.

Olegário – D. Lídia olha para êle?

Umberto – Não

Olegário – Êle olha para D. Lídia?!

Umberto – Não

Olegário – *Então o que é que tem de notável êsse camarada?*

Umberto – Eu acho que êle não regula bem. Fica andando de um lado para outro, o tempo todo, e não sai disso. Mancando.

Olegário – *Que é que eu tenho com isso? Tenho alguma coisa?*

Umberto – Falei nele por falar. Me lembrei dêle.

Olegário – Você quer saber de uma coisa? Não, nada... Quer dizer que D. Lídia não olhou para ninguém... “particularmente”?

(003.XX.PB1M.0027.MUSP-GON)

(004.XX.PB1M.0027.MUSP-GON)

A seguir, as Tabelas 38 e 39, sem considerar a divisão de período, apresentam, para efeito comparativo, a gradação decrescente da frequência dos dados referentes ao *Estatuto morfológico* do escopo do marcador de ênfase *é que* no PEM e no PBM, respectivamente.

É QUE Estatuto morfológico	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
Oração	-	02/1,8%	21/19%	23/20,9%
Adv interrogativo	20/18,1%	-	-	20/18,1%
Nome	-	14/12,7%	-	14/12,7%
Pro interrogativo	14/12,7%	-	-	14/12,7%
SP	03/2,7%	10/9%	-	13/11,8%
Pro demonstrativo	-	09/8,2%	-	09/8,2%
Pro pessoal	-	06/5,4%	-	06/5,4%
SP Adv lugar	01/0,9%	03/2,7%	-	04/3,6%
SP Adv tempo	-	02/1,8%	-	02/1,8%
SP Adv modo	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Adv modo	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Adv lugar	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Pro relativo	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Adjetivo	-	01/0,9%	-	01/0,9%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 38: Frequência do Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

É QUE Estatuto morfológico	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
Oração	-	01/0,9%	21/19%	22/20,9%
SP	01/0,9%	16/15,2%	-	17/16,2%
Nome	01/0,9%	14/13,3%	-	15/14,2%
Pro interrogativo	11/10,4%	-	-	11/10,4%
Adv interrogativo	08/7,6%	-	-	08/7,6%
Pro pessoal	02/1,9%	05/4,8%	-	07/6,6%
Pro demonstrativo	-	06/5,7%	-	06/5,7%
Adv tempo	01/0,9%	04/3,8%	-	05/4,8%
SP Adv modo	-	05/4,8%	-	05/4,8%
Adv modo	-	04/3,8%	-	04/3,8%
SP Adv lugar	-	02/1,9%	-	02/1,9%
SP Adv tempo	-	02/1,9%	-	02/1,9%
Adjetivo	-	01/0,9%	-	01/1,9%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 39: Frequência do Estatuto morfológico do escopo em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Os dados das Tabelas 38 e 39 mostram que o escopo do marcador enfático-contrastivo *é que* é codificado por quase todas as categorias morfológicas nela listadas, tanto no PEM quanto no PBM, excetuando-se, apenas, os *advérbios interrogativos*, os *advérbios de lugar* e os *pronomes relativos* no PBM e os *advérbios de tempo* no PEM.

Quanto ao escopo do marcador enfático-interrogativo, os *pronomes* e *advérbios*, ambos interrogativos, predominam no uso. As *orações* são as mais frequentes, segundo as duas tabelas, no marcador enfático-explicativo *é que*, mas também figuram no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*.

A seguir, faço a cruzamento dos dados do Estatuto morfológico com os do Estatuto sintático do escopo do marcador de ênfase *é que*, em termos de predomínio de uso no PEM e no PBM, segundo os dados do COMTELPO.

No PEM, predominam os usos de *sujeito*, seguido do de *adjunto adverbial* no escopo do marcador de ênfase *é que*; inversamente, ocorre no PBM, pois há o predomínio de uso de *adjunto adverbial*, em primeiro lugar, seguido dos usos de *sujeito* e *objeto direto*.

No PEM, as categorias morfológicas preferenciais do escopo na função de *sujeito* são os sintagmas constituídos, de *nomes*, seguidos, numa escala decrescente, de *pronomes demonstrativos* e de *pronomes pessoais* (referentes *dados*) no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*, e de *pronomes interrogativos* no escopo do marcador enfático-explicativo *é que*. Na função de *adjunto adverbial*, têm o uso preferencial os *advérbios interrogativos*, seguidos dos *pronomes interrogativos* e dos *advérbios de modo* no escopo do marcador enfático-interrogativo.

No PBM, as categorias morfológicas preferenciais do escopo na função de *adjunto adverbial* são os *sintagmas adverbiais* (*modo, tempo e lugar*), seguido dos *sintagmas preposicionais*, dos *advérbios interrogativos* e dos *advérbios de modo* (geralmente, referentes *novos*). Na função de *sujeito*, têm a preferência de uso de *nomes*, seguido, de *pronomes demonstrativos*, de *pronomes pessoais* no escopo do marcador enfático-contrastivo, e de *pronomes interrogativos* no escopo do marcador enfático-explicativo; e, na função de *objeto direto*, só ocorrem os *pronomes interrogativos* (referentes *novos*) como escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*.

Comparando esses resultados com os de Braga (1989) e, similarmente, o de Longhin (1999), os dados do PEM em relação à análise cruzada entre os estatutos sintático e morfológico do escopo do marcador de ênfase *é que* aproximam-se mais dos resultados das duas lingüistas relativos ao escopo do foco das construção clivada *É QUE*. Segundo os dados de suas pesquisas, a focalização de sujeitos é a mais freqüente, geralmente, realizada por “substantivos” e pronomes (pessoal e demonstrativo). Seguem, depois do sujeito, os “circunstanciais” focalizados por sintagmas preposicionais e advérbios.

Embora os dados do PBM resultem no inverso, o que importa é que os resultados mostram uma tendência de o escopo do *é que*, seja ele visto acumulando as funções de

marcador de ênfase e de *marcador epistêmico de asseveração*, seja visto somente como um marcador de foco de construção de clivagem, realizar-se, preferencialmente, com sintagmas nominais e com sintagmas adverbiais.

1.1.3. Contexto estrutural de *é que*

Objetivando apresentar os resultados dos elementos lingüísticos que figuram no ambiente vicinal imediato do marcador de ênfase *é que*, além do seu escopo à esquerda, as Tabelas 40 e 41 mostram os dados relativos ao contexto anterior da expressão *é que* segundo os três tipos de marcador de ênfase por período do PEM e PBM. Em seguida, exemplifico os contextos mais freqüentes. Advirto, porém, que os dados do escopo foram reunidos sob o rótulo de *escopo anterior*, para evitar repetição dos dados discriminados, anteriormente, nos fatores relativos a eles.

Depois, exibo os dados relativos ao *contexto imediato posterior* da expressão *é que*, segundo os três tipos de marcador de ênfase no PEM e PBM, nas Tabelas 42 e 43, e, em seguida, ilustro, com exemplos, as maiores ocorrências.

I. Contexto imediato anterior

Contexto anterior			É QUE			Total
Período			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Início de oração	-	-	01	01/0,9%
		Escopo anterior	01	07	01	09/8,2%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	Início de oração	-	-	05	05/4,5%
		Conjunção aditiva	-	-	01	01/0,9%
Escopo anterior		05	23	-	28/25,4%	
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	Início de oração	-	-	07	07/6,3%
		Conj adversativa	-	-	01	01/0,9%
		Conj aditiva + neg	-	-	01	01/0,9%
		Escopo anterior	07	09	-	16/14,5%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	Início de oração	-	-	02	02/1,8%
		Antecedido de oração	-	-	01	01/0,9%
		Conj condicional	-	-	01	01/0,9%
		Escopo anterior	25	12	-	37/36,6%
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total			38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 40: Contexto anterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Período			É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	Conj aditiva	-	-	01	01/0,9%
		Escopo anterior	02	06	-	08/7,6%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
	2ª Met	Início de oração	-	-	02	02/1,9%
		Antecedido de oração	-	-	04	04/3,8%
		Conj adversativa	-	-	01	01/0,9%
		Conj condicional	-	-	02	02/1,9%
Neg		-	-	01	01/0,9%	
Escopo anterior	02	15	-	17/16,2%		
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	Início de oração	-	-	02	02/1,9%
		Antecedido de oração	-	-	01	01/0,9%
		Conj adversativa	-	-	01	01/0,9%
		Escopo anterior	11	18	-	29/27,6%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	Início de oração	-	-	02	02/1,9%
		Antecedido de oração	-	-	01	01/0,9%
		Conj adversativa	-	-	01	01/0,9%
		Neg	-	-	02	02/1,9%
Escopo anterior		09	21	-	30/28,6%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total			24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 41: Contexto anterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Conforme as Tabelas 40 e 41, merecem atenção, apenas, os dados referentes ao contexto imediato anterior dos marcadores enfático-explicativos, posto que figuram, nos demais tipos de marcadores de ênfase *é que*, os dados rotulados como *escopo anterior*.

Os dados relativos ao PEM, na Tabela 40, mostram que, em sua maioria, os marcadores enfático-explicativos *é que* têm maior frequência em *início de oração*, como no exemplo (123). A presença de conjunções antecedendo a expressão *é que* é baixa, havendo apenas duas ocorrências de *conjunção aditiva* “e”, como está exemplificado em (124), e somente uma ocorrência de *conjunção adversativa* “mas” e outra de *conjunção condicional* “se”.

Segundo os dados da Tabela 41, relativos ao PBM, a maioria dos marcadores enfático-explicativos está no *início de oração* e também é baixa a frequência de conjunções, apesar de ser um pouco maior do que no PEM. Ocorrem, então, três *conjunções adversativas* “mas”, como em (125), duas *conjunções condicionais* “se”, como em (126), e apenas uma ocorrência de *conjunção aditiva*. Uma outra ocorrência, com três realizações na posição anterior ao marcador *é que*, é a do *advérbio de negação*; diferentemente do PEM, somente apresenta uma ocorrência. Assim, o caráter contraditório ou falso da justificativa, ou do esclarecimento, presente na proposição, é introduzido, na oração, pelo advérbio de negação “não”, seguido do marcador enfático-explicativo “*é que*”, como mostra o exemplo (127).

- (123) Contexto: Sobre o livro *Mais além da morte e do amor* de Forjaz de Sampaio
 (...) A banalidade ocupa metade do livro.
 A banalidade! A pior mancha de um escritor. Peor que ser reles.
 « A Justiça! É uma mulher vendada, para não saber a quem é vendida.»
 É ver:
 «A alma é assim como o movimento do relógio. Sem corda não ha movimento. Sem vida não ha alma.
 E mais:
 «Um amigo que nos atraíçôa com a nossa amante ou com nossa mulher presta-nos sempre um grande serviço. *Ø É que nos liberta, com pouco trabalho, de uma mulher, de quem a gente se não veria livre sem muito.*»
 Tapemos o nariz. (+)

(001.XX.PE1M.0002.CDLI-GOR)

- (124) Contexto: Carta de Quental à irmã Ana sobre as férias do sobrinho que está com ele
 (...) Receio que com as férias perca o que tem ganhado, tanto em adiantamento como em hábito de estudar. Bem sei que isto há-de ser penoso à Anica, mas ela que considere que é para bem do pequeno. Ele já aqui está acostumado e não estranhará muito; e talvez, indo, estranhe depois mais ter de voltar. A estas razões junto a ainda uma mais maternal, *e é que essa ida e volta, como o acompanhamento indispensável do Paulo, representam 6 passagens no caminho –de-ferro, o que, a 6\$000 réis por passagem, faz 36\$000 réis.*

(002.XIX.PE2M.0662.CAII-GOR)

- (125) Contexto: A desconfiança de Olegário
 (...) Olegário – Estou esperando um camarada. Quando êle chegar, mande entrar. E veja se arranja alguma informação útil. Você e Umberto são dois fracassos! Pago a vocês e quando acaba não sei de nada, continuo na mesma! Vocês precisam dar um jeito nisso.

Inézia – *Mas, é que não tem havido nada, doutor!* Se houvesse, a gente diria!

Olegário – Não tem havido nada! Sei lá se não tem havido nada? Está bem; está bem! *(Inézia sai. Entra Lídia. Lindo tipo de mulhe. Muito Jovem e vestida com gosto)*

(006.XX.PB1M.0032.MUSP-GON)

- (126) Contexto: Abordagem do paquera adolescente
 (...) Rodar sôbre o galho como corruptio, virar no ar uma cambalhota, e cair de pé, em frente da janela, foi para o rapaz negócio de esfregar um ôlho. Quando a travêssa o procurava no ar, já estava ele quase embaixo da janela, fazendo-lhe por despique um momo de simulado espanto.

- Hã!...

Já era tarde para fugir, *se é que ela nunca teve tal idéia*, e não se deixara muito de propósito apanhar dessa calculada surpresa. Contudo fêz menção de hesitar, enleada no melhor partido; e foi ela soltar a risada gostosa que lhe estava provocando os gatimanhos do môço.

(001.XIX.PB2M.0027.GDMA-GOR)

- (127) Contexto: Lamento do sertanejo

(...) Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração. *Não é que eu esteja analfabeto*. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Currallinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas, desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir cursar latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje apreçoio um bom livro, despaçado.

(004.XX.PB2M.0007.GRSV-GON)

A seguir, estão os dados relativos ao contexto posterior imediato da expressão *é que*.
 como marcador de ênfase, segundo os três tipos e o período no PEM e no PBM.

II. Contexto imediato posterior de *é que*

Contexto posterior da expressão			É QUE			Total
			E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	
XIX	1ª Met	SN + SV	01	04	02	07/6,3%
		SV	-	03	-	03/2,7%
	Total		01/0,9%	07/6,4%	02/1,8%	10/9%
	2ª Met	SN + SV	04	05	06	15/13,6%
SV		01	13	-	14/12,7%	
Neg + SV		-	05	-	05/4,55%	
Total		05/4,5%	23/20,9%	06/5,4%	34/30,9%	
XX	1ª Met	SN + SV	05	01	07	13/11,8%
		SV	02	07	-	09/8,2%
		Neg + SV	-	01	02	03/2,7%
	Total		07/6,4%	09/8,2%	09/8,2%	25/22,8%
	2ª Met	SN + SV	10	01	03	14/12,7%
		SV	15	08	01	24/21,8%
Neg + SV		-	03	-	03/2,7%	
Total		25/22,7%	12/10,9%	04/3,6%	41/37,2%	
Total			38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 42: Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático no PEM

Contexto posterior da expressão			É QUE			Total
			Interrogativo	Contrastivo	Explicativo	
XIX	1ª Met	SN + SV	02	02	01	05/4,8%
		SV	-	03	-	03/2,8%
		Neg + SV	-	01	-	01/0,9%
	Total		02/1,9%	06/5,7%	01/0,9%	09/8,5%
2ª Met	SN + SV	01	06	10	17/16,2%	
	SV	-	06	-	06/5,7%	
	Neg + SV	01	03	-	04/3,8%	
Total		02/1,9%	15/14,3%	10/9,5%	27/25,7%	
XX	1ª Met	SN + SV	05	10	04	19/18%
		SV	06	07	-	13/12,3%
		Neg + SV	-	01	-	01/0,9%
	Total		11/10,4%	18/17,2%	04/3,8%	33/31,4%
	2ª Met	SN + SV	09	09	06	24/22,9%
		SV	-	11	-	11/10,4%
Neg + SV		-	01	-	01/0,9%	
Total		09/8,5%	21/20%	06/5,7%	36/34,3%	
Total			24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 43: Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático no PBM

Observando as divisões de períodos do PEM e do PBM, destaco a maior ocorrência da estrutura: SN (sintagma nominal – sujeito) + SV (sintagma verbal – núcleo do predicado) no contexto imediato posterior do marcador enfático-contrastivo *é que* na 1ª metade do Século XX do PBM, como: “... *é que* o besouro entra em cena”, em (128); e no marcador enfático-explicativo, na 2ª metade do Século XIX do PBM, como os segmentos sublinhados em (129).

Também é bastante freqüente a expressão *é que* antecedendo o sintagma verbal (SV), ou seja, intercalando o constituinte interrogativo (com a função de *sujeito*, *objetos* ou *adjunto*

adverbial) e o núcleo do predicado, principalmente, no uso do marcador enfático-interrogativo na 2ª metade do Século XX do PEM, como: “... *é que resta*”, em (130).

Com baixa frequência, a expressão *é que* antecede o sintagma verbal, constituído pelo verbo modificado pelo advérbio de negação que o antecede (Neg + SV), estrutura esta que foi mais freqüente depois de marcadores do tipo enfático-contrastivos na 2ª metade do Século XIX do PEM, como: “*é que não sei ainda o que será*”, em (131).

(128) Contexto: O alívio da Rosa sobre o casamento e o besouro entra em cena
 (...) Rosa quando viu que não deixava Dona Ana e Dona Carlotinha teve um alegrão. Cantou. *Agora é que o besouro entra em cena...* Rosa sentiu uma calma grande, E não pensou mais no João.

-Você se esqueceu do paliteiro outra vez!

- Dona Ana, me desculpe!

Continuou limpando a casa ora bem ora mal. Continuou nenando a boneca de louça. Continuou.

Essa noite muito quente quis dormir com a janela aberta. Rolava satisfeita o corpo nu dentro da camisola, e depois dormiu. Um besouro entrou. *Zzz, zzz, zzzuuuuuummmm*, pá.

(004.XX.PB1M.0018.BERO-GON)

(129) Contexto: O fundadores da Academia. Conselhos aos moços
 (...) O escritor que chegou à madureza é, só por isso, o representante de um estado de espírito que preencheu o seu fim. Não há mocidade perpetua, o vosso privilegio está garantido ... Quando se fala de mocidade perpetua de um escriptor, como Molière, por exemplo, não se quer dizer que não envelheceu, mas o fundo de verdade humana que elle recolheu e exprimiu continúa a ser sempre verdadeiro. *Não é que o escritor ou a obra guardasse a sua deliciosa frescura; é que a humanidade sempre joven, se reconheceu a si mesma sob os traços de outra época* e acha em vel-o o mesmo prazer, si não maior! – do que em sua imagem actual.

(001.XIX.PB2M.0005.TADA-GOA)

(130) Contexto: Hipóteses da modularização curricular

(...) Bom, mas retirando as hipóteses de um «bloqueio» curricular à modularização, por certas crenças e por certos limites financeiros, *o que é que resta?* Temos sempre uma boa teoria da conspiração na mão, mas talvez não haja necessidade ... (...)

(006.XX.PE2M.0008.EMQD-GOA)

(131) Contexto: Carta de Quental à irmã Ana sobre a viagem dele

(...) Tive boa viagem de 3 dias e horas e enjoei pouco. Aqui estou no Hotel Brown instalado bem, e até melhor do que podia supor: completo sossego, boa casa, bom serviço. Por esse lado podes ficar descansada. *Quanto à climatação é que não sei ainda o que será*: tenho estranhado bastante, durmo e como pior, de maneira que não considero ainda definitiva a resolução de ficar por cá(...)

(003.XIX.PE2M.1047.CAII-GOR)

A seguir, as Tabelas 44 e 45, sem considerar a divisão de período, mostram, para efeito comparativo, os dados referentes ao contexto imediato posterior do marcador de ênfase *é que* no PEM e no PBM, respectivamente.

É QUE Contexto posterior	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
SV	18/16,3%	31/28,2%	01/0,9%	50/45,5%
SN + SV	20/18,1%	11/10%	18/16,3%	49/44,5%
Neg + SV	-	09/8,2%	02/1,8%	11/10%
Total	38/34,5%	51/46,4%	21/19,1%	110

Tabela 44: Frequência do Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PEM

É QUE Contexto posterior	E-Interrogativo	E-Contrastivo	E-Explicativo	Total
SN + SV	17/16,2%	27/25,7%	21/20%	65/62%
SV	06/5,7%	27/25,7%	-	33/31,4%
Neg + SV	01/0,9%	06/5,7%	-	07/6,6%
Total	24/22,8%	60/57,1%	21/20%	105

Tabela 45: Frequência do Contexto posterior da expressão em relação ao tipo de marcador enfático do PBM

Os dados das Tabelas 44 e 45 mostram que há uma preferência pelo uso do segmento formado pelo sujeito adjunto ao núcleo do predicado (ou seja, SN +SV) no contexto posterior aos marcadores enfático-contrastivo e enfático-explicativo, tanto no PEM quanto no PBM.

Embora haja a preferência pelo uso da estrutura SV no contexto posterior ao marcador enfático-contrastivo no PEM e no PBM, esse uso se iguala em número e percentuais com o da estrutura SN + SV nesse tipo de marcador.

O uso do segmento formado pelo advérbio de negação junto do núcleo verbal (ou seja, Neg + SV) tem maior ocorrência no contexto posterior do marcador enfático-contrastivo, tanto do PEM quanto do PBM, embora ocorra nos três tipos de marcadores de ênfase *é que*.

1.2. Quadros sinópticos da distribuição e valores da expressão *é que*

Os Quadros 09 a 11, que se seguem, sintetizam a comparação dos fatores caracterizadores da expressão *é que* como marcadores *enfático-interrogativo*, *enfático-contrastivo* e *enfático-explicativo* entre o PEM e o PBM, em relação à frase da ocorrência da expressão *é que*, ao escopo da expressão *é que* e ao contexto estrutural da expressão *é que*.

a) Em relação à frase da ocorrência da expressão *é que*

FATORES	É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo
TIPO DE FRASE				
	<i>Declarativa</i>	-	PEM < PBM	PEM = PBM
	<i>Interrogativa</i>	PEM > PBM	PEM > PBM	-
	<i>Exclamativa</i>	-	PEM > PBM	PEM < PBM
FUNÇÃO DA FRASE				
	<i>Informar</i>	-	PEM > PBM	PEM > PBM
	<i>Explicar</i>	-	PEM < PBM	PEM > PBM
	<i>Criticar</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	PEM < PBM
	<i>Avaliar</i>	PEM > PBM	PEM = PBM	PEM = PBM
	<i>Pedir informação</i>	PEM > PBM	-	-
	<i>Pedir explicação</i>	PEM > PBM	-	-
	<i>Elogiar</i>	PBM	PEM = PBM	PEM
MODALIDADE DA FRASE				
	<i>Asserção irrealis</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	PEM < PBM
	<i>Pressuposição</i>	PEM < PBM	PEM < PBM	PEM = PBM
	<i>Asserção realis</i>	PEM	PEM < PBM	PEM > PBM
	<i>Asserção negativa</i>	-	PEM > PBM	PEM < PBM

Quadro 09: Comparação dos fatores relativos à frase de ocorrência do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e o PBM

b) Em relação ao escopo da expressão *é que*

FATORES	É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo
ESTATUTO INFORMACIONAL DE ESCOPO				
	<i>Evocado</i>	PEM < PBM	PEM < PBM	PEM = PBM
	<i>Novo</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	PEM < PBM
	<i>Inferível</i>	PEM	PEM > PBM	-
REFERENCIAÇÃO DO ESCOPO				
	<i>Anafórica</i>	PEM < PBM	PEM < PBM	PEM < PBM
	<i>Catafórica</i>	PEM > PBM	PEM > PBM	PEM > PBM
	<i>Exofórica</i>	PEM > PBM	PEM > PBM	PEM = PBM
ESTATUTO SINTÁTICO DO ESCOPO				
	<i>Adjunto adverbial</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	-
	<i>Sujeito</i>	PEM > PBM	PEM > PBM	-
	<i>Oração nuclear</i>	-	-	PEM > PBM
	<i>Objeto direto</i>	PEM < PBM	PEM	-
	<i>Objeto indireto</i>	PEM > PBM	PEM = PBM	-
	<i>Predicativo</i>	-	PEM > PBM	-
ESTATUTO MORFOLÓGICO DO ESCOPO				
	<i>Oração</i>	-	PEM < PBM	PEM = PBM
	<i>Sintagma preposicional</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	-
	<i>Nome</i>	PBM	PEM < PBM	-
	<i>Pronome interrogativo</i>	PEM > PBM	-	-
	<i>Advérbio interrogativo</i>	PEM > PBM	-	-
	<i>Pronome demonstrativo</i>	-	PEM > PBM	-
	<i>Pronome pessoal</i>	PBM	PEM > PBM	-

Quadro 10: Comparação dos fatores relativos ao escopo do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e o PBM

c) Em relação ao Contexto estrutural da expressão *é que*

FATORES	É QUE	Interrogativo	Contrastivo	Explicativo
CONTEXTO IMEDIATO ANTERIOR				
	<i>Início de oração</i>	-	-	PEM > PBM
	<i>Conjunção adversativa</i>	-	-	PEM < PBM
	<i>Conjunção aditiva</i>	-	-	PEM > PBM
	<i>Conjunção condicional</i>	-	-	PEM < PBM
	<i>Advérbio de Negação</i>	-	-	PEM < PBM
CONTEXTO IMEDIATO POSTERIOR				
	<i>SN + SV</i>	PEM > PBM	PEM < PBM	PEM < PBM
	<i>SV</i>	PEM > PBM	PEM > PBM	PE
	<i>Neg + SV</i>	PBM	PEM > PBM	PE

Quadro 11: Comparação dos fatores relativos ao Contexto estrutural do marcador de ênfase *é que* entre o PEM e o PBM

CONCLUSÃO

Síntese e Rumos

CONCLUSÃO

Esta investigação teve como objetivo averiguar a origem, os processo(s)/mecanismos e propriedades formais e funcionais que caracterizam a emergência da expressão *é que* como relativa a um processo de gramaticalização. Esse objetivo se relaciona a perguntas específicas, as quais, por meio de uma análise pancrônica, procurei responder: quando **é que** surgiu como expressão e como **é que** foi o seu percurso? Que função(ões) **é que** essa expressão desempenha? Há instâncias de continuidade e estabilidade dessa(s) função(ões)?

Destaco, a seguir, os principais tópicos que respondem a essas perguntas, bem como os achados que tendem a confirmar a hipótese de gramaticalização dessa expressão *é que*. Julgo estes serem as contribuições de maior relevância deste trabalho.

a) Sobre a origem e o percurso da expressão *é que*:

Descartada a possibilidade de a expressão *é que* ser herdada do latim (cf. CART *et al.*, 1986), os dados do Português Antigo, referentes à amostra do COMTELPO, flagram, ainda no galego-português, a construção *Hec est ...q* (Estágio 0), em que há o uso de indícios que sugerem a origem dessa expressão. Há, nesse momento, uma plenitude de significado do verbo *ser*, enquanto verbo existencial; do sintagma nominal intercalado que apresentava localmente o documento indicado pelo demonstrativo de proximidade “*Hec*” inicial; e do pronome relativo, enquanto conector subordinativo

O Estágio 1 flagra exemplos da proto-construção DEM + SER + SN + PR em frases complexas já em uso no Português Antigo, do movimento dos elementos na construção, e do sintagma nominal intercalado com significado mais genérico, que é indicado pelo demonstrativo inicial, que, por sua vez, refere-se, em sua maioria de forma invariável, à porção textual anterior (uma anáfora proposicional).

No Estágio 2, há a evolução do sintagma nominal intercalado para um pronome demonstrativo, que, por sua vez, concordando ainda em número e gênero com o sujeito do verbo *ser* na frase anterior (matriz), é o antecedente da frase subordinada relativa iniciada por “que”. Além disso, o pronome demonstrativo inicial ora é substituído por um sintagma nominal, ora vem como um determinante demonstrativo, ou ainda conserva sua posição

nuclear, tendo um referente anafórico, ou catafórico, como no uso original. Assim, a construção clivada *é o que* (SER + DEM + PR) mostra um uso mais especializado e mais fixo do demonstrativo “o” numa construção típica do que, atualmente, denominam “pseudo-clivada invertida”.

No Estágio 3, a expressão *é que* já aparece resultante de reanálise, ou seja, usada formulaicamente com o “verbo” *ser* fixo no tempo presente do indicativo, sem marcas de concordância, e com o *que* funcionando não mais como conector; os dois constituem um morfema não segmentável. Realiza-se, então, em início de frase ou em posição medial de uma só frase (não há mais uma bipartição), depois do elemento a ser enfatizado e antecedendo o verbo. Nessa posição medial, destaco a realização de *é que* em frases interrogativas, em que expressão ocorre depois de elementos interrogativos.

Essas três possibilidades de realização da expressão ocorreram em etapas diferentes: o *é que inicial*, desenvolveu-se no período do Português Médio (Século XVI); o *é que medial*, teve desenvolvimento no Português Clássico (Século XVII); e o *é que medial interrogativo* que, apesar de achar suas formas embrionárias no decorrer dos Séculos XIII a XVIII, só se desenvolveu na 1ª metade do Século XIX.

Esses dados vêm corroborar, apenas parcialmente, as intuições de Said Ali ([1921] 2001) e Bueno da Sequeira (1954) e as hipóteses das lingüistas Duarte (1992) e Lopes-Rossi (1996), corroboradas por Kato (1996), bem como a de Longhin (1999).

Quanto à estrutura originária da expressão *é que*, os dados do COMTELPO sugerem que a construção DEM + SER + SN + PR emergiu anteriormente à construção *é o que*. Os autores citados só referem essa última construção.

Quanto ao período de emergência da expressão *é que* no Século XIX, os dados do COMTELPO confirmam-no, apenas parcialmente, para o uso da expressão em frases interrogativas, que têm a primeira ocorrência na 1ª metade do século referido. Já os usos do *é que* em início e em posição medial de frases declarativas e exclamativas se estabeleceram nos Séculos XVI e XVII, respectivamente. Os dados de Longhin (1999) aproximam-se mais da emergência nesses séculos.

Então, cumprido o percurso dos quatro estágios (0-3), os dados do COMTELPO sugerem a tendência de uma cadeia do tipo: Construção lexical plena > Construção morfossintática (de clivagem) > Marcador discursivo.

b) Sobre os processos/mecanismos motivadores da gramaticalização de *é que*

Segundo os dados desta pesquisa, destaco dois mecanismos mais gerais que provocam a gramaticalização: primeiramente, a *analogia*, e, secundariamente, a *reanálise*. Já sobre a motivação, destaco, como ligadas a esses mecanismos, as motivações semântico-pragmáticas por meio dos processos metafóricos e dos processos metonímicos. Quanto às trajetórias de mudanças, defendo a unidirecionalidade como princípio que norteia a passagem de itens ou construções lexicais para cumprirem, em certos contextos, funções gramaticais, ou itens gramaticais que desenvolvem novas funções gramaticais. (cf. TRAUGOTT, 2001).

Assim, observando o percurso dos quatro estágios por que a expressão *é que* passou desde o Português Antigo até o Português Moderno, advogo que a gramaticalização dessa expressão, nos seus *estágios iniciais*, teve uma motivação por meio da metáfora OBJETO/ESPAÇO > TEXTO. Conceitos espaciais, do “mundo real”, são empregados para designar pontos e relações textuais, ou seja, obedecem à tendência translingüística de transição de conceitos concretos para conceitos mais abstratos pertencentes ao mundo do texto.

No Estágio 1, que chamo de “pragmático”, no sentido givoniano de “discurso” ou “uso da construção no discurso”, os dados mostram o uso mais concreto do *demonstrativo* e da cópula *ser*, e da cláusula relativa, encabeçada pelo pronome *que*. Devido à alta frequência, ou seja, a rotinização da construção, ocorre um fortalecimento pragmático e inicia-se seu percurso de mudança. Então, continuando o processo de mudança, a referência, já anafórica, ou mesmo catafórica, não se limita só ao OBJETO, mas ao ESPAÇO co-textual ou contextual; apresenta-se, pois, como um demonstrativo invariável, portanto mais abstrato, referindo-se à porção textual anterior (uma anáfora proposicional, não mais uma referência a um sintagma). Ressalto que todos esses três elementos desfilam, em um bom número de línguas, no desenvolvimento da metáfora em questão.

Não fugindo à gramaticalização que se evidencia numa análise translingüística, no Estágio 2, a categoria ESPAÇO é conceptualizada por uma referência demonstrativa, intercalando a cópula *ser* e o *que* marcador da cláusula relativa. Como resultado de inferências de implicaturas conversacionais e da pressão de informatividade, aparece a construção *é o que*, mostrando um uso mais especializado e mais fixo do demonstrativo “o”, que se refere ao sujeito da cláusula matriz, numa construção típica do que, atualmente, denominam “pseudo-clivada invertida”. **Estruturalmente**, trata-se de uma construção de clivagem, mais gramatical (semântico-sintaticamente), empregada para focalizar um elemento

da cláusula matriz, a qual está bem mais integrada à cláusula relativa. Com base apenas nesse aspecto, a tendência translingüística de gramaticalização seria *Demonstrativo* > *Foco*, por meio da metáfora OBJETO > ESPAÇO > CONEXÃO TEXTUAL.

Entretanto, **semântico-pragmaticamente**, a clivagem vem a serviço da ênfase que o falante imprime ao sinalizar o desejo de chamar a atenção do ouvinte para algo; e, para tanto, o falante *insere* um argumento (informação) em um argumento maior, objetivando economia e informatividade. A mudança atua, então, na “construção do texto”, na organização do discurso, de modo a operar no co-texto (organizando a mensagem) e na situação (ajustando a mensagem a outras, ao ouvinte/leitor ou ao contexto mais amplo).

No Estágio 3, continuando o percurso, ainda como uma construção de clivagem, não mais do tipo “pseudo-clivada invertida”, a construção *é o que* passa por uma *reanálise*, ou seja, há uma reformulação sintático-semântica que, por meio do processo metonímico, transforma-a em *é que*. Há, portanto, a reanálise do demonstrativo com o relativo, ou seja, os dois passam a ser reinterpretados por um “*que*” complementador (conjunção integrante), portanto mais gramatical. Considerando a frequência da “construção É QUE” (de clivagem) no decorrer do tempo, a rotinização faz que ocorra uma generalização analógica por meio do padrão de uso. Continuando seu fortalecimento pragmático, a pressão de informatividade e a convencionalização de inferências conversacionais fazem que a construção se torne mais contígua e assuma seu caráter de fórmula “*é que*”, invariável, como um morfema não segmentável, funcionando não mais como um *conector*, mas sim como um “*marcador de ênfase*” – presente em uma única cláusula.

Estruturalmente, o percurso seria: **Construção lexical plena > Construção morfossintática (de clivagem) > Marcador discursivo.**

Sintetizando, o percurso de mudança do marcador de ênfase *é que* se deu a partir da referência concreta para a expressão da avaliação do falante para marcar a relevância do que está sendo posto em saliência para uma avaliação do contraste pelo ouvinte. Demonstra, pois, uma mudança para uma construção mais abstrata e subjetiva do mundo em termos de linguagem. Marca o estabelecimento da expressão *é que* com significação epistêmica abstrata relacionada à “realidade”, “verdade”. Enfatiza a atitude de certeza do falante para o ouvinte, buscando-a ou asseverando-a por meio de contraste.

Sendo assim, esse percurso, relativo aos dados do COMTELPO, tende a evidenciar as tendências semântico-pragmáticas sugeridas por Traugott & König (1991), e apresenta uma trajetória, consoante as funções da linguagem, que difere da sugerida por Heine *et al.* (1991), no que se refere à direção das funções: interpessoal > textual.

Semântico-pragmaticamente, o percurso seria: **Significado concreto > Significado textual-discursivo > Significado epistêmico (pragmático-discursivo)**

Em relação às funções da linguagem, o percurso de mudança seria: **Função ideacional > Função textual > Função interpessoal**

Essas trajetórias vêm abalizar, duplamente, o princípio da unidirecionalidade na gramaticalização: a descategorização estrutural que pode levar ao aumento do vínculo dentro da construção, e, simultaneamente, o aumento da força pragmática e da abstração semântica, que pode levar a construção a um novo significado (pragmático-discursivo) como *marcador discursivo*, que atua no monitoramento da interação, operando estratégias argumentativas; na organização textual-discursiva, operando no estabelecimento da coesão textual; e na organização da hierarquia informacional, operando na saliência da informação.

c) Sobre as funções da expressão é que

Estabelecido esse percurso, a análise dos dados referentes às sincronias dos Séculos XIX e XX revelou que a expressão *é que* acumula as funções de *marcador de ênfase* e de *marcador epistêmico de asseveração*, e realiza-se por meio dos tipos denominados, neste trabalho, como: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*. Com base nos dados, esses tipos de marcador de ênfase *é que* podem ser definidos como:

a) Marcador enfático-explicativo

- operador que introduz e enfatiza um argumento relativo a enunciados anteriores, explicando-os ou esclarecendo-os.

b) Marcador enfático-contrastivo

- operador que assinala (enfatiza) um argumento, dando uma certeza epistêmica a uma determinada conclusão, e contrastando-o com conteúdo(s) pressuposto(s).

c) Marcador enfático-interrogativo

- operador que enfatiza a busca da certeza epistêmica do argumento como resposta à informação desconhecida/solicitada.

Objetivando verificar as propriedades sintático-semânticas e pragmáticas da expressão *é que* como marcador de ênfase, no PEM e no PBM, estipulei, pelo grau de significância estatística, oito grupos de indícios lingüísticos para análise de 215 ocorrências, extraídas do COMTELPO: em relação à frase da ocorrência – *tipo, função e modalidade*; em relação ao escopo da expressão *é que* – *estatuto informacional, estatuto sintático, estatuto morfológico e*

referenciação; e, em relação ao contexto estrutural da expressão *é que* – contexto imediato anterior e contexto imediato posterior.

Analisei, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, todos esses indícios, correlacionando-os com os três tipos de marcador de ênfase *é que*.

Quantitativamente, mostraram-se altamente significantes as correlações entre:

- *marcador enfático-interrogativo*: estatuto informacional; referenciação; estatuto sintático; estatuto morfológico; e função da frase;

- *marcador enfático-contrastivo*: estatuto informacional; referenciação; estatuto morfológico; estatuto sintático; tipo de frase; função da frase; contexto imediato anterior da expressão; e o contexto imediato posterior da expressão;

Já o *marcador enfático-explicativo* não teve cruzamento com alto grau de significância ($ns = 0,000$), contudo aproximaram desse grau de significância os cruzamentos com: o contexto imediato anterior da expressão; o contexto imediato posterior da expressão; a referenciação; a função da frase; o estatuto sintático; a modalidade; e a função da frase.

Então, os indícios, estatisticamente significantes, para os três tipos de marcador de ênfase *é que*, são: o estatuto informacional, o estatuto sintático, o estatuto morfológico, a referenciação e a função da frase.

Qualitativamente, os dados do COMTELPO revelaram que:

i) há uma gradação crescente do uso da expressão *é que* em frases interrogativas e ocorre o mesmo em frases declarativas;

ii) os resultados relativos à modalidade da frase tendem a evidenciar o caráter multifuncional da expressão *é que*: *marcador de ênfase* e, com base nesses resultados, de *marcador epistêmico de asseveração*, que se realiza por meio dos tipos: *marcador enfático-explicativo*, *marcador enfático-contrastivo* e *marcador enfático-interrogativo*. Com base nisso, esses resultados parecem evidenciar, para o português, a validação da tipologia apresentada em Givón (2001), em suas quatro realizações da modalidade epistêmica redefinidas, para o uso da expressão *é que* como uma das manifestações do grau de certeza, positiva ou negativa. Ou seja, o marcador de ênfase *é que* também expressa uma atitude do falante em relação à proposição;

iii) o uso da expressão *é que* ocorre, preferencialmente, como *marcador enfático-contrastivo*, seguido do *marcador enfático-interrogativo*; e, com menor frequência, apresenta-se o *marcador enfático-explicativo*;

iv) há uma tendência de uso da expressão *é que* nas frases em que há a intenção do falante de *criticar*, *avaliar* e *informar*. O marcador enfático-interrogativo *é que* tem a

exclusividade de ocorrer em frases com as funções *pedir informação* e *pedir explicação*. Como marcadores enfático-contrastivos e enfático-explicativos, a expressão *é que* ocorre, preferencialmente, em frases com a função de *explicar* e *advertir*;

v) no tocante ao estatuto informacional do escopo, os três tipos do marcador *é que* mostram uma forte correlação da codificação da informação *evocada* com o tipo marcador enfático-contrastivo e da informação *nova* com os marcadores enfático-interrogativos e com os marcadores enfático-explicativos. Esses dados apresentam a mesma tendência dos achados de Braga (1989) e de Longhin (1999) em relação à “construção É QUE”, ou seja, a preferência pelo uso da informação evocada (“entidade velha”) somente como escopo do marcador enfático-contrastivo;

vi) quanto à referenciação, os dados mostram uma preferência do falante por codificar referentes *anafóricos* no escopo de marcadores enfático-contrastivos *é que* e referentes *catafóricos* no escopo de marcadores enfático-interrogativos. Já os marcadores enfático-explicativos parecem codificar, indistintamente, as duas referenciações no escopo. Esses resultados mostram uma correlação com a preferência de uso, no escopo, pelas informações *evocadas* e *novas*. Essa correlação tende a evidenciar uma atitude de comprometimento do falante ao imprimir certeza de um conteúdo proposicional, ou mesmo de buscar asseverá-lo, por meio dos marcadores de ênfase *é que*.

vii) em relação ao estatuto sintático, os dados do PEM mostram que o *sujeito* foi mais usado como escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*; os *adjuntos adverbiais* como escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*; e as *orações nucleares* como escopo do marcador enfático explicativo. No PBM, houve maior ocorrência de *adjuntos adverbiais* como escopo do marcador de enfático-contrastivo *é que*; a segunda maior ocorrência é da função de *sujeito* também no escopo do marcador enfático-contrastivo; seguida da ocorrência de *orações nucleares* como estatuto sintático do escopo do marcador enfático-explicativo; e da função de *objeto direto* como escopo do marcador enfático-interrogativo. O estatuto sintático se trata de um outro dado que foi significativo nos estudos de Braga (1989) e de Longhin (1999) sobre clivagem no português. Braga (1989) verificou que as construções “É QUE” na fala carioca focalizam preferencialmente sujeitos, circunstanciais e objetos (diretos e indiretos). Os dados de Longhin (1999) confirmam os de Braga (1989), pois as funções mais freqüentes no total de 46 ocorrências do *corpus* sincrônico *Certas palavras* foram o sujeito, seguido dos circunstanciais e dos objetos;

viii) quanto ao estatuto morfológico do escopo: g.1) os dados do PEM mostram a preferência de uso, na função de *sujeito*, pelos sintagmas constituídos, de *nomes*, seguidos,

numa escala decrescente, de *pronomes demonstrativos* e de *pronomes pessoais* (referentes *dados*) no escopo do marcador enfático-contrastivo *é que*, e de *pronomes interrogativos* no escopo do marcador enfático-explicativo *é que*; na função de *adjunto adverbial*, têm o uso preferencial os *advérbios interrogativos*, seguidos dos *pronomes interrogativos* e dos *advérbios de modo* no escopo do marcador enfático-interrogativo; g.2) no PBM, as categorias morfológicas preferenciais do escopo na função de *adjunto adverbial* são os *sintagmas adverbiais* (*modo, tempo e lugar*), seguido dos *sintagmas preposicionais*, dos *advérbios interrogativos* e dos *advérbios de modo* (geralmente, referentes *novos*). Na função de sujeito, têm a preferência de uso de *nomes*, seguido de *pronomes demonstrativos*, de *pronomes pessoais* no escopo do marcador enfático-contrastivo, e de *pronomes interrogativos* no escopo do marcador enfático-explicativo; e, na função de *objeto direto*, só ocorrem os *pronomes interrogativos* (referentes *novos*) como escopo do marcador enfático-interrogativo *é que*. Comparando esses resultados com os de Braga (1989) e, similarmente, o de Longhin (1999), os dados do PEM em relação à análise cruzada entre os estatutos sintático e morfológico do escopo do marcador de ênfase *é que* aproximam-se mais dos resultados das duas lingüistas relativos ao escopo do foco das construção clivada *É QUE*. Segundo os dados de suas pesquisas, a focalização de sujeitos é a mais freqüente, geralmente, realizada por “substantivos” e pronomes (pessoal e demonstrativo). Seguem, depois do sujeito, os “circunstanciais” focalizados por sintagmas preposicionais e advérbios. Embora os dados do PBM resultem no inverso, o que importa é que os resultados mostram uma tendência de o escopo do *é que*, seja ele visto acumulando as funções de *marcador de ênfase* e de *marcador epistêmico de asseveração*, seja visto somente como um marcador de foco de construção de clivagem, realizar-se, preferencialmente, com sintagmas nominais e com sintagmas adverbiais.

ix) no tocante ao contexto estrutural: ix.1) a expressão *é que* vem antecedida pelo escopo, preferencialmente, por *sintagmas nominais* e *sintagmas adverbiais*, como marcador enfático-contrastivo e como marcador enfático-interrogativo; já como marcador enfático-explicativo, a expressão *é que* ocorre, preferencialmente, em início de frase, e, com menos ocorrência, vem antecedida por conjunções *adversativas, aditivas e condicionais*, bem como por *advérbio de negação*; ix.2) há preferência pelo uso do segmento formado pelo sujeito adjunto ao núcleo do predicado no contexto posterior aos marcadores enfático-contrastivo e enfático-explicativo. Embora haja preferência pelo uso da estrutura SV no contexto posterior ao marcador enfático-contrastivo no PEM e no PBM, esse uso se iguala em número e percentuais com o da estrutura SN + SV nesse tipo de marcador. O uso do segmento formado

pelo advérbio de negação junto do núcleo verbal (ou seja, Neg + SV) ocorre nos três tipos de marcadores de ênfase *é que*.

Apesar de não ter priorizado os dados estatísticos nesta pesquisa, evidencio também a importância da análise quantitativa numa investigação linguística, posto que a frequência das construções afins deu suporte à análise qualitativa que visava traçar o possível percurso do *é que*. Segundo Traugott & Heine (1991), quanto mais frequente é a forma linguística, mais probabilidade ela tem de se gramaticalizar. Já a relevância estatística de cada indício deu confiabilidade à análise qualitativa das propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas estudadas.

d) Sobre a existência de instâncias de continuidade e estabilidade

Os dados do COMTELPO mostram que todas as construções afins encontradas, especialmente, no Século XIII, continuam até Português Moderno; e a maioria delas é bastante produtiva, inclusive a construção *é o que*, da qual surgiu a expressão *é que* como marcador de ênfase.

Devo salientar que, no Século XIII, os dados apresentaram o uso das construções “*cousa é que*” e “*assim é que*”, e não houve nenhuma ocorrência nos Séculos XIV e XV. No Século XVI, a construção “*é que*” apareceu em posição inicial e em posição medial apenas no Século XVII. Há razões possíveis para essa ausência: a) uma primeira razão seria a baixa, porém crescente, frequência da construção “*é o que*” e da decrescente frequência da construção SER + SN (outros DEM) + QUE; b) outra razão seria a tradução dos textos originais da “*Demanda do Santo Graal*”, como não tive acesso aos originais, deposito a confiabilidade da aparição das construções “*cousa é que*” e “*assim é que*” na edição de Irene Nunes (2005), que resulta da tradução dos manuscritos de Viena ms. 2594, feita por Magne (1944), depois de criticada por Piel (1945); e c) decorrente dessa razão, a terceira poderia ser caracterizada pelo fenômeno conhecido como *exaptation*, porém, devido à falta de difusão de outra tecnologia que não a fala e ao pouco acesso à escrita, seria improvável a readaptação (reuso) da construção. Isso provoca o debate sobre a possibilidade de, nas diferentes sincronias dos Séculos XIII, XVI, XVII e XIX, ter ocorrido o mesmo processo: *é o que* > *é que*, para cada uma das construções *é que*.

Embora a expressão *é que* tenha-se estabelecido com uso efetivo dos seus três tipos no Português Moderno, os dados do COMTELPO revelam que ainda há, nesse período, resquícios de flexão do SER QUE. Ou seja, ainda há, nesse período, o uso da concordância

entre a forma *SER* da construção e o verbo da frase em que ela se insere, caracterizando, assim, a clivagem – processo anterior à assunção do caráter formulaico (reanálise) da expressão *é que*.

Outro dado que sugere continuidade é o estabelecimento da expressão *é que* com significação epistêmica relacionada à “realidade”, “verdade”. Esse significado epistêmico pode ser evidenciado, segundo o princípio de *persistência* (HOPPER, 1991), por meio do étimo do verbo *SER*. Segundo Vendryès (1921), a raiz proto-indo-européia *es* “ser”, que forneceu a cópula em data muito antiga, denota propriamente “a existência, a vida” e o demonstra através do particípio *sat*, que designa “um ser real” e o derivado *satyas*, “verdadeiro”, e mediante o grego *tà ónta*, “a realidade”. A expressão *é que* enfatiza, pois, a atitude de certeza (verdade, *realis*, *irrealis*, *negação*) do falante para o ouvinte, buscando-a ou asseverando-a por meio de contraste.

Por fim, mesmo que a etimologia do verbo *SER* não venha explicar essa tendência da expressão *é que*, a tipologia givoniana dos quatro tipos de modalidade epistêmica, no inglês, mostra a correlação com os três tipos de marcador de ênfase, validando-a, portanto, no português. Além disso, é consenso entre os estudiosos que abordam a gramaticalização (SWEETSER, 1990; BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994; TRAUOGOTT, 1989, 1995/1997, GALVÃO, 1999; GONÇALVES, 2003, entre outros) que o domínio da modalidade é um campo fértil para os estudos de processo de gramaticalização, principalmente, por tratar-se de uma tendência translingüística o surgimento de elementos modalizadores a partir de itens/construções lexicais ou mesmo de outros itens gramaticais.

No percurso desta investigação, há alguns pontos que abrem perspectivas de explorações complementares em trabalhos futuros. Dentre outros, mostro, como mais saliente, o estudo da construção **é o que**, também apontado por Longhin (1999) como carente de estudos. Outro ponto seria estudar, mais exhaustivamente, essa relação, aqui evidenciada, entre a **modalidade epistêmica** e a **marcador de ênfase é que**. Por último, seria verificar a validade dos fatores, que tiveram alto grau de significância, em relação à gramaticalização de outro marcadores; ou mesmo a validade dos outros fatores (ver Anexo B) que se mostraram significantes em relação ao marcador de ênfase *é que* e não foram analisados por questões metodológicas.

Enfim, acredito que os resultados deste estudo contribuirão tanto para pesquisas futuras que se valham do paradigma funcionalista, quanto para uma aplicação pedagógica que vise a uma melhor compreensão do funcionamento e dos usos da expressão *é que*.

Por enquanto, isto **é que** posso propor ao debate.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, W. The grammaticization of the German modal particles. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. II. *Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

AILMER, K. *I think – an English modal particle*. MS Lund University, 1994.

AKMAJIAN, A. On deriving cleft sentences from pseudo-cleft sentences. *Linguistic Inquiry* I. 2, 1970. p. 149-68

ALEXANDRE, N. 2006. Interrogativas-WH em Crioulo de Cabo Verde. *Seminário de orientação*. Colóquio apresentado no Departamento de Lingüística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, maio/2006.

ALLEN, C. The development of a new passive in English. In BUTT, M. & KING, T. H. (eds.) *Timer over matter: diachronic perspectives on morphosyntax*. Stanford University: CSLI Publications, 2001. p. 43-72

ANDERSEN, H., ed. *Historical Linguistics 1993: selected papers from 11th International conference on Historical Linguistics, Los Angeles 16-20 August 1993*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

ANTILLA, R. *Analogy*. The Hague: Mouton. (Trends in Linguistics. State of the Art Reports 10), 1977.

APOTHELÓZ, D & CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. & CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

ARAGÃO, M. S. & SOARES, M. E. *A linguagem falada em Fortaleza*. Fortaleza: Mestrado em Lingüística e Ensino da Língua Portuguesa-UFC, 1996.

ARENDS, J. Genesis and development of the equative copula in Sranan. In: MUYSKEN, P. and SMITH, N. (eds.) *Substrata versus universals in Creole genesis*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1986.

AZEREDO, J. C. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, [1961]2001.

BENVENISTE, E. Mutations of linguistic categories. In LEHMANN, W. P. and MALKIEL. (eds.) *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968.

- BETHS, F. The history of dare and the status of unidirectionality. *Linguistics* 37: 1069-1110, 1999.
- BOLLINGER, D. *The form of language*. London: Logman, 1977.
- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- BORETZKY, N. Zur grammatischen structur des Nubi, 1988. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BRAGA, M. L. As sentenças clivadas no português falado do Rio de Janeiro. *Relatório apresentado ao CNPq*. Rio de Janeiro, 1989 (mimeo).
- _____. *A escrita e as marcas de oralidade das sentenças clivadas*. ms.1992.
- _____. & SILVA, G. M. de O. Sentenças clivadas e a articulação de orações. *Estudos Lingüísticos* (Jaú). v. 21, n. 1,1992, p. 175-81.
- BRINTON, L. *Pragmatic markers in English. Grammaticalization and discourse functions*. Berlin: Mouton-de Gruyter.1996.
- BRINTON, L. & STEIN, D. Functional renewal. In: ANDERSEN, H. (ed.) *Historical Linguistics 1993: selected papers from 11th International conference on Historical Linguistics, Los Angeles 16-20 August 1993*. Amsterdam: Benjamins, 33-47, 1995.
- BRINTON, L. J. & TRAUGOTT, E. C. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BRISSON, R. & BOURSIER, D. Petit-dictionnaire baka-français, 1979. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BRITO, A. M. & DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: MATEUS, M. H. M. *et al. Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- BRITO, A. M. & MATOS, M. G. A. P. Introdução ao estudo das interrogativas em português. *Boletim de filologia*: 24, 1974. p. 191-254.
- BRITO, M. E.D. *Complementação verbal: estudo dos elementos nominais básicos do verbo do português*. Dissertação de Mestrado - PUC. Rio de Janeiro, 1986.
- BRUGMANN, K. *Abrégée de grammaire comparée des langues indo-européennes*. Paris, 1905. p. 663.
- BUENO DE SEQUEIRA, F. M. *A ação da analogia no português*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.
- BÜHLER, K. *Sprachtheorie*. Jena: Fischer, 1934.

BURRIDGE, K. Approaches to grammaticalization. Review Article. *Journal of linguistics*, v.29, n.1, 1993, p.167-73.

_____. From modal auxiliary to lexical verb: the curious case of Pennsylvânia German wotte. In: HOGG, R. M. and VAN BERGEN, L. (eds.) *Historical Linguistics 1995. Selected Papers from the 12th International Conference on Historical Linguistics*, vol. 2: Germanic Linguistics, 19-31. Amsterdam: Benjamins, 1998.

BYBEE, J. L. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. & HOPPER, P. J. Introduction to frequency and the emergence of linguistic structure. In: BYBEE, J. L. and HOPPER, P. J. (eds) *Frequency and the emergence of linguistic structure*, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2001.

_____. & PAGLIUCA, W. Cross Linguistics comparison and the development of grammatical meaning. In: FISIAK, J. *Historical semantics, historical words formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1985.

_____. & SCHEIBMANN, J. The effect of usage on degree of constituency: the reduction of don't in American English. *Linguistics*, 37, 1999.

_____.; PERKINS, R. & PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

BYRNE, F. X. & WINFORD, D. *Focus and grammatical relations in Creole languages*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1993.

CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CAMPBELL, L. Some grammaticalization changes in Estonian and their implications. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1991.

_____. ed., Grammaticalization: a critical assessment. *Language Sciences* 23, Numbers 2-3, 2001.

CARDEIRA, E. *O essencial sobre a história do português*.

Lisboa: Caminho, 2006.

CART *et al.* *Gramática latina*. São Paulo: T. A. Queiroz: Ed da USP, 1986.

CASAD, E. Cora. In: LANGACKER, R. W. *Studies in Uto-Aztecan grammar*. Vol. 4, *Southern Uto-Aztecan grammatical sketches*. Arlington: Summer Institute of Linguistics and University of Texas, Arlington, 1984.

CASTELEIRO, J. M. Sintaxe e semântica das construções enfáticas com “é que”. In: *Boletim de filologia*, tomo XXV, fascículos 1-4. Lisboa: Centro de lingüística da Universidade de Lisboa, 1979.

CASTILHO, A. T.(org.) *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. Gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*. UFBA, 19, mar., 1997, p.25-64.

CEZÁRIO, M. M. *et al.* Integração entre cláusulas e gramaticalização. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J. & CEZARIO, M. M. (orgs.) *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CHAFE, W. L. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects and point of view. In: LI, C. (ed.) *Subject and topic*. Nova York; Academic Press, 1976.

CHAFE, W. L. *Significado e estrutura lingüística*. Rio: Livros Técnicos e Científicos, 1979.

_____. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. The university of Chicago Press, 1994.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOB & ROSENBAUM. orgs., *Readings in English transformational grammar*, 184-221. Waltham, Mass; Ginn and Co, 1970.

CHOMSKY, N. Deep structure, surface structural end semantic interpretation. In: STEINBERG, L. & JAKOBOVITS. L. (eds.) *Semantics: an interdisciplinary reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

CHOMSKY, N. *Lectures and government and binding*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.

CHOMSKY, N. *Barriers*. Camdrigde, Mass: MIT, 1986.

CLARK, E. V. & CLARK, H., When nouns surface as verbs. *Language* 55: 767-811, 1979.

CLAUDI, U. & HEINE, B. On the metaphorical base of grammar. *Studies in language* 10, 1986.

COHEN, J. *Structure du langage poétique*. Paris, 1966.

CONTE, M. E. Anaphoric encapsulation. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B. & CIULLA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

CORREA, L. M. S. Processamento lingüístico, Aquisição da linguagem e direcionamentos da pesquisa psicolingüística: uma apresentação. In: *Revista Palavra*. PUC-RJ/Departamento de Letras. Editora Trarepa, 2000.

COSTA, J. e DUARTE, I. Minimizando a estrutura: uma análise unificada das construções de clivagem em português. *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa: Colibri, 2001. p. 627-38.

CROFT, W. *Typology and universals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Explaining language change: an evolutionary approach*. Harlow, Essex: Pearson Education, 2000.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DANCYGIER, B. Two metatextual operators: negation and conditionality in English and Polish. In: BUSZARD-WELCHER, L. A.; WEE, L. & WEIGEL, W. (eds.) *Proceedings of the eighteenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society* 61-75. Berkeley, CA: Berkeley Linguistics Society, 1992.

DASHER, R. B. Grammaticalization in the system of Japanese predicate honorifics.

Unpublished PhD dissertation - Stanford University. Stanford, 1995.

DECLERK, R. *Studies on copular sentences, clefts and pseudo clefts*. Leuven-Louvain: Leuven University, 1988.

DIESSEL, H. The diachronic reanalysis of demonstratives in crosslinguistic perspective. *Chicago Linguistic Society* 33. 1997. p. 83-98.

_____. The morphosyntax of demonstrative in synchrony and diachrony. *Linguistic typology* 3. 1999a. p. 1-49.

_____. *Demonstratives: form, function, and grammaticalization*. Typological studies in language, 42. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 1999b.

DIK, M. C. *Studies in functional grammar*. Londres: Academic Press, 1980.

DIK, S. *Functional grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-EUA: Foris Publications, 1978.

_____. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-EUA: Foris Publications, 1989.

_____. *The theory of functional grammar*. Parte II. Editado por Kees Hengeveld. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DILLINGER, M. Forma e função na lingüística. *D.E.L.T.A.*, v. 7. n. 1, 1991, p.395-407.

_____. *Discourse and the ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus*. Santa Barbara: Rice Symposium, MS, University of California, 1993.

DOLZ, J. & SCHNEULY, B. Genres et progression en expression orale et écrite: éléments de réflexion à propos d'une expérience romande. *Enjeux*, 1996, p. 31-49. Genebra, Suíça. In: ROJO, R. (org.) *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. Campinas: Mercado das Letras, 2000.

DUARTE, I. *et al.* Construção de clivagem, In: MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 685-94.

_____. Seminário de orientação realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em abril de 2006.

DUARTE, M. E. L. A perda da ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas-Q no português do Brasil in *DELTA*, vol.8, número especial, 1992, p.37-52

DUARTE, M. E. L. *et al.* . As construções - Que no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas IN: KOCK, I V, org., *Gramática do português falado: desenvolvimentos*, vol VI. Campinas: Unicamp, 1996.

DUBINSKY, S. & WILLIAMS, K. Recategorization of prepositions as complementizers: the case of temporal prepositions in English. *Linguistic Inquiry* 26:125-37, 1995.

DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.p.343-65.

_____. Competing motivations. In: TOMLIN, R. *Coherence and Grounding in discourse*. Amsterdam: Benjamins, [1985].1987.

_____. *Discourse and The ecology of grammar: strategy, grammaticization, and the locus*. Santa Barbara, Rice Symposium, MS: University of California, 1993.

ERNAN, B. & KOTSINAS, U. Pragmaticalization: the case of ba' and you know. *Studier I Modern Språkvetenskap*. Acta Universitatis Stockolmiensis, New Series 10, 1993, p. 76-93.

FERREIRA, L. M. A. *A estabilidade semântico-sintática do modal poder. Evidências em três sincronias*. Tese de doutorado – UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A., MARTELOTTA, M. E.; OLIVEIRA, M. R. *Linguística funcional: teoria e prática*. DP&A, 2003.

FIGUEIREDO, J. B. Funções discursivas do dito “verbo ser”. In: *Português não-padrão de Fortaleza: aspectos sintáticos, fonológicos e discursivos*. Fortaleza, (no prelo), 1997.

_____. *O fortalezense diz sim? É*. Poster apresentado no II Congresso Nacional da ABRALIN. Florianópolis, inédito, 1999.

_____. *Item lexical ser: a trajetória para a afirmação no dialeto de Fortaleza*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará.Fortaleza, 1999b.

FIGUEIREDO-GOMES, J. B. Uso do ser em construções clivadas no dialeto potiguar, *XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos do Nordeste*, João Pessoa: GELNE/UFP, 2004.

_____. *O percurso de gramaticalização do “é que”*: um estudo pancrônico. Projeto de Tese – Universidade Federal do Ceará-Brasil. Fortaleza, 2005.

_____. Origem e percurso de gramaticalização da expressão *é que*: uma busca em textos escritos do gênero narrar. *Seminário de orientação*. Colóquio apresentado no Departamento de Lingüística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, maio/2006.

_____ & PENA-FERREIRA, E. (orgs.) *Corpus mínimo de textos da língua portuguesa – COMTELPO*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/PDEECAPES, 2006. (mimeo)

FISCHER, O. Grammaticalization: unidirectional, non-reversible? The case of to before infinitive in English. In: FISCHER, O.; ROSENBACH, A. & STEIN, D. (eds.) 2000, p. 149-169.

FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1982.

FRAJZYNGIER, Z. The de dicto domain of language. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. *Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

FRASER, B. Types of English discourse markers. *Acta Linguistica Hungarica* 38, 1988, p.19-33.

_____. An approach to discourse markers. *JoP* 14, 1990, p.383-95.

_____. Types of English discourse markers. *Acta Linguistica Hungarica*. 38 (1-4), 1995, p.19-33.

_____. Pragmatic markers. *Pragmatics* 6(2), 1996, p.167-90.

_____. Contrastive discourse markers in English. In JUCKER AND ZIV (ed.). *Discourse Markers: Descriptions and Theory*. Pragmatics and Beyond, John Benjamins, 1998.

_____. "What are discourse markers?" *Journal of Pragmatics* 31, 1999, p. 931-952.

_____. The case of the empty S1. *JoP* 33, 2001, p.1625-1630.

_____. Towards a theory of discourse markers. In FISCHER, K (ed.). *Approaches to Discourse Particles* Elsevier Press, 2005.

FRIES, C. C. On the development of the structural use of word-order in Modern English. *Language*, 16, 1940. P. 199-208.

FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. In: MARTELOTTA, M. E., VOTRE, S. J. & CEZARIO, M. M. (orgs.) *Gramaticalização no português: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1996.

_____. *Corpus discurso & gramática: a língua falada e escrita na cidade de Natal*. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. A negação no português: uma perspectiva panorâmica. In: *Procedimentos discursivos na fala de Natal*: Ed. UFRN, 2000.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. A.; MARTELOTTA, M. E. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GABELENTZ, G. *Die Sprachwissenschaft. Ihre Aufgaben, Methoden und bisherigen Ergebnisse*. Leipzig: Weigel Nachf. 2. überarbeitete Aufl.: Leipzig: Tauchnitz, [1891]1901

GALVÃO, V. C. C. *O “achar” no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

GARDINER, A. Egyptian grammar: being an introduction to the study of Hieroglyphs. 1957. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 1957.

GELDEREN, E. V. *The Rise of Functional Categories*. Amsterdam: Benjamins, 1993.

GELUYKENS, R. Five types of clefting in English discourse. *Linguistics* 26, 1988, p. 823-841.

GIVÓN, T. Historical syntax and synchronic morphology: an archeologist's field trip. *Chicago Linguistic Society* 7, 1971, p.394-415.

_____. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

_____. *Syntax. A functional-typological introduction*, Vol. I. Amsterdam: Benjamins, 1984.

_____. *Syntax. A functional-typological introduction*, Vol. II. Amsterdam: Benjamins, 1990.

_____. *Functionalism and grammar: a prospectus*. Oregon: University of Oregon, 1991.

_____. Serial verbs and mental reality of event: grammatical vs. cognitive packaging. In: TRAUGOTT, E. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to Grammaticalization*, v.1. Amsterdam: Benjamins, 1991.

_____. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 1995.

_____. *Syntax. An introduction*. Vol. 1. Amsterdam: Benjamins, 2001.

GONÇALVES DIAS, A. *Contos. Coleções de poesia*. Leipzig, 1865. In: ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Brasília; Ed. Universidade de Brasília, 2001.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização. Modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de Doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

GORSKI, E.; ROST, C. A.; DAL MAGO, D. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. *Funcionalismo e gramaticalização; teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004.

GRANT, A. P. The evolution of functional categories in Grand Ronde Chinook Jargon: ethnolinguistic and grammatical considerations, 1996. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

GREEN, G. M. *Pragmatics and natural language understanding*, 2nd ed., Mahwah, NJ: Erlbaum, 1996[1989].

GREENBERG, J. H. The last stages of grammatical elements: contractive and expansive desemanticization. In: TRAUGOTT AND HEINE (eds.) Vol. 1, 301–14, 1991.

HALLIDAY, M.A.K. Notes on transitivity and theme in english 1-3. *Journal of Linguistics* 3, p.199-244, 1967/1968.

_____. Language structure and language function. In: LYONS, J. (ed.) *New Horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin books, 1970. P. 140-65.

_____. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HARRIS, A. C. & CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistics perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HASPELMATH, M. *An introduction to functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____. Why is grammaticalization irreversible? *Linguistics* 37, 1999, p 1043-1068.

_____. Why can't we talk to each other? *Lingua* 110, 2000, p. 235-55.

HEINE, B. The Ik language, 1983. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. (De)grammaticalization. In: BURRIDGE, K. & BLAKE, B. *Historical Linguistics 2001: Papers from ICHL 15*, Melbourne, Australia, 2003.

HEINE, B. & REH, M. *Grammatical categories in African languages*. Hamburgo: Helmut Buske, 1984.

HEINE, B.; CLAUDI, U. & HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HENGEVELD, K. *Non-verbal predication: theory, typology, diachrony*. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1992.

HENGEVELD, K. (ed.) *Dik: the theory of functional grammar 2*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

HIGGINS, F. R. *The pseudo cleft construction in English*. Dissertação de Ph.D. MIT, 1973.

HODGE, C. T. The linguistic cycle. *Language Sciences* 13, 1970, p. 1-7.

HOLM, J. A. *Pidgins and creoles*. Vol 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HOPPER, P. J. Emergent grammar. *BLS* 13:139-157, 1987.

_____. Emergent grammar and the *a priori* grammar postulate. In: TANNEN, D. (ed.). *Linguistics in Context: Connecting, Observation, and Understanding*. Norwood: Ablex. 1988, p. 117-134.

_____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B.(eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. Amsterdam: Benjamins, 1991.

_____& TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. *Grammaticalization*, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HUMBOLDT, W. Über das Entstehen der grammatikalischen Formen und ihrem Einfluß auf die Ideenentwicklung. *Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften zu Berlin*. Reprint: Humboldt, [1822]. 1972, p.31-63.

HURFORD *et al.* *Approaches to evolution of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ILARI, R. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

JAKENDOFF, R. S. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge, MA: MIT Press, 1972.

JAKOBSON, R. Boas view of grammatical meaning. *Word and language: selected writings*, 2. The Hague/Paris: Mouton, 1959.

JANDA, R. D. "On the decline of declensional systems: the overall loss of OE nominal case inflections and the ME reanalysis of *-es* as *his*." In: TRAUGOTT, E. C.; LABRUM, R. & SHEPHERD, S. (eds.), *Papers from the 4th International Conference on Historical Linguistics*, 243-252, 1980.

JANDA, R. D. From agreement affix to subject "clitic" -- and bound root: *-mos > -nos vs. (-) nos(-)* and *nos-otros* in New Mexican and other regional Spanish dialects. *CLS Parasession on Clitics* 31: 118-39, 1995.

JANDA, R. D. 2001. Beyond "pathways" and "unidirectionality": on the discontinuity of transmission and counterability of grammaticalization. In: CAMPBELL, L. ed., *Grammaticalization: a critical assessment*. *Language Sciences* 23, Numbers 2-3, 2001. p.265-340

JEFFERS, R. J. & ZWICKY, A.M. The evolution of clitics, 1980. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

JOSEPH, B. D. 2001. Is there such a thing as "grammaticalization"? In: CAMPBELL, L. (ed.) *Grammaticalization: a critical assessment*. *Language Sciences* 23, Numbers 2-3, 2001. p. 163-186.

_____. & JANDA, R. D. The how and why of diachronic morphologization and demorphologization, 1988

KATO, M. A. *et al.* As construções-Q no português brasileiro falado: perguntas, clivadas e relativas. In: KOCH, I. G. V. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.

KATO, M. A. & RAPOSO, E. European and Brazilian Word order: question, focus and topic construction. In: PARODI, C. *et al.* (orgs.) *Aspecto of Romance Linguistics*. Washington: Georgetown University Press, 1996.

KEENAN, E. L. Relative clauses, 1985. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KIPARSKY, P. Linguistics universals and linguistic change, 1968. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. Analogy, 1992. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. G. Dificuldades na leitura/produção de textos: conectores interfrásticos. In: KIRST, M & CLEMENTE, I. *et al. Lingüística aplicada ao ensino de português*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. V. Processo de construção textual In: VILELA, M. & KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.

KOELLE, S. W. *Outlines of a grammar of the Vei language: together with a Vei-English vocabulary and na account of the discovery of the Vei mode of syllabic writing*. London: Church Missionary House. Reprinted: Farnborou: Gregg International Publishers, [1854]1968.

KOUWENBERG, S. & MUYSKEN, P. Papiamento, 1995. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KRONN, C. *Discourse particles in latin*. Amsterdam: Gieben, 1995.

KRUG, M. String frequency: a cognitive motivating factor in coalescence, language processing and change. *Journal of English Linguistics* 26: 286-320. 1998.

_____. *Emerging English modals: a corpus-based study of grammaticalization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

_____. Frequency, iconicity, categorization; evidence from emerging modals. In: BYBEE, J. L. and HOPPER, P. J. (eds.) *Frequency and the emergence of linguistic structure*, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2001.

KURYLOWICZ, J. La nature des procès dits analogiques. *Acta Linguistica* 5: 121-38. (1945-9) Reprinted in HAMP, E. P; HOUSEHOLDER, F. W. & AUSTERLITZ, R. (eds.) *Reading in linguistics* 2, 158-74. Chicago: University of Chicago Press, 1966.

_____. *The Inflectional Categories of Indo-European*. Heidelberg: Winter, 1964.

_____. The evolution of grammatical categories. *Diogenes* 51: 55-71. Reprint: KURYLOWICZ, J. *Esquisses linguistiques II*. München: W. Fink (International Library of General Linguistics, 37), 1976 [1965]. p. 38-54.

LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago: The University of Chicago Press. [1980], 1987.

LANGACKER, R. W. *Observations and speculations on subjectivity: iconicity in syntax*, ed., by HAIMAN, J., 109-50 Amsterdam: Benjamins, 1985.

_____. Syntactic reanalysis, 1977. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LASS, R. *On explaining language change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1980.

_____. How to do things with junk: exaptation in language evolution. *Journal of Linguistics* 26: 79-102, 1990.

_____. *Historical linguistics and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization: A programmatic sketch*. Köln: Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, 1982. Vol. I (mimeo). In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Theoretical implications of grammaticalization phenomena, 1993. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. Thoughts on grammaticalization, 1995. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEITÃO, M. *Marcadores Discursivos sabe? E Entendeu?: Uma breve discussão*. Rio de Janeiro, 2002. (inédito).

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: MIT Press, Bradford Book, 2000.

LI, C. N. & THOMPSON, S. A. A mechanism for the development of copula morphemes, 1977. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LICHTENBERK, F. On the gradualness of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. Amsterdam: Benjamins, 1991.

LIGHTFOOT, D. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979.

_____. *The development of language: acquisition, change, and evolution*. Oxford: Blackwell, 1999.

LOCKWOOD, W. B. Historical German syntax, 1968. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 1999.

LOPES-ROSSI, M. A. G. Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMPI, 1993.

_____. *Proposta de análise das construções clivadas do português*. Ms. UNICAMPI, 1994.

_____. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: UNICAMPI, 1996.

LORD, C. D. *Historical change in serial verb constructions*. Amsterdam: Benjamins, 1993.

LOS, B. *Infinitival complementation in Old and Middle English*. The Hague: Thesus. Holland Institute of Generative Linguistics, 1999.

LYONS, J. 1977. *Semantics*, 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press.

LURAGHI, S. On the directionality of grammaticalization. *Sprachtypol Univ. Forsch (STUF)* 51: 355-365, 1998.

MAGNE, A. (ed.) *O livro de Vita Christi em linguagem português - Ludolfo Cartusiano*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495. Rio de Janeiro, Brasil: Casa de Rui Barbosa, 1957.

_____. (ed.) *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: INCM, 1970.

MANN, W. C. & THOMPSON, S. Relational propositions in discourse. *Discourse process* 9, 1986. p. 57-90.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática 1989.

_____. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

MARQUES, M. L. B. M. G. *Os bordões no português falado contemporâneo: análise de dois exemplos: não é? E pá*. Dissertação para acesso à categoria de Investigador Auxiliar – Universidade de Lisboa. Lisboa, 1993.

MARTELOTTA, M. E. *Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional*. Tese de Doutorado – UFRJ. Rio de Janeiro, 1994.

_____. AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. E. (orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003.

_____; VOTRE, S. J. & CEZARIO, M. M. (orgs.) *Gramaticalização no português: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1996.

MARTINS, A. M. Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’. Documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, I. H. (ed.) *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MATOS E SILVA, R. V. *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros do Diálogos de São Gregório*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971.

_____. *Estruturas Trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

MATTOSO CÂMARA JR., J. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. In: *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion [1912], 1948.

MEINHOF, C. Der Koranadialekt des Hottentottischen, 1936. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MEYER, C. *Apposition in Contemporary English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

MODESTO, M. *As construções clivadas no PB: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. Dissertação de Mestrado – F.F.L.C.H./USP. São Paulo, 1995.

_____. *As construções clivadas no português do Brasil: relações entre interpretação focal, movimento sintático e prosódia*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

MOLINA, J. A. & ORTEGA, J. *Usos de ser y estar*. Madrid: S.G.E.L., 1987.

MORRIS, C. W. *Foundations of the theory of signe*. Chicago: University of Chicago Press, 1938.

MUYSKEN, P. & VEENSTRA, T. Serial verbs, 1995. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NARO, A. J. & VOTRE, S. J. Mecanismos funcionais do uso lingüístico. *D.E.L.T.A* 5(2), 1989, p.169-184

NEVES, M. H. M. *Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997

_____. Uma introdução ao funcionalismo: proposições, escolas, temas e rumos. In: CHRISTIANO, M. E. A.; SILVA, C. R.; HORA, D. *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEWMAYER, F. J. *Language form and language function*. Cambridge, MA: MIT Press, Bradford Books, 1998.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*, 13, 1984, p. 97-117.

_____. & TIMBERLAKE, A. Grammaticalization as retextualization. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) Vol. 1, 129-46, 1991.

NIE, N. H., HULL, C. and BENT, D. H. SPSS Inc. <http://www.spss.com> ([1968] 2007).

NOGUEIRA, M. T. *Aposição não restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil*. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 1999.

_____. As expressões “isto é”, “ou seja” e “quer dizer”. In: NEVES, M. H. N. org., *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial?UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

NORDE, M. Deflexion as a counterdirectional factor in grammatical change. In: CAMPBELL, L. 20001a: 231-264, 2001.

_____. The final stages of grammaticalization: Affixhood and beyond. In: WISHER, I. &

DIEWALD, G. (eds.) *New reflexions on grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 2002.

P. 45-81.

NUNES, J. J. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, [1906]1970

OLIVEIRA, L. A. B. *A trajetória da gramaticalização do onde: uma abordagem funcionalista*. Dissertação de mestrado – UFRN. Natal, 1997.

OMENA, N. P. e BRAGA, M. L. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T., RONCARATI, C. e MOLLICA, M. C. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

ONODERA, N. O. *Pragmatic change in Japanese: conjunctions and interjections as discourse markers*. Ph. D. dissertation. Georgetown University, 1993.

_____. Diachronic analysis of Japanese discourse markers. In: JUCKER, A. (eds.) *Historical pragmatics*. Amsterdam: Benjamins, 1995. p. 393-437.

PAGLIUCA, W. *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1994.

PEIRCE, C. S. *Collected papers*. In: HARTSHORNE, C & WEISS, P. (eds.) Cambridge, MA: Harvard University Press, Belknap, 1965[1931].

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

PEZATTI, E. *A ordem de palavras em português: aspectos tipológicos e funcionais*. Araraquara, 1992. Tese de Doutorado – UNESP.

PEZATTI, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: KOCH, I. G. V. *gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

POPJES, J. & POPJES, J. Canela-Krahô, 1986. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

POSSENTI, S. Discurso não é uma camada. In: RODRIGUES *et al.* *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

PRIDEAUX, G. D. A, Siewieska, Functional Grammar. Review Article. *Language*, v.70, n.1, 1994, p.166-169

PRINCE, E. A comparison of WH-clefts and IT-clefts in discourse. *Language*, 54, 1978, p.883-907.

_____. Toward a Taxonomy of Given/New Information? In: COLE, P. (ed.) *Radical Pragmatics*. New York, Academic Press, 1981.

QUIRK, R. *et al.* *A comprehensive grammar of the English language*. Londres: Longman, 1985.

_____. *A comprehensive grammar of the English language*. Londres: Logman, 1989.

RAMAT, A. G. Testing the boundaries of grammaticalization. In: RAMAT, A. G. & HOPPER, P. J. (eds.) 1998. P. 197-127.

_____. Degrammaticalization or transcategorization? In: SCHANER-WOLLES, C.;

RENNISON, J. & NEUBARTH, F., eds., *Naturally! Linguistic studies in honour of Wolfgang*

Ulrich Dressler presented on the occasion of his 60th birthday, 393-401. Turin: Rosenbach and Sellier, 2001.

RAMAT, A. G. & HOPPER, P.J. Introduction. In: RAMAT, A. G. & HOPPER, P. J. (eds.). *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1998. P. 01-11.

RAMAT, P. Thoughts on degrammaticalization. *Linguistics* 30, 1992. P. 549-560.

REESINK, G. P. Grammaticalization of some clausal conjunctions in Papuan languages. Paper presented at Symposium on Grammaticalization, University of Oregon, Eugene, 12-15 May, 1988.

RISSE, M. S., SILVA, G. M. O & URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996.

ROBERTS, I. A formal account of grammaticalisation in the history of Romance futures. *Folia Linguistica Historica* 13: 219-58, 1993.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1957]1992.

ROCHEMONT, *Focus in generative grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1986.

ROMAINE, S. & LANGE, D. The use of like as a marker of reported speech and thought: a case of grammaticalization in progress. *American Seech* 66: 227-79, 1991.

ROST, C. A. *Olha e veja: multifuncionalidade e variação*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da Língua portuguesa*. Rio: Acadêmica, 1971.

_____. *Gramática histórica da Língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos : Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, [1921]2001

SANKOFF, G. The genesis of a language, 1979. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SANTOS, A. M. *Minimal answer: ellipsis, syntax and discourse in the acquisition of European Portuguese*. Tese de Doutorado – Universidade de Lisboa. Lisboa, 2006.

SAPIR, E. *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, [1921]1954.

SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge: University Press, 1987.

_____. *Discourse marker research and theory: revisiting and*. 2005.

SEDANO. *Hendidas y otras construcciones con ser en el habla de Caracas*. Cuadernos del Instituto de filología “Andrés Bello”. Caracas, 1990.

SEILER, H. *Cahuilla grammar*, 1977. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. *Possession as an operational dimension of language*. Tübingen: Gunter Narr, 1983.

SEQUEIRA, F. M. B. *A ação da analogia no português*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

SILVA, C. R. Gêneros discursivos: uma leitura baktiniana do editorial jornalísticos. In: HORA, D. (org.) *Anais do II Encontro nacional de ciências da linguagem aplicadas ao ensino*. João Pessoa: Idéia, 2004.

SILVA, G. M. O. e MACEDO, A. V. T. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A. V. T. *et al.* (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVEIRA, A. L. *História do verbo ser: do latim ao português*. Natal: Universitária, 1980.

SPERBER, D. & WILSON, D. *Relevance, communication and cognition*, 2nd ed. Cambridge: MA: Harvard University Press, 1995[1986].

SWEETSER, E. Grammaticalization and semantic bleaching, 1988. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspect of semantic structure. *CUP Studies in Linguistics* 54, 1990.

SYLVAIN, S. *Le créole haïtien: morphologie et syntaxe*, 1936. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TABOR, W., The gradual development of degree modifier *sort of* and *kind of*: a corpus proximity model, 1994. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

TABOR, W & TRAUGOTT, E. C. Structural scope expansion and grammaticalization. In: GIACOLONE RAMAT, A. & HOPPER, P. J. (eds.) *The Limits of Grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1998. P. 229-272

TAGLICH, J. *Message and emphasis: on focus and scope in english*. London: Longman, 1984.

TARALO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I. & KATO, M. A. (orgs.) *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

TAVARES, M. A. *Um estudo variacionista de aí, daí, então e e como conectores seqüenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado – UFSC. Florianópolis, 1999.

_____. *A gramaticalização de e, aí, aí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da seqüenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociolinguística*. Tese de Doutorado – UFSC. Florianópolis, 2003

THOMPSON S. A. & MULAC, A. A quantitative perspective on the grammaticization of epistemic parentheticals in English. In: TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, vol. 2, 1991. P. 313-29.

TRAUGOTT, E. C. Meaning-change in the development of grammatical markers. *Language Science* 2, 1980. P. 44-61.

_____. From propositional to textual and expressive meanings; some semantic- pragmatic aspects of grammaticalization, 1982. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. From polysemy to internal semantic reconstruction, 1986. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

_____. From less to more situated in language: the unidirectionality of semantic change. In: ADAMSON, S. M.; LAW, V.; VINCENT, N. & WRIGHT, S. M. *Paper from the fifth International Conference on English Historical linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1987.

_____. On rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. *Language* 65, 1989, p. 31-55.

_____. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Manchester: Stanford University, 1995/1997.

_____. *Legitimate counter examples to unidirectionality*. Paper Presented at Freiburg University, October 17th 2001.

_____. Exaptation and grammaticalization. AKIMOTO, M. (ed.) *Linguistics Studies Based on Corpora*. Tokyo: Hituzi Syobo Publishing Co., 2004, p. 133-156

TRAUGOTT, E. C. & HEINE, B. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. *Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

TRAUGOTT, E. C. & KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In TRAUGOTT, Elizabeth C. & HEINE, Bernd. (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Vol. I. *Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

TOMPA, J. Kleine ungarische grammatik, 1972. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VAN VALIN, R. D. Functionalism, anaphora and syntax. Review article on Susumo Kuno: functional syntax: anaphora, discourse and empathy. *Studies in language*, v.14, n.1, 1990, p.169-219.

VENDRYÈS, J. *Le langage*. Paris: Berne, [1921] 1950.

VINCENT, D. *Les ponctuations de la langue*. Thèse de doctorat, Université de Montreal. Montreal, 1983.

VINCENT, D., VOTRE, S. J.; LAFOREST, M. Grammaticalization et post-grammaticalization. *Langues et Linguistique*, Quebec: Université Laval, n°. 19, 1993.

VINCENT, N. Exaptation and grammaticalization, 1995. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. The emergence of the D-system in Romance, 1997. In: TRAUGOTT, E. C. & HOPPER, P. J. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

_____. LGF as a model of syntactic change. In: BUTT, M & KING, T. (eds.) *Time over matter: diachronic perspectives on morphosyntax*. Stanford University: CSLI Publications, 2001.

VOTRE, S. J. *Linguística funcional: teoria e prática*. Quebec: Université Laval, nº. 9, 1992.

_____. A base cognitiva da interação. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 117:27/44, abr-jun, 1994.

_____. A integração das objetivas diretas. *Cadernos do CNFL*, 2: 71-87. (A perspectiva pancrônica da integração função-forma na sintaxe do português). Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

WARNER, A. *English auxiliaries: structure and history*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.

WATKINS, C. Preliminares to the reconstruction of Indo-European sentence structure. In: LUNT, H. (ed.) *Proceedings of the 9th International Congress of Linguistics (Cambridge, Mass.)*, p. 1035-45. The Hague: Mouton, 1964.

WHEELER, D. Portuguese pseudo clefts: evidence for free relatives. *Eighteenth Regional Meeting Chicago Linguistic Society*. 1982, p. 507-20.

WIEGAND, N. From discourse to syntax: "for" in early English causal clauses. I: *Arquivist*. 1987. p. 385-93.

WILSON, P. R. *Ambulas grammar*. Ukarumpa, Papua New Guinea; Summer Institute of linguistics, 1980.

WOLFF, E. A grammar of the lamang language, 1983. In: HEINE, B & KUTEVA, T. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

ZUBIZARRETA, M-L. *Prosody, focus and word*. Cambridge: The Cambridge: The MIT Press, 1998.

ZIRMUNSKY, V. M. The word and its boundaries. *Linguistics* 27, 1966[1961]. p. 65-91.

BIBLIOGRAFIA DO *CORPUS*

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DOLZ & SCHNEUWLY. *Genres et progression en expression orale et écrite – Élément de réflexions à propôs d’une expérience romande*. *Enjeux*, 37-8, p.49-75. Namur: *Facultés Universitaires Notredame de la Paix, Bélgica*, 1996.

CARDEIRA, E. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Caminho, 2006

FIGUEIREDO-GOMES, J. B. *O percurso de gramaticalização do “é que”*: um estudo pancrônico. Projeto de Tese – Universidade Federal do Ceará-Brasil. Fortaleza, 2005.

_____ & **PENA-FERREIRA, E.** (orgs.) *Corpus mínimo de textos da língua portuguesa – COMTELPO*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/PDEECAPES, 2006. (mimeo)

FIGUEIREDO, R. C. & TAVARES, M.V. *Gêneros textuais: uma proposta curricular para o ensino fundamental e médio*. Fortaleza: GELNE, 2002.

PENA-FERREIRA, E. *O percurso de gramaticalização do verbo “chegar”*. Fortaleza, 2005. Projeto de Tese – Universidade Federal do Ceará-Brasil.

EMILIANO, A. H. A. Sobre a questão d'os mais antigos textos escritos em português. In CASTRO, I. e DUARTE, I.(orgs.) *Razões e Emoção: Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

MARTINS, A. M. Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'. Documentos de 1175 a 1252. In FARIA, I. H. (ed.) *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

NUNES, J.J. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, [1906]1970.

TAVARES, J. P. Antologia de textos medievais. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1961.

- SÉCULO XIII

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. Memórias de Litteratura Portugueza – Tomo I Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1792.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Livro I de místicos de reis / Livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I: Documentos para a história da cidade de Lisboa. . Lisboa: CML, 1947.

CASTRO, I. *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991

DIAS, J. J. A., MARQUES, A. H. O. & RODRIGUES, T. E. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MARTINS, A. M. Ainda 'os mais antigos documentos escritos em português'. Documentos de 1175 a 1252. In FARIA, I. H. (ed.) *Lindley Cintra: homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Cosmos/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

NUNES, I. F. (ed.) *A demanda do Santo Graal*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

NUNES, J.J. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, [1906]1970.

PORTVGALIAE MONVMENTA HISTORICA – Scriptorum. Lisboa: Olisipone Typis Academicis, 1860. Vol. I, Fasc. II.

RAU, V. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Presença, 1946.

VISCONDE DE SANTARÉM. *Corpo Diplomático Portuguez*. Pariz: Em casa de J. P. Aillaud, 1846.

- SÉCULO XIV

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. Livro I de místicos de reis / Livro II dos reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I: Documentos para a história da cidade de Lisboa. Lisboa: CML, 1947.

BASTO, A. M. *Vereações, anos de 1390-1395*. Documentos e memórias para a história do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937.

CINTRA, A. *Os clássicos e o antigo vernáculo*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1921.

DIAS, J. J. A. , MARQUES, A. H. O. & RODRIGUES, T. E. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MATOS E SILVA, R. V. *A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório*. Tese de doutoramento - USP. Vol. III. São Paulo, 1971.

NUNES, J.J. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, [1906]1970.

PORTVGALIAE MONVMENTA HISTORICA – Scriptorum. Lisboa: Olisipone Typis Academicis, 1860. Vol. I, Fasc. II.

RAU, V. *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa: Presença, 1943.

RAU, V. *Sesmarias medievais portuguesas*. Lisboa: Presença, 1946.

TAVARES, J. P. Antologia de textos medievais. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1961.

- SÉCULO XV

BOLETIM DE FILOLOGIA – Tomo I. Vida do cativo monge confesso. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1940

CALADO, A. A. *Crônica de Portugal de 1419*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

História do mui nobre Vespasiano imperador de Roma. Edição fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.

MAGNE, A. (ed.) *O livro de Vita Christi em linguoagem português - Ludolfo Cartusiano*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495. Rio de Janeiro, Brasil: Casa de Rui Barbosa, 1957.

PINA, R. *Crônica de el-rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950.

PINA MARTINS, J. V. (ed.) Tratado de confissom. Fac-símile do exemplar único português pertencente ao Dr. Miguel Gentil Quina. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

PISAN, C. *O espelho de Cristina*. Edição fac-similada com introdução de Maria Manuela Cruzeiro. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1987.

RAU, V. Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas. Lisboa: Presença, 1943.

- SÉCULO XVI

- ANÔNIMO. *Códice Batião Lopes*. Edição Fac-similada com introdução de Luís de Albuquerque. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Edição Fac-similada por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras-Universidade de Lisboa, 1971.
- _____. *Ásia – Década I*. Edição fac-similada de 1932. Introdução de Antônio Baião. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- BISPO DE VISEU. *O Cathecismo Pequeno de Diogo Ortiz*. Edição crítica de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Colibri, 2001
- DIAS, J. J. A. , MARQUES, A. H. O. & RODRIGUES, T. E. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- DIAS, N. *Livro do Rosário de Nossa Senhora*. Edição fac-similada da 1ª edição em 1573 com nota prévia do Fr. Raul de Almeida Rolo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- DUARTE, L.F. (ed.) *Naceo e Amperidónia* – novela sentimental do séc. XVI. Reprodução fac-similada do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- NASCIMENTO, A. A. *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*. Lisboa: Colibri, 1998.
- NUNES, J. J. *Crestomatia arcaica*. Lisboa: Livraria Clássica, [1906]1970.
- OLIVEIRA, F. *Grammatica da ligoagem portuguesa*. Edição Fac-similada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- PINTO, F. M. *Peregrinação*. Texto editado segundo a edição de 1614, transcrito por Adolfo Casais Monteiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- RUFO, C. *Tratado Notável de hũa pratica que hũ lavrador teve com hũ Rey que se chamava Arsano*. Edição fac-similada e transcrição paleográfica do Ms. da BN, cotejado com o Ms. do IANTT. Apresentação de Fernando Portugal, Halima Naimova e Carlos Abreu. Lisboa: Biblioteca Nacional, [1560]1990
- PORTUGAL. MINISTÉRIO DA CULTURA E COORDENAÇÃO CIENTÍFICA. *Diálogo Espiritual*. Edição fac-similada com nota introdutória de Luís Fernando de Carvalho Dias. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.
- TRANCOSO, G. F. *Contos & Histórias de Proveito e Exemplo*. Edição fac-similada da impressão de 1575 com introdução de João Palma-Ferreira. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.

- SÉCULO XVII

- BAIÃO, A. *Ásia de João de Barros - primeira decada*. Ed. fac-símile de 1932. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.
- BISMUT, R. (ed.) *Arte de furtar, Espelhos de Enganos, Theatro de Verdades, Mostrador de Horas Minguadas, Gazu a Geral*, de [Padre Manuel da Costa] Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991
- DIAS, J. J. A. , MARQUES, A. H. O. & RODRIGUES, T. E. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- Descurço Astronômico sobre o estupendo e fatal cometta Ou Nuncio pella Divina providencia enviado aos mortaes O qual foy uisto a primeira vez a 6 de Dezembro do Anno de 1689 ao romper da Aurora neste nosso Horizonte Oriental Peranmbuco Na altura Austral. 8.g. no Signo de Escorpião*. Manuscrito original microfilmado da Biblioteca Nacional de Lisboa, Doc. 484 (F 3329).
- MONTEIRO, A. C. *Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, de 1614*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa Moeda, 1983.
- MATOS, A. T. *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores Frei Diogo das Chagas*. Açores: Universidade dos Açores, 1989.
- SERRÃO, J. (ed.) *Epanaphoras de Varia História Portugveza, – anno 1420 – epanaphora amorosa terceira* de D. Francisco Manuel de Melo escrita a hum amigo, de 1660 – Edição fac-similada. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

- SÉCULO XVIII

- ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. *Memórias de Litteratura Portugueza – Tomo I*. Lisboa: Na officina da ARS, 1792.
- AIRES, M. *Reflexões sobre a vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

- COPIA DOS PARAGRAFOS DAS LEIS, E ALVARÁS,Decreto de 17 de julho de 1778. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1778.
- DALLA BELLA, J. A. *Noticias Históricas, e Praticas acerca do Modo de Defender os Edificios dos Estragos dos Raios*. Fac-símile do original de 1773.Lisboa: Arquimedes Livros, 2005.
- DIAS, J. J. A., MARQUES, A. H. O. & RODRIGUES, T. E. *Álbum de paleografia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- FIGUEIREDO, A. P. *Observações sobre a Língua e Orthografia Latina*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1765.
- SILVA, A. J. *Vida do Grande D. Quixote de la Mancha, e do Gordo Sancho Pança*. Edição fac-símile da de 1733, com prefácio de J. Mendes dos Remédios. Lisboa: Alcalá, 2005.
- VERNEY, L. A. *Verdadeiro método de estudar*. Org. Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949.

- SÉCULO XIX DO PORTUGUÊS EUROPEU

- ALVES, J. A. S. *A opinião pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa, 2000. Dissertação de Doutoramento em História das Idéias Políticas – Universidade Nova de Lisboa.
- ALVES MENDES. *Herculano – Discurso no templo de Belem (trasladação das cinzas do grande historiador)*. Porto: Livraria Gutemberg, 1888.
- BASTO, L. *Sapatos de defuncto – A comedia burgueza*. Lisboa: Arthur Bradão e Cia, 1862.
- BEIRANTE, C. e CUSTÓDIO, J. (Org.) *Alexandre Herculano: um homem e uma ideologia na construção de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.
- BIBLIOTHECA DO POVO E DAS ESCOLAS. *Hygiene*. n.º 16. Lisboa: David Corazzi, 188-.
 _____. *Medicina Domestica* n.º 56. Lisboa: David Corazzi, 1883.
 _____. *Viticultura* n.º 104. Lisboa: David Corazzi, 1885.
- BIESTER, E. Alexandre Herculano. *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*. 1.º anno, Lisboa, ABR 1861.
- CAMPO, A. Deveres do homem. *Bibliotheca do Povo e das Escolas* n.º 169 Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889.
- CAPELA, J. V. et al. *Vila nova de Cerveira – elites, poder e governo municipal (1753-1834)* Braga: Praxis XXI, 2000.
- CASTELLO BRANCO, C. *O Esqueleto*. Lisboa: Companhia Editora de Publicações Ilustradas, 18--.
 _____. *Novelas do minho – O degredado*. Edição crítica de Maria Helena Mira Mateus. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1961.
 _____. Folhetim: O tio egresso, e o sobrinho bacharel (Capítulo de um romance massador – escrito em Santa Cruz do Doiro, 1849. *Gazeta de Portugal*, n.º 182, 26 JUN 1865.
- CARDOSO, J. A. L. Falsificações dos gêneros alimentícios. *Bibliotheca do Povo e das Escolas* n.º 178. Lisboa: David Corazzi, 1890
- CASTILHO, A. F. *Mil e um mystérios: romance dos romances*. Lisboa: Typographia Lusitana, 1845.
 _____. A semana santa. *Bibliotheca do Povo e das Escolas*. O livro da semana santa. Prefaciado por Olympio de Freitas. Lisboa: Companhia Nacional, 1891.
- CORDEIRO Jr, J. R. *O arrependimento salva*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1862.
- CORDEIRO, L. *Estros e Palcos*. Lisboa: Typographia Universal, 1874
- DIARIO DO GOVERNO N.º 15, 31. Anno 1876.
- DIAS, A. C. *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português (1821)*. Lisboa Portugália Editora, 1966.
- GARRET, A. *Frei Luís de Sousa*. Ed. Fac-similada com apresentação de Maria Leonor Machado de Sousa. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.
 _____. *Correspondência inédita do Arquivo do Conservatório – 1836 – 1841*. Introdução de Ivo Cruz Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.
- GAZETA COMMERCIAL – JORNAL DA TARDE. N.º 471, 472, 489,493, 498, 502, 519, 550, 589,610,633. Anno II Lisboa, 1885.
- GAZETA DE LISBOA. N.º 6. Anno 1828. Lisboa: Na Impressão Regia. 07 JAN, capa.
- GAZETA DE PORTUGAL.n.º 172, 193,289 Lisboa: Typographia do Futuro. Anuncios, 1865.
- HERCULANO, A. *O bobo*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1893.
 _____. *Composições várias*. 4ªed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1970.
 _____. *O bispo negro / Arras por foro de Espanha*. Lisboa: Bertrand, 1971.
- MARINHO, M. J. e FERREIRA, A. (ed.) *A questão Coimbrã (Bom senso e bom gosto)* Lisboa: Editorial, 1988.
- MELLO, A. J. Archeologia. In *Bibliotheca do Povo e das Escolas* n.º 181. Lisboa: David Corazzi, 1890.
- MÓNICA, M. F. *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

- MOURA, H. C. (ed.) *Obras de Eça de Queiroz – Contos, de 1887 segundo versões revistas pelo autor*. Lisboa: Livros do Brasil, 1980.
- PIMENTA, A. *O s historiógrafos de Alcobça*. Lisboa: Livraria Clássica, 1943.
- QUEIROZ, E. *Da colaboração no Distrito de Évora I (1867)*. Lisboa: Livros do Brasil, 1970.
- QUENTAL, A. *Prosas Sócio-Políticas*. Apresentação de Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1982.
- _____. *Cartas I – [1852] - 1881* Organização e introdução de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Universidade de Açores/Editorial Comunicação, 1989.
- _____. *Cartas II – 1881-1891*. Organização e introdução de Ana Maria Almeida Martins. Lisboa: Editorial Comunicação, 1989.
- REIS, A. C. *O liberalismo em Portugal e a igreja católica – A época de Sua Majestade Imperial e Real D. Pedro*. Lisboa: Editorial Notícias, 1988.
- REVISTA CONTEMPORANEA DE PORTUGAL E BRAZIL. 3º ano, Lisboa, ABR 1861.

- SÉCULO XX DO PORTUGUÊS EUROPEU

- ACTAS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA. 1991
- ACTAS DO I CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PESSOANOS. Porto: Brasília Editora, 1978.
- ANDRADA, D. P. *Casamento perfeito*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1944.
- BOLETIM DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. (separata) Sessão de homenagem ai insigne sábio e acadêmico prof. Dr. José Leite de Vasconcelos. Vol. XIII – Dezembro de 1941. Lisboa, 1942.
- BOLETIM DE FILOLOGIA. Tomo I, Fascículo 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1932.
- BRAGA, V. *Teatro completo com peças inéditas*. Introdução de Duarte Ivo Cruz. Lisboa: IN-CM, 1999.
- CARNEIRO, M. S. *Cartas de Mário de Sá Carneiro a Luis de Montalvor / Cândida Ramos / Alfredo Guisado / José Pacheco*. Leitura. Selecção e notas de Arnaldo Saraiva. Lisboa: Limiar, 1977.
- DIÁRIO DE LISBOA, Nov 1992.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ano 56 nº 19.442; 19.443; 19.444; 19.448; 19.469; 19.485; 19.493; 19.510; 19.512. Lisboa, 1920
- _____. Ano 110 nº 38.837; 38.838; 38.839; 38.840. Lisboa, 1974.
- _____. Ano 128 Outubro/novembro de 1992.
- _____. Ano 135 nº 47.460; 47.461; 47.462; 47.463; 47.464; 47.580; 47.581; 47.582; 47.583; 47.760; 47.762. Lisboa, 1999.
- DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa, 1930
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. nº 251, 275, 285, 292 – I série; 233, 305 – II série; 300 – III série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
- _____. nº 301– II série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- _____. nº 288, 290, 292, 297 – I série-A; 299 – II série. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- FIGUEIREDO, C. *Falar e escrever*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1906.
- FRANCISCO RODRIGUES, S. J. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.
- FONSECA, B. *O Barão e outros contos*. 3ª ed. Livros de bolso – Publicações Europa-América, 1972.
- MIGUÉIS, J. R. *Páscoa feliz – novela*. Lisboa: Alfa, 1932.
- MONTEIRO, L. S. *Felizmente há luar – peça em 2 actos*. Lisboa: Ática, 1971.
- NEVES, L. C. (ed.) *Antônio José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- O SÉCULO. Abr 1922
- _____. Mai 1986
- PORTUGAL FUTURISTA. Lisboa: Contexto, 1982.
- PRESENÇA. Folha de arte e crítica nº 6. edição fac-similada compacta – Tomo I. Coimbra, (18 de junho 1927) 1993.
- QUADROS, A. (org.) *Escritos íntimos, cartas e páginas autobiográficas – obra em prosa de Fernando Pessoa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.
- REVISTA BROTÉRIA (separata) Homenagem ao prof. Aurélio Quintanilha. Lisboa, Sociedade Portuguesa de Genética. Vol XLIV – nº 3-4, 1975.
- REVISTA DE LÍNGUA PORTUGUESA, nº 7 – setembro, 1920.
- REVISTA PORTUGUESA DE FILOLOGIA. Volume XIX. Coimbra: Instituto de Língua e Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991.
- RIBEIRO, A. *O servo de Deus e a casa roubada: novelas*. Lisboa: Bertrand, 1967.
- RODRIGUES, U. T. *As aves da madrugada – novelas*. Lisboa: Bertrand, 1970.
- SALAZAR, A. *Obras de Abel Salazar*. Lisboa: Lello, 1999.

- SARAIVA, A. J. *Crônicas – Entrevistas, críticas e outros escritos de António José Saraiva*. Lisboa: Quidnovi, 2004.
- SARAMAGO, J. *Memorial do convento*. Lisboa: Caminho, 1982.
- SÉRGIO, A. *Obras completas de António Sérgio: ensaios – tomo VIII*. Lisboa: Clássicos Sá da Costa, 1974.
- TORGA, M. *Diário XVI. Coimbra, 1993*.
- _____. *Diário II. Coimbra, 1993*.

- 1ª METADE DO SÉCULO XIX DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

- ABREU E LIMA, J. I. *Compendio da historia do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.
- CABRAL, J. M. R. *Collecção de artigos escriptos e publicados no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia da Ass. do Despertador, 1839.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *O legislativo e a organização do Supremo Tribunal no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 19--.
- COELHO, R. S. *Pastoral do Exmo. E Revmo. Bispo do Pará*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1825.
- CORREIO BRAZILIENSE. Rio de Janeiro, JUN/DEZ, 1820.
- ESTRELLA DO OCCIDENTE. Rio de Janeiro, Typografia Clássica, 28 ABR 1849.
- FRANÇA, A. O. P. (org.) *Cartas baianas (1821-1824) – subsídios para o estudo dos problemas da opção na independência brasileira*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, ABR e JUN 1819.
- MACEDO, J. M. *O moço loiro*. 2ªed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1848.
- MAGALHAENS, D. J. G. *Opusculos historicos e litterarios*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Documentos históricos – revolução de 1817*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 19--.
- MORAES FILHO, M. *Prosadores brasileiros contemporaneos*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 19--.
- O CLARIM, ECHO DA UNIÃO. 31 OUT 1849
- O GRITO DOS OPRIMIDOS. Rio de Janeiro, Typografia F. de Brito, 31 MAI e 9 NOV 1833.
- O NOVO DOMINGUEIRO. 2/3 MAI 1847.
- _____. nº 6, v.1, 6 JUN 1847
- OLIVEIRA, J. F. *José Bonifácio e a independência (o homem do Fico e verdadeiro patriarca)*. 2ªed. São Paulo: Martins, 19--.
- PINHEIRO, J. F. F. *Anais da província de S. Pedro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- POHL, J. E. *Viagem no interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.
- RIBEIRO, J. *Autores contemporâneos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.

- 2ª METADE DO SÉCULO XIX DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

- ALENCAR, J. *Alfarrábios*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 19--.
- _____. *Guerra dos mascates – crônica dos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1965.
- _____. *O demônio familiar: comédia em 4 atos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.
- ALMANAK LITTERARIO DE SÃO PAULO. São Paulo, 1877.
- ARARIPE Jr. *Obras completas de Araripe Jr.* Rio Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- ASSIS, M. *Obras completas de Machado de Assis – crônicas (1859-1863)*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 19--.
- _____. *Obras completas de Machado de Assis: páginas recolhidas*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 19--.
- BARBOSA, R. *Cartas políticas e literárias*. Bahia: Livraria Catilina, 19--.
- _____. *Collectanea literaria 1868-1922*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 19--.
- _____. *Obras completas de Rui Barbosa: discursos parlamentares – emancipação dos escravos*. Rio de Janeiro: MES, 1884.
- CAMINHA, A. *Bom crioulo*. 3ª ed. anotada po Adriano da gama Kury. Rio: Organização Simões, 1956.
- CAMPOS, H. *Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos 1897-1927*. 2ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.
- CARDOSO, B. *Tratado da língua vernácula (grammatica)*. Rio de Janeiro: Graphica Sauer, 1932.
- CARVALHO, F. *Selecta de autores modernos*. 3ªed. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C, 1896.
- COUTINHO, A. (org.) *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.
- CRUZ, E. *História do Pará*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1963.
- INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Obras completas de Epitácio Pessoa – primeiros tempos*. Rio de Janeiro: INL, 1965.

- JARDIM, A. S. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- LEI nº494, de 30 de abril de 1897 e DECRETO nº 463, de 19 de julho de 1897. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1897.
- MARQUES, P. P. *Grammatica elementar da lingua portugueza*. 4ªed. Pará, 1882.
- MELO MORAES, A. J. & SERQUEIRA E SILVA, I. A. *Memorias diarias da guerra do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. M. Barreto, 1855.
- MOREIRA, M. A. I. *Proclamação e fundação da República. Ministério da Educação e Cultura, 1947*.
- O ÁLBUM. Rio de Janeiro, JAN, FEV, JUN 1893.
- O PÃO DA PADARIA ESPIRITUAL, Anno I, nº 1, Fortaleza, 10 JUL 1892.
- _____. Anno II, nº 7, Fortaleza, 01 JAN 1893.
- _____. Fortaleza, FEV, MAR, ABR, MAI, OUT 1895.
- O VOTO LIVRE, de 30 OUT 1852.
- PEREIRA, B.(org.) *Collectanea literaria – Ruy Barbosa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 19--.
- PEREIRA, L. M. *Adolfo Caminha – trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.
- REAL ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO ARTISTAS PORTUGUESES. Estatuto. Rio de Janeiro: Typ. Italia, 1899.
- RIBEIRO, J. *Autores contemporaneos. 21ª ed*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1931.
- SILVA Jr., P. & ANDRADE, L. *Grammatica da lingua portugueza*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 18--?.
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICENCIA. Relatório. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1890.
- SOUSA, I. *O cacaulista*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- VASCONCELOS, J. M. P. *Seelecta brasiliense ou Notícias, descobertas, observações, factos e curiosidades em relação aos homens, á história e cousas do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1868.
- WHAREY, T. *Compendio da historia ecclesiastica*. Rio de Janeiro: Livraria Evangelica, 1873.

- 1ª METADE DO SÉCULO XX DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

- ANDRADE, C. D. *A lição do amigo – cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- ANFRADE, M. *Os contos de Belazarte*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1956.
- BANDEIRA, M. *Andorinha, Andorinha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- BOCCANERA Jr, S. *Um artista brasileiro(in memoriam)*.Bahia: Cincinato Melchiades, 1913.
- BRAGA, R. *Os trovões de antigamente*. Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 1943.
- BRASIL Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- CAMPOS, H. *Antologia da Academia Brasileira de Letras: trinta anos de discursos acadêmicos (1897-1927)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Olympio, 192--.
- _____. *Os párias (crônicas)*.Rio de Janeiro: Olympio, 1937.
- CARVALHO, E. *Ensaios*. Brasília: Fundação Casa do Penedo/Universa, 1997. vol. I
- CAVALHEIRO, E. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Lisboa: Departamento de Imprensa Nacional, 19--.
- CENTRO BRASILEIRO DE PUBLICIDADE.Os jesuítas. Rio de Janeiro, 1941.
- DOM CASMURRO, Rio de Janeiro, MAI/AGO 1937.
- _____. FEV 1943.
- _____. DEZ 1944.
- _____. ABR 1946.
- DOURADO, A. *Novelas de aprendizado*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- FON-FON!REVISTA SEMANAL. Rio de Janeiro, 28 JAN 1922.
- GONÇALVES, R. *Tratado de ortografia da língua portuguesa*. Coimbra: Atlântida, 1947.
- LIMA, J. *Anchieta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- _____. *Poesia completa*. vol. II. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LOBATO, M. *Prefácios e entrevistas*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- MARINHO, I. P. *Legislação Brasileira de Desportos*.Rio de Janeiro: Educação Ltda, 1946.
- MASCARO, C. C. *O ensino normal no Estado de São Paulo (Subsídios para o estudo da sua reforma)*. São Paulo: 1956.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1962. vol. XL
- _____. 1976. vol. XLVII
- MORAES, M. A. *Correspondência de Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: EDUSP, 19--.
- PEREIRA, F. *Grammatica pratica*. Curitiba: Plácido & Silva Ltda, 1924.
- RAMOS, G. *Obras de Graciliano Ramos – Caetés (romance)*.2ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

- REGO, J. L. *Ficção completa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S.A., 1976.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL. *Conferência (Tricentenário dos Guararapes)*. Recife: Secretaria do Interior e Justiça, 1949.
- RODRIGUES, N. *Teatro quase completo*. vol. I. Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1966.
- VITOR, N. *Obra crítica de Nestor Vitor*. vol.I.. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1969.

- 2ª METADE DO SÉCULO XX DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

- ANDRADE, M. & BANDEIRA, M. *Itinerários: cartas a Alphonsus de Guimarães Filho*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1974.
- BARBOSA, R. *Discurso no Colégio Anchieta*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.
- BARROS, R. S. M. (org.) *Diretrizes e bases da educação nacional*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- BRAGA, R. *Os trovões de antigamente*. Rio de Janeiro: Livros do Brasil, 197-.
- BRASIL. Congresso Nacional. Constituição do Brasil de 1967(anais) Brasília: Câmara dos Deputados, 1969.
- CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- CÂNDIDO, A. *et al. A crônica: o gênero, sua flexão e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARVALHO e SILVA, M. (org.) *Homenagem a Manuel Bandeira: 1986-1988*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.
- CARVALHO, S. M. S. *Jurupari: estudos da mitologia brasileira*. São Paulo: Ática, 1979.
- COARACY, V. *Encontros com a vida (memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- GALVÃO, E. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.
- GARTNER, C. *Pesquisas linguística em Portugal e em Brasil*. Verveert: Iberoamericana, 1992.
- JORNAL DE LETRAS. Ano XXVI, Nº 279, JAN 1974.
- KOCH, I. V. *Inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1998.
- LINS, I. *Aspectos do padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.
- LOBATO, M. *Conferências, artigos e crônicas – obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1959.
- MARTINS, C. *O príncipe da vila*. Porto Alegre: Movimento, 1987
- MINAS GERAIS. Suplemento literário, 1 OUT 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Ensino superior no Brasil: legislação e jurisprudência federais*. Rio de Janeiro: Olímpica Editora, 1954. Vol.I
- PEREIRA, A. *Prática do processo administrativo – roteiro para feitura do inquérito administrativo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- PINTO, E. P. *História da língua Portuguesa: século XX*. São Paulo: Ática, 1988.
- PRODUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL: 1985-1994 – catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história. coord. Maria Helena Rolim Capelato. São Paulo: Xamã, 1995.
- REGO, J. L. *Ficção completa*. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S. A., 1976.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 152; Suplemento, 1991.
- _____. Rio de Janeiro, v. 153; Suplemento, 1992.
- _____. Rio de Janeiro, a.154, nº 378, MAR, 1993.
- REVISTA ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo S. A., 24 MAI 1999.
- _____. 18 OUT 1999.
- RIBEIRO, J.U. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- SUASSUNA, A. *Auto da compadecida*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959.
- VILLAÇA, A. C. *Manuel Bandeira – prosa*. São Paulo: Livraria Agir Editora, 1983.

ANEXO A

AMOSTRA DO COMTELPO

GOP

SÉCULO XII e XIII:

- ADEP Ainda ‘os mais antigos documentos escritos em português’, de Martins (1999).
 ATM Antologia de textos medievais, de Costa (1961)
 NHe Notícia de herdades, in Martins (1999).

SÉCULO XIV:

- ADP Álbum de Paleografia, de Dias *et al.* (1987).

SÉCULO XV:

- FMP Feiras medievais portuguesas, in Subsídios para os estudos das ... , de Rau (1943).
 TDJ Testamento de D. João II, in Crônica de El-Rei D.João II, de Rui de Pina (1950).

SÉCULO XVI:

- GLP Gramática da Linguagem Portuguesa, ed. fac-similada de Fernão de Oliveira ([1535] 1981).
 CPDO O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz , do bispo de Viseu (1504) Ed. Silva (2001, p.281-87).

SÉCULO XVII:

- AJB Ásia, de João de Barros [1605-24], ed. fac-símile de Matos (1932, p. LVII-LXIX, LXII-LXV, LXXII-LXXIX).
 ESCR Espelho Cristalino em Jardins de Várias Flores, de Frei Diogo da Chagas (1646-54) ed. de Matos (1989, p. 97-108)
 ADP Álbum de Paleografia, de *Dias et al.* (1987, p.259, 271, 273, 275).

SÉCULO XVIII:

- AJB Ásia de João de Barros , de João de Barros [1742], ed. fac-símile de Antonio Baião (1932, p. xxviii-xxxviii).
 VME Verdadeiro Método de Estudar, de Verney [1746], org. por António Salgado Júnior (1949, p.26-34).

GON

SÉCULO XIII:

DSGr A demanda do Santo Graal, edição de Irene Freire Nunes (2005, p.20-35; 45-60).

SÉCULO XIV:

DSG Livro Terceiro: Dos diálogos de São Gregório, transcrita por Mattos e Silva (1971, p. 94-116).

GPCA A Gloria do parayso, in Crestomacia Arcaica, org. de J.J. Nunes ([1906]1970, p. 45-8).

JACA Um episódio do “ Josep ab Aramatia”, in Crestomacia Arcaica, org. J.J. Nunes ([1906]1970. p.74-8)

SÉCULO XV:

HMNV História do mui nobre Vespasiano, imperador de Roma, fac-símile com nota de Artur Anselmo (1981, p. 2-39).

SÉCULO XVI:

NAM Naceo e Amperidónia, editada por Duarte (1986, p. 26,29,30,33-4, 37-8,41-2,45-6).

CHPE Contos & Histórias de Proveito & Exemplo, de Trancoso (1575) e ed. Palma-Ferreira (1982) Contos III, V e X.

SÉCULO XVII:

EVHP Descobrimto da Ilha da Madeira, Epanaphora Amorosa Terceira, Epanáforas de Varia História Portuguesa , de Francisco Manuel de Melo [1660], Ed. Fac-similada de Serrão (1997, p. 215-44).

SÉCULO XVIII:

VDQM Vida do Grande D. Quixote de la Mancha, e do Gordo Sancho Pança, de Antonio José da Silva ([1773] 2005, p. 8-23; 30-43).

GOR

SÉCULO XIII:

LDL *Os Livros de Linhagens*, Portugaliae Monvmenta Histórica, Scriptoros, Vol. 1, Fascicvlvs II p. 274-80.

CDPC *Coroniqua de como Dom Payo Correa mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos moros*, em Memórias de Litteratura Portugueza, da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1792).

SÉCULO XIV:

CBAN *Chronica Breve do Archivo Nacional*, in Portugaliae Monvmenta Historica – Scriptoros I (1856) – a Chronica vulgar mais antiga.

CSB *Contemplação de São Bernardo*, do códice Alcobacence nº266, in Boletim de Filologia, VI(1940).

SÉCULO XV:

- VCMC Vida do cativo monge confesso, in Abílio Roseira, Boletim de Filologia, Tomo I(1932-3, p. 138-46).
- PCD Crónica de Portugal de 1419, ed. de Callado (1998, p. 3-13)
- LVC O livro de Vita Christ, de Ludolfo Cartusiano, ed. Augusto Magne (1957, p. 31-37)

SÉCULO XVI:

- VDT Vida de D. Telo, in Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra [1555]. Ed. Nascimento (1998, p. 273-85).
- CFMP Cartas de Fernão Mendes Pinto, in Peregrinação [1554], de Pinto, F. M. (1998, p. 21-9).
- LRNS Livro do Rosário de Nossa Senhora, do Frei Nicolau Dias ([1573] 1982, p. 11-8).

SÉCULO XVII:

- PERE Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto [1614], Ed. de Monteiro (1983, p. 13-22).
- VFBM A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires, de Frei Luís de Sousa [1619], Ed. Castro (1984, p. 9-19).
- ESCR Espelho Cristalino em Jardim de várias flores, de F. Diogo das Chagas [1646-54], Ed. Matos (1989, p. 245-53).

SÉCULO XVIII:

- GMBE Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora – [1729-31], de Lisboa, Miranda e Oliva (2002, p. 167-82)
- MLP Memórias de Litteratura Portuguesa, publicadas pela Academia Real das Sciencias – Tomo I (1792, p. 16-29)

GOA**SÉCULO XIII:**

- FRAX Fuero Real de Afonso X , in Crestomacia Arcaica ([1906]1970)

SÉCULO XIV:

- DSG Livro Terceiro: *Dos Diálogos de São Gregório*, transcritos por Mattos e Silva (1971)
- CIP *Collecção de Inéditos portugueses do seculos XIV e XV*, publicados por Fr. F. de S. Boaventura, org. por Cintra (1921)
- LMR *Livro I de Místicos de Reis*, Documentos para a historia da cidade de Lisboa (1947)

SÉCULO XV:

- CDP Crónica de Portugal de 1419, ed. de Callado (1998, p. 240-50; 260-7)
- LVC O livro de Vita Christi, de Ludolfo Cartusiano, ed. Augusto Magne (1957, p. 373-9)

SÉCULO XVI:

- DLNL Diálogo em louvor da nossa linguagem, in Gramática da Língua Portuguesa, de João de Barros ([15..]1971, p. 156-65).
- EDC O Espelho de Cristina, de Christine de Pisan [1518], fac-símile de Cruzeiro (1987, Cap.I-IV).
- DIAE Diálogo Espiritual , autoria anônima/atribuída a Fr. Álvaro de Torres [1568], fac-símile de Dias (1983, p. 2-15).

SÉCULO XVII:

- ADFU Arte de Furtar, ..., de Padre Antônio Vieira [1652], Ed. Bismut (1991, p. 119-21; 127-43).
- EVHP Alterações de Évora, Epanaphora política primeira. Epanáforas de Varia História Portuguesa, de Francisco Manuel de Melo [1660], ed. fac-similada de Serrão (1997, p. 1-10).

SÉCULO XVIII:

- VME Verdadeiro Método de Estudar, de Verney [1746], org. por Antônio Salgado Júnior (1949, p. 17-25).
- RVH Reflexões sobre a vaidade dos homens, de Matias Aires ([1752] 2005, p. 193-9).
- NHPR Notícias Históricas, e Praticas acerca do Modo de Defender os Edificios dos Estragos dos Raios, compiladas pelo Doutor João Antônio Dalla Bella ([1773]2005, p. 65-78).

GOE**SÉCULO XIII:**

- DSGr A Demanda do Santo Graal, in Nunes (2005).

SÉCULO XIV:

- LLCP Livro das Linhagens do Conde D. Pedro, Portugaliae Monumenta Historica – Scriptorum I (1860).
- LVP Vereações 1390 – Documentos e Memórias para a história do Porto, Basto (1937).

SÉCULO XV:

- TDT Tratado de Tordesilhas, in Crônica de el-rei D, João II, de Rui de Pina (1950, p. 243-57).
- LVC Prólogo do livro de Vita Christi, de Ludolfo Cartusiano, ed. Augusto Magne (1957, p. 9-23).

SÉCULO XVI:

- IAJB Introdução da Ásia de João de Barros, de João de Barros ([1546] 1988, p. XXVI-VII).
- TNLR Tratado Notavel de hũa pratica que hũ lavrador teve com hũ Rey que se chamava Arsano, de Codio Rufo ([1560] 1990, p. 61-78).
- CPDO O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz, do bispo de Viseu (1504) ed. Silva (2001, p. 135-44).

SÉCULO XVII:

- VFBM A vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires, de Frei Luís de Sousa [1619], ed. Castro (1984,

p. 3-6).

- ADFU Arte de Furtar, ... , de Padre Antônio Vieira [1652], Ed. Bismut (1991, p. 59-74).
- DEAS Descurço Astronomico sobre o estupendo e fatal cometta ou Núncio pella Divina providencia enviado aos mortaes , Manuscrito microfilmado da Biblioteca Nacional de Lisboa. Doc.484 (F3329) (1689, p. 173-174).

SÉCULO XVIII:

- RVH Reflexões sobre a vaidade dos homens, de Matias Aires ([1752] 2005, p. 47-56) .
- LOLO Observaçoes sobre a Lingua e Orthografia Latina, por Antonio Pereira de Figueiredo (1765)
- MLP Memorias de Litteratura Portugueza , publ. Academia Real das Sciencias – Tomo I (1792, p.74-83).

PORTUGUÊS EUROPEU

GON

SÉCULO XIXPE-1ªM:

- TESB O tio egresso e o sobrinho bacharel – Capitulo de um romance massador, escrito em Santa Cruz Doiro por Camilo Castelo Branco [1849] e publicado como folhetim na Gazeta de Portugal, nº 182, de 26 JUN 1865. 5 colunas da capa (CC1, CC2, ...CC5)
- FLS Frei Luis de Sousa – peça de Almeida Garret [1844], fac-símile apresentada por Sousa (1993, p. 26-40).

SÉCULO XIXPE-2ªM:

- SRL Singularidades de uma rapariga Loura – conto de Eça de Queiroz (1874), ed. Moura (1887, p.12-21) – 10p
- OASA O arrependimento salva – peça de Ricardo Cordeiro Jr. (1862, p.6-15) – 10p
- NMOD Novelas do Minho – O Degradado, novela de Camilo Castelo Branco (1875), Ed. Mira Mateus (1961, p. 400-9) – 10p.

GOR

SÉCULO XIXPE-1ªM:

- GDL Noticias de Lisboa. Audiência Publica de formalidade aos Excellentissimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Petra...”, Gazeta de Lisboa , nº 253, Anno 1831. Lisboa 26 de Outubro.
- FFSB Considerações Gerais sabre a Santidade de Institutos Religiosos [1827], por Fr. Fortunato de S. Boaventura, in Os historiógrafos de Alcobaça, org. de Alfredo Pimenta .

SÉCULO XIXPE-2ªM:

- CHRL Chronica Litteraria, crônica de Ernesto Niester (1861), in Revista Contemporanea de Portugal e Brazil (1861, p. 329-30).
- CAQI Cartas I [1852]-1881 de Antero de Quental, Org. de Martins (1989, p. 11-18; 574; 580).
- CAII Cartas II: 1881-1891 de Antero de Quental , Org. de Martins (1989, p. 629; 631-2; 662; 1047).

GOA**SÉCULO XIXPE-1ªM:**

DLI Discursos sobre a liberdade de imprensa – Sessão do dia 6 de junho de 1821, ed. Dias (1966, p. 409-419).

SÉCULO XIXPE-2ªM:

THEL As Theocracias Literárias. Relance sobre o Estado Actual da Literatura portuguesa, por Teófilo Braga – A Questão Coimbrã (1865, p. 133-7).

DLLO A dignidade das letras e as literaturas oficiais, por Antero de Quental – A Questão Coimbrã (1865, p. 143-7).

RCBV Revista critico-litteraria Bohemia Velha, de 25 de março de 1889, 1º ano, nº1, p. 2-6.

PCVS Pinheiro Chagas versus Teófilo Braga e Antero de Quental, por Pinheiro Chagas – A Questão Coimbrã (1865, p. 53-9).

GOE**SÉCULO XIXPE-1ªM:**

CRL Ao conservatório Real de Lisboa – Conferência lida em 6 de maio de 1843, fac-símile de Almeida Garret ([1844] 1993, p. 4-17).

ECM Esboço do Cólera Morbus , empreendido pelo Doutor Lima Leitão. Gazeta de Lisboa. Anno 1831. nº 244, p.991-2; 1023-5; 1089.

SÉCULO XIXPE-2ªM:

CDPP Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos , de Quental (1982, p. 255-9).

OCRE O ciclo da regeneração, de Herculano (1856), org. Beirante e Custódio (1979, p. 278-85).

RCPB Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, abril de 1859, p. iniciais; 8-11; 98-101).

VBPE Viticultura – Biblioteca do Povo e das Escolas, Corazzi (ed.)(1885, p. 3).

GOP**SÉCULO XIXPE-1ªM:**

(Sem ocorrências)

SÉCULO XIXPE-2ªM:

DEVH Deveres do homem–, por Campos (1889). In Biblioteca do Povo e das Escolas nº 169 (1889, p.4-9; 13-6; 25-9).

RVCF Revista commercial e financeira, In Gazeta Commercial nº 493, de 02 de agosto de 1885, p.2.

GON**SÉCULO XXPE-1ªM:**

OBAR O Barão, de Branquinho da Fonseca ([1932] 1972, p 18-25; 40-1).

PASC Páscoa Feliz, de José Rodrigues Miguéis (1932, p. 9-20).

SÉCULO XXPE-2ªM:

MEMO Memorial do Convento, de José Saramago (1982, p.11-21) .

FELI Felizmente há lua, de Luis de Sttau Monteiro (1971, p.17-26).

AVES As aves da madrugada, de Urbano Rodrigues ([1959]1970, p. 105-14).

GOR**SÉCULO XXPE-1ªM:**

CDLI Crônicas de livros –, do Diário de Lisboa, Anno 1922, p.2.

CAJS Crônicas de Antônio José Saraiva , de Saraiva ([1943] 2004, p. 32-7).

DTII Diário de Miguel Torga II , de Torga (1943, p. 11-6).

ASXO António José Saraiva e Oscar Lopes: Correspondência – (1945), ed. Neves (2004, p. 41-5).

SÉCULO XXPE-2ªM:

MMQ Mudanças mais do que imprevisíveis , Diário de Notícias, nº 47.760, 27 DEZ 1999, p.28.

DIAT Diário de Miguel Torga XVI , de Torga (1993, p. 113-6).

GOA**SÉCULO XXPE-1ªM:**

DECA As décadas portuguesas, por Pinheiro Chagas In Revista de Língua Portuguesa nº7 (1920, p. 121-35).

UIAL Um inquérito ao Algarve, Diário de Notícias ano 56, nº 19.469 – capa, sexta-feira, 23 FEV 1920.

SÉCULO XXPE-2ªM:

SAUP À saúde do Senhor Presidente, de Oscar Mascarenhas – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.762, p.11, de 29 DEZ 1999.

BANA O balanço de nada, de Vasco Graça Moura – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.762, p.11, de 29 DEZ 1999.

UQDL Uma questão de lógica, carta da leitora Maria do Rosário Cacholas José Boal – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.760, p.12, de 27 DEZ 1999.

EMQD Estrutura modular: quem a demora?, de Antônio Canhão, Antônio Gonçalves e Francisco Marreiros, – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.764, p.8, de 31 DEZ 1999.

ENRV Entrevista Rui Vian, de Ilidia Pinto – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.760, p.4, de 27 DEZ 1999.

- GAPN Gastronomia património nacional (...) – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.760, p.5, de 27 DEZ 1999.
- EXAM EXAME, entrevista a Mário Jorge Lago, técnico e juiz de patinagem – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.760, p.12, de 27 DEZ 1999.
- CGDP Caixa Geral de Depósitos – Publicidade – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.760, p.12, de 27 DEZ 1999.
- NATP NATURANET - 0641 69 69 69 – Publicidade – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.582, p.70, de 2 JUL 1999.
- MUCP Museu da Ciência – Publicidade – Diário de Notícias, Ano 135, nº47.583, p.70, de 3 JUL 1999.

GOE

SÉCULO XXPE-1ªM:

- ORLI As origens líricas, por Rodrigues Lapa In Boletim de Filologia, Tomo I, Fasc. 1(1932, p. 16-23).
- CAPE Casamento perfeito, prefácio de Fidelino de Figueiredo, in Andrada (1944, p. XXII-VIII).
- EIFP Escritos íntimos, cartas e páginas autobiográficas de Fernando Pessoa, org. Quadros ([1930-50] 1987, p. 264-71).

SÉCULO XXPE-2ªM:

- ENAS Ensaio – Obras completas de Antônio Sérgio, Tomo VIII (1974, p. 70-4).

GOP

SÉCULO XXPE-1ªM:

- FAES Falar e escreve , de Candido de Figueiredo (1906, p. 28-35).
- ACOR Acórdão nº 695, Diário do Governo, nº 233, Segunda-feira, 06 NOV 1930, p. 3396-7.

SÉCULO XXPE-2ªM:

- DLAM Decreto Legislativo Regional nº28-B/99/M – Criação do Sistema Regional de Gestão e Abastecimento de Água da Região Autónoma da Madeira, Diário da República – I Série-A Nº297-23-12-1999, p. 9262 (4-8).

PORTUGUÊS BRASILEIRO

GON

SÉCULO XIXPB-1ªM:

- JPR O Juiz de Paz na roça, de Martins Pena [1842], in Prosadores brasileiros Contemporaneos, de Mello Moraes Filho (1939, p. 293-9).
- LEV Luxo e Vaidade, de Joaquim Manuel de Macedo [1842], in Prosadores brasileiros Contemporaneos, de Mello Moraes Filho (1939, p. 300-2).

SÉCULO XIXPB-2ªM:

- OBCR O bom crioulo – de Adolfo Caminha (1895), in Kury (1956, p. 28-37).
- DEMO O demônio familiar – de José de Alencar ([1858] 1957, p. 7-16).
- CACA O cacaulista – de Inglês de Sousa ([1875] 1973, p. 7-14; 137-8).

GOR**SÉCULO XIXPB-1ªM:**

- MRPM Memória histórica da Revolução da Província do Maranhão – [1847], In Opúsculos históricos e literários, por D. J. G. de Magalhaens (1865, p. 35-8).

SÉCULO XIXPB-2ªM:

- RSPB Relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficencia no Rio de Janeiro – (1890, p. 6-10).
- QMPT Queda das mulheres pelos tolos, crônicas de Machado de Assis (1859, p. 164-71).
- GDMA Guerra dos Mascates, crônica de José de Alencar ([1870] 1965, p. 27-9).
- HIEC Historia Ecclesiastica, de Warrey (1873, p. 10).

GOA**SÉCULO XIXPB-1ªM:**

- TIS O teatro e sua influência na sociedade : Revista crítica e literária, In Jornal “O Novo Domingueiro”, de 2 de maio de 1847, p. 3-6.
- LOST O legislativo e a organização do Supremo Tribunal no Brasil – Câmara do Deputados (1978, p. 25-30).
- OGO O Grito dos Oprimidos — Jornal, de 31 de maio e 9 de novembro de 1833, p. 3-4; 2-3 – 7 colunas.

SÉCULO XIXPB-2ªM:

- TADA Trinta anos de discursos acadêmicos – discurso de Joaquim Nabuco (1897), in Antologia da Academia Brasileira de Letras (1935, p. 3-10).
- APAN A polêmica Alencar-Nabuco – (1875), org. Afrânio Coutinho (1965, p. 43-50).

GOE**SÉCULO XIXPB-1ªM:**

(Sem ocorrências)

SÉCULO XIXPB-2ªM:

- JAPL José de Alencar – Perfil literário – (1887), in Obra crítica de Araripe Jr. (1958, p. 134-8).
- GDLP Grammatica da lingua portugueza – (1887), de Silva Jr & Andrade (1894, p. III-VI).

PROL Prolegômenos – (1878), in Tratado da língua Vernácula, por Brício Cardoso (1932, p. 7-10).

BAHD Baptista Caetano – homenagem do discípulo (1882), in Macedo Soares (1943, p. 14-8).

GOP

SÉCULO XIXPB-1ªM:

(Sem ocorrências)

SÉCULO XIXPB-2ªM:

TEPR O tempo e a previdência – (1889), in Noções da vida domestica, Por Feliz Ferreira (1900, p. 59-62).

QLEI Qualidade da leitura – (1896), in Selecta de autores modernos por Felisberto de Carvalho (1896, p. 9-12).

GON

SÉCULO XXPB-1ªM:

BERO O besouro e a Rosa – (1923), in Contos de Mário de Andrade (1956, p. 13-21).

TEIA Teia – (1947), Novelas de aprendizado, de Autran Dourado (1980, p. 35-44).

SÉCULO XXPB-2ªM:

GRSV Grande sertão: Veredas, de Guimarães Rosa ([1956] 1986, p. 2-11).

AUTO Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna ([1955] 1959, p. 25-9; 184-9).

PRVI O príncipe da vila , de Cyro Martins ([1982] 1987, p. 8-17).

GOR

SÉCULO XXPB-1ªM:

CONG Congresso da língua nacional cantada, de Mário de Andrade, in Dom Casmurro, 19 AGO 1937.

SÉCULO XXPB-2ªM:

GERA As Gerais segundo Agripa Vasconcelos, Reportagem de Neil R. Silva, Minas Gerais (Suplemento Literário), de 01 de outubro de 1966, p. 7.

TROA Os trovões de antigamente, de Rubens Braga (1973, p. 190-5).

APAV Aspectos do Padre Antônio Vieira, de Ivan Lins (1956, p. 25-7).

GOA

SÉCULO XXPB-1ªM:

REIN Resposta aos integralistas, de Murilo M. Mendes, in Dom Casmurro, 19 de agosto de 1937.

OUMU Ouvinte de música – (1926), de Manuel Bandeira, in Andorinha, Andorinha, de Bandeira (1986, p. 89-93).

- SANO Segredo da alma nordestina – (1937), de Manuel Bandeira, in Andorinha, Andorinha, de Bandeira (1986, p. 242-4).
- ACAN Academia anarquizada (1912), de Nestor Vítor, in Obra crítica de Nestor Vítor (1969, p. 442-5).
- REMP Resposta a uma enquete da «Mocidade Paulista» (194-), in Prefácios e entrevistas de Monteiro Lobato (1956, p. 181-5).
- COCA Publicidade da Coca-Cola, in Dom Casmurro, 19 de agosto de 1934, p. 32.

SÉCULO XXPB-2ªM:

- OPJB Opinião de Jonas Bloch: Teatro/Artes Plásticas, por Márcio Sampaio, Minas Gerais (Suplemento Literário), de 13 de maio de 1967, p. 5.
- UBER Em Uberaba, de Lobato (1958), in Conferências, artigos e crônicas – Monteiro Lobato (1959, p. 16-8).
- ANAI Anais da Constituição do Brasil de 1967, Câmara dos Deputados – Secretaria-Geral da Presidência (1969, p. 227-32).

GOE

SÉCULO XXPB-1ªM:

- CAEI Caetés: ensaios de interpretação de Floriano Gonçalves, in Obras de Graciliano Ramos (1947, p. 9-16).
- ARBR Um artista brasileiro (in memoriam) , de Bocanera Jr. (1913, p. II-VI).

SÉCULO XXPB-2ªM:

- PAMC Plano de ação do Ministério da Cultura, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº378, 1993, p. 104-8.
- SERP A serpente mítica primeva: a importância do rio, in Jurupari: estudos de mitologia brasileira, de Sílvia S. de Carvalho (1979, p. 44-6).
- TGLB A tradição gramatical luso-brasileira, de Evanildo Bechara, in Eberhard Gärtner (ed.) (1997, p. 9-10).

GOP

SÉCULO XXPB-1ªM:

Não houve ocorrências

SÉCULO XXPB-2ªM:

- DEVE Os deveres, in Prática do processo administrativo, org. por Pereira (1966, p. 85-91).
- ACUM Acumulação – in Ensino Superior no Brasil: legislação e jurisprudência federais/MEC (1954, p. 38-41).

ANEXO B

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
contexto imediato anterior da expressão	Between Groups	176,125	2	88,062	17,644	,000
	Within Groups	1058,089	212	4,991		
	Total	1234,214	214			
Subclassificação do verbo da frase da ocorrência	Between Groups	62,162	2	31,081	2,612	,076
	Within Groups	2522,610	212	11,899		
	Total	2584,772	214			
contexto imediato posterior da expressão	Between Groups	13,195	2	6,598	18,062	,000
	Within Groups	77,438	212	,365		
	Total	90,633	214			
Foricidade	Between Groups	89,888	2	44,944	16,707	,000
	Within Groups	570,326	212	2,690		
	Total	660,214	214			
Forma do é que	Between Groups	1,063E-02	2	5,314E-03	,092	,912
	Within Groups	12,203	212	5,756E-02		
	Total	12,214	214			
frase da ocorrência	Between Groups	110,349	2	55,174	1,534	,218
	Within Groups	7623,577	212	35,960		
	Total	7733,926	214			
função da frase	Between Groups	1312,830	2	656,415	16,114	,000
	Within Groups	8636,072	212	40,736		
	Total	9948,902	214			
Modalidade	Between Groups	15,959	2	7,979	9,115	,000
	Within Groups	185,595	212	,875		
	Total	201,553	214			
Modo verbal	Between Groups	1,480	2	,740	7,820	,001
	Within Groups	20,055	212	9,460E-02		
	Total	21,535	214			
Estatuto morfológico	Between Groups	938,256	2	469,128	13,857	,000
	Within Groups	7177,464	212	33,856		
	Total	8115,721	214			

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Flexão número-pessoal	Between Groups	8,483	2	4,241	2,489	,085
	Within Groups	361,331	212	1,704		
	Total	369,814	214			
Verbos operadores gramaticais	Between Groups	4,410	2	2,205	2,228	,110
	Within Groups	209,804	212	,990		
	Total	214,214	214			
Ordem dos constituintes	Between Groups	8,948E-02	2	4,474E-02	,388	,679
	Within Groups	24,450	212	,115		
	Total	24,540	214			
Organização tópica	Between Groups	,354	2	,177	1,224	,296
	Within Groups	30,642	212	,145		
	Total	30,995	214			
frase posterior da ocorrência	Between Groups	714,128	2	357,064	7,368	,001
	Within Groups	10273,57	212	48,460		
	Total	10987,70	214			
Contexto precedente da frase	Between Groups	213,370	2	106,685	2,443	,089
	Within Groups	9257,188	212	43,666		
	Total	9470,558	214			
Classificação semântica do verbo da frase da ocorrência	Between Groups	,563	2	,282	,098	,906
	Within Groups	607,669	212	2,866		
	Total	608,233	214			
Estatuto sintático	Between Groups	300,950	2	150,475	50,561	,000
	Within Groups	630,938	212	2,976		
	Total	931,888	214			
Estatuto informacional	Between Groups	100,466	2	50,233	50,051	,000
	Within Groups	212,771	212	1,004		
	Total	313,237	214			
Tempo do verbo	Between Groups	4,905	2	2,453	1,256	,287
	Within Groups	413,978	212	1,953		
	Total	418,884	214			
Tipo de frase	Between Groups	22,515	2	11,258	21,916	,000
	Within Groups	108,899	212	,514		
	Total	131,414	214			